UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

OLIGOPÓLIO E PROGRESSO TÉCNICO NO PENSAMENTO DE JOAN ROBINSON

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Claudia Heller em 05/12/96 e orientada pelo Prof. Dr. Tamás József Mátyás Károly Szmrecsányi.
CPG/IE, 05/12/96

Claudia Heller

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para obtenção do Título de Doutor, sob orientação do Professor Dr. Tamás Szmrecsányi.

1996

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

Heller, Claudia
H367o Oligopólio e progresso técnico no pensamento de Joan Robinson / Claudia Heller. -- Campinas , SP : [s.n.], 1996.

Orientador : Tamas Szmerecsanyi.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Teoria Economica. 2. Joan Robinson. 3. Concorrencia imperfeita. 4. Economia - Historia. I. Szmerecsanyi, Tamas. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de economia. III. Titulo.

À memória de
Dora Heller

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Tamás Szmrecsányi, pelo estímulo e orientação.

Às bibliotecárias da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara, Marcia Cortese Bareto, Maria Conchetta Casalle, Claudia Aparecida da Cruz e principalmente Cristina Aurora Bonelli Giollo Santos, pelo inestimável auxílio na coleta da bibliografia.

Aos colegas do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara, extensivos às secretárias Maria Helena Haddad Tóvolli e Maria José Piacentini, pela oportunidade de realizar parte importante desta pesquisa no exterior.

Aos Professores Renato Perim Colistete e Fausto Saretta, do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara, pelo apoio e pela leitura e discussão de inúmeros trechos deste trabalho desde a primeira formulação do projeto.

Aos Professores José Walter Martinez, Walter Belik, Antonio Carlos Macedo e Silva e Mario Presser, do Instituto de Economia da UNICAMP, pelas sugestões bibliográficas.

À Profa. Maria Cristina Marcuzzo, da Universidade de Roma e colaboradora na organização do arquivo de Joan Robinson em Cambridge, pelas valiosas informações sobre a vida e a obra de Joan Robinson desde o início desta pesquisa.

Ao Prof. Geoffrey Harcourt, da Faculty of Economics and Politics da Universidade de Cambridge, pelo aconselhamento e por franquear-me o acesso aos acervos de material inédito nos Arquivos e Bibliotecas da Universidade de Cambridge.

A Jacqueline Cox, Modern Archivist do Modern Archive Centre do King's College, Universidade de Cambridge, pela orientação na pesquisa das fontes primárias nos Arquivos de John Maynard Keynes, Nicholas Kaldor, Richard Ferdinand Kahn e Joan Violet Robinson.

Ao Sr. Jonathan Smith, Manuscript Cataloguer da Wren Library do Trinity College, Universidade de Cambridge, pelo acesso ao Arquivo de Piero Sraffa.

Ao Prof. Jerzy Osiatynski, organizador dos Collected Works of Michal Kalecki, pelo acesso à correspondência entre Michal Kalecki e Joan Robinson.

Ao Prof. Peter Flynn, Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Glasgow, Escócia, pela gentileza e hospitalidade.

Ao Prof. Brian Pollitt, Docente e Pesquisador do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Glasgow, Escócia, organizador dos Papers de Maurice Dobb, pela entrevista informal.

Ao Prof. Nicolò de Vecchi, da Universidade de Pádua, Itália, por ter me cedido seu trabalho antes que fosse publicado.

A Daniele Besomi, pesquisador da obra de Roy Harrod, pela generosidade de me emprestar parte do seu trabalho ainda inconcluso.

A Fúlvia, pelo agradável convívio "Cantabridgeano".

À minha irmã, pela amizade.

Ao meu pai, por muitos motivos.

ABSTRACT

This dissertation analyses Joan Robinson's contributions to the development of the concepts of oligopoly and technical progress. It consists of four chapters, each of them focusing her views on the main theme, as they evolved in her main writings on economic theory.

The first chapter examines the manner by which she created and used the concept of imperfect competition. It also analyses the way she dealt with it in the theory of employment. It stresses that the problems of unemployment, both of "capital" and of "labor" were Joan Robinson's main concerns. From this point of view she was already expanding Keyne's analysis of The General Theory. It also shows that she used the concept of imperfect competition similarly to the modern use of the concept of oligopoly. Oligopoly became one of her main theoretical assumptions.

The second chapter discusses her views on Marxist theory. It calls attention to the basic elements she amassed from the Marxist approach to economics in order to develop a more comprehensive framework on the influence of technical progress on unemployment. It also indicates that her ideas on the subject were very much inspired by many other authors such as Michal Kalecki, Nicholas Kaldor and Roy Harrod. Partly because of those influences and partly in spite of them, her main contribution was to highlight the relation of technical progress and unemployment by means of the distribution theory. To do so, she extended the use of the principle of effective demand in a long term theory.

The third chapter considerates her efforts to deal with the subject of technical progress in close connection to the subject of accumulation of capital. It shows that Joan Robinson was not very successful in building the framework she wanted to, and that the results were somewhat confusing.

The fourth chapter analyses Joan Robinson's views on technical progress both at the microeconomic and macroeconomic levels. It reveals that on the first level she clearly assumed the oligopoly hypothesis. At the macroeconomic level, the chapter deals with some of her various and different models, which she built on different assumptions. It also shows how she applied her classification of technical progress on the topic of planning.

Joan Robinson did not develop a complete theory of technical progress. Nevertheless, she left as a legacy to the profession some very interesting insights on the issue.

This dissertation presents two annexes. The first one partially retrieves Joan Robinson's experience at the Monopolies and Restrictive Practices Commission, at the Swan Committee on Patents and at the Committee on Resale Price Maintenance. Her experience at those events might have shaped, in some way, her views on the theme. On the other hand, it is possible to think that the invitation to take part on those commissions may have been due to her contribution to the subject. The second annex comprises more than the bibliography of this dissertation. It includes the whole list of Joan Robinson's writings (as far as it is known) and of the main bibliography on her contribution to modern economic theory.

Warning: No quotation or part of quotation may be made from unpublished sources mentioned in this dissertation.

RESUMO

Esta tese analisa as contribuições de Joan Robinson para o desenvolvimento dos conceitos de oligopólio e progresso técnico. Constitui-se de quatro capítulos, cada qual focalizando sua visão sobre o tema à medida que evoluiu nos seus principais trabalhos de teoria econômica.

O primeiro capítulo investiga a maneira pela qual ela criou e usou o conceito de concorrência imperfeita e o modo com que o tratou na teoria do emprego. O capítulo enfatiza que a principal preocupação de Joan Robinson era com os problemas de desemprego, seja do "capital" seja do "trabalho". Neste sentido, ela já estava expandindo a análise keynesiana da Teoria Geral. O capítulo mostra, também, que ela utilizou o conceito de concorrência imperfeita com um sentido muito semelhante ao uso moderno do conceito de oligopólio. Este conceito tornou-se um dos seus principais pressupostos teóricos.

O segundo capítulo discute sua visão sobre a teoria marxista, chamando a atenção para os elementos básicos que ela tomou da abordagem marxista para construir um arcabouço mais exaustivo sobre a influência do progresso técnico sobre o desemprego. O capítulo mostra, também, que suas idéias sobre o tema foram bastante influenciadas por vários outros autores, tais como Michal Kalecki, Nicholas Kaldor e Roy Harrod. Por causa desta influência, mas também apesar dela, a principal contribuição de Joan Robinson foi relacionar as conseqüências do progresso técnico sobre o desemprego através da teoria da distribuição da renda. Para tanto, expandiu o uso do princípio da demanda efetiva numa teoria de longo prazo.

O terceiro capítulo analisa os esforços de Joan Robinson em lidar com o tema do progresso técnico, relacionado ao da acumulação de capital. Ele mostra que ela não foi muito bem sucedida na construção do arcabouço teórico que pretendia, e que o resultado foi um tanto quanto confuso.

O quarto capítulo analisa a visão de Joan Robinson sobre o progresso técnico tanto no nível microeconômico quanto no macroeconômico. Ele mostra que em termos microeconômicos ela assumiu, claramente, a hipótese do oligopólio. Em termos macroeconômicos, o capítulo analisa seus vários e diferentes modelos, construídos sob diferentes hipóteses, bem como a aplicação de sua própria classificação das inovações ao tema do planejamento.

Joan Robinson não desenvolveu uma teoria do progresso técnico. Entretanto, ela deixou como legado à teoria econômica algumas idéias muito interessantes sobre o tema.

Esta tese apresenta ainda dois anexos. O primeiro recupera parcialmente a experiência de Joan Robinson na Comissão de Monopólios e Práticas Restritivas, no Comitê de Patentes e no Comitê de Manutenção de Preços de Revenda. Sua experiência naqueles eventos deve ter forjado, de alguma maneira, sua visão sobre o tema. Por outro lado, é possível pensar que o convite para participar destas comissões deve ter decorrido das suas contribuições ao assunto. O segundo anexo é mais do que a bibliografia desta tese. Ele inclui a lista completa da obra de Joan Robinson (tanto quanto se conhece) e a bibliografia principal sobre sua obra.

Atenção: é proibida a reprodução, mesmo parcial, de qualquer passagem identificada como não publicada.

INDICE

INTRODUÇÃO.....1
Nota Sobre as Fontes Utilizadas.....9

I - A ECONOMIA DA CONCORRÊNCIA IMPERFEITA, SUAS REVISÕES E REINTERPRETAÇÕES.....11
I.1 - A Economia da Concorrência Imperfeita no âmbito da análise do equilíbrio parcial.....11
I.2 - A Economia da Concorrência Imperfeita no âmbito da "revolução keynesiana": a ênfase no mercado de trabalho.....19
I.3 - A Economia da Concorrência Imperfeita como uma primeira formulação dos conceitos de oligopólio e progresso técnico.....23
I.3.1 - A definição de monopólio como primeira aproximação ao conceito de oligopólio.....24
I.3.2 - A curva de oferta: progresso técnico e mercado de trabalho.....33
I.4 - As autocríticas de A Economia da Concorrência Imperfeita.....46
I.4.1 - A autocrítica de A Economia da Concorrência Imperfeita, na própria obra.....46
I.4.2 - Os elementos heterodoxos em A Economia da Concorrência Imperfeita.....51
I.4.3 - A autocrítica à A Economia da Concorrência Imperfeita em textos posteriores.....58

II - KEYNES, MARX E O DESEMPREGO.....82
Introdução.....82
II.1 - O trabalho de divulgação da "revolução keynesiana".....86
II.1.1 - Participação no Cambridge Circus.....86
II.1.2 - Divulgação e defesa da Teoria Geral.....92
II.1.2.1 - A classificação das invenções no escopo da teoria da demanda efetiva.....104
II.1.2.2 - A classificação dos tipos de (des)emprego.....118
II.2 - O crescente interesse de Joan Robinson pela teoria marxista.....128
II.2.1 - Considerações preliminares.....128
II.2.2 - O pensamento de Marx e a Revolução Keynesiana.....135
II.2.3 - Joan Robinson e Marx segundo alguns intérpretes.....155

III - PROGRESSO TÉCNICO E ACUMULAÇÃO NO LONGO PRAZO.....163
Introdução.....163
III.1 - Progresso Técnico e Nível de Emprego.....164
III.2 - Progresso Técnico e Distribuição da Renda.....170
III.3 - Espectro de Técnicas e Curva de Razão Real de Fatores.....200

IV - CLASSIFICAÇÃO DAS INOVAÇÕES E TIPOS DE PROGRESSO TÉCNICO.....226
IV.1 - Observações Preliminares.....226
IV.2 - A Escolha das Técnicas no Âmbito das Decisões Empresariais.....235
IV.3 - A Mudança Técnica no Âmbito Agregado.....249
IV.3.1 - Progresso técnico em modelos unisetoriais com uma técnica: técnicas superiores e inferiores.....250
IV.3.2 - Progresso técnico em modelos unisetoriais com técnica variável: inovações neutras e viesadas.....252
IV.3.3 - Progresso técnico em modelos bisetoriais com técnica variável: inovação criadora de capital.....253
IV.3.4 - Progresso técnico em modelos trisetoriais com técnica variável: inovações neutras, indiretamente viesadas (poupadoras de capital e intensivas em capital) e inovações poupadoras ou intensivas em capital propriamente ditas.....254
IV.4 - Generalização da Classificação do Progresso Técnico e Observações Finais Sobre a Classificação.....257
IV.5 - Progresso Técnico e Planejamento.....262
IV.6 - A Autocrítica de Joan Robinson.....268

PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....280

ANEXO I: INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A VIDA E A OBRA DE JOAN ROBINSON....307

ANEXO II: FONTES E BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS....325
Nota Sobre a Bibliografia....325

I - Arquivos e Bibliotecas....325

II - Coletâneas....326
II.1 - Coletâneas de Joan Robinson....326
II.2 - Coletâneas de John Maynard Keynes....326
II.3 - Coletâneas de Michal Kalecki....327

III - Obra de Joan Robinson....327
III.1 - Livros e Fascículos (exceto Coletâneas)....327
III.2 - Artigos, Capítulos e Comunicações....329
III.3 - Resenhas....347
III.4 - Textos Não Publicados....354
III.5 - Correspondência de Joan Robinson (Não Publicada)....355

IV - Obras Sobre Joan Robinson....355
IV.1 - Livros e Fascículos....355
IV.2 - Artigos, Capítulos e Comunicações....356
IV.3 - Resenhas....370
IV.4 - Textos Não Publicados....385
IV.5 - Correspondência entre Terceiros (Não Publicada)....386

V - Obras Gerais e de Referência....386
V.1 - Livros e Fascículos....386
V.2 - Artigos, Capítulos e Comunicações....391
V.3 - Resenhas....396
V.4 - Textos Não Publicados....397

INTRODUÇÃO

O objetivo central desta tese é resgatar os aspectos teóricos, de caráter heterodoxo (não-neoclássico) da visão de Joan Robinson sobre as relações entre o oligopólio e progresso técnico, de forma associada e coerente, relacionada à sua visão de que o progresso técnico é a mola propulsora do desenvolvimento econômico e da acumulação capitalista, num mundo em que as estruturas industriais são em geral oligopolizadas - ou, como diria a Autora, "imperfeitas" - e no qual o ambiente é de incerteza e de expectativas rapidamente mutáveis.

Há, em sua vasta bibliografia, importantes elementos analíticos que apontam nesta direção, e que, no entanto, não foram até agora explorados ou sistematizados por nenhum dos estudiosos seja do tema, seja de sua obra. Neste sentido, o procedimento adotado foi o de apontar para as contribuições de Joan Robinson na construção de um arcabouço teórico capaz de dar conta das grandes transformações da economia contemporânea, em particular no seu sistema de produção - que, para muitos está passando por uma "terceira revolução industrial" - num mundo em que a presença de estruturas industriais oligopolizadas já se tornara um fato consensual.

Ao longo do trabalho, destacaremos os principais elementos constitutivos do pensamento de Joan Robinson sobre o oligopólio e o progresso técnico, chamando a atenção para a utilização do instrumental e da linguagem neoclássicos na construção de uma teoria que se pretende heterodoxa ou não-neoclássica, e, num segundo plano, para a montagem e uso de modelos teóricos, bem como de sua capacidade de representar a "realidade"[1].

Discutiremos também a interpretação convencional de que o tema "oligopólio" é um tema "microeconômico", enquanto que o do "progresso técnico" pertence à "macroeconomia", especialmente quando referidos aos escopos de A Economia da Concorrência Imperfeita e de A Acumulação de Capital, os seus dois principais trabalhos neste particular. Isto, apesar da própria Autora parecer corroborar essa dissociação quando reconhece que

> "...é excessivamente difícil conduzir a análise dos movimentos gerais de uma economia ao longo do tempo, envolvendo mudanças na população, a acumulação de capital e mudanças técnicas e, ao mesmo tempo, uma análise das relações detalhadas entre volume de produção e preço de bens específicos. Os dois conjuntos de problemas devem ser resolvidos, mas cada qual deve ser tratado separadamente, isolando o outro através de hipóteses simplificadoras". (Robinson, 1956a: v)

Mostraremos que ao longo de toda sua obra, a preocupação central da Autora foi a de construir uma teoria capaz de explicar os fenômenos reais, e mais particularmente o fato de que o sistema econômico não apenas funciona razoavelmente bem sem que haja pleno emprego dos fatores (e mais especificamente do "fator" força de trabalho), mas também, e principalmente, sem que haja qualquer tendência à sua plena utilização - ao contrário do que afirma a teoria neoclássica. Em particular, procuraremos demonstrar que o

---

1. O primeiro desses problemas, na verdade, não constitui uma exclusividade da obra de Joan Robinson, também se fazendo sentir nas análises do pensamento de Keynes e Schumpeter, entre outros.

tema "oligopólio e progresso técnico" não só está presente na obra de Joan Robinson, como representa uma parte constitutiva da mesma.

Assim, o ponto de vista aqui elaborado é o de que Joan Robinson tem uma análise da problemática do progresso técnico, que toma como pano de fundo inquestionável uma estrutura industrial oligopolizada (e internacionalizada), na qual as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P & D) - seja de produtos, seja de processos de produção - cumprem um papel fundamental na estratégia de concorrência que visa a criação, manutenção e expansão dos mercados. Ao mesmo tempo, sua obra também pode ser vista como uma que vê nas mudanças tecnológicas - particularmente as vinculadas aos processos de produção - um elemento de caráter estrutural, potencialmente gerador de desemprego. Da mesma forma que a maioria dos atuais trabalhos heterodoxos nesta área, também Joan Robinson tomou como ponto de partida a crítica às teorias modernamente chamadas demand pull e technology push, elaboradas sob o paradigma neoclássico, em que prevalecem subjacentes as noções de equilíbrio e o critério maximizador[2].

Em suas quatro contribuições de maior fôlego teórico - A Economia da Concorrência Imperfeita (1933), Um Ensaio Sobre a Economia Marxista (1942), a Acumulação de Capital (1956a) e Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento Econômico (1962) - a Autora oferece idéias inovadoras a respeito da teoria dos mercados (e dos preços), do processo de acumulação e do progresso técnico. Suas idéias referentes ao tema desta tese, desenvolvidas nestes quatro livros (e nos inúmeros artigos e ensaios correlatos) permaneceram, aparentemente, dissociadas. É possível que esta aparente dissociação explique porque as contribuições de Joan Robinson para o tema do oligopólio e do progresso técnico não tenham, até agora, atraído a atenção dos estudiosos.

Os quatro capítulos em que se divide esta tese giram, respectivamente, em torno dos quatro livros mencionados acima. A concepção básica sobre a qual esta tese está construída é a da importância de se ressaltar, na obra de Joan Robinson, não tanto as hipóteses simplificadoras por ela adotadas mas, pelo contrário, seus próprios comentários e "interpretações", pois é neles que se encontram, segundo o ponto de vista aqui defendido, os elementos mais "realistas" e mais ricos, em termos analíticos, da sua contribuição.

Essa idéia, de que na caracterização da obra de Joan Robinson deve prevalecer a análise do conteúdo de suas proposições, em detrimento da forma em que são apresentadas, inspira-se em Schumpeter, para quem o instrumental analítico utilizado independe das idéias que são expostas:

> "O princípio marginal, em si, é um instrumento de análise, cujo uso se impõe com o amadurecimento da técnica analítica. Marx o teria usado sem hesitação, se tivesse nascido cinqüenta anos mais tarde. Não pode servir para caracterizar uma escola econômica mais do que o uso do cálculo serviria para caracterizar uma escola ou um grupo, em matemática ou física" (Schumpeter, 1954, III: 141)

Ou em outra passagem:

---

2. Nas teorias demand pull o mercado é o principal determinante das mudanças técnicas, sinalizando, através das curvas de demanda (preços relativos e quantidades), as "necessidades sociais" e portanto, a direção a ser seguida pelo progresso técnico. Supondo-se dadas as alternativas tecnológicas, o que se teoriza é o processo de escolha da técnica, que deve respeitar o princípio maximizador. Nas teorias technology push, a tecnologia é tomada como um fator autônomo ou quase autônomo, e o processo inovativo é considerado como uma evolução unidirecional e natural que se inicia na "ciência", passa pela "tecnologia" e termina na "produção". Para um resumo crítico destas teorias e referência bibliográfica básica, veja-se Dosi (1984). Para um estudo que relaciona as estratégias tecnológicas das firmas à análise setorial segundo a abordagem neoschumpeteriana, veja-se Heller (1991a).

> "Os economistas matemáticos não formam nenhuma escola, em qualquer sentido útil do termo, pelo menos não mais do que, por exemplo, o grupo de economistas capazes de ler italiano" (Schumpeter, 1954, III: 248)[3].

O uso do instrumental tipicamente neoclássico, como as curvas de oferta e demanda, ou até mesmo a "função de produção", e de conceitos tais como "substituição de fatores" é uma das características da obra de Joan Robinson. Para a Autora, a função deste instrumental foi muito mais a de permitir a comunicação e o diálogo com seus contemporâneos, particularmente os ortodoxos, e, desse modo, avançar a discussão para além da ortodoxia.

De fato, as idéias que Joan Robinson desenvolve e explicita independem do instrumental que ela utiliza. Mas, o fato de utilizar a linguagem neoclássica, se por um lado permitiu o diálogo e a controvérsia com a teoria vigente, por outro acabou por abrir um flanco através do qual a própria ortodoxia foi capaz de reformular-se e incorporar parte das críticas. Esta é, por exemplo, a avaliação de Sheila Dow, que ao analisar os debates dos anos trinta em torno da crítica ao modelo da concorrência perfeita e o dos anos sessenta sobre a teoria do capital - nos quais Joan Robinson teve participação ativa e fundamental - conclui que o diálogo não teve os efeitos esperados (do ponto de vista da heterodoxia). Para Dow, isto decorreu principalmente do fato dos paradigmas alternativos, por não terem chegado a usar sua própria linguagem, não terem sido compreendidos como sistemas independentes que se contrapunham ao vigente, mas apenas como modificações deste. Segundo ela,

> "Os paradigmas alternativos devem ser expressos em termos de modelos e instrumentos distintos do paradigma vigente, pois isto permitiria que fossem julgados como sistemas separados e não como modificações dos paradigmas existentes.... [Os paradigmas alternativos] devem resistir às pressões no sentido de adotar a metodologia vigente" (Dow, 1980: 378).

O ponto de vista que aqui se defende é o de que a utilização da linguagem e do instrumental de análise neoclássicos não significa concordância de Joan Robinson com esta teoria, embora tenha constituído não apenas uma oportunidade para que as proposições da Autora fossem incorporadas à abordagem que pretendia criticar, como também dificultaram a própria compreensão do seu pensamento[4]. Isto ocorreu, por exemplo, tanto com A Economia da Concorrência Imperfeita - que para muitos transformou-se apenas num modelo de estrutura de mercado, amalgamado ao de Chamberlin e incorporado aos manuais de microeconomia - quanto com A Acumulação de Capital - que costuma ser visto como um modelo de crescimento estável, sem progresso técnico (ou, na melhor das hipóteses, com progresso técnico neutro), que praticamente não se diferencia de outras contribuições, como, por exemplo, as de Harrod e

---

3. O processo de matematização da teoria econômica acelerou-se desde então. Para uma avaliação não-maniqueista e um roteiro de leituras preliminares sobre o tema, veja-se Bianchi (1996).

4. Este aspecto é ressaltado por Gram (1991: 129-130): "[Joan] *Robinson escolheu centrar sua crítica à teoria econômica neoclássica naquilo que considerava ser o seu tendão de Aquiles: o problema de atingir o equilíbrio, ou o que os teóricos neoclássicos denominam problema da estabilidade. A dificuldade desta estratégia é que ela aparentemente não desafia a teoria cuja estabilidade está sendo questionada. E uma vez que os teóricos do equilíbrio geral vem, já há algum tempo, enfrentando a tarefa de desenvolver uma prova da existência da estabilidade (baseados numa teoria de como as expectativas são formadas), os defensores do ponto de vista de Joan Robinson correm o risco de serem simplesmente considerados bons economistas neoclássicos... Atacar aquela teoria* [a neoclássica] *principalmente nos termos de que ela não apresenta uma explicação satisfatória sobre como se atinge o equilíbrio geral acaba por dar uma certa legitimidade à estrutura teórica subjacente que hoje em dia é identificada genericamente como economia neoclássica*".

Domar, ou de Kaldor, que foram igualmente simplificados e incorporados ao sistema ortodoxo dos manuais de macroeconomia.

Excelentes exemplos de como as idéias de Joan Robinson foram incompreendidas podem ser encontrados nos textos que compõem os dois volumes em sua homenagem organizados por Feiwel (1989a e 1989b). A maioria deles, que se pretendem "inspirados" em Joan Robinson, têm caráter essencialmente contrário às suas idéias. Nas palavras de Harcourt,

> "[Joan Robinson] teria odiado esta publicação em sua honra e em sua memória. Na verdade, ela teria dito, a respeito de vários dos autores que contribuem para esta obra, que preferiria que eles parassem de elogiá-la e ao invés disso respondessem suas perguntas. Ela detestava a maneira pela qual eles tratavam a economia, e tinha horror dos danos que ela acreditava que eles causaram à matéria". (Harcourt, 1991a: 159)[5].

Apesar da abrangência dos seus interesses, que se refletem no tamanho de sua obra, não há um único texto que se possa considerar como referência básica ou inicial da abordagem de Joan Robinson sobre "oligopólio e progresso técnico". Entretanto, este tema está subjacente em todos os seus escritos, e, mais do que isso, constitui, ao lado da teoria do emprego, o elo de ligação que lhes dá consistência e unicidade. Aliás, são suas reflexões e principalmente suas autocríticas à abordagem destes assuntos que mostram a evolução do pensamento de Joan Robinson, desde seus primeiros escritos até o final de sua vida. O esforço desta tese é justamente o de extrair, dos seus trabalhos, sua visão sobre o oligopólio e o progresso técnico.

Como não poderia deixar de ser, o ponto de partida foi seu primeiro livro, A Economia da Concorrência Imperfeita, publicado em 1933. Sua contribuição, neste livro, é, em geral, considerada como a construção de um modelo de estrutura de mercado "mista", com características de concorrência e de monopólio, e neste sentido, pertencente ao escopo da "microeconomia". No primeiro capítulo discute-se esta interpretação e sugere-se que, mesmo não sendo equivocada, ela não explora toda a riqueza da contribuição de Joan Robinson. Assim, o capítulo dedica-se a mostrar que A Economia da Concorrência Imperfeita, ainda que explicitamente inspirada na crítica de Sraffa (1926) ao modelo de concorrência perfeita, também contribuiu para a discussão da teoria do emprego, na medida em que privilegia a análise do mercado de trabalho. Neste sentido, o livro participa, mesmo que indireta e de certo modo prematuramente, da revolução keynesiana. Ao mesmo tempo em que constrói um modelo geral de estrutura de mercado - em que a concorrência perfeita e o monopólio são considerados casos especiais - Joan Robinson demonstra, com o instrumental neoclássico, que a distribuição da renda não obedece à norma ortodoxa segundo a qual cada classe recebe o equivalente à sua participação no processo de produção, ou se se preferir, ao seu produto marginal.

A mesma preocupação de generalizar a teoria da concorrência, presente em A Economia da Concorrência Imperfeita, é verificada nos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego, que tentam aplicar as

---

5. Entretanto, recomenda-se, dos textos que compõem estes dois volumes organizados por Feiwel, os relatos pessoais e as entrevistas: Arrow (1989), Chipman (1989), Foley (1989), Goodwin (1989), Gram (1989b), Hahn (1989), Labini (1989), Matthews (1989), Modigiliani (1989), Nell (1989), Patel (1989), Samuelson (1989), Scitowsky (1989), Solow (1989), Streeten (1989), Tarshis (1989) e Tobin (1989).

concepções da Teoria Geral a temas que não foram suficientemente desenvolvidos no livro de Keynes. Nestes ensaios, o procedimento adotado por Joan Robinson foi o de analisar os efeitos de eventuais alterações de determinados parâmetros do modelo keynesiano, (como, por exemplo, a propensão a poupar, a taxa de juros, a taxa de câmbio, ou ainda o progresso técnico), sobre o nível de emprego. Sob a influência de Kalecki, Joan Robinson passaria a considerar que o nível de emprego é afetado pelas modificações na distribuição da renda (que claramente não obedecem à norma neoclássica). Sua leitura e interpretação de O Capital, por sua vez, não apenas inspiraram Um Ensaio Sobre a Economia Marxista, como levaram a que a Autora incorporasse, em sua análise, modelos bisetoriais (de investimento e consumo), e passasse a privilegiar os efeitos do progresso técnico sobre a distribuição da renda, sobre o nível de emprego e sobre as relações intersetoriais, essencialmente assimétricas. Surgiram, assim, suas primeiras tentativas de classificação das "invenções", isto é, das inovações, segundo estes diferentes impactos. Estes assuntos são o tema do segundo capítulo desta tese.

O esforço de generalizar a Teoria Geral ganhou maior envergadura quando dirigido a aplicar seus princípios básicos para o longo prazo. Embora esta tentativa já se faça presente nos ensaios das décadas de 1930 e 1940, ela se torna efetivamente a preocupação central da Autora na década de 1950, através de A Taxa de Juros e Outros Ensaios e A Acumulação de Capital. Inspirada em vários modelos de acumulação, Joan Robinson desenvolveu aí a sua própria contribuição, privilegiando, mais do que antes, e certamente mais do que seus contemporâneos, o papel do progresso técnico. A ausência de um instrumental alternativo para tratar desta questão levou a Autora a procurar, na teoria vigente (neoclássica), os elementos que pudessem auxiliar sua tarefa. Sua crítica à função de produção neoclássica (que seria este instrumental) e sua tentativa de reformulá-la numa "pseudo função de produção" (o que à primeira vista lhe parecia adequado), deu origem e alimentou a controvérsia do capital. Esta é a temática abordada no terceiro capítulo.

O quarto capítulo avalia os Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento, e alguns outros textos que, assim como estes Ensaios, são considerados, pela própria Autora, complementares ao A Acumulação de Capital. Nele se discute a maneira pela qual Joan Robinson classificou o progresso técnico, seu tratamento da questão no âmbito microeconômico das decisões empresariais, no âmbito macroeconômico das relações inter-setoriais e algumas de suas incursões no debate sobre planejamento. O capítulo inclui também a autocrítica da Autora.

Em todos os capítulos, à semelhança do procedimento da própria Autora, a estrutura industrial oligopolizada aparece como um "dado", o que, se por um lado, parece oferecer pouco material para avaliar as idéias de Joan Robinson a este respeito, por outro denota que ela incorpora o oligopólio como componente básico dos seus modelos. Nosso esforço, neste sentido, é o de destacar e chamar a atenção para o papel do oligopólio na organização do raciocínio da Autora. Sua experiência no Monopolies and Restrictive Practices Commission (Comissão de Monopólios e Práticas Restritivas), no Swan Committee on Patents (Comitê de Patentes) e no Committee on Resale Price Maintenance (Comitê de Manutenção de

Preços de Revenda) está descrito no Anexo I desta tese (que inclui outras informações básicas sobre sua vida e obra).

Ao longo da tese, enfatiza-se também uma das características mais importantes do "método robinsoniano", que consiste em desenvolver seus argumentos através de "aproximações sucessivas", o qual, partindo de um modelo básico, vai relaxando, aos poucos, as hipóteses simplificadoras. Entre os pressupostos simplificadores, está, quase sempre, o da concorrência perfeita, e toda vez que necessário para uma primeira aproximação ao tema, o do progresso técnico neutro. Segundo a interpretação que aqui se desenvolve, e isto é fundamental, a concorrência tem um significado bastante distinto, que não deve ser confundido com uma espécie de "recaída neoclássica". Ela tem como principal função a de ser uma das condições para o funcionamento harmonioso do sistema, cujo papel, por sua vez, é de ser um "modelo" de referência, exatamente para destacar o quão improvável é sua prevalência, não apenas no mundo real mas também em termos teóricos. A outra função da concorrência, que compartilha com a neutralidade do progresso técnico, em seus modelos básicos, é a de permitir o destaque às principais relações de causalidade que constituem sua visão do funcionamento do sistema capitalista.

A utilização de modelos constitui um "método" de descrição do objeto de análise - a economia capitalista - e implica na definição dos elementos considerados fundamentais para a caracterização deste objeto. Joan Robinson constrói estes modelos para explicitar as relações de causalidade elementares que explicam o funcionamento característico de uma economia capitalista, em que se destaca a incapacidade de garantir um processo de desenvolvimento "suave" e/ou o "pleno emprego dos fatores de produção". Ao demonstrar, analiticamente, a complexa inter-relação entre os vários determinantes, ou se se preferir, das condições necessárias e suficientes para o funcionamento "harmonioso" do sistema, a Autora simultaneamente indica quão improvável é seu funcionamento e abre espaço para discutir as conseqüências de eventuais e prováveis vicissitudes.

A análise de Joan Robinson é claramente keynesiana, no sentido de que é totalmente baseada no princípio da demanda efetiva. As condições de estabilidade do sistema passam pela capacidade de ajustamento dos preços e dos salários nominais, de modo que os salários reais sejam suficientes para realizar a oferta de bens de consumo, e pela concepção de que o investimento, sendo regido pela expectativa de lucros (e não pela "poupança"), não cause excesso nem escassez de trabalho. Assim, a estabilidade depende do grau de concorrência vigente e do ritmo e direção do progresso técnico, bem como do seu grau de difusão pelo sistema. Especificamente no que se refere ao progresso técnico, é importante ressaltar um aspecto que se caracteriza como um corte definitivo com a teoria neoclássica: trata-se do reconhecimento de que a escolha da técnica, que faz parte da decisão de investir, se faz em função das expectativas de lucro e da estratégia de concorrência (efetiva e/ou potencial), e não meramente como ajuste à "variação dos preços de fatores".

Joan Robinson tem pleno conhecimento do artificialismo do modelo básico que constrói, e o explicita ao afirmar, por exemplo, que "*é necessário apenas estabelecer as condições requeridas pela estabilidade para ver o quão precária é a estabilidade sob as regras de jogo capitalistas*". (Robinson,

1956a: 89). Esta consciência é uma outra característica permanente no seu trabalho, e na verdade constitui-se no sustentáculo de suas críticas aos demais autores. Vale ressaltar que ela não se opõe ao uso de modelos simplificados (ela mesma os utiliza), mas exige que os pressupostos em que se baseiam sejam sempre e claramente explicitados. Joan Robinson sempre os explicita, e vai além, na medida que analisa as conseqüências de seu relaxamento. Também estes aspectos são ressaltados ao longo dos quatro capítulos da tese.

Uma questão para a qual é preciso chamar a atenção é a de que a "controvérsia de Cambridge" foi tratada, nesta tese, apenas na medida em que os debates contribuem para o desenvolvimento do tema central. O mesmo procedimento foi adotado em todos os demais casos, isto é, as controvérsias em que esteve envolvida, direta ou indiretamente. Isto significa, por exemplo, que não nos dedicamos às comparações entre A Economia da Concorrência Imperfeita e A Teoria da Concorrência Monopolista, de Chamberlin, ou entre o seu modelo de acumulação e crescimento aos de Harrod e Kaldor. Também não nos dedicamos aos debates que surgiram em torno de sua interpretação "herética" da teoria marxista.

Também é importante alertar que não nos propusemos a comparar as idéias de Joan Robinson sobre o oligopólio e o progresso técnico com as de Labini no seu livro de mesmo título. De um modo geral, defendemos aqui que a Autora expõe explicitamente uma visão moderna da concorrência, entendendo-a como um processo de competição entre os diferentes capitais em busca de espaços de valorização e que em geral, mesmo quando levam à monopolização, não impedem (às vezes até engendram) o surgimento de novos mercados. O progresso técnico, além de ser o principal instrumento de competição, é um fator que altera substancialmente as relações inter firmas, intersetoriais e a distribuição da renda, o que por sua vez tem um papel fundamental no próprio processo de crescimento econômico.

Nosso estudo nos leva a defender, como hipótese de trabalho, a riqueza da contribuição da Autora, a despeito do uso de modelos simplificados, que no seu caso tem a única - embora nem por isso pouco importante - função (analítica) de explicitar as principais relações de causalidade no funcionamento de uma economia capitalista, sem pretender descrever seu funcionamento real em toda sua complexidade. Deve-se chamar a atenção inclusive, para o fato de que, na verdade, não existe apenas um modelo, mas, pelo contrário, vários são construídos a partir de seus modelos básicos - e nisso reside boa parte da riqueza e complexidade de sua abordagem, a despeito dos que a criticam por não oferecer uma única solução que tudo explica[6].

Joan Robinson tem, aliás, uma visão bastante crítica de sua utilidade:

> "Não devemos esperar encontrar, na realidade, uma economia na qual a relação entre capital e trabalho se eleva apreciavelmente num estado constante de conhecimento tecnológico, e é somente a este caso que a análise precedente se aplica.

6. Um exemplo de "irritação" com a variedade de alternativas presentes num mesmo modelo - como o de Joan Robinson em A Acumulação de Capital - é o expresso por Klein: "*Seu estudo é uma ampla coleção de afirmações lógicas sobre o padrão temporal da produção, do emprego, do capital, dos lucros, dos salários, etc., em seu macromodelo, sob uma variedade de pressupostos especiais*" (Klein, 1958: 624) e embora contenha "*flashes brilhantes de insight, infelizmente não parece levar a qualquer lugar em particular*" (Klein, 1958: 622).

> A análise foi construída com tanta elaboração não para oferecer um modelo para economias reais, mas para evitar uma confusão de pensamento na qual é muito fácil cair..." (Robinson, 1956a: 150-151)[7].

Ainda no sentido de defender a hipótese de que o uso de conceitos e instrumentos da teoria neoclássica não significa, no caso de Joan Robinson, adotar os princípios desta teoria, mas tem por objetivo estabelecer a comunicação com seus opositores, vale a pena citar a própria Autora, numa passagem em que comenta o livro de Shackle (1967) e ressalta que muito mais que a preocupação de construir uma nova teoria, estava presente a de entender - e se necessário para tanto, a de construir o instrumental - os fenômenos reais da época. Ao responder a George Shackle, responde também a Sheila Dow:

> "George Shackle tratou a 'alta teoria' como um movimento puramente intelectual, mas na verdade ela teve como origem a situação real dos anos trinta: o colapso da economia de mercado a nível mundial durante a Grande Depressão. ...O movimento dos anos trinta foi uma tentativa de levar a análise econômica a tratar de problemas econômicos reais. A discussão de um problema real não pode evitar a questão do que se deve fazer a respeito desse problema; as questões de política econômica envolvem a política: o laissez faire não passa de uma entre outras políticas. A política envolve a ideologia; não existe nada parecido com um problema 'puramente econômico' que possa ser resolvido pela lógica puramente econômica; os interesses e os preconceitos políticos estão presentes em qualquer discussão a respeito de questões reais. Os participantes de qualquer controvérsia dividem-se em escolas - conservadoras ou radicais - e a ideologia está pronta a penetrar na lógica. No campo da Economia, tal como ocorre no da teologia, os argumentos visam a apoiar doutrinas e não a submeter hipóteses à prova". (Robinson, 1977a, CEP5: 1)

Vale destacar ainda que o uso que Joan Robinson faz dos modelos não é o de pretender descrever o funcionamento da economia capitalista em todos os seus aspectos, mas o de ressaltar seus elementos constitutivos e as principais relações de causalidade entre eles. Este método, com este objetivo, é radicalmente diferenciado da "modelagem" tradicional, e isto também foi pouco compreendido por seus intérpretes, como aqueles que embora façam excelentes resenhas dos livros da Autora, destacando a riqueza e a variedade das proposições por ela sugeridas, consideram que seu maior defeito consiste em tecer "milhões" (sic) de considerações, que impossibilitam que se chegasse a um resultado final definido.

O que se pretende demonstrar é que a contribuição de Joan Robinson vem sendo parcialmente negligenciada (e às vezes injustamente criticada), como decorrência do modo pelo qual expõe suas idéias, que é considerado, por uns, por demais "modelístico" e por outros, "pouco matematizado", até mesmo quando referidos ao seu livro mais "ortodoxo", isto é, A Economia da Concorrência Imperfeita[8].

---

7. A proposição em que é "fácil cair" e é uma das questões centrais de A Acumulação de Capital, é a de que *"um aumento na mecanização se associa a uma queda da taxa de lucro e a uma elevação dos salários reais é* [uma idéia] *passível de ser confundida com a doutrina segundo a qual a mecanização crescente causa a queda dos lucros e a elevação dos salários ... mediante a redução da 'produtividade marginal do capital' e a elevação da do trabalho. Nosso argumento levanta o fato de que é a acumulação enquanto tal que tende a elevar os salários, enquanto que a mecanização contrabalança a queda da taxa de lucro que ocorreria se a acumulação continuasse na ausência de um ambiente oportuno para a mecanização. Esta distinção é da maior importância, e se torna ainda mais significativa ... quando se adiciona o progresso técnico. Nossa análise também é significativa de outro modo. A dificuldade de manter o ritmo da acumulação em economias reais é freqüentemente atribuída à 'falta de oportunidades de investimento', mas, num sentido técnico, nunca há uma falta de oportunidades de investimento até que o auge tenha sido atingido. Sempre há uso para mais capital enquanto for possível elevar o grau de mecanização. E mesmo que a inventividade tenha se exaurido, e a tecnologia mais moderna tenha sido explorada, nova acumulação poderia ser absorvida pela elevação dos salários reais até que a taxa de lucro tivesse caído a zero..."* (Robinson, 1956a: 150-151, grifos nossos).

8. Um exemplo típico de desconforto com o excesso de matematização e de geometria pode ser visto na resenha feita por Shove (1933b: 660-661): *"Os termos são definidos e os pressupostos são estabelecidos de modo mais completo do que o usual em tratados de teoria econômica...; o argumento é apresentado de forma límpida e com notável precisão. Estas são grandes virtudes. O 'alto grau de abstração' dos 'pressupostos altamente simplificados' e a conseqüente impossibilidade de aplicar o resultados diretamente ao 'mundo real' são plenamente reconhecidos; isto também é uma virtude... A restauração da 'receita marginal' em seu lugar próprio como contrapartida do 'custo marginal' é um ganho*

Em suma, o que se pretende demonstrar é que Joan Robinson tem uma interpretação dos problemas atuais do capitalismo - em que se destaca a questão do desemprego - que estão intimamente relacionados à presença de estruturas industriais oligopolizadas e que podem e devem ser analisados à luz das questões que envolvem o progresso técnico, ou seja, não apenas as decisões de investir mas também e particularmente as decisões de inovar. Esta abordagem é de caráter essencialmente não-neoclássico, ainda que a autora faça uso do instrumental e da linguagem neoclássicos.

Nota Sobre as Fontes Utilizadas

Esta pesquisa iniciou-se com o material publicado e existente no Brasil, distribuído entre as diversas bibliotecas universitárias e até mesmo do Congresso Nacional. Para reuní-lo, contou-se com o Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT - , da CAPES/SESU e IBICT/FINEP. Uma parte do material que, embora publicado, não se encontrava no Brasil, foi obtido através do International Photocopy Service, Document Supply Centre, da British Library de Londres. A coleta de material publicado, existente no Brasil e no exterior foi intermediada pela Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara. O restante das fontes, tais como as de mais difícil acesso, ou as inéditas (textos mimeo e correspondência) foram pesquisadas na Inglaterra, num período total de quatro meses.

O levantamento da correspondência foi efetuado junto ao Modern Archive Centre (King's College) e à Wren Library (Trinity College), ambos na Universidade de Cambridge. Estes dois arquivos também guardam textos inéditos (versões manuscritas ou datilografadas), de Joan Robinson, de seus contemporâneos e de seus críticos, bem como textos raros (que incluem panfletos e publicações em jornais e semanários), cuja coleta foi complementada junto à Marshall Library, da Faculty of Economics, também na Universidade de Cambridge, e na British Library em Londres.

Paralelamente, fez-se também o levantamento dos artigos que foram reproduzidos em mais de um periódico e/ou coletâneas, parcial ou totalmente, e as respectivas alterações, quando era o caso. Tomou-se o cuidado de verificar se a correspondência consultada nos Arquivos já se encontra publicada. As referências e citações a partir de originais ainda não publicados foram devidamente identificadas. Incluiu-se, na bibliografia, as referências dos textos da Autora que foram traduzidos para o português.

---

definitivo... Mas será que toda esta abstração era realmente necessária? Em alguns aspectos, Joan Robinson mais recua do que avança em direção ao 'ideal muito distante de construir uma análise que seja capaz de solucionar os problemas apresentados pelo mundo real'... Sem dúvida...isto faz com que o tratamento diagramático seja mais fácil; e há diagramas ao longo de todo o livro, tanto que ele quase poderia ser chamado de Ensaio Geométrico de Economia Política. Mas se devemos avançar, em direção ao 'ideal distante', será que não chegou a hora de abandonar os diagramas - ainda que tenham sido úteis (e ainda o são pedagogicamente) para elucidar algumas idéias gerais e fundamentais? Ainda que o objeto seja adequado ao tratamento matemático (o que está em discussão), será que o uso de curvas é adequado? É significativo que Joan Robinson tenha tido que 'pedir auxílio de um matemático para estabelecer algumas demonstrações'...".

Por outro lado, um exemplo típico de crítica que ressalta a insuficiência da matemática e da geometria pode ser encontrado na resenha de Nichol (1934: 259): *"Economistas que falam a língua inglesa intimidam-se estranhamente com símbolos matemáticos. Para os não iniciados, estes símbolos parecem signos cabalísticos, manuscritos do demônio; mas não se necessita realmente de longos anos de treinamento matemático para que se compreenda seu uso inocente em teoria econômica. Num tempo bem inferior ao que é necessário à leitura do livro da Sra. Robinson, qualquer economista com algum conhecimento de álgebra elementar pode assimilar o Cálculo para Economistas de Irving Fisher. Ele terá então, à sua disposição, um conjunto de instrumentos analíticos muito mais completo e preciso do que o que poderia vir da escola da geometria. A Sra. Robinson considera que o trabalho dos outros autores no mesmo campo que o seu estão sobrecarregados do uso excessivo de símbolos matemáticos. No julgamento deste autor, seu próprio trabalho é que está sobrecarregado por diagramas em excesso...".*

Em função desta pesquisa, decidiu-se incluir na bibliografia (Anexo II), além dos textos citados na tese, também aqueles que, embora lidos, não foram explicitamente mencionados - como, por exemplo, as inúmeras resenhas dos livros de Joan Robinson. Esta decisão baseou-se no fato de que, na verdade, o levantamento da obra publicada da Autora ainda não está totalmente consolidada[9], e não há, como no caso de Keynes ou mais recentemente, de Kalecki, um conjunto organizado dos seus trabalhos, na forma de "Obras Completas"[10]. Infelizmente, nem todos os seus trabalhos sobreviveram à destruição engendrada pela própria Autora, em 1971, que, conforme Turner (1989: 157), visava impedir que se escrevesse sobre sua vida, como fizeram com Keynes. A biografia oficial de Joan Robinson, portanto, ainda está por ser feita.

9. Até mesmo a mais recente bibliografia publicada - Marcuzzo (1996b) - é reconhecidamente incompleta.
10. Respectivamente: The Collected Writings of John Maynard Keynes, (CWJMK) e Collected Works of Michal Kalecki (CWMK).

I

A ECONOMIA DA CONCORRÊNCIA IMPERFEITA, SUAS REVISÕES E REINTERPRETAÇÕES

I.1 - A Economia da Concorrência Imperfeita no âmbito da análise do equilíbrio parcial

Em A Economia da Concorrência Imperfeita, o objetivo explicitado pela Autora é o de apresentar "uma caixa de ferramentas" inspirada nas críticas de Sraffa à teoria da concorrência perfeita[1], ou seja, de "*desenvolver sua fértil sugestão de que toda a teoria do valor deve ser analisada em termos da análise do monopólio*". (Robinson, 1969g: xiii)[2].

Esta é uma das passagens mais citadas e tem servido de base à interpretação mais comum deste livro, como é o caso das de Shackle e de Loasby, para quem a importante conclusão de Joan Robinson, nesta obra, diz respeito à necessidade e/ou possibilidade do abandono radical da concorrência perfeita e a adoção de uma estrutura de mercado com caraterísticas monopolísticas; é "radical" no sentido de que substitui a concorrência perfeita.

Shackle identifica nesta obra de Joan Robinson uma das alternativas que surgiram, dentro dos marcos da análise do equilíbrio parcial, como resposta ao "dilema" de Sraffa, que eram, por um lado, o monopólio, e, por outro, a concorrência imperfeita:

> "O dilema de Sraffa primeiramente apareceu como uma simples questão: o que limita o tamanho da firma se os custos por unidade da produção física diminuem a cada aumento da quantidade produzida? Sraffa encontrou a pista em Marshall: as quantidades de produção aumentadas somente podem ser vendidas a preços por unidade que diminuem mais rapidamente do que o custo da produção física, conforme aumenta a produção. Dois caminhos se abriam àqueles que queriam seguir esta sugestão. Poder-se-ia argumentar que a teoria do monopólio tinha sido fornecida por Cournot e se, nas palavras de Sraffa, era 'necessário ... abandonar o caminho da competição livre e se voltar ... para o monopólio', era somente necessário se confiar no trabalho de Cournot ou, no máximo, seguir seu exemplo e utilizar a análise matemática nas condições monopolistas. Seguindo esta orientação, Yntema, de fato, apresentou uma teoria da firma concisa, incisiva e quase completa, paralela à de Cournot, mas usando a diferenciação com relação à quantidade produzida em vez de com relação ao preço. O outro caminho consistia em encontrar, elemento por elemento, uma contrapartida do modelo da firma fornecido pela teoria da competição perfeita. Este segundo caminho, que consiste na demolição, peça por peça, e na substituição do modelo perfeitamente competitivo, era, num certo sentido, mais árduo, pois em vez de 'dar passos livres num terreno inexplorado', o explorador tinha um campo atravancado pela teoria existente. O explorador que abriu este caminho foi Harrod e quem o transformou numa auto-estrada foram Joan Robinson e Kahn no papel de seu conselheiro". (Shackle, 1967: 27-28)[3].

---

1. Trata-se do célebre artigo intitulado "The Laws of Returns under Competitive Conditions", publicado no The Economic Journal, em dezembro de 1926. Este artigo, por sua vez, foi precedido por outro, mais extenso porém menos divulgado e por isso talvez menos polêmico, "Sulle Relazione fra Costo e Quantità Prodotta" (Sraffa 1925), que fez com que Keynes encomendasse o de 1926.
2. Alguns autores fazem questão de enfatizar que a expressão "caixa de ferramentas", atribuída originalmente a Joan Robinson, foi na verdade criada por Pigou. Veja-se Birmingham Post (1933: 4) e Harcourt (1990a: 419).
3. Citação a partir da versão em português. Para a reivindicação do pioneirismo de Harrod veja-se Besomi (1995). Em defesa da originalidade de Yntema, veja-se a sua própria resenha do livro de Joan Robinson, em que atribui a originalidade das curvas marginais relativas a funções lineares a Pigou, mas reivindica os direitos autorais das curvas marginais referentes a funções não lineares, e acusa Joan Robinson de "*tentar patentear conceitos utilizados em círculos universitários e conhecidos por outros estudantes de Cambridge*". (Yntema, 1935: s.p.).

A interpretação de Loasby também se refere a alternativas excludentes a partir da crítica de Sraffa, porém são mais abrangentes. Para ele, a crítica de Sraffa diz respeito em primeiro lugar à consistência interna do "paradigma"[4] da concorrência perfeita, e em segundo lugar, à sua utilidade, vis-à-vis paradigmas alternativos, como seria o do monopólio:

> "... os requisitos formais estritos da análise do equilíbrio parcial estático não permitem as condições que são logicamente necessárias para a existência da concorrência perfeita. Assim, algo deve ser eliminado. As condições de custo que tornam possível a concorrência perfeita são, de fato, compatíveis com o equilíbrio geral dinâmico; mas o equilíbrio geral é um paradigma menos útil do que o equilíbrio parcial, e a análise dinâmica ainda mais desesperançosa. Por outro lado, a teoria do monopólio oferece uma alternativa imediatamente disponível à concorrência perfeita, e ainda retém todas as condições usuais do equilíbrio parcial estático". (Loasby, 1971, 872)[5].

Para Loasby, o monopólio, embora já se fizesse presente em Marshall - e como lembra Shackle, foi sugerido por Cournot -, teria sido o modelo adotado em detrimento do modelo da concorrência. Isto seria uma prova de que o critério que vigora na escolha de paradigmas é o de suas vantagens comparativas, pois "*... o custo de abrir mão da análise do equilíbrio parcial estático em termos da teoria existente a ser descartada, era muito superior ao custo da desistência da concorrência perfeita, e os ganhos, em termos de uma teoria alternativa pronta a ser explorada, muito menores*". (Loasby, 1971: 873).

Mesmo sem entrar no mérito do debate em torno da caracterização da concorrência perfeita como "paradigma", ressalte-se a idéia de Loasby de que a escolha de Joan Robinson teria sido a de abandonar o "paradigma" da concorrência perfeita e adotar o contrário, o da concorrência imperfeita, no sentido de preservar a abordagem da análise do equilíbrio parcial, em contraste a Hicks, por exemplo, cuja opção teria sido a favor da teoria do equilíbrio geral para preservar o paradigma da concorrência perfeita[6].

Shackle também ressalta a importância da concorrência perfeita para a análise geral e para o método dedutivo:

> "[A concorrência perfeita] unifica cada mercado no qual ela vigora; e visto que o mercado de qualquer dado fator de produção uniforme pode ter a mesma extensão de toda a economia, o pressuposto da competição perfeita geral, tanto nos mercados de produto quanto nos de fatores, permite que o equilíbrio geral de toda a economia seja definido de maneira suficientemente simples, possibilitando assim um estudo da existência ou não existência, tanto num sentido lógico como matemático, de soluções que constituiriam tal equilíbrio. A renúncia do pressuposto da competição perfeita implicava colocar em risco de desintegração a teoria do valor e mesmo toda a estrutura da economia como um sistema dedutivo". (Shackle, 1967: 25-26).

---

4. O conceito de "paradigma" utilizado por Loasby apoia-se explicitamente em Kuhn (1962).
5. Loasby refere-se à seguinte passagem de Sraffa (1926: 187): "*Quando procedemos a uma maior aproximação, mantendo-nos no caminho da livre concorrência, as complicações não surgem gradualmente, como seria conveniente, mas apresentam-se simultaneamente, como um todo. Se considerarmos os rendimentos decrescentes surgidos de um 'fator constante', torna-se necessário ampliar o campo da investigação de modo a examinar as condições do equilíbrio simultâneo em diversos setores: esta é, aliás, uma concepção bem conhecida, cuja complexidade, entretanto, a impede de frutificar, ao menos no atual estágio de nosso conhecimento, que não permite o uso de esquemas muito mais simples para o estudo de condições reais. Passando às economias externas deparamo-nos com o mesmo obstáculo, pois aí também é impossível confinar, dentro de condições estáticas, as circunstâncias das quais elas se originam*".
6. Veja-se Hicks (1939).

Outras interpretações, como a de Schumpeter, são um pouco diferentes. Schumpeter considera que o grande mérito de Joan Robinson, nesta obra, foi o de ter conseguido construir um arcabouço analítico capaz de incorporar de forma coerente toda e qualquer estrutura de mercado. Neste sentido, para Schumpeter, trata-se de uma alternativa compatível, complementar e unificadora das "estruturas de mercado", constituindo-se num marco geral de análise do equilíbrio parcial[7].

A interpretação de Schumpeter distingue-se das anteriormente mencionadas, na medida em que não relaciona a concorrência perfeita (ou imperfeita) diretamente à análise do equilíbrio parcial ou geral, pois considera que a importância de A Economia da Concorrência Imperfeita de Joan Robinson reside principalmente em ter permitido que "*...toda a análise do processo de* [determinação do] *preço adquirisse uma unidade inesperada cobrindo os casos limites da concorrência perfeita e do monopólio perfeito, deixando de ser a colcha de retalhos que vinha sendo por tanto tempo*". (Schumpeter, 1934: 252)[8].

O principal instrumental utilizado por Joan Robinson e ressaltado por Schumpeter, é a curva de demanda negativamente inclinada, que origina a de receita média e de receita marginal, e seu principal efeito, além de dar unidade à análise dos mercados e da formação dos preços, foi o de permitir a simetria ao esquema da oferta e demanda.

Este debate em torno da abrangência de A Economia da Concorrência Imperfeita, tanto no que diz respeito a constituir-se ou não numa alternativa aos modelos tradicionais de concorrência perfeita e monopólio, quanto no que se refere à possibilidade do desenvolvimento da análise do equilíbrio parcial - libertada das amarras da concorrência perfeita - é complementado pela controvérsia que gira em torno da sua originalidade, seja frente aos precursores (como Cournot, Marshall e Pigou), seja com relação a seus contemporâneos (e em particular à obra de Chamberlin[9])[10]. Estes temas - da abrangência e da originalidade do livro de Joan Robinson - embora diferentes, por vezes se confundem.

---

7. Para uma análise crítica da resenha de Schumpeter ao livro A Economia da Concorrência Imperfeita, veja-se Vecchi (1996).

8. A referência à "colcha de retalhos" diz respeito aos vários "modelos" de estrutura de mercado (Marshall, Edgeworth e Chamberlin), construídos com a preocupação de determinar preços e quantidades em condições de equilíbrio. Em Business Cycles - A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process, Schumpeter concentra-se nos dos três padrões principais de imperfeição na concorrência: o monopólio bilateral, o oligopólio e a concorrência monopolista, e analisa alguns "casos" para mostrar como, dependendo das hipóteses específicas utilizadas, estes podem resultar indeterminados, ou transformar-se em modelos do tipo "monopolóides", "de liderança de preços", etc. Em particular, o modelo de Chamberlin, sob este aspecto, segundo Schumpeter, poderia denominar-se "quase-concorrência" e traz pouca contribuição teórica. Vale lembrar que para Schumpeter, a importância de se chegar à determinação de preços e quantidades em condições de equilíbrio reside no fato de que o equilíbrio cumpre o papel de "... *estabelecer a autonomia lógica ou as condições sob as quais há autonomia lógica ...* [que] *... qualquer ciência ou parte dela deve ter como primeira tarefa*". (Schumpeter, 1934: 250).

9. Trata-se do livro publicado em 1933, intitulado The Theory of Monopolistic Competition - A Re-orientation of the Theory of Value, cujas idéias, a rigor, haviam sido desenvolvidas anteriormente, em sua tese de doutoramento defendida em Harvard, em 1927. Ao contrário de Chamberlin, Joan Robinson jamais brigou pela originalidade de sua obra vis-à-vis a de Chamberlin. Pelo contrário, chega a reconhecer que "*em muitos aspectos, os pressupostos do Prof. Chamberlin eram mais interessantes que os meus, em particular aqueles relacionados com o oligopólio e a diferenciação de produtos como um processo dinâmico*". (Robinson, 1953a, CEP2: 222, n1), ou que "*várias questões que Chamberlin levantou, tais como a diferenciação deliberada de produtos como forma de concorrência, eram mais interessantes que as minhas*" (Robinson, 1977i, CME: x), ou ainda que "*os pressupostos do Prof. Chamberlin, em alguns aspectos, eram mais realistas que os meus, embora ele não quisesse deles retirar conclusões realistas*". (Robinson, 1979f, CEP5: 114). A insistência de Chamberlin em diferenciar sua contribuição da de Joan Robinson é permanente. Veja-se Chamberlin (1937a, 1937b, 1937c, 1951a, 1951b, 1952a, 1952b, 1957a e 1957b). Turner (1989: 38-39) relata que Chamberlin suspeitava que Joan Robinson tivesse tido acesso ao seu trabalho antes de escrever seu próprio livro. Segundo Turner, no entanto, esta suspeita não tem fundamento. Embora haja referências ao livro de Chamberlin na correspondência trocada entre Richard Kahn e Joan Robinson (durante a estadia deste nos Estados Unidos), Joan Robinson não parece, de fato, ter tido acesso ao seu conteúdo. Numa carta datada de 17.02.1933, Kahn menciona que Chamberlin tem a intenção de enviar uma cópia de seu livro para Joan Robinson, e afirma que "*Chamberlin vem trabalhando no seu livro há seis anos, pelo menos. Mesmo assim, não consigo encontrar ninguém que tenha alguma idéia sobre o conteúdo deste livro*". Os próprios assistentes de Chamberlin, segundo o relato de Kahn, reclamam do fato de não participarem dos poucos debates que há em torno do trabalho acadêmico desenvolvido em Harvard, cujo ambiente acadêmico é descrito por Kahn como parecido com o ambiente empresarial, onde vigora o cuidado com o "segredo industrial". (Cf. RFK/13/90/1.

10. Embora a originalidade seja em geral discutida em torno do livro de 1933, Gaffard (1988), por exemplo, ressalta que a curva de demanda negativamente inclinada já aparece em "Imperfect Competition and Falling Supply Price" (1932a).

Assim, é interessante anotar a avaliação de Galbraith, por exemplo. Para este Autor, Joan Robinson apoia-se pesadamente em Sraffa, enquanto Chamberlin, em A Economia da Concorrência Monopolista, teve uma gênese mais independente. No entanto, segundo Galbraith, ambos respeitaram a sólida tradição da análise marshalliana do equilíbrio parcial. O grande defeito do livro de Chamberlin, segundo Galbraith, foi o de não ter encontrado uma solução determinada para o equilíbrio do oligopólio, pois mesmo sob o critério da maximização dos lucros, o padrão de comportamento individual e as soluções de mercado resultantes são quase infinitas em quantidade. Para Galbraith, a contribuição de Chamberlin não chega a se constituir numa teoria do oligopólio, mas é apenas um pequeno conjunto de exemplos, e neste sentido comparável à obra de Edgeworth e de Cournot, que padecem do mesmo "defeito". Apenas Cournot ("o grande pai desta teoria", segundo Schumpeter), fica isento destas críticas, por ter sido capaz de construí-la a partir de um dos extremos (o monopólio) até o extremo oposto (a concorrência perfeita). Neste caso, ao contrário da opinião de Schumpeter, para Galbraith Joan Robinson não teria sido nada original.

Nesta mesma linha de interpretação, é importante lembrar uma outra, muito comum nos livros-texto de microeconomia: nestes, considera-se, freqüentemente, que tanto a concorrência imperfeita quanto a monopolista constituem "casos intermediários" entre a concorrência perfeita e o monopólio. Esse tipo de interpretação é a mesma que sustenta os debates em torno da "necessidade", da "utilidade" e do "realismo" do modelo, como o que ocorreu na controvérsia denominada "Archibald versus Chicago" na Review of Economic Studies, em torno das idéias de Friedman e de Stigler, de que a introdução de um novo modelo "intermediário" entre a concorrência perfeita e o monopólio só se justificaria se este modelo "intermediário" oferecesse um método de análise superior - especialmente no que se refere à capacidade de previsão - ao obtenível mediante o uso criterioso de um ou outro dos "modelos polares simples", isto é, o da concorrência perfeita ou o monopólio[11].

A originalidade de A Economia da Concorrência Imperfeita, em particular quanto aos seus precursores, é questionada por alguns autores, como Maricic que defende a riqueza da obra de Marshall baseando-se em Liebhafsky (1955), que "*mostrou como E.H. Chamberlin e J. Robinson 'inventaram' o modelo microeconômico da concorrência pura e perfeita apoiando-se na teoria pigouviana da firma e do bem-estar*" (Maricic 1988: 18) e em Moss (1984), que é uma de "*outras interpretações mais recentes ... [que] ... mostram não apenas que uma grande parte dos conceitos utilizados pela teoria da concorrência imperfeita (diferenciação de produtos, incerteza, coalizões) já estavam presentes na teoria marshalliana da concorrência, mas também que se inserem, em Marshall, no seio de uma explicação da dinâmica das estruturas industriais, sem a presença da microeconomia da concorrência imperfeita em equilíbrio parcial*". (Maricic, 1988: 18).

Maricic defende inclusive Pigou, pois, o fato de se "*... identificar a firma em equilíbrio à firma representativa marshalliana, não excluía, no entanto, a existência empírica de uma pluralidade de empresas individuais caracterizadas por curvas de custo diferentes. E.H. Chamberlin e J. Robinson*

11. A respeito do debate "Archibald versus Chicago" veja-se Sutton (1989). Os artigos específicos do debate são: Archibald (1961 e 1963), Friedman (1963) e Stigler (1963a).

supuseram que o setor era composto exclusivamente por firmas em equilíbrio dotadas de curvas de custo idênticas". (Maricic, 1988: 15).

Whitaker, por sua vez, é um autor que defende Marshall e critica Pigou - e indiretamente também Joan Robinson, pois considera que "*A Economia do Bem-Estar* [de Pigou] *foi a influência dominante no livro* [A Economia da Concorrência Imperfeita] *de Joan Robinson*" (Whitaker, 1989: 171).

A influência de Pigou é inquestionável e reconhecida pela própria Autora: na introdução à primeira edição do volume I de seus Collected Economic Papers, Joan Robinson faz uma autocrítica por ter seguido os passos - errados - de Pigou, a partir da crítica de Sraffa:

> "Quando voltei a Cambridge em 1929 e comecei a ensinar, as palestras de Sraffa penetravam nossa insularidade. Ele estava, calmamente, cometendo o sacrilégio de apontar as inconsistências em Marshall (também seu artigo de 1926 ainda reverberava) e ao mesmo tempo revelava a existência de outras escolas (ainda que não fossem melhores). Os mais velhos reagiram defendendo Marshall o melhor que podiam [Joan Robinson destaca o Simpósio Sobre Retornos Crescentes e a Firma Representativa, publicado no Economic Journal em março de 1930[12]], mas a geração mais jovem não se deixava convencer. A profunda inconsistência entre a base estática e a superestrutura dinâmica tinha se tornado óbvia demais.
>
> Neste ponto, me parece agora que eu tomei o rumo errado. O Professor Pigou havia transformado o cerne da análise de Marshall num sistema lógico de teoria estática (para fazê-lo, ele introduziu a idéia de tamanho ótimo da firma, como uma maneira de salvar a concorrência das economias internas). Ao invés de abandonar a análise estática e tentar me entender com a teoria do desenvolvimento de Marshall, eu segui Pigou e formulei a Economia da Concorrência Imperfeita sob pressupostos estáticos". (Robinson, 1951e, CEP1: vii-viii, grifos nossos).

Em outro artigo, denominado "What are the Questions?" (e que empresta seu título à última coletânea de seus trabalhos), Joan Robinson faz a crítica a Pigou e a defesa de Marshall:

> "A.C. Pigou foi um leal discípulo de Marshall e bastante ignorante no que se refere à indústria. Por isso ele construiu a curva de custo médio de uma firma em forma de U, mostrando economias de escala até um certo tamanho e custos crescentes para além deste tamanho. A firma de Pigou num mercado perfeitamente competitivo sempre vende o volume de produção que maximiza seus lucros, isto é, a quantidade para a qual um pequeno aumento da produção faria com que o custo marginal se tornasse superior ao preço. Quando o preço é superior ao custo médio a firma está realizando um lucro acima do normal, que atrai novos competidores. Quando o preço está abaixo do custo médio, algumas firmas se retiram da atividade. O equilíbrio requer que tanto o custo marginal quanto o custo médio sejam iguais ao preço, isto é, que o tamanho da firma seja tal que esteja produzindo ao custo mínimo. No equilíbrio de um estado estacionário, o fluxo de lucros obtidos por cada firma é suficiente para cobrir os juros correntes sobre o valor do capital que opera, não deixando nada como 'recompensa do empreendimento'.
>
> No mundo de Marshall, no entanto, os lucros se referem à 'habilidade empresarial de comandar o capital'; as firmas bem sucedidas retêm parte dos seus lucros para investir na expansão de suas atividades, e quanto maior o capital de que dispõem, mais fácil é tomar empréstimos. É absurda a concepção de que quando a firma realiza mais do que lucros normais fica esperando a entrada de concorrentes e retorna ao seu tamanho ótimo. Seria o cúmulo da imprudência distribuir a totalidade de seu lucro líquido para a família ou acionistas, e não haveria empréstimos se os lucros esperados não fossem superiores às despesas com juros.
>
> Se a teoria de Marshall tivesse sido considerada meritória em termos de sua hipótese, logo se veria que a saída para este dilema era oposta à proposta por Pigou. As firmas bem sucedidas acumulam e liquidam as mal sucedidas. A maioria das sociedades por ações continua a crescer, e muitos ramos competitivos tendem a uma condição de domínio por uma ou poucas firmas. Mas as grandes corporações não se comportam monopolisticamente no sentido de restringir a produção com o objetivo de elevar os preços. Elas continuam a concorrer entre si,

12. Veja-se Robertson (1930a e 1930b), Shove (1930) e Sraffa (1930a e 1930b).

> invadindo novos mercados, introduzindo novos produtos, e desenvolvendo novas técnicas, ao mesmo tempo em que criam oportunidade para o surgimento de novas pequenas empresas". (Robinson, 1977a, FCM: 11-12, grifos nossos)[13].

Estas duas passagens, e em particular os trechos sublinhados resumem, a nosso ver, a trajetória seguida pela Autora no que se refere à análise da concorrência: tendo partido de um arcabouço da análise estática (reconhecidamente pigouviano), na obra de 1933, ela chega a uma visão dinâmica de crescimento das empresas e das inovações, que se poderia lato sensu qualificar de schumpeteriano (inclusive pela distinção que faz entre os conceitos de "invenção" e de "inovação", embora às vezes os utilize como sinônimos). De passagem, tem uma visão do "oligopólio" e de estratégias de concorrência que não implicam a monopolização total mas pelo contrário, o surgimento de nichos de mercado. Mas, isto tudo são desenvolvimentos posteriores.

Na verdade, a obra de 1933 ainda tem aspectos claramente ortodoxos, que se refletem em particular, e segundo a Autora, no fato da análise ter sido feita com base no equilíbrio estático. Em seu prefácio à segunda edição de A Economia da Concorrência Imperfeita, Joan Robinson afirma:

> "Toda a análise, que na realidade consiste de comparações de posições estáticas de equilíbrio, está mascarada para aparentar a representação de um processo que ocorre ao longo do tempo". (Robinson, 1969g: vi).

ou no artigo intitulado "Thinking about Thinking":

> "[A Economia da Concorrência Imperfeita] era pré-keynesiana e tem como base um disparate - ela confunde comparações de possíveis posições alternativas de equilíbrio com a análise de um processo que ocorre no tempo. Eu postulei que cada firma produtora se defronta com uma curva de demanda para seu próprio produto, que mostra quanto poderia ser vendido a vários preços, e que a firma descobre sua posição e forma por tentativa e erro. Para que isso seja factível, a curva de demanda deveria ficar rigidamente fixa por um período de tempo suficientemente longo para que as firmas pudessem descobri-la, e as experiências de elevar e reduzir o preço para determinar a resposta das vendas teriam que ter um custo negligenciável e não causar qualquer reação no comportamento dos clientes da firma". (Robinson, 1979f, CEP5: 112)

A "estática" em contraposição à "dinâmica" (em especial a formulada por Kalecki) é o motivo pelo qual, segundo Feiwel, Joan Robinson passou a rejeitar A Economia da Concorrência Imperfeita[14]:

> "Quaisquer que sejam os méritos da Economia da Concorrência Imperfeita de Joan Robinson, um dos motivos que a levou a rejeitá-la é o fato de ter sido fortemente influenciada pela integração da concorrência imperfeita e a macrodinâmica, feita pioneiramente por Kalecki". (Feiwel, 1989c: xlvi e Feiwel, 1989d: 4).

A influência de Kalecki também é amplamente reconhecida por Joan Robinson. No que se refere especificamente à utilização de um pressuposto típico da análise "micro" na análise "macro" - isto é, do grau de monopólio na distribuição da renda - deve-se registrar a seguinte passagem na introdução que a

---

13. Sobre a auto-crítica de Joan Robinson quanto à adoção dos conceitos pigouvianos neste seu primeiro livro veja-se Loasby (1985).
14. Veja-se, por exemplo, outras autocríticas, como "'Imperfect Competition' Revisited" (1953a) e "'Imperfect Competition' Today" (1958a).

Autora escreve ao livro de Kalecki intitulado Essays on Developing Economies (1976), na qual reconhece o "grau de monopólio" como uma característica da concorrência imperfeita, entendida num sentido amplo:

> "Kalecki levou em conta a concorrência imperfeita. A razão entre margens brutas e custos diretos, no setor manufatureiro, tende a ser menor quanto mais intensa for a competição entre as firmas. A participação relativa do lucro bruto no valor adicionado depende do 'grau de monopólio', enquanto que o montante de lucro realizado no período de um ano depende do gasto capitalista. Pode-se incluir todos os tipos de reservas e complicações em seu modelo, mas sua forma mais simples expõe a relação essencial entre o princípio da demanda efetiva e a distribuição da renda". (Robinson, 1976c: 8, grifos no original)[15].

Ingrid Rima também ressalta a influência de Kalecki sobre Joan Robinson, mas enfatiza o princípio da determinação dos preços, ao considerar que A Economia da Concorrência Imperfeita relaciona-se ao que denomina "*a outra face da revolução keynesiana*", isto é, a proposição de que numa economia industrial o nível de preços é governado pelo nível das taxas monetárias de salário, "... *apenas do ponto de vista do conceito de elasticidade da demanda que Robinson adotou de Kalecki, como base da teoria de que os preços são formados pelo mark-up sobre custos primários*". (Rima, 1991b: 197). Rima destaca também o papel do mercado de trabalho:

> "Embora Robinson tenha se desencantado com a utilidade das teorias da concorrência imperfeita (e monopolista) para tratar de questões relativas às decisões empresariais sobre preços e produção, e tenha criticado, especialmente, o conceito de elasticidade da demanda como um instrumento útil, estas mesmas reservas levaram-na a reconhecer o papel singular do mercado de trabalho em economias capitalistas e que as taxas salariais relacionam a teoria do valor à teoria do emprego". (Rima, 1991b: 207, n17).

Rima é uma das poucas intérpretes que vêem em A Economia da Concorrência Imperfeita, além de um papel destacado para o mercado de trabalho, também um papel para uma das mais importantes instituições do capitalismo - os sindicatos: "*A função dos sindicatos é reduzir as imperfeições do mercado pelo lado da demanda do mercado de trabalho e aproximá-lo do ideal competitivo*". (Rima, 1991b: 200).

Mesmo os intérpretes que reconhecem outras características heterodoxas neste trabalho de Joan Robinson, não exploram a contribuição que consideramos fundamental de A Economia Da Concorrência Imperfeita, que se refere à descrição do funcionamento do "mercado de trabalho" em regime de monopólio (e/ou monopsônio), considerado não no sentido formal e puro como contraposto à concorrência, mas sim incorporando características monopolistas típicas da concorrência imperfeita, gerando situações de "exploração do trabalho" - para as quais a Autora oferece sugestões de atuação governamental.

Um bom exemplo deste tipo de interpretação é a de Harcourt (1979), para quem a construção de Joan Robinson pode ser interpretada como sendo um ponto de partida para a elaboração de uma "teoria da firma", a partir da idéia de que ela teria desenvolvido a sugestão de Sraffa, de que o que impede os

---

15. Ao lado de Marx, ambos são considerados como "influências externas". Segundo Asimakopulos (1984b: 522), "*Joan Robinson assumiu a formulação da teoria da demanda efetiva e a teoria da distribuição da renda de Kalecki, enquanto de Marx ela derivou o conceito de um sistema econômico capitalista 'com suas regras de jogo*". Em artigo posterior, Asimakopulos relata um encontro que ele e Harcourt tiveram com Joan Robinson, no jardim da casa dela, no início de julho de 1973, no qual ela afirmou que "*desenvolveu sua abordagem sobre a acumulação a partir de duas raízes, Kalecki e Marx - nesta ordem. De Marx ela achava que o elemento mais importante era a concepção de um sistema, as regras do jogo capitalista. Com relação a Kalecki, ela mencionou sua teoria dos lucros, a combinação entre a concorrência imperfeita e a teoria da demanda efetiva, bem como a inter-relação entre lucros e acumulação*". (Asimakopulos, 1988-89: 276, n11).

empresários de aumentar sua produção não são suas condições de custo e sim as de demanda. Este desenvolvimento se deu através da construção de várias curvas de demanda (negativamente inclinadas) e de custo (e suas respectivas curvas marginais). A exemplo de outros, Harcourt também dá destaque para as curvas de demanda individuais negativamente inclinadas, que correspondem à imperfeição do mercado e discute este instrumental do ponto de vista de sua originalidade: assim como para Shackle (1967), também segundo Harcourt a curva de receita marginal não é propriamente "criada" por Joan Robinson, mas o uso que a Autora dela faz é considerado como importante elemento que torna esta obra compatível com a da concorrência monopolista de Chamberlin, na medida em que traz para o centro da análise elementos que se referem à decisão empresarial - a teoria da firma.

O que importa, para nós, no entanto, não é tanto o debate em torno da originalidade das curvas de demanda negativamente inclinadas, mas a aplicação específica que a Autora lhe dá. Na verdade, o que Joan Robinson ressalta é a distinção da sua construção da que prevalece na da concorrência perfeita, definida, em seu artigo intitulado "What is Perfect Competition?" como sendo "*um estado dos negócios em que a demanda pela produção de um vendedor individual é perfeitamente elástica*". (Robinson, 1934a, CEP1: 20).

O tema deste artigo é a defesa de que esta é a única condição necessária e suficiente para definir a concorrência perfeita, com o que nega a proposição de Knight (1921) - e outros - sobre a necessidade de se levar em conta hipóteses tais como o comportamento racional de todos os agentes, perfeita mobilidade e divisibilidade dos fatores de produção, homogeneidade de produtos e grande número de firmas no mercado. Segundo Joan Robinson, estas hipóteses só devem ser utilizadas para tratar de problemas específicos[16].

O uso específico das diferentes curvas de demanda, associadas a diferentes curvas de custo é objeto do item 3 deste capítulo. Nele procura-se demonstrar que é exatamente a forma particular de utilização destas curvas, por parte de Joan Robinson, que sugere a existência de elementos, em A Economia da Concorrência Imperfeita, que contribuem para uma primeira formulação dos conceitos de oligopólio e de progresso técnico.

Antes, porém, de procurar analisá-las, é preciso estabelecer algumas relações entre A Economia da Concorrência Imperfeita e a "revolução keynesiana".

16. Neste artigo, seus principais interlocutores são Chamberlin, Shove e Harrod. Veja-se em particular Chamberlin (1934), Shove (1930, 1933a e 1933b), Harrod (1930, 1931, 1932a, 1933a, 1934a e 1934b). Para uma defesa das posições de Harrod veja-se Besomi (1995). O debate em torno do conceito de concorrência perfeita e sua evolução ao longo da história do pensamento econômico é extensíssimo. Veja-se, por exemplo, Stigler (1957), McNulty (1967 e 1968), Schumpeter (1954, vol. 3) e Silberston (1970) além da contribuição da própria Autora em "Markets" (1979p).

I.2 - A Economia da Concorrência Imperfeita no âmbito da "revolução keynesiana": a ênfase no mercado de trabalho

A construção de uma estrutura de mercado em concorrência imperfeita serve, de acordo com outras interpretações que destacam o ponto que aqui se quer ressaltar, para o desenvolvimento de uma "*teoria da exploração do trabalho em virtude da imperfeição do mercado*". (Edwards, 1933: 684).

Kaldor, em sua crítica ao livro de Joan Robinson, tece comentários gerais sobre as diferenças entre o caráter da "exploração monopolista" e a "exploração monopsonista". Embora não chegue a destacar o mercado de trabalho como principal objeto da análise de Joan Robinson, chama a atenção para as particularidades que decorrem da aplicação da noção destes dois tipos de "exploração" quando o mercado de que se trata é justamente o mercado de trabalho:

> "Existem ... diferenças do ponto de vista da política econômica, uma vez que os efeitos da exploração monopolista do trabalho são inevitáveis, enquanto que a exploração monopsonista, por outro lado, pode ser compensada com a ajuda da negociação coletiva... No entanto, seria errado apoiar-se demasiadamente sobre este argumento específico no que se refere à política sindical, pois é difícil imaginar casos em que a exploração 'monopsonista' - e não 'monopolista' seja ainda considerável". (Kaldor, 1934: 338-339).

No entanto, mesmo quando se destaca a noção de "exploração do trabalho" na análise de A Economia da Concorrência Imperfeita, esta idéia é às vezes tratada nos marcos neoclássicos tradicionais. Para Bishop, por exemplo, a idéia de "exploração" pode igualmente ser entendida como ineficiência alocativa, pois a sub-remuneração dos fatores independe do tipo de fator de que se trata (se o mercado de trabalho ou de matérias primas, por exemplo). A ênfase no mercado do fator trabalho seria, neste caso, segundo o Autor, um viés de Joan Robinson, e as definições da Autora não explicitam, segundo Bishop, se se referem a questões de eficiência alocativa (problemas econômicos stricto sensu) ou de justiça na distribuição da renda (uma questão ideológica), ou ambos. Na verdade, a conclusão de Bishop é a de que a "*... quase exclusiva preocupação com o trabalho enquanto vítima da exploração sugere que se tratava principalmente da injustiça*". (Bishop, 1989: 199)[17].

Do nosso ponto de vista, não se trata meramente de uma questão de eficiência da alocação dos recursos (escassos), mas da própria existência de "imperfeições", dentre as quais se destaca o fato de que nem a demanda por um bem é sempre perfeitamente elástica - que vem a ser precisamente o que define um mercado imperfeito - nem a oferta de fatores (inclusive o "fator" trabalho) é perfeitamente elástica. Joan Robinson define exploração

---

17. Há ainda outros autores que discutem o caráter ideológico da definição de exploração dada por Joan Robinson. Veja-se, por exemplo, Asimakopulos (1984b: 525) que, apoiado em Chamberlin (1933: 177-190 - sexta edição), afirma que "*a prova* [de que não é verdade que os salários em geral se igualam ao produto marginal do trabalho] *era, no entanto, de fato, uma questão de definição...*". A mesma interpretação aparece em artigo publicado postumamente, com referência às diferenças entre o livro de Chamberlin e o de Joan Robinson: "*A natureza terminológica da demonstração de 'exploração' de Joan Robinson é indicada pelo fato de que estaria presente mesmo quando a receita média e as curvas de custo médio fossem tangentes e os lucros fossem 'normais'. Que alguém com a acuidade lógica de Joan Robinson defendesse uma demonstração definicional de exploração só se explica pelo seu desejo de refutar as tentativas teóricas de justificar a distribuição de renda*". (Asimakopulos, 1990: 113-114).

> "... como um estado de coisas no qual o salário de um fator é inferior ao valor de seu produto físico marginal ... e distinguimos dois tipos de exploração, a monopolista que surge quando a curva de demanda por um bem não é perfeitamente elástica e a monopsonista que surge quando a curva de oferta de um fator não é perfeitamente elástica para um empregador individual". (Robinson, 1933a: 310-311).

E, como lembra Feiwel (1989e), a semi-exploração associa-se à existência de barreiras à entrada, uma vez que ocorre em mercados de fatores e mercados de produtos perfeitamente competitivos, mas em que não há livre entrada. A principal conclusão (ou implicação) é a de que a exploração monopolista do trabalho não é eliminável pela elevação dos salários. A relação que existe entre o conceito de exploração e a liberdade de entrada deriva da idéia de que a restauração do nível normal dos lucros (redução dos lucros extraordinários) mediante uma elevação dos salários resulta em um preço maior para o bem e menos emprego, no ramo de atividade, ao contrário do ajuste que ocorreria mediante a entrada de novos concorrentes, pois isto expande a produção, reduz os preços e gera emprego.

A identificação que aqui fazemos do mercado de trabalho como objeto privilegiado de análise, apoia-se na própria Autora. No prefácio à segunda edição de A Economia da Concorrência Imperfeita, Joan Robinson ao mesmo tempo em que resgata a importância de seu livro, a despeito de sua autocrítica, lamenta não ter sido entendida:

> "O que para mim era o ponto principal, é que obtive sucesso em provar, nos marcos da teoria ortodoxa, que não é verdade que os salários em geral se igualam ao valor do produto marginal do trabalho. Tudo isso não teve efeito. A concorrência perfeita, a oferta e demanda, a soberania do consumidor e os produtos marginais ainda reinam no ensino ortodoxo. Esperemos que uma nova geração de estudantes, depois de quarenta anos, encontre neste livro o que eu pretendia dizer." (Robinson, 1969g: xii).

Em seu prefácio ao livro de Kregel (The Reconstruction of Political Economy - A Introduction to Post-Keynesian Economics, 1973), Joan Robinson volta ao mesmo tema, quando afirma que tinha por objetivo, em A Economia da Concorrência Imperfeita, combater a lógica interna da teoria do equilíbrio estático e refutar, através dos seus próprios argumentos, a doutrina segundo a qual os salários são determinados pela produtividade marginal do trabalho.

Não se discutirá o viés ideológico supostamente subjacente à definição de exploração do trabalho. Segundo nossa interpretação, a ênfase da Autora no mercado de trabalho está intimamente ligada à preocupação que sustenta sua obra de divulgação e de desenvolvimento da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de Keynes. Szmrecsányi (1983) lembra que neste período destacam-se também os Ensaios Sobre a Teoria do Emprego (1937a) e a Introdução à Teoria do Emprego (1937b), sendo que nos Ensaios a Autora aprofunda algumas questões da Teoria Geral à luz da Economia da Concorrência Imperfeita.

Isto abre uma nova questão, bastante polêmica, que é a da relação entre A Economia da Concorrência Imperfeita e a Teoria Geral. Feiwel (1989d), por exemplo, chama a atenção para o aparente descaso de Keynes com relação à concorrência imperfeita, bem como sua aparente aceitação dos postulados da concorrência perfeita, e o caráter paradoxal disto, já que tanto a Teoria Geral quanto A

Economia da Concorrência Imperfeita foram escritos no mesmo lugar, na mesma época e por pessoas que tomaram parte ativa do mesmo movimento intelectual, a "revolução keynesiana"[18].

Neste sentido, é particularmente interessante reproduzir trechos da correspondência entre Keynes e Joan Robinson, que giram em torno da relação entre concorrência imperfeita e capacidade ociosa[19].

Keynes, em carta escrita em 04 de fevereiro de 1941, critica (entre outros pontos) o pressuposto que Kalecki adota em seu artigo intitulado "A Theorem on Technical Progress"[20], de que todas as firmas operam com capacidade ociosa (ou, literalmente, "abaixo da capacidade"). No mesmo dia, Joan Robinson responde, defendendo Kalecki e argumentando que

> "... [o pressuposto da] capacidade ociosa faz parte do conjunto comum de artifícios da teoria da concorrência imperfeita. Dizer que o preço geralmente é superior ao custo direto marginal soa suficientemente como lugar comum, mas isto é realmente a mesma coisa". (CWJMK, XII: 830 ou CWMK, II: 531).

Keynes, em 12 de fevereiro de 1941 retruca que "*para ser publicado no* [The Economic] *Journal*", do qual é editor, "*um artigo deve ir além da abracadabra esotérica*". (CWJMK, XII: 830-831 ou CWMK, II: 531). Em 14 de fevereiro, a resposta de Joan Robinson é vigorosa:

> "Devo protestar contra a denominação da Concorrência Imperfeita como uma doutrina esotérica. Ela pode ser terrivelmente tola - como você sempre suspeitou - mas para o bem ou para o mal, hoje em dia está em todos os manuais. Sob concorrência imperfeita, há capacidade ociosa mesmo em pleno equilíbrio. Sob concorrência perfeita todas as firmas existentes operam no nível máximo da capacidade, mesmo numa recessão. Isto certamente é mais, e não menos, ridículo". (CWJMK: XII: 831-832 ou CWMK, II: 532)[21].

Estas passagens, ainda que não explicitem se o que está em jogo é a capacidade ociosa do "capital" ou da "mão-de-obra" (ou ambos), parecem demonstrar que Keynes não reconhecia a importância da relação entre concorrência imperfeita e capacidade ociosa (e entre estas e o progresso técnico)[22]. E no entanto, tanto Tobin quanto Galbraith encontram, pelo menos implicitamente, o pressuposto de concorrência imperfeita na Teoria Geral, estabelecendo uma relação entre a imperfeição do mercado e os efeitos sobre o emprego e o salário real com o desemprego de Keynes, isto é, capacidade ociosa no mercado de trabalho:

---

18. Veja-se, por exemplo, o depoimento de Joan Robinson, a propósito dos debates que levaram ao desenvolvimento da Teoria Geral de Keynes: "[Keynes] *deslanchou minha carreira ao conseguir que a Macmillan publicasse minha A Economia da Concorrência Imperfeita, mas ele considerava que o tema não tinha qualquer importância (eu não discordaria dele hoje em dia)*". (Robinson, 1979s: 119). Há, nos arquivos do King's College, em Cambridge, o rascunho datilografado da introdução ao livro da Autora, com correções e sugestões manuscritas de Keynes. A resposta de Keynes à consulta de Macmillan sobre a conveniência ou não da publicação do livro de Joan Robinson mostra, entretanto, que Keynes era menos indiferente ao seu trabalho do que ela supunha. A questão da adoção do pressuposto da concorrência perfeita (ou imperfeita) na Teoria Geral não apenas ainda não está solucionada, como retornou ao palco dos debates atuais. Neste sentido, veja-se Marris (1991 e 1995), Sawyer (1992a, 1992b e 1992c), Dutt (1992) e Marcuzzo (1994).

19. Publicados in The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. XII: Articles and Correspondences - Investment and Editorial, pp. 829-836 (doravante denominados CWJMK). Também se encontram nos Collected Works of Michal Kalecki: Capitalism - Economic Dynamics, vol. II, pp. 530-536 (doravante denominados CWMK), e parcialmente reproduzidos no apêndice a Feiwel (1989d: 115-126).

20. Veja-se Kalecki (1941). O artigo, enviado ao editor do The Economic Journal em janeiro de 1941, não foi aprovado e acabou sendo publicado na Review of Economic Studies, em junho do mesmo ano.

21. Sobre outras disputas entre Keynes e Kalecki, intermediadas por Joan Robinson, e às quais faremos referência mais à frente, veja-se "Kalecki and the Economics of Capitalism" (Robinson, 1977h).

22. Na verdade, o que estava em discussão - e não é destacado por Feiwel - é a proposição de Kalecki de que o progresso técnico intensivo em capital não reduz, necessariamente, a participação dos salários na renda. A correspondência entre Joan Robinson e Keynes sobre este artigo continuou até março de 1941, e incorporou a participação de Nicholas Kaldor, a quem Keynes pediu uma opinião sobre o artigo. A má vontade de Keynes em relação a Kalecki fica explícita na carta que Keynes escreveu a Kaldor, em 18 de março: "*...Joan conseguiu descobrir que o artigo* [de Kalecki] *trata de algo realmente diferente, que nem eu nem você percebemos. Assim, ela o está enviando de volta a Kalecki, na esperança de que ele o esclareça um pouco mais. Não duvido de que ao final ela escreverá um artigo bastante bom para ele!*". (CWJMK, XII: 836 ou CWMK, II: 535-536). Voltaremos a este tema.

"O elo que falta na teoria dos salários nominais e do emprego de Keynes é sua incapacidade de explicar porque a atitude dos trabalhadores empregados tem alguma influência sobre o que ocorre quando há desemprego em larga escala. Em mercados puramente competitivos, o excesso de oferta (isto é, trabalhadores que não têm emprego) presumivelmente reduziriam os salários reais, relativos e nominais. O fato de que os trabalhadores que estão empregados não queiram reduzir seus salários relativos não impediria que a concorrência dos desempregados do lado de fora dos portões das fábricas provoquem uma redução dos salários de alguma maneira. Keynes pensa estar tratando de mercados concorrenciais, mas neste caso em particular é óbvio que não está. Ele não é capaz de descrever os mercados de trabalho como sendo suficientemente imperfeitamente competitivos de modo que o trabalhador empregado tenha algo a dizer sobre os termos nos quais novos trabalhadores possam ser empregados. Keynes não deixou claro que isto era um desvio do pressuposto da concorrência perfeita que ele afirmava utilizar em toda a Teoria Geral. O problema do argumento do salário nominal de Keynes não está no escorregão da ilusão monetária, mas em não ter conseguido colocá-lo num ambiente institucional perfeitamente provável em uma economia capitalista moderna, isto é, de que os trabalhadores empregados têm poder de barganha... A imperfeição da concorrência nos mercados de trabalho é associada à imperfeição da concorrência nos mercados de produto. Isto fortalece o argumento keynesiano de maneira óbvia quando, em toda a economia de que Keynes tratava e que nós, enquanto economistas, deveríamos tratar, tanto os preços quanto os salários nominais são variáveis de decisão das firmas e não parâmetros determinados por mercados impessoais de leilão. Obviamente, se são variáveis de decisão e estão na unidade monetária de conta, então não combinam com a flexibilidade perfeita e imediata assumida pelo modelo neoclássico". (Tobin, 1989: 557).

E Galbraith, que considera que

"embora o pressuposto da concorrência imperfeita esteja explícito na sua análise do mercado de trabalho e implícito em boa parte do seu tratamento dos preços e do mercado de capitais, Keynes foi muito descuidado tanto com relação às velhas quanto às novas categorias de mercado". (Galbraith, 1948: 110).

Independentemente do quanto Keynes tenha ou não adotado - de modo implícito ou explícito - o pressuposto da concorrência imperfeita em sua análise, o fato é que a preocupação com o desemprego - ou formalmente, com o "mercado de trabalho" - e mais especificamente, com a oferta de trabalho, é constante na obra de Joan Robinson e deriva, indubitavelmente, da sua participação na "revolução keynesiana"[23].

Também independentemente do grau de originalidade das idéias que Joan Robinson expõe em A Economia da Concorrência Imperfeita, tanto em relação a seus precursores, quanto em relação a seus contemporâneos, as principais interpretações deste seu livro, muito provavelmente devido à utilização da linguagem e do instrumental neoclássicos, negligenciam uma característica fundamental de A Economia da Concorrência Imperfeita, que foi a de ter tomado por objeto específico a estrutura de um determinado mercado, o mercado de trabalho.

A importância que estamos dando a este aspecto relaciona-se ao fato de que estas interpretações acabam por desconsiderar as influências da "revolução keynesiana" sobre o pensamento da Autora, e posteriormente, as influências da obra de Kalecki, na qual o oligopólio e o progresso técnico têm um papel destacado, e que a Autora incorpora às suas próprias idéias, de caráter essencialmente não-neoclássicas.

---

23. Veja-se por exemplo, os seguintes trabalhos, além dos reunidos nos Ensaios e cujo resumo temático está descrito por Szmrecsányi (1983): "Disguised Unemployment - a Rejoinder to Harold Barger" (1936b); "Marx on Unemployment" (1941b); "Planning Full-Employment - alternative solutions of a dilemma" (1943a); "Review of Oxford Institute of Statistics, 'The Economics of Full-Employment'" (1945b); "Obstacles to Full Employment" (1946a); "Full Employment and Inflation" (1958c) e "Beyond Full Employment" (1961e).

I.3 - A Economia da Concorrência Imperfeita como uma primeira formulação dos conceitos de oligopólio e progresso técnico

Nos itens anteriores tratamos da interpretação de A Economia da Concorrência Imperfeita como sendo a construção de um arcabouço de instrumentos analíticos que, ao mesmo tempo em que serve à análise do equilíbrio parcial, elege o mercado de trabalho como seu objeto central. Vimos também que isto se deve, em primeiro lugar, ao impacto da crítica de Sraffa à teoria da concorrência perfeita e, em segundo, à influência das discussões em torno da teoria do emprego, consubstanciada na "revolução keynesiana" e formulada com a participação ativa da Autora.

Neste item pretende-se demonstrar que A Economia da Concorrência Imperfeita traz, ainda que em estado embrionário, uma primeira formulação dos conceitos de oligopólio e de progresso técnico. Consideramos tratar-se apenas de uma primeira formulação pois tanto a definição como a caracterização propriamente ditas das diferentes estruturas de mercado, tal como aparecem em A Economia da Concorrência Imperfeita, baseiam-se ainda no aparato da teoria neoclássica marginalista - isto é, nas curvas marginais de receita e de custo. No entanto, as explicações e os comentários de Joan Robinson, especialmente quando destaca as insuficiências e o caráter extremamente abstrato, irreal e simplista deste aparato, pautam-se em elementos que podemos considerar "heterodoxos", muitas vezes não redutíveis a curvas ou sujeitas à modelagem. O adjetivo "embrionário" significa, aqui, que os conceitos "heterodoxos", embora presentes, não estão ainda suficientemente desenvolvidos.

Um outro elemento que distingue A Economia da Concorrência Imperfeita de uma mera abordagem da teoria do equilíbrio parcial refere-se à relação que ela traça entre o "mercado de trabalho" (objeto central do livro) e a análise de mercados em geral (ou se se quiser, análise "industrial") - escopo no qual o oligopólio e o progresso técnico devem ser tratados de forma privilegiada (ao lado da determinação dos preços). Há, no entanto, uma certa ambigüidade no fato do "trabalho" ser considerado um "fator de produção" no sentido neoclássico do termo, mas não há como duvidar que a questão do desemprego, e em particular do chamado desemprego involuntário, relaciona-se, ainda que indiretamente, à do progresso técnico, especialmente àquele que se caracteriza por ser "poupador de mão-de-obra". Além disso, a Autora é explícita ao definir que a demanda por qualquer fator de produção é determinada pela receita que se espera auferir da produção na qual este fator participa, e varia conforme as condições técnicas de produção e da oferta dos demais bens:

> "A curva de demanda por qualquer fator de produção depende da curva de demanda pelo bem [em cuja produção este fator participa], das condições técnicas de produção e das curvas de oferta dos demais fatores de produção". (Robinson, 1933a: 235).

Assim, o livro formula a construção de um instrumental que, além de utilizado privilegiadamente para o mercado de trabalho, serve de ponto de partida para o desenvolvimento do conceito de oligopólio, e de uma primeira abordagem à questão do progresso técnico.

I.3.1 - A definição de monopólio como primeira aproximação ao conceito de oligopólio

Joan Robinson critica a postura dos economistas que, ao encontrarem, no mundo real, fenômenos como as "economias internas da firma" - considerados inconsistentes com os pressupostos da concorrência perfeita - tentam, em geral, dar explicações complicadas para a ocorrência deste fenômeno, ao invés de considerarem que o mundo real de fato não se comporta em concorrência perfeita. Ou então, por introduzirem em seus esquemas teóricos elementos que, embora pareçam dar conta destes fenômenos, acabam por destruir a consistência lógica deste mesmo esquema teórico. Para Joan Robinson, a "estratégia" sugerida por Sraffa, que consiste, segundo sua interpretação, em abandonar a concorrência perfeita e assumir o seu oposto, o monopólio, constitui a melhor das alternativas para enfrentar o problema, uma vez que, segundo considera, a análise do monopólio "engloba" a da concorrência, assumindo o caráter de caso geral, no qual, conseqüentemente, a concorrência perfeita passa a ser apenas um caso particular:

> "Consideremos o problema da definição do monopólio. Era tentador, sob o velho esquema, ordenar os casos reais numa seqüência em que o monopólio puro estaria num extremo e a concorrência pura em outro, mas a definição de um monopólio puro que correspondesse à definição de concorrência pura era extremamente difícil de se encontrar... É razoavelmente fácil encontrar o caso limite no lado competitivo do final da escala [de diferenciação de bens]. O caso limite ocorre quando a demanda pelo produto de um produtor individual é perfeitamente elástica. Mas qual é o caso limite do lado oposto? O caso em que a demanda pelo produto de um produtor individual é a mesma que a demanda total pelo bem? Voltamos ao problema original da definição de um bem. Sabemos o que queremos dizer por 'vender num mercado perfeito', mas o que é um mercado perfeitamente imperfeito?
>
> Mas assim que abandonamos a tentativa de confinar o monopólio num cercado, toda esta dificuldade desaparece. Cada produtor individual tem o monopólio de seu próprio produto - isto é óbvio o suficiente - e se um grande número deles vende num mercado perfeito, ocorre o que estamos acostumados a descrever como concorrência perfeita. Temos apenas que considerar a palavra monopólio em seu sentido literal, de único vendedor, e a análise do monopólio imediatamente engloba a análise da concorrência...
>
> ... Tudo que o 'monopólio' significa, neste sentido tradicional, é que o produto de um produtor individual está cercado por todos os lados por um hiato na corrente de substitutos. Tal hiato, em sua natureza, nos oferece uma rápida e genérica definição de produto único ... que está de acordo com o senso comum e não causa problemas. Quando um único produtor controla o total da produção deste bem, a noção de monopólio do homem comum e a definição lógica do monopolista como vendedor único coincidem, e a dificuldade desaparece". (Robinson, 1933a: 4-6).

Assim, a defesa do monopólio como caso geral baseia-se na idéia de que cada mercado tem sempre algum elemento que o caracteriza como único, já que os bens nunca são perfeitamente homogêneos - ou, dito de outra maneira, os bens sempre apresentam algum grau de diferenciação; quando isto não ocorrer, aí sim, teremos o caso particular da concorrência perfeita. Além disso, há um outro aspecto que permite que se possa tratar a análise do monopólio como caso geral. Trata-se do uso do instrumental, até então utilizado unica e especificamente para o monopólio, mas não para a concorrência, isto é, as curvas marginais:

> "... o uso das curvas marginais para a análise da produção do monopólio contém em si mesmo o cerne de toda a questão. O único pressuposto que é necessário para fazer funcionar esta peça do instrumental é o pressuposto de que ... qualquer indivíduo, em sua vida econômica,

> nunca agirá de modo a aumentar suas perdas e reduzir seus ganhos e sempre agirá de modo a aumentar seus ganhos e reduzir suas perdas... E é este pressuposto que torna possível a análise do valor. E é este pressuposto que está subjacente ao artifício de se desenhar curvas marginais. Toda a estrutura da análise é construída com tijolos deste padrão". (Robinson, 1933a: 6).

A rigor, o fato mesmo de haver um debate (já citado no início deste capítulo) em torno da originalidade das proposições que Joan Robinson apresenta neste livro, e que se refere particularmente à formulação e utilização de uma curva de demanda negativamente inclinada indica que esta concepção é extremamente importante. Para nós, trata-se da primeira e a principal caracterização do "oligopólio". Nas palavras da Autora, em uma de suas autocríticas ao livro de 1933, quando reconhece sua dívida com relação a Marshall:

> "Marshall também estava bem consciente da imperfeição dos mercados de produtos manufaturados e faz referência à curva de demanda particular para a produção de um produtor individual. Isto implica que o custo marginal não se iguala ao preço mas sim à receita marginal e que os salários dos trabalhadores neste mercado é inferior ao valor do seu produto marginal. Não fazia parte da sua abordagem enfatizar estas implicações e ele passou por cima delas, mas nos anos trinta já era óbvio que a exceção havia engolido a regra e as referências evasivas de Marshall deixaram de ser satisfatórias.
>
> A nova análise, enfatizando a imperfeição do mercado, o oligopólio, a diferenciação deliberada dos produtos e os custos de venda, pareciam dar precisão ao seu vago conceito de 'medo de estragar o mercado' e forneceu os meios para a elaboração dos problemas que não mais seriam desprezados em notas de rodapé". (Robinson, 1958a, CEP2: 240-241).

Em sua História da Análise Econômica, publicada 20 anos depois de sua resenha ao livro A Economia da Concorrência Imperfeita de Joan Robinson, Schumpeter, ao referir-se à curva de receita marginal, "*ponto sobre o qual Joan Robinson dá muita ênfase tanto no prefácio como através de todo seu livro*" (Schumpeter, 1954, III: 472, n7)[24] - e que, como vimos, o próprio Autor enfatiza na mencionada resenha - chama a atenção para o fato de que Joan Robinson

> "... reconhece a precedência, tanto no que se refere ao problema em si como à expressão escolhida para designá-lo, de vários de seus contemporâneos, particularmente de Harrod e dos Profs. Yntema e Viner. É muito natural que o uso deste instrumento apropriado ocorresse a muitos estudiosos por essa época (inclusive Chamberlin), especialmente aos que, anteriormente, enfrentaram as dificuldades do uso das menos refinadas curvas totais de Marshall. Não nos devemos esquecer, todavia, que esse instrumento de análise foi usado pela primeira vez por Cournot e que nenhum autor dos anos vinte e trinta deste século jamais fez qualquer menção 'objetiva' a esse respeito". (Schumpeter, 1954, III: 472, n7)[25].

Mas, ao destacar a influência do artigo de Sraffa sobre o livro de Joan Robinson, que "*propôs-se reconstruir a teoria do valor, permitindo ao monopólio 'absorver a análise competitiva*'" (Schumpeter, 1954, III: 470), Schumpeter também observa que o conceito de monopólio utilizado por Joan Robinson não é o conceito tradicional:

---

24. Citações a partir da versão em português.
25. Veja-se Yntema (1928), Harrod (1930) e Viner (1931). Para um debate imediatamente posterior à publicação dos livros de Joan Robinson e Chamberlin, veja-se Yntema, Chamberlin, Jaffé, Morrison e Nichol (1934)

"Deve-se observar que este conceito de monopólio não é o conceito tradicional. Efetivamente, o conceito tradicional só pode ser satisfatoriamente definido pelo critério que admite a aplicação da teoria do monopólio de Cournot-Marshall. Essa teoria, por seu turno, pressupõe a existência da curva de procura, que é determinada independentemente e livre de influências das outras empresas sobre o comportamento da firma que se quer estudar. Daí que a teoria tradicional do monopólio é, por natureza, incapaz de 'absorver' quaisquer casos em que essas influências não possam ser postas à parte, e daí, também, concluir-se que se torna inaplicável o conceito tradicional do monopólio". (Schumpeter, 1954, III: 470).

No mesmo sentido, o estudo comparado entre a proposta de Sraffa (tanto a de 1926 quanto a anterior, de 1925) e o desenvolvimento de Joan Robinson, segundo Schumpeter, "*torna-se difícil por Sraffa não usar a palavra 'monopólio' no sentido 'robinsoniano', mas utilizá-la na acepção usual*". (Schumpeter, 1954, III, 472, n7).

Em outras palavras, o que estamos afirmando é que existe uma acepção "robinsoniana" do conceito de monopólio, que se distingue do conceito "tradicional", e é isto que sustenta nossa interpretação de que Joan Robinson, em A Economia da Concorrência Imperfeita, efetivamente cria um conceito de oligopólio, ainda que o termo utilizado seja o de monopólio ou de concorrência imperfeita.

Em sua análise do "equilíbrio do monopólio", Joan Robinson examina os efeitos de uma mudança na demanda sobre o preço cobrado e sobre a quantidade produzida por um produtor individual, considerando que a curva de demanda e a curva de custos são independentes entre si. Como o preço do monopolista é duplamente determinado, já que depende do custo marginal e da elasticidade da demanda (receita marginal), uma alteração na demanda alterará o preço e a quantidade dependendo das várias formas que a curva de demanda pode adotar (retilínea, côncava ou convexa), ou a curva de custo marginal (crescente, decrescente ou constante), do tipo de deslocamento que descreve a mudança da demanda (com ou sem alteração da elasticidade) e, finalmente, dependendo da relação entre o custo marginal e a elasticidade da nova curva de demanda em relação à anterior, antes da mudança.

Disto resulta que uma elevação da demanda pode ou não alterar o preço (e/ou a quantidade) de equilíbrio do monopólio, e quando altera um e/ou outro, o resultado pode ser tanto no sentido ascendente quanto descendente. Joan Robinson estabelece uma enorme variedade de situações, diversamente combinadas, e é isto que empresta, ao seu instrumental, o caráter de aparato geral de análise do equilíbrio parcial. Mais ainda, a Autora sugere que não há, a priori, um único resultado possível, podendo inclusive haver, dependendo da forma específica das curvas, vários pontos de equilíbrio, isto é, "equilíbrio múltiplo"[26].

O grau de generalidade de sua construção e a impossibilidade de listar todos os resultados possíveis é reconhecido pela Autora:

"O caráter das curvas de demanda para os vários bens e o efeito das mudanças na demanda sobre sua forma representam um campo de investigação fascinante e até hoje inexplorado. Os poucos comentários feitos aqui são muito leves e tentativos". (Robinson, 1933a: 70, n1).

---

26. Veja-se Robinson (1933a: 57-59).

O que é particularmente interessante ressaltar é que Joan Robinson enumera as razões pelas quais pode haver uma elevação da demanda individual e as correspondentes mudanças na forma da curva de demanda: a elevação da demanda para cada firma individual pode ocorrer devido à ampliação do mercado consumidor mediante a elevação do número de compradores (cujas demandas podem ser mais, menos ou de igual elasticidade quando comparadas com a demanda dos compradores já existentes), mediante o aumento da renda dos compradores existentes (cujo efeito é semelhante ao do aumento da preferência pelo bem, que pode não se dar na mesma intensidade para todos os consumidores), ao desaparecimento de vendedores rivais (em grande ou pequeno número, gerando diferentes distribuições das preferências dos seus ex-clientes em relação às firmas remanescentes) e à elevação do preço cobrado pelos vendedores rivais. Evidentemente, estes fatores não são excludentes entre si, e isso também engendra uma grande multiplicidade de resultados possíveis.

No entanto, exatamente por ser genérico, o instrumental é aplicável a casos reais - é isso que significa ser "uma caixa de ferramentas" - e a Autora o exemplifica utilizando-o na análise de "*dois problemas que são de interesse nos tempos atuais*" (Robinson, 1933a: 72).

O primeiro destes problemas refere-se ao aparente paradoxo de firmas que elevam os preços dos seus produtos quando a demanda por eles cai, como foi o caso da indústria automobilística norte-americana na crise de 1929. Este é, segundo Joan Robinson, um

> "...fenômeno que vem intrigando os economistas. Encontram-se, às vezes, firmas que elevam seus preços quando os negócios vão mal e a demanda por seus bens cai. Isto, à primeira vista, é surpreendente e a explicação dada pelos empresários sobre sua conduta é ainda mais intrigante. Sua explicação, em geral, é a de que como a produção caiu, cada unidade produzida passa a incorporar uma parcela maior dos custos indiretos. Mas os custos indiretos são fixos, independente do volume de produção, e seria uma loucura que os empresários determinassem seus preços da maneira como descrevem que o fazem. Eles devem fixar o preço num nível para o qual seu lucro seja máximo (ou seu prejuízo seja mínimo), independentemente se este preço é maior ou menor que o custo total médio do volume produzido, e a tentativa de cobrar o custo médio total apenas os envolveria numa perda que poderiam evitar, ou num lucro menor do que o que poderiam obter. Mas nosso exame sobre os efeitos das mudanças sobre os preços nos ofereceu uma explicação racional de sua conduta.
>
> ...Há dois fatores que conduzem a uma elevação do preço quando a demanda se reduz. Se os custos marginais são decrescentes, a redução da produção (devido à queda da demanda) eleva o custo marginal, e haverá uma tendência à elevação do preço... Uma queda da demanda decorrente de um movimento cíclico dos negócios provavelmente é acompanhada de uma redução da elasticidade no caso de bens duráveis, cuja substituição pode ser adiada para tempos melhores, pois apenas as demandas mais urgentes serão efetivadas durante a recessão, mesmo quando o preço for consideravelmente reduzido. Portanto, uma elevação do preço pode ser uma resposta apropriada à queda da demanda, e não apenas um ato de loucura por parte do produtor". (Robinson, 1933a: 72-73).

Esta passagem sugere a concepção de uma espécie de "princípio do custo total", pragmático, significando que os preços são estabelecidos levando em conta o custo indireto - que deve ser rateado pelo volume de produção - e simultaneamente, não considerando como válido o princípio da "maximização do lucro", ao menos em seu sentido restrito de igualar-se a receita marginal ao custo marginal. Aparentemente, há um esforço por parte de Joan Robinson de compatibilizar o critério pragmático dos empresários à teoria que se baseia nas curvas marginais, e sob este aspecto pode ser entendido como uma das primeiras

participações no que se denominou "controvérsia marginalista" que, segundo Labini, surgiu a partir da pesquisa de Hall e Hitch - em 1939 - e na qual

> "...alguns (Machlup) se bateram rigorosamente em defesa da análise marginal tradicional; outros (Lester) chegaram, com evidente e censurável exagero, a negar-lhe qualquer utilidade; outros, por fim, tentaram (como genericamente haviam feito Hall e Hitch) conciliar a análise marginal com o 'princípio do custo total'". (Labini, 1956: 45)[27].

Aqui é preciso mencionar a influência de Richard Kahn, particularmente da tese com a qual recebeu o título de Fellow junto ao King's College de Cambridge. Aquele trabalho, intitulado The Economics of the Short Period foi por sua vez desenvolvido sob a influência de Sraffa e de Shove, e utilizou dados estatísticos fornecidos por Keynes. Seu objetivo era explicar os motivos pelos quais a maioria das firmas da indústria têxtil algodoeira, que era tida como uma atividade de alta concorrência, produziam menos do que sua capacidade, quando o que se esperava é que pelo menos aquelas que tivessem o menor custo primário produzissem ao nível de capacidade máxima - e as de maior custo se retirassem do mercado. Discutindo a forma das curvas de custo e as políticas de determinação de preços por parte das firmas, Kahn elabora uma primeira versão do que mais tarde viria a ser denominado "curva de demanda quebrada" e o princípio que a ela se associa, o "princípio do custo total"[28]. Kahn afirma, nas páginas iniciais do seu livro, que exceto pelos membros da banca que o examinaram, sua tese só era conhecida por Dennis Robertson, Joan Robinson e Nicholas Kaldor[29]. Joan Robinson, na versão não publicada do texto intitulado "Reminiscências" - que faz as vezes de introdução às Contribuições à Economia Moderna - atesta:

> "Com a ajuda de Richard Kahn, que vinha estudando a formação real de preços na indústria algodoeira britânica, usei o recém-inventado termo 'receita marginal' para mostrar como os lucros de curto prazo são positivos, mesmo quando as firmas trabalham com capacidade ociosa". (Robinson, 1977i, mimeo, RFK/14/99: 2).

A correspondência trocada entre Richard Kahn e Joan Robinson durante a estadia deste nos Estados Unidos compõe-se de inúmeras cartas nas quais ambos se referem à necessidade de tentar estabelecer, também do ponto de vista prático e não apenas teórico, os critérios de determinação de preços[30].

O segundo problema "*de interesse para os tempos atuais*" diz respeito aos argumentos a favor da eliminação da capacidade ociosa em meio a programas de racionalização industrial (como o da indústria

---

27. Veja-se também Friedman (1935), principalmente a seção V, em que, além de uma discussão metodológica geral, sobre os trabalhos empíricos desenvolvidos em Oxford, apresenta algumas críticas específicas a autores que participaram deste debate através da American Economic Review: Lester (1946 e 1947), Machlup (1946 e 1947), Stigler (1947a), Oliver (1947) e Gordon (1948). Um relato histórico dos trabalhos desenvolvidos em Oxford nos anos vinte e trinta encontra-se em Lee (1981).

28. Iniciada ao final de 1928 e apresentada em dezembro de 1929, a tese foi tornada pública pela primeira vez em italiano, em 1983, e em 1989 na sua versão original em inglês. Veja-se Kahn (1929/1989) Sobre a reivindicação de Kahn de ter sido pioneiro nestas questões, veja-se Heller (1996).

29. Os originais da versão preliminar da tese atestam a participação de Joan Robinson na sua elaboração. Eles contêm as correções manuscritas nas caligrafias de Joan Robinson e de Keynes.

30. Apenas um pequeno exemplo: "*... Tive boas conversas com homens de negócios. Você ficará contente de saber que os custos fixos não determinam o preço das meias de seda* [da marca] *Kayser. Eles não se importariam em obter 100% de lucro se pudessem. Por outro lado, não reduzem suas vendas, pois se o fizessem, suas vendas em dólares diminuiriam. Se a receita marginal deles fosse positiva, mesmo que pequena, valeria a pena reduzir o preço, pois além de aumentar suas vendas em dólares, teriam um custo médio menor...*" (Carta de Kahn para Joan Robinson, 24.03.1933, RFK/13.90/1)

naval britânica). O argumento baseia-se na idéia de que as firmas sobreviventes, ao produzirem num nível mais próximo da plena capacidade, seriam capazes de cobrar preços menores.

> "Examinando-se o caso do ponto de vista de uma firma individual sobrevivente, os clientes que anteriormente compravam junto a uma das firmas condenadas passarão a demandar desta firma sobrevivente, e sua curva de demanda se elevará. O argumento dos 'racionalizadores' de que, portanto, esta firma reduzirá seus preços, parece, à primeira vista, altamente irracional, e quando se apoia sobre o argumento familiar de que os custos indiretos serão rateados por um volume maior de produção, começamos a suspeitar de que seja falso.
>
> Mas a análise das páginas precedentes nos capacita a construir um argumento ainda melhor do que aquele que os 'racionalizadores' utilizam... Pode-se mostrar que quando os custos marginais diretos são decrescentes (com a elevação da produção), nas firmas em questão - e custos marginais decrescentes para uma firma só são possíveis se a concorrência não for perfeita - há uma certa suposição de que o preço do produto se reduzirá quando a demanda se concentra sobre um número menor de firmas...
>
> ... Mesmo quando os custos marginais são constantes, o argumento de que os preços cairão pode fazer sentido se se puder demonstrar que a demanda pelo produto de firmas específicas se torna mais elástica quando algumas delas são fechadas. Se a concorrência for perfeita, isto é impossível. Quando a concorrência não é perfeita, a mudança da elasticidade depende da natureza da imperfeição...". (Robinson, 1933a: 74-75).

Ambos os exemplos de aplicação do instrumental de análise aos "problemas atuais" têm por intuito demonstrar seu caráter geral, que se consubstancia nas curvas de receita e custos marginais.

É interessante observar que Joan Robinson, para defender a idéia de que o monopólio (na acepção não tradicional, é sempre bom lembrar) é o caso geral, tenta retirar deste conceito o ônus de representar um tipo de mercado o qual, em equilíbrio, produz quantidades menores e as vende a preços maiores que a concorrência perfeita. Daí seu esforço, que ocupa boa parte do livro, em tecer comparações entre a concorrência e o monopólio, para demonstrar que não há, necessariamente, vantagens na concorrência perfeita. Também estas comparações são elaboradas assumindo-se alternadamente uma grande gama de hipóteses alternativas, dentre as quais se deve destacar a expansão do setor e/ou dos seus ramos, as condições de surgimento de um monopólio e, por último, a política de preços (e/ou quantidades) de um monopólio já estabelecido:

> "Quando um ramo de atividade se expande em tamanho, há várias maneiras pelas quais seus custos se reduzem. As firmas que o compõem podem estar comprando algum elemento de seu equipamento de um ramo subsidiário que produz sob condições de preço de oferta decrescente, de modo que quando o ramo principal expande o uso deste equipamento, seu preço cai. Ou pode ser que à medida que o ramo se expande, sua organização se altere, as firmas se especializam num conjunto mais limitado de processos produtivos; ou pode ser que algum fator de produção (por exemplo, mão-de-obra especializada) se torne mais adaptada aos requisitos de seu ramo específico quando se emprega grandes quantidades... Também é possível que em determinados casos algum fator se deteriore à medida que é mais utilizado... Tais 'deseconomias de produção em larga escala', decorrentes da queda na eficiência de uma dada parcela de um fator quando ele é mais utilizado, e não devidas à elevação do seu preço, são deixadas de lado apenas para simplificar ... [mas] ... a análise pode ser facilmente adaptada para lidar com esta questão". (Robinson, 1933a: 127, inclusive nota de rodapé).

No entanto, só se pode ter certeza da ocorrência de economias da produção em grande escala sob a hipótese de que não haja "fatores escassos", isto é, de que todos os fatores se apresentam com oferta perfeitamente elástica. Caso contrário, o resultado final é imprevisível.

> "...a existência de fatores escassos tende a elevar o custo médio da firma de tamanho ótimo à medida que o ramo ao qual ela pertence se expande, ... [enquanto que] ... as economias de produção em larga escala tendem a reduzir o custo médio da firma de tamanho ótimo. Como resultado, o custo médio de uma firma de tamanho ótimo pode se elevar ou se reduzir à medida que o ramo se expande". (Robinson, 1933a: 127).

A questão fundamental é que a expansão do ramo pode alterar os preços dos fatores (a não ser que a oferta destes fatores - e de todos eles - seja perfeitamente elástica), e portanto os custos de produção, de modo a contrabalançar (ou não) uma elevação de preços e da demanda que eventualmente tenham levado à expansão do ramo. Por outro lado, as economias da produção em larga escala podem reduzir os custos e levar à reorganização da produção:

> "...O efeito líquido destas duas influências contrárias pode estabelecer uma posição de equilíbrio no qual o custo médio de uma firma de tamanho ótimo é maior ou menor que antes, e o preço de oferta pode ser crescente ou decrescente.
>
> Portanto, é errado sugerir, como alguns autores parecem fazer, que há uma diferença misteriosa entre o mecanismo que determina um preço de oferta crescente e o que determina um preço de oferta decrescente... As distinções essenciais não são entre preço de oferta crescente ou decrescente, mas sim entre concorrência perfeita e imperfeita, e entre uma análise em que se admite o fator tempo e uma análise em que é ignorado. Avançou-se mais um passo neste assunto. Seguindo as implicações da proposição de que cada firma deve, na natureza do caso, agir como monopolista, mostrou-se que o problema da determinação do preço de oferta num mercado perfeito é apenas um caso especial do problema geral da determinação de preço sob condições de concorrência. A distinção entre concorrência perfeita e imperfeita é vista então como sendo apenas uma diferença de grau. Os problemas relacionados com a influência do tempo permanecem para serem resolvidos, mas aqui não se faz nenhuma tentativa nesta direção". (Robinson, 1933a: 129, grifos nossos).

Portanto, é apenas na concorrência perfeita - e desde que ocorra tanto no mercado do bem em questão quanto no de fatores - que a expansão do ramo pode deixar preços e custos inalterados. Em mercados não-perfeitos - em qualquer um deles e qualquer que seja o tipo de imperfeição - uma eventual expansão provavelmente implicará alteração de preços e de custos, e esta alteração não tem uma direção (ou tendência) pré-estabelecida.

Por outro lado, há que se distinguir as condições que permitem o surgimento de um monopólio (ou melhor, de imperfeições na concorrência), da política de preços e de quantidades de um mercado que já seja imperfeito:

> "O lucro que pode ser alcançado através da monopolização de um bem é certamente da maior importância, uma vez que, considerando-se o demais constante, quanto maior o lucro que se puder auferir mediante a monopolização, maior a probabilidade de que um monopólio se instale. Mas uma vez instalado o monopólio, o grau de restrição [da produção] não será necessariamente maior, meramente pelo fato da restrição [da produção] ser mais lucrativa. Considera-se que o monopolista escolhe o quanto vai produzir, de acordo com a quantidade que lhe gere a maior receita líquida, e em cada caso ele restringirá a produção até o ponto em que, em cada caso particular, a receita líquida seja maior do que a que seria gerada por qualquer outra quantidade

produzida; mas não há razão para supor que a quantidade para a qual a receita líquida é máxima, quando ele a alcança, corresponda à menor de todas as quantidades para as quais a receita líquida máxima seja a maior". (Robinson, 1933a: 156).

Em outras palavras, ainda que seja lucrativo monopolizar-se a produção de um determinado bem, nada indica que ao se instituir o monopólio - e mesmo considerando-se que este tenha por objetivo maximizar o lucro (ou sua receita líquida), o lucro máximo corresponda à quantidade mínima. Tudo dependerá das formas das curvas de demanda e das curvas de custo. Assim, as curvas de custo assumem um papel fundamental, ao lado da de receita marginal, pois podem representar, também, a existência de imperfeições no mercado:

"... a concorrência perfeita é capaz de realizar todas as economias que o monopólio poderia introduzir... exceto quando algumas firmas possuem segredos comerciais que as capacitem a produzir com menores custos que as outras [pois neste caso] não haveria qualquer tendência, sob concorrência, ao compartilhamento destes segredos, enquanto que no monopólio os melhores métodos conhecidos por qualquer firma no ramo seriam aplicados à totalidade da produção. Assim, quando o conhecimento dos métodos de produção é levado em conta, há alguma razão para se esperar que o custo do monopólio seja inferior ao custo competitivo". (Robinson, 1933a: 168).

Vale a pena tratar deste ponto detalhadamente:

O primeiro aspecto pelo qual o monopólio pode eventualmente trazer vantagens vis-à-vis a concorrência refere-se à "taxa de introdução dos novos métodos". Segundo Joan Robinson, a introdução de novos métodos de produção sofre influências opostas:

"por um lado o monopolista pode considerar que vale a pena investir na pesquisa para descobrir novos métodos, bem como utilizar os métodos já conhecidos em toda sua linha de produção. A motivação que um monopolista tem para fazê-lo é maior do que a de qualquer firma individual, e a pesquisa desenvolvida por uma agência centralizada tem maior probabilidade de render resultados que os esforços de pesquisadores dispersos. Por outro lado, depois de feita a invenção, uma firma competitiva pode considerar que vale a pena utilizar o novo processo, uma vez que o custo da perda, por obsolescência, da unidade produtiva existente, recairá principalmente sobre as outras firmas, enquanto que o monopolista pode preferir adiar a introdução do novo processo até que a velha unidade de produção tenha se desgastado. Portanto, é difícil dizer, a priori, se a existência do monopólio tende a apressar ou a retardar a introdução de novos métodos". (Robinson, 1933a: 168-169).

O segundo aspecto refere-se ao processo de racionalização da produção. Segundo a Autora,

"argumenta-se freqüentemente que o controle único de um ramo é desejável não apenas do ponto de vista do empresário em questão, que deseja elevar seus lucros (ou reduzir suas perdas), mas também do ponto de vista da sociedade, pelo fato de que o controle único poderia eliminar os desperdícios da concorrência e reduzir os custos de produção. Mas os desperdícios da concorrência são na verdade os desperdícios da imperfeição dos mercados, que seriam igualmente eliminados pela concorrência perfeita ou pelo monopólio. A racionalização não é o remédio para a concorrência excessiva, e sim para a falta de concorrência". (Robinson, 1933a: 169).

Assim, a caracterização da concorrência imperfeita não fica a cargo apenas da curva de demanda negativamente e sua respectiva curva de receita marginal. A curva de custo é tão fundamental quanto, e

particularmente importante, do nosso ponto de vista, por representar, ao mesmo tempo, as condições técnicas de produção (escopo no qual se insere a questão do progresso técnico) e as condições do mercado de fatores, no qual, como já se destacou, o trabalho tem papel predominante.

I.3.2 - A curva de oferta: progresso técnico e mercado de trabalho

Um dos aspectos mais interessantes da abordagem robinsoniana da curva de oferta de bens é que seu ponto de partida é a curva de demanda por fatores de produção, que é governada por determinantes que muito pouco têm a ver com a análise e construção "comuns" da demanda por bens. Embora utilize o conceito de utilidade marginal para construir a curva de demanda por bens, (e é sempre bom lembrar que em seguida sugere que depois de construída a curva de demanda, estes conceitos perdem sua importância), Joan Robinson considera que a análise das decisões de um comprador de fatores de produção é diferente da de um comprador de bens finais, "*...pois os fatores de produção são comprados com o objetivo de gerar uma renda monetária mediante a venda de mercadorias por eles produzidas*". (Robinson, 1933a: 215).

Assim, a demanda por fatores depende da expectativa de obtenção de lucro na atividade de produção, e a construção da curva de oferta do bem baseia-se fundamental e paradoxalmente na demanda esperada pelo bem e no comportamento dos "compradores de fatores de produção". O adjetivo "paradoxal" diz respeito ao fato de que aparentemente esta "técnica" de construção de uma curva de oferta de um bem a partir de sua demanda contradiz o princípio basilar das análises do equilíbrio parcial - qual seja, o de que as condições de produção (oferta) e de demanda de um bem devem ser independentes, tanto entre si quanto em relação à oferta e demanda de todos os demais bens.

O fato é que a "técnica" de construção utilizada por Joan Robinson não contradiz a condição coeteris paribus, uma vez que, a cada passo, a Autora considera tudo o demais constante. Como foi visto, muito embora a Autora seja explícita ao definir que a demanda por um fator depende da demanda pelo bem, além das condições técnicas de produção e da oferta dos demais fatores, ela supõe que tanto a curva de demanda pelo bem quanto a curva de oferta dos demais fatores são conhecidas e constantes para se poder determinar o preço de demanda do fator em questão. O mais importante é que, subjacente a esta concepção, está o princípio da demanda efetiva, de que a produção só ocorre em função da expectativa de lucro e, portanto, só haverá demanda por "fatores" se a expectativa de lucro for positiva. Mas este é um tema que se analisará mais à frente.

Por enquanto, cumpre assinalar que Joan Robinson analisa o mercado de compradores de fatores tanto sob o pressuposto de concorrência perfeita quanto sob o pressuposto de monopólio - ou, mais precisamente, monopsônio. O intuito da Autora é o de permitir comparações entre os dois, utilizando como critérios o custo médio de produção, o volume de produção, e o volume de emprego necessário para este volume de produção.

Assim, de modo similar à definição de concorrência perfeita entre produtores (vendedores) - que é a de que a curva de demanda para cada produtor (vendedor) individual é perfeitamente elástica - a concorrência perfeita entre os produtores (compradores de fatores) define-se pela existência de uma curva de oferta perfeitamente elástica para cada produtor (comprador de fator) individual:

> "Um comprador pode entrar numa loja e comprar quanto quiser ao preço corrente. Se oferecer menos, pode ser que não consiga comprar nada, e se oferecer um pouco mais pode ser que absorva toda a oferta". (Robinson, 1933a: 216).

Também, similarmente às duas condições necessárias à concorrência perfeita entre vendedores de bens (a de que o número de vendedores seja grande e que os compradores sejam indiferentes quanto aos seus fornecedores), a concorrência perfeita no mercado de compradores de fatores exige duas condições simétricas: a de que o número de compradores seja grande e que os vendedores sejam indiferentes quanto à sua clientela. Para Joan Robinson,

> "A segunda condição nem sempre será preenchida - algumas firmas oferecem condições especiais a seus clientes, seja por sentimentalismo, por relações familiares, gratidão ou devido a 'uma forte expectativa de benefícios futuros' - mas é obviamente preenchida com mais freqüência no mundo real do que as condições da concorrência perfeita do ponto de vista dos vendedores... Além disso, a oferta a um comprador individual pode ser perfeitamente elástica, ainda que o mercado não seja perfeito, uma vez que freqüentemente há um grande número de compradores para cada vendedor, de modo que o montante relevante de compras de cada comprador pode ser efetuado a preço constante". (Robinson, 1933a: 216, inclusive nota de rodapé).

Temos aqui um ponto que merece ser comentado: pelo fato de considerar que a hipótese de concorrência perfeita é mais realista quando aplicada aos compradores - que em geral são muitos - do que aos produtores (ou vendedores), Joan Robinson não trata com o mesmo grau de detalhamento do problema da concorrência imperfeita no mercado de compradores. Isso pode parecer contraditório, uma vez que os "compradores de fatores de produção" são exatamente os mesmos que os "produtores de bens". Mas a contradição se resolve na medida em que o número de "compradores de fatores" é grande face ao fato de que os fatores são classificados em três categorias gerais (terra, trabalho e capital), cujos ofertantes se considera estarem "organizados" (como os sindicatos, por exemplo). Além disso, ela não leva em conta as firmas que produzem produtos intermediários.

A análise é igualmente elaborada a partir da consideração de várias possibilidades: diferentes elasticidades da curva de oferta de fatores (que podem gerar situações em que o preço de oferta dos fatores seja constante, crescente ou decrescente); a possibilidade de que o monopsônio seja discriminador de preços; e a relação entre monopólio e monopsônio, não no sentido do monopólio bilateral, mas no sentido contrário, ou seja, o de que um monopólio é, freqüentemente, monopsonista dos fatores de produção que utiliza.

Esta idéia sustenta, novamente, o caráter geral do seu instrumental baseado nas curvas marginais:

> "O princípio do monopsônio dos fatores de produção está de certa forma latente na análise do monopólio. Sob custos crescentes o monopolista ... leva em conta o fato de que quando eleva suas compras de um ou outro fator de produção, ele eleva o preço de oferta do fator contra si mesmo. Sob custos decrescentes, ele leva em conta o total das economias induzidas por cada aumento da produção; isto é, ele leva em conta o fato de que quando aumenta suas compras de um ou outro fator de produção, sua eficiência aumenta e seu custo de eficiência se reduz.
>
> Em resumo, quando dizemos que o monopolista regula sua produção pelo seu custo marginal da produção, estava implícito que ele é um monopsonista em relação aos fatores de produção que utiliza. Portanto, o princípio do monopólio envolve o princípio do monopsônio e estávamos, implicitamente, introduzindo o princípio do monopsônio quando tratávamos da análise do monopólio...

> ...a regra de senso-comum de que o indivíduo deverá igualar seus ganhos marginais (seja de utilidade ou de receita) com seu custo marginal, aplica-se igualmente ao monopsônio, ao monopólio e à concorrência perfeita.
>
> Este princípio, ainda que suficientemente óbvio em si mesmo, é da mais extrema importância na análise econômica. O pressuposto constantemente presente, de modo tácito ou explícito, na maioria dos livros-texto de economia, de condições de concorrência perfeita, vem obscurecendo seu funcionamento... Os casos que ocorrem na concorrência perfeita são apenas casos especiais da regra geral de que o indivíduo igualará seu custo marginal ao seu ganho marginal". (Robinson, 1933a: 229-230, grifos nossos).

É verdade que Joan Robinson privilegia a demanda pelo "fator trabalho", e neste caso a idéia de que o princípio do monopsônio esteja implícito no monopólio é um tanto quanto exagerada. No entanto, pode-se argumentar, em sua defesa, que é uma idéia compatível com a concepção de que os trabalhadores e/ou sindicatos (fornecedores individuais e/ou organizados do "fator trabalho") não têm poder de gerar postos de emprego, e têm, enquanto ofertantes do fator, um menor poder de determinação do seu preço de venda, sendo portanto, se não "tomadores de preço", certamente "tomadores de quantidade".

Por outro lado, a idéia de que o monopolista seja monopsonista dos fatores de produção que utiliza lembra, ainda que apenas vagamente, a tendência de uma empresa que, ao diferenciar seu produto (e, particularmente quando a diferenciação não é apenas superficial), utilizar em geral, se não insumos e equipamentos totalmente "dedicados", possivelmente um processo de produção específico, talvez único, às vezes patenteado, sobre o qual, detém, portanto, algum grau de monopólio.

Mas, mesmo quando o "fator de produção" considerado de forma privilegiada é o trabalho, o papel da tecnologia ganha espaço: a curva de demanda por um fator de produção (o trabalho), é definida como sendo a curva que relaciona o preço de demanda por um certo número de fatores (homens) a este número de fatores (homens); o preço de demanda do fator (trabalho) é o preço (salário) pelo qual um dado número de fatores (homens) seria empregado se sua oferta fosse perfeitamente elástica. Além disso, a curva de demanda por um fator de produção depende, segundo Joan Robinson, da curva de demanda pelo bem (para cuja produção este fator é demandado), das condições técnicas de produção (do bem), e das curvas de oferta dos demais fatores de produção (para a produção do bem). Isto decorre do fato, já mencionado, de que, para a Autora, os fatores de produção são demandados com o objetivo de gerar renda, através da venda de bens que são produzidos com estes fatores.

A demanda por trabalho, portanto, varia em forma e elasticidade, segundo quem seja o demandante - isto é, segundo a existência de diferentes tipos de imperfeições nos mercados tanto do bem final como do mercado do fator em questão e/ou dos demais fatores; e varia também segundo as condições técnicas de produção, dentre as quais a Autora destaca a possibilidade de substituição de fatores (decorrente, ou não, de sua escassez relativa) e a existência, ou não, de economias da produção em larga escala.

Já nos referimos à argumentação de Joan Robinson de que o monopólio não produz, necessariamente, um volume menor de produção nem o vende obrigatoriamente a preços superiores aos vigentes no regime de concorrência. A Autora argumenta igualmente que o monopólio também não emprega necessariamente um volume menor de fatores (equivalente a não gerar, necessariamente, um volume menor de emprego), nem paga, obrigatoriamente, menos por estes fatores (salários) do que se paga

em concorrência. Como antes, compara ambas as estruturas, (concorrência perfeita e monopólio), sob o critério da quantidade de fatores empregados, considerando diferentes situações alternadamente, dentre as quais se destacam a existência, ou não, de escassez de fatores (ou elasticidade da oferta de fatores); a possibilidade, ou não, de substituição de fatores (ou elasticidade de substituição); e a existência, ou não, de economias de produção em larga escala. Para Joan Robinson,

> "...a diferença entre a produtividade líquida [descontados os demais fatores] sob monopólio e a produtividade líquida sob concorrência é maior quanto mais facilmente as condições técnicas permitirem variações na proporção entre trabalho e capital, e quanto mais for possível lucrar variando esta proporção. Se a elasticidade de substituição for nula, não é possível (por razões técnicas), variar as proporções e se a elasticidade da demanda pelo bem for igual à elasticidade da oferta de capital não há motivo para variar. Isto é análogo ao fato de que o custo médio de um dado volume de produção sob monopólio é inferior ao custo médio deste mesmo volume de produção sob concorrência, e a diferença é tanto maior quanto maiores forem as possibilidades de substituição e quanto maior for a diferença entre as elasticidades de oferta dos vários fatores de produção". (Robinson, 1933a: 277-278).

Esta passagem mostra claramente a idéia central de Joan Robinson: o monopólio é capaz de produzir a custos inferiores à concorrência e pode usufruir de uma produtividade superior à da concorrência. Isto se deve em parte às condições técnicas de substitutibilidade entre fatores, a condições de mercado de oferta de fatores e a condições, também de mercado, da demanda pelo bem. Assim, uma alteração da demanda, que induza à alteração do volume de produção, reflete-se conseqüentemente em alteração no uso dos fatores e, portanto, dos seus preços - o que, por sua vez, pode induzir à substituição entre eles, dependendo das possibilidades técnicas de substitutibilidade. No entrelaçamento de todos estes elementos o aspecto técnico ganha importância:

> "Para se fazer uma comparação exata entre a demanda por trabalho no monopólio e a demanda por trabalho em concorrência quando as proporções dos fatores são variáveis, é preciso considerar... as formas da curva de demanda pelo bem e da curva de oferta de capital... Se a mudança na proporção dos fatores feita pelo monopolista for suficientemente grande, sua curva de demanda por trabalho poderia na verdade estar acima da curva de demanda por trabalho da concorrência. Portanto, se a curva de oferta de trabalho for suficientemente elástica, o montante do emprego será maior sob o monopólio do que sob a concorrência. As condições em que isto ocorreria, no entanto, não são as mesmas em que a produção do monopólio é maior do que a produção em concorrência, pois se a produção sob monopólio for a mesma que sob concorrência, o montante do emprego pode ser maior ou menor, dependendo se o monopolista emprega uma proporção maior ou menor de trabalho em relação aos demais fatores do que a proporção empregada pela concorrência". (Robinson, 1933a: 278, inclusive nota de rodapé).

Portanto, segundo Joan Robinson, nos ramos em que vigora a concorrência imperfeita, o volume produzido pode ser maior, assim como pode também ser maior o emprego gerado. Isto porque, como já vimos, o monopólio tem maiores possibilidades de alterar a combinação de fatores do que a concorrência, com o objetivo de maximizar lucros, e, dependendo dos preços relativos destes fatores, não se descarta a alternativa de que empregue mais trabalho. Ou seja, o desemprego, quando ocorre, não é decorrência das imperfeições de mercado (de bens ou de fatores).

É verdade, no entanto, que todas as considerações relativas à "tecnologia" se resumem à discussão da substitutibilidade entre fatores, seja em termos de sua possibilidade técnica ou de sua desejabilidade econômica. Não há, rigorosamente, em A Economia da Concorrência Imperfeita, uma análise do que se poderia denominar, apropriadamente, "progresso técnico", uma vez que a substituição de fatores refere-se sempre a uma dada função de produção.

Ainda assim, a questão dos custos de produção - que se relaciona à questão da técnica de produção - ocupa boa parte das preocupações da Autora: ela dedica todo o Apêndice à Economia da Concorrência Imperfeita à discussão da Lei dos Rendimentos[31]. Para Joan Robinson,

> "...o que a Lei dos Rendimentos Decrescentes de fato estabelece é a existência de um limite à extensão pela qual um fator de produção pode ser substituído por outro - ou, em outras palavras, [estabelece] que a elasticidade de substituição entre fatores não é infinita...
>
> ...Pelo fato das proporções entre fatores serem, em geral, alteradas (à medida que a produção aumenta), quando um deles é escasso, a Lei dos Rendimentos Decrescentes é associada com as mudanças nas proporções de fatores. Mas é óbvio que os rendimentos decrescentes não se devem fundamentalmente às mudanças nas proporções de fatores, mas sim ao fato de que existe um limite às mudanças das proporções". (Robinson, 1933a: 330-331).

Joan Robinson destaca a diferença de natureza de ambas as leis:

> "A Lei dos Rendimentos Crescentes se diferencia da Lei dos Rendimentos Decrescentes pelo fato de não poder ser reduzida a uma tautologia. A Lei dos Rendimentos Decrescentes, quando os fatores de produção são definidos de uma determinada maneira, é apenas uma questão de necessidade lógica. Mas a Lei dos Rendimentos Crescentes é uma questão de fato empírico. Ela pode ser formulada da seguinte maneira: quando se aloca uma quantidade maior de um fator de produção a um determinado uso, é freqüente que se possa introduzir aprimoramentos na organização [do processo de produção], os quais farão com que ... os fatores (homens, acres de terra ou capital monetário) se tornem mais eficientes, de modo que um aumento na produção não requeira um aumento proporcional do montante físico de fatores. Esta lei, ou melhor, esta tendência, assim como a Lei dos Rendimentos Decrescentes, pode ser igualmente aplicada a qualquer fator, mas diferentemente da Lei dos Rendimentos Decrescentes, não se aplica a qualquer caso. Algumas vezes o aumento dos fatores levará a aprimoramentos da eficiência, outras vezes não". (Robinson, 1933a: 333).

O que é particularmente interessante é que, para Joan Robinson, o que faz surgir um aumento de eficiência é o fato dos fatores de produção não serem perfeitamente divisíveis:

> "Se todos os fatores de produção pudessem ser finamente divididos, como areia, seria possível produzir o menor volume de qualquer bem com todas as vantagens da produção em larga escala. Mas na verdade os fatores consistem de homens (que fornecem trabalho e capacidade empresarial); capital monetário que é finamente divisível, como a areia, mas deve ser transformado em instrumentos de produção os quais, por razões técnicas, devem ter um determinado tamanho; e terra, que em geral é divisível, mas que às vezes, por razões técnicas, não pode ser dividida ilimitadamente. Portanto é impossível que uma indústria se equipe para produzir uma unidade de um bem sem que imediatamente esteja criando capacidade para produzir mais do que uma unidade". (Robinson, 1933a: 334).

---

31. A rigor, este Apêndice deve ser considerado como uma resposta mais direta e sintética não apenas ao artigo de Sraffa "The Laws of Returns under Competitive Conditions" mas também aos debates que ocorreram no Simpósio "Increasing Returns and Representative Firm - a Symposium", em 1930. Para uma visão crítica deste tema, veja-se o quarto capítulo do livro Heresias Econômicas (Robinson 1971a), em que a Autora revisita os debates em torno da questão dos rendimentos e dos problemas gerados pela adoção dos conceitos de rendimentos constantes, crescentes e decrescentes, em particular quando utilizados para a construção de uma curva de oferta de longo prazo. Este tema também é discutido pela Autora em "Review of G.T. Jones, 'Increasing Returns'" (1934e) e em "Rising Supply Price" (1941a).

Esta idéia não é nova, e Joan Robinson o reconhece explicitamente:

> "A Lei dos Rendimentos Crescentes é freqüentemente associada ao fato de que à medida que a produção aumenta, o número de tarefas realizadas por unidades indivisíveis de fatores se reduz. Adam Smith, por exemplo, refere-se 'às vantagens que se obtém da poupança do tempo normalmente gasto na passagem de uma tarefa a outra (Wealth of Nations, Livro I, Capítulo I) e Marshall refere-se ao gasto envolvido na utilização de um trabalhador qualificado em tarefas igualmente bem desempenhadas por um trabalhador não-qualificado, quando a produção é muito pequena para ocupá-lo constantemente na tarefa que requer sua qualificação (Principles, pp. 264-265). Mas fundamentalmente, as economias de larga escala não decorrem da versatilidade de determinadas unidades de fatores, mas sim do fato de não serem perfeitamente versáteis". (Robinson, 1933a: 336).

Para Joan Robinson, as economias de produção em larga escala estão intimamente relacionadas ao processo de especialização e, simultaneamente, a uma noção - ainda vaga - de progresso técnico, visto como uma hierarquia de processos de produção. Embora não explicite sob que critérios se define esta hierarquia, a Autora sugere que só vale a pena colocar em funcionamento os processos "melhores" (mais especializados) a partir de uma determinada escala de produção mínima:

> "A possibilidade dos rendimentos crescentes se amplia pelo fato de que as várias unidades de fatores se adaptam para desempenhar diferentes tarefas. Os homens têm diferentes habilidades naturais, e podem adquirir perícia quando se concentram numa única tarefa...; os acres de terra têm capacidades naturais diferentes e as máquinas podem ser projetadas para tarefas especiais. Para cada tipo de produção haverá uma hierarquia de métodos possíveis, cada qual utilizando unidades de fatores mais altamente especializados do que o outro, e a produção será efetuada da forma mais eficiente quando cada ato separado do processo produtivo for desempenhado por uma unidade de fator de produção especialmente adaptado (pela natureza, pela prática, ou pela habilidade humana) para aquela tarefa específica. No entanto, uma vez que as unidades de fatores são indivisíveis, o método de produção mais especializado envolverá um dispêndio maior e não será lucrativo utilizar plenamente todo o equipamento de fatores altamente especializados para pequenos volumes de produção. À medida que a produção aumenta, pode-se adotar métodos superiores na hierarquia de especialização e por este motivo os custos caem à medida que a produção do bem aumenta". (Robinson, 1933a: 335-336).

Ressalte-se que Joan Robinson considera como "especialização" tanto o que denomina "desintegração lateral" (que é diferente da "desintegração horizontal") quanto o que denomina "desintegração vertical". Para a Autora, a "desintegração lateral" (especialização na produção de um ou de poucos produtos) diferencia-se da "desintegração horizontal" pois esta última refere-se à separação, em vários ramos diferentes, de firmas que produzem o mesmo bem: é o processo inverso da "*combinação de firmas que produzem os mesmos artigos*" (Robinson, 1933a: 338, n2), enquanto que a desintegração lateral é um tipo de especialização de produto, ou seja,

> "o processo pelo qual as firmas, que antes produziam, cada uma, vários bens diferentes, ou vários tipos diferentes do mesmo bem, se especializam gradualmente numa série mais restrita de produtos até que (em último recurso) cada uma produz um único tipo de um único bem... [isto é, a]... separação de um único ramo numa série de ramos paralelos. (Robinson, 1933a: 338 e 339).

e a desintegração vertical é uma especialização em processo de produção, ou seja, "*a separação de uma atividade industrial em vários processos, cada qual efetuado por firmas separadas*". (Robinson, 1933a: 339).

Os exemplos dados pela Autora lembram o que atualmente se discute com relação a processos de produção contínuos vis-à-vis os descontínuos e até mesmo o processo de terceirização:

> "Na Inglaterra a indústria algodoeira é dividida em seções que consistem de firmas, cada uma especializada num único processo, como fiação, tecelagem, branqueamento, tingimento, e assim por diante. Os negócios que lidam com o algodão cru e com a venda nos mercados externos também são desintegrados e estão nas mãos de corretores e comerciantes separados das firmas produtoras. No Japão, por outro lado, as firmas executam todo o processo, desde a compra do algodão até a venda das mercadorias. Na indústria algodoeira alcança-se rapidamente o máximo grau possível de desintegração vertical. Quando se separa a fiação da tecelagem, nenhum destes processos pode ser novamente subdividido [são processos contínuos], mas no caso de um objeto complicado como um automóvel, as possibilidades de desintegração são quase infinitas [são processos não contínuos]. Se uma firma produtora de automóveis começa a sentir as pressões dos rendimentos decrescentes da capacidade empresarial, à medida que cresce de tamanho, ela pode abandonar a produção de alguma parte do automóvel, o radiador ou a carroceria, por exemplo, para uma firma especializada [terceirização] e continuar a aumentar sua produção de automóveis sem aumentar sua equipe de gerência. Enquanto isso, a firma especializada, à medida que sua escala de produção aumenta, ganhará economias técnicas que não podiam ser alcançadas pelas firmas produtoras de automóveis pois cada uma delas produzia muito pouco destas peças específicas para que pudessem desenvolver-se plenamente... A desintegração vertical da indústria automobilística britânica continua ano após ano, e o Sr. Ford, cujo objetivo, anteriormente, era o de controlar todo o processo, desde a plantação da borracha para seus pneus, agora passou a apregoar seus benefícios". (Robinson, 1933a: 339-340, inclusive nota de rodapé).

Embora a desintegração dos processos de produção possa engendrar alguns custos adicionais, o resultado final depende, em grande medida, da escala de produção, o que por sua vez depende do tamanho dos mercados:

> "Tanto na desintegração vertical quanto na lateral o grau de especialização depende do tamanho do mercado... Deveríamos esperar, no entanto, que à medida que a produção aumenta, a desintegração vertical ocorresse mais vagarosamente do que a desintegração lateral. Haverá, certamente, algum custo de coordenação dos processos desintegrados, que se refletirão nos preços dos bens. Se um bem é produzido através de vários processos, cada um efetuado por firmas diferentes, deverá haver algum custo de transporte, incluindo o custo da encomenda e do faturamento, envolvidos na junção das partes de um bem acabado. É provável que estes custos se reduzam à medida que a produção aumenta, pois haverá economias no manuseio de bens em grande escala. Portanto, um grau de desintegração pode se tornar lucrativo para uma grande produção, enquanto não teria sido para uma produção menor, ainda que já se pudesse obter algumas economias técnicas quando a produção era pequena". (Robinson, 1933a: 340, inclusive nota de rodapé).

Joan Robinson faz referência ainda às economias externas, cujo tipo mais simples é o que ocorre "*... no caso em que a maquinaria se torna mais barata quando o setor* [usuário de máquinas] *representa um mercado maior para o setor produtor de máquinas*". (Robinson, 1933a: 341). Em princípio, este "tipo mais simples" de economias externas nada mais é do que a "economia de produção em larga escala", se vista do ponto de vista da produção de máquinas em si. Mas, do ponto de vista das empresas que demandam estas máquinas (que é um ponto de vista válido se considerarmos a análise parcial), trata-se,

sem dúvida, de economias externas típicas. Esta inter-relação entre o setor demandante e o fornecedor, que aliás compromete a própria definição de economias externas, decorre das dificuldades analíticas que emanam do tipo de abordagem necessária para a análise parcial e são consideradas pela Autora:

> "Para se estudar o princípio dos rendimentos crescentes ou dos rendimentos decrescentes em qualquer atividade produtiva específica é preciso supor que uma mudança no montante de qualquer fator empregado por este setor tem efeitos negligenciáveis sobre o preço e a eficiência do fator em geral. Se esta condição não for preenchida, qualquer mudança num setor alterará todos os custos de produção e conseqüentemente repercutirá sobre a curva de demanda pelo bem produzido pelo setor em questão. Na prática, é freqüente que esta condição não seja preenchida. Por exemplo, qualquer elevação da escala de qualquer setor numa certa região provavelmente reduzirá os custos dos demais no que diz respeito ao transporte, aos serviços bancários, e outras facilidades compartilhadas de forma comum por todas os setores locais. Todos os bens produzidos no distrito se tornarão portanto mais baratos, e a curva de demanda pelo bem produzido pelo setor em expansão provavelmente se alterará. Neste caso é impossível tratar a curva de demanda pelo bem como independente do montante produzido. Veja-se Sraffa, Economic Journal, dezembro 1926" (Robinson, 1933a: 341, n1).

Este tipo de abordagem corre o risco de levar a um círculo vicioso: o barateamento da maquinaria, decorrente do fato do seu mercado ter se ampliado, segundo a Autora,

> "...deve ser visto como um exemplo de desintegração vertical. O setor produtor de máquinas representa uma parte do processo produtivo, já desintegrado do setor principal, operando sob custos decrescentes. Devemos portanto nos perguntar como foi que o setor produtor de máquinas chegou a ter custos decrescentes, e desta maneira recomeçaremos a pesquisa desde o início e veremos que os custos decrescentes decorrem ou da existência de uma única firma sub-ótima... (e o fato de que uma firma sub-ótima deve ser um monopólio complica a posição [pois neste caso] nem toda elevação da demanda levará a preços menores, embora possa reduzir o custo médio)... ou de rendimentos crescentes decorrentes da especialização progressiva das firmas, ou ainda de economias externas. Se forem devidas às economias externas, devemos novamente seguí-las e persegui-las até o fim". (Robinson, 1933a: 341, inclusive nota de rodapé).

Nesta discussão sobre rendimentos, no Apêndice à Economia da Concorrência Imperfeita, Joan Robinson conclui pela assimetria das curvas de custo e, neste sentido, concorda por completo com Sraffa, embora não proponha, como aquele Autor, que se deva considerar - em termos da análise do equilíbrio - que os custos sejam constantes "no horizonte relevante de produção", nem que se deva abandonar a análise parcial de indústrias e mercados. O que é importante para nossa tese é que a Autora levanta, neste Apêndice, uma série de problemas - que ela não se propõe a resolver neste trabalho - mas que serão retomados em outros, posteriores.

Resumidamente, dentre as questões levantadas, pode-se destacar, em primeiro lugar, a dificuldade de se distinguir as "economias externas" das "economias internas":

> "As economias externas e as economias de especialização das firmas podem ser agrupadas sob o título de economias de produção em larga escala, por oposição às economias de expansão individual, ou economias internas, que dependem do tamanho da firma. As economias de produção em larga escala tendem a ter por efeito alterações do tamanho ótimo das firmas, e a reorganização da firma para adaptar-se ao novo tamanho ótimo pode levar a economias adicionais. Estas foram descritas como economias internas-externas pelo Sr. Robertson (in 'Symposium', Economic Journal, março 1930, p. 86). São economias internas por dependerem

do tamanho da firma e externas por dependerem do tamanho do ramo de atividade...". (Robinson, 1933a: 341-342).

Em segundo lugar, e relacionado ao anterior, deve-se mencionar a dificuldade de se avaliar o que seria o "tamanho ótimo" de uma firma. A importância disto diz respeito à noção de produção com capacidade ociosa e inclui o problema da "medida" da capacidade ociosa:

"...A priori, é mais fácil pensar nos motivos que levam a firma ótima a se tornar menor como resultado de economias externas do que os motivos que a levariam a se tornar maior.... É difícil discutir o efeito da especialização sobre o tamanho das firmas, devido à dificuldade de se definir o tamanho. Em geral, poderíamos medir o tamanho da firma pelo seu volume de produção, mas isso se torna impossível quando a produção se modifica em virtude da especialização. A medida por número de homens empregados é muito crua, e por homens mais equipamentos muito complexa para ser usada... O barateamento da maquinaria, por exemplo, reduzirá uma das vantagens que as grandes firmas têm sobre as pequenas. Se a máquina especializada se torna mais barata, a perda decorrente de sua sub-utilização se torna menor, e uma das influências em direção ao crescimento do tamanho ótimo se enfraquece. Por outro lado, qualquer influência que tenda a reduzir os custos dos demais fatores relativamente ao custo da capacidade empresarial aumenta o tamanho ótimo da firma". (Robinson, 1933a: 342, inclusive nota de rodapé).

Em terceiro lugar, há a questão do poder de mercado de uma firma, isto é, o crescimento da firma vis-à-vis o crescimento do setor (e ramo de atividade), contraposição na qual a capacidade inovativa da firma adquire um papel importante:

"O Professor Pigou, seguindo Marshall, (Economics of Welfare, p. 221 e Principles, p. 318, respectivamente), afirma que em geral as firmas tendem a crescer com o crescimento do setor, mas quando isto ocorre no mundo real, deve-se ao fato de que num mercado imperfeito, o tamanho de equilíbrio das firmas tende a aumentar à medida que o setor se expande...(Marshall, que nunca levou até o fim, no texto dos Principles, a visão rígida da concorrência perfeita implícita em seus diagramas, devia estar pensando neste efeito)... Não há razão para se esperar que no mundo real as firmas estejam em seu tamanho ótimo, e o fato de que as firmas estejam crescendo não prova que o tamanho ótimo esteja aumentando. Além disso, no mundo real, deve-se levar em conta as inovações, e um movimento histórico em direção ao crescimento das firmas pode ser decorrente da introdução de novos métodos de produção adequados ao uso em larga escala". (Robinson, 1933a: 342, inclusive notas de rodapé).

Finalmente, deve-se destacar que, na visão de Joan Robinson, enquanto os "rendimentos decrescentes" têm por causa uma variação dos preços de fatores, isto é, causas econômicas stricto sensu, os rendimentos crescentes decorrem de fatores tecnológicos entre os quais se inclui o progresso técnico propriamente dito:

"À medida que aumenta a produção, a eficiência dos fatores pode ser elevada mediante uma utilização mais plena das unidades de fatores indivisíveis ou mediante a adoção de métodos de produção mais especializados. Portanto, os rendimentos crescentes são fundamentalmente diferentes dos rendimentos decrescentes, que surgem não de uma mudança na eficiência dos fatores mas sim de uma alteração dos seus preços" (Robinson, 1933a: 343).

Este é o principal motivo pelo qual as curvas de custo são assimétricas, o que no entanto não foi considerado ao longo de todo o livro. Sintomaticamente, é disto que trata a última nota de rodapé da Autora:

> "Na análise desenvolvida neste livro não consideramos os custos decrescentes decorrentes de alterações dos preços dos fatores, ou custos crescentes decorrentes de alterações na eficiência dos fatores... Mas a análise pode ser facilmente adaptada para lidar com estes tipos de rendimentos decrescentes e crescentes". (Robinson, 1933a: 348, n2).

Mas esta adaptação não chega a ser feita. Pelo contrário, Joan Robinson chega à conclusão que os conceitos de retornos constantes, crescentes ou decrescentes, geraram vários problemas, destacando-se, para o que nos interessa mais de perto, o que diz respeito à construção da curva de oferta. Segundo Joan Robinson, é apenas na análise de curto prazo que a noção de uma relação funcional entre volume de produção e custos faz sentido. Isto porque a avaliação de quanto o volume de produção se altera quando se modifica a quantidade de um determinado insumo só pode ser feita supondo-se que a especificação dos insumos e os métodos de produção se mantêm inalterados - isto é o que significa uma curva de oferta de curto prazo. E uma curva de oferta de longo prazo é, segundo a Autora, um conceito traiçoeiro, pois envolve aumento da capacidade produtiva de modo irreversível, isto é, diz respeito ao investimento. Uma teoria do investimento, de longo prazo, é o que Joan Robinson se propõe a elaborar em A Acumulação de Capital, de que trataremos mais à frente. Pelo momento, apenas importa ressaltar - conforme a Autora explicita em Heresias Econômicas (1971) - que a curva de oferta de longo prazo é "traiçoeira" pois ao envolver investimento em capacidade produtiva, implica, geralmente, em alterações de natureza técnica, e isto por três motivos:

> "Em primeiro lugar, a mudança técnica ocorre continuamente nas economias industriais. As novas unidades de produção incorporam técnicas antes não tentadas. Em segundo lugar, o mero fato da capacidade estar se expandindo envolve adaptações técnicas mesmo quando são apenas aplicações de princípios gerais já conhecidos (a noção de uma lista de projetos [book of blueprints] que descreve o 'estado do conhecimento técnico' teve um importante papel na controvérsia doutrinária, mas não na análise realista. Na realidade as técnicas só são projetadas quando estão prontas para serem utilizadas). Em terceiro lugar, as grandes instalações freqüentemente requerem investimentos de um tipo quase permanente, que alteram a situação para sempre". (Robinson, 1971a: 54)

Resta ainda um último comentário no que se refere à relação entre a curva de oferta e o mercado de trabalho. Para fazer a comparação entre o salário pago sob o regime de concorrência perfeita e imperfeita (ou monopólio), Joan Robinson sugere uma definição de exploração mais ampla que a definição tradicional. Novamente, o uso de curvas marginais - especialmente a de receita marginal - assume um papel preponderante. Para Joan Robinson, a definição tradicional de exploração, entendida como sendo a situação na qual o salário é inferior à produtividade marginal líquida faz com que não possa haver exploração quando a compra de trabalho se dá num mercado em concorrência perfeita, isto é, em que a oferta de trabalho é perfeitamente elástica. Joan Robinson sugere uma outra definição, com a qual, ainda

que a oferta de trabalho seja perfeitamente elástica, se o bem não for vendido num mercado perfeito, haverá exploração. Isto por que para Joan Robinson, a definição tradicional

> "... é desnecessariamente restrita. O que de fato se quer dizer com exploração é, usualmente, que o salário é inferior ao produto físico marginal do trabalho valorado por seu preço de venda. Sob este ponto de vista, a imperfeição no mercado de bens assim como a imperfeição no mercado de trabalho pode gerar a exploração. Quando o mercado vendedor é imperfeito a produtividade marginal líquida do trabalho para a firma individual é a produtividade física marginal do trabalho multiplicada pela receita marginal da firma, e a receita marginal é inferior ao preço. Conseqüentemente, mesmo que o salário fosse igual à produtividade marginal líquida para a firma, ainda assim haveria exploração". (Robinson, 1933a: 282-283).

Assim, Joan Robinson sugere como definição de exploração a situação na qual "*um grupo de trabalhadores recebe salário inferior ao produto físico marginal de sua produção, valorado ao preço pelo qual* [esta produção] *é vendida*". (Robinson, 1933a: 283). Seguindo esta segunda definição, mais ampla, a Autora pretende mostrar que nem sempre a remoção da exploração - que pode alterar o produto físico marginal do trabalho e/ou o preço do bem - é benéfica para os trabalhadores. Assim, esta proposição vai na mesma direção dos nossos comentários anteriores, ou seja, Joan Robinson demonstra que pode haver vantagens na imperfeição dos mercados. A partir desta definição mais ampla de exploração, Joan Robinson identifica alguns casos que podem gerar a exploração, e discute as maneiras pela qual esta pode ser eliminada:

> "os que ocorrem apesar da oferta de trabalho para o empregador individual ser perfeitamente elástica: ocorrem devido ao monopólio do bem; os que ocorrem quando a oferta de trabalho é imperfeitamente elástica (ainda que o bem seja vendido em condições de concorrência perfeita); os que ocorrem quando a oferta de trabalho é imperfeitamente elástica e, além disso, o empregador tem poder de discriminação ao comprar trabalho: estas duas classes ocorrem devido ao monopsônio no mercado de trabalho...; e o caso em que há concorrência perfeita tanto na venda do produto quanto na compra do fator trabalho, mas em que não há livre entrada". (Robinson, 1933a: 283).

Quando, por exemplo, a venda do bem ocorre num mercado imperfeito, com livre entrada, e para o qual a oferta de trabalho seja perfeitamente elástica, haverá exploração - segundo sua própria definição - pois, embora o salário seja igual à produtividade marginal líquida, será inferior ao produto físico marginal do trabalho valorado pelo preço do bem (já que a demanda pelo produto não é perfeitamente elástica, devido à imperfeição do mercado vendedor). Segundo Joan Robinson, neste caso, a exploração desapareceria se o mercado se tornasse perfeito, mas isto não seria, necessariamente, vantajoso para os trabalhadores.

Seu argumento é construído supondo que quando o mercado se torna perfeito, as firmas, que produziam com unidades de produção de tamanho inferior ao ótimo, passam a produzir com unidades de tamanho ótimo, isto é, crescem. Com o crescimento das firmas, espera-se que a produtividade física média (produto físico total dividido pelo número de homens empregados) se eleve. Mas, pode ocorrer que o preço dos demais fatores se altere quando a firma cresce (devido ao aumento da demanda por fatores), entre os quais se inclui o número de trabalhadores empregados (cujo preço é o salário). A variação dos preços dos

fatores pode ocorrer das mais diversas maneiras, dependendo de suas elasticidades de oferta; pode acontecer, inclusive, que alguns destes fatores tenham seus preços elevados (se sua oferta for inelástica), enquanto outros tenham seus preços reduzidos. O crescimento da firma leva a um aumento do volume de produção, o qual, se houver economias de produção em larga escala, deve ser acompanhado por uma redução dos custos médios de produção. A redução de custos decorrente do aumento do tamanho da unidade de produção, segundo Joan Robinson, pode ser separada em duas partes: "*as economias técnicas decorrentes de uma maior escala de produção e as economias decorrentes da distribuição dos custos fixos por um volume de produção maior*". (Robinson, 1933a: 321).

Por outro lado, um aumento da oferta em mercados imperfeitos leva à redução dos preços, dependendo da elasticidade da curva de demanda. Além disso, o aumento do tamanho da firma pode levar a uma elevação do grau de mecanização, isto é, a substituição de trabalho por capital, ali onde o processo de produção (a técnica) o permita e quando a variação dos preços relativos dos fatores tornem a substituição vantajosa. Considerando cada um destes efeitos, a remoção das imperfeições pode ou não ser benéfica para os trabalhadores. Em suas próprias palavras:

> "Pode parecer estranho que a remoção da exploração pudesse ser desvantajosa para o trabalho. Pode-se no entanto encontrar a explicação em dois fatos. Primeiro, quando a demanda pelo bem é inelástica, qualquer coisa que eleva o custo do bem eleva as receitas totais do ramo. Conseqüentemente, uma elevação da produção física por pessoa pode não trazer qualquer vantagem para o trabalho quando a demanda pelo bem é inelástica, e o trabalho poderia ganhar, às expensas do consumidor, do fato das firmas serem inferiores ao tamanho ótimo. Segundo, quando o mercado é imperfeito, pode não ser lucrativo para a firma individual assumir um grau de mecanização que seria lucrativo se o mercado se tornasse perfeito. Portanto, o trabalho pode ganhar, às custas do capital, do fato das firmas serem inferiores ao tamanho ótimo.
>
> Em qualquer caso, independentemente da imperfeição ser ou não vantajosa para o trabalho, ela faz com que o preço do bem seja superior ao que seria se houvesse concorrência perfeita. Portanto, embora o trabalho aufira vantagens da imperfeição do mercado às custas do consumidor, trata-se apenas de uma visão parcial, pois existe perda para os consumidores do bem (que devem pagar um preço superior) e para a comunidade em geral (uma vez que se produz menos riqueza real). Portanto, o fato de que haja vantagens para os trabalhadores ligados àquele ramo, não significa que as imperfeições não devam ser removidas. Além disso, se todos os ramos fossem deste tipo, o trabalho não teria vantagens decorrentes da imperfeição, uma vez que suas desvantagens enquanto consumidores poderiam ser maiores do que as vantagens enquanto assalariados.
>
> Mas mesmo quando a exploração é universal, de modo que as firmas de todos os ramos sejam de tamanho inferior ao ótimo, é possível que firmas de tamanho inferior ao ótimo empreguem menos capital por homem do que se fossem de tamanho ótimo e a imperfeição do mercado traria vantagens ao trabalho às custas do capital. Se todos os mercados se tornassem perfeitos, o capital tenderia a ter vantagens às custas do trabalho e é possível, embora não seja provável, que o trabalho perdesse, no final, com a remoção da exploração". (Robinson, 1933a: 287-288).

Esta é uma "conclusão inconclusiva", aliás típica de Joan Robinson, que se manifesta igualmente em outros de seus trabalhos, como por exemplo, em A Acumulação de Capital, como veremos mais à frente.

Ainda no que se refere à geração de emprego, Joan Robinson analisa uma série de outras situações. Lembrando que a forma da curva de demanda por trabalho depende de quem é o agente demandante - ou seja, se é um monopólio, ou um conjunto de firmas independentes que agem, ou não, de forma organizada,

e mesmo dando destaque ao caso mais específico de um conjunto de firmas independentes e organizadas, a Autora considera uma variedade de casos: as firmas podem concorrer no mercado de produto e manter acordos no mercado do fator trabalho; em termos do mercado do produto, este pode ser perfeito ou imperfeito (o que tem implicações sobre a curva de demanda pelo bem do ponto de vista de cada firma); as firmas podem concorrer no mercado dos demais fatores (cuja oferta pode ou não ser perfeitamente elástica); as firmas podem ou não levar em conta o fato de que um aumento da produção do bem pode alterar seu preço; pode ou não haver entrada de novas firmas no ramo, e isto pode ou não acarretar variações de preços dos fatores, inclusive do fator trabalho, dependendo de sua elasticidade de oferta. E, finalmente, leva em conta os vários motivos pelos quais a oferta de trabalho pode ser inelástica (por ignorância ou inércia, por elevados custos de transporte da mão-de-obra, por diferenças de eficiência de cada trabalhador individual ou grupo de trabalhadores, por fidelidade ao emprego anterior, etc...).

O que é de fundamental importância destacar é que o fato de Joan Robinson não oferecer uma única e definitiva solução não constitui nenhum demérito. Muito pelo contrário, pois o objetivo da Autora não é este, e sim o de elaborar e demonstrar o funcionamento do instrumental de análise, sua "caixa de ferramentas", reconhecendo, inclusive, as limitações dos vários modelos que expõe:

> "Esta análise da exploração é extremamente simplificada, mas uma vista superficial das condições existentes parece sugerir que ela pode ter algum valor para os casos reais. Para que se pudesse analisar qualquer caso real dever-se-ia introduzir muitos refinamentos e complicações nesta nossa análise simples, e na melhor das hipóteses ela pode apenas indicar uma primeira aproximação que pode ser um guia útil, ainda que inadequado, para as complexidades das condições reais do mercado de trabalho". (Robinson, 1933a: 303).

O que importa, por enquanto, é destacar que sua análise comparativa entre o nível de emprego (bem como dos salários) na concorrência perfeita vis-à-vis a imperfeita está muito mais relacionada às imperfeições de mercado, tanto no mercado de bens quanto no mercado de fatores (lembrando que não são apenas as imperfeições do mercado de trabalho as diretamente responsáveis pelo baixo nível de emprego ou pelo grau de exploração da mão-de-obra[32]). E que a questão da tecnologia entra, nesta análise, como uma das muitas hipóteses a serem consideradas, sem realmente merecer atenção especial por parte da Autora (ao menos no corpo central do livro), apesar de considerar dois aspectos principais, já mencionados: a possibilidade de substituição de fatores e a existência de economias de produção em larga escala. No entanto, não resta dúvida de que, até então, a técnica de produção tem um papel secundário, submetido ao papel principal exercido pelas imperfeições da concorrência.

---

32. Veremos mais à frente, que (sob a influência principalmente de Kalecki), o argumento se sofistica: Joan Robinson mostra que as margens de lucro altas - relacionadas às imperfeições no mercado de bens -, ao reduzir o poder de compra dos salários reais, reduzem o emprego (e até mesmo o grau de utilização da capacidade), e conseqüentemente a massa de lucros. Por conseguinte, margens altas de lucro não geram necessariamente grande massa de lucros; por outro lado, margens mais baixas (associadas a políticas de preços mais competitivas) não reduzem a massa de lucros, pelo contrário, pois elevam os salários reais, e portanto os gastos e o nível de emprego (bem como o grau de utilização da capacidade instalada).

I.4 - As autocríticas de A Economia da Concorrência Imperfeita e os elementos heterodoxos que ajudam a ampliar os conceitos de oligopólio e progresso técnico

I.4.1 - A autocrítica de A Economia da Concorrência Imperfeita, na própria obra

Embora as principais autocríticas de Joan Robinson à Economia da Concorrência Imperfeita se encontrem em obras posteriores a este livro, algumas delas marcam presença no corpo do próprio trabalho. A inclusão de críticas à medida em que desenvolve seu raciocínio é, na verdade, uma das características do trabalho teórico da Autora, que sempre enfatiza a necessidade de se explicitar as hipóteses simplificadoras utilizadas. Mais do que isso, Joan Robinson costuma acrescentar, ao final dos principais capítulos, comentários referentes seja ao irrealismo dos pressupostos, seja às conseqüências analíticas do relaxamento destes pressupostos, ou ainda as modificações necessárias para sua aplicabilidade em problemas concretos - ao contrário de muitos outros autores que costumam escamotear essas questões[33].

Um dos principais aspectos que a Autora reconhece como críticos em A Economia da Concorrência Imperfeita - além do já mencionado e discutido caráter estático da teoria - diz respeito ao alto grau de abstração e irrealismo dos pressupostos básicos utilizados na construção dos modelos mais simples. Dentre eles, deve-se mencionar as chamadas hipóteses "heróicas" que dizem respeito à igualdade de condições de demanda e de custos para as firmas que atuam num mesmo mercado, seja ele perfeito ou não[34].

Um exemplo da utilização de "hipóteses heróicas" pode ser encontrado nos pressupostos adotados para a construção de uma curva de oferta em concorrência imperfeita:

> "...se o mercado é imperfeito, o mesmo bem pode ser vendido a diferentes preços por diferentes produtores... (mais à frente veremos algumas dificuldades consideráveis em se falar de 'mesmo bem' quando o mercado é imperfeito)... Isto representa uma dificuldade inicial para se desenhar a curva de oferta, dificuldade que pode ser reduzida se assumirmos que as curvas de custo de todas as firmas são semelhantes, que as curvas individuais de demanda são semelhantes, e que todas as curvas individuais de demanda se deslocam da mesma maneira quando a demanda total se eleva. Neste caso, apesar da imperfeição, um único preço regerá todo o mercado, para cada posição da curva de demanda total.
>
> ...Podemos supor que qualquer elevação da demanda total pelo bem seja uniformemente distribuída por todas as firmas individuais, de modo que as curvas individuais de demanda se desloquem todas da mesma maneira. Mas elas podem se mover de muitas maneiras possíveis, e antes que possamos dizer qual o efeito de uma elevação da demanda total sobre a produção é preciso ainda postular o modo particular, entre todos os modos possíveis, pelo qual as curvas individuais de demanda se deslocarão... Cada um destes pressupostos pode ser feito, e a partir de cada um deles seria possível desenhar uma curva de oferta, que mostraria a resposta da oferta a um dado aumento da procura pelo bem. A cada quantidade produzida estaria associado um determinado preço, mas o resultado seria diferente para cada um dos diferentes pressupostos possíveis. Assim, embora seja possível desenhar uma curva de oferta baseada em qualquer destes

33. Um dos poucos intérpretes de A Economia da Concorrência Imperfeita que notaram a importância deste aspecto é Shove. Para ele, este livro "*foi escrito por um*[a] *economista da jovem geração, que trabalhou em contato direto e próximo com outros. Como produto da juventude é surpreendentemente conservador: para um veterano rebelde, é frustrantemente conservador. Isto não significa que haja pouca novidade - longe disto - mas que a abordagem geral e, em termos genéricos, o método de tratamento, é o tradicionalmente estabelecido. É verdade que a teoria da concorrência perfeita é relegada, como deve ser, à posição de caso muito especial, talvez instrutivo. Este é um ponto de partida do método convencional de apresentação, bem-vindo e esclarecedor. Mas todo o mecanismo de análise, com suas curvas de custo e curvas de receita, curvas de oferta e curvas de demanda, é do tipo clássico tradicional. A originalidade do trabalho encontra-se não em alguma inovação atrevida e de longo alcance, mas nos seus detalhes*". (Shove, 1933b: 657, grifos nossos).

34. Também Chamberlin utiliza hipóteses "heróicas" - que são duramente questionadas por Kaldor (1935).

pressupostos, haveria uma curva de oferta diferente para cada pressuposto diferente...". (Robinson, 1933a: 86-87, inclusive nota de rodapé).

A adoção dessas hipóteses decorre do uso do conceito de "firma representativa". A idéia subjacente é a de que, se todas as firmas são iguais no que se refere às condições de custo e de demanda, basta que se analise o comportamento de uma firma, e esta análise torna-se representativa do comportamento de qualquer firma que atue naquele ramo.

Embora a citação acima fale por si só, é bom que se explicite que Joan Robinson reconhece o quão restritivas são estas hipóteses:

> "Os pressupostos alternativos que tornam possível preservar a aparência de uma curva de oferta na qual uma determinada quantidade está associada a um dado preço são todos igualmente implausíveis. Não há justificativa para se escolher um pressuposto em detrimento dos outros, e na verdade é improvável que um dado aumento da demanda total por um determinado bem esteja associado com qualquer um deles.
>
> Além disso, nosso pressuposto inicial de que um dado aumento da demanda é uniformemente distribuído entre as firmas individuais também é implausível. Quando a demanda total aumenta, algumas firmas podem achar que suas curvas individuais de demanda se elevam mais, e outras menos; algumas podem achar que se elevam, mas se tornam mais elásticas, outras podem achar que se elevam mas se tornam menos elásticas; ou a elevação da demanda pode se concentrar principalmente sobre um pequeno número de produtores... Além disso, quando as curvas de custo das diferentes firmas não são iguais, uma nova fonte de variação é introduzida. Uma dada elevação da demanda produzirá diferentes elevações das quantidades produzidas, dependendo se está concentrada principalmente sobre as firmas cujos custos marginais são relativamente baixos ou sobre aquelas cujos custos marginais são superiores". (Robinson, 1933a: 87-88).

Importa ressaltar que, mesmo utilizando "hipóteses heróicas" - o que auxilia na simplificação da exposição do modelo - isto não implica uma única solução:

> "Em resumo, o efeito de um dado aumento da demanda total sobre a quantidade total produzida varia de acordo com seu efeito sobre a demanda individual dos produtores. Uma elevação da demanda total se projetará numa elevação das curvas individuais de demanda, mas pode modificar suas formas de vários modos, e pode afetar umas mais que outras. O efeito sobre a produção total será diferente em cada caso". (Robinson, 1933a: 88).

Outro exemplo de "hipóteses heróicas" e irreais são as que determinam as condições de equilíbrio em mercados imperfeitos - igualmente aplicáveis ao mercado de bens e ao mercado de fatores. Ou seja, trata-se das condições que definem a "solução de tangência"[35] e que contrapõem o pressuposto do equilíbrio instável (a partir da idéia de que o objetivo do empresário é a maximização do lucro) ao equilíbrio estável (que pressupõe lucro zero para que não haja alterações na composição do ramo como um todo). Ou seja, trata-se da suposição de que, em equilíbrio, cada firma esteja maximizando seu lucro (igualando a receita marginal ao custo marginal) a um nível de produção para o qual o preço iguala o custo unitário (isto é, a curva de demanda tangencia a curva de custo médio; neste nível de produção o lucro é zero ou "normal").

35. Também a "solução de tangência" é duramente criticada por Kaldor (1935).

Tanto as hipóteses heróicas quanto esta "dupla condição" da solução de tangência são exaustivamente discutidas por Kaldor (1935). O objetivo deste Autor foi o de ressaltar as economias de escala como elemento predominante da caracterização de imperfeição na concorrência, num grau maior que a diferenciação de produtos. Mais do que isso, Kaldor demonstrou que, na presença de economias de escala, o lucro zero ou "normal" ocorre apenas por acaso. Em outras palavras, o que permite que as firmas aufiram lucros extraordinários, sem que isto atraia a entrada de novas firmas, é o fato de usufruírem de vantagens associadas ao processo de produção, como a escala mínima (e portanto características mais estruturais) e não como mera conseqüência de estratégias de concorrência, tais como a diferenciação de produtos[36].

A crítica de Joan Robinson é ainda mais contundente, na medida em que discute o próprio conceito de equilíbrio a partir das curvas de demanda e de custo, isto é, a possibilidade de se construir uma curva de demanda independente da curva de custos (que deve ser decrescente para assegurar a possibilidade de tangência) e vice-versa - ou seja, uma curva de custos independente da curva de demanda:

> "Um ramo é considerado em pleno equilíbrio quando não há tendência à alteração do número de firmas. Os lucros auferidos pelas firmas que nele atuam são portanto normais...
>
> Para descobrir se os lucros são ou não normais, é necessário introduzir no nosso aparato analítico a curva de custo médio da firma... [que] ...deve incluir o lucro normal do empresário, por unidade de produção... e ...deve portanto ser decrescente (mesmo que não haja economias de produção em grande escala) para pequenas quantidades. O montante fixo que representa os lucros normais será dividido por um número maior de unidades produzidas à medida que a firma aumenta de tamanho. Além disso, é provável que haja economias técnicas devido à elevação da escala de operações.
>
> A curva de demanda para cada firma é suposta independente de seus custos. Este é um pressuposto irreal, uma vez que a propaganda e outros custos de venda afetarão a curva de demanda da firma nos casos reais... Além disso, é preciso supor que a curva de custo de uma firma é independente das condições de demanda. Esse pressuposto também é irreal...". (Robinson, 1933a: 93-94, inclusive nota de rodapé).

Na verdade, esta questão já havia sido tratada pela Autora num artigo que serviu de base para o sétimo capítulo de A Economia da Concorrência Imperfeita[37]. Nele ela discute as alterações do equilíbrio da firma e do ramo (isto é, a "dupla condição de equilíbrio" ou "condição de tangência", dada pela igualdade entre custo marginal e receita marginal e entre preço e custo médio) frente a uma elevação da demanda total pelo bem. Segundo Joan Robinson, neste caso, as curvas de demanda individuais de todas as firmas se deslocam para cima, a produção de todas elas aumenta e os custos médios caem, mas todas estas alterações não ocorrem, necessariamente, na mesma forma e/ou intensidade para todas as firmas. Sob a hipótese simplificadora de que as firmas são iguais, e levando em consideração uma firma representativa, o preço do bem pode ser maior, menor ou igual ao preço que vigorava antes da elevação da demanda, as firmas podem obter lucro acima do normal (extraordinário) e novas firmas poderão ser atraídas para o ramo, com os mesmos custos que as já estabelecidas (se a oferta de fatores for perfeitamente elástica).

---

36. Outros autores - como Harrod (1952b) - discutem a "solução de tangência" do ponto de vista do conceito de "excesso de capacidade", isto é, atribuindo ao equilíbrio em concorrência imperfeita um caráter de desperdício de recursos - da firma e/ou sociais - quando comparado ao equilíbrio perfeitamente competitivo. Esta é a crítica que acabou sendo privilegiada nos manuais de microeconomia. Para uma análise detalhada de Kaldor (1935) veja-se Heller (1991b).

37. O tema central do artigo é o exame do conceito de preço de oferta decrescente, à luz do debate travado no Simpósio sobre Retornos Crescentes e a Firma Representativa de 1930.

Assim, a produção total do bem se elevaria, e a concorrência das novas firmas reduziria a demanda individual de todas elas. A nova posição de equilíbrio ocorreria quando a demanda voltasse a tangenciar a curva de custo médio. Mas o novo preço de equilíbrio, segundo Joan Robinson, depende da maneira pela qual as curvas de demanda se deslocam quando voltam à posição de equilíbrio. Se sua inclinação não se altera, o preço permanece o mesmo; se na nova posição a curva de demanda for menos elástica, o preço será maior; e vice-versa. A rigor, o argumento é um pouco mais complexo, pois envolve ainda considerações sobre o volume de produção, seja de cada firma seja do total do ramo. O que é particularmente interessante é que Joan Robinson reconhece que

> "...é portanto impossível desenhar a curva de oferta de um bem sem se postular o tipo de alteração ocorrida com a demanda. Esta dificuldade não surge apenas, como Harrod parece sugerir (em Harrod 1931: 572), do fato de que as curvas de demanda individuais podem não ser independentes das curvas de custos das firmas individuais. Tem a mesma força quando a curva de demanda individual não pode ser afetada pelo gasto incorrido pela firma. Mas considero errado ter o sentimento, que eu mesma tive por muito tempo, que a curva de oferta sob concorrência perfeita é realmente uma curva de oferta no sentido de que todas as demais não o são. Em todos os casos, para se desenhar uma curva de oferta, é necessário fazer-se algumas suposições sobre as condições de demanda de firmas isoladas. O pressuposto da concorrência perfeita é apenas o mais simples e o mais usual de todos os pressupostos que podem ser feitos". (Robinson, 1932a: 550, n2).

É interessante ressaltar que os exemplos que Joan Robinson dá para cada um dos casos, isto é, os tipos de mudança na demanda que levam à manutenção do preço ou à sua alteração (elevando-o ou reduzindo-o), restringem-se todos ao único fator que a Autora considerou como sendo causa de imperfeições, isto é, a localização geográfica. Isto decorre dos pressupostos inicialmente adotados. A Autora sugere, no entanto, que

> "se [os pressupostos] forem relaxados, o argumento a favor da visão de que o preço de oferta decrescente é o resultado da concorrência imperfeita será consideravelmente reforçado. O pressuposto de que todas as firmas são iguais não afeta o argumento, e foi feita apenas para simplificar a exposição. Removendo-o, introduz-se várias complicações, algumas das quais reverterão a favor e outras contra o preço de oferta decrescente, e o resultado pode se dar em qualquer uma das direções...". (Robinson, 1932a: 553).

Além destes, Joan Robinson analisa ainda a remoção de outros pressupostos, como o de que as firmas estão sempre em equilíbrio, ou o de que não há "desintegração lateral" ou "vertical". A desintegração permitiria, segundo a Autora, a redução dos custos médios[38].

Apesar da publicação deste artigo ter tido enorme repercussão, os debates que dele decorreram não foram incorporados no livro A Economia da Concorrência Imperfeita[39]. E, embora o livro contivesse, no

---

38. Para uma suposta generalização algébrica dos argumentos de Joan Robinson veja-se Pigou (1933). Para uma crítica veja-se Shove (1933a), que foi replicado pela Autora em "The Imperfection of the Market: comments on G.F. Shove's note" (1933b). O debate tem também a participação de Harrod (1933a), que retoma vários pontos levantados por ele mesmo, por Pigou e por Shove desde a publicação do artigo de Sraffa de 1926 e passando pelo Simpósio de 1930. O debate nuclear girou em torno da possibilidade das firmas produzirem com custos médios decrescentes e a implicação disto sobre a curva de oferta (isto é, a possibilidade dos preços de oferta serem decrescentes). Trata-se, a rigor, da discussão sobre a compatibilidade entre equilíbrio e capacidade ociosa. Os textos referidos nesta e na próxima nota discutem tantos aspectos que sua exposição fugiria ao tema central deste trabalho.

39. Há uma carta da Autora para Richard Kahn, de 15 de fevereiro de 1933, na qual ela dá um pequeno relato histórico sobre sua réplica ao artigo de Shove (1933a) - isto é, Robinson (1933b). Ela acabara de saber que Shove havia escrito uma nota comentando seu artigo sobre a imperfeição do mercado, e telefonara a Keynes, perguntando se deveria replicar. Primeiro Keynes disse que não, mas depois ligou de volta, dizendo que se ela fosse

seu corpo, algumas autocríticas, elas enfatizam basicamente o realismo das hipóteses adotadas. As autocríticas mais importantes, como veremos, são as dos trabalhos posteriores.

capaz de escrever exatamente uma página, ele (Keynes) poderia incluí-la no mesmo volume. Numa outra carta, de 20 de fevereiro, ela conta que a chamada de Keynes fez com que ela interrompesse uma reunião familiar para encontrar-se com Shove e esclarecer as divergências de modo que o número do Economic Journal no qual o debate apareceria pudesse sair a tempo. Joan Robinson estava entusiasmada com a repercussão do seu trabalho. Na mesma carta, escreveu: "*Acabei de me dar conta que este número do The Economic Journal terá (1) uma nota do Professor* [Pigou] *sobre mim; (2) uma nota de Gerald* [Shove] *sobre mim; (3) minha réplica; (4) minha resenha; (5)? resenhas sobre mim? Parece que estou ganhando fama com a velocidade de um rato. Mas se o meu artigo levanta esta polêmica toda, o que acontecerá quando meu livro for publicado?*". De fato, o volume de março de 1933 do The Economic Journal trouxe a nota de Pigou (1933), a de Shove (1933a) e a réplica da Autora - Robinson (1933b). A resenha do seu livro saiu no volume de dezembro, escrita por Shove (1933b). Ela mesma publicou, em setembro do mesmo ano, uma réplica ao artigo de Harrod (veja-se Harrod 1933a e Robinson 1933e), além de duas resenhas, uma no volume de junho e outra no de dezembro (veja-se Robinson 1933i e 1933h, respectivamente). As cartas citadas, não publicadas, encontram-se em RFK/13/90/1.

I.4.2 - Os elementos heterodoxos em A Economia da Concorrência Imperfeita

Afirmamos no início deste capítulo a existência, em A Economia da Concorrência Imperfeita, de uma série de elementos heterodoxos de análise, que sustentam nossa tese de que Joan Robinson tem uma visão não-neoclássica do oligopólio e do progresso técnico, e cujas primeiras noções são apresentadas neste livro. Chegou a hora de analisá-los em maior detalhe.

O primeiro deles diz respeito à formulação da curva de demanda quebrada, bem antes da formulação teórica de Sweezy ou da que decorreu como resultados das pesquisas empíricas realizadas em Oxford[40]. É bem verdade que a curva de demanda quebrada não representa propriamente nem o oligopólio nem o progresso técnico. Constitui, no entanto, a base da formulação do "princípio do custo total" que afronta, diretamente, o "princípio da maximização dos lucros" e, isto sim, representa uma grande inovação que dá início à formulação de uma teoria microeconômica dos preços alternativa à neoclássica.

Curvas "quebradas" aparecem, em A Economia da Concorrência Imperfeita, já no segundo capítulo, que instrumentaliza o livro com o aparato geométrico necessário para o restante da análise. A apresentação se dá sob o título de "*casos peculiares ... importantes porque auxiliam na compreensão de relações gerais*" (Robinson, 1933a: 37) e dizem respeito a curvas de custo médio. No capítulo em que examina os efeitos de alterações no custo (restritas à hipótese de uma elevação de impostos) sobre o preço cobrado e a quantidade produzida por um monopolista, Joan Robinson se utiliza de uma "quebra" na curva de demanda - que ocorre quando "*a mudança na inclinação da demanda é drástica*" (Robinson, 1933a: 81) e provoca "*uma descontinuidade na curva de receita marginal*" (Robinson, 1933a: 81) para mostrar que se a velha e a nova curva de custo marginal (antes e depois do impostos) passarem pela descontinuidade da receita marginal, o preço não se altera[41]. O que é particularmente interessante notar é que o "monopólio" neste caso é explicitamente o "monopólio não tradicional" a que Schumpeter faz referência. Segundo Joan Robinson,

> "uma curva de demanda deste tipo pode ser encontrada quando um monopólio está sujeito à concorrência potencial. Um monopolista pode ter algumas vantagens relativas a seus rivais, cujos custos sejam superiores aos seus, mas pode estar consciente de que se elevar seu preço acima de um determinado nível crítico seus rivais considerarão que a produção é lucrativa e poderão iniciar uma invasão ao mercado. Acima deste ponto crítico, portanto, sua curva de demanda torna-se repentinamente muito elástica, e mesmo que seus custos sejam aumentados pelo imposto, ele não considerará que vale a pena aumentar seu preço acima do nível crítico, se seus concorrentes também não estiverem sujeitos a este imposto". (Robinson, 1933a: 81)[42].

---

40. Sobre a curva de demanda quebrada veja-se os artigos originais de Hall e Hitch (1939) e de Sweezy (1939), bem como uma excelente resenha de Stigler (1947b). Segundo Feiwel (1989e: 108, n19), "*Joan Robinson inventou e explicou as implicações da curva de demanda quebrada que em geral é atribuída a Sweezy*". Nas palavras de Spengler (1965: 82) "*seis anos antes* [da publicação da pesquisa de Hall e Hitch], *a Sra. Robinson havia empregado curvas de demanda e de oferta quebradas, principalmente com propósitos didáticos, e também para explicar o comportamento de certos 'monopólios'*". Na verdade, há fortes indícios de que a prioridade desta formulação pode ser atribuída a Richard Kahn. Para tanto, veja-se Heller (1996).

41. Os efeitos dos impostos sobre os custos de produção, e mais especificamente sobre a curva de oferta é discutido também em "Mr. Fraser on Taxation and Returns" (1934c).

42. Apenas para referência, assinala-se que a curva de demanda quebrada reaparece, mais uma vez, para descrever a estratégia de discriminação de preços. Veja-se Robinson (1933a: 179-202).

A importância da curva de demanda quebrada reside no fato de que a ela costuma associar-se o princípio do custo total[43], e a este, por sua vez, a explicação dos motivos pelos quais os preços são relativamente rígidos à baixa. Este era o fenômeno que a teoria neoclássica não era capaz de explicar quando da grande depressão e que, em conjunto com o problema do desemprego, tornou-se o ponto central das insatisfações com relação à teoria ortodoxa vigente[44].

Um outro elemento heterodoxo em A Economia da Concorrência Imperfeita diz respeito às barreiras à entrada. À semelhança de Steindl (mais tarde), Joan Robinson "inverte" a relação de causalidade entre nível de lucro e imperfeição de mercado. Steindl entende por "concorrência imperfeita" o modelo neoclássico tradicional no qual o "excesso de capacidade" é interpretado como decorrência da livre entrada (característica concorrencial da concorrência imperfeita), atraída pela existência de lucros extraordinários (característica monopolista) e propõe-se a explicar a existência de capacidade ociosa em condições de oligopólio, isto é, em que a entrada não é livre. Considera que sua abordagem "*vira de cabeça para baixo a argumentação da teoria da concorrência imperfeita. Em lugar de explicar a existência da capacidade excedente, em condições de equilíbrio, mediante margens de lucro excessivas, ela explica essas margens pela manutenção deliberada de capacidade excedente*". (Steindl, 1952: 25)[45].

Em outras palavras, isto significa que para a abordagem neoclássica, a existência de excesso de capacidade é explicada pela existência de lucros excessivos, que atraem a entrada e formam capacidade que permanecerá ociosa, de modo que sua presença é interpretada como sinal de "imperfeições". Para Steindl, a relação de causalidade é inversa: é a capacidade excedente que explica a existência de lucros excessivos; porisso, a capacidade excedente constitui, por um lado, uma estratégia de concorrência adotada para impedir a entrada e, pelo outro, decorre da existência de indivisibilidades técnicas.

Para Joan Robinson os altos lucros são mais sintomas do que causa de imperfeição da concorrência - isto é, indicam que há dificuldades de entrada. Ou seja, a existência de barreiras à entrada se reflete na possibilidade de manutenção do nível (extraordinário) de lucros e não o contrário. Vale ressaltar que o que se considera lucro "extraordinário" varia de ramo a ramo, segundo as barreiras à entrada que neles vigoram, determinadas fundamentalmente pelas condições técnicas de produção bem como pela existência de patentes de produtos e/ou processos (ainda que as variações da demanda não possam ser totalmente descartadas como determinantes da entrada):

> "[É] um aumento na demanda pelo bem [que] atrai novos empresários, diretamente, ao abrir novas possibilidades de investimento lucrativo, mais do que indiretamente, pela visão apetitosa dos altos lucros auferidos pelas firmas existentes. Os lucros anormais são mais sintoma do que causa das situações em que novas firmas consideram lucrativo entrar no negócio. Mas o artifício de considerar lucros anormais como fator causal é de grande utilidade para a simplificação do argumento formal, e desde que reconheçamos seus artificialismo, parece permissível utilizá-lo...
>
> ... O nível normal de lucros deve ser definido com relação a um ramo específico... O nível de lucro normal em atividades em que a entrada é fácil, por exemplo, na venda a varejo em pequena escala, será possivelmente baixo em comparação ao lucro normal de ramos que requerem um investimento inicial alto ou capacitações específicas ou ainda instalações

43. Para uma visão contrária veja-se Efroymson (1943).
44. Este tema foi um dos pontos centrais de Kahn (1929/1989).
45. Citação a partir da versão em português.

> especificas de vários tipos... Outras complicações ... decorrem do fato de que uma mudança na demanda total pelo bem possivelmente altera as condições que determinam o grau de dificuldade de entrada nos negócios...
>
> Em ramos nos quais não há possibilidade de entrada, tais como aqueles em que há um número fixo de licenças, não há limite superior para o lucro, embora deva haver um limite inferior, suficiente para manter o número de firmas em atividade... Firmas que produzem produtos patenteados ou que utilizam processos patenteados também pertencem a esta categoria". (Robinson, 1933a: 92-93, inclusive notas de rodapé, grifos nossos)[46].

Deve-se notar, particularmente, as referências às barreiras à entrada decorrentes de questões técnicas propriamente ditas, tais como o volume de capital necessário ao investimento, a capacitação tecnológica necessária para atuar no ramo, o acesso a e a disponibilidade de instalações especiais (maquinaria, por exemplo), além da existência de patentes de produtos e processos.

Em artigo publicado um ano após A Economia da Concorrência Imperfeita, Joan Robinson inclui entre os fatores que geram barreiras à entrada os que se referem mais diretamente às estratégias de concorrência. Neste artigo, intitulado "What is Perfect Competition?", a Autora argumenta que é errôneo tomar como parâmetro de verificação da possibilidade de entrada o que se convencionou denominar nível de lucro "normal". Isto porque nesta acepção convencional, lucro "normal" é aquele nível de lucro que não atrai a entrada de novos concorrentes - ou seja, é o nível de lucro que vigora quando se estabelece um equilíbrio estável no ramo[47]. Segundo Joan Robinson, pode haver barreiras à entrada tão poderosas, que por mais alto que seja o lucro, a entrada não ocorre:

> "É possível ... que o número de firmas seja restringido artificialmente. As firmas podem ter que obter uma licença de alguma autoridade controladora, ou as firmas já estabelecidas podem ser tão poderosas que sejam capazes de evitar nova concorrência ameaçando-a com uma guerra de preços. Podem até mesmo recorrer à violência para evitar que surjam novos concorrentes. Nestes casos não há nível de lucro, por mais alto que seja, que atraia novas firmas... Para este ramo, qualquer nível de lucro é normal [pois o número de firmas não se altera] e o termo deixa de ter utilidade". (Robinson, 1934a, CEP1: 22).

Ou seja, deixa de haver uma relação direta entre nível de lucro e estabilidade do equilíbrio. Não se deve associar o nível de lucros à possibilidade de entrada, pois ainda que ele seja alto o suficiente para, potencialmente, atrair a entrada, pode haver outros mecanismos absolutamente independentes do nível de lucros, capazes de impedí-la. A existência de qualquer mecanismo que impeça a entrada, implica que qualquer nível de lucro pode ser considerado normal. Na verdade, para Joan Robinson não existe um único "nível normal de lucro". Ele pode ser diferente em diferentes ramos e em diferentes escalas do mesmo ramo. O nível normal de lucros, entendido como o nível em que não ocorre qualquer entrada, será mais alto nos ramos em que a entrada é mais difícil e mais baixo naqueles para os quais a entrada é mais fácil.

---

46. Em "Imperfect Competition and Falling Supply Price" também se pode encontrar várias passagens que corroboram essa posição. Por exemplo: "*Se o mercado é imperfeito, o lucro esperado necessário para atrair a entrada de uma nova firma será maior do que se o mercado fosse perfeito. Mas não segue daí que os lucros tenham que ser superiores ao normal, pois a entrada em outros ramos pode ser igualmente difícil. O nível de lucros pode ser mantido alto em todos os ramos mediante a existência de imperfeições de mercado, mas apenas num ramo no qual a entrada seja incomumente difícil é que os lucros serão incomumente altos*". (Robinson, 1932a: 546-547).

47. Nos seus trabalhos sobre acumulação, o conceito de lucro normal se modifica: relaciona-se à predominância de preços normais, de equilíbrio, em regime de concorrência perfeita, mas não são incompatíveis com o processo de acumulação nem implicam necessariamente pleno emprego. Veja-se Robinson (1962e) e Vianello (1996). Este tema será retomado mais adiante.

Além disso, os mesmos fatores que explicam a existência de barreiras à entrada são também fatores que aumentam a possibilidade de monopolização de uma determinada estrutura industrial:

> "...se um ramo opera em concorrência perfeita, a motivação para se formar um monopólio é menor do que quando opera em concorrência imperfeita. Quando o mercado é imperfeito, as firmas individuais não atingem seu tamanho ótimo, de modo que, mesmo que não houvesse possibilidade de que as firmas se especializassem, a produção não seria efetuada do modo mais eficiente. Portanto, um monopolista poderia esperar não apenas elevar o preço do bem restringindo a produção, mas também reduzir os custos aprimorando a organização do ramo. Sob concorrência imperfeita há um duplo motivo para se criar um monopólio, enquanto que sob concorrência perfeita há apenas um. Ao mesmo tempo, seria muito mais difícil impor um monopólio num ramo sob concorrência perfeita. As mesmas condições que tornam o mercado perfeito, a ausência de preferências por parte de grupos de compradores (por qualquer motivo) por firmas específicas também faz com que a entrada no ramo seja fácil, e assim que o monopolista, depois de fechar algumas firmas, comece a obter lucros acima do normal, novas firmas aparecerão para compartilhar dos lucros. Num mercado perfeito a motivação para formar um monopólio é menor, e a dificuldade para mantê-lo é maior do que num mercado imperfeito". (Robinson, 1933a: 170).

Ainda no artigo "What is Perfect Competition?", a Autora considera que embora seja mais freqüente encontrar-se um alto nível normal de lucros em mercados nos quais a concorrência não é perfeita, é preciso distinguir os conceitos de "lucro normal elevado" do de "concorrência imperfeita", pois embora se associem em termos empíricos, eles são analiticamente diferentes. Isto nos leva a um outro elemento, que é o da política de preços, na qual se pode identificar as noções de "preço limite" ou de "preços de exclusão e de expulsão", tal como foram posteriormente desenvolvidos, respectivamente, por Joe Bain e Paolo Sylos Labini[48]. Aqui, a fonte de inspiração de Joan Robinson é Gerald Shove[49].

A proposição de Joan Robinson, seguindo a sugestão de Shove, é a de que existem dois níveis de lucro que podem ser considerados normais, e que se distinguem pelo fato de que enquanto o maior deles identifica o nível mínimo necessário para atrair a entrada de novas firmas (preço limite ou de exclusão), o menor diz respeito ao nível que induz as firmas já estabelecidas a sair do mercado (preço de expulsão). Para Joan Robinson, no entanto, o fato de haver um diferencial entre estes dois níveis de lucro não implica necessariamente que a concorrência não é perfeita, mas apenas que existe algum "custo de saída" - ou seja, que a mobilidade de fatores não é perfeita:

> "se a demanda cai, depois que se esteja estabelecido, será preferível permanecer mesmo que o retorno esteja num nível que não teria induzido a entrada, e se ainda fosse possível fazer esta escolha". (Robinson, 1934a, CEP1: 23).

---

48. Do primeiro, veja-se um trabalho de cunho mais teórico em Bain (1949) e um de caráter mais empírico em Bain (1956). A principal referência a Labini é o livro Oligopólio e Progresso Técnico (1956). Veja-se também duas importantes resenhas, a de Modigliani (1958) e a de Silberston (1970). Importa destacar que o "preço-limite" de Bain é semelhante ao "preço de exclusão" de Labini, isto é, é um preço estabelecido por colusão, entre vendedores já estabelecidos, que acreditam poder cobrá-lo sem induzir a entrada de novos concorrentes; este preço pode ser inferior ao preço que maximiza o lucro no curto prazo e depende de vários fatores, dentre os quais se destacam os custos relativos de produção das firmas já estabelecidas frente ao das concorrentes potenciais, bem como as condições de demanda naquele ramo de atividade. Por outro lado, o preço efetivamente cobrado pode ser superior ao preço-limite, permitindo a entrada, ou inferior a este, evitando a entrada e possibilitando lucros máximos de longo prazo. Por sua vez, o "preço de expulsão" de Labini é o preço - como o próprio nome diz - que expulsa as empresas mais fracas do mercado. Na verdade, trata-se de uma espécie de "medida do valor das barreiras à entrada" - isto é, a margem diferencial de lucro possível de ser mantida persistentemente sem atrair a entrada de novos concorrentes, e que indica exatamente que o preço pode ser mantido neste nível precisamente porque existem barreiras à entrada - embora seja verdade que as firmas possam tomar decisões relativas a preços a despeito das barreiras à entrada e da concorrência potencial.

49. Veja-se principalmente Shove (1930). Há um importante relato da correspondência entre Gerald Shove e Joan Robinson em torno dos temas tratados em A Economia da Concorrência Imperfeita em Harcourt (1990a).

A idéia é exposta de modo ainda mais incisivo num artigo de réplica a Harrod (1933a) e a Shove (1933a)[50]:

> "... o nível de lucros que não é alto o suficiente para atrair a entrada de novas firmas pode freqüentemente ser superior ao nível de lucros que é apenas suficiente para evitar que as firmas existentes saiam do ramo". (Robinson, 1933c: 531).

Segundo Joan Robinson, os três autores (Harrod, Shove e ela mesma) concordam com esta proposição, embora Harrod pareça associá-la necessariamente à imperfeição de mercado. O objetivo de Joan Robinson é demonstrar que esta associação não é necessária: entendendo-se a concorrência perfeita como a situação na qual a elasticidade da demanda para uma firma individual é infinita, podem ocorrer, mesmo assim, dificuldades de entrada, o que provoca uma defasagem considerável entre os dois níveis de lucro. Por outro lado, segundo a Autora, o mercado pode ser altamente imperfeito e a entrada pode ser livre, em conjunto com perfeita adaptabilidade dos fatores de produção.

Parece contraditório que a existência de um diferencial entre taxas normais de lucro (que aqui estamos identificando como "preço de exclusão" e "preço de expulsão") nada tenha a ver com o grau de perfeição da concorrência, mas seja simultaneamente associado ao grau de mobilidade de fatores. Isto exige um comentário mais demorado. O objetivo de Joan Robinson era o de estabelecer o princípio de que, para a definição de concorrência perfeita, basta supor-se uma curva de demanda infinitamente elástica para a firma individual. O argumento desenvolve-se mostrando que todas as demais hipóteses adicionais usualmente utilizadas para definir a concorrência perfeita (tal como inexistência de barreiras à entrada, livre mobilidade de fatores, homogeneidade do produto, etc...) podem ser relaxadas e mesmo assim permanecem compatíveis com a concorrência perfeita - desde que não afetem a elasticidade da curva de demanda para a firma individual.

A aparente contradição tem relação direta com o que se pretende demonstrar: que a utilização de hipóteses alternativas (relaxadas) compõe a trajetória seguida pela Autora na construção de um conceito de oligopólio (e progresso técnico). Ao mesmo tempo, ela se resolve na medida em que o ponto central da Autora é justamente este: basta que a curva de demanda para uma firma individual não seja perfeitamente elástica - e as razões para tanto são inúmeras e variadas - para que se tenha um mercado imperfeito. Mais do que isso, a dificuldade de compatibilizar uma curva de demanda infinitamente elástica com estas hipóteses "relaxadas" constituem a principal razão pela qual a concorrência perfeita deve ser abandonada, não apenas pelo seu irrealismo, mas também, e principalmente, pelo alto grau de restrição de suas hipóteses constitutivas.

Apenas como exemplo: Joan Robinson critica a condição de que, para que haja concorrência perfeita, o número de firmas deve ser grande, assim como o número de compradores, argumentando ao contrário, isto é, que quanto maior for o número de compradores, mais provável será que haja diferentes escalas de preferência. Radicalizando, sugere que

---

50. Veja-se também Harrod (1930 e 1931) e Robinson (1932a).

"se há apenas um comprador, o mercado para cada firma tem que ser perfeito, pois uma redução relativa do preço de qualquer firma fará com que o único comprador prefira comprar desta firma do que de qualquer outra. E se houver mais do que um comprador, é necessário, para a perfeição do mercado, que os compradores sejam todos exatamente iguais no que diz respeito às suas preferências". (Robinson, 1934a, CEP1: 29).

Esta exigência, de que as preferências de todos os compradores sejam exatamente iguais é justamente o que chamamos acima de "alto grau de restrição de suas hipóteses constitutivas" e que se reflete no seu caráter "heróico". De qualquer maneira, é interessante notar que embora o objetivo de Joan Robinson, neste artigo, seja o de limitar as hipóteses definidoras da concorrência perfeita à de uma curva de demanda infinitamente elástica, reflete também a concepção de que, uma vez realizado um investimento (a entrada de uma firma num ramo), a decisão tomada se torna irrevogável - daí o "custo de saída".

A imperfeição na mobilidade de fatores relaciona-se ainda à imperfeição de sua divisibilidade. Para Joan Robinson, a existência da defasagem entre dois níveis de lucros, ambos considerados normais, é de fundamental importância quando se considera que a alteração do número de firmas que compõem um ramo (a entrada) é descontínua: um nível mais alto de lucros, ao atrair a entrada de novas firmas, pode ser reduzido pela própria entrada. Este nível mais baixo pode ser suficientemente baixo para evitar novas entradas, mas alto demais para induzir as firmas existentes a sair do mercado. Se isto ocorrer, o ramo estará "inchado", embora esteja em equilíbrio, já que não há entrada nem saída. Como o tamanho do ramo, o preço do bem e o nível de lucros dependem - entre outros fatores - do número de firmas que compõem o ramo, estarão dependentes da história recente deste ramo (do tamanho da entrada ocorrida no passado), o que significa que a própria noção de uma única curva de oferta de longo prazo perde sentido, e com ela, novamente, a noção de lucros normais.

Finalmente, há um outro elemento heterodoxo na análise de Joan Robinson, que é o da concorrência extra-preço. A citação é longa, mas vale a pena incluí-la pela riqueza de detalhes:

"Se a curva de demanda para um produtor individual é perfeitamente elástica, ele é capaz de atrair um montante indefinido de clientela através de uma mínima redução de preço, e perderá totalmente suas vendas se incorrer numa elevação mínima do preço. Portanto, a noção de um mercado perfeito baseia-se no suposto de que os clientes que compõem o mercado reagem todos da mesma maneira a alterações dos preços cobrados pelos diferentes vendedores. Mas nos mercados reais o cliente leva em conta uma grande quantidade de fatores, além dos preços cobrados pelos produtores rivais. Sem considerar a inércia e a ignorância que evitam que ele mude instantaneamente de fornecedor assim que surja qualquer diferença entre os preços cobrados, ele tem uma série de boas razões para preferir um vendedor a outro. E estas razões afetarão indivíduos diferentes de maneiras diferentes.

Em primeiro lugar, o cliente deve levar em conta os custos de transporte. Isto se vê, no mercado varejista, na relutância que o cliente tem em se afastar do lugar em que faz compras, e, no mercado atacadista, nos diferentes valores do frete a ser pago pela entrega. E as distâncias relativas da localização das diferentes firmas serão diferentes para clientes diferentes... Marshall, nos Principles, define como mercado uma região na qual o mesmo preço vigora para o mesmo bem, permitindo diferenças no custo de transporte, mas esta definição não serve para nós, uma vez que imperfeições de mercado decorrentes de diferenças no custo do transporte, assim como entre um comprador e outro, têm exatamente o mesmo efeito que a inércia ou a 'boa vontade' em fazer a curva individual de demanda menos que perfeitamente elástica...

Em segundo lugar, os diferentes clientes serão influenciados de modo diferenciado pela garantia de qualidade oferecida por uma marca conhecida. Em terceiro lugar, serão influenciados

em vários graus pelas diferenças de facilidades oferecidas pelos diferentes produtores - rapidez do serviço, gentileza dos vendedores, prazo do financiamento e a atenção dada aos seus desejos individuais. Em alguns casos (muito desconcertantes do ponto de vista da análise), o cliente será influenciado pelo preço real, uma vez que ele poderá considerar que um alto preço é sinal de que o artigo em questão é bom, e rejeitar um substituto mais barato pois seu baixo preço faz com que suspeite que seja inferior. Finalmente, o cliente será influenciado pela propaganda, que afeta sua opinião de forma estudada e faz com que prefira os bens de um produtor em detrimento de outro porque lhe são apresentados de maneira mais agradável e mais eficaz.

Assim, há vários motivos pelos quais um cliente compra de um determinado produtor ao invés de outro, além da razão mais simples da diferença entre os preços cobrados, e uma vez que os produtores rivais consideram como parte do negócio a exploração destas influências sobre a escolha do comprador, a própria existência da concorrência, no pleno sentido do termo, assegura que o mercado não será perfeito. Produtores rivais concorrem entre si em qualidade, em facilidades e em propaganda, assim como em preço, e a própria intensidade da concorrência, ao forçá-los a atrair os clientes de todas as maneiras, subdivide o mercado e assegura que nem todos os clientes, que estão ligados em diferentes graus a uma firma em particular pelas vantagens que ela oferece, irão abandoná-la imediatamente por um rival que ofereça bens similares a preços infinitesimalmente inferiores". (Robinson, 1933a: 89-90, inclusive nota de rodapé)[51].

Ressalte-se a conclusão acima citada de que "*a própria existência da concorrência, no pleno sentido do termo, assegura que o mercado não será perfeito*". Ao mesmo tempo, a adoção como hipótese, na análise do equilíbrio parcial, da concorrência extra-preço, traz enormes dificuldades analíticas, devidamente assinaladas pela Autora em nota de rodapé:

"A existência de concorrência que toma a forma do oferecimento de facilidades ao cliente, do aprimoramento da qualidade dos bens, de propaganda, ou qualquer outra forma além da simples redução de preço, é difícil de manejar do ponto de vista da análise teórica por duas razões. Em primeiro lugar, realça a dificuldade de definir precisamente o que entendemos por um bem. Ainda que nos livremos das dificuldades mais óbvias, e sejamos capazes de decidir exatamente o que queremos dizer por automóvel ou por uma lata de cacau, permanece o fato de que, do ponto de vista de um cliente em particular, uma lata de cacau vendida pelo Sr. Jones não é, necessariamente, a mesma coisa que uma lata de cacau vendida pelo Sr. Brown, e se não são a mesma coisa, é impossível somar a curva de demanda pelo cacau de Brown ao cacau de Jones, de modo a obter a demanda por cacau simplesmente. Uma segunda dificuldade, ainda mais desconcertante, decorre do fato de que todas as formas de concorrência, exceto a simples redução de preços, envolvem mudanças no custo de produção. A curva de demanda pelo produto de uma firma individual depende parcialmente da despesa incorrida pela firma com o objetivo de atrair clientela. Esta dificuldade seria menos intratável se a despesa pudesse ser tratada como custo de venda, totalmente separada dos custos de produção, mas na verdade freqüentemente toma a forma de modificações na qualidade dos bens e está intimamente ligada às despesas ordinárias de produção. O fato de que no mundo real a curva de demanda e a curva de custo das firmas individuais não são independentes gera um enorme problema para a análise econômica, e não fazemos qualquer tentativa de resolvê-lo aqui". (Robinson, 1933a: 90, n1).

51. Um outro trabalho que aborda este tema é "Review of Neil H. Borden, 'The Economic Effects of Advertising'" (1942b).

I.4.3 - A autocrítica à A Economia da Concorrência Imperfeita em textos posteriores.

Feiwel (1989e) acompanha a avaliação retrospectiva que Joan Robinson faz da concorrência imperfeita em vários trabalhos, classificando seus temas principais - mais ou menos os mesmos que aparecem no artigo de 1953, intitulado "'Imperfect Competition' Revisited". Muitos dos temas se sobrepõem, mas tentaremos aqui seguir a mesma organização.

O primeiro deles refere-se fundamentalmente à sobreposição dos conceitos de ramo de atividade e mercado. Segundo Joan Robinson,

> "O pressuposto de que cada firma produz um único bem dissimula a distinção entre a produção de um ramo de atividade - isto é, de um grupo de firmas engajadas na produção de bens semelhantes no que se refere ao método de produção - e a oferta a um mercado - isto é, a demanda por um grupo de bens que são substitutos próximos entre si". (Robinson, 1953a, CEP2: 222).

Joan Robinson sugere uma nova definição para a expressão "ramo de atividade", definição esta que ressalta muito mais as condições técnicas de produção do que a homogeneidade de bens - e que de certo modo, é precursora das idéias desenvolvidas por Edith Penrose, que distingue o conceito de "base tecnológica" do de "área de comercialização"[52].

> "O conceito de ramo de atividade, embora amorfo e impossível de ter seus limites claramente demarcado, é importante para a teoria da concorrência. Representa a área dentro da qual a firma considera ser relativamente fácil expandir-se à medida que cresce. Freqüentemente há certos processos básicos necessários para a produção dos mais diversos bens (bolas de tênis, pneus de automóveis, colchões) e economias decorrentes da utilização de subprodutos numa mesma unidade produtiva. O know-how e as relações comerciais estabelecidas para uma série de produtos tornam mais fácil a adição de diferentes produtos de mesma natureza técnica à produção de uma firma do que a adição de bens mutuamente substituíveis feitos de diferentes materiais, ou produzidos e comercializados por métodos radicalmente diferentes...". (Robinson, 1953a, CEP2: 223).

Também as razões alegadas para a substituição da hipótese de firmas monoprodutoras pela de firmas poliprodutoras atuando em vários mercados, inclusive externos e/ou no sistema financeiro (o que corresponde à nova definição proposta para o conceito de "ramo de atividade") têm um forte componente de reconhecimento não apenas da importância de se levar em conta a tecnologia de produção, mas as estratégias de concorrência alternativas à concorrência em preço:

> "Pode haver boas razões para a produção, sob um mesmo teto, do que, de um ponto de vista técnico, representa um número excessivo de bens independentes. Pode haver economias genuínas (em transporte, correspondência, etc.) na oferta de uma 'linha completa' aos compradores, bem como vantagens comerciais para o vendedor individual, e o princípio de se ganhar indiretamente com pequenas oscilações reduz os riscos, o desemprego e o desperdício de capacidade. Além disso, motivos não comerciais, tais como o orgulho de cobrir todo o campo [de atividades] podem ser levados em conta; mas não pode haver dúvidas de que a principal causa é a

52. A "base tecnológica" se define para cada tipo de atividade produtiva que utilize maquinaria, insumos, processos e know-how complementares e estreitamente associados no processo de produção, enquanto que a "área de comercialização" se define para cada conjunto de consumidores que a firma influencia por uma mesma estratégia de vendas. Veja-se Penrose (1959), que não por acaso, neste aspecto, se apoia justamente em Joan Robinson

O segundo tema ressaltado por Feiwel é o do "empresário" e dos "objetivos da firma", e é muito próximo do anterior. Joan Robinson sugere que o empresário deve ser visto como a personificação de uma firma, e não como uma pessoa, e que tenha por objetivo a sobrevivência e o crescimento da firma - onde crescimento implica também diversificação de suas atividades. O importante desta concepção é que o lucro deixa de ser apenas o (único) objetivo e passa a ser também e simultaneamente o meio para sobreviver e crescer:

> "... a firma, num sentido geral, necessita e deseja lucro para que possa continuar a existir, mas como uma proposição de política o slogan não tem conteúdo preciso até que seja reduzido a questões particulares. A luta de uma firma para sobreviver e crescer não pode ser expressa em termos da maximização de qualquer quantidade precisa num momento específico do tempo". (Robinson, 1953a, CEP2: 238).

Aqui surgem várias questões que se sobrepõem: a taxa de crescimento da firma, segundo Joan Robinson, embora seja limitada pela imperfeição do mercado de capitais (no sentido do "princípio do risco crescente" de Kalecki) e pela necessidade de consolidar e fortalecer cada nova posição alcançada, não tem um limite último em termos do tamanho da firma, pelo menos até que se alcance uma condição de oligopólio em cada um dos mercados servidos pelo ramo (pois os últimos estágios da luta concorrencial são muito onerosos para serem travados). Mas, mesmo assim, as firmas podem continuar crescendo na direção de outros ramos de atividade, isto é, diversificando-se.

Assim, novamente a noção de nível normal de lucros, que em geral é associada ao tamanho ótimo (ou de equilíbrio) da firma perde sentido, junto com a de tamanho máximo da firma. No entanto, as economias de escala que em geral estabelecem um tamanho mínimo para a unidade de produção (a fábrica propriamente dita) podem definir um tamanho mínimo da firma, que varia de atividade para atividade.

Paralelamente à ampliação do que se deve entender por "objetivo" da firma, Joan Robinson trata dos mecanismos que devem ser adotados para atingí-los, e dentre eles merece destaque especial o que seria o terceiro tema, isto é, as formas de concorrência extra-preço e o oligopólio.

Vários autores consideram que o oligopólio é um tema ausente de A Economia da Concorrência Imperfeita, especialmente quando comparam este trabalho com o de Chamberlin, o qual enfatiza precisamente uma das principais formas de concorrência extra-preço (a diferenciação de produtos) num mercado composto por pequeno número de firmas interdependentes. Um exemplo de interpretação que ressalta o fato desta questão não ser tratada por Joan Robinson é a de Asimakopulos, para quem

> "ambos os livros [o de Joan Robinson e o de Chamberlin] foram inicialmente tratados como duas versões da mesma teoria, diferenciando-se principalmente pela terminologia, mas havia diferenças importantes entre as questões tratadas pelos autores. Em particular, Chamberlin deu muito mais atenção do que Joan Robinson ao problema da definição de uma curva de demanda determinada para uma firma individual que produz um produto diferenciado. Joan Robinson reconheceu 'o problema que surge do fato de que, para um ramo em concorrência imperfeita, a curva de demanda individual para o produto de cada uma das firmas que o compõem depende da política de preço das demais' (Robinson, 1933a: 21). Esta dificuldade foi eliminada pelo pressuposto de que a curva de demanda individual mostra 'o efeito total de qualquer mudança do

preço cobrado sobre as vendas daquela firma, independentemente de causar ou não alterações nos preços cobrados pelas outras' (Robinson,1933a: 21)". (Asimakopulos, 1984b: 523)[54].

A própria Autora tem uma interpretação no mesmo sentido:

> "A razão pela qual o oligopólio é negligenciado em A Economia da Concorrência Imperfeita não é a de que eu o considerasse sem importância, mas sim pelo fato de que não podia solucioná-lo. Tentei evitá-lo por meios que infelizmente foram um remendo na definição da curva de demanda individual". (Robinson, 1953a, CEP2: 228).

Na verdade, a "omissão" da qual a Autora se justifica é, como viemos defendendo até agora, apenas aparente, e decorre do fato de que, em A Economia da Concorrência Imperfeita, Joan Robinson estava ainda por demais presa ao esquema tradicional da classificação das estruturas de mercado, na qual "oligopólio" significava basicamente a interdependência entre firmas concorrentes, difícil de ser tratado com o instrumental da época, especialmente para os casos em que o número de concorrentes fosse maior do que dois (isto é, maior do que o duopólio)[55]. Poder-se-ia argumentar que a dificuldade maior residia no instrumental privilegiado pela Autora - isto é, a geometria ao invés da matemática. Mas este não, de modo algum, o problema central. A questão é a da insuficiência de dados estatísticos e a incerteza quanto ao futuro. Para enfrentar estas dificuldades, nem mesmo um "cérebro elétrico" seria suficiente:

> "Em princípio, é possível estabelecer um sistema de equações simultâneas mostrando qual a combinação entre preço, gasto em custos de produção e gasto em custos de venda que gera o melhor lucro para uma mercadoria específica num mercado específico, levando em conta o impacto sobre os custos e as vendas das demais mercadorias produzidas pela mesma firma. Ainda que tivesse estes dados, o empresário teria que ter um cérebro elétrico [sic] e não humano, para tirar, destas equações, a política correta, a tempo dela ser efetiva. E os dados são necessariamente extremamente vagos, uma vez que as conseqüências de uma dada política não podem ser isoladas em mercados em eterna modificação. O recente desenvolvimento da publicidade é testemunha da dificuldade que os empresários têm em saber as conseqüências da propaganda, pois se conhecessem seus efeitos não haveria como persuadi-los que é maior do que pensam. Na verdade, evidentemente, uma curva de demanda individual (por um produto específico produzido por uma firma específica) é um mero borrão, ao qual é inútil atribuir elegantes propriedades geométricas". (Robinson, 1953a, CEP2: 228-229).

---

54. Ou um pouco mais adiante: *"Há fraquezas importantes em A Economia da Concorrência Imperfeita, se seu propósito era o de explicar a determinação dos preços de bens manufaturados: não trata da dinâmica da diferenciação de produtos, dos custos de venda, do oligopólio, da incerteza com que as firmas se defrontam para a determinação de suas curvas de demanda, e da diferença entre a maximização de lucros no curto prazo e a maximização dos lucros em geral, que é o objetivo primeiro de firmas cujo interesse é o de sobreviver e crescer"*. (Asimakopulos, 1984b: 524). Por outro lado, chama a atenção para o fato de que enquanto Joan Robinson tinha consciência de que a curva de demanda bidimensional (em termos de preços e quantidades) deixa de considerar questões fundamentais, tal como a de que a própria alteração de preços pode deslocar a curva de demanda, Chamberlin não faz menção a este tipo de problema. E isto, como Asimakopulos mesmo reconhece, se relaciona ao importante tema do "tempo" na análise econômica.

55. Veja-se também seu comentário ao artigo de Chamberlin (1952b), em "'Full Cost' and Monopolistic Competition - a comment" (1952e). Embora reconheça explicitamente ter negligenciado o oligopólio, é evidente que isto se deve à sua interpretação de que esta estrutura de mercado se caracteriza apenas pela interdependência entre firmas, para cuja análise o instrumental disponível - e baseado no pressuposto da maximização dos lucros - era insuficiente: *"A nota do Professor Chamberlin presta um grande serviço ao estabelecer a verdadeira questão desta controvérsia de forma clara. É uma pena que ele se sinta obrigado a confundi-la com diferenças verbais, nacionais e pessoais que são bastante irrelevantes....Eu batizei meu livro, depois de escrevê-lo, com um nome que me ocorreu por acaso. Eu o escrevi em Cambridge, Inglaterra, porque era lá que me encontrava à época. Restringi a análise a casos em que o oligopólio pode ser negligenciado porque não me sentia inteligente o suficiente para lidar com ele. Tudo isso foi bastante acidental. Eu pressupus que os empresários maximizam seus lucros, pois isto parecia, à época, o melhor e mais simples pressuposto a ser feito. Esta é a verdadeira questão da controvérsia. Quando se expõe as conseqüências daquele pressuposto, ele se mostra simples demais para abranger todos os fatos, e agora precisamos descobrir quais são, na realidade, os motivos que governam as decisões empresariais, para estabelecer um conjunto de hipóteses mais sutil e abrangente no qual se possa basear a análise, e considerar o quanto (se tanto) permanece do 'corpo de raciocínio econômico' tradicionalmente utilizado para justificar o sistema de laissez-faire, quando se remove a hipótese simples de maximização do lucro"*. (Robinson, 1952e: 325).

A interpretação de que Joan Robinson não analisa um mercado imperfeito mas sim o monopólio também está presente na crítica de Kaldor à Economia da Concorrência Imperfeita:

> "...seu resultado simultaneamente excede e deixa de cumprir esta promessa, pois o conteúdo de seu livro cobre um campo diferente do que seria de se esperar do título com o qual foi publicado. Ela negligencia completamente tanto o intrincado problema da interação entre a política de preço e de produção de produtores rivais, quanto a dependência do equilíbrio de cada produtor com relação à sua própria antecipação desta interação (problemas conhecidos geralmente sob o nome de 'problemas de duopólio')... Pouco podemos encontrar nesta obra a respeito da 'concorrência imperfeita' propriamente dita, ou aos problemas peculiares deste tipo de situação, colocados por ela no início do livro; e o que existe é por demais tautológico para que possamos aprimorar nossa compreensão a este respeito. De fato, tem-se quase a sensação de que a Sra. Robinson poderia ter escrito exatamente o mesmo livro, mesmo que o Sr. Sraffa (a quem ela reconhece uma enorme dívida) nunca tivesse escrito seu artigo disruptor, e ainda que o problema dos bens 'muito substitutos porém não idênticos' nunca tivesse aparecido no curso da análise dos rendimentos crescentes". (Kaldor, 1934: 335-336).

No entanto, ao mesmo tempo em que reconhece que a análise de exploração do trabalho é a contribuição mais valiosa (por ser uma inovação), Kaldor não deixa de considerar que a análise da concorrência imperfeita é a mais importante:

> "de todas as conclusões a que chega a Sra. Robinson, as mais valiosas, indubitavelmente, se encontram nos Livros VII-IX, que tratam da teoria da produtividade marginal da distribuição em situações semelhantes ao monopólio" (Kaldor, 1934: 337).

E mais adiante:

> "a análise do equilíbrio competitivo constitui a parte mais relevante do livro do ponto de vista da teoria da concorrência imperfeita". (Kaldor, 1934: 339).

Quatro anos depois, ao criticar Chamberlin pelo seu afã em diferenciar sua "concorrência monopolista" da "concorrência imperfeita" de Joan Robinson, Kaldor acabou por reconhecer em definitivo que não há realmente diferença entre os dois enfoques:

> "O leitor não conseguirá evitar a sensação de que aqui, de alguma maneira, o Prof. Chamberlin foi vítima da mesma tendência geral das empresas de um mercado imperfeitamente competitivo - tendência que descreve de forma tão convincente - e está tentando diferenciar demasiadamente seu produto... ". (Kaldor, 1938: 525).

Além disso, Kaldor argumenta que não se trata de um "caso intermediário" entre o monopólio e a concorrência perfeita, e a semelhança dos seus argumentos com os de Joan Robinson é evidente:

> "a única forma pela qual se poderia definir o 'monopólio puro', seria a de uma situação em que a curva de demanda do 'monopolista' fosse completamente independente do preço de qualquer outro bem ou grupo de bens; e neste sentido o monopólio não apenas não existe, como não é nem mesmo concebível, pois estaria em conflito com os nossos pressupostos básicos a respeito da natureza dos desejos humanos... A Sra. Robinson esclarece suficientemente este ponto no local citado pelo Prof. Chamberlin. Se foi feita referência à sua 'rejeição' em considerar os casos reais

como intermediários entre o monopólio e a concorrência, também se deveria analisar as razões aludidas para este repúdio". (Kaldor, 1938: 526, inclusive nota de rodapé)[56].

De fato, vimos neste capítulo a discussão sobre a dificuldade de definição do monopólio, feita por Joan Robinson, exatamente no sentido de argumentar que, pelo fato de que cada mercado sempre tem algo que o diferencia dos demais, já que os bens nunca são perfeitamente homogêneos, é que se deve aplicar o instrumental da receita marginal (e não apenas o da receita média). Vimos também que, além disso, este instrumental se torna de uso geral, e o conceito de monopólio ganha uma acepção diferente da tradicional, isto é, diferente da que o contrapõe de modo antagônico ao da concorrência perfeita.

Finalmente, Kaldor adota a concepção robinsoniana de concorrência imperfeita, na medida em que, tal como a Autora, considera que embora o "grau de imperfeição da concorrência" possa ser medido pela elasticidade das curvas de demanda individuais, esta medida não serve para

"...designar a força relativa dos elementos de 'monopólio' e de 'concorrência' numa dada situação, no sentido pensado pelo Prof. Chamberlin. Além do fato de que nos levaria à conclusão absurda de considerar como caso limite do 'monopólio puro' aquele em que a elasticidade da demanda é zero (e os preços infinitos, suponho!), certamente não é verdade que as elasticidades de demanda inferiores sejam necessariamente um indicador da força relativamente superior dos elementos de 'monopólio' e de maior fragilidade das forças da concorrência. Implica simplesmente que os produtores não consideram rentável competir em preços, e não que não concorram ou não possam concorrer sobre outras bases (tal como a diferenciação de produtos, ou a publicidade). Baixas elasticidades de demanda são perfeitamente consistentes com uma concorrência intensa, no sentido ordinário". (Kaldor, 1938: 526-527, grifo no original).

Portanto, a concorrência imperfeita não é um caso intermediário entre o monopólio e a concorrência e sim uma estrutura de mercado especifica - ainda que apenas genericamente definida - e que indica que entre as estratégias de concorrência, incluem-se as "extra-preço". Ainda nas palavras de Kaldor, o mesmo argumento que viemos defendendo ao longo de todo este capítulo:

"... a antiga teoria do monopólio se revela, à luz da teoria mais recente, como uma doutrina referida unicamente a apenas um aspecto da 'concorrência monopolista'. O que o livro do Prof. Chamberlin nos ensinou não é que a concorrência e o monopólio não devam mais ser considerados como 'alternativas mutuamente exclusivas', mas simplesmente que já não é válida a distinção entre concorrência e monopólio. E estou seguro de que neste sentido o 'enfoque' do Prof. Chamberlin é de aceitação geral. A própria Sra. Robinson o esclarece amplamente em seu livro: 'Assim que o Prof. Sraffa liberou de sua inquieta pena a análise do monopólio, este capítulo do livro engoliu a análise da concorrência sem o menor esforço' (The Economics of Imperfect Competition, p. 4). Realmente sou incapaz de ver qual o lugar ocupado pela fundamental diferença de Weltanschauung". (Kaldor, 1938: 528).

Embora Kaldor acabe sugerindo que se utilize o termo "concorrência imperfeita" para as situações em que existe completa liberdade de entrada e em que a única limitação à concorrência sejam as economias de escala, e o termo "concorrência monopolista" às situações em que a limitação à entrada é decorrente de privilégios institucionais tais como propriedade de uma fonte de matéria prima, de patentes de processo de

56. Veja-se em NK/3/30/39 a controvérsia, por correspondência, entre Chamberlin e Kaldor. Veja-se também a réplica publicada em Chamberlin (1938). Thirlwall (1987: 35-40) traz um breve resumo deste interessante debate e analisa a contribuição de Kaldor ao tema da concorrência imperfeita.

produção ou de marcas de produtos, reconhece que na prática esta delimitação é impossível de ser feita. E conclui:

> "Isto nos permitiria considerar a 'concorrência limitada' do mundo real como uma combinação, em grau distinto, dos casos limites de concorrências puramente imperfeitas, ou puramente monopolistas, e ao mesmo tempo estaria de acordo com a importância relativa que os autores de ambas as expressões parecem atribuir atualmente a ambas as forças causadoras dos fenômenos que descrevem". (Kaldor, 1938: 529).

Em outras palavras, no mundo real o que existe de fato é um caso intermediário entre a "concorrência puramente imperfeita" e a "concorrência puramente monopolista" (e não simplesmente entre a concorrência perfeita e o monopólio), isto é, em que predomina a concorrência (não apenas em preços), que é a acepção moderna e de aceitação geral (e genérica) de oligopólio.

Este ponto é importante e deve ser ressaltado para evitar mal-entendidos, como por exemplo, o de Steindl. Em seu livro de 1945, o Autor esforça-se por distinguir o "oligopólio" da "concorrência imperfeita", o que aparentemente decorre da semelhança que encontra entre o oligopólio e o monopólio:

> "Para que seja alcançada a dominação monopolista do mercado de um produto, não é necessário que a concentração vá até o ponto de vincular toda, ou praticamente toda, a produção a apenas uma empresa... [pois o mesmo resultado]... é alcançado quando a concentração tiver avançado o suficiente para propiciar a uma, ou a cada uma de poucas empresas, uma parcela substancial da produção total". (Steindl, 1945: 26, grifo no original)[57].

Se a "dominação monopolista" não exige a concentração absoluta de toda a produção numa única empresa, e pode portanto ser chamada, indiferentemente, de oligopólio ou de monopólio, a concorrência imperfeita, segundo Steindl, diferencia-se do oligopólio pelo fato de que na primeira, há uma tendência à redução dos preços, enquanto que na segunda a tendência é a de elevação dos preços. Isto porque, na sua visão,

> "a característica do oligopólio é a de que as elasticidades-cruzadas são finitas, ou seja, se uma empresa elevar seu preço, outras experimentarão um aumento de suas vendas. Quando uma empresa obtiver o controle de, digamos, metade da produção de um mercado, então a influência de sua política de preços sobre os demais produtores, se estes forem pequenos, será muito grande. Um aumento de seus preços fará crescer as vendas dos demais aproximadamente na mesma proporção da redução de suas próprias vendas. Por outro lado, uma alteração dos preços de uma das numerosas empresas restantes afetará as vendas muito pouco, proporcionalmente, da grande empresa. Nessas condições surge inevitavelmente uma liderança de preços: ou seja, a situação em que a grande empresa fixa um preço e as demais se ajustam ao mesmo. Se houver poucas grandes empresas, representando juntas uma parcela ponderável da produção do ramo, existirá uma possibilidade de acordo tácito ou aberto entre elas, de modo a permitir-lhes a exploração de sua posição dominante, através da sua consolidação como líderes nos preços". (Steindl, 1945: 26-27).

Na concorrência imperfeita, segundo Steindl, a principal característica é a dificuldade de ampliação das vendas, o que só poderia ser superado mediante a redução de preços:

---

57. Citações a partir da versão em português.

"a empresa individual encontra alguma dificuldade em expandir suas vendas, a qual só pode ser superada através de uma redução do preço; em outras palavras ... o que hoje denominamos concorrência imperfeita". (Steindl, 1945: 12, grifos no original).

Como vimos, na visão de Joan Robinson tanto a possibilidade de preços superiores quanto a de preços inferiores estão contempladas em sua análise comparativa entre o "monopólio" (leia-se concorrência imperfeita ou se se preferir, "oligopólio robinsoniano") e a "concorrência". Portanto, trata-se de uma noção genérica de oligopólio, cuja função é a de se contrapor ao de concorrência perfeita, em qualquer sentido que se lhe queira dar[58].

Embora não se possa afirmar (e não o fazemos) que Joan Robinson elaborou uma "teoria do oligopólio", já vimos ao longo deste capítulo suas constantes referências às estratégias de concorrência extra-preço. Este assunto é retomado em quase todos os seus trabalhos que tratam do tema da concorrência imperfeita, como se pode ver, por exemplo, na seguinte citação:

"O pressuposto de que o preço é o principal veículo da concorrência é uma super-simplificação da realidade. O mero fato de que os mercados não são perfeitos significa que a concorrência pode assumir várias formas. Os principais meios de concorrência podem ser resumidos como: (1) imitação de produtos; (2) diferenciação de produtos - e isto pode se referir à qualidade que afeta a utilidade prática ou o prazer do consumidor, qualidades que apelam para o esnobismo ou noções pseudo-científicas, ou simplesmente métodos de empacotamento e embalagem; (3) serviços de todos os tipos, pronta-entrega, crediário; (4) propaganda; (5) habilidade de venda, no sentido do poder de persuasão dos caixeiros-viajantes, etc... (6) preços mais altos - dando a impressão de maior qualidade; (7) preços mais baixos." (Robinson, 1953a, CEP2:. 228).

Na verdade, a concorrência extra-preço é mencionada não apenas nos seus chamados textos autocríticos, mas também nos que discutem o confronto entre o "princípio da maximização dos lucros" e o "princípio do custo total", isto é, os que enfrentam a intrincada questão da política de preços.

Em geral, Joan Robinson considera que os empresários evitam alterar preços - adotando assim, implicitamente, a idéia de que os preços não constituem sua estratégia dominante de concorrência. No entanto, permanece a questão de qual é o critério utilizado para determiná-los.

Sobre este assunto, embora a Autora reconheça que "*a imagem de um empresário encontrando o melhor preço para um bem na base da tentativa e erro, enquanto que o mercado e as condições de custo permanecem constantes por um período longo o suficiente para que a experiência chegue a bom termo é excessivamente irreal*" (Robinson, 1953a, CEP2: 229-230) - e que, em geral, variações de preço são evitadas e compensadas por meio de alterações na qualidade do produto, ou até mesmo nas condições de venda - reconhece também que há situações em que o empresário precisa efetivamente decidir a que preço vender seu produto. Assim, ao avaliar até que ponto a análise sugerida em A Economia da Concorrência

58. No mesmo ano em que publicou A Economia da Concorrência Imperfeita, Joan Robinson escreveu, em uma resenha de um livro sobre a teoria do equilíbrio econômico: "*Há duas linhas de pensamento distintas sobre a noção de concorrência. Uma é a que num mercado perfeito com um grande número de vendedores nenhum vendedor individual pode causar um efeito apreciável sobre o preço de um bem, mediante a alteração do seu volume de produção. A outra é a de que quando há livre entrada num ramo, nenhuma firma pode, no longo prazo, usufruir de um preço superior ao custo médio de produção (incluindo-se a renda de alguma habilidade superior), de modo que os lucros devem ser normais. A palavra monopólio pode ser utilizada para descrever a ausência de qualquer uma destas condições. Pode significar um estado de coisas em que a firma individual tem algum poder de controle sobre o preço (seja porque o mercado é imperfeito ou porque o número de vendedores é pequeno), ou pode significar um estado de coisas em que uma firma pode obter lucros anormais no longo prazo porque a entrada de novos concorrentes é impossível. É preciso manter estes dois significados de concorrência absolutamente separados*". (Robinson, 1933h: 667).

Imperfeita é útil para discutir o comportamento do empresário na determinação dos preços, ela sugere uma série de situações alternativas:

A primeira diz respeito à decisão de instalar uma nova linha de produção:

> "O empresário considera sua expectativa de receitas brutas e a compara com sua estimativa de custos, incluindo, quando relevante, o custo de oportunidade de substituição de parte de sua produção. Em alguns casos... a idéia de elasticidade da demanda está presente, ainda que de modo vago - ele pensa em termos de que quantidades é possível vender a vários preços. Em alguns casos ele tem uma idéia de 'preço justo', dado pelos preços dos produtos similares já existentes no mercado. Comparando receitas esperadas aos custos, ele deve decidir se vale a pena instalar a nova linha de produção... Ele pode somar a margem percentual gerada nas suas outras linhas de produção ao custo primário, ou apenas ao custo do trabalho, ou apenas ao custo da matéria prima, e depois avaliar se o preço resultante 'parece correto'... Se lhe for perguntado como procede, ele naturalmente responderá que fixa seus preços de acordo com seus custos, mas certamente seria absurdo estabelecer os preços de acordo com os custos e lançar o produto no mercado sem considerar as condições da demanda... A 'teoria do custo total' parece indicar que esta é a maneira como o empresário age, mas toda vez que o 'custo total' é formulado numa forma precisa percebe-se que significa alguma outra coisa... Nem a idéia de 'preço justo' significa que a um certo preço a demanda seja indefinida. Significa, isto sim, que um preço mais elevado reduziria suas vendas, e que ao 'preço justo' pode-se vender a quantidade suficiente para tornar o investimento lucrativo. Pensar que sua decisão é tomada com base em algum tipo de conceito de curva de demanda individual parece ser mais uma superformalização do que uma abordagem completamente enganosa.
>
> Tanto a demanda quanto os custos devem ser considerados em três dimensões - uma certa taxa de vendas por um certo período de tempo futuro (ou melhor, de um futuro incerto); o período ao longo do qual deve-se recuperar qualquer investimento especial, ou o custo de adaptação do instrumental produtivo, e o período de tempo durante o qual o bem será vendável...". (Robinson, 1953a, CEP2: 231, inclusive nota de rodapé).

Observe-se aqui que embora Joan Robinson seja crítica com relação ao princípio do custo total, isto não significa que seja adepta do princípio da maximização do lucro[59]. Pelo contrário, sua crítica ao princípio do custo total é o de que ele constitui uma excessiva simplificação da realidade, que corre o risco de deixar de fora as expectativas de receita, as quais dependem efetivamente do mercado (o empresário não decide sua receita, seu poder de decisão se refere apenas aos seus gastos). Mas, ao mesmo tempo, o mercado não pode ser meramente representado por uma curva de demanda. Além disso, deve-se ressaltar que por expectativas a Autora entende não apenas as que se referem à receita, mas também as que dizem respeito à obsolescência do equipamento produtivo e até mesmo do próprio produto.

O segundo caso é o de firmas poliprodutoras, que servem a vários mercados, alguns mais perfeitos que outros. Para este, Joan Robinson sugere que o critério adotado para decidir preços não é, a rigor, muito diferente de estabelecer o "preço que o mercado suporta".

O terceiro refere-se à alteração nos custos de produção. Segundo Joan Robinson, neste caso o tipo de análise sugerida em A Economia da Concorrência Imperfeita também é insuficiente, pois deve-se considerar a reação dos demais concorrentes e o timing dessa reação, o que, segundo ela, é o que configura uma situação de "liderança de preços" (tipicamente oligopolista). Assim, a "solução" depende do grau de lealdade das firmas em relação à líder, e da própria estratégia da líder, que pode, por exemplo, evitar a

---

59. Asimakopulos (1984b: 524), por exemplo, ressalta que o conceito de "preço subjetivo normal" que Joan Robinson desenvolve em A Acumulação de Capital *"se assemelha a uma versão do princípio do custo total (que chegou a criticar em trabalhos anteriores)* [e que] *provavelmente foi influenciada, neste aspecto, pelo uso que Kalecki fez dos preços 'determinados pelos custos', para os produtos industrializados"*.

elevação de preços quando os custos aumentam, como forma de expulsar concorrentes. Em outras palavras, trata-se de uma situação ideal para a aplicação de uma política de preços semelhante à de "preços de exclusão" e de "expulsão", que se diferencia da que já foi mencionada (nesta tese) pelo fato de estar relacionada a alterações nos custos. Mas a essência é a mesma: trata-se de uma política de preços que visa principalmente evitar nova concorrência ou aumentar a participação relativa da firma que a adota, às expensas das concorrentes já estabelecidas.

O quarto caso define-se pela existência de uma firma que consegue reduzir seus custos mediante aprimoramentos técnicos; diferencia-se do anterior pois naquele a alteração de custos era de certa forma exógena e ocorria para o conjunto de firmas concorrentes:

> "Podemos obter alguma luz sobre esta questão observando o que ocorre quando surge uma inovação de baixo custo que substitui um produto antigo. Neste caso, abre-se para o empresário a alternativa de estabelecer o preço a partir do custo primário adicionando-lhe uma margem bruta usual de lucro, ou estabelecer um preço alinhado ao do produto antigo, de modo a obter uma margem anormalmente alta... [Muitas vezes] o produto de baixo custo fica protegido da concorrência mediante patentes, conhecimento tecnológico mantido em segredo ou ainda por pesados investimentos ou economias de escala partilhadas com uma série de outros produtos produzidos pela mesma firma... Este argumento apoia a visão do Sr. Harrod de que o principal determinante da política de preços de um empresário não são seus próprios custos, mas aquilo que ele acredita serem os custos de seus concorrentes efetivos ou potenciais". (Robinson, 1953a, CEP2: 233, inclusive nota de rodapé)[60].

Finalmente, Joan Robinson analisa a política de preços quando a demanda flutua. Mesmo quando a demanda cresce acima da oferta (fazendo surgir um mercado "vendedor"), é possível que as firmas prefiram retardar as entregas a elevar seus preços, especialmente se o mercado não for competitivo. No caso de mercados competitivos, em que é fácil entrar e em que o número de concorrentes é grande, é mais provável que os preços se elevem. Este é o caso que gera, segundo a Autora, "*o fenômeno aparentemente paradoxal em que a concorrência imperfeita mantém os preços abaixo do nível competitivo*". (Robinson, 1953a, CEP2: 233).

Quando a demanda cai abaixo da oferta (isto é, fazendo surgir um mercado "comprador"), a solução proposta por Joan Robinson é a mesma que fundamenta a curva de demanda quebrada (há, inclusive, a idéia de um deslocamento ao longo da curva de custos médios à medida que a produção diminui):

> "é possível que num oligopólio os preços sejam mantidos, pois um empresário que supre uma grande proporção do mercado é fortemente influenciado pelo conhecimento de que, se ele reduzir os preços, os demais o seguirão e isso não lhe trará vantagens adicionais. Em mercados altamente imperfeitos os preços tendem a manter-se devido à baixa elasticidade da reduzida demanda por especialidades. Em mercados razoavelmente competitivos, as margens serão mantidas por um sentimento de que é errado ser o primeiro a reduzi-las. Aqui o famoso 'princípio do custo total' pode desempenhar um papel importante, não como instrumento de análise para o economista, mas como parte dos dados a serem analisados. Pois se os empresários se convenceram a acreditar que os preços são de fato determinados pelos custos, não reduzirão os preços quando os custos totais médios se elevarem como decorrência de uma redução da produção, e se justificam

60. Joan Robinson refere-se a Harrod (1952b).

afirmando que embora fosse correto fazê-lo, infelizmente isto não é possível nestas circunstâncias". (Robinson, 1953a, CEP2: 233).

A questão da política de preços torna-se ainda mais complexa quando se leva em conta a inovação:

"Firmas inovadoras devem estabelecer preços ex-ante. Pode-se supor que pretendam estabelecer um preço que cubra o custo total médio (inclusive os juros) a algum nível padrão de utilização da unidade produtiva, mais uma parcela para cobrir os custos de venda, mais uma parcela para o lucro líquido. Assim como a escolha da técnica, a escolha do padrão de utilização da unidade de produção, dos custos de venda, e da relação entre lucro líquido e preço dependem da política da firma individual. Há um grande componente de sorte no jogo, para que um observador externo possa dizer quais políticas se mostram mais bem sucedidas em cada circunstância específica.

O projeto de novos produtos é um elemento muito importante na inovação. Para isso, as grandes firmas com grande fluxo de receitas têm vantagens. Elas podem empregar equipes de pesquisadores e testar um grande número de inovações, na esperança de que alguma delas deslanche e se torne vencedora.

Os velhos produtos estão constantemente sendo maquiados com alterações de projeto na tentativa de se manter a demanda por eles.

A evolução do nível geral de preços depende muito da força do movimento sindical dos trabalhadores. Com preços e taxas nominais de salários constantes, uma firma que tenha inovado de modo a elevar seu produto por homem empregado, acima do custo de investimento por homem empregado, está auferindo uma taxa de lucro maior no período considerado. Os sindicatos trabalhistas consideram que é seu direito e dever conseguir uma parcela deste lucro para seus membros. Eles demandam taxas nominais de salário superiores e as firmas prósperas podem concedê-las sem luta e sem repassá-los totalmente aos preços. Podem na verdade considerar uma elevação das taxas nominais de salários como algo bem-vindo, pois isto as auxilia na concorrência com firmas menores e mais atrasadas, que não suportam uma elevação de custos". (Robinson, 1977a, CEP5: 24-25).

Joan Robinson ressalta que a análise dos mercados imperfeitos evoluiu a partir das condições de depressão, mas acabou por se mostrar simples demais para analisar as condições vigentes no pós-guerra, e deveria ser suplementada pela análise de situações como o oligopólio, a liderança de preços e o sentimento de se "jogar as regras do jogo". Esta é, por exemplo, sua conclusão, num trabalho apresentado numa mesa redonda sobre "Concorrência, Monopólio e Regulação", em 1951, cujo objetivo era simultaneamente demonstrar as contradições da utilização do conceito de concorrência como descrevendo um estado de equilíbrio e analisar a relação entre lucratividade e grau de utilização da capacidade, em diferentes situações. Neste trabalho, Joan Robinson conclui que

"as três tendências - a tendência da concorrência em tornar os mercados imperfeitos através da diferenciação de produtos, a tendência ao surgimento de oligopólios onde há vantagens decorrentes da produção em grande escala, e a tendência de que a capacidade excedente leve a colusões - deixam na economia apenas áreas extremamente estreitas nas quais há condições de prevalência normal de concorrência. As três tendências estão profundamente enraizadas na própria natureza do sistema competitivo. Parece portanto muito duvidoso que tratar a concorrência como um estado de equilíbrio normal seja apropriado". (Robinson, 1951d: 254).

Alerta, no entanto, que dificilmente será possível substituir os velhos lemas dos livros-texto por qualquer generalização. Mais do que isso, segundo a Autora, "*um debate que consista em defender ou atacar 'princípios' tais como o 'princípio do custo total', o 'princípio marginal' ou o 'princípio do custo*

normal', e que tente enquadrar todos os tipos de situação num único sistema está obviamente fadado à inutilidade". (Robinson, 1953a, CEP2: 234).

Note-se que Joan Robinson se refere ao "princípio do custo total" e ao "princípio do custo normal" como sendo diferentes. Não se encontrou, na literatura pesquisada, nenhuma menção em que ela explicita esta diferença. Entretanto, julgamos que se pode arriscar que, para ela, o primeiro se refere à determinação dos preços unicamente pelos custos de produção, e o segundo inclui, além dos custos, previsões sobre a demanda. Joan Robinson, na verdade, nunca abraçou nenhum deles, e sempre foi muito crítica para com quem os utilizasse sem maiores cuidados. É muito provável que esse seja o motivo pelo qual ela não tenha participado da "controvérsia marginalista" - aparentemente a única controvérsia de seu tempo que ela ignorou. Para ela, este debate era, "*certamente, salutar, enquanto protesto contra o extremo formalismo da análise da concorrência imperfeita (especialmente a minha versão)*" (Robinson, 1958a, CEP2: 242); mas,

> "...nos deixa num estado de perfeita ignorância - tudo pode acontecer. A moral parece ser a de que a abordagem da teoria do preço através das decisões individuais jamais levará a generalizações frutíferas, e que seria melhor tratar o problema do comportamento das margens de lucro na economia como um todo através de estatísticas gerais sobre custos, preços e a participação dos salários no valor da produção". (Robinson, 1958a, CEP2: 243).

Também no prefácio à segunda edição de A Economia da Concorrência Imperfeita Joan Robinson demonstra sua insatisfação:

> "Os preços são formados estabelecendo-se uma margem bruta, em termos de um percentagem dos custos primários, para cobrir os custos indiretos, a amortização e o lucro líquido. Para calcular a margem apropriada, é necessário estimar as vendas esperadas de uma dada unidade de produção e ter uma idéia do que se espera obter como lucro líquido. Nas controvérsias que surgiram sobre a concorrência imperfeita, tal política foi descrita como 'princípio do custo total', mas ela é ainda mais enganosa do que a formulação em termos de receita marginal. O produtor pode conhecer seus custos indiretos totais por um período, mas não saberá quais são seus custos médios até que saiba quanto é capaz de vender. Além disso, o lucro líquido que espera obter não pode ser derivado apenas dos custos, sem qualquer consideração de 'quanto o mercado agüenta'". (Robinson, 1969g: vii)[61].

Isto não significa, como já ressaltamos, que ela defenda o princípio da maximização dos lucros como critério (teórico ou prático) de determinação dos preços; Joan Robinson apenas aponta para a necessidade e a viabilidade de uma análise microeconômica pós-keynesiana, a ser construída a partir das contribuições de Keynes e de Kalecki. Nesta direção, escreve:

> "[Keynes] propôs uma teoria micro-macro em que os preços dos bens são governados principalmente pelo custo de produção, e observou que o principal elemento do nível geral de custos (interno a um país) que pode se alterar no curto prazo é o nível das taxas nominais de salários. Agora temos que adaptar o argumento para o caso em que as taxas nominais de salário, crescentes (relativamente ao crescimento da produtividade), fazem com que os preços se elevem. Os conceitos de Keynes, familiares e inteligíveis, parecem agora fora de moda. Muito trabalho resta por ser feito para estabelecer uma análise de preços micro-macro apropriada ao mundo

61. Também Labini (1956), principalmente nos capítulos I e V, chama a atenção para este tipo de problema, com relação ao princípio formulado por Hall e Hitch (1939).

moderno. Além disso, durante a Era do Crescimento as economias industriais passaram por uma mutação, de forma que o desemprego não mais impede que as taxas salariais se elevem". (Robinson, 1977a, CEP5: 15-16).

Não resta dúvida de que Joan Robinson considera a contribuição de Kalecki mais acabada que a de Keynes no que se refere à teoria dos preços:

"Keynes, na expectativa de um período de emprego alto e contínuo, esperava que as taxas nominais de salário se elevassem mais rapidamente que a produtividade. Ele encarava isto como um problema essencialmente político e não sugeriu qualquer solução...

Kalecki chamou a atenção para o fato de que há dois sistemas distintos de formação de preços no mundo moderno, um dominado pela oferta e demanda e outro pelos custos mais lucros. A distinção foi recentemente redescoberta por Hicks em 'Some Questions of Time in Economics'[62].

Kalecki analisou os preços industriais em termos de margens brutas de lucro expressas como um mark-up sobre o custo primário médio. À medida em que sua teoria evoluiu, ele rejeitou a visão que Keynes assumiu de Marshall, de que uma elevação da produção requer uma elevação dos preços devido aos custos marginais crescentes.

Sobre esta questão, sua opinião normalmente prevalece. Em geral, parece que os custos primários médios caem ao invés de se elevar com a utilização crescente da unidade produtiva...

Kalecki observou que os custos primários são compostos de dois elementos independentes, a folha de salários e o custo da matéria prima e da energia. Aqui ocorre uma interconexão entre os dois tipos de formação de preços, pois o custo da matéria prima é fortemente influenciado pela oferta e demanda. A barganha por taxas monetárias de salário depende do balanço de força no mercado de trabalho...

A análise de Kalecki reforça a visão de Keynes de que a inflação é essencialmente um problema político, ao enfatizar a relação entre a formação de preços e a participação dos salários na renda do ramo, embora o tratamento da margem de lucro, que Kalecki derivou da 'concorrência imperfeita' não tenha sido totalmente elaborada...". (Robinson, 1977a, CEP5: 18-19).

Ou ainda no artigo intitulado "Keynes and Kalecki":

"[Um dos pontos] que Kalecki tornou mais consistente na Teoria Geral refere-se à relação entre preços e taxas salariais. Keynes apoiava-se numa espécie um tanto quanto vaga de conceito de concorrência marshalliano, com retornos decrescentes de curto prazo, de modo que um aumento do emprego é acompanhado de uma redução dos salários reais dos trabalhadores já empregados. Kalecki elaborou sua idéia original numa relação entre política monopolista de preços e emprego com a análise da concorrência imperfeita (então em seu período áureo) e produziu sua famosa teoria da distribuição de curto prazo, na qual a participação dos salários no valor do produto é determinada pelo grau de monopólio.

Esta formulação tem sido criticada como sendo meramente circular, uma vez que o grau de monopólio é definido como a razão entre as margens brutas e o valor do produto, e portanto é idêntico (sob os pressupostos adotados) a um menos a parcela dos salários. A circularidade aparente reside apenas na maneira pela qual se estabelece o raciocínio. Quando entendemos grau de monopólio não como as margens brutas ex-post, mas como a política de preço das firmas, então, em condição de recessão, quando todas as fábricas operam abaixo da capacidade, é indubitavelmente correto dizer-se que, se as firmas perseguem uma política competitiva, cortando preços na tentativa de vender mais, as taxas reais de salário serão maiores, e o grau de utilização das fábricas será maior, do que se elas perseguirem uma política monopolista, mantendo ou até mesmo elevando as margens brutas". (Robinson, 1965j, CEP3: 97-98).

62. Veja-se Hicks (1976).

Embora reconheça que o conceito de "custo de uso"[63] utilizado por Keynes - ao invés do de receita marginal - explica os motivos pelos quais os preços não caem durante a recessão, Joan Robinson privilegia a contribuição de Kalecki, que considera mais geral:

> "O tratamento dado por Keynes aos preços de bens específicos era bastante vago. O ensinamento ortodoxo era o de Pigou - sob condições competitivas, cada firma produz um volume de produção tal que seu custo marginal iguala o preço, desde que o preço seja superior ao custo primário médio...
>
> Esta teoria requer que qualquer estabelecimento que esteja em operação, opere a plena capacidade, mas na recessão, obviamente quase todas as unidades de produção funcionavam apenas parcialmente, e ainda assim os preços não caiam a ponto de se igualarem aos custos primários. As margens de lucro se mantinham altas, mesmo quando o custo marginal não era superior ao custo primário médio. O conceito de 'receita marginal' foi introduzido para explicar este fenômeno, mas Keynes não o utilizou. Ele introduziu a idéia do 'custo de uso' (a desvalorização do equipamento decorrente do seu uso, comparado ao que seria se ficasse ocioso), para reconciliar a concorrência com o fato evidente que a margem de lucro fazia parte do preço de oferta mesmo numa recessão profunda. Esta teoria não corresponde ao comportamento dos negócios. Sua elaboração não criou raízes e desapareceu na tradição pós-keynesiana[64].
>
> Kalecki abriu uma linha mais promissora. Ele dividiu o sistema de preços em duas partes. No comércio de matérias primas, quem governa é a oferta e a demanda. Na indústria manufatureira, os preços são estabelecidos pelo produtor: a margem de lucro que for capaz de auferir (o excesso do preço sobre os custos primários médios) depende do 'grau de monopólio' no mercado em que atua". (Robinson, 1977h, CEP5: 187-188).

A esta interpretação de Joan Robinson poder-se-ia contrapor a de Kandir (1989), que traz uma interessante interpretação do conceito de custo de uso relacionado à determinação de preços em Keynes. Segundo Kandir, para Keynes, assim como para Marshall, a determinação dos preços a curto prazo obedece ao princípio da maximização dos lucros, que iguala a receita marginal ao custo (primário) marginal. A diferença entre Keynes e Marshall, neste aspecto, é que o custo primário de Keynes inclui não apenas o custo de fatores, mas também o custo de uso do equipamento de capital, isto é, a depreciação do estoque de capital que decorre de sua utilização no processo de produção, comparada com a depreciação que teria ocorrido caso não tivesse sido utilizado. Kandir ressalta que o custo de uso é "*uma diferença de capitais, cujas magnitudes são definidas pelo cálculo prospectivo dos empresários quanto à evolução futura dos valores correspondentes aos custos de reposição, suplementar e de manutenção relativos a um equipamento de capital*" (Kandir, 1989: 101), e que, neste sentido, Keynes

> "deixa claro o papel fundamental das expectativas no cálculo e nas decisões de curto prazo dos capitalistas... [e] ...evidencia o caráter especulativo de formação de preços em condições capitalistas... Os preços refletem também avaliações subjetivas e específicas dos capitalistas quanto às condições de valorização e incremento do equipamento de capital esperadas num horizonte temporal correspondente à sobrevida do capital". (Kandir, 1989, 102).

---

63. "*Definimos o custo de uso como sendo a redução do valor sofrida pelo equipamento em virtude de sua utilização, comparada com a que teria sofrido se não tivesse havido tal utilização, levando em conta o custo de manutenção e das melhorias que conviesse realizar, além das compras a outros empresários*". (Keynes, 1936: 58).

64. Ou, nas palavras de Feiwel (1987: 55): "*Keynes introduziu a idéia do 'custo de uso' para reconciliar o conceito de concorrência com a evidência empírica de que mesmo durante a depressão a margem de lucro fazia parte do preço de oferta*".

Assim, Kandir considera que a utilização do conceito de custo de uso nas explicações do processo de determinação de preços é não apenas válida, como necessária, sendo dispensável apenas em condições de relativa estabilidade, em que

> "não se esperam oscilações bruscas nos valores dos componentes do 'equipamento de capital' e nos níveis de demanda. [Nestas situações] imagina-se que tanto os preços como a demanda oscilarão normalmente em torno de níveis que permitem a compatibilização entre a reprodução da estrutura de mercado e um grau esperado de valorização do capital através de uma regra simples de mark-up. Dito de outra forma, em condições particulares de baixa instabilidade das economias capitalistas a regra de mark-up fixo pode representar adequadamente o processo de formação de preços, sem se explicitar o custo de uso como elemento de análise. Já num contexto de instabilidade acentuada o custo de uso deve ser objeto de uma análise explícita". (Kandir, 1989: 103).

O pressuposto analítico de Joan Robinson é, certamente, o de condições econômicas relativamente estáveis. Pode-se dizer, com toda segurança, que ela não se refere, no que diz respeito à sua crítica às teorias de preço vigentes, à mesma situação que é objeto de estudo de Kandir - o estudo da inflação em países cronicamente inflacionários. Possivelmente, este é o motivo pelo qual a Autora desconsiderava o custo de uso e preferia a formulação de Kalecki, da existência de dois sistemas de formação de preços, embora mantivesse suas críticas ao conceito de "grau de monopólio".

> "...a hipótese de que o padrão das margens brutas de lucro para vários bens possa ser explicado apenas pelo 'grau de monopólio' era da natureza de um tiro no escuro. Um alto grau de monopólio, no sentido de Kalecki, significa uma concorrência em preços fraca. É verdade que as grandes corporações oligopolistas podem estabelecer margens mais altas para seus produtos do que as pequenas firmas competitivas, mas podem estar utilizando-nas em parte para cobrir as despesas da concorrência extra-preço. Além disso, o grau de monopólio em si mesmo é parcialmente uma função do nível das margens requeridas para cobrir os custos diretos de produção. Investimentos arriscados que requerem um grande montante de capital inicial só são feitos por poderosas corporações que têm domínio suficiente sobre seus mercados para que esperem ser capazes de recuperar lucros brutos apropriados". (Robinson, 1977a, CEP5: 19-20).

Mas, ainda assim, Joan Robinson defende o conceito de grau de monopólio das interpretações que o reduzem à medida do mark-up, enfatizando não apenas as estratégias de concorrência extra-preço mas também - o que considera ser o mais importante - a possibilidade de integrar a teoria dos preços à teoria da demanda efetiva e da distribuição da renda.

> "A expressão 'grau de monopólio' foi mal entendida. Kalecki tem sido acusado de reduzi-lo à circularidade, definindo como grau de monopólio a razão entre a margem bruta de lucro e o preço. Seu significado é a ausência da concorrência em preços (há outras formas de concorrência, tais como em vendas, diferenciação de produtos, etc). [Num sentido] mais fraco, significa concorrência em preço em qualquer mercado; [num sentido] mais forte significa a liberdade, por parte das firmas, de estabelecer preços acima dos custos. A razão entre margens e preços é um sintoma de grau de monopólio". (Robinson, 1977b, CEP5: 188-189).

E mais à frente:

"A importância da determinação da margem de lucro influindo sobre o nível de salários reais, que Kalecki enfatizava... [reside] ...na integração da análise dos preços à análise da demanda efetiva". (Robinson, 1977h: 189-190)

Para essa integração, que deveria gerar uma análise microeconômica pós-keynesiana, Joan Robinson considera, apesar dos pesares, que tem uma contribuição positiva em A Economia da Concorrência Imperfeita, pois esta pôde dar um impulso ao desenvolvimento de uma nova teoria microeconômica, não-neoclássica:

"O erro fundamental no método que eu estava seguindo em A Economia da Concorrência Imperfeita ... foi o de iniciar o argumento com um conjunto de pressupostos puramente apriorísticos - os pressupostos que Pigou destilou de Marshall - e então introduzir um pequeno aperfeiçoamento nestes pressupostos, ao invés de fazer uma crítica radical da relação entre os pressupostos tradicionais e a economia real que pretendiam descrever. Ainda assim o trabalho não foi totalmente perdido, pois através da ponte do 'grau de monopólio' de Kalecki, ele levou à moderna teoria da determinação das margens de lucro e assim foi vinculado à teoria do emprego". (Robinson, 1979f, CEP5: 114).

Neste sentido, a Autora considera que seu trabalho é radicalmente diferente do de Chamberlin (embora não o seja em outros aspectos):

"Meu par, o Professor Chamberlin, gastou muitos anos protestando que sua 'concorrência monopolista' era muito diferente da minha 'concorrência imperfeita'. (Houve um tempo, em Harvard, em que se costumava dizer, que qualquer aluno poderia ter certeza de conseguir boas notas se atacasse a Sra. Robinson). Isto se devia em parte, penso eu, à fraqueza humana. Tínhamos que compartilhar resenhas e notas de rodapé que Chamberlin teria preferido ter só para si. (O fato de que eu estava bem entediada com o assunto certamente o incomodava ainda mais). Mas havia uma razão mais profunda. Fiquei muito satisfeita de ter descoberto que havia provado (nos marcos dos pressupostos aceitos) que não é verdade que os salários se igualam à produtividade marginal do trabalho, enquanto que Chamberlin queria defender a idéia de que a propaganda, o esforço de vendas e a diferenciação monopolista do produto não se contrapunham, de modo algum, ao princípio da soberania do consumidor nem aos efeitos benéficos do livre jogo das forças de mercado.

A controvérsia unilateral 'Chamberlin versus Robinson' foi um mau exemplo de confronto entre dois argumentos, sem que se examinasse seus pressupostos. Ali onde ele e eu estabelecemos as mesmas perguntas (excetuando-se erros e omissões), encontramos as mesmas respostas, e onde as questões eram diferentes, as respostas também o eram. Em alguns aspectos os pressupostos de Chamberlin eram mais realistas que os meus, embora ele não quisesse deles retirar conclusões realistas". (Robinson, 1979f, CEP5: 114).

Já muito antes disso, Joan Robinson se preocupava com uma análise histórica da concorrência, e adicionava à sua autocrítica uma crítica aos teóricos em geral:

"Tenho a impressão de que nos vinte anos decorridos desde que se estabeleceu pela primeira vez o duopólio Chamberlin-Robinson, dispendeu-se muita energia mental num debate teológico sobre se a existência de um estado de concorrência imperfeita (ou impura) é (a) benéfica, (b) inócua, (c) um mal necessário ou (d) um mal desnecessário, enquanto que uma análise (no sentido oposto ao dos estudos históricos) das causas e conseqüências do processo de sobrevivência ou declínio da concorrência mal começou". (Robinson, 1953a CEP2: 237-238).

A proposta de uma teoria microeconômica não-neoclássica está explicitada em vários artigos. Num deles, "History versus Equilibrium" (1974a), a Autora enfatiza a necessidade de uma teoria microeconômica que leve em conta a incerteza:

> "A aplicação mais óbvia da análise pós-keynesiana (o comportamento de uma economia em condições de incerteza) é aos próprios problemas de Keynes - decisões de investimento, a determinação do padrão e nível das taxas de juros e a evolução do nível geral de preços - mas é igualmente necessário aplicá-lo à assim chamada microeconomia e ao comportamento dos mercados". (Robinson, 1974a, CME: 128).

Joan Robinson considera que há, na proposição da Teoria Geral, elementos capazes de auxiliar na formulação de uma "microeconomia pós-keynesiana":

> "A teoria dos mercados necessitava de uma revolução Keynesiana tanto quanto a teoria do emprego. O próprio Keynes sugeriu alguns indícios, e qualquer um que esteja familiarizado com a conduta, por exemplo, do mercado de produtos primários, sabe que este é dominado pela especulação, isto é, por adivinhações sobre o comportamento futuro da demanda e da oferta. Estes mercados são compostos por agentes intermediários (freqüentemente em várias camadas) entre os produtores originais e os compradores finais. A incerteza tende a torná-los instáveis, uma vez que uma elevação de preços é, freqüentemente, um sinal para a compra de estoques e uma queda de preços um sinal para a venda.
>
> Os preços de produtos manufaturados são menos voláteis. As firmas grandes e poderosas lidam diretamente com o comércio varejista e estabelecem os preços de acordo com uma política de alcance mais ou menos longo. Mesmo eles, no entanto, não podem conhecer o futuro; trabalham em base de estimativas. O sistema de estabelecer preços pelo assim chamado 'princípio do custo total' significa calcular-se as despesas, incluindo a margem para amortização, por unidade de produto em base da suposição de um nível médio de utilização da capacidade e de vida útil do equipamento, adicionando-se uma margem para o nível de lucro líquido que pareça ser prudente estabelecer. Quando a utilização efetiva da vida da unidade produtiva ultrapassa o padrão, os lucros líquidos excedem o nível calculado e vice-versa.
>
> Existe um conjunto de pequenas empresas que operam em mercados de tipo intermediário. Estes produtores estão amplamente sujeitos às oscilações da oferta e da demanda mas não a oscilações perpétuas dos preços. São uma parte importante de economias tais como a Índia, mas no Oeste estão cada vez mais caindo sob o controle oligopsonista (largas cadeias varejistas) que administram seus preços. Tudo isso fica de fora da teoria do equilíbrio 'que tenta tratar do presente abstraindo do fato de que sabemos muito pouco sobre o futuro'". (Robinson, 1974a, CME: 130-131).

Um "ensaio" de proposta de como devem ser entendidos os mercados nesta nova visão encontra-se num trabalho elaborado por Joan Robinson para a Enciclopédia Britânica, sob o verbete "mercados"[65]. Ali a Autora classifica os mercados em dois tipos básicos (seguindo a proposta de Kalecki), de acordo com o modo de operação das forças de oferta e demanda (o primeiro tipo é aquele no qual o produtor oferece seus bens e aceita qualquer preço; no segundo o produtor estabelece o preço e vende o que o mercado puder comprar). Embora Joan Robinson volte a utilizar conceitos como elasticidade da demanda e da oferta, não lhes dá qualquer conotação neoclássica, e sim um sentido semelhante ao utilizado por Kalecki (do primeiro capítulo de Teoria da Dinâmica Econômica, em que discute justamente a formação de preços), isto é, dando ênfase às condições de oferta (e reduzindo, mas não eliminando, a importância da demanda), fazendo

65. Nas várias bibliografias de Joan Robinson, este texto é datado como sendo de 1974. Maria Cristina Marcuzzo, no entanto, alerta que a 15a. edição da Enciclopédia Britânica, para a qual o verbete foi escrito, data de 1979. A versão utilizada nesta tese é a reprodução ampliada, publicada no quinto volume dos Collected Economic Papers, e indicada na bibliografia anexa como Robinson (1979p).

referência à (in)existência de capacidade ociosa planejada, de estoques regulatórios, à concorrência de novos produtos e à especulação.

Assim, o primeiro tipo de mercado é comum entre produtos primários, em geral os que dependem de recursos animais, vegetais e minerais, e neles

> "...tanto a demanda quanto a oferta são inelásticas no curto prazo, isto é, uma redução no preço não tem um grande efeito sobre a elevação das compras e uma elevação do preço não eleva rapidamente a oferta. A oferta está sujeita a variações naturais, como as condições climáticas, as pestes e assim por diante, e a demanda varia com o nível de atividade nos centros industriais, bem como com as variações nos gostos e requisitos técnicos. Estes mercados, portanto, sob um regime de concorrência sem regulação, sofrem flutuações contínuas nos preços e no volume dos negócios. Os negociantes podem reduzir estes efeitos até um certo ponto, acumulando estoques quando os preços estiverem baixos e vendendo-os quando a demanda estiver alta. Mas isto envolve especulação - isto é, adivinhação... Em mercados de commodities os negociantes não podem ter certeza do futuro; uma queda do preço pode ser uma sinalização para a venda e uma elevação para a compra, de modo que a especulação acaba por exacerbar as flutuações.
>
> No longo prazo, este mercado também flutua. Uma redução da demanda por um produto natural decorrente do desenvolvimento de um substituto sintético reduz as receitas de forma quase permanente... Por outro lado, uma redução temporária da oferta, que produz altos rendimentos enquanto durar, freqüentemente levará a uma elevação da capacidade produtiva que quebrará o mercado assim que entrar em funcionamento. Simultaneamente, uma escassez temporária pode acelerar o processo de substituição, e ser seguido por uma redução permanente da demanda". (Robinson, 1979p, CEP5: 148-149).

O segundo tipo de mercado prevalece na esfera dos bens manufaturados,

> "que os economistas denominam 'imperfeito', pois cada empresa tem seu próprio estilo, sua própria reputação e suas próprias locações; e todas as artes da propaganda e de venda têm por objetivo torná-lo ainda mais imperfeito, atraindo compradores para marcas específicas". (Robinson, 1979p, CEP5: 149).

Neste segundo tipo de mercado, a oferta, no curto prazo, geralmente é bastante elástica, ou seja, sensível à demanda, ressaltando-se que, na avaliação de Joan Robinson, a "variável de ajuste" são as quantidades e não os preços:

> "... os estoques são mantidos em algum ponto da rede de distribuição. Enquanto eles se reduzem ou aumentam, há tempo para alterações no nível de produção e uma vez estabelecido o preço, ele raramente é alterado como resposta a moderadas variações na demanda...
>
> No longo prazo, assim como no curto, a oferta é sensível à demanda no mercado de manufaturas. É mais fácil alterar a composição da produção de uma firma do que a de uma mina ou plantação. E quando as mudanças da demanda não são muito rápidas, os lucros brutos de uma unidade de produção podem ser transferidos para investimentos bastante diferentes". (Robinson, 1979p, CEP5: 150).

A integração da teoria dos preços - não-neoclássica, evidentemente - à da demanda efetiva tem, na verdade, sua origem na relação entre a formulação da teoria da concorrência imperfeita e a revolução keynesiana (que inclui a importante contribuição de Kalecki[66]). O primeiro e mais importante dos elementos

66. Segundo Asimakopulos (1988-89: 274), muitas vezes a referência de Joan Robinson aos "modelos keynesianos" deveria ser descrita, com mais propriedade, como "kaleckianos" - em particular no que diz respeito à "*integração explícita entre os elementos micro e macro*, [que] *se tornaram uma característica do trabalho de Joan Robinson*".

comuns entre ambos os temas - já ressaltado por nós - é a preocupação com o desemprego durante a grande depressão, e a incapacidade da teoria vigente à época, de dar respostas aos prementes problemas dela decorrentes. Esta é a nossa interpretação, a despeito da opinião de Joan Robinson, de que "*quando passei a ser influenciada pela incipiente revolução keynesiana, percebi que meu livro pigouviano levava a uma rua sem saída*". (Robinson, 1977i, CME: x).

Nossa interpretação apoia-se no fato de que ambas as teorias compõem o que George Shackle denominou "alta teoria", e principalmente no entendimento da própria Autora, de que não se resumiu a um "movimento puramente intelectual":

> "George Shackle tratou a 'alta teoria' como um movimento puramente intelectual, mas na verdade ela teve como origem a situação real dos anos trinta: o colapso da economia de mercado a nível mundial durante a Grande Depressão. ...O movimento dos anos trinta foi uma tentativa de levar a análise econômica a tratar de problemas econômicos reais...
>
> ...A 'alta teoria' dos anos trinta consistiu na proposição de hipóteses alternativas para substituir as que derivavam da teoria da oferta e demanda de trabalho, que ficou muito desacreditada na recessão". (Robinson, 1977a, CEP5: 1 e 3).

Outros testemunhos parecidos são dados por ela, em quase todas as ocasiões em que se refere ao período em que A Economia da Concorrência Imperfeita foi escrita, como por exemplo no artigo intitulado "'Imperfect Competition' Today", publicado em 1958:

> "Em condições de uma depressão geral e prolongada, a teoria econômica dos livros-texto estava desesperançosamente fora da realidade... O irrealismo [daquela teoria] foi apontado por Piero Sraffa ... [cujo] artigo, ao aparecer em inglês, foi tomado como uma objeção puramente lógica a Marshall e gerou muitos debates sob este ponto de vista... Seu significado maior não foi, em geral, reconhecido, até que as sementes da dúvida sobre a teoria ortodoxa germinassem na atmosfera de descontentamento com a política de laissez-faire que prevaleceu na grande depressão". (Robinson, 1958a, CEP2: 239-240).

Em termos da "teoria dos mercados", ou "da firma", a questão se traduzia na constatação, por um lado, de que as firmas não operavam a plena capacidade e, por outro, que os preços eram estabelecidos mediante a adição de uma margem de lucro aos custos primários de produção (o princípio do custo total ou normal). O debate que mais tarde recebeu a denominação de "controvérsia marginalista" iniciou-se da tentativa de compatibilizar esta "constatação" empírica com o princípio da maximização dos lucros.

> "Na depressão era suficientemente óbvio que as unidades de produção não eram operadas a plena capacidade com custos marginais crescentes. O desfecho do debate que se iniciou nos anos trinta foi o de que as firmas estabelecem preços adicionando uma margem bruta aos seus custos primários. Abaixo da capacidade planejada, os custos primários por unidade de produto são uma função constante ou decrescente do nível de produção. Se o custo primário for identificado com o custo marginal, será obviamente muito inferior ao preço. Para reconciliar isto com o pressuposto da política de maximização dos lucros, introduziu-se a idéia de que a receita marginal relaciona-se ao preço pela expressão e/e-1, em que "e" é a elasticidade da demanda do ponto de vista de um vendedor individual; mas uma vez que este "e", se é que existe, só pode ser um cálculo da mente de indivíduos que tratam da política de preços, não acrescenta muito ao argumento". (Robinson, 1971a: 99).

Mas a ausência de pleno emprego (em termos da teoria da firma) não é uma característica apenas da fase depressiva do ciclo econômico. Mesmo fora da depressão as empresas trabalham com capacidade ociosa:

> "Mesmo em tempos prósperos é incomum, para a maioria das unidades de produção, que estejam funcionando a plena capacidade - se a capacidade fosse um limite à produção, não haveria necessidade da propaganda". (Robinson, 1971a, 99).

Assim, Joan Robinson retoma o argumento de Sraffa:

> "Numa situação normal, parece que há muitas firmas que produziriam um volume maior de produto se este pudesse ser vendido ao preço corrente. Os clientes se distribuem entre vendedores rivais de acordo com a inércia, a proximidade, as diferenças genuínas de necessidades e gostos, e respondem aos agrados da propaganda". (Robinson, 1971a, 99).

Em situações mais agudas, de excesso de demanda em relação à oferta, e em que é possível, então, produzir a plena capacidade, o que cai por terra não é o pressuposto do pleno emprego mas sim o de que a variável de ajuste é o preço:

> "Quando o mercado está "vendedor", e quando se está operando a plena capacidade, é mais prudente ampliar os prazos de entrega do que reduzir a demanda em excesso mediante a elevação dos preços. Conseqüentemente, conclui-se que o sistema de análise segundo o qual o preço se iguala ao custo marginal, de modo que o nível de lucro bruto seja governado pela diferença entre o custo marginal e o custo médio, não tem aplicação". (Robinson, 1971a: 99-100).

Mas na avaliação de Joan Robinson, a teoria dos preços não era na época a questão mais premente, mas sim a do desemprego:

> "[A Teoria Geral de Keynes foi] a principal expressão do descontentamento geral com a complacência da teoria econômica dos livros-texto e [cuja] teoria do emprego foi, obviamente, muito mais importante, tanto para a análise, quanto para a política, do que qualquer coisa que dissesse respeito à teoria dos preços individuais". (Robinson, 1958a, CEP2: 241)

Talvez porisso, pelo fato de que (ao menos em Cambridge) o que mais causava incômodo era o desemprego, a relação entre a "teoria da concorrência imperfeita" e a "revolução keynesiana" propriamente dita só foi plenamente estabelecida por Kalecki. Na introdução à segunda edição de A Economia da Concorrência Imperfeita, Joan Robinson o reconhece explicitamente:

> "Foi Michal Kalecki, e não eu, quem aproximou a concorrência imperfeita à teoria do emprego. Ele mostrou que uma elevação das margens de lucro, do tipo das que ocorrem por acordos monopolistas defensivos numa recessão reduzem os salários reais e assim tendem a elevar o desemprego. Ele também estabeleceu a notável proposição de que uma elevação das margens eleva a participação dos lucros no valor do produto reduzindo a participação dos salários, mas que o lucro total de um período de tempo não se eleva. O gasto não se eleva imediatamente, de modo que o principal efeito da elevação dos preços será a redução das vendas com uma receita mais ou menos igual". (Robinson, 1969g: viii).

É interessante notar que, nesta passagem, a Autora identifica a imperfeição da concorrência com a capacidade de elevar preços, e tendo por conseqüência a redução dos salários reais. Na verdade, isto é semelhante à sua formulação de que em concorrência imperfeita os salários são inferiores à produtividade marginal e por isso os sindicatos são tidos como necessários para, através da luta pela elevação dos salários nominais (em situações oligopolistas e com progresso técnico), permitir o crescimento da demanda num nível compatível com o crescimento da produtividade, evitando "*a frustração dos oligopolistas*" (Robinson, 1958a, CEP2: 243), isto é, a redução do poder de compra.

Em outras palavras, Joan Robinson combate a idéia segundo a qual, uma vez que, como decorrência do progresso técnico, a produtividade é crescente, os trabalhadores deveriam contentar-se em manter uma participação constante numa renda crescente, ao invés de reivindicar uma participação maior numa renda que crescesse menos. Segundo a Autora, a pressão pela elevação de salários nominais está longe de ser danosa, mas, pelo contrário, é uma condição para o bom funcionamento do sistema. Isto porque se for verdade que numa economia oligopolizada tende-se a evitar a concorrência em preços, com salários nominais constantes e progresso técnico redutor de custos, a participação relativa dos lucros na renda aumenta e a dos salários cai, podendo gerar uma situação em que a demanda cresce abaixo da capacidade produtiva, ocasionando, por conseqüência, uma crise. Este argumento, segundo Joan Robinson, é um dos importantes legados da concorrência imperfeita para os tempos modernos. O segundo legado, embora bem menos explorado por ela, é a idéia de que, se em condições de oligopólio não há concorrência em preços, as outras formas de concorrência - pela propaganda, por exemplo - criam novas oportunidades de investimento (e geração de emprego).

De todos os aspectos que devem estar presentes na integração entre a teoria dos preços (em oligopólio) e a da demanda efetiva, o mais importante é o que se refere à noção de equilíbrio e de tempo. O uso destas noções constituem as principais questões da autocrítica de Joan Robinson. A passagem abaixo é, aliás, uma das mais citadas:

> "Em minha opinião, a maior fraqueza de A Economia da Concorrência Imperfeita é a que é compartilhada com o tipo de teoria econômica a que pertence - a incapacidade de lidar com o tempo. É apenas num sentido metafórico que o preço, a taxa de produção, a taxa salarial ou seja lá o que for, podem se mover no plano descrito num diagrama de preço-quantidade. Qualquer movimento deve ocorrer no tempo, e a posição a qualquer momento do tempo depende do que ocorreu no passado. A questão não é apenas a de que qualquer ajuste leva um certo tempo para ocorrer e que (como sempre se admitiu) podem ocorrer eventos neste meio tempo que alteram a posição, de modo que o equilíbrio em direção ao qual se diz que o sistema tende se move antes de ser alcançado. A questão é que qualquer processo de movimento tem um efeito sobre o destino do movimento, de modo que não existe algo como uma posição de equilíbrio de longo prazo, independente da trajetória que a economia esteja seguindo numa data específica". (Robinson, 1953a, CEP2: 234).

A inclusão do elemento tempo configura uma questão crucial em toda a teoria keynesiana. Ao demonstrar sua importância, Joan Robinson trata de temas que iria desenvolver em A Acumulação de Capital - por exemplo, o da irreversibilidade do investimento - abordados mais detalhadamente em outro capítulo desta tese.

E mais uma vez:

"a essência da concorrência é a de que algumas firmas tiram os negócios de outras. As que são bem sucedidas crescem mais rapidamente que o setor como um todo, e as que são menos bem sucedidas deixam de existir". (Robinson, 1971a: 100).

Além disso, a concorrência aumenta as imperfeições do mercado:

"Quando um negócio é próspero, ele gera lucros. Por esta mesma razão ele é ameaçado pela concorrência. Seria fútil distribuir a totalidade do lucro líquido para o consumo: parte dele deve ser reinvestido na ampliação da capacidade para poder servir um mercado em crescimento, para evitar a entrada de outros concorrentes, ou para diversificar a produção caso o mercado de origem não esteja se expandindo. Qualquer um, ao crescer, ameaça a posição dos demais, que retaliam ampliando sua própria capacidade, reduzindo os custos de produção, modificando o design dos seus produtos, ou introduzindo novidades no esforço de vendas". (Robinson, 1971a: 101).

É, aliás, esta proposição que, segundo Joan Robinson, "resolve" o "dilema de Marshall":

"A saída para o dilema de Marshall está na direção oposta. Ali onde a concorrência é vigorosa, deve haver uma tendência ao monopólio, que muitas vezes é contida no estágio do oligopólio, quando algumas poucas firmas poderosas preferem a neutralidade armada à batalha final pela supremacia". (Robinson, 1971a: 102).

E, nunca é demais lembrar, o oligopólio robinsoniano já não carrega nenhuma das características neoclássicas:

"Marshall tratou do crescimento através das economias de escala... que dão à firma vantagens competitivas, mediante a redução dos custos de produção. Isto é importante quando a tecnologia requer grandes investimentos indivisíveis mas em geral a vantagem de uma firma ser grande é principalmente o próprio tamanho - isto é, o poder financeiro. Nos tempos de Marshall, um negócio específico funcionava num setor específico no qual tinha o know-how técnico e as relações comerciais necessárias. Atualmente a grande corporação pode saltar de uma atividade a outra, empregando seus próprios técnicos ou comprando uma firma menor já estabelecida. O desenvolvimento moderno dos conglomerados oferece a clara evidência de que é o poder financeiro, mais do que as economias técnicas de escala, que permite que as firmas continuem a crescer quando já são grandes.

Enquanto a redução no número de firmas independentes gera monopólios em ramos específicos em determinados países, o desmantelamento das barreiras entre ramos e entre economias nacionais aumenta a competitividade. No manual de teoria da firma, um monopolista que se defronta com uma curva de demanda pelo produto que controla, conhecida e estacionária, restringe a produção até o nível em que a receita marginal iguala o custo marginal, até que possa extrair o maior lucro possível do mercado. Há, certamente, exemplos de monopólios que, mais ou menos, se conformam ao padrão dos manuais, mas em geral as grandes firmas estão longe de restringir a produção - elas estão expandindo continuamente a capacidade, conquistando novos mercados, produzindo novos produtos, explorando novas técnicas. O nível auferido das margens

---

contas, não fazia mal algum (por exemplo, que a diferenciação de produto e a propaganda ocorrem em função dos verdadeiros interesses dos consumidores). Alguns, com menos sofismas, defendiam que a empresa privada é um bem em si mesmo, ainda que desfigurada por imperfeições....O Professor Galbraith varre com todos estes tipos de argumentos. Ele admite livremente que a concorrência do tipo do livro-texto é incompatível com as condições que prevalecem em grandes ramos da indústria moderna, e mostra a tendência inerente que a concorrência entre produtores (com algumas exceções) produza situações de oligopólio. Além disso (seguindo Schumpeter), ele aponta para o fato de que a concorrência dos livros-texto é definitivamente inimiga do progresso técnico, de modo que sua prevalência é indesejável, tanto quanto impossível...". (Robinson, 1952i: 925-926).

II

KEYNES, MARX E O DESEMPREGO

Introdução

Este capítulo versa sobre o trabalho de explicação, defesa e divulgação da "revolução keynesiana" por Joan Robinson, e sobre a maneira pela qual ela tratou dos temas do "oligopólio" e do "progresso técnico" no escopo destes debates. O período analisado é o da trajetória entre seus dois livros principais, durante o qual esforçou-se em arregimentar os elementos de teoria econômica necessários para montar o arcabouço de uma dinamização do sistema keynesiano. Assim, o texto a seguir trata da parte que é cronologica e tematicamente intermediária entre a A Economia da Concorrência Imperfeita (1933) e A Acumulação de Capital (1956a)[1].

Os trabalhos de Joan Robinson nos pouco mais de vinte anos que separam estas duas obras marcam, segundo Szmrecsányi (1983), a transição da juventude à plena maturidade intelectual da Autora, e podem ser classificados em duas grandes vertentes.

A primeira, que se caracteriza como obra de divulgação e generalização da Teoria Geral de Keynes, compõe-se de um livro-texto intitulado Introdução à Teoria do Emprego (1937), de três conjuntos de ensaios - Ensaios Sobre a Teoria do Emprego (1937)[2], o primeiro volume de seus Collected Economic Papers (1951)[3] e A Taxa de Juros e Outros Ensaios (1952)[4] - além de vários artigos que foram

---

1. O critério cronológico não foi seguido à risca, já que alguns dos seus textos anteriores ao A Acumulação de Capital., por tratarem do mesmo tema que o livro, são analisados nos próximos capítulos.

2. Os trabalhos que integram este livro, alguns dos quais já haviam sido publicados anteriormente, são os seguintes: "Full Employment" (1935c); "The Foreign Exchanges" (1935d); "Beggar-my-Neighbour Remedies for Unemployment" (1935e); "An Economist's Sermon" (1935f); "Disguised Unemployment" (1936a, publicado pela primeira vez em The Economic Journal); "The Long Period Theory of Employment" (1936e, publicado originalmente em Zeitschrift fur Nationalokonomie); "Mobility of Labour" (1937c); "Certain Proposed Remedies for Unemployment" (1937d); "The Concept of Zero Saving" (1937e); "Disinvestment" (1937f); "Diagrammatic Illustrations" (1937g); "Indeterminacy" (1937h); "Some Reflections on Marxist Economics" (1937m, versão ampliada de uma resenha do livro de John Strachey intitulado A Natureza da Crise Capitalista, publicada pela primeira vez em The Economic Journal - e que consta da bibliografia deste trabalho como Robinson 1936f). Vários destes ensaios foram também reproduzidos em outras coletâneas de sua autoria.

3. Compõem esta coletânea os seguintes textos: "The Theory of Money and the Analysis of Output" (1933e, publicado originalmente em The Review of Economic Studies); "What is Perfect Competition?" (1934a, antes publicado em Quarterly Journal of Economics - já comentado no capítulo anterior); "Euler's Theorem and the Problem of Distribution" (1934b, publicado pela primeira vez em The Economic Journal); "A Fundamental Objection to Laissez-Faire" (1935a, publicado originalmente em The Economic Journal); "Review of R.F. Harrod, 'The Trade Cycle'" (1936c, publicado originalmente em The Economic Journal); "The Concept of Hoarding" (1938a, publicado originalmente em The Economic Journal); "The Economics of Hyper-Inflation" (1938b, na verdade uma resenha do livro de C. Bresciani Turroni intitulado The Economics of Inflation e publicado originalmente em The Economic Journal); "Monetary Equilibrium" (1939a, resenha do livro de Gunnar Myrdal, de mesmo título, publicada originalmente em The Economic Journal); "Rising Supply Price" (1941a, publicado originalmente em Economica); "The Economic Effects of Advertising" (1942b, resenha do livro de Neil H. Borden, de mesmo título, publicada originalmente em Economica), "Planning Full-Employment - alternative solutions of a dilemma" (1943a publicado originalmente em duas partes no The Times); "J.A. Schumpeter, 'Capitalism, Socialism and Democracy'" (1943b, resenha do livro de Schumpeter, publicada originalmente em The Economic Journal); "Review of T. Ruby-Norris, 'The Theory of Consumer's Demand'" (1943d, resenha originalmente publicada em The Economic Journal); "Review of H.B. Larry, (ed.) 'The United States in the World Economy'" (1944a, resenha originalmente publicada em The Economic Journal); "War-Time Inflation" (1945a, reprodução de uma palestra proferida em Paris em janeiro de 1945); "The Economics of Full-Employment" (1945b, resenha de um estudo composto por seis ensaios, realizado no Oxford Institute of Statistics e publicada originalmente em The Economic Journal); "Obstacles to Full Employment" (1946a, artigo baseado numa conferência proferida em Copenhague, em dezembro de 1946 e publicada originalmente em Nationalokonomisk Tidsskrift), "The Pure Theory of International Trade" (1947a, publicada originalmente em The Review of Economic Studies); "Mr. Harrod's Dynamics" (1949a, resenha do livro de Harrod Towards a Dynamic Economics, publicada originalmente em The Economic Journal); "The Theory of Planning" (1949b, resenha do livro de Maurice Dobb, intitulado Soviet Economic Development Since 1917 e publicada originalmente em Soviet Studies), "Exchange Equilibrium" (1950a, publicada originalmente em Economia Internazionale); "Economic Consequences of a Decline in the Population of Great Britain" (1951g, trabalho inédito, escrito durante a Segunda Guerra Mundial); e Robinson e Morison (s.d.a); "Beauty and Beast" (paródia marshalliana escrita enquanto ainda era estudante).

no exterior: um na França, em 1948, na revista Economie Appliquée ("La Théorie Générale de l'Emploi") e outro no Japão, em 1955 ("A Theory of Long Run Development, na Economic Review, Tokyo). Os outros dois trabalhos nunca reproduzidos em suas coletâneas são, respectivamente, do final da década de 1930 ("The Classification of Inventions"), em The Review of Economic Studies (1937-38) e de meados da década de 1950 ("The Production Function"), em The Economic Journal (1955b). É provável que Joan Robinson nunca tenha se preocupado em reproduzi-los pelo fato de suas temáticas terem sido retomadas, autocriticadas e desenvolvidas incessantemente ao longo do restante da sua obra - seja no livro A Acumulação de Capital, seja na famosa "controvérsia de Cambridge", para cuja eclosão e desenvolvimento este próprio livro de 1956 acabou contribuindo substancialmente.

A segunda vertente da obra de Joan Robinson neste período de amadurecimento intelectual é representada pelos trabalhos sobre a teoria marxista, e seu resultado mais conhecido, mais abrangente e polêmico é o Um Ensaio Sobre a Economia Marxista, de 1942. Mas há também um panfleto, divulgado em 1953, intitulado On Re-reading Marx[11] bem como artigos avulsos, alguns igualmente reproduzidos no primeiro (1951)[12] e no segundo (1960)[13] volumes de seus Collected Economic Papers e dois outros que permaneceram avulsos[14].

Fizemos referência a duas grandes vertentes, muito embora haja ainda, neste período, e a rigor ao longo de toda sua obra, trabalhos em torno da teoria da concorrência imperfeita, como, aliás, foi visto no capítulo anterior. Entretanto, a utilização do instrumental geométrico baseado em curvas de custo e de receita marginal adotado em A Economia da Concorrência Imperfeita foi se modificando e tornando-se cada vez mais rarefeita, o que, para alguns autores, significou um paulatino rompimento com a análise de inspiração marshalliana. Isto, no entanto, não quer dizer que a temática tenha sido abandonada, mas pelo contrário, que foi totalmente incorporada aos novos pressupostos analíticos da Autora. Em particular, é sempre bom enfatizar, ela passa a tomar como caso genérico a imperfeição da concorrência não apenas no que diz respeito ao mercado de trabalho, mas também em relação à formação de preços e à estrutura industrial[15].

Esta breve introdução é suficiente, segundo cremos, para dar uma idéia do volume e abrangência da obra de Joan Robinson nesta fase. Nela se incluem tanto contribuições teóricas quanto análises de fatos econômicos, marcados, principalmente, pela II Guerra Mundial e suas seqüelas. Foi também neste período que ela participou do Comitê de Patentes, da Comissão de Monopólios e Práticas Restritivas, e da Comissão de Manutenção dos Preços de Revenda, atividades relatadas no Anexo I desta tese. Neste

---

11. Reproduzido no quarto volume dos Collected Economic Papers e composto por três artigos: "Would You Believe It?" (1953d), "A Lecture Delivered at Oxford by A Cambridge Economist" (1953e) e "An Open Letter from a Keynesian to a Marxist" (1953f).
12. Trata-se, na primeira coletânea, dos artigos: "Marx and Keynes" (1948a, publicado originalmente em Critica Economica; e cujos dois primeiros parágrafos foram retirados de "Marx on Unemployment" (1941b), que por sua vez foi publicado em The Economic Journal); "The Labour Theory of Value" (1950b, resenha do livro sobre Marx, organizado por Paul Sweezy, com ensaios de E. Böhm-Bawerck, 'Karl Marx and the Close of his System'; R. Hilferding, 'Böhm-Bawerk's Criticism of Marx' e L. Bortkiewicz, 'On the Correction of Marx's Fundamental Theoretical Construction in the Third Volume of Capital', publicada originalmente em The Economic Journal).
13. Foram reproduzidos na segunda coletânea: "Introduction to Rosa Luxemburg's 'Accumulation of Capital'" (1951b, trata-se da introdução originalmente escrita para a edição inglesa do livro de Rosa Luxemburg) e "The Labour-Theory of Value: a discussion" (1954a, originalmente publicado em Science and Society). Este segundo foi replicado, no mesmo número do periódico, por Gillman (1954) e Denis (1954)
14. Uma resenha do livro de Marx, "Review of Karl Marx, 'The Poverty of Philosophy'" (1956f), publicada em The Economic Journal; e a reprodução de uma palestra, "What Remains of Marxism?" (1957d).
15. Esta temática de fato continua sempre presente, como atestam os capítulos IV e VII do seu livro de 1971, Economic Heresies - Some Old-Fashioned Questions in Economic Theory, conforme já foi visto.

capítulo, como no anterior, enfatizaremos os aspectos teóricos relativos ao nosso tema - "oligopólio e progresso técnico" - apenas fazendo referências aos demais - como teoria e política monetária (inflação inclusive), teoria do comércio internacional, planejamento (em economias capitalistas, socialistas ou em desenvolvimento) e as várias questões em torno da teoria marxista - para citar apenas os mais recorrentes, na medida em que contribuírem para o desenvolvimento de nossa tese central.

II.1 - O trabalho de divulgação da "revolução keynesiana"

II.1.1 - Participação no Cambridge Circus

Já mencionamos, no capítulo anterior, a relação existente entre A Economia da Concorrência Imperfeita e a Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda, ressaltando a escolha, por Joan Robinson, do mercado de trabalho tipificando um mercado imperfeitamente competitivo.

No entanto, deve-se mencionar que a Autora inicia suas atividades de divulgação das idéias de Keynes antes mesmo da publicação do seu primeiro livro (ou mesmo da Teoria Geral), tomando como ponto de partida as discussões de que participou, em torno do Tratado Sobre a Moeda[16]. Sua participação nestes debates, segundo Feiwel, teria determinado de forma definitiva o restante de sua vida:

> "Como sabemos, Joan Robinson teve um papel importante no Circus, onde as idéias da Teoria Geral foram destrinchadas antes de serem escritas. Também teve participação importante em sua explicação, reinterpretação, extensão e generalização. Aqui seus papéis como contribuinte, intérprete, crítica e inovadora deste evento histórico estão inextricavelmente interligados. Refletem-se em toda sua obra pós-Teoria Geral e apenas parcialmente na freqüentemente fascinante correspondência de Keynes que sobreviveu e foi preservada nos seus Collected Writings. Numa análise final, não é importante determinar quais as idéias particulares que se originaram de Joan Robinson, ou quais foram suas contribuições específicas, ainda que pudessem ser detectadas. Foi a oportunidade única de participar deste grande esforço criativo e as circunstâncias da época que a marcaram por toda sua existência. Se o que viu em Keynes, nos anos posteriores, sempre esteve nele, e quaisquer que tenham sido as outras influências a que tenha sido submetida, ela permaneceu sendo uma grande keynesiana para o resto da vida". (Feiwel 1987: 59).

Vale a pena reproduzir parte das lembranças que a Autora tem desta época:

> "Naqueles tempos não se conheciam os seminários. Nosso Circus, proposto inicialmente por Piero Sraffa, foi organizado como uma iniciativa informal. Os principais oradores eram [Richard] Kahn, James Meade - que estava passando um ano em Cambridge para levar a teoria econômica para Oxford -, Sraffa (que via as novas idéias com um secreto ceticismo), Austin Robinson e eu. Apenas os estudantes considerados à altura tinham permissão para participar". (Robinson, 1977i, CME: xii)[17].

Os debates, a despeito do curto período em que ocorreram (de janeiro a maio de 1931)[18] foram intensos e ricos, e são considerados, por quase todos os intérpretes, como tendo sido de importância fundamental na formulação das principais idéias da Teoria Geral. Uma das poucas exceções a esta opinião é a de Don Patinkin, que, segundo Feiwel, afirmava que o Circus não teve tanta importância quanto se lhe costuma atribuir, dado que não há documentação suficiente para provar sua influência sobre a Teoria Geral de Keynes. Defendendo opinião contrária, Feiwel cita Austin Robinson, cujo argumento é o de que

---

16. Para a participação de Joan Robinson no Cambridge Circus, como era chamado o grupo que se reunia para discutir o Tratado Sobre a Moeda, na maioria das vezes sem a presença de Keynes e sob a coordenação de Richard Kahn (o "anjo mensageiro" - referência ao fato de ser ele quem fazia a intermediação entre os membros do Circus e Keynes -, veja-se, por exemplo, Kahn (1985), Robinson, EAG (1985), Feiwel (1989f), Skouras (1981), CWJMK (vol. XIII: 337-343), além do depoimento da própria Autora em Robinson (1977i).

17. Para o relato das pesquisas desenvolvidas em Oxford à época veja-se Lee (1981). A participação no Circus só era permitida mediante convites, e os estudantes eram avaliados quanto à sua aptidão por uma banca composta por Austin Robinson, Richard Kahn e Piero Sraffa. Veja-se CWJMK (XIII: 338)

18. Cf. CWJMK (XIII: 338).

na época, ninguém se preocupou em providenciar provas da existência e importância do grupo, e que "*há algo que a presente geração esquece, que é o fato de que a propriedade privada das idéias só foi inventada junto com o Ph.D.*". (Robinson, E.A.G., 1985: 53-54, apud Feiwel, 1989e: 38).

Os participantes do Circus, sem dúvida alguma, estavam profundamente envolvidos nas discussões, e consideravam que os debates eram extremamente importantes e inovadores. Joan Robinson lembra que "*nos dias que se seguiram às reuniões do Circus, havia uma clara distinção entre aqueles que haviam compreendido a questão e os que não. Austin Robinson disse que andávamos nos perguntando: 'Irmão, fostes salvo?'*". (Robinson, 1977i, CME: xiv).

Joan Robinson faz um breve resumo do que considerava ser a questão central que deu origem aos debates em torno do Tratado Sobre a Moeda. Tratava-se, basicamente, da idéia de que mudanças no nível geral de preços afetavam os lucros e estes, por sua vez, induziam (ou desencorajavam) a atividade produtiva. A ênfase na determinação do nível geral de preços (em detrimento da determinação de preços relativos, tema considerado como pertencente à teoria da utilidade marginal) era uma maneira de combater a teoria quantitativa da moeda, segundo a qual o aumento dos gastos em consumo e/ou investimento teria como decorrência uma elevação geral de preços.

> "Para que se compreenda o debate do Circus é necessário recapitular a posição central do Tratado [Sobre a Moeda]. Quando estava escrevendo, Keynes acreditava que a 'teoria monetária' versava apenas sobre preços... o emprego raramente era mencionado.
>
> O argumento postula uma posição de equilíbrio num momento do tempo em que a poupança é igual ao investimento e o nível de lucros é normal. Assim, uma elevação do investimento causa uma elevação dos preços e portanto uma elevação dos lucros. Devido a definições peculiares, isto leva o nome de excesso de investimento sobre a poupança. Este excesso não é reduzido mediante o gasto em consumo, pois se parte dos lucros for gasta, os preços se elevam ainda mais. Os lucros são o frasco da viúva, inesgotáveis. Por outro lado, se os empresários reduzem seu consumo de modo a poupar mais, o frasco da viúva transforma-se no cântaro das Danaidas, que não se pode encher nunca". (Robinson, 1977i, CME: xii)[19].

A Autora relata em seguida alguns dos tópicos principais em discussão. O primeiro deles relacionava-se à possibilidade de elevação da produção de bens e serviços - sem pressão sobre o nível de preços - a partir do aumento do gasto em consumo, em particular numa situação em que há capacidade ociosa, isto é, em "tempos de desemprego":

> "Um dos principais tópicos no Circus era a relação entre demanda e produção. Austin Robinson detectou imediatamente a falácia da viúva em tempos de desemprego. Se os homens de negócio aumentam seu consumo quando os lucros se elevam, haverá uma elevação da produção de bens e serviços, sem que haja, necessariamente, qualquer elevação de preços.

---

19. A expressão "frasco da viúva" diz respeito à estória bíblica da viúva de Sarepta, cujo frasco de óleo foi abençoado pelo profeta Elisha, de modo que nunca secasse. A referência aos cântaros das Danaidas vem da mitologia grega, segundo a qual as Danaidas, por matarem seus maridos na noite de núpcias, foram condenadas a encher de água cântaros que nunca ficam repletos. Asimakopulos oferece um resumo desta questão, chamando a atenção para o fato de que ela decorre da adoção do pressuposto de que o nível de produção é constante:

> "...uma elevação do gasto em consumo por parte dos empresários aumentaria, em igual montante, os lucros dos empresários que vendem bens de consumo, enquanto que uma redução destes gastos reduziria os lucros em igual montante. Isto significa que o consumo dos empresários não é capaz de reduzir a riqueza dos empresários como um todo - os lucros como fonte de gasto em consumo são inesgotáveis (comparado por Keynes ao 'frasco da viúva'). Mas as tentativas de alguns empresários, em aumentar sua riqueza reduzindo o gasto em consumo não levará ao aumento da riqueza empresarial, devido à redução dos lucros auferidos pelos empresários que vendem bens de consumo ('os jarros das Danaidas que nunca ficam repletos')". (Asimakopulos, 1991: 17).

Asimakopulos alerta que esta questão não deve ser confundida com a proposição da determinação dos lucros de Kalecki, pois em Kalecki a idéia de que é o gasto que determina o lucro independe do pressuposto de produção constante.

Este era o primeiro passo da [transição] da teoria monetária em direção à análise de produção, que está descrita em meu artigo de 1933...".(Robinson, 1977i, CME: xii-xiii)[20].

O segundo tema dizia respeito à relação de igualdade entre poupança e investimento - entendida tanto como uma relação contábil quanto de causalidade, e que se vincula fortemente à formulação do multiplicador[21]:

"O segundo tópico era a reformulação das definições presentes no Tratado. O artigo de Kahn estava expresso na linguagem do Tratado, mas ele descobriu que a poupança num período qualquer é necessariamente igual ao investimento neste mesmo período. Isto foi descrito como a 'Relação de Meade', pois James havia ajudado na descoberta.

Havia uma certa confusão, naquela época, entre uma identidade contábil que tem que ser verdadeira por definição e uma relação causal. O ponto importante era a relação causal, isto é, a maneira (mostrada pelo multiplicador), em que um dado aumento no investimento faz com que a renda continue a se elevar até que alcance o nível em que a poupança aumenta no mesmo montante. Ao mesmo tempo, o que era mais chocante para a ortodoxia marshalliana, uma redução do gasto em consumo (sem alterações do investimento), não elevaria a poupança, mas apenas reduziria a renda.

Kahn reforçou esse argumento (seguindo, inconscientemente, o esquema de reprodução ampliada de Marx), isolando a produção de bens de consumo e a de bens de investimento e analisando as relações entre eles. O excesso de renda no setor de bens de consumo, relativo ao seu próprio consumo - isto é, a poupança - é igual ao gasto em consumo no setor de investimento. Conseqüentemente, a soma das poupanças do setor de bens de consumo e do setor de investimento é igual ao valor do investimento". (Robinson, 1977i, CME: xiii)[22].

O terceiro assunto discutido no Circus e ressaltado por Joan Robinson era o do conceito de lucro normal:

"Outro ponto que levantamos foi a noção de lucro normal. Se, como sustentava Kahn, existe uma curva de oferta da produção como um todo (dadas as taxas monetárias de salário) numa situação de curto prazo com capacidade produtiva total fixa, então, correspondente a qualquer estado dado da demanda, há um montante particular de emprego, de nível de preços e de fluxo de lucros brutos. Não há qualquer nível de lucro que seja mais 'normal' que outro'". (Robinson, 1977i, CME: xiii).

E, finalmente, um quarto tema, que versava sobre a relação entre poupança, investimento e taxa de juros - a falácia dos "baldes no poço"[23]

"Havia ainda outro tópico, embora não me recorde se ele apareceu no Circus ou mais tarde - trata-se da falácia dos 'baldes no poço'. Dennis Robertson tentava argumentar que sempre que houvesse uma elevação da poupança, mais dinheiro seria transferido à Bolsa de Valores e utilizado para financiar uma elevação correspondente do investimento. Esta visão decorria da confusão, muito comum, entre fluxo de renda e estoque de riqueza. Uma redução dos gastos de consumo não eleva o fluxo total de poupança se o fluxo de investimento permanecer o mesmo, mas faz com que a renda caia, até que o novo fluxo de poupança seja igual ao velho fluxo de

---

20. O "meu artigo de 1933" é "The Theory of Money and the Analysis of Output" (1933e), publicado originalmente em The Review of Economic Studies.

21. A formulação mais concisa desta relação nos é oferecida por Eatwell (1977: 65): *"A tese básica da Teoria Geral, como Keynes mesmo enfatizou, é a de que a igualdade entre poupança e investimento se mantém através da variação do nível de renda (e conseqüentemente do emprego) e não pelo processo de ajustamento ao equilíbrio através da taxa de juros"*. Para o desenvolvimento histórico do princípio do multiplicador veja-se a excelente resenha de Shackle (1951).

22. Joan Robinson refere-se aqui a Kahn (1931), publicado em The Economic Journal e intitulado "The Relation of Home Investment to Unemployment".

23. A "teoria dos baldes no poço" é resumida pela própria Autora em outro artigo: *"quando a demanda por bens de consumo cai (aumenta a parcimônia), a demanda por bens de capital (investimento) aumenta em montante igual"*. (Robinson, 1951e, CEP1: viii)

> investimento. Ao mesmo tempo, quando se mantém o investimento líquido, a riqueza total cresce e parte da poupança correspondente é feita por proprietários individuais de riqueza, que podem primeiro retê-la como uma adição aos seus saldos monetários e depois utilizá-los para reduzir dívidas ou adquirir novos ativos. A demanda por dinheiro e por outros ativos, relativamente aos estoques existentes num momento do tempo, afetam o nível das taxas de juros e o valor das ações (ordinárias), que têm um papel apenas secundário e indireto sobre o fluxo de investimento". (Robinson, 1977i, CME: xii-xiv).

Um dos artigos que representam o início da participação de Joan Robinson na "revolução keynesiana" é o que se intitula "A Parable on Savings and Investments" (1933d), escrito no verão de 1931, antes que Joan Robinson iniciasse sua carreira universitária e tendo como público alvo "*aqueles que não sabem o que pensar, e não aqueles que têm respostas para tudo*"[24]. Trata-se de um artigo no qual, à luz do Tratado Sobre a Moeda e dos debates no Circus, Joan Robinson defendia a posição de Keynes na controvérsia deste com Hayek a respeito da igualdade entre poupança e investimento. A Autora cita a seguinte passagem de um artigo de Keynes, publicada em Economica, em novembro de 1931:

> "'A poupança 'voluntária', de acordo com o Dr. Hayek, sempre se transforma em investimento. Isto ocorre porque (do seu ponto de vista) uma elevação da poupança significa (coeteris paribus) uma elevação líquida do poder de compra direcionado para a aquisição do que eu denomino 'bens de investimento' e que Hayek chama de 'produtos intermediários'... Do meu ponto de vista, poupança e investimento (como os defino) podem se desencontrar ... meramente como resultado do fato do público alterar sua taxa de poupança ou dos empresários alterarem sua taxa de investimento, sendo que não há nenhum mecanismo automático no sistema econômico (como o ponto de vista do Dr. Hayek parece implicar que exista) que mantenha a igualdade entre as duas taxas, desde que a quantidade efetiva de dinheiro não se altere'". (Keynes apud Robinson, 1933d: 75).

Para esclarecer a questão, Joan Robinson inventa uma parábola, na qual os bens de consumo perecíveis são representados por ervilhas e os bens de capital duráveis são representados por ouro, e mostra como a determinação dos preços dos bens de consumo é diferente da dos bens de capital. O argumento se baseia fundamentalmente na possibilidade - diferenciada - de se especular com estes dois tipos de bens:

> "Enquanto houver estoques de bens de consumo disponíveis, e se os especuladores de bens de consumo 'derem uma olhada' em seu preço, o preço será determinado pela curva de oferta especulativa de bens de consumo, e não pelo fluxo corrente da produção. Mas, uma vez que a nova produção representa uma alta percentagem do estoque total no caso dos bens de consumo, esta influência sobre seu nível de preço é relativamente desprezível, enquanto que no caso dos bens de capital tem importância preponderante. Portanto, mesmo que admitamos a existência de especulação de bens de consumo, a diferença entre bens de consumo e bens de capital, ainda que seja apenas de grau, é muito grande. Os estoques de bens de consumo disponíveis para especulação devem ser pequenos, pois são perecíveis e de difícil manutenção. A produção corrente não pode ser mantida fora do mercado por muito tempo, e uma vez que tenham saído das mãos dos intermediários profissionais, o público em geral não os revende. Alguns não podem ser vendidos (como as ervilhas) porque são totalmente consumidos. Outros não são perecíveis, mas são menos fáceis de serem comprados e vendidos em segunda mão do que bens de capital... Os estoques de bens de consumo disponíveis para especulação são portanto relativamente pequenos frente à produção corrente. Os especuladores não podem manter seus preços constantes frente a qualquer variação considerável da demanda, ainda que sua 'opinião' sobre o preço dos bens de consumo se mantenha constante. Uma elevação da demanda exaure rapidamente os estoques, e gera uma elevação dos preços. Uma queda da demanda satura rapidamente a capacidade de manutenção de estoques por parte dos intermediários e gera uma redução do preço.

---

24. Carta de Joan Robinson a Keynes, 09 de abril de 1932 in CWJMK (XIII: 268-269).

> O montante de bens de capital existente, por outro lado, é muito grande relativamente à produção corrente, e todos que já existem de fato são imediatamente comprados ou vendidos. O preço diário dos bens de consumo depende, portanto, em grande parte, da produção corrente, e o preço diário dos bens de capital depende principalmente não da produção corrente, mas dos negócios em títulos de capital produzidos há muito tempo". (Robinson, 1933d: 80-81, grifos nossos).

O que Joan Robinson queria ressaltar é a diferença entre poupança (não-consumo) que é utilizada para comprar títulos de capital (estoque de riqueza já existente) e poupança (não-consumo) que é utilizada para compra de bens de capital a serem produzidos (investimento, ou fluxo de riqueza). Embora o debate girasse essencialmente em torno do caráter monetário da economia capitalista, explicitando em particular a importância do mercado de capitais (títulos), pode-se perceber, na argumentação da Autora, o reconhecimento de dois critérios diferentes para a determinação de preços, um deles relacionado a produtos cuja elasticidade de oferta é alta e sensível às variações da demanda, e outro referido a produtos cuja oferta é relativamente pouco elástica[25].

O segundo artigo, também fortemente influenciado pelo Tratado Sobre a Moeda e pelas discussões no Circus intitula-se "The Theory of Money and the Analysis of Output" (1933e). Também foi escrito antes que Joan Robinson iniciasse sua carreira universitária, e foi publicado em 1933. É um dos textos mais representativos desta fase de defesa das idéias expostas na Teoria Geral, e porisso merece destaque da maioria dos intérpretes da obra de Joan Robinson[26]. A própria Autora, na introdução à primeira edição do primeiro volume de seus Collected Economic Papers[27] destaca que este artigo fora escrito para o primeiro número da nova Review of Economic Studies, criada como fórum de discussão pela nova geração de professores da London School of Economics e da Universidade de Cambridge. Segundo Szmrecsányi (1983: 273-274) constituiu-se *"num prenúncio da abordagem que estava para vir na Teoria Geral e nos trabalhos que dela se originaram - uma abordagem que subordinava as variações da moeda e o comportamento dos preços ao nível do emprego e à evolução da demanda efetiva"*.

Neste artigo, Joan Robinson ampliou o escopo do Tratado Sobre a Moeda, da teoria monetária para a teoria da produção, explicitando o que considerava ser um dos elementos essenciais da teoria de Keynes, já que, segundo sua avaliação *"... o Sr. Keynes publicou seu livro sob o título Um Tratado Sobre a Moeda... mas não percebeu que o objeto com o qual estava lidando era a Análise da Produção"*. (Robinson, 1933e, CEP1: 55). E mais à frente:

> "Um outro exemplo da incapacidade inicial de Keynes de compreender o significado de sua nova análise pode ser encontrada na ênfase que dedica aos lucros como a 'mola propulsora da ação' que determina a produção... Ensinaram-nos que quando os lucros estão acima do normal num determinado ramo, novas firmas entrarão no ramo e a produção se expandirá. Mas é suficientemente óbvio que os empresários que estão decidindo se vale ou não a pena estabelecer-se numa certa atividade não são guiados apenas, ou mesmo principalmente, pelo nível de lucros auferido pelas firmas já existentes. Eles avaliarão as condições gerais do mercado e das perspectivas futuras e farão suas escolhas de acordo. É ocioso dizer que os lucros anormais

---

25. Para Keynes, a diferença fundamental é a de que *"os bens de consumo têm uma renda negativa (em termos de si mesmos) enquanto que os bens de investimento têm renda positiva"*. Carta de Keynes a Joan Robinson, 14 de abril de 1932 in CWJMK (XIII: 269).
26. Para Shackle (1951: 242) o artigo foi uma das importantes contribuições ao desenvolvimento da idéia do multiplicador - conceito criado por Kahn, e considerado por Shackle *"uma das contribuições mais originais dos últimos 50 anos"*. Brahmananda (1983: 5) ressalta que Joan Robinson esforçava-se, neste artigo, para *"atrair a confiança do público para o modo de pensar que vigorava no sistema solar de Cambridge de então, em que o sol era, obviamente, Keynes"*. Para Turner (1989), foi neste trabalho que Joan Robinson apresentou a nova teoria do emprego.
27. Veja-se Robinson (1951e): "Introduction to the First Edition of Collected Economic Papers, vol. I, 1951"

> causam o novo investimento. Simultaneamente, é verdade que se o novo empresário decidir estabelecer-se no ramo (se ele espera que seus custos sejam aproximadamente os mesmos que os das firmas já estabelecidas), deve ser um fato que as firmas já estabelecidas estejam auferindo lucros acima do normal, pois a não ser que o preço do bem seja superior aos seus custos (incluindo os lucros normais), não valerá a pena, para os empresários adicionais, entrar no negócio. Portanto os lucros extraordinários são um sintoma de uma situação em que ocorrerá novo investimento na indústria. Falar deles como causa do novo investimento só é legítimo como um recurso artificial adotado para simplificar a exposição do que está ocorrendo. Do mesmo modo, os lucros, tais como definidos por Keynes, são um sintoma de uma situação na qual a produção tenderá a aumentar. A produção tende a aumentar quando o preço dos bens excede seu custo de produção pois, nesta situação, é lucrativo, para os empresários, aumentar suas vendas. Considerar os lucros como causa direta do aumento da produção pode induzir ao erro, e uma vez que no equilíbrio de longo prazo não há lucros no sentido de Keynes, uma teoria que considera os lucros como mola propulsora da ação é incapaz de lidar com a análise de longo prazo". (Robinson, 1933e, CEP1: 58, grifos nossos).

A passagem acima tem dois aspectos interessantes. Em primeiro lugar, ela amplia o argumento que já se assinalou no capítulo anterior: o de que lucros altos devem ser vistos simultaneamente como sintomas de imperfeição da concorrência - isto é, da existência de barreiras à entrada (e não como causa de imperfeições) - e como um sintoma, também, de que novas firmas podem entrar no negócio, atraídas, fundamentalmente, por sua lucratividade esperada.

Em segundo lugar, esta passagem indica que a preocupação da Autora com a análise de longo prazo, é bastante antiga. Eatwell (1983) reconhece essa antigüidade e, embora julgue que Joan Robinson não obteve sucesso nessa empreitada, menciona, ao lado deste artigo ("The Theory of Money and the Analysis of Output"), um outro, intitulado "The Long-Period Theory of Employment" (1936e) como sendo os que descrevem sua tentativa de construir os fundamentos de uma teoria do emprego a longo prazo. Segundo Eatwell, diferentemente de Keynes, Joan Robinson estabeleceu como ponto de partida um estado estacionário, o que lhe permitiu tratar do duplo caráter do investimento: como demanda e como criação de capacidade (esta segunda faceta havia sido ignorada na definição de longo prazo dada por Keynes, segundo Eatwell). Para Eatwell, no entanto, em trabalhos posteriores, a Autora acaba por

> "rejeitar a análise de longo prazo como o método da teorização econômica, e, portanto por rejeitar sua própria versão do longo prazo conforme definida em 1937". (Eatwell, 1983: 280)[28].

Voltaremos a esta questão, da tentativa de expansão do escopo da Teoria Geral para o longo prazo mais adiante, depois de explorarmos os trabalhos de Joan Robinson de divulgação e defesa de seus princípios fundamentais. O que se pode adiantar, por enquanto, é que foi precisamente por tomar como ponto de partida um "estado estacionário" - que entre outras características se define por um "dado estado de conhecimento técnico" - que Joan Robinson se envolveu na "controvérsia do capital".

---

28. Eatwell fornece a relação dos trabalhos posteriores que atestariam esta posição da Autora: "The Generalisation of the General Theory" (1952b); "The Production Function and the Theory of Capital" (1953-54); "History versus Equilibrium" (1974a) e "The Unimportance of Reswitching" (1975a). Estes serão analisados mais à frente.

II.1.2 - Divulgação e defesa da Teoria Geral

Foi a partir da publicação da Teoria Geral que Joan Robinson adicionou à tarefa de explicar e defender, também a de divulgar a "revolução keynesiana", com a preocupação de ampliar o escopo de seus escritos para além do esclarecimento de questões específicas, em direção à construção de um consenso em torno das novas idéias. Não era outro, aliás, o intuito do seu pequeno livro-texto - o qual, na correspondência com Keynes apelidava de my baby book - publicado em 1937, de caráter explicitamente didático e intitulado Introdução à Teoria do Emprego.

Deve-se mencionar que quando pensava em publicar este livro, Joan Robinson aconselhou-se com Keynes, que não apenas aprovou a idéia[29], mas ofereceu-lhe apoio e defesa contra interpretações erradas ou negativas, como atesta a correspondência que sobreviveu entre Joan Robinson e Keynes, e entre este e Robertson. Joan Robinson reclamou da interpretação de Robertson sobre o que ela considerava ser uma importante passagem em Introdução à Teoria do Emprego. Em carta datada de 30 de julho de 1938, Joan Robinson escreveu a Keynes:

> "Alexander [Henderson] mostrou-me a pasta de D.H.R. [Dennis Holme Robertson], e eu anexo uma carta sobre a referência que ele faz (e que eu considero extremamente covarde) ao meu pequeno livro. Introdução à Teoria do Emprego. O anexo está numa folha separada, de modo que se você achar que deve enviá-la a ele, possa fazê-lo. Se eu puder participar do seu Tratado de Versalhes, eu preferiria que D.H.R. retirasse a referência feita a mim.
>
> Será inútil, obviamente, que eu replique se você não o fizer, mas talvez - se ele não omitir a referência - você poderia incluir uma espécie de 'nota do editor', citando a passagem referida sob o número (3) da minha carta em anexo. Quanta perda de tempo - o pior do comportamento de D.H.R. é que nos força, todos, a agir como se considerássemos importante toda essa futilidade...". (CWJMK: XXIX: 181-182)[30].

Keynes assumiu a defesa de Joan Robinson e escreveu a Robertson, em 3 de agosto de 1938:

> "...Gostaria que você considerasse a retirada da referência a Joan na segunda nota de rodapé, onde você diz que ela afirma, sem qualificação, que o desejo de poupar não promove o investimento. Tenho certeza que a visão dela é a mesma que a minha sobre este ponto, e ela poderia prová-lo em outra passagem do livro, onde ela o esclarece. Além disso, a afirmação de que o desejo de poupar não promove o investimento não é a mesma coisa que dizer que não reduz a taxa de juros.
>
> A questão é que prevejo a probabilidade de uma réplica dela, se publicarmos esta referência gratuita. Neste caso, como poderia recusar a réplica? Também teria o efeito indesejado de arrastar a controvérsia. Além disso, qual o objetivo em atribuir-lhe uma opinião que tenho

---

29. Veja-se CWJMK (XIV: 148-150 e XXIX: 184-186).

30. Era o seguinte o teor da carta em anexo:

> "...A segunda nota de rodapé de D.H.R: 'A Sra. Robinson afirma sem qualificação que o desejo de poupar não promove o investimento'.
>
> Devo protestar contra isso.
>
> (1) Eu digo em meu prefácio que 'o rigor é sacrificado em nome da simplicidade' e me parece mesquinho, para dizer o mínimo, tirar vantagem deste fato para me atacar por eu fazer uma afirmação 'sem qualificação';
>
> (2) Dizer que um aumento da parcimônia não promove o investimento não é a mesma coisa que dizer que o aumento da parcimônia não reduz a taxa de juros. A queda da taxa de juros deve ser grande o suficiente para superar o declínio do lucro prospectivo decorrente de gastos menores de consumo (veja Lange). Isto obviamente levanta a questão da ordem de grandeza, onde D.H.R. e eu podemos discordar legitimamente, no atual estado de conhecimento real, e não quero arrastar a discussão, mas significa que a sentença citada de nenhuma maneira me compromete com a visão de que uma elevação da parcimônia não reduz a taxa de juros;
>
> (3) Em outra passagem afirmo (citando de memória) que 'é verdade que uma elevação da parcimônia reduzirá a taxa de juros mas o faz apenas porque...'. Isto ocorre no capítulo denominado 'Aspectos da Taxa de Juros'...". (CWJMK, XXIX: 182).

certeza que ela não defende, ainda que você possa encontrar defesas textuais?". (CWJMK, XXIX: 183).

Robertson aceitou a sugestão, apenas para *"encerrar a controvérsia"*, mas discordava dos outros argumentos de Keynes. Finalmente, ao receber de Keynes a citação exata (que Joan Robinson enviara a Keynes num cartão postal mandado da Suíça), reconheceu que havia negligenciado a passagem e que *"não teria sido apropriado citar uma passagem sem citar a outra"*[31].

Na maior parte dos casos o esforço de divulgação parece ter sido bem sucedido. Asimakopulos (1984b: 526, 7n) faz referência ao talento comunicativo de Joan Robinson, como tendo sido um dos importantes determinantes da aceitação da teoria keynesiana pelos economistas de sua geração, e destaca a resenha da Teoria Geral escrita por Lerner - (Lerner 1936b) - sobre quem Joan Robinson, em carta a Keynes fez o seguinte comentário: *"não lhe parece que* [o artigo de] *Lerner é um crédito a meu favor?"*[32].

O livro Introdução à Teoria do Emprego tinha por objetivo apresentar aos estudantes uma versão simplificada dos mais importantes princípios gerais da nova teoria e foi escrito com apoio dos seus próprios Ensaios Sobre a Teoria do Emprego e incorporando às proposições de Keynes as contribuições de Colin Clark (National Income and Outlay) e de Michal Kalecki ("A Theory of Business Cycles", de 1937).

Na segunda edição do livro, em 1947, quase dez anos depois da primeira, Joan Robinson já reconhecia a necessidade de sua atualização, principalmente porque considerava que a experiência da Segunda Guerra Mundial e a então já generalizada aceitação de que o pleno emprego deveria ser objeto de política econômica exigiam novas interpretações das questões colocadas no livro[33]. No entanto, a Autora nunca fez essa atualização - a não ser através de alguns comentários neste sentido, no prefácio à terceira edição - por considerar que isto tornaria seu conteúdo confuso[34].

No prefácio à terceira edição, intitulado (na versão em português) "Trinta Anos Depois", a Autora considera que a Segunda Guerra Mundial transformara a posição de Keynes numa nova ortodoxia, representada pela aceitação geral de que um dos principais objetivos dos governos é a manutenção de níveis de emprego altos e estáveis. Na avaliação de Joan Robinson, no entanto, a manutenção de níveis de emprego altos e estáveis era algo muito mais complicado que a redução do nível de desemprego, a partir de

---

31. Robertson, segundo Joan Robinson, só chegou a participar de uma reunião do Cambridge Circus, e era sarcastico com relação a estas reuniões que discutiam o Tratado Sobre a Moeda. A Autora faz um relato nada elogioso de sua personalidade e comportamento:

> "Dennis Robertson era sarcástico com relação ao Circus e veio a apenas uma reunião. Ele tinha uma atitude ambivalente com relação a Keynes, que havia sido um amigo próximo. Ele admirava a ousadia intelectual de Maynard, mas a temia. Apegava-se às velhas doutrinas, como a de que uma redução dos salários deve necessariamente aumentar o emprego, e manteve um fogo cerrado de críticas, algumas das quais úteis, mas sobre questões periféricas.
>
> À medida em que o debate [sobre o Tratado] continuava, ele se tornou amargo. Tentou evitar que eu expusesse a nova teoria em minhas palestras (mas Pigou decidiu em favor da liberdade de opinião)... Depois da morte de Keynes, quando Robertson voltou a Cambridge como sucessor de Pigou, criou um cisma permanente no corpo docente, tentando reordenar a estrutura curricular de modo que a teoria de Keynes não pudesse ser ensinada (se o fosse) antes do último ano". (Robinson, 1977i, CME: xiv).

Veja-se também a resenha do vigésimo-nono volume dos CWJMK (Robinson 1980f), na qual Joan Robinson rememora outros episódios, dentre os quais este debate entre Keynes e Dennis Robertson, em 1938. Segundo a Autora, Robertson sempre a considerou um "bicho-papão". Moggridge (1992) relata parte destes episódios, que se encontram ricamente documentados entre os papéis de Richard Kahn, no Modern Archive Centre do King's College, em Cambridge, Inglaterra (RFK/14/99).

32. Carta de Joan Robinson a Keynes, 13 de novembro de 1936 in CWJMK (XIV: 147-148). Joan Robinson chegou a convencer uma importante livraria de Cambridge (Heffers) a vender separatas daquela resenha. Lerner também fez uma resenha, sem muito interesse, de A Economia da Concorrência Imperfeita (Lerner 1936a) e escreveu uma extremamente desfavorável de A Acumulação de Capital (Lerner 1957).

33. Veja-se "Note to the Reissue of 'Introduction to the Theory of Employment'" (1946b)

34. Veja-se Robinson (1969i). A primeira edição foi em 1937, a segunda em 1947 e a terceira em 1969. As citações do prefácio da terceira edição são retiradas da versão em português.

um alto nível inicial - situação na qual a Teoria Geral havia surgido e cujas causas pretendia, não apenas equacionar, mas também ajudar a dirimir. Isto porque

> "... numa depressão, quando a ortodoxia mantinha a posição de que nada poderia ser feito, era necessário apenas argüir a favor dos gastos de qualquer espécie - pagar homens para fazer buracos no chão seria algo melhor do que não fazer nada". (Robinson, 1969i: 10).

Essa transformação das idéias de Keynes em "ortodoxas" faz parte do que a Autora passaria a chamar de "segunda crise da teoria econômica". Enquanto a primeira crise era aquela que não dava conta de explicar e, conseqüentemente, de reduzir o desemprego, a segunda não dava conta de reduzir a miséria, uma vez que - mesmo com crescimento econômico e alto nível de emprego - a miséria persistia e, associada a ela, colocava-se a questão (considerada por ela "mais moderna") que consistia não mais de "como aumentar o nível de emprego e produto" mas a o que se deveria produzir e que tipo de emprego deveria ser gerado. Há, neste particular, uma opinião expressiva da Autora:

> "A segunda crise já está muito avançada. Não considero a 'revolução keynesiana' como um brilhante triunfo intelectual. Muito pelo contrário, ela sobreveio com um atraso trágico. Hitler já havia encontrado um meio de suprimir o desemprego quando Keynes ainda se esforçava para explicar suas causas. Atualmente, somos novamente levados pelos acontecimentos antes mesmo de ter aberto uma verdadeira discussão sobre eles". (Robinson, 1972d: 145)[35].

Esta, aliás, não foi a única referência às possibilidades de utilização fascista das idéias contidas na Teoria Geral. Já em 1938, um dos resenhista do baby book, Michael Straight, vira a importância deste livro de Joan Robinson relacionada exatamente com a necessidade de evitar este tipo de mau uso da Teoria Geral[36].

É bom lembrar que Joan Robinson teve de fato este papel esclarecedor, e não apenas através deste (ou mesmo dos livros-texto posteriores, como Prática de Analise Econômica, publicado em 1960 e Introdução à Economia, escrito em co-autoria com John Eatwell e publicado em 1973), mas também através de vários panfletos que escreveu para alunos ou para entidades diversas, como a "Associação para

---

35. Veja-se também os demais artigos que tratam do mesmo tema, alguns deles à luz da guerra fria e por este motivo num tom um tanto quanto anti norte-americano: "Beyond Full Employment" (1961e), "Latter-Day Capitalism" (1962b) e "The Second Crisis of Economic Theory" (1971g). Em Economics, An Awkward Corner (1966a), Joan Robinson também se referira a esta questão, embora naquela época considerasse que o problema principal, quase que inverso ao dos anos trinta, era o da escassez de mão-de-obra, ao menos na Inglaterra: "*É doloroso pensar que se, após 1931, o governo britânico tivesse sabido como gerar pleno emprego por meios pacíficos, os nazistas não teriam tido o apelo que tiveram. Mas o pleno emprego nos países democráticos teve que esperar por uma nova guerra, e, desde então, guerras frias e quentes têm contribuído muito para sua manutenção*" (Robinson, 1966a: 13). E mais à frente: "*Tenha ou não sido criada com estes propósitos, o efeito da Guerra Fria nos Estados Unidos tem sido o de permitir que o 'complexo industrial militar' consuma uma boa parte da fantástica produtividade da indústria norte-americana, mantendo desta forma a prosperidade e evitando as depressões sem serem obrigados a adotar meios que desafiem os princípios do laissez-faire. Para a economia britânica* [a Guerra Fria] *tem sido não apenas inútil, como desastrosa. O gasto em armamentos absorve uma grande parcela do investimento industrial... e uma parcela mais que proporcional da competência técnica e habilidade científica, o que tem enfraquecido nosso poder competitivo...*" (Robinson 1966a: 25-26). A utilização da "política keynesiana de emprego" pela Alemanha Nazista é um tema recorrente na obra da Autora. Em seu discurso junto à Associação Britânica para o Avanço da Ciência - "What has Become of the Keynesian Revolution?" (1972a) - ela voltaria mais uma vez ao assunto. Mas o texto onde suas idéias pacifistas são expostas com mais vigor e clareza é um dos seus últimos, proferidas na Universidade de Utah, em abril de 1981, e cujo título é justamente "The Arms Race" (1982e). Veja-se também "The Economics of Destruction" (1983), notas de uma palestra proferida por Joan Robinson em Montreal, em 9 de maio de 1980.

36. Straight (1938) ressaltou a importância da Teoria Geral de Keynes como instrumento e como base teórica das reformas, necessárias tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social, e considerava que a função do livro de Joan Robinson, Introdução à Teoria do Emprego, era a de, por um lado, possibilitar que as reformas sobrevivessem à oposição dos interesses que elas contrariavam e, por outro, evitar que fossem utilizadas contra aqueles a quem pretendiam beneficiar. O autor desta resenha havia sido orientando de Maurice Dobb e depois de Dennis Robertson durante sua graduação (1935-37) e tinha, sem dúvida, apreço não apenas teórico pela revolução keynesiana, mas também e fundamentalmente político. A função do livro de Joan Robinson era, segundo sua avaliação, a de permitir que todos compreendessem a teoria de Keynes, condição necessária para garantir o sucesso de sua aplicação.

a Educação em Cidadania"[37], ou a "Associação Educacional de Trabalhadores e Comitê Sindical para a Educação de Trabalhadores"[38].

De qualquer modo, o que queremos ressaltar é a necessidade que a Autora veria, alguns anos mais tarde, de atualizar a teoria keynesiana, face às mudanças da vida econômica e aos novos problemas econômicos e sociais. Para Joan Robinson, a mera proposição de que o importante é a manutenção do emprego - sem maiores qualificações - havia acabado se tornando um lema conservador[39].

Joan Robinson fez, ainda no prefácio à terceira edição do livro, uma avaliação do que restara dos grandes temas teóricos daquela época. Segundo a Autora, a teoria do emprego de Keynes foi aceita rapidamente, mas a nova teoria dos preços levou mais tempo:

> "Hoje em dia, pensamos em termos de preços administrados e de margens brutas, de modo geral, como sendo fixadas pela política de empresas oligopolistas ... uma subida geral dos índices de salários nominais, que por sua vez faz subir os custos primários (subtraindo o comércio internacional), traz uma subida mais ou menos proporcional no nível de preços. Em condições de concorrência perfeita (se tal coisa fosse concebível), os ajustes seriam automáticos. Sob concorrência imperfeita entra um elemento de política administrativa: por vezes as firmas podem talvez achar ser uma atitude política deixar as margens um pouco comprimidas; outras vezes podem até tirar vantagem de uma subida de custos primários para aumentar os preços mais que proporcionalmente". (Robinson, 1969i: 11).

Para Joan Robinson, enquanto a Segunda Guerra Mundial fez com que a teoria do emprego de Keynes passasse a ser aceita (e se transformasse em novo conservadorismo), os anos de inflação alta fizeram com que se passasse a aceitar a necessidade de uma política de preços e de renda. O problema é que esta proposição também acabou por se transformar em uma idéia conservadora: "[A política de preços e de rendas], *em termos obtusos, significa o controle dos índices de salários nominais*". (Robinson, 1969i: 11).

No que diz respeito à teoria dos juros, Joan Robinson considerava que alguns aspectos de sua formulação foram bem sucedidos, em particular devido ao abandono da "*velha tendência de confundir juro, que é o custo de fazer empréstimos, com lucro, que é o retorno do investimento, assim como a idéia de que a taxa de juros é determinada pela demanda e oferta de recursos reais nos quais se possa investir*". (Robinson, 1969i: 11). No entanto, segundo a Autora, passou-se a atribuir importância exagerada à taxa de juros (e portanto à política monetária) como instrumento regulador da economia.

Ainda neste mesmo prefácio, Joan Robinson fez referência à teoria de longo prazo, que não chegou a ser desenvolvida por Keynes. Segundo ela,

---

37. Association for Education in Citizenship, que editou em 1942 o panfleto Private Enterprise or Public Control.

38. Workers Educational Association and Workers Educational Trade Union Committee, que editou, várias vezes, seu The Problem of Full Employment: An Outline for Study Circles.

39. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem no prefácio à terceira edição de Introdução à Teoria do Emprego

> "Além do mais, uma vez que o dever de manter o pleno emprego seja aceito, toda a base moral e política do argumento muda também. Em qualquer caso, se nos for garantido pleno emprego, a questão a ser discutida é para que serviria o emprego. Queremos mais investimento ou mais consumo? Se quisermos mais investimento, será que este deverá ir para infra-estrutura industrial - a oferta de energia, transporte, comunicações, etc. - ou deverá ir para empresas privadas que visam lucro, ou deverá ser aplicado no melhoramento de serviços sociais - educação, saúde, habitação - a amenidades em geral? Se, por outro lado, quisermos mais consumo, deverá este ser voltado para reduzir a pobreza ou para dar a cada um uma fração proporcional do bolo?
>
> Estas questões profundas e politicamente controversas são suavizadas quando o emprego se torna um fim em si mesmo. Desde que Keynes se transformou num ortodoxo, o pleno emprego tornou-se um lema conservador". (Robinson, 1969i: 10-11).

"quando ele [Keynes] de fato lançou algumas idéias sobre o assunto, sugeriu que um país como a Inglaterra, sob condições de paz e sem crescimento populacional, poderia completar toda a acumulação que seria útil à sociedade dentro de uma geração, se os investimentos fossem mantidos a um nível de pleno emprego". (Robinson, 1969i: 12).

Assim, à luz destas considerações, pode-se perceber que Joan Robinson retomou, neste prefácio, alguns aspectos do livro - basicamente, a igualdade entre poupança e investimento, tanto no sentido contábil quanto no sentido da relação de causalidade; a proposição de que a eficiência marginal do capital tende a igualar-se à taxa de juros; a questão do ciclo econômico, em particular em suas fases de reversão, criticando o tratamento do mecanismo de retomada do crescimento, automático e sem fatores exógenos bem como a explicação de que a reversão do boom se dá devido à elevação da taxa de juros.

Mas, no conteúdo deste pequeno livro há apenas algumas poucas referências ao tema que nos interessa mais de perto. Na verdade, Joan Robinson refere-se ao monopólio apenas no sexto capítulo do mesmo, ao discutir os "falsos remédios para o desemprego":

"Em tempos de depressão severa, adota-se, em geral, esquemas restritivos, com o objetivo de manter os preços em atividades específicas e evitar o desaparecimento dos lucros. Uma violenta redução da demanda deixa os empresários em situação desesperadora, e qualquer grupo que consiga reunir-se e chegar a um acordo para reduzir o volume de produção mediante uma ação coletiva, pode reduzir sua parcela no desastre geral. Ao manter o preço do seu produto e ao despedir trabalhadores em volume maior do que poderiam se a concorrência tivesse continuado a prevalecer, eles se beneficiam às expensas dos consumidores e dos trabalhadores. E devido ao fato de que empobrecem os consumidores e os trabalhadores, prejudicam também outros empresários, reduzindo a demanda por seus produtos. A classe de empresários como um todo dificilmente se beneficia destes métodos, mas cada grupo pode beneficiar-se às expensas dos demais.

Por isso, é bastante razoável que um período de depressão dê origem a um confuso sistema de cotas, fusões, acordos de fixação de preços e até mesmo esquemas de destruição de capacidade produtiva e queima de estoques de matérias primas. O estranho é que este crescimento de práticas monopolistas seja freqüentemente defendido como um remédio para o desemprego. Faz-se com que o argumento pareça plausível, confundindo sintoma com causa da doença. Quando a depressão começa, os lucros declinam; por isso, diz-se que qualquer coisa que ajude a elevar os lucros ajuda a reduzir a depressão. E pedem que acreditemos que despedir trabalhadores e fechar fábricas é um método de aumentar o emprego. Seguir a argumentação em todos os seus espantosos paradoxos, e separar os poucos grãos de verdade que podem ser encontrados no refugo da argumentação, levar-nos-ia para muito longe do nosso principal objeto de estudo, e devemos nos contentar com a rejeição do assunto mediante uma reflexão, de senso-comum, de que a escassez de bens econômicos (seja ela natural ou artificial) pode ser benéfica para uma parte da sociedade apenas se o for às expensas das demais, e que uma elevação líquida da prosperidade da comunidade como um todo não pode decorrer da restrição das atividades e da destruição de recursos". (Robinson, 1937b: 42).

Como se pode ver na passagem acima, a questão central é a redução do nível de desemprego, e o tema das "práticas monopolistas" é apenas lateral. O livro publicado no mesmo ano - Ensaios Sobre a Teoria do Emprego - no qual a Autora se apoia para escrever o Introdução à Teoria do Emprego - traz uma discussão sobre o desemprego, e em particular, define vários "tipos" de desemprego (voluntário, involuntário, disfarçado, pleno emprego, desemprego friccional, etc...). Antes de passarmos a esta questão,

deve-se apenas mencionar que, em geral, o livro-texto foi bem aceito, embora não tenha ficado isento de críticas[40].

Conforme mencionado anteriormente, este primeiro livro-texto de Joan Robinson foi escrito à luz dos seus próprios Ensaios Sobre a Teoria do Emprego. Szmrecsányi refere-se a um depoimento da própria Autora, segundo o qual alguns dos ensaios que compõem esta obra foram escritos em 1935 - enquanto a Teoria Geral de Keynes ainda estava sendo impressa - e outros já haviam sido publicados anteriormente, sob a forma de artigos. Segundo Szmrecsányi, nos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego,

> "tratava-se do aprofundamento de certas questões menos estudadas pela Teoria Geral e passíveis de serem esclarecidas à luz da Economia da Concorrência Imperfeita - como era o caso do papel dos sindicatos na manutenção dos salários nominais e do nível de emprego; ou então de questões que nem sequer chegaram a ser tratadas por Keynes - como a do desemprego disfarçado". (Szmrecsányi, 1983: 274).

Estes dois temas, foram, sem dúvida alguma, os predominantes na obra da Autora nesta fase entre a Economia da Concorrência Imperfeita e a Acumulação de Capital. Nas palavras de Joan Robinson no prefácio à primeira edição, os Ensaios Sobre a Teoria do Emprego representavam "... *uma tentativa de aplicar os princípios da Teoria Geral de Keynes a alguns problemas específicos*". (Robinson, 1937i, ETE: v).

No prefácio à segunda edição dos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego, em 1947, ela destacava que eles haviam sido escritos

> "do ponto de vista teórico, no período do primeiro impacto que a Teoria Geral de Keynes exerceu sobre o pensamento econômico. Do ponto de vista da experiência, pertencem ao período em que a existência de desemprego sobrepujava todos os demais problemas econômicos". (Robinson, 1947b, ETE: v).

Na introdução à reedição deste conjunto de ensaios sobre a teoria do emprego, reproduzida no quarto volume de seus Collected Economic Papers (1973), ela transcreveu esta mesma passagem com a seguinte emenda:

> "Os ensaios selecionados para inclusão no presente volume lidam com problemas que são bastante pontuais em 1972, mas é preciso, certamente, lembrar a situação histórica em que foram escritos. Àquela época, não havia a experiência de quase pleno-emprego contínuo. Eu certamente não continuaria a manter a posição de que existe um certo nível de desemprego

---

40. As resenhas francamente favoráveis são as de Straight (1938), já citada, e Ellsworth (1938), que acha o livro de Joan Robinson admirável e o recomenda não apenas como introdução mas também para acompanhar a leitura de a Teoria Geral. Tarshis (1938), por sua vez, considera que muito embora ele cumpra a função de apresentar a teoria keynesiana de modo simples e compreensível, não dá atenção às relações entre a teoria de Keynes e a teoria "clássica", sugerindo que Joan Robinson poderia ter explorado estas duas abordagens diferentes, especialmente no que diz respeito à teoria da taxa de juros e aos argumentos em torno das mudanças nas taxas salariais. Bakke (1938: 231) acha falta de uma explanação mais detalhada sobre a teoria monetária em questão e critica a simplicidade do texto: "*Colocar a teoria em palavras simples não ajuda o estudante a entendê-la... O livro tem, portanto, utilidade limitada para o estudante de teoria, e pouca ou nenhuma utilidade para o homem comum não acostumado a acompanhar as complexidades da teoria monetária*". Harrod (1938) avalia que o livro é bem escrito e apropriado aos seus objetivos, mas que, tal qual a Teoria Geral, não explica os determinantes da produtividade marginal do novo investimento e assume que o sistema tem uma sensibilidade alta demais às variações da taxa de juros. Para Lundberg (1938: 117) "*A explicação dos problemas econômicos dada por Keynes não é a única, mas como exposição de suas principais idéias, o livro pode ser calorosamente recomendado*". A crítica francamente desfavorável é a de Hardy (1938: 529), para quem Joan Robinson não chega a demonstrar que a Teoria Geral é que é o caso geral e considera que se confirma a impressão de que "*enquanto a doutrina clássica se apoia em pressupostos apropriados ao boom, a 'teoria geral do emprego' assume como normais as condições que existem numa depressão*".

(digamos, um recorde estatístico de 3 por cento) para o qual as taxas nominais de salários permanecem constantes.

Àquela época não havia nações ex-colonias clamando por 'desenvolvimento'. O desemprego disfarçado, da forma como o concebi, não tinha nada a ver com o excesso de mão-de-obra no que hoje é denominado como economia subdesenvolvida.

O principal argumento da Teoria Geral de Keynes é estabelecido em termos de uma situação de curto prazo em que tanto a capacidade produtiva quanto as expectativas sobre o futuro imediato são dadas. A discussão sobre, por exemplo, o valor do multiplicador que relaciona uma elevação na produção total a uma elevação do investimento, deve ser apropriadamente conduzida em termos de estática comparativa - se o investimento fosse tanto maior, a propensão marginal a consumir sendo a mesma, o produto aumentaria de tanto - mas foi expressa em termos de mudanças - se o investimento este ano subisse de tanto, o produto aumentaria de tanto. Esta forma de raciocinar era desculpável na situação de profunda crise, em que havia capacidade produtiva ociosa em todas as atividades, de modo que era natural supor uma oferta perfeitamente elástica de qualquer tipo de produto e uma resposta muito rápida do emprego a uma elevação da demanda". (Robinson, 1973l, CEP4: 175).

O objetivo central de generalizar a Teoria Geral pode ser reencontrado em A Taxa de Juros e Outros Ensaios (1952) - embora aí os "problemas específicos" fossem, em geral, de outra natureza. Na introdução escrita para a segunda edição (reorganizada) de A Taxa de Juros e Outros Ensaios, Joan Robinson afirma que "... *tinha como meta introduzir o modo de pensar e expressar da Teoria Geral em novos campos, em particular, seguindo Harrod, na análise da acumulação e do crescimento...*" (Robinson, 1978e, GGT: ix)[41].

A simples leitura do índice dos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego permite ao leitor identificar quais eram os "problemas específicos". O livro está organizado em quatro partes: a primeira reúne quatro ensaios sobre a teoria do emprego que enfatizam principalmente os debates em torno das definições de pleno emprego, de desemprego friccional e de subemprego (ou o que a Autora denomina desemprego disfarçado)[42]. Associadas a estas definições, Joan Robinson discute a noção de mobilidade da mão-de-obra, levando em conta - embora de modo superficial - os aspectos relacionados aos graus de especialização da força de trabalho. É também nesta primeira parte que ela estabelece o que entende ser a relação entre salários reais e salários nominais bem como critica e sugere políticas de emprego.

A segunda parte do livro é composta por outros quatro ensaios que tentam estender o sistema de análise de Keynes - particularmente no que diz respeito ao emprego - para o longo prazo e neste sentido pode ser considerada como uma primeira aproximação da temática que seria posteriormente ampliada no livro A Acumulação de Capital[43].

A terceira parte introduz os elementos de uma "economia aberta", isto é, enriquece o tratamento anterior, especialmente no que diz respeito às políticas de emprego, com considerações que levam em conta o consumo agregado interno, a taxa de câmbio, o movimento internacional de capitais, o balanço de pagamentos e a balança comercial. É composta por dois ensaios, ambos escritos antes da publicação da

---

41. Este livro, embora pertença cronologicamente ao período que separa A Economia da Concorrência Imperfeita de A Acumulação de Capital, será analisado mais à frente, pois do ponto de vista temático - como mostra a citação a que esta nota faz referência - ele se refere à teoria da acumulação e do crescimento.

42. Pela ordem dos capítulos do livro: "Full Employment" (1935c); "Mobility of Labour" (1937e); "Certain Proposed Remedies for Unemployment" (1937d) e "Disguised Unemployment" (1936a).

43. Novamente, na ordem do livro: "The Long Period Theory of Employment" (1936e); "The Concept of Zero Saving" (1937e); "Disinvestment" (1937f) e "Diagrammatic Illustrations" (1937g).

Teoria Geral[44] sendo que no segundo, em particular, Joan Robinson discute as políticas mediante as quais cada país tenta transferir, ou "exportar" seus problemas internos de renda e de emprego aos demais países[45].

A quarta parte, finalmente, é composta por um conjunto de três ensaios de caráter teórico mais geral[46].

De todos os ensaios deste livro, o mais importante - ou, nas palavras de Harrod (1937), a pièce de résistance do volume - é o que leva o título de "The Long Period Theory of Employment". Tratava-se na verdade de uma reprodução parcial de um artigo publicado originalmente na Zeitschrift für Nationalokonomie (e conforme destacado por Kregel 1983: 343, n1), antes mesmo da publicação da Teoria Geral) - e era complementado, no livro, pelas "Diagrammatic Illustrations", que tinham por objetivo elaborar gráficos que ilustrassem suas idéias centrais[47].

Joan Robinson estabeleceu aí o que considerava ser a diferença fundamental entre a teoria do emprego no curto prazo e no longo prazo. Para fazê-lo, analisou a relação entre taxa de juros e nível de emprego. No longo prazo, esta relação é diferente da do curto prazo, e um dos elementos centrais que geram esta diferença é precisamente a consideração do progresso técnico, como veremos. Para ela,

> "À primeira vista parece haver um grande contraste entre o papel desempenhado pela taxa de juros na teoria do emprego de curto prazo e o papel que desempenha na teoria tradicional da distribuição de longo prazo. Por exemplo, no curto prazo, uma queda da taxa de juros leva ao aumento da produção e uma vez que, quando o equipamento de capital é fixo, a eficiência marginal do trabalho cai à medida que o emprego aumenta, uma redução da taxa de juros associa-se a uma queda dos salários reais. Mas a elevação do capital per capita decorrente de uma taxa de juros menor provavelmente gera, no longo prazo, uma elevação dos salários reais. Ou, uma queda da taxa de juros [no curto prazo] se associa a uma elevação do emprego, com equipamento dado, de modo que a proporção entre trabalho e capital se eleva quando a taxa de juros cai, mas no longo prazo uma queda da taxa de juros tende a reduzir a proporção entre trabalho e capital". (Robinson, 1936e, ETE: 80-81).

Deste modo, Joan Robinson estabeleceu um dos objetivos centrais da tarefa que se propôs a executar, a de expandir a teoria do emprego de Keynes, do curto para o longo prazo:

> "Uma das funções da teoria do emprego de longo prazo é a de reconciliar essa contradição aparente e encaixar as proposições da teoria da distribuição tradicional no local correto da análise do emprego". (Robinson, 1936e: 81).

Joan Robinson examinou os efeitos de uma redução da taxa de juros sobre a propensão a poupar, sobre a relação capital-trabalho e sobre o estoque de capital e o nível de emprego. Para cada etapa desta análise, adotou hipóteses simplificadoras apenas depois de ter explorado as várias alternativas possíveis. E concluía que

---

44. "The Foreign Exchanges" (1935d) e "Beggar-my-Neighbour Remedies for Unemployment" (1935e).
45. Para uma avaliação específica deste ensaio veja-se Simonazzi (1996).
46. Pela ordem: "Indeterminacy" (1937h); "An Economist's Sermon" (1935f, no qual, como destaca Szmrecsányi (1983), a Autora apresenta algumas idéias que depois seriam desenvolvidas em Economic Philosophy, de 1962) e "Some Reflections on Marxist Economics" (1936f), que se baseia numa resenha (desfavorável) do livro de Strachey, Nature of Capitalist Crisis.
47. "The Long Period Theory of Employment" (1936e), pela sua importância, é tema de controvérsia ainda hoje. Veja-se, por exemplo, Garegnani (1996), que se contrapõe a Kregel (1983), acentuando os aspectos neoclássicos da abordagem de Joan Robinson, especificamente neste texto.

"... o nível de equilíbrio do produto total tende a aumentar ou a diminuir como decorrência de uma redução da taxa de juros, dependendo do efeito direto da queda da taxa de juros sobre o desejo de poupar dos indivíduos (que pode ser negativo ou positivo), e dependendo da elasticidade de substituição entre trabalho e capital (que pode ser maior ou menor do que um)...

Uma redução na taxa de juros necessariamente aumenta o estoque de capital de equilíbrio, desde que o efeito direto sobre o desejo de poupar não seja positivo demais...

Nos casos em que a renda total se reduz devido a uma queda da taxa de juros, o emprego se reduzirá a fortiori, pois não apenas a produção cai, mas também porque há menos emprego por unidade produzida ". (Robinson, 1936e, ETE: 83-84).

O argumento central de Joan Robinson poderia ser resumido da seguinte maneira: no curto prazo, uma queda da taxa de juros incentiva o investimento, mas como - no curto prazo - o estoque de capital é considerado fixo (o que implica, por definição, investimento líquido nulo), a redução da taxa de juros tem por efeito apenas o incentivo à elevação da produção (se houver capacidade ociosa; caso contrário, haverá tendência à inflação) e conseqüentemente do nível de emprego - que é o único modo de aumentar a produção com estoque de capital fixo - e da renda. No longo prazo, uma queda da taxa de juros implica investimento líquido positivo em bens de capital, que podem substituir a mão-de-obra nos setores e ramos em que são utilizados e nestes, portanto, o nível de emprego pode cair; mas, nos produtores de bens de capital o nível de emprego tende a aumentar devido à própria expansão do setor e ramos. Estes efeitos contrários podem, ou não, anular-se mutuamente. Associado a isto, Joan Robinson analisa ainda os efeitos que uma alteração da taxa de juros exerce sobre a propensão a consumir, os efeitos do nível de emprego sobre a participação dos salários na renda, etc...

O ponto central que se deve destacar é que, no longo prazo, a acumulação pode ocorrer com intensificação do capital, isto é, com a substituição de trabalho por capital, o que pode acarretar a redução do nível de emprego. Isto significa que, ao contrário da análise de curto prazo, em que uma redução da taxa de juros se associa necessariamente e diretamente a uma elevação do nível de emprego, no longo prazo pode ocorrer o oposto (mas não necessariamente).

Joan Robinson contrapõe esta sua tese ao argumento dos que defendem que não é natural supor-se que a taxa de juros pode permanecer num nível em que ocorre desemprego, pois quando há desemprego, haveria também uma tendência a que a taxa de juros se reduzisse. Ela concorda que quando há desemprego, os salários nominais tendem a cair, mas considera que o efeito direto da queda dos salários é o surgimento de uma tendência à queda de preços, e que isto não afeta, necessariamente, o nível de emprego. Além disso, lembra que é preciso avaliar os efeitos indiretos, através de fatores monetários, pois uma queda de preços tende a reduzir a demanda por dinheiro o que, com oferta constante de moeda, faz cair a taxa de juros. O ponto de Joan Robinson na verdade é a defesa da possibilidade de haver "equilíbrio com desemprego":

"Existe portanto alguma base para a defesa do argumento de que o pressuposto de uma taxa de juros constante é incompatível com a existência de desemprego...que o nível de salários nominais e com ele a taxa de juros continuará a cair até que o desemprego desapareça ou até que a taxa de juros ou o nível de salários monetários caia ao seu ponto mínimo, abaixo do qual não

"Em geral, uma elevação do grau de monopólio aumentará a propensão a poupar e portanto reduzirá o nível de emprego, pois altera a distribuição da renda de modo desfavorável para o trabalho.

Qualquer grupo de firmas concorrentes pode aumentar seus lucros agregados, ao menos temporariamente, mediante fusões e, a qualquer momento, a extensão do monopólio é determinada pela tensão entre a sedução do lucro, de um lado, e o desejo de independência e as dificuldades da fusão por outro. Uma vez que o temor da perda é maior que a esperança do ganho, há uma grande tendência ao crescimento do grau de monopólio à medida que a demanda efetiva cai, enquanto que as fusões ocorridas em períodos de recessão tendem a se romper quando a economia se recupera (Cf. Pigou, Theory of Employment, p. 135). Portanto, mudanças no grau de monopólio tendem a ampliar o movimento da demanda efetiva iniciado por outras causas (mas veja Harrod, The Trade Cycle, p. 17, para um fator que pode gerar a direção oposta)". (Robinson, 1936e, ETE: 94, n1).

O argumento de que uma elevação do grau de monopólio tende, em última instância, a reduzir o nível de emprego é discutido também em Robinson (1936c), sua resenha do livro The Trade Cycle, de Harrod. Segundo a Autora, neste livro Harrod utiliza e desenvolve o sistema de análise de Keynes e introduz duas inovações.

A primeira é a formulação da "lei da elasticidade decrescente da demanda" - isto é, da tendência dos mercados se tornarem inelásticos à medida que a renda agregada aumenta, o que tem implicações sobre a teoria do emprego. O princípio formulado por Harrod sustenta a tendência de que os lucros crescem relativamente aos salários à medida que a atividade econômica se acelera, e a alteração da distribuição da renda em favor dos lucros tende a elevar a propensão a poupar; esta hipótese, que Joan Robinson adota no seu próprio ensaio, significa que o valor do multiplicador tende a cair. O que falta na visão de Harrod, segundo Joan Robinson, é o fato de não ter levado em conta uma influência contrária, que se consubstancia na idéia - claramente inspirada em Kalecki - de que a tendência à elevação do grau de monopólio (e conseqüentemente da propensão a poupar e portanto da redução do nível de emprego) é muito maior em períodos de recessão do que em períodos de crescimento:

"o grau de monopólio não depende apenas da imperfeição no mercado de um bem, mas também do número de unidades de controle independentes que o vendem, e, uma vez que o temor da perda é mais poderoso que a esperança do ganho, a tendência de que ocorram combinações restritivas é mais forte numa recessão do que em um boom. Este é um fator que tende a amplificar as oscilações da atividade econômica, e opera na direção contrária à da Lei do Sr. Harrod". (Robinson, 1936c, CEP1: 59-60).

Mas, a principal contribuição de Harrod à teoria do ciclo, segundo Joan Robinson, está na elaboração do princípio da aceleração, isto é, a "*combinação do princípio do multiplicador, que rege a maneira pela qual um aumento do investimento eleva o consumo, com o princípio da relação entre a demanda por bens de consumo e a demanda por bens de produção de bens de consumo, que rege a maneira pela qual uma elevação do consumo gera investimento*". (Robinson, 1936c, CEP1: 60).

Joan Robinson resumiu a idéia central de Harrod da seguinte forma:

"Quando a razão capital/produto é dada, uma elevação do estoque de capital só é possível quando o consumo está crescendo, e não será possível manter uma taxa constante de investimento líquido a menos que o consumo cresça progressivamente. Qualquer declínio na taxa de crescimento do consumo gerará conseqüentemente um declínio da taxa de investimento. Mas

> uma queda do investimento gera uma queda do consumo, e uma queda do consumo, no caso simplificado em que a razão capital/produto é constante, levará, por sua vez, a uma completa estagnação do investimento líquido. Mesmo quando a relação capital/produto é crescente, a taxa de investimento líquido cairá a um nível baixo. Conseqüentemente, assim que o consumo cessa de crescer à taxa necessária para manter um nível constante de investimento, o investimento (e com ele o consumo) deve sofrer um declínio violento. Mas, uma vez que o valor do multiplicador cai à medida que o produto aumenta, é impossível que o consumo continue a crescer à taxa necessária. Portanto é impossível alcançar-se uma taxa constante de expansão. Este conceito é uma importante adição à teoria do emprego; pois o Sr. Keynes negligenciou um pouco a relação, e no geral só a leva em conta no que diz respeito ao aumento do capital em função que acompanha uma elevação do consumo". (Robinson, 1936c, CEP1: 60).

O tema do ciclo econômico teve como uma das principais influências os trabalhos de Harrod. Como veremos, Joan Robinson nunca se satisfez com as abordagens - suas ou de outros - sobre esta questão. Uma das razões disto decorria do fato de que considerava essencial incorporar o progresso técnico neste tipo de análise. As primeiras tentativas de reunir o progresso técnico e a demanda efetiva num único arcabouço foram inspiradas primordialmente em Hicks e em Kalecki. Este é o tema da próxima seção.

II.1.2.1 - A classificação das invenções no escopo da teoria da demanda efetiva

Joan Robinson propõe uma taxonomia das "invenções" restrita a novos métodos de produção (ou seja, não inclui as que geram novos produtos finais de consumo) e as classifica em neutras, poupadoras de capital e poupadoras de trabalho, segundo um critério que compara uma medida da participação relativa do trabalho e do capital no produto (ou na renda), em dois momentos. O primeiro momento é anterior à introdução das "invenções", e o segundo após todos os ajustes, isto é, depois que o novo estoque de capital tenha se ajustado (em termos de sua lucratividade - ou, nas palavras da Autora, em termos da relação "capital por unidade de produto") a uma taxa de juros que se considera constante.

Embora utilize, às vezes, o termo "invenção", é evidente que ela se refere ao conceito schumpeteriano de "inovação". Sua classificação serve a três propósitos simultâneos, mas de importância crescente, uma vez que o objeto central de sua preocupação está referido ao nível de emprego. Assim, o caráter neutro ou viesado das inovações se relaciona a:

(i) alteração (ou não) da distribuição da renda;

(ii) alteração (ou não) do nível de renda (produto) de equilíbrio;

(iii) alteração (ou não) do nível de emprego.

Resumidamente, isto significa que uma "inovação neutra" não afeta as parcelas relativas da renda, enquanto que uma "inovação poupadora de capital" reduz a participação relativa do lucro, e uma "inovação poupadora de trabalho" reduz a participação relativa do salário na renda agregada. Em suas próprias palavras:

> "Mudanças na técnica que resultam de descobertas de novos métodos de produção alteram a eficiência marginal do capital. Se a taxa de juros não se modifica, o equilíbrio é alcançado, depois que as inovações tenham sido feitas, quando o estoque de capital tiver se ajustado de modo que sua eficiência marginal, quando o investimento for nulo, é restaurada ao nível anterior.
>
> As inovações tem sido classificadas de várias maneiras. Para nossos propósitos atuais a classificação mais conveniente é a que segue. Uma inovação neutra é a que afeta a eficiência da produção igualmente em todos os estágios [setores], de modo que o produto per capita na produção de equipamentos de capital se eleva igualmente ao produto per capita na produção de bens finais. Quando o estoque de capital tiver sido ajustado, depois de uma inovação deste tipo, de modo a restaurar o equilíbrio com a taxa de juros dada, o capital por unidade de produto é o mesmo que antes, e as parcelas relativas do trabalho e do capital num dado nível de produção não se modificam. Uma inovação poupadora de capital aumenta a eficiência na produção de bens de capital mais do que na de bens finais, reduz o montante de capital por unidade de produto de equilíbrio e reduz a participação relativa do capital. Uma inovação poupadora de trabalho ou melhor, intensiva em capital aumenta o montante de capital por unidade de produto em equilíbrio e aumenta a participação relativa do capital numa dada renda". (Robinson, 1936e, ETE: 95-96).

Ao mesmo tempo, o resultado da adoção das "invenções" - a inovação propriamente dita - é a alteração do nível de equilíbrio do produto, dependendo dos efeitos anteriores sobre a distribuição da renda. Este passo do seu raciocínio repousa fortemente sobre o pressuposto de que as classes de nível de renda inferior têm maior propensão a gastar (ou menor a poupar). Assim, uma inovação poupadora de capital, que reduz a participação do lucro na renda (e eleva a participação do salário), deve elevar o produto, uma

vez que reduz a propensão "agregada" a poupar (ou eleva a propensão a gastar); analogamente, uma inovação poupadora de trabalho, que reduz a participação dos salários na renda (e eleva a do lucro), deve reduzir o produto, pois eleva a propensão "agregada" a poupar (ou reduz a propensão a gastar):

> "Os efeitos das inovações sobre o nível de equilíbrio da produção dependerão de sua reação sobre a distribuição da renda. Uma inovação que reduz a participação do trabalho numa renda dada reduzirá o nível de equilíbrio da produção aumentando a propensão a poupar, enquanto que uma inovação que aumenta a participação do trabalho aumentará o produto de equilíbrio. Portanto as inovações poupadoras de capital aumentam e as intensivas em capital reduzem o nível de equilíbrio da produção". (Robinson, 1936e, ETE: 96).

O efeito final sobre o nível de emprego de longo prazo, segundo Joan Robinson, depende, não apenas das considerações anteriores, mas também da hipótese de que a maioria das inovações são intensivas em capital - isto é, poupadoras de mão-de-obra[48]. Se, por um lado, o nível de equilíbrio do produto tende a ser maior que o anterior quando a participação do salário na renda aumenta (e vice-versa, isto é, tende a ser menor quando a participação do salário na renda diminui), mesmo que o nível do produto não se altere, pode haver, segundo a Autora, uma tendência à redução do nível de emprego. Esta tendência decorre, segundo Joan Robinson, da combinação de dois fatores: por um lado, o aprimoramento da técnica e, por outro, a intensificação do capital - isto é, a elevação da relação capital/trabalho (que é considerada, por ela, como sendo o tipo mais freqüente de inovação). Estes dois fatores tendem, conjuntamente, a elevar a relação produto/trabalho. Em suas palavras:

> "O nível de produção de equilíbrio aumentará ou diminuirá de acordo com o aumento ou redução da participação relativa do trabalho. Mas mesmo que a produção seja constante, o emprego diminuirá, uma vez que o aprimoramento da técnica e o aumento da relação capital per capita se combinarão para aumentar o produto por unidade de trabalho. Portanto o emprego será constante apenas se a situação for tal que o nível de produção aumente. Uma vez que, em geral, as inovações intensivas em capital são mais freqüentes, parece que há, do ponto de vista do longo prazo, bases muito fortes para a opinião popular de que as inovações tendem a reduzir o emprego". (Robinson, 1936e, ETE: 96-97).

O argumento anterior, de que, geralmente, os novos métodos de produção adotados são intensivos em capital e conseqüentemente tendem a reduzir o nível de emprego é contraposto pela Autora à visão de Hicks, que diferencia "invenções" espontâneas (autônomas) de "invenções" induzidas (pela necessidade de enfrentar variações de preços relativos de fatores). As induzidas (segundo Hicks), por sua vez, podem ser diretamente induzidas pela variação de um dos componentes dos custos diretos de produção, no sentido de que só se tornam lucrativas devido a esta variação de custos (a estas Joan Robinson propõe denominar, ao invés de "invenções", apenas "adaptações"), ou indiretamente induzidas, no sentido de que seriam lucrativas de qualquer maneira, isto é, aos velhos ou novos preços de fatores, mas só são efetivamente adotadas aos

---

48. Ao contrário do que propõem alguns autores (como Tahir, que será analisado mais à frente), fica evidenciada a combinação do princípio da demanda efetiva (e o conceito de propensão a consumir) com a idéia de progresso técnico que, por ser poupador de mão-de-obra (ou intensivo em capital) pode gerar desemprego. Assim, a idéia de que há uma dicotomia radical entre "desemprego keynesiano" (decorrente de deficiência da demanda efetiva) e "desemprego marxista" (decorrente de progresso técnico intensivo em capital) no pensamento de Joan Robinson não parece ter fundamento.

novos preços. Estas, segundo a Autora, seriam as "invenções propriamente ditas". Nas palavras de Joan Robinson:

> "O Sr. Hicks (Theory of Wages, p. 125) distingue invenções autônomas de invenções induzidas, estas últimas sendo invenções que resultam de um esforço deliberado de encontrar uma saída para tirar vantagem de uma alteração de preços relativos de fatores, sendo que as invenções poupadoras de trabalho são induzidas por uma queda da taxa de juros, enquanto que as invenções autônomas decorrem do progresso da ciência pura ou do surgimento espontâneo de idéias brilhantes. Ele subdivide as invenções induzidas em dois tipos, aquelas cuja adoção depende da alteração da taxa de juros, e aquelas que seriam lucrativas em qualquer caso, mas que de fato só foram pensadas sob o estímulo desta alteração. Parece ser mais simples não considerar o primeiro tipo como invenção, mas apenas como adaptação da técnica às condições modificadas". (Robinson, 1936e, ETE: 97, n1).

A justificativa da troca de denominação (de invenções diretamente induzidas por adaptações e invenções indiretamente induzidas por invenções propriamente ditas) relaciona-se à idéia defendida por Joan Robinson, de que não existem, previamente dadas e amplamente conhecidas, várias "invenções" alternativas que os empresários escolheriam, a qualquer momento, frente a qualquer variação dos preços de fatores[49]. Isto porque se fosse possível enfrentar uma variação de preços relativos de fatores mediante alterações no processo de produção, tratar-se-ia meramente da existência, de antemão, de um determinado conhecimento prévio e acumulado, sobre a técnica de produção, que permitiria estas adaptações. Para a Autora, a própria velocidade e a habilidade com que as adaptações são feitas fazem parte do conhecimento técnico já acumulado. Já as "invenções" indiretamente induzidas levariam mais tempo para acontecer. Ou seja:

> "Quando dizemos que 'o conhecimento técnico está dado', não queremos dizer que cada empresário tem todos os projetos de cada tipo de máquina que seria lucrativo utilizar a cada taxa de juros concebível, guardados em seus escaninhos. Queremos apenas dizer que existe um certo corpo de conhecimento técnico que levará a uma certa adaptação da técnica às circunstâncias. A rapidez e a habilidade com as quais as adaptações são feitas podem ser vistas, apropriadamente, como um componente do estado de conhecimento técnico. (Cf. Pigou, Economics of Welfare, p. 217, onde se argumenta de modo semelhante com relação às adaptações resultantes de alteração da escala).
>
> Invenções induzidas no sentido mais estrito podem ser importantes. Espera-se que um período de taxas de juros decrescentes produza uma colheita de invenções intensivas em capital, e um período de taxas de juros crescentes, uma colheita de invenções poupadoras de capital. Neste caso o pressuposto de que o estado de conhecimento tecnológico é independente dos movimentos da taxa de juros deve ser modificado de forma apropriada". (Robinson, 1936e, ETE: 97, n1).

A Autora também questiona a visão de Hicks de que o conjunto de "invenções" autônomas tende, ao longo da história, a contrabalançar a tendência entre as que são poupadoras e as que são intensivas em capital, resultando, de uma maneira geral, num processo inovativo que do ponto de vista agregado e de longo prazo é "neutro".

> "É difícil aceitar a opinião do Sr. Hicks de que provavelmente as invenções autônomas, num período de gerações, estejam igualmente divididas entre descobertas poupadoras de trabalho

---

49. Este conjunto de técnicas prontas e conhecidas guardadas em "escaninhos" e à espera de utilização é o que em inglês se denomina book of blueprints.

ou poupadoras de capital. Parece óbvio que o desenvolvimento de métodos humanos de produção, a partir da técnica pura da-mão-para-a-boca dos macacos, tem sido fundamental e crescentemente tortuosa, e que a descoberta de atalhos, tais como o telégrafo, são exceções da linha geral de desenvolvimento. No entanto, é concebível que numa comunidade já ricamente dotada de capital pode se instalar uma era de invenções poupadoras de capital". (Robinson, 1936e, ETE: 97, n1).

A importância da classificação, para Joan Robinson, reside na possibilidade de avaliar o impacto que os diferentes tipos de "invenções" causam sobre o nível de emprego. Para ela, existe uma relação entre o nível de emprego decorrente das "invenções" e o investimento: sempre que as "invenções" não forem excessivamente poupadoras de capital (ou, o que é a mesma coisa, excessivamente intensivas em trabalho), existirá, como decorrência mesmo das "invenções", algum investimento líquido - isto mesmo que não haja alterações no "estoque de capital".

Segundo a Autora, isto decorre do fato de que em geral as próprias "invenções" implicam em investimento (elevação da relação capital per capita). Assim, mesmo as que são intensivas em capital (desde que não excessivamente), que elevam a participação dos lucros na renda, e que portanto, mediante a elevação da propensão a poupar da comunidade, reduzem o produto, podem ser acompanhadas de investimento líquido positivo - e elevação do nível de emprego. Porisso, a Autora conclui que enquanto o investimento não cessa, há um primeiro efeito - positivo - sobre o nível de emprego, e que este efeito poderia ser mantido através de um fluxo razoavelmente permanente de "invenções" de qualquer tipo[50].

"O efeito imediato das inovações sobre o emprego depende da extensão pela qual o novo equipamento é produto do investimento líquido e não apenas o resultado da utilização dos fundos de amortização de fábricas antigas para a instalação de novas. Em geral podemos supor que exceto quando as inovações são altamente poupadoras de capital, um período de investimento líquido positivo resultará das inovações, mesmo quando o estoque de capital de equilíbrio (medido em unidades de salário) não aumenta, pois todas, exceto as inovações mais poupadoras de capital requerem uma elevação do capital per capita, enquanto que a redução da produção total que resulta do aumento da propensão a poupar não será imediatamente previsível. O primeiro efeito das inovações, portanto, é provavelmente uma elevação do emprego, mesmo que no longo prazo reduzam o nível de emprego, e uma sucessão suficientemente rápida de inovações, desde que não sejam muito poupadoras de mão-de-obra, evitaria que a taxa de investimento caísse ao nível zero". (Robinson, 1936e, ETE: 95-98).

Harrod, em sua resenha aos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego destacou as passagens acima citadas, e criticou a Autora especialmente por ela não explicitar como deveria ser medido o "volume de capital" (ou "estoque de capital"):

"Uma passagem neste ensaio, referente aos efeitos da mudança da técnica, gera alguma dificuldade. Introduz-se a elasticidade de substituição num ponto no qual sua propriedade não é aparente e as condições na margem com a qual se supõe relacionar-se não são explicadas de forma suficientemente clara. Algum esclarecimento desta passagem em alguma edição futura não estaria fora de lugar.

A Sra. Robinson divide as inovações entre poupadoras de trabalho, neutras e poupadoras de capital. A definição de inovação neutra é a de que deixa a razão entre a produtividade marginal do capital e a do trabalho inalterada quando os montantes relativos de fatores de produção não se alteram. Infelizmente, esta definição é ambígua quando não se fornece uma medida precisa do volume de capital. Uma vez que se trata de um problema de longo prazo, o

50. A tentativa de Joan Robinson, de avaliar os efeitos das "invenções" através do investimento sustenta nossa interpretação de que ela usa o conceito de invenção como sinônimo do de "inovação".

> capital pode ser concebido como sendo fisicamente reconstituído: como é que se deve medir o montante de capital novo, para assegurar que seja o mesmo que o velho? Será que uma unidade de capital deve ser concebida como a espera com relação a uma unidade de bens por unidade de período ou como espera com relação a uma unidade de trabalho? Se ocorre um aprimoramento técnico, a taxa de re-investimento necessária para manter intacto um dado volume de capital diferirá de acordo com a medida utilizada. A referência a valores monetários não evitará a ambigüidade, uma vez que podemos supor preços estáveis ou preços decrescentes à medida que a produtividade do fator aumenta, etc.". (Harrod, 1937: 328-329, grifos nossos).

Esta crítica de Harrod foi fundamental para o desenvolvimento posterior dos argumentos de Joan Robinson. A frase (por nós) grifada cobrava da Autora uma forma de medir os impactos do progresso técnico sobre a distribuição e o nível da renda, bem como sobre o nível do emprego, que ela descrevia apenas verbal e imprecisamente. A tentativa de responder a esta questão levou-a, por sua vez, a buscar uma reformulação da função de produção (e do significado e medida do capital), com o que ela abriu a "controvérsia de Cambridge". Voltaremos a esta questão no terceiro capítulo.

Além da crítica, Harrod propôs uma classificação das inovações segundo seus efeitos diretos sobre a relação capital/produto, supondo uma taxa de juros dada e uma oferta de capital infinitamente elástica. O raciocínio de Harrod tem uma relação de causalidade diferente da de Joan Robinson. Enquanto para ela as inovações são classificadas pelo critério da distribuição da renda e esta passa a ser o fator determinante da variação do produto e do nível de emprego (através do princípio da demanda efetiva), para Harrod as inovações devem ser classificadas pelo critério da variação do produto, que passa a determinar a distribuição da renda. Deve-se notar ainda que, no argumento de Harrod, não há lugar - ao menos explicitamente - para variações do nível de emprego. A idéia de Harrod é que, se a inovação aumenta a relação capital/produto, a participação dos salários na renda deve cair; quando a inovação reduz a relação capital/produto, a participação dos salários na renda se eleva; e permanece a mesma quando esta relação não se altera.

> "Um procedimento alternativo, e que se encaixa bem na abordagem da Sra. Robinson, é o de dividir as inovações entre aquelas que a uma dada taxa de juros, e com uma oferta infinitamente elástica de capital àquela taxa, aumenta, não altera ou reduz a relação capital/produto. O problema é descobrir se o efeito de uma dada inovação serve para aumentar ou diminuir a parcela do produto total que corresponde ao trabalho - depois que a poupança ou a despoupança tenham preenchido o hiato no estoque de capital, se tiver havido algum, causado pela inovação, e de modo que a produtividade marginal devesse novamente ser a mesma que antes (igual à taxa de juros considerada constante); no primeiro caso, elevaria, e no último reduziria o nível de emprego de equilíbrio.
>
> Adotando-se o procedimento que sugeri, o problema pode ser facilmente solucionado. Uma vez que se considera que a taxa de juros é constante, a participação do trabalho cairá, se elevará ou permanecerá constante dependendo se a inovação aumenta, reduz ou deixa inalterada a relação capital/produto. Uma vez que a Sra. Robinson escolhe suas inovações por uma tricotomia diferente, mas ainda assim é capaz de atribuir a cada uma das suas três divisões os mesmos efeitos atribuídos às divisões acima, tenho algumas dúvidas a respeito de sua demonstração". (Harrod, 1937: 329).

É interessante ressaltar que Keynes concordou com as críticas de Harrod ao tratamento dado por Joan Robinson às inovações, como se pode ver em sua carta a Harrod, datada de 12 de abril de 1937:

"Acabei de ler sua resenha de Joan [ao Ensaios Sobre a Teoria do Emprego]. Concordo com o que você disse a respeito do tratamento que ela dá aos efeitos das inovações. Sua linha de abordagem me parece ser a correta. Não tenho muita certeza sobre quais os pressupostos que o método da elasticidade de substituição requer, mas acredito que não sejam apropriados". (CWJMK, XIV: 173-174).

Joan Robinson respondeu às críticas de Harrod com relação à medida do volume de capital no artigo intitulado "The Classification of Inventions" (1937-38). Ali a Autora sugere que o capital seja medido em termos de custo, de modo que dois estoques de capital devem ser considerados iguais quando custam a mesma coisa. O advento de invenções - que não destrói o conhecimento já adquirido e acumulado - cria novos tipos de bens de capital. A medida, portanto, deve ser tomada em função do bem de capital mais eficiente. Mas ela reconhece que ainda assim permanecem certas ambigüidades. Em suas palavras,

"As críticas do Sr. Harrod diziam respeito principalmente à questão da mensuração do estoque de bens de capital. Para nosso objetivo, capital deve ser concebido em termos físicos, isto é, como um estoque de bens de capital, e sua mensuração mais conveniente é em termos de unidades de custo. Dois estoques de bens de capital são ditos iguais se custarem o mesmo montante para serem produzidos numa data específica, com um dado estado de conhecimento. Uma invenção pode introduzir o conhecimento de novos tipos de bens de capital, mas não destrói o conhecimento dos tipos de bens de capital apropriados à velha técnica. A data de medição do capital deve portanto ser escolhida depois que a invenção tenha ocorrido, e o custo de cada estoque de capital deve ser mensurado com base no método mais eficiente de produzi-lo, qualquer que seja este método. Desta maneira, as importantes dificuldades apresentadas pelo conceito de um dado estoque de capital são evitadas, ainda que restem alguns casos ambíguos". (Robinson, 1937-38: 139, 3n).

Ela também respondeu à sugestão de Harrod quanto à classificação das inovações, mas não sem antes explicitar sua própria interpretação da classificação de Hicks, que se baseia na comparação entre produtividades marginais de fatores. Joan Robinson "traduz" a classificação em termo da elasticidade de substituição entre fatores (igual à unidade para inovações neutras, menor do que a unidade para as poupadoras de trabalho e maior do que a unidade para as poupadoras de capital), considerando que a produtividade marginal do capital é igual à taxa de juros que, por sua vez, é tida como constante:

"Numa discussão sobre o efeito das mudanças na técnica sobre o equilíbrio de longo prazo, utilizei, nos meus Ensaios Sobre a Teoria do Emprego, a classificação das inovações do Sr. Hicks, na qual uma inovação é dita neutra quando eleva as produtividades marginais do trabalho e do capital na mesma proporção, e é dita poupadora de mão-de-obra ou poupadora de capital segundo eleve a produtividade marginal do capital mais ou menos do que a produtividade marginal do trabalho, com montantes fixos de fatores. Analisei o efeito de uma inovação sobre as participações relativas dos fatores no produto total, quando o montante de capital é ajustado à nova técnica (de modo a se alcançar o pleno emprego com investimento zero), em termos desta classificação das inovações e da elasticidade de substituição, mostrando que, com uma taxa de juros constante, as participações relativas não se alteram, em equilíbrio, por uma inovação neutra no sentido dado por Hicks, desde que a elasticidade de substituição seja igual à unidade, enquanto que se uma inovação for poupadora de trabalho ou poupadora de capital, no sentido dado por Hicks, as participações relativas permanecem constantes (em equilíbrio, com taxa de juros constante), se a elasticidade de substituição for respectivamente menor ou maior que a unidade" (Robinson, 1937-38: 139).

Para incorporar a sugestão de Harrod, de que "*seria mais conveniente utilizar uma classificação na qual uma inovação é dita neutra quando deixa as participações relativas dos fatores constante, com uma taxa de juros constante, depois que o estoque de capital tenha sido ajustado à nova situação*" (Robinson, 1937-38: 139), Joan Robinson supõe que existem apenas dois fatores de produção, trabalho e capital, e que prevalecem as condições de retornos físicos constantes, e descreve duas situações - uma antes e outra após a inovação - a partir de duas curvas de produtividade média do capital e duas curvas de produtividade marginal do capital (para um dado montante fixo de trabalho), e suas respectivas elasticidades. Deste modo, uma inovação neutra - que na acepção de Harrod seria uma que não altera a relação capital/produto - eleva a curva de produtividade média do capital mantendo a mesma elasticidade; uma inovação poupadora de capital - que para Harrod é a que reduz a razão entre capital e produto, reduz a elasticidade da curva de produtividade média (a um dado valor do produto); e analogamente, uma inovação intensiva em capital - que eleva a razão entre capital/produto - eleva a elasticidade da curva de produtividade média. Ela reconhece que a formulação de Harrod é melhor que a de Hicks, porque permite uma comparação "inter-setorial", na medida em que, por exemplo, uma inovação "poupadora" de capital pode ser interpretada como tendo aumentado a eficiência da produção no "estágio superior" da produção, numa proporção maior do que a elevação da eficiência no "estágio inferior", já que é indicada por um aumento tanto do capital/produto quanto da elasticidade da curva de produto médio do capital.

> "Esta classificação das inovações empresta-se mais facilmente às interpretações realistas do que a do Sr. Hicks. Uma elevação iso-elástica da curva de produtividade média do capital significa que existe uma determinada proporção, digamos k, tal que, se o montante de capital por unidade de trabalho for aumentada em k, o produto também aumenta em k. Portanto uma inovação que eleva a curva de produtividade média iso-elasticamente, isto é, uma inovação neutra no sentido de Harrod, tem o mesmo efeito que uma elevação da oferta de trabalho, na razão k, com técnica constante. Uma inovação neutra é portanto vista como equivalente a uma elevação geral da eficiência do trabalho. Uma inovação poupadora de capital é a que aprimora a eficiência nos estágios superiores da produção, relativamente à eficiência nos estágios inferiores, e uma inovação intensiva em capital é a que gera uma elevação relativa da eficiência nos estágios inferiores. Isto corresponde às nossas noções gerais sobre a natureza das inovações, como o telégrafo, por exemplo, que é uma inovação poupadora de capital neste sentido, e as estradas de ferro, que é intensiva em capital" (Robinson, 1937-38: 140)

Mas, segundo a própria Autora, as duas formulações são perfeitamente compatíveis entre si, já que existe uma relação entre a magnitude da elasticidade de substituição entre fatores e a taxa de mudança da elasticidade da curva de produtividade média. Em nota de rodapé, chega a oferecer uma demonstração algébrica para mostrar que a elasticidade de substituição é maior ou menor do que a unidade, dependendo se a elasticidade da curva de produtividade média aumenta ou diminui com uma elevação da proporção entre capital e trabalho.

> "Não há inconsistência entre este método de análise e o meu anterior. Os dois conceitos que usei antes - a elasticidade de substituição e a mudança, decorrente de uma inovação, na razão das produtividades marginais de montantes dados de fatores - apenas representam dois aspectos das curvas de produtividade, e estes aspectos são igualmente bem representados pelo conceito único de mudança da elasticidade da curva de produtividade causada por uma inovação. A maneira pela qual os dois métodos de análise se encaixam pode ser facilmente vista.

> Considere, por exemplo, o caso em que uma inovação eleva a curva de produtividade média do capital iso-elasticamente (de modo que a inovação é neutra no sentido de Harrod). Neste caso (com uma taxa de juros constante) a parcela relativa do capital no produto total não se modifica pela inovação; segue da minha análise anterior que, se neste caso, a elasticidade de substituição com a nova técnica é igual à unidade, então a inovação deve ser neutra no sentido de Hicks, enquanto que se a elasticidade de substituição for menor ou maior que a unidade, a inovação deve ser poupadora de capital ou poupadora de trabalho, respectivamente, no sentido de Hicks.
>
> Portanto não há conflito entre o sistema de análise seguido no meu tratamento do equilíbrio de longo prazo e o sistema sugerido nesta nota, mas o anterior é de certo modo desajeitado e menos suscetível à interpretação realista". (Robinson, 1937-38: 141-142)[51].

Uma característica importante e evidente da abordagem adotada por Joan Robinson nos dois ensaios que acabamos de analisar - "The Long Period Theory of Employment" e "The Classification of Inventions" - é que em ambos ela se apoia, claramente, no conceito de função de produção neoclássica, e sua argumentação baseia-se, igualmente, no instrumental neoclássico consubstanciado na noção de elasticidade de substituição de fatores. Estes são pontos que, ao longo do restante de sua obra, Joan Robinson passaria a criticar com ênfase crescente.

O que se deve destacar no momento é que, apesar do esforço da Autora em compatibilizar sua abordagem com a de Harrod, e em que pese a preocupação comum de ambos em estabelecer as bases de uma teoria (keynesiana) de longo prazo, há uma diferença importante, que se consubstancia no predomínio das questões relativas ao emprego - em Joan Robinson - e que têm uma importância bem menor em Harrod.

Esta é, pelo menos, a avaliação da própria Autora, como se pode notar, por exemplo, na importante resenha que ela faz a outro livro de Harrod, publicado em 1948 e intitulado Towards a Dynamic Economics. Na resenha, publicada originalmente em 1949, ela descreve criticamente o conteúdo deste livro, em outra ordem de apresentação e sem a formulação algébrica, começando pelo resumo do que considera ser a primeira questão de Harrod, ou seja, "*se existe alguma tendência natural para que a propensão a poupar da comunidade se adapte à taxa de acumulação de capital necessária para sustentar uma expansão estável da produção* [a taxa 'natural' de crescimento Gn]". (Robinson, 1949a, CEP1: 156).

Esta taxa natural de crescimento depende da taxa de crescimento da população (considerada constante, isto é, considera-se que a população cresce a uma taxa constante) e da taxa de progresso técnico (considerado, em média, neutro) e requer uma determinada taxa de acumulação de capital. A adoção do pressuposto de progresso técnico neutro é criticada pela Autora, nem tanto pelo pressuposto em si - que ela também adota - mas mais pelo fato de Harrod não ter discutido suas implicações[52].

Segundo Joan Robinson, o progresso técnico não apenas está intimamente relacionado à criação e à alteração do equipamento de capital, mas decorre também da reinversão de pelo menos parte dos fundos

---

51. De acordo com Besomi (1995: 201-207), o debate entre Joan Robinson e Harrod foi intenso e incluiu a questão dos efeitos do progresso técnico sobre o nível de preços. Ainda segundo Besomi, apenas três cartas de Joan Robinson sobreviveram, datadas de 30.05.1937, 08.06.1937 e 11.03.1938 e estão guardadas no Arquivo da Chiba University of Commerce, em Ichikawa, no Japão (pasta HP IV-1089-1107). De Harrod, apenas a carta de 14.03.1938 se encontra no Modern Archive Centre do King's College, em Cambridge (pasta JVR/vii/Harrod). Besomi menciona ainda uma carta de Hicks para Harrod sobre este mesmo assunto, mas bastante posterior, de 30.01.1963 (HP-IV-496).

52. Como ela mesmo enfatiza, o problema não é adotar pressupostos simplificadores, e sim fazê-lo sem antes explicitá-los claramente. Na imensa maioria dos seus trabalhos ela, inclusive, encerra seu argumento mostrando as implicações que resultariam do relaxamento das hipóteses simplificadoras.

de amortização calculados para o velho equipamento, no novo, donde a idéia de que o estoque de capital seja constante ou cresça a taxas constantes é considerada, pela Autora, discutível, e, em particular, ainda mais complexa se se levar em conta que associada à elevação da produção, surgem também novos produtos:

> "... O progresso técnico está intimamente relacionado com alterações no equipamento. Os fundos de amortização relacionados à velha maquinaria estão continuamente sendo reinvestidos em maquinaria aprimorada, e o conceito de um estoque de capital constante, ou uma dada taxa de crescimento do estoque de capital se torna extremamente vago, para não mencionar a dificuldade de se definir uma taxa de crescimento do produto quando surgem novos bens. Mas o Sr. Harrod não se detém para discutir estas questões". (Robinson, 1949a, CEP1: 158).

Joan Robinson elogia a tentativa de análise dos determinantes da propensão a poupar, formulada por Harrod, já que a relação entre renda e poupança no longo prazo não pode ser considerada como dada, conforme ocorre na Teoria Geral. Contudo, o elogio à tentativa não se estende aos resultados: "*Mas, embora sua resposta seja um tanto quanto mística, a pergunta que ele propõe é real e importante*". (Robinson, 1949a, CEP1: 161). Ou, mais à frente:

> "Embora o Sr. Harrod devote um bom espaço para estas questões, a análise não se aprofunda muito. Para mencionar apenas um ponto, uma discussão em termos de psicologia individual deixa de levar em conta a principal influência sobre a propensão a poupar de uma comunidade - a distribuição da renda entre seus membros". (Robinson, 1949a, CEP1: 162).

Mesmo assim, a conclusão geral - de que no longo prazo não há como supor que a poupança tenda a se igualar ao investimento - merece o apoio da Autora:

> "Mas, seja como for, não há razão para duvidar da conclusão do Sr. Harrod, de que não se pode pressupor que a poupança (com uma taxa de juros constante) tenda a se adaptar à taxa de acumulação de capital necessária para sustentar um crescimento estável da produção". (Robinson, 1949a, CEP1: 162).

O ponto seguinte nesta resenha-ensaio refere-se à possibilidade de se considerar que a taxa de juros, ao invés de constante, varie, para garantir o equilíbrio entre poupança e investimento. Esta questão é abordada em duas etapas: a primeira discute a influência da variação da taxa de juros sobre a poupança e sobre o investimento; a segunda discute a probabilidade desta ocorrência. Joan Robinson resume as conclusões de Harrod:

> "Se a parcimônia puder ser representada como uma proporção constante da renda poupada a uma dada taxa de juros, e se esta proporção cai com a taxa de juros, então a qualquer estado dado de crescimento populacional e progresso técnico, existe um certo valor da taxa de juros que igualaria a taxa de poupança de pleno emprego aos requisitos de capital [investimento] e preencheria as condições para o crescimento estável à máxima taxa possível. Se a proporção poupada da renda se eleva com a renda, enquanto a taxa de acumulação necessária permanece constante, é preciso que a taxa de juros seja continuamente decrescente para que haja crescimento estável, e neste caso a influência sobre a poupança poderia ser auxiliada por uma elevação contínua do capital por unidade de produto. Se a taxa necessária de acumulação se elevar em

relação à poupança (decorrente de progresso técnico intensivo em capital), será necessária uma taxa de juros continuamente crescente". (Robinson, 1949a, CEP1: 163).

Ou seja, a possibilidade de adoção de políticas monetárias, que, através da alteração da taxa de juros, sejam capazes de garantir o crescimento estável da economia depende de inúmeros outros fatores, dentre os quais se destaca a própria propensão a poupar (que pode variar com a variação da renda, em montante e distribuição) e das características do progresso técnico. Não há, portanto, uma conclusão clara e direta, possível de ser estabelecida e Harrod acaba adotando a hipótese de Keynes, de uma taxa de juros determinada em termos de oferta e demanda por dinheiro. E, o que é mais importante, neste sentido é compatível com a extensão da Teoria Geral para o longo prazo:

"Conclui-se que não se pode pressupor que a harmonia entre parcimônia [poupança] e requisitos de capital [investimento] seja mantida. Esta é a projeção da tese central da Teoria Geral para o longo prazo". (Robinson, 1949a, CEP1: 164).

Em seguida, Joan Robinson discute e critica a formulação da "teoria do ciclo" de Harrod. Deve-se notar, mais uma vez, a forte presença, na argumentação da Autora, das questões que dizem respeito ao desemprego, aqui relativos tanto ao desemprego da força de trabalho quanto à capacidade produtiva ociosa:

"Se, a qualquer momento, a taxa de investimento cai abaixo do nível correspondente ao crescimento estável, o conseqüente enfraquecimento da demanda efetiva faz com que a expansão da produção caia a um nível inferior à taxa estável. Os requisitos de capital conseqüentemente se reduzem. A taxa de investimento cai ainda mais, e a produção cai num movimento auto-propulsivo decrescente já conhecido, até a recessão. Numa recuperação, que se inicia no ponto em que há mão-de-obra desempregada disponível, o movimento auto-propulsivo crescente pode aumentar a produção a uma taxa mais rápida do que a que é possível quando se alcança o pleno emprego. Se a taxa de crescimento real G exceder a taxa de longo prazo Gn, então, de acordo com o sistema de idéias do Sr. Harrod, o incremento de capital necessário para a expansão do produto que ocorre no curto prazo será superior à taxa de acumulação que pode ser mantida continuamente. Como análise do ciclo, este esquema é bastante insatisfatório, pois um sistema de idéias em que o investimento seja governado apenas pela 'relação' não pode lidar com facilidade com o fato de que na recessão existe capacidade ociosa bem como mão-de-obra desempregada. O investimento necessário para ofertar o equipamento para produzir um aumento da renda não é, de forma alguma, uma simples função do aumento da renda quando há capacidade ociosa, e possivelmente estoques redundantes, deixados pelo último boom". (Robinson, 1949a, CEP1: 165).

Mas, é na discussão sobre a taxa de crescimento garantida e, em particular, sobre a relação que em função de sua própria definição, se estabelece entre a plena capacidade e o pleno emprego - já que é entendida como a taxa de crescimento que assegura a plena utilização da capacidade, quando esta está crescendo continuamente, determinada por uma taxa de investimento que absorve a poupança correspondente à renda de pleno emprego - que Joan Robinson deixa ainda mais clara sua preocupação com o emprego, e contrapõe à noção de desemprego keynesiano a de desemprego marxista. Deve-se notar, mais uma vez, a referência às inovações intensivas em capital.

"Quando a poupança é deficiente, a taxa de crescimento 'garantida' é menor do que a necessária ao crescimento estável com pleno emprego. A taxa de acumulação efetiva seguirá um

> percurso cíclico, mas reunindo os bons tempos aos maus tempos, a taxa de acumulação será freada pelo fato de que a taxa de poupança a plena capacidade gera uma taxa de crescimento do estoque de capital inferior à necessária. Se a população estiver crescendo, o estoque de capital crescerá mais vagarosamente do que a mão-de-obra disponível, enquanto que o montante de emprego associado a um dado estoque de capital estará caindo continuamente à medida em que ocorre progresso técnico, de modo que haverá um crescimento progressivo do desemprego... Este desemprego não é suscetível aos remédios keynesianos, pois a elevação do nível de demanda efetiva mediante, por exemplo, a colocação da mão-de-obra redundante em projetos de investimento público, faria com que a demanda por bens de consumo se elevasse acima da capacidade de produção do equipamento de capital existente, causando o aparecimento de uma elevação de preços inflacionária. (Para resolver o problema, seria preciso combinar medidas de elevação do investimento com medidas que freiam a propensão a consumir, mediante impostos e racionamento). Este é um tipo de desemprego não contemplado na Teoria Geral. Pode ser apropriadamente denominado desemprego marxista (por oposição ao desemprego keynesiano, que decorre da deficiência da demanda efetiva). Ainda que nada esteja mais distante do seu pensamento, o Sr. Harrod nos levou à teoria do exército industrial de reserva de Marx, que se expande e se contrai à medida em que o crescimento da população se dê mais rapida ou mais vagarosamente que a taxa de acumulação de capital". (Robinson, 1949a, CEP1: 169).

A situação acima descrita - de deficiência de poupança, que faz com que a taxa "garantida" seja inferior à necessária para o crescimento com pleno emprego - refere-se, segundo a Autora, a paises atrasados com grande população, isto é, é como se não fosse possível alcançar o pleno emprego da força de trabalho porque esta é excessivamente grande. Esta questão, como já assinalamos anteriormente, será tratada mais adiante.

Mas, mesmo no caso oposto, quando o problema é o excesso de poupança, a questão se colocaria novamente, só que desta vez em termos de capacidade ociosa decorrente da escassez de mão-de-obra. Deve-se notar, novamente, que Joan Robinson constrói sua crítica supondo progresso técnico intensivo em capital:

> "... Quando a parcimônia é excessiva em relação à taxa de acumulação necessária para o crescimento estável com pleno emprego, a taxa de investimento que manteria a demanda efetiva a plena capacidade resultaria, se realizada, numa taxa de crescimento do estoque de capital excessiva em relação à taxa necessária. Esta taxa de acumulação não poderia ser mantida, pois se o investimento ficasse neste nível por algum tempo, haveria o surgimento de excesso de capacidade...
>
> ...
>
> Há duas maneiras distintas de surgimento de excesso de capacidade se o investimento for mantido, por algum tempo, acima da taxa necessária para o crescimento estável com pleno emprego. A primeira é a situação Hobsoniana na qual a demanda efetiva não está se expandindo na velocidade necessária para manter o estoque de capital em uso lucrativamente à medida que cresce. A segunda é a de que pode não haver mão-de-obra suficiente para operar o novo equipamento à medida que ele surge. O progresso técnico está continuamente reduzindo o número de homens necessários para produzir a taxa corrente de produção, e a população trabalhadora pode estar crescendo. Mas pode acontecer que a taxa à qual a mão-de-obra esteja se tornando disponível para o produto crescente seja menos que proporcional à taxa em que o estoque de capital esteja se expandindo. Neste caso o equipamento estará ocioso por não ser possível encontrar trabalhadores para operá-lo. Na linguagem marxista haveria super-produção de capital...
>
> É difícil imaginar que o investimento seja estancado por escassez de mão-de-obra. Ao invés disso, como a necessidade é a mãe das invenções, seria natural supor (como Marx o faz) que o progresso técnico neste caso seria ainda mais intensivo em capital de modo a reduzir ainda mais o montante de trabalho por unidade de capital. Mas neste caso saímos da frigideira para cair no fogo, pois com inovações intensivas em capital e com taxa de juros constante, a parcela relativa do trabalho na renda nacional seria decrescente, e a parcela dos lucros crescente, ao

longo do tempo, de modo que a parcimônia seria crescente..." (Robinson, 1949a, CEP1: 168-170).

Apenas para deixar um breve registro, pois este tema será retomado mais adiante ainda neste capítulo, é interessante notar a referência de Joan Robinson a Marx. Segundo a Autora, no sistema de Marx o progresso técnico intensivo em capital eleva a composição orgânica do capital e gera crises, mas estas não são decorrentes da queda da participação do salário na renda (que segundo a interpretação keynesiana/kaleckiana, levaria à redução do consumo, já que os trabalhadores têm uma propensão a consumir superior à dos capitalistas), mas pelo contrário, porque ela não se reduz, o que significa que é a taxa de lucro que cai à medida que o capital se acumula:

"No sistema de Marx, também o progresso intensivo em capital (que eleva a composição orgânica do capital) leva à crise, mas não porque a participação relativa do trabalho cai, reduzindo a demanda efetiva. Pelo contrário, o problema surge porque a participação relativa não cai (a taxa de exploração tende a ser constante) de modo que a taxa de lucro sobre o capital cai à medida que o capital se acumula". (Robinson, 1949a, CEP1: 170-171).

A crítica final de Joan Robinson ao livro de Harrod é interessante e demonstra bem a influência dos eventos da II Guerra Mundial no pensamento da Autora:

"O mundo do Sr. Harrod é um mundo no qual não há investimentos atrasados que devem ser completados. Não há danos de guerra a serem reparados; não há favelas a serem eliminadas ou replanejamento de cidades para limpar o caos que o passado deixou em nossas mãos; não há reabilitação de espaços vazios e desertos criados pela exploração egoísta do solo; não há segmentos atrasados na comunidade a serem trazidos ao nível dos demais; não há 'desemprego marxista' massivo a ser superado pela industrialização de regiões super-populosas; não há necessidade de adaptar equipamentos antiquados à luz do conhecimento técnico já existente; não há descobertas científicas de larga escala a serem incorporadas ao equipamento industrial. Em resumo, o mundo do Sr. Harrod não deve ser confundido com a Europa, a Ásia ou a América...". (Robinson, 1949a, CEP1: 172)[53].

---

53. Contraste-se, por exemplo, esta menção irônica ao "mundo de Harrod" com o que ela considerava importante em 1945:

"Neste país, com enormes blocos de equipamentos industriais antigos, com uma agricultura sub-capitalizada, e uma clamorosa demanda por investimento social para elevar o nível da saúde e da educação, o principal problema, durante vários anos após a guerra, com o qual se defrontará um governo que tenha aceito a tarefa de definir uma política de pleno emprego (e que tenha os poderes necessários para executá-la) não será o de encontrar algo em que gastar o dinheiro, mas o de encontrar um equilíbrio entre demandas rivais e urgentes pelos recursos disponíveis da nação....

... a taxa de elevação da produtividade do trabalho não é algo dado pela natureza. Tanto o montante de energia dispendido na pesquisa tecnológica quanto o ritmo de substituição do velho equipamento pelo novo podem variar. A decisão quanto à taxa mais desejável de elevação da produtividade do trabalho é em si mesma um problema, pois a qualquer momento, uma taxa mais elevada de crescimento da produtividade do trabalho requer uma taxa mais elevada de investimento em equipamentos industriais e um nível mais baixo de consumo ou de investimento em aspectos sociais...". (Robinson, 1945b, CEP1: 101).

Num outro trabalho, apresentado numa conferência em Copenhague em dezembro de 1946 - "Obstacles to Full Employment" (1946a) - Joan Robinson discute a situação de pleno emprego da força de trabalho vivenciada na Inglaterra no imediato pós-guerra, decorrente do esforço de reconstrução nacional e reconversão industrial, aliada à política de combate a inflação executada durante a guerra. Neste artigo, a Autora afirma que o verdadeiro teste da política de pleno emprego se dará quando, uma vez realizada a reconstrução, a demanda cair. O artigo critica principalmente a visão de que a função do governo é a de estabelecer políticas anti-cíclicas, no sentido de oferecer emprego em períodos de recessão e liberar mão-de-obra em períodos de crescimento. Para Joan Robinson, esta visão é errada, na medida em que não reconhece que o papel do governo é também o de direcionar o investimento, estabelecendo prioridades, segundo as necessidades da sociedade. Além disso, uma política deste tipo não seria muito prática:

"Muitas vezes, o investimento privado e o investimento público estão intimamente ligados. Não se pode ter fábricas construídas durante o boom e esperar até a próxima recessão para que se construam as estradas até seus portões. É essencial, para uma política de emprego sadia, que o investimento seja planejado como um todo e não meramente estabilizado por obras públicas 'anticíclicas'". (Robinson, 1946a, CEP1: 109).

E além desta crítica um tanto quanto sarcástica, geral, há uma outra ainda, especificamente voltada à questão do progresso técnico:

> "No mundo do Sr. Harrod, o progresso técnico cai do céu como um leve chuvisco e não é suscetível a qualquer influência econômica (nos afastamos, acima, do seu esquema de idéias, quando sugerimos que a escassez de mão-de-obra promoveria inovações intensivas em capital). O progresso técnico que é relevante para o argumento não é apenas a descoberta científica, mas a incorporação de novas idéias na produção real. A taxa de utilização de novas técnicas não é, na prática, mantida no nível ótimo. Mesmo nas nações e nos setores [e ramos] mais progressistas existe um grande número de produtores relativamente atrasados. Não há como saber de quanto seria a taxa de crescimento do produto per capita, a qualquer estágio do conhecimento, possível de ser alcançada com as políticas adequadas. Além disso, a descoberta científica em si mesma não é como o clima, mas é possível de ser direcionada e acelerada. Resumindo, a taxa de crescimento natural de Harrod não é um dado natural, mas um objeto de política e organização". (Robinson, 1949a, CEP1: 173).

E em sua última crítica, Joan Robinson introduz a questão da política:

> "Discutir a distribuição da renda ou os procedimentos para aumentar investimentos que sejam úteis traz a política para o argumento econômico. Seu método não é um método para deixar a política de fora. Sua decisão de evitar estas questões é, em si mesma, uma decisão política". (Robinson, 1949a, CEP1: 173).

A preocupação central de Joan Robinson em todas as suas menções em torno do caráter do progresso técnico é, voltamos a afirmar, o nível de emprego. A Autora discute, inclusive, a visão popular, segundo a qual o progresso técnico tende a ser prejudicial aos trabalhadores, na medida em que tende a gerar desemprego:

> "Freqüentemente coloca-se a questão em termos de se as inovações são 'prejudiciais ao trabalho'. Dizer que uma inovação é prejudicial ao trabalho pode significar três coisas. Pode significar que reduz o emprego. Isso, como vimos, é altamente provável. Pode significar que a taxa de salário real dos que estão empregados se reduz. Isto é muito pouco provável. Uma inovação suficientemente poupadora de mão-de-obra reduzirá a produtividade marginal do trabalho correspondente ao montante inicial de capital (cf. Hicks, Theory of Wages, p. 122) mas o aumento do capital per capita necessário para restaurar o equilíbrio tende a elevar a produtividade marginal do trabalho, e é apenas num caso muito extremo que a taxa de salário real, em equilíbrio, seria reduzida. Finalmente, uma inovação prejudicial ao trabalho pode significar que reduz a renda total do trabalho. Quando as inovações são neutras a renda total do trabalho não se modifica. Portanto, se as inovações forem principalmente poupadoras de capital, provavelmente reduzem a renda total do trabalho no longo prazo". (Robinson, 1936e, ETE: 97, n2, grifo no original).

Harrod não gosta desta passagem, a critica a Autora:

> "A conclusão pessimista da Sra. Robinson de que 'parece que há, de um ponto de vista de longo prazo, boa base para a visão popular de que as inovações tendem a reduzir o emprego' é, na ausência de informações mais plenas sobre a provável natureza das inovações, talvez um pouco superficial...". (Harrod, 1937, 329).

A continuidade deste debate com Harrod, bem como a questão da relação entre o pleno emprego do trabalho e a plena utilização da capacidade é levantada por Joan Robinson logo no início do terceiro e mais

importante ensaio do livro A Taxa de Juros e Outros Ensaios. Este, como já indicamos anteriormente, será analisado mais à frente, pois entendemos que está mais relacionado com as questões tratadas em A Acumulação de Capital, do que com a discussão que se realiza na década de 1930 ou mesmo na de 1940. Pode-se adiantar, no entanto, que apesar de suas críticas à abordagem de Harrod, não há dúvida de que Joan Robinson foi muito influenciada por ele - o que, aliás, reconhece em inúmeras referências[54]. Do debate que acabou de ser exposto, pode-se destacar duas idéias principais. A primeira, que aparece de modo apenas sutil, diz respeito à crítica de Harrod quanto à medida do capital. Embora Joan Robinson tentasse respondê-la, como foi visto, reconheceu que restavam ambigüidades. A busca de uma solução para este problema desembocou na "controvérsia de Cambridge". A segunda refere-se à adoção, primeiro timidamente e depois com mais firmeza, da noção de diferentes taxas de crescimento, que deu origem às "idades metálicas" nos Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento Econômico (1952). Estes temas serão tratados nos próximos capítulos.

54. No prefácio ao livro A Acumulação de Capital, por exemplo, Joan Robinson agradece a Harrod e reconhece uma dívida para com ele, pelo fato de ter influenciado sua formulação do conceito de progresso técnico neutro (com referência explícita ao artigo intitulado "The Classification of Inventions") e para com R.F. Kahn, que os ajudou a exprimir o conceito de forma compreensível.

II.1.2.2 - A classificação dos tipos de desemprego.

A classificação dos tipos de desemprego está mais esparsa ao longo da obra de Joan Robinson do que a das inovações. Embora seja comum considerar que a grande diferenciação que a Autora faz - mencionada brevemente acima - é entre o que denomina "desemprego keynesiano" e "desemprego marxista", deve-se destacar que mesmo no interior da categoria "desemprego keynesiano" há diferenças importantes. Estas têm como principal função esclarecer uma das proposições centrais da Teoria Geral - qual seja, a de que a redução dos salários não constitui um remédio contra o desemprego, mas pelo contrário, tenderia a acentuá-lo ainda mais.

Iniciando pelo primeiro ensaio sobre o tema, intitulado "Full Employment" (1935c), Joan Robinson define o conceito de desemprego involuntário como aquele nível de emprego que a comunidade gostaria de oferecer mas não é, efetivamente, capaz de ofertar, independentemente do nível de salário:

> "Seria possível, de um certo ângulo, dizer que não há desemprego 'involuntário' enquanto as pessoas desempregadas não estiverem tão ansiosas para encontrar trabalho a ponto de estarem dispostas a oferecer-se por salários reduzidos. Mas este uso do termo seria extravagante. Do ponto de vista do senso comum seria absurdo dizer que na Grã-Bretanha de 1933 não havia desemprego involuntário porque naquela época as taxas de salário nominais eram estáveis, ou que não havia desemprego na mineração de carvão em 1936 pois naquela época havia demanda por salários nominais maiores. Se o termo 'desemprego involuntário' for restrito a um grau de desemprego tão severo a ponto de minar o sentido de lealdade e o regulamento sindical que proíbe o corte de salários nominais, então será preciso encontrar outro termo que corresponda à noção de senso comum de desemprego. Mas o termo 'desemprego involuntário' é, obviamente, adequado a este último propósito, e parece bastante satisfatório e simples dizer que o montante de desemprego involuntário é o montante de trabalho que, nas condições existentes, a população está querendo oferecer mas é incapaz de fazê-lo. Não é absolutamente possível encontrar qualquer medida precisa desta quantidade, mas para todos os efeitos práticos, uma definição de senso comum serve. Neste sentido, o desemprego pode ocorrer mesmo quando os salários nominais estiverem subindo". (Robinson, 1935c, ETE: 6-7, grifos nossos).

Para Joan Robinson, os vários tipos de desemprego têm o papel fundamental de explicar os diferentes "fenômenos" verificados no mercado de trabalho. O primeiro e mais importante deles, e que é idêntico à proposição de Keynes na Teoria Geral, é o de que os trabalhadores, mesmo quando organizados em sindicatos, não têm poderes para determinar os salários reais, mas apenas os nominais.

O segundo diz respeito à idéia de que uma redução dos salários tenderia a aumentar o nível de emprego, na medida em que, reduzindo a demanda por dinheiro, tenderia a reduzir a taxa de juros e por conseqüência a aumentar o incentivo à produção e portanto do emprego. Para Joan Robinson, (e para Keynes, fundamentalmente), a relação de causalidade é a inversa: é o nível de emprego que determina o salário nominal. Além disso, a atuação dos sindicatos, ao não permitir uma redução dos salários nominais, evita que a participação dos lucros na renda aumente - e uma vez que se supõe que a propensão a poupar dos que recebem lucros tende a ser maior do que a dos que recebem salários - tende a evitar, conseqüentemente, uma redução de demanda e do nível de emprego.

> "O argumento de que o nível de emprego tenderia a ser maior numa comunidade em que não existissem sindicatos que resistem a uma queda dos salários quando ocorre desemprego não

é, de forma alguma, um corolário deste argumento [de que uma redução dos salários nominais, ao reduzir a demanda por dinheiro, tende a reduzir a taxa de juros e portanto tende a aumentar o nível de emprego]. Pois sem sindicatos, o monopsônio é mais poderoso, a razão entre salários reais e lucros reais é menor, a parcimônia é maior e o nível de emprego a uma dada taxa de juros é conseqüentemente menor. Este efeito depõe contra, e com força, à influência do reduzido salário nominal para a elevação do nível de emprego". (Robinson, 1935c, ETE: 4, n2).

Para a Autora, há três razões principais pelas quais o nível dos salários nominais é determinado principalmente pelo nível de emprego (e não o contrário). Todas elas são fortemente baseadas na atuação sindical, que deve levar em conta tanto o interesse dos trabalhadores empregados quanto dos desempregados, além da própria reserva financeira dos sindicatos e - o que é fundamental - a alteração da correlação de forças à medida que o nível de emprego aumenta:

"Primeiro, um homem que está seguro no seu emprego e sofre uma perda de salário real quando a demanda efetiva se eleva e o custo de vida sobe, torna-se, por isso, mais ansioso que antes para demandar um salário nominal mais alto. Um homem desempregado, ou que detenha um emprego precário, pode preferir não questionar o nível de salário nominal e permitir que o processo de elevação do nível de emprego tenha continuidade. À medida que o desemprego se reduz, o número de homens do primeiro tipo aumenta, e do segundo se reduz, em número e influência. Um sindicato que leve em conta o interesse dos dois tipos será gradualmente levado na direção de demandar salários nominais superiores à medida que o desemprego se reduz. Em segundo lugar, a existência de desemprego enfraquece a posição dos sindicatos reduzindo seus recursos financeiros e despertando o temor da concorrência da mão-de-obra não sindicalizada. Conseqüentemente, mesmo um sindicato que represente apenas os trabalhadores empregados terá suas ações mais restringidas quanto maior for o desemprego. Em terceiro lugar, a posição estratégica e moral dos sindicatos é fortalecida quando os lucros são crescentes e os salários reais decrescentes. O inverso ocorre quando a demanda efetiva declina. Conseqüentemente, os movimentos do nível de emprego são os principais determinantes do nível de salários nominais". (Robinson, 1935c, ETE: 3-4, grifos nossos).

O fato da atuação dos sindicatos poder (e possivelmente) ser alterada à medida em que varia o nível de emprego não significa, no entanto, que os salários oscilam constantemente. Para Joan Robinson, há um "teto" salarial, assim como um "piso" salarial, associados cada um a um certo nível de emprego, e, entre estes limites, o salário nominal tende a ser razoavelmente estável. Ou seja, Joan Robinson estabelece o princípio de que embora os salários sejam flexíveis, não são totalmente voláteis. Ao mesmo tempo, isto explica porque não existe uma relação clara, direta e imediata entre a variação dos salários reais e dos salários nominais. A idéia é a de que a simples existência de algum nível de desemprego involuntário - isto é, de trabalhadores que não conseguem emprego, a qualquer salário, freia a atuação dos sindicatos, de modo que o crescimento do nível de emprego não gera aumentos salariais imediatos, mas lentos e graduais:

"...a existência de trabalhadores desempregados, ansiosos para encontrar emprego, exerce um poder de freio sobre os sindicatos, e a elevação dos salários nominais será leve e gradual. Uma elevação do nível de emprego, nesta situação, fortalecerá a posição do sindicato e tende a acelerar a elevação dos salários nominais, mas enquanto houver um nível apreciável de desemprego, o movimento de elevação não será esmagadoramente poderoso". (Robinson, 1935c, ETE: 5).

Este também é o motivo pelo qual, segundo a Autora, pode ocorrer que a demanda efetiva crescente seja acompanhada - durante algum tempo - por uma queda dos salários reais, mesmo quando os

sindicatos queiram e possam não apenas evitar a redução dos salários mas também sua elevação. Enquanto o nível de desemprego for razoavelmente alto, esta situação, que é apenas aparentemente paradoxal, deverá prevalecer, mas tende a desaparecer assim que o nível de desemprego se reduz.

> "Portanto, não há qualquer paradoxo no fato de que a demanda efetiva pode aumentar e os salários reais possam cair numa situação em que os sindicatos sejam capazes e desejam evitar uma queda de salários nominais, ou até mesmo obtenham uma elevação. A relação entre movimentos dos salários nominais e movimentos dos salários reais é muito acidental". (Robinson, 1935c, ETE: 5-6, grifos nossos).

É interessante registrar ainda que o nível de emprego a partir do qual os salários nominais tendem a elevar-se, por força da luta sindical, está associado a um nível de salário real, que por sua vez é determinado pelas condições técnicas de produção e pelo grau de monopólio. Infelizmente, a Autora apenas afirma a existência desta relação, mas não a desenvolve:

> "Há um certo nível de emprego, determinado pela posição estratégica geral do sindicato, para o qual os salários nominais se elevam, e a este nível de emprego há um certo nível de salários reais, determinado pelas condições técnicas de produção e pelo grau de monopólio. Ao demandar uma elevação de salários nominais, os sindicatos não estão considerando quanto desemprego desejam, mas apenas tirando vantagem do fato de que o desemprego é baixo. O paradoxo da política sindical só surge quando consideramos que o sindicato age em termos de salários reais correspondentes a um dado nível de desemprego, ao invés de considerar os movimentos do custo de vida como apenas um dos elementos da sua posição de barganha. Os economistas criaram um quebra-cabeças ao inventar uma resposta dos sindicatos a uma pergunta que eles não se fazem". (Robinson, 1935c, ETE: 5-6, grifos nossos).

A única referência mais explícita às imperfeições do mercado de trabalho aparece na explicação dos motivos pelos quais os sindicatos, em geral, discordam das propostas de redução dos salários nominais como forma de elevar o nível de emprego:

> "...Em qualquer situação real, o efeito de uma alteração dos salários nominais sobre o nível de emprego é obscuro e difícil de diagnosticar, e a sugestão de que um corte de salários lhes fará bem é naturalmente considerada, pelos sindicatos, com grande suspeita. Sua tarefa é assegurar os melhores contratos que puderem e evitar que os empregadores tirem vantagens de sua posição monopolista frente aos trabalhadores. Para isso precisam estar alertas para demandar uma elevação de salários sempre que a situação for favorável para tanto". (Robinson, 1935c, ETE: 2).

A "situação favorável" a que Joan Robinson se refere é uma situação na qual a demanda efetiva é crescente, e que em geral está associada à elevação de preços[55]. A elevação dos preços, por sua vez, ao reduzir os salários reais, tem implicações contraditórias sobre a atuação sindical, uma vez que, por um

---

55. Não está explicitado, mas aparentemente a relação entre aumento da demanda efetiva e elevação dos preços indica que Joan Robinson esteja supondo plena utilização da capacidade, a despeito de sua afirmação em contrário, na introdução à reprodução deste conjunto de ensaios no quarto volume de seus Collected Economic Papers:

> "O principal argumento da Teoria Geral de Keynes é estabelecido em termos de uma situação de curto prazo em que tanto a capacidade produtiva quanto as expectativas sobre o futuro imediato são dadas...Esta forma de raciocinar era desculpável na situação de profunda crise, em que havia capacidade produtiva ociosa em todas as atividades, de modo que era natural supor uma oferta perfeitamente elástica de qualquer tipo de produto e uma resposta muito rápida do emprego a uma elevação da demanda". (Robinson, 1973l, CEP4: 175).

lado, reduz seu poder financeiro, mas pelo outro, faz com que a "*indignação cimente os vínculos das organizações sindicais*". (Robinson, 1935c, ETE: 3).

Levar em conta a disponibilidade total da mão-de-obra - isto é, dos trabalhadores empregados e desempregados - não é importante apenas para explicar o comportamento dos sindicatos quando há desemprego, mas também para explicar o comportamento dos empresários quando se atinge o pleno emprego. O pleno emprego, na acepção de Joan Robinson, é a situação na qual não há mais nada que impeça uma elevação de salários nominais, e é definido tanto em termos do comportamento dos trabalhadores organizados em sindicatos quanto em termos do comportamento dos empresários.

> "Quando todos os indivíduos estão empregados, não há mais ninguém cujo interesse resida em refrear as reivindicações por aumentos de salários nominais quando ocorrem elevações de preços. O temor dos fura-greve desaparece, e a posição dos sindicatos se torna extremamente forte. Não há necessidade de postular um ponto psicológico crítico no qual o salário real deixa de compensar a desutilidade do trabalho... A demanda por salários nominais maiores é realizada com sucesso crescente à medida que o nível de emprego cresce e quando se alcança o nível de pleno emprego torna-se extremamente forte. O ponto de pleno emprego é o ponto no qual desaparecem todos os obstáculos, do lado do trabalho, a uma elevação do salário nominal". (Robinson, 1935c, ETE: 8-9).

Em outras palavras: quando não há desemprego, nenhum trabalhador se opõe a reivindicações por aumentos salariais (quando há desempregados, à reivindicação de aumento salarial contrapõe-se a de mais empregos). No que se refere aos empregadores, as atitudes variam, segundo a Autora, dependendo do tipo de pleno-emprego. Ela distingue a situação na qual o nível de demanda efetiva é, por acaso, o nível que gera pleno emprego (em que a demanda por trabalho é exatamente igual à oferta de trabalho), da situação na qual a demanda efetiva não pode aumentar apenas devido à escassez de mão-de-obra, ou seja, quando "*a demanda por trabalho à taxa salarial nominal vigente excede a mão-de-obra disponível*...[e pode ser]... *grosseiramente medida pelo montante em que o emprego se elevaria se a oferta de mão-de-obra fosse ilimitada*". (Robinson, 1935c, ETE: 9).

Quando há escassez de mão-de-obra, os próprios empregadores têm um incentivo para aumentar os salários, e sob o pressuposto de perfeita mobilidade, o pleno emprego seria atingido em todos os setores e ramos, simultaneamente. Na ausência de plena mobilidade e/ou oferta ilimitada de mão-de-obra, o pleno emprego passaria a ser a situação na qual "*nenhum empregador é capaz de empregar mais trabalhadores sem que outros empreguem menos*". (Robinson, 1935c, ETE: 10).

Neste ponto, Joan Robinson faz nova distinção, desta vez entre o pleno emprego da força de trabalho e o pleno emprego da capacidade produtiva. O primeiro torna-se um limite praticamente intransponível (no curto prazo), a não ser mediante a rápida introdução de inovações poupadoras de mão-de-obra (o que implica longo prazo). O segundo limite não chega a ser um limite propriamente dito, embora Joan Robinson o relacione com o perigo de uma hiper-inflação[56].

---

56. Asimakopulos, em vários dos seus trabalhos, refere-se à relação entre pleno-emprego e tendência à inflação como uma das poucas que a Autora sustentou ao longo de toda sua obra. Em particular, ressalta a visão pessimista de Joan Robinson a este respeito.

No ensaio intitulado "Mobility of Labour" (1937c), Joan Robinson faz nova distinção entre tipos de desemprego: o desemprego que decorre genericamente de uma deficiência da demanda efetiva - isto é, o desemprego involuntário - do desemprego que se convencionou denominar desemprego friccional, decorrente da imperfeita mobilidade da força de trabalho. Para Joan Robinson,

> "uma parte do desemprego, diz-se, pode ser curada mediante a elevação da demanda efetiva, enquanto a outra parte só pode ser sanada mediante a remoção das fricções. Mas é duvidoso que este conceito possa ter alguma interpretação útil, pois as fricções e os movimentos da demanda efetiva agem e reagem uns sobre os outros e estão inextricavelmente interligados". (Robinson, 1937c, ETE: 29, grifos nossos).

O conceito de desemprego involuntário era muito caro a Keynes, e embora a primeira versão deste ensaio tenha sido refeita, a pedido e por sugestão dele, mesmo assim continuou não merecendo sua aprovação:

> "Ainda discordo um pouco do desemprego friccional. Achei que o que você tem a dizer sobre isto é muito útil e estimulante, mas ainda considero que é um conceito necessário para o qual é possível dar uma interpretação útil". Carta de Keynes a Joan Robinson, 05.11.1936 (CWJMK, XIV: 142).

O motivo do desagrado de Keynes era claro: o ponto central em que se baseava o argumento de Joan Robinson pressupunha a existência de assimetrias, tanto entre ramos de atividade ou regiões geográficas, quanto em termos de especialização da mão-de-obra, de modo que fosse possível - mesmo com demanda efetiva alta - que certos ramos e/ou regiões sofressem escassez de mão-de-obra, enquanto alguns trabalhadores permanecessem desempregados. As assimetrias geram um certo grau de "imobilidade".

O principal objetivo de Joan Robinson era, na verdade, o de redefinir o próprio conceito de pleno emprego, sugerindo que fosse entendido como uma situação impossível de ser alcançada - e portanto irreal - sempre que se supõe alguma imobilidade da mão-de-obra. Ou, que o conceito de pleno emprego da força de trabalho é um conceito sem sentido se não se puder supor que a mão-de-obra se desloca livremente como resposta às oportunidades de emprego e trabalho. Esta redefinição do conceito de pleno-emprego contrapõe à idéia de que se pode considerar uma situação como sendo de pleno emprego mesmo que haja algum grau de desemprego, pois este seria do tipo "friccional" (passageiro). Em outras palavras, Joan Robinson descarta a própria noção de desemprego friccional e estabelece a impossibilidade real de pleno emprego, sempre que se levar em consideração, no mínimo, um certo grau de especialização (ou heterogeneidade) do trabalho. A idéia de imobilidade da mão-de-obra associa-se à de imperfeição do mercado de trabalho e, pode-se dizer, à de "barreiras à entrada".

> "Não é possível dar um significado preciso à noção de pleno emprego num sistema em que a mobilidade da mão-de-obra não é perfeita, a não ser que se considere que implica um estado de coisas no qual há pleno emprego completo, ou seja, que não há mão-de-obra disponível desempregada em qualquer região ou ocupação. Diz-se comumente que existe 'pleno emprego' quando os únicos desempregados que existem podem ser descritos como friccionais... Mas é impossível conferir precisão ao conceito específico de desemprego 'friccional', pois é impossível

distinguir com clareza entre o desemprego que decorre de fricções e o desemprego que decorre de uma deficiência de demanda efetiva.

Enquanto as fricções forem fortes e as demandas estiverem em constante modificação, é pouco provável que se alcance o pleno emprego absoluto, pois para cada momento específico o pleno emprego para toda a mão-de-obra envolveria uma demanda por um conjunto específico de tipos particulares de trabalhadores em lugares específicos, e se precisamente estes tipos não estiverem disponíveis, alguns estarão plenamente empregados enquanto que outros, disponíveis, não serão requeridos. Parece preferível dizer que o pleno emprego, num sentido preciso, nunca pode ser alcançado se existirem fricções, ao invés de utilizar o 'pleno emprego' num sentido impreciso no qual o desemprego que permanece é vagamente atribuído às fricções". (Robinson, 1937c, ETE: 41-42, grifos nossos).

Embora Keynes não tivesse aprovado a idéia de que o conceito de desemprego friccional é inútil, parece que acabou aceitando a redefinição do conceito de pleno emprego elaborada por Joan Robinson. Pelo menos, é o que ela afirma quarenta anos depois. Na introdução à reprodução do conjunto de ensaios sobre a teoria do emprego, do quarto volume de seus Collected Economic Papers, ela afirma que:

"Keynes leu os rascunhos [dos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego] e eu retirei tudo aquilo sobre o que não fui capaz de convencê-lo de que estava correta. Pode-se considerar que ele aceitou minha emenda à sua definição de pleno-emprego". (Robinson, 1973l, CEP4: 174)[57].

O comentário de Keynes, registrado e publicado é o de que

"...o livro como um todo é um pouco desigual, como já disse nos meus comentários. Mas o efeito geral é esplêndido, cheio de originalidade e interesse". Carta de Keynes a Joan Robinson, 12.11.1936 (CWJMK, XIV: 147).

É preciso ressaltar, no entanto, que a imobilidade da mão-de-obra não é, para Joan Robinson, uma característica estrutural no sentido de imutável, e que pode ser reduzida pelo próprio aumento das oportunidades de emprego. Num artigo intitulado "Do we need world markets?" (1943j), ela o explicita:

"Sempre pensei que o argumento da dificuldade em fazer os trabalhadores se deslocarem de um lugar a outro ou de uma atividade a outra, tem sido mal utilizado. É o desemprego que faz com que os homens relutem em se mudar. Quando há bons empregos com boas perspectivas, as pessoas os procurarão com rapidez suficiente". (Robinson, 1943j: 491)[58].

Isto relativiza a idéia de imobilidade da mão-de-obra, mas não a elimina. Para Joan Robinson o pleno-emprego absoluto é uma situação fictícia, praticamente impossível de ser atingida[59]. Esta concepção também aparece no ensaio intitulado "Disguised Unemployment" (1936a), cuja tradução literal é

---

57. Além da relação entre pleno-emprego e inflação mencionada na nota anterior, Asimakopulos (1984b: 530) chama a atenção para o fato de que a hipótese de inelasticidade da oferta de trabalho é outra das poucas que Joan Robinson manteve ao longo de toda sua obra, isto é, de que ela sempre esteve convencida e portanto nunca reviu.

58. Trata-se na verdade de um artigo no qual Joan Robinson discute a importância de incentivar o setor exportador - não para gerar emprego - mas para gerar capacidade de importação. Joan Robinson utiliza o exemplo dos "filhos do camponês" para argumentar que a exportação de máquinas e equipamentos aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento não criará concorrência futura para a própria indústria britânica, mas, pelo contrário, ampliará o mercado (exportador), na medida em que poderá empregar os "filhos do camponês" que estão desempregados: "*Supondo-se que uma nova fábrica de algodão seja desenvolvida, o mercado de Lancashire será menor; mas as pessoas que agora estão produzindo suas próprias camisas ao invés de comprá-las de nós estarão numa situação melhor e quererão comprar outra coisa - talvez uma bicicleta de Birmingham. Portanto, se o mundo for próspero, nosso problema não será o de falta de mercado, mas o de troca de mercado. Nosso problema será o de tornar nossa economia mais flexível... e a mão-de-obra mais móvel ... os trabalhadores terão de aprender novos ofícios...*". (Robinson, 1943j: 491).

59. À semelhança de sua "idade de ouro" em A Acumulação de Capital.

"desemprego disfarçado", mas que modernamente se poderia denominar "subemprego". O conceito de desemprego disfarçado está intimamente associado à idéia de que mesmo desempregado, ninguém fica ocioso, e de um modo ou de outro, mesmo quem não tem emprego regular consome, no mínimo, o necessário para a sobrevivência.

Ao mesmo tempo, o conceito está relacionado ao de pleno-emprego, naquele sentido segundo o qual não há oferta disponível de mão-de-obra, de forma que é impossível que um empresário contrate algum trabalhador sem que outro empresário perca um empregado. Em outras palavras, para Joan Robinson, sempre que for possível, a um empresário, contratar um empregado adicional sem retirá-lo de uma função exercida anteriormente em outra empresa, constata-se que há desemprego disfarçado.

O objetivo da Autora neste ensaio é o de mostrar que levar em conta o subemprego torna o esquema da Teoria Geral mais complicado, pois deixa de haver uma única função relacionando o consumo total ao investimento total, uma vez que a propensão a consumir dos trabalhadores empregados é diferente da propensão a consumir dos subempregados. Mas, a rigor, isto também acontece quando se considera que trabalhadores de diversas categorias têm diferentes poderes de barganha; e, portanto, quando há variação de salários, esta não ocorre igualmente em todas elas. A variação de salários relativos afeta a propensão a consumir de maneira desigual, assimétrica e não-previsível, além de alterar os lucros relativos em diferentes setores e ramos de atividade (tanto pelo seu caráter de componentes do custo de produção quanto através do princípio da demanda efetiva).

> "Em geral, quando os salários nominais estão caindo, por qualquer razão, é provável que caiam de forma desigual, de modo que os trabalhadores que estão numa posição mais fraca sofrem um corte de salário nominal relativamente maior. Haverá portanto uma queda do salário real de alguns trabalhadores e uma elevação do salário real de outros. A produção se expandirá (ou se reduzirá menos do que se reduziria) ali onde os salários relativos caem, e se contrairá mais ali onde os salários relativos se elevam. Uma mudança de salários relativos alterará a distribuição dos lucros entre diferentes grupos de empregadores, de modo que os lucros relativos sobem ali onde os salários relativos caem e caem ali onde os salários relativos sobem. Isto reagirá sobre a poupança da comunidade como um todo, o que pode se dar em qualquer uma das direções e pode, conseqüentemente, levar a uma elevação ou a uma queda do emprego...". (Robinson, 1936a. ETE: 64-65, n1).

A rigor, o ensaio sobre desemprego disfarçado trata fundamentalmente do seguro-desemprego, defendido por Joan Robinson sob o argumento de que o pagamento do seguro gera demanda e pode assim incentivar a produção. Os argumentos de Joan Robinson foram questionados por Barger (1936), para quem a legislação do seguro-desemprego acabaria por subsidiar atividades cuja produtividade é baixa.

> "... a questão é esta: com um dado montante de dinheiro disponível para ser utilizado como seguro-desemprego ou para ser usado de outra maneira, qual delas é a melhor? Se, e na medida em que se decida usar o dinheiro para subsidiar o emprego, o importante é que seja utilizado para subsidiar formas de emprego eficientes ao invés de ineficientes". (Barger, 1936: 757-758).

Deve-se reconhecer que a origem desta relação entre desemprego disfarçado e ineficiência, ou baixa produtividade, parte da própria Autora:

"O declínio da demanda pelo produto da atividade normal das empresas leva ao deslocamento da mão-de-obra das atividades em que a produtividade é maior para as atividades em que é menor. A causa deste deslocamento, o declínio da demanda efetiva, é exatamente a mesma causa do desemprego no sentido comum, e é natural descrever a adoção de ocupações inferiores pelos trabalhadores demitidos como desemprego disfarçado". (Robinson, 1936a, ETE: 61-62, grifos nossos).

Ou, ao contrário, com relação ao aumento do nível de emprego:

"pode-se dizer que o emprego aumenta quando parte do tempo de uma pessoa passa a ser gasta numa ocupação em que sua produtividade é maior". (Robinson, 1936a, ETE: 63, n1).

Na sua réplica a Barger, Joan Robinson defende a idéia de que o pagamento do seguro-desemprego assegura alguma demanda em setores da sociedade cuja propensão a poupar é baixa (e a de consumir, conseqüentemente, é alta), e que, mesmo que não seja capaz de elevar o nível de demanda efetiva de modo a incentivar os empresários a gerar emprego, pelo menos não a reduz, especialmente se o seguro-desemprego for financiado, de alguma forma, a partir da poupança da sociedade:

"O esquema do Sr. Barger sugere que se utilize o Fundo de Desemprego para subsidiar os salários ordinários. Não fica claro se pretende que o subsídio leve a um déficit orçamentário ou se deve ocorrer às expensas do seguro-desemprego. A segunda alternativa dificilmente pode ser levada a sério. Cessar o pagamento do seguro-desemprego e direcionar estes fundos aos empregadores privados, na esperança de que o desemprego desapareça prontamente seria uma aposta desesperada. E não parece haver nenhuma razão para que se considere que a aposta seja bem sucedida, pois do ponto de vista dos empregadores, a queda da demanda advinda dos desempregados contrabalançaria a redução de custos representada pelos subsídios. Certamente não é um pressuposto meu o de que num sistema fechado, o desemprego se deva a um salário nominal excessivo. Um subsídio aos salários, pago mediante um déficit orçamentário, certamente elevaria o emprego (desde que a maior parte do subsídio não ficasse em mãos dos seus primeiros receptores), tanto quanto quando o déficit orçamentário é utilizado para outros fins. Mas antes de defender este remédio para o desemprego é necessário compará-lo com outros métodos possíveis para elevar a demanda efetiva, e o método mais benéfico e mais prático deve ser o escolhido. Para este debate a minha análise sobre o desemprego disfarçado tem pouco a contribuir...". (Robinson, 1936b: 759-760, grifos no original).

Mas, como veremos mais adiante, a relação entre desemprego disfarçado e baixa produtividade será mantida mesmo em A Acumulação de Capital, no que diz respeito à "desmecanização da técnica". É interessante registrar que há uma referência ao artigo de Barger e à réplica de Joan Robinson nos Collected Writings de Keynes. A réplica de Joan Robinson, publicada em The Economic Journal, fora ligeiramente modificada por Keynes, que "*tomou a liberdade de modificar uma palavra ou uma expressão aqui e ali*"[60].

As políticas para redução do desemprego são analisadas no ensaio intitulado "Certain Proposed Remedies for Unemployment" (1937d), no qual a Autora examina quatro sugestões muito comuns: a redução compulsória do dia de trabalho, uma elevação do tempo de escolaridade obrigatória, a emigração e o subsídio aos salários. Ela chama a atenção para o fato de que não analisa os efeitos destas políticas sobre

60. Carta de Keynes a Joan Robinson, 15.10.1936 (CWJMK, XIV: 138). Veja-se também CWJMK (XIV: 135)

o comércio exterior (balança de pagamentos, taxa de câmbio, etc.) - isto é, que a análise é feita supondo-se uma economia fechada. Além disso, assinala que considera que a taxa de juros não é afetada. Para ela, todas estas sugestões devem ser analisadas, primordialmente, à luz de sua influência sobre a taxa de investimento e/ou a propensão a poupar.

Com relação à primeira sugestão, de redução da jornada de trabalho, conclui:

> "Uma redução de horas de trabalho não é, em qualquer sentido, um remédio para um baixo nível de desemprego. Apenas leva à redistribuição de um número menor de empregos entre um número maior de indivíduos". (Robinson, 1937d, ETE: 50).

A proposta de elevação do tempo de escolaridade apenas reduz os efeitos do desemprego mas não soluciona o problema:

> "A elevação do tempo de escolaridade deve ser visto como uma forma de mitigar os efeitos ruins de um baixo nível de emprego, e não como um fator que remove sua causa". (Robinson, 1937d, ETE: 54).

A emigração, por sua vez, se por um lado reduz o desemprego, por outro também reduz a demanda. O resultado final tende a ser o de piorar a situação.

> "Embora a emigração possa reduzir o montante de desemprego no país de origem, seu efeito sobre a redução do emprego [via redução da demanda efetiva] é provavelmente mais sério do que todos os demais esquemas discutidos". (Robinson, 1937d, ETE: 56).

A avaliação de Joan Robinson quanto à proposta de subsídio aos salários é francamente desfavorável, em qualquer uma de suas duas versões: a primeira é um subsídio na forma de pagamento, pelo Estado e ao empresário, de uma percentagem do salário pago a cada um dos seus empregados, financiado por impostos adicionais sobre a renda; o segundo tipo de subsídio é a transferência do que é pago como seguro-desemprego ao desempregado, para o empresário que o contratar.

> "A análise deste esquema [de subsídios] pode parecer fantástica, mas a fantasia está no esquema e não na análise". (Robinson, 1937d, ETE: 59).

O argumento utilizado por Joan Robinson é a prova pelo absurdo. Mas, é interessante destacar que, mesmo pelo absurdo, ela não abre mão do que propõe a Teoria Geral no que se refere à relação de causalidade entre salário nominal e nível de emprego. A "fantasia" refere-se ao pressuposto de que a redução de custos, do ponto de vista do empregador e efetivada pelo subsídio, seja acompanhada de redução de preços. A lealdade à Teoria Geral está na afirmação de que o subsídio aos salários não afetará diretamente o nível de emprego, uma vez que este não é determinado por aquele, mas sim vice-versa (conforme já se destacou neste capítulo). O pressuposto de que a redução dos custos tende a levar à redução dos preços é importante no argumento, pois fundamenta a idéia de que a redução de preços eleva o salário real, e portanto aumenta o consumo, conseqüentemente incentiva a produção e gera empregos. Mas

a Autora é incisiva em sua crítica a este pressuposto - em que a menção ao oligopólio é explícita - ainda que relegada a duas notas de rodapé:

> "Acontece freqüentemente que, por acordo tácito, as firmas evitam 'passar ao consumidor' sua redução de custos. Isto equivale a uma elevação do grau de monopólio, e tende a reduzir a produção... A possibilidade, altamente desfavorável ao esquema [de subsídio aos salários], de que possa gerar um aumento do grau de monopólio, não deve deixar de ser levada em conta". (Robinson, 1937d, ETE: 57, n2, grifos nossos).

Ou, numa passagem a que já se referiu acima:

> "Em geral, uma elevação do grau de monopólio aumentará a propensão a poupar e portanto reduzirá o nível de emprego, pois altera a distribuição da renda de modo desfavorável para o trabalho.
>
> Qualquer grupo de firmas concorrentes pode aumentar seus lucros agregados, ao menos temporariamente, mediante fusões e, a qualquer momento, a extensão do monopólio é determinada pela tensão entre a sedução do lucro, de um lado, e o desejo de independência e as dificuldades da fusão por outro. Uma vez que o temor da perda é maior que a esperança do ganho, há uma grande tendência ao crescimento do grau de monopólio à medida que a demanda efetiva cai, enquanto que as fusões ocorridas em períodos de recessão tendem a se romper quando a economia se recupera... Portanto mudanças no grau de monopólio tendem a ampliar o movimento da demanda efetiva iniciado por outras causas... ". (Robinson, 1936e, ETE: 94, n1).

O ensaio não é um ensaio "positivo" no sentido de oferecer alternativas viáveis para redimir os problemas de desemprego. Além disso, Joan Robinson adota hipóteses por demais simplificadoras e limitadas, como o da taxa de juros constante e uma economia fechada. Como exemplo, ao discutir o aumento do tempo de escolaridade, Joan Robinson supõe que as crianças serão substituídas por adultos que recebem salários maiores do que o que as crianças receberiam; ou, ao discutir a redução da jornada de trabalho, supõe que as horas "desocupadas" serão ocupadas por trabalhadores desempregados. Keynes também tem algumas críticas a este ensaio:

> "Você está lidando essencialmente com propostas práticas e realistas que, aqui e ali, fazem com que uma discussão em linhas formais e abstratas seja um pouco irreal. Não quero com isso dizer que a discussão não seja útil e interessante". Carta de Keynes a Joan Robinson 05.10.1936 (CWJMK, XIV: 137).

Toda esta discussão em torno das diferentes categorias de (des)emprego keynesiano pode parecer excessiva. No entanto, como mostraremos no item a seguir, há autores que estabelecem uma contraposição, a nosso ver, exagerada, entre o desemprego keynesiano - e em particular o desemprego disfarçado - e o desemprego marxista, não apenas nos termos originalmente estabelecidos por Joan Robinson mas também no que se refere à aplicabilidade destes conceitos.

II.2 - O crescente interesse de Joan Robinson pela teoria marxista

II.2.1 - Considerações preliminares

Embora a "obra magna" de Joan Robinson sobre a teoria marxista - Um Ensaio Sobre a Economia Marxista - só tenha sido publicada em 1942, já se haviam registrado antes disto dois trabalhos em torno deste tema. Um deles, publicado em 1936, foi escrito antes mesmo dela ler O Capital, já que conforme a própria Autora relata no prefácio ao livro de Kregel (The Reconstruction of Political Economy - An Introduction to Post-Keynesian Economics), leu Marx pela primeira vez em 1940, para "*distrair-se das notícias*" (Robinson, 1973d: x). Antes disso, escreveu uma resenha do livro de John Strachey intitulado The Nature of Capitalist Crisis[61]. O outro era um artigo publicado em 1941, chamado "Marx on Unemployment"[62]. Além de O Capital merece destaque na sua formação marxista a influência de A Acumulação de Capital de Rosa Luxemburgo (Joan Robinson escreveu a introdução para a edição inglesa em 1951), cuja leitura foi tão marcante que adotou o mesmo título para o seu próprio livro de 1956[63].

A resenha do livro de Strachey, segundo Szmrecsányi (1983: 274), refletia um primeiro contato formal de Joan Robinson com a teoria de Marx, embora provavelmente este contato inicial tenha sido indireto. Outros autores, que também registram este "primeiro contato", consideram que a importância da resenha residiu no fato de "*Strachey, aparentemente, ter acusado Joan Robinson de criticar Marx sem ter lido O Capital*" (Turner, 1989: 64).

Já nesta sua primeira aproximação à teoria marxista - mesmo que indiretamente - pode-se notar a mordacidade de Joan Robinson, que acusa o autor do livro resenhado de não ter criticado a teoria ortodoxa com a contundência necessária. Na resenha, ela mesma faz um resumo da "lógica da ortodoxia", ressaltando questões que na verdade refletiam suas próprias preocupações na época - isto é, os elementos básicos constitutivos da "revolução keynesiana". Assim, ela se refere à questão da poupança e da determinação da taxa de juros; do pleno-emprego dos fatores de produção, inclusive da mão-de-obra, e seus possíveis reflexos sobre os preços, da relação entre lucro e juros, concluindo que:

> "A Lei de Say bloqueia todas as saídas. O sistema capitalista se defronta com um dilema desesperado. Só um declínio no consumo poderia reavivar o investimento, mas se o consumo diminuir, não há sentido em produzir com os bens de capital que o investimento cria. Nas palavras do Sr. Strachey, o raciocínio tem 'a lógica da insanidade'". (Robinson, 1936f: 300 ou 1937m: 186).

Se não fica satisfeita com a crítica do Autor à ortodoxia, também não lhe apraz a visão dele sobre a teoria marxista. Já nesta resenha, a Autora apresenta uma primeira versão de sua rejeição ao termo marxista "valor", que considera místico:

---

61. A resenha foi originalmente publicada no The Economic Journal e reproduzida, com modificações, sob o título "Some Reflections on Marxist Economics" nos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego. Veja-se Robinson (1936f) e Robinson (1937m).
62. Publicada no The Economic Journal (1941b) e parcialmente reproduzido sob o título "Marx and Keynes", no primeiro volume dos Collected Economic Papers (1948a).
63. Veja-se Robinson (1951b), reproduzido, sem modificações, no segundo volume dos Collected Economic Papers.

"O Sr. Strachey parece supor que a teoria ortodoxa só se importa com valores relativos, e que apenas Marx tem algo a dizer sobre o produto agregado, os custos ou lucros. Isto leva a alguma confusão entre os vários sentidos da palavra 'valor'. Há valor na forma como aparece na teoria dos preços relativos - a taxa de troca entre os bens. Há valor no sentido dos preços nominais absolutos. Cada um deles pode ter um significado preciso, pois é apenas uma questão de se medir um em relação ao outro. Em seguida, há o valor subjetivo, o bem que os bens nos fazem. A este não é possível atribuir um significado quantitativo preciso, mas ele corresponde a uma noção de senso-comum. Existe ainda o sobre-valor no sentido moral - a diferença entre o que a mão-de-obra deveria receber por seu trabalho e o que recebe. Mas para o Sr. Strachey, embora utilize a palavra `valor` em todos estes sentidos misturados, ela permanece sendo simplesmente uma palavra, que confere uma espécie de significado místico ao conceito de produto agregado da indústria, mas não implica qualquer método de medir isto ou qualquer outra coisa. A mais-valia de Marx, aparentemente, é exatamente a mesma coisa que o lucro agregado marshalliano. E a taxa de lucro se relaciona à taxa de mais valia através de um cálculo da forma 'multiplique por três, divida por três e subtraia o número que você pensou antes'". (Robinson, 1936f: 300-301 ou 1937m: 186).

É também nesta resenha que Joan Robinson identifica, pela primeira vez, a dicotomia entre consumo e investimento na explicação marxista das crises:

"Na visão de Marx, a taxa de lucro tende a cair à medida que o capital se acumula, e é preciso uma taxa de acumulação crescente para manter a produção. Assim que a taxa de acumulação se reduz, a crise cai sobre nós. A única forma de sanar a crise é através da elevação da taxa de acumulação. Mas isto só pode ser feito mediante a redução do consumo. O sistema só pode funcionar enquanto os capitalistas acumulam cada vez mais capital e o resto da comunidade consome cada vez menos bens. O pivô do raciocínio é que o investimento não pode aumentar a não ser que o consumo caia. Portanto a teoria marxista é o resultado direto do impasse criado pelos pressupostos ortodoxos, e a solução que o Sr. Strachey propõe é o fim do sistema capitalista, e não o abandono dos pressupostos...

... Como um vendedor muito confiante, ele nos prometeu a devolução do dinheiro no caso de não ficarmos satisfeitos...". (Robinson, 1936f: 301-302).

A última frase da citação anterior foi substituída, quando da reprodução desta resenha, por uma passagem que se constituiria numa característica permanente das críticas de Joan Robinson à teoria marxista: a de que esta teoria carrega uma forte dose de fé no lugar da ciência:

"Acreditar que pode chover se rezarmos não leva aos resultados desejados, enquanto que o estudo da meteorologia nos capacita a, no curto prazo, prever o tempo com alguns dias de antecipação e adaptar nossa conduta de acordo e, no longo prazo, a reflorestar ou qualquer outra coisa, para adaptar o clima, dentro de certos limites, aos nossos desejos. Neste sentido, 'acreditar em' orações não gera resultados, e 'acreditar em' meteorologia sim". (Robinson, 1937m, ETE: 188).

O segundo artigo sobre teoria marxista, também publicado antes do Um Ensaio Sobre a Teoria Marxista, (mas depois dela ter lido O Capital) intitula-se "Marx on Unemployment" (1941b). Trata-se de um trabalho bastante interessante pois já anuncia as características que iriam predominar no "marxismo robinsoniano", apresentando um rol de questões que ela iria criticar ao longo de toda a sua obra e, ao mesmo tempo, uma avaliação sobre a possibilidade de compatibilizar os elementos que considera mais importantes da teoria de Marx com a de Keynes. Simultaneamente, revela, através do próprio título, um assunto que continua sendo sua preocupação central nos anos seguintes.

Já na introdução ao artigo, ela destaca duas questões que nos interessam mais de perto - isto é, a relação entre monopólio e o nível de emprego, que são, segundo a Autora, temas que forçosamente terão de ser tratados tanto por marxistas quanto pelos "economistas acadêmicos", forçados a isto pelas "circunstâncias dos tempos atuais". São estas circunstâncias, por sua vez, que tendem a aproximar estas duas correntes do pensamento, especialmente no que se refere à tendência de se abandonar a idéia de que o capital é um fator de produção, de se adotar o pressuposto de que o sistema capitalista não é eterno (ou seja, uma visão histórica da economia e da sociedade), da importância de se levar em conta o progresso técnico, e finalmente, a identificação de alguns pontos comuns entre estas escolas, no que se refere à explicação das crises. Deve-se mencionar que são estes pontos que justificam, na sua opinião, a necessidade de se estudar a teoria de Marx, e é com o objetivo de divulgar a teoria marxista (segundo seu próprio entendimento dela) que Joan Robinson publicou seu Ensaio de 1942. Nas suas próprias palavras:

> "O relacionamento entre os marxistas e os economistas acadêmicos mudou nos últimos anos....
>
> As circunstâncias dos tempos atuais os forçou a se concentrar em dois problemas, o monopólio e o desemprego, que naturalmente levantam dúvidas sobre se tudo o que ocorre é o melhor no melhor dos mundos, e os tornou mais inclinados a analisar os defeitos do capitalismo do que seus méritos. A tentativa de apresentar a mera propriedade do capital (espera) como atividade produtiva foi abandonada, e a visão de que está errado tratar o capital em si mesmo como um fator de produção, nas mesmas bases que o trabalho, vem ganhando terreno....
>
> ...
>
> O que é mais importante, é que o capitalismo não é mais visto como uma necessidade eterna". (Robinson, 1941b: 234-235 ou 1948a: 133).

Para a Autora, o fato de Keynes considerar o "*caráter rentista do capitalismo como uma fase transitória*", de Hicks duvidar que "*se possa contar com a longa sobrevivência de qualquer coisa parecida como um sistema capitalista*" na ausência de uma tendência de inovações suficientemente forte para manter o investimento, aproximam estes autores a Marx. Além disso, também o "*epigrama do Sr. Kalecki, 'a tragédia do investimento é que ele provoca crises por ser útil' é extremamente próxima ao de Marx, 'a verdadeira barreira à produção capitalista é o próprio capital'*" (Robinson, 1941b: 234-235)[64].

Estas semelhanças entre autores que representam abordagens tão diferentes serve de inspiração para a proposta de Joan Robinson, de "traduzir" a teoria marxista, que segundo ela, está escrita em "hegelianês", para uma "linguagem moderna". O objetivo do artigo é, essencialmente, o mesmo do livro de 1942: "*examinar o que considero ser a análise do desemprego de Marx, numa linguagem inteligível para os economistas acadêmicos*". (Robinson, 1941b: 235).

Neste artigo, assim como no restante de sua obra que trata da teoria marxista, Joan Robinson chama a atenção para o fato de Marx repudiar a Lei de Say, logo no início do primeiro volume de O Capital, numa de suas passagens mais conhecidas (embora, às vezes, também o acuse de aceitar a Lei de Say subliminarmente).

---

64. Reproduzido em Robinson (1948a: 133-134). Joan Robinson cita Keynes a partir da Teoria Geral, Hicks a partir de Valor e Capital, os Ensaios Sobre a Teoria das Flutuações Econômicas de Kalecki e o volume III de O Capital de Marx.

Segundo Joan Robinson, a primeira menção sobre os determinantes do desemprego em Marx pode ser encontrada no volume I de O Capital. Ela resume o que considera ser a idéia central contida nesta primeira menção - o exército industrial de reserva - sem fazer qualquer referência a como se deve medir o "montante de capital":

> "Num dado momento, como vimos, o montante de emprego é determinado pelo montante de capital existente e pela técnica de produção. O sistema se expande, a técnica se desenvolve e o capital se acumula, de modo que, à medida que o tempo passa, um dado montante de capital oferece um volume decrescente de emprego; mas, por outro lado, o montante de capital cresce. Enquanto isso, o mercado de trabalho está sendo alimentado tanto pelo crescimento natural da população quanto pelo fluxo contínuo de camponeses e artesãos despossuídos, destituídos de sua independência pela expansão do capitalismo a novas esferas. Existe portanto desemprego crônico - o exército industrial de reserva". (Robinson, 1941b: 238, grifos nossos).

Apesar da importância do exército industrial de reserva como fator gerador de "desemprego crônico", há períodos em que o desemprego se reduz. No entanto, deve-se notar que Joan Robinson adota a concepção malthusiana de crescimento populacional[65] e faz referência às inovações induzidas. Na passagem abaixo, ela se refere, mais uma vez, e sem criticar, à idéia de que o maior poder de barganha dos trabalhadores faz aumentar o salário real, e que isto reduz os lucros e portanto tende a reduzir o investimento. Além disso, há uma idéia de movimento cíclico:

> "De tempos em tempos acontece de o montante de capital alcançar a mão-de-obra disponível: o desemprego então se reduz temporariamente. A posição de barganha da mão-de-obra se fortalece e o salário real se eleva. Isto reduz o montante de lucro, e a taxa de acumulação conseqüentemente desacelera, já que a poupança a partir dos lucros governa a taxa de investimento. Ao mesmo tempo, a taxa de salário real mais elevada estimula a tendência ao crescimento da população, e o que é mais importante, a escassez de mão-de-obra estimula as inovações técnicas. O montante de emprego oferecido por um dado estoque de capital é conseqüentemente drasticamente reduzido, enquanto que o montante de mão-de-obra procurando trabalho continua a aumentar. O desemprego aparece novamente. A vantagem temporária do poder de barganha da mão-de-obra se perde, os salários reais caem, os lucros aumentam, e o processo de acumulação se renova". (Robinson, 1941b: 238, grifos nossos).

A crítica fundamental de Joan Robinson refere-se à questão do emprego/desemprego. Ela aceita o pressuposto de que as inovações tendem a ser poupadoras de mão-de-obra, mas contrapõe-se ao raciocínio exposto acima, apoiando-se no princípio da demanda efetiva e numa noção de hiato temporal. Para ela, num primeiro momento, a demanda aumenta (pelo menos por bens de consumo assalariado) como decorrência do aumento dos salários, pois existe uma defasagem temporal entre o momento em que os altos salários induzem inovações poupadoras de mão-de-obra e o momento em que estas inovações de fato geram seus efeitos, reduzindo o nível de emprego:

> "A principal característica de um boom é uma taxa de acumulação de capital acelerada. Mas no sistema de Marx o desemprego não cai porque a taxa de acumulação se eleva mas sim por causa da elevação do estoque de capital. E, embora a taxa de acumulação se desacelere quando os salários se elevam, a situação não tem qualquer das características de uma recessão. A

---

65. Vale a pena destacar que neste aspecto Joan Robinson se contrapõe a Marx: "[Marx] *sustenta que a taxa de natalidade é maior onde a pobreza é maior, mas salários mais altos induzem ao casamento e reduzem o índice de mortalidade infantil*". (Robinson, 1941b: 238, n1).

demanda por bens de capital cai como resultado do declínio da poupança e os bens de luxo também podem sofrer. Mas existe um aumento exatamente correspondente da demanda por bens de consumo assalariado. Não há razão para que o emprego total se reduza, abaixo do alto nível alcançado quando os salários se elevaram, até que as inovações tenham cumprido seu papel. Enquanto isso, durante a fase de salários elevados, o consumo aumenta tanto quanto o investimento cai, e não há razão para se esperar uma redução da atividade". (Robinson, 1941b: 238-239, grifos nossos).

Mesmo assim, Joan Robinson não descarta a possibilidade de desemprego crônico, e o que é interessante, mostra que ele pode existir mesmo num mundo em que "vigora a Lei de Say", desde que a taxa de juros seja relativamente inflexível:

"Mas, embora a análise das mudanças no exército industrial de reserva de Marx não seja uma análise do ciclo econômico, ela ilumina uma questão importante. Pois mostra que, se a taxa de juros for inflexível (ou se a estrutura de capital for insensível às variações da taxa de juros), poderá ocorrer desemprego tecnológico crônico mesmo num sistema que se conforme totalmente à Lei de Say". (Robinson, 1941b: 239).

Na análise da reprodução ampliada num sistema "bidepartamental" - seguindo Kalecki nos Ensaios Sobre a Teoria das Flutuações Econômicas (1939) - Joan Robinson identifica em Marx, novamente, uma análise subjacente mas não desenvolvida, do princípio da demanda efetiva e lamenta que os "economistas acadêmicos", por ignorarem Marx, tenham perdido tempo.

"O método de Marx fornece a base da análise da demanda efetiva, e os economistas acadêmicos, por negligenciarem Marx, gastaram muito tempo em redescobri-lo sozinhos". (Robinson, 1941b: 240, grifos nossos).

Em outra passagem, Joan Robinson lamenta que Marx tenha abandonado o "embrião" do princípio da demanda efetiva e que tenha desenvolvido a lei de tendência à queda da taxa de lucro. O lamento, como veremos, diz respeito à discordância da Autora quanto à lei de tendência.

"O volume II [de O Capital] também contém uma análise detalhada da forma pela qual o processo de investimento gera compra sem venda e deste modo promove condições de boom ... e uma sugestão, aliás jogada fora, de que a duração do ciclo pode ser relacionada ao tempo de vida médio das fábricas ... Tudo isso sugere que Marx estava na pista certa da análise da demanda efetiva. Mas ao invés de segui-la, ele se volta, no volume III, a um novo caminho - a lei de tendência à queda da taxa de lucro". (Robinson, 1941b: 240, grifos nossos).

Enquanto o grande mérito de Marx foi o de ter enunciado o princípio da demanda efetiva[66], a "lei de tendência" é o que Joan Robinson mais combate. Esta lei, que segundo ela, Marx aceita de Ricardo, baseava-se, em Ricardo, nos rendimentos decrescentes da terra. Para Marx, segundo Joan Robinson, a explicação decorria das "contradições inerentes ao capitalismo". Para a Autora, trata-se apenas de uma tautologia, que o próprio Marx reconhece como tal. Ela resume a lei de tendência à queda da taxa de lucro da seguinte maneira:

66. Para uma interpretação semelhante veja-se Miglioli (1981).

> "À medida que o capital se acumula e a técnica se desenvolve, a 'composição orgânica do capital' se eleva, decorrente de uma elevação do capital constante (máquinas e matéria prima) relativamente ao capital variável (a folha de salários). Isto é representado por uma elevação da razão entre C e V.
>
> Mas se a taxa de exploração (S/V) é constante, o lucro por homem empregado é constante. Assim, à medida que o capital por homem empregado aumenta, o lucro por unidade de capital cai. S/V [taxa de exploração] é constante. C/V [composição orgânica do capital] é crescente e conseqüentemente S/(C+V) [taxa de lucro sobre o capital] é decrescente. Esta é a lei de tendência à queda da taxa de lucro. É, como Marx diz, uma tautologia". (Robinson, 1941b: 241).

O modo como ela formula a lei de tendência "tautológica" - "*S/V é constante, C/V é crescente e conseqüentemente S/(C+V) é decrescente*" - indica com enorme precisão os dois principais pressupostos que ela critica na teoria de Marx: a hipótese de que a taxa de exploração é constante e a de que a composição orgânica do capital é crescente. Um estudo da análise de Joan Robinson sobre este aspecto da economia marxista mereceria um capítulo à parte, tal a quantidade de argumentos diferentes que a Autora vai desenvolvendo ao longo dos seus vários trabalhos - seja para criticá-la no que considera estar errado, seja para defendê-la dos ataques ao que considera estar correto. Um estudo desta natureza foge ao tema central desta tese, e porisso limitar-nos-emos a destacar, da sua interpretação da teoria marxista, os elementos que ela incorpora à sua visão pessoal sobre o oligopólio e o progresso técnico.

II.2.2 - O pensamento de Marx e a Revolução Keynesiana

Uma crítica importante de Joan Robinson a Marx, que aparece já no artigo "Marx on Unemployment", diz respeito à relação entre salários nominais e salários reais. Enquanto, segundo ela, a redução dos salários, em Marx, é decorrência da recessão e "traz um alívio temporário" ao sistema, em Keynes ocorre justamente o oposto, através do princípio da demanda efetiva. A ênfase de Joan Robinson neste aspecto deriva do fato de ver, em Marx, a sugestão de que uma redução dos salários seria um remédio para as crises.

> "Marx ... argumenta que as condições de depressão levam a uma redução dos salários e que isto traz algum alívio temporário... Aqui a análise do Sr. Keynes está em agudo conflito com a de Marx. Marx toma por suposto que uma redução dos salários nominais reduz os salários reais, enquanto Keynes sustenta que (num sistema fechado) seu principal efeito é apenas o de reduzir os preços [o salário real pode permanecer constante ou até aumentar]. Isto eleva o peso das dívidas, e apenas agrava a doença que se pretendia curar. Mas uma redução dos salários reais (que pode ocorrer por uma elevação do monopólio ou por mera inflexibilidade dos preços quando os salários caem) é ainda pior. Quando os salários reais caem, o nível de consumo correspondente a uma dada taxa de investimento se reduz. O desemprego aumenta e a produção cai ainda mais, abaixo do nível máximo de capacidade. A redução da produção contrabalança a elevação do lucro por unidade de produto, enquanto que o acréscimo à capacidade excedente reduz o incentivo a investir. Portanto, longe de ser um alívio, uma queda dos salários reais aprofunda a recessão". (Robinson, 1941b: 246).

A idéia, exposta na passagem acima, de que uma elevação do monopólio não aumenta os lucros totais (pois na medida em que estes reduzem o salário real também reduzem a demanda efetiva) é detalhada por Joan Robinson numa nota de rodapé:

> "Pode parecer paradoxal argumentar que uma elevação do monopólio não aumenta os lucros totais, pois é óbvio que no longo prazo o monopólio tende a elevar a taxa de lucro. Mas estas visões aparentemente conflitantes são na realidade aspectos de um mesmo fenômeno. O monopólio aumenta a taxa de lucro apenas porque restringe o investimento total ou na verdade destrói capital. Em qualquer situação dada uma elevação do monopólio reduz a produção e o estoque de capital, a um nível inferior ao que seria se as coisas fossem diferentes. Na visão do Sr. Keynes, o capital obtém lucro por se manter escasso (Teoria Geral, p. 214) e o monopólio é uma das resistências (junto com o risco e a taxa de juros) que evita que o capital se acumule a ponto de eliminar os lucros". (Robinson, 1941b: 246, n2).

Na verdade, Joan Robinson acusa Marx de estar imbuído de uma noção de "retorno ao equilíbrio", e o que é pior, de sugerir que os altos salários são os responsáveis pela crise:

> "...É possível conseguir qualquer resultado que queiramos fazendo os pressupostos adequados sobre a psicologia dos capitalistas. Não pode haver grandes dúvidas, no entanto, que o teste cru da história sustenta o Sr. Keynes e não Marx. A política de 'restaurar o equilíbrio' através do corte dos salários foi submetida a um imenso teste durante a grande depressão dos anos de 1930, e os países que a abandonaram primeiro foram os primeiros que experimentaram a recuperação econômica. Também a interpretação da história está cheia de truques, mas podemos no mínimo dizer que defender esta posição requer menos engenhosidade do que defender a posição contrária". (Robinson, 1941b: 247)

Mesmo com todas estas críticas, Joan Robinson reitera a idéia de que existem algumas passagens de Marx que poderiam ter dado origem à formulação do princípio da demanda efetiva. Destas, a mais interessante entre todas que destaca é a que segue:

> "'A causa última de todas as crises sempre será a pobreza e o consumo restrito das massas, comparada com a tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas de tal maneira, que apenas o poder de consumo absoluto de toda a sociedade seria seu limite'" (Robinson, 1941b, 247-248).

Esta passagem merece o seguinte comentário da Autora:

> "Aqui a taxa de lucro decrescente, que gera salários reais crescentes, desaparece do quadro... O equilíbrio é desarmado pois a demanda pelo produto do departamento de bens de consumo é restrita - os trabalhadores não podem consumir, e os capitalistas não consumirão. O departamento produtor de bens de consumo, portanto, representa um campo restrito para o investimento, e o de bens de capital, por sua vez, sofre de demanda restringida. Aqui, finalmente, a Lei de Say é descartada e Marx parece prenunciar a teoria da demanda efetiva... Na linguagem do Sr. Keynes, uma baixa propensão a consumir, causada por uma distribuição desigual da renda e por uma parcimônia excessiva é uma condição necessária para a rápida acumulação nos estágios iniciais do capitalismo, mas uma vez cumprida sua função, impede a acumulação e gera recessões recorrentes e cada vez mais profundas. 'A barreira à produção capitalista é o próprio capital'". (Robinson, 1941b: 248).

Várias destas questões são retomadas mais adiante por Joan Robinson. Em particular, a comparação entre a análise econômica de Marx, em O Capital, com o ensino acadêmico corrente (nos anos 30/40) é um dos seus objetivos explícitos no Um Ensaio Sobre a Economia Marxista. No entanto, ela alerta que esta comparação seria um "violento anacronismo" se estivesse voltada para o estudo da evolução histórica da teoria econômica, ao invés do seu progresso futuro.

No seu prefácio a esta obra ela reitera que a importância de Marx decorre do abalo sofrido pela doutrina ortodoxa face aos desenvolvimentos mais recentes da teoria econômica, que foi forçada a tentar dar conta dos fenômenos reais da economia, entre os quais a Autora destaca - novamente - o monopólio e o desemprego.

O livro Um Ensaio Sobre a Economia Marxista é, segundo alguns autores, um estudo maduro, constituindo-se um marco não apenas dentro da obra de Joan Robinson, mas também entre os trabalhos teóricos derivados de O Capital[67]. Mais de três décadas depois de sua publicação, em uma resenha ao livro de Meek intitulado Studies in the Theory of Value, Joan Robinson afirmou que seu livro sobre Marx não tinha a intenção de ser crítico ao marxismo, mas pelo contrário, tinha o objetivo de chamar a atenção de seus colegas para as idéias de O Capital. Nesta sua avaliação posterior, considera que o livro constituiu-se no "*primeiro assalto das 'críticas de Cambridge' que, com o auxílio de Piero Sraffa, acabaram por pulverizar a teoria do equilíbrio, vinte anos depois*". (Robinson, 1977f, CEP5: 280).

Joan Robinson faz um apanhado de todas as explicações marxistas para a crise - com a especial preocupação de verificar quais delas são compatíveis com as explicações keynesianas, particularmente o

67. Por exemplo, Szmrecsányi (1983: 277).

princípio da demanda efetiva e a relação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros. Seu livro mereceu uma grande quantidade de resenhas[68], das quais a grande maioria foi discordante da interpretação de Joan Robinson[69].

Já na introdução ao livro propriamente dito, Joan Robinson apresenta sua visão das três linhas de análise marxista sobre a crise, e que são, ao mesmo tempo, os três aspectos essenciais que destaca ao longo de sua própria análise desta teoria: a concepção do exército industrial de reserva, a tendência decrescente da taxa de lucro e a relação entre o departamento produtor de bens de capital e o produtor de bens de consumo.

> "Os desenvolvimentos na análise econômica que ocorreram desde os dias de Marx permitem-nos detectar três linhas distintas de pensamento no tratamento dado por Marx às crises. Existe, em primeiro lugar, a teoria do exército industrial de reserva, que mostra como o desemprego tende a flutuar com a relação entre o estoque de capital que oferece emprego para a mão-de-obra e a oferta disponível de mão-de-obra a ser empregada. Em segundo lugar, há a teoria da taxa de lucro decrescente, que mostra como a ânsia capitalista pelo lucro refuta-se a si mesma, reduzindo a taxa média de retorno do capital. E em terceiro lugar há a teoria da relação entre os departamentos produtores de bens de capital e os produtores de bens de consumo, que mostra como o poder produtivo sempre crescente da sociedade enfrenta os limites ao poder de consumo que se estabelece com a pobreza dos trabalhadores. (Robinson, 1942a: 3-4).

Além da "teoria das crises", Joan Robinson destaca outros aspectos teóricos desenvolvidos pelos "economistas acadêmicos", que segundo ela, têm afinidade com a teoria marxista: a teoria da concorrência imperfeita (e a teoria da exploração), bem como a relação entre os setores produtores de bens de capital e de bens de consumo, ou seja, o esquema departamental.

> "Enquanto isso, os economistas acadêmicos, sem prestar muita atenção a Marx, foram forçados pelas experiências dos tempos modernos a questionar boa parte da apologia ortodoxa, e os desenvolvimentos recentes da teoria acadêmica os levaram a uma posição que se assemelha à posição de Marx em muitos aspectos, e de modo mais próximo que à posição de seus próprios

---

68. Embora Turner (1989) afirme que a primeira resenha que surgiu data de 1944, devido à guerra, há resenhas anteriores àquele ano. É possível que Turner se refira somente às resenhas que apareceram nos Estados Unidos. A lista completa dos resenhistas de que se tem notícia atualmente é a que segue: Leubuscher (s.d), The Times Literary Supplement (1942), Chossudowsky (1942), Fay (1942), Harrod (1942), Knight (1942), Mager (1942), Padley (1942a e 1942b), Sprenkel (1942), Flanders (1943), Jackson (1943), Rogin (1944), Shove (1944), Cooperative News (1947), The Financial Times (1947), Statist (1947), T.F. (1947), China Weekly Review (1948), Hindustan Review (1948), Cairns (1948) e Marxism Today (1967). Turner nos dá algumas informações sobre alguns destes autores: Rogin foi quem ensinou Marx a Galbraith; Shove foi o único que levou em conta a posição política pessoal de Joan Robinson; Mager foi o mais leal dos resenhistas norte-americanos. Além, disso, chama a atenção para outros autores que analisaram a interpretação de Joan Robinson, como Rosdolsky (1977), ou os que com ela polemizaram, como Gillman (1954). Para outras referências, especialmente dos marxistas norte-americanos, veja-se Turner (1989, 240-242).

69. Um breve resumo ilustra a polêmica criada. Mager (1942) destaca a "heresia" de Joan Robinson em considerar a teoria do valor trabalho irrelevante. Jackson (1943) considera que o fato dela não aceitar a teoria do valor trabalho é que a leva a identificar e a "acusar" Marx de dar explicações diferentes e contraditórias para as causas das crises e Chossudowsky (1942: 391) acha que a Autora "*tem uma interpretação mecanicista e estreita do argumento de Marx*". Outros, como Fay (1942), dedicam mais da metade do texto da resenha à discussão do conceito de poupança como recompensa pela espera, a partir da citação que Joan Robinson faz de Marshall. Houve, até mesmo, uma pequena controvérsia no jornal Tribune, entre Knight e Padley, que exigiu a intervenção da própria Autora com o texto "Marxist and Keynesians" (1942i). Algumas resenhas, como a de Cairns (1948), deram destaque às críticas que Joan Robinson faz à teoria marxista, o que também foi ressaltado na resenha publicada pelo The Financial Times: "*em muitos lugares do seu livro ela tem que confessar que Marx tinha talento para erros colossais*". De todas elas, as mais importantes, do nosso ponto de vista, são as de Rogin (1944), Flanders (1943) e Shove (1944). Para Rogin, Joan Robinson comete um erro ao identificar a lei de tendência à queda da taxa de lucro com uma das teorias das crises em Marx, já que segundo ele, esta lei, em que pese sua enorme importância na teoria marxista, é apenas uma das leis que descrevem as contradições do sistema. Segundo Rogin o erro de Joan Robinson estaria na identificação que faz entre a proposição desta lei e uma "teoria das crises", e que decorre dela tentar ser ao mesmo tempo, keynesiana e marxista (o que ele acha impossível). Em outras palavras, Rogin nega - quase que por definição - o próprio objetivo da Autora, isto é, o de encontrar compatibilidades essenciais entre a teoria marxista e a teoria keynesiana. Uma resenha radicalmente diferente - favorável - é a de Flanders (1943), que destaca dois aspectos principais. O primeiro é a compatibilização entre a teoria keynesiana e a marxista no que diz respeito à crise, e que pode ser resumida na "*contradição entre a capacidade de produzir e a capacidade de consumir*", isto é, no problema da realização. O segundo aspecto ressaltado por Flanders diz respeito à aplicação da "teoria do monopólio" - leia-se da concorrência imperfeita - ao mercado de trabalho. Para este resenhista, os dois aspectos se inter-relacionam, pois enquanto o primeiro trata da compatibilidade entre a teoria da demanda efetiva de Keynes e a visão de Marx sobre as crises (baseada na má distribuição de renda), o segundo versa sobre a compatibilidade entre a noção de monopólio e a distribuição da renda. Voltaremos a estes pontos, assim como à resenha de Shove, no devido momento.

precursores intelectuais. A moderna teoria da concorrência imperfeita, embora formalmente bastante diferente da teoria da exploração de Marx, tem muita afinidade com ela. A moderna teoria da crise tem muitos pontos de contato com a terceira linha de argumento, acima citada, no tratamento dado por Marx a este assunto, e abre espaço para algo que se assemelha à primeira. Apenas a segunda linha de argumento - a taxa de lucro decrescente - parece confusa e redundante". (Robinson, 1942a: 4, grifos nossos).

O livro propriamente dito inicia-se com as definições de taxa de exploração, da composição orgânica do capital e da taxa de lucro sobre o capital, e segue de imediato com as críticas da Autora a estes conceitos. Para ela, enquanto a definição de taxa de exploração, dada pela razão entre o excedente e a folha de salários não tem ambigüidades, as outras duas estão sujeitas à confusão, pois se relacionam a uma concepção de capital constante (composto de equipamentos e matérias primas) que pode ser interpretado tanto como fluxo como quanto estoque. Esta é, na verdade, a crítica que Joan Robinson repete incansavelmente em quase todos os seus trabalhos sobre a teoria marxista. Ela propõe, para estas definições, reformulações em termos da "linguagem moderna" em substituição ao "hegelianês", nas mais diversas maneiras nos vários artigos e ensaios.

Sua crítica a estas definições relaciona-se também ao "problema da transformação de valores em preços". O argumento da Autora - no contexto dos anos quarenta - é que o problema surge do fato de Marx partir de um pressuposto - não comprovado - de que a taxa de exploração é uniforme em todas as linhas de produção[70]. Além disso, ela critica o fato de Marx tratar a taxa de exploração como lógica ou historicamente anterior à taxa de lucro, o que, segundo ela, é um outro motivo pelo qual surge o "problema da transformação"[71].

Uma outra crítica de Joan Robinson, mencionada à exaustão em todos os trabalhos que tratam da visão dela sobre o marxismo, sobre ideologia ou sobre método, é a de que a principal dificuldade para o entendimento das principais proposições de Marx está na linguagem que ele adota. Há uma enorme quantidade de exemplos em que Joan Robinson expressa sua posição de que boa parte dos debates em torno da teoria marxista são debates semânticos, ou ideológicos, em torno de conceitos "metafísicos", e um número igualmente grande de autores que "colecionam" estas passagens, seja para criticá-las, seja para utilizá-las como reforço aos seus próprios argumentos.

---

70. Veja-se, por exemplo:

"No volume III, ele mostra que a relação capital per capita varia com as condições técnicas, enquanto que a concorrência entre capitalistas tende a estabelecer uma taxa de lucro uniforme. Portanto a taxa de exploração não pode ser uniforme, e os preços relativos não correspondem aos valores...

... Se os salários são iguais em todos os ramos, o excedente por homem empregado (a taxa de exploração) varia com a produtividade líquida por homem empregado e, em geral, a produtividade per capita é maior onde o capital per capita é maior... Portanto a taxa de exploração tende a variar com o capital per capita empregado.

Pode-se considerar que os capitalistas (erros de julgamento e perturbações do mercado à parte) não elevam o capital per capita empregado a não ser que estejam seguros de que obterão uma elevação correspondente do lucro líquido per capita, e o mesmo processo que iguala a taxa de lucro entre atividades produz taxas de exploração desiguais". (Robinson, 1942a: 15-16).

71. Nas palavras de Joan Robinson: *"É a exploração que torna o lucro possível, mas não há qualquer razão para que a taxa de exploração seja tratada lógica ou historicamente como anterior à taxa de lucro. Logicamente, o que é importante é o montante total de excedente que o sistema capitalista consegue auferir para as classes proprietárias, e não há qualquer mérito na divisão deste montante total pelo montante de trabalho empregado, para encontrar a taxa de exploração* [s/v], *ou pelo montante de capital, para encontrar a taxa de lucro* [s/(c+v)]. *Historicamente, é natural supor que diferentes atividades se desenvolvem com taxas de exploração e taxas de lucro muito variadas e várias relações entre capital e trabalho. O vai-e-vem da concorrência tende então a estabelecer uma taxa de lucro comum, de modo que as várias taxas de exploração são forçadas a níveis que contrabalançam as diferenças nas razões capital:trabalho. O movimento de uma taxa de exploração igual em direção a uma taxa de lucro igual não é um processo do desenvolvimento capitalista, e sim um processo no desenvolvimento da análise econômica, da primitiva teoria do valor trabalho em direção a uma teoria da interação entre demandas relativas e custos relativos"*. (Robinson, 1942a: 16-17).

Este fato atesta, sem dúvida, que a opinião de Joan Robinson a este respeito constitui um marco de referência. No entanto, preferimos não nos deter aqui, limitando-nos a mencionar que Marx e o marxismo não têm exclusividade como alvos da Autora neste tipo de crítica. Marx, segundo ela, não era o único autor a utilizar uma terminologia específica com a intenção de sugerir ideologias implícitas:

> "O uso do termo 'espera' por Marshall oferece um exemplo de sugestão verbal. Ele quer mostrar que é necessário que os proprietários de riqueza recebam juros, para superar a tentação de dissipar seu capital no consumo presente... O Prof. Pigou utiliza o termo 'exploração', extremamente carregado de implicações ignominiosas, para a diferença entre os salários reais sob condições perfeitamente competitivas e sob o monopólio, de modo que o leitor é inconscientemente embalado pela conclusão de que enquanto prevalecer a concorrência, o trabalho recebe tudo que tem direito". (Robinson, 1942a: 21-22).

Foi esta sua concepção que a levou a assumir como tarefa a tentativa de expor as idéias de Marx através da terminologia moderna.

Para Joan Robinson, a proposição de Marx de que o objetivo dos capitalistas é acumular, forçados pela luta competitiva, sem que ele mencione elementos como o lucro esperado ou a taxa de juros, significa que no seu raciocínio central o problema da demanda efetiva não aparece de forma completa (mas apenas como uma "promessa", cujo embrião só é utilizado em relação ao problema da realização da mais-valia). Para a Autora, no entanto, isto não implica que a obra de Marx não tenha nada a dizer sobre o desemprego. Aqui, a análise é mais consistente e acabada do que a apresentada no já citado artigo de 1941, "Marx on Unemployment":

> "No entanto, o problema do desemprego existe, mesmo quando se descarta o problema da demanda efetiva. O montante de emprego, a qualquer momento, depende do montante de capital existente e da técnica de produção. À medida que o tempo passa, o capital se acumula e o montante de emprego tende a aumentar. O montante de mão-de-obra disponível também aumenta com o crescimento natural da população e com o avanço do capitalismo em novas esferas, que derrama um fluxo de camponeses e artesãos destituídos de seus meios de sobrevivência para dentro do mercado de trabalho. Existe geralmente uma franja de trabalhadores desempregados - o exército industrial de reserva - e o limite à produção é estabelecido pelo uso do equipamento de capital à plena capacidade, e não pelo pleno emprego da força de trabalho". (Robinson, 1942a, 29-30).

Aqui, mais uma vez, o papel do exército industrial de reserva aparece como sendo o de determinar o limite do poder de barganha dos trabalhadores no que se refere ao salário real: "*Nestas circunstâncias, o nível de salários reais* [sic] *é determinado pelo poder de barganha dos capitalistas enquanto classe e dos trabalhadores enquanto classe*". (Robinson, 1942a: 30, grifos nossos). E logo adiante, acrescenta: "*Enquanto houver desemprego seu poder de barganha* [dos trabalhadores] *é cronicamente fraco*". (Robinson, 1942a: 31).

É interessante mostrar aqui como, para Joan Robinson, a adoção de técnicas poupadoras de mão-de-obra se baseia simultaneamente na idéia de que o poder de barganha dos trabalhadores é capaz de determinar o salário real e na idéia de que há uma contraposição entre salário real e lucro. Ao mesmo tempo, aparece a noção de desemprego marxista, de origem tecnológica:

"A acumulação de capital ocorre ininterruptamente, e em alguns períodos o estoque de capital, que determina o montante de emprego oferecido, pode se igualar à oferta de mão-de-obra. O poder de barganha dos trabalhadores se fortalece e os salários reais tendem a se elevar. Conseqüentemente, os lucros caem, e a taxa de acumulação desacelera relativamente ao crescimento da população, de modo que o exército industrial de reserva aumenta novamente. Enquanto isso, o sistema capitalista, que não pode tolerar lucros baixos, reage adotando novas técnicas que economizam mão-de-obra. Sob o estímulo de salários altos, fazem-se inovações poupadoras de mão-de-obra, de modo que um dado montante de capital a partir de então, oferece menos emprego. Assim, o exército industrial de reserva aumenta pelo desemprego tecnológico. Além disso, há um novo motivo para expandir o capitalismo em direção a novas esferas, e em encontrar mais mão-de-obra para ser explorada. O poder de barganha dos trabalhadores, temporariamente fortalecido, é desta maneira destruído e os salários reais caem novamente". (Robinson, 1942a: 31-32, grifos nossos).

É interessante notar também que a principal crítica de Joan Robinson menciona apenas de passagem a questão colocada acima - ou seja, a idéia de que os trabalhadores são capazes de estabelecer o nível real de salários, e que uma elevação dos salários implica redução dos lucros. Sua crítica principal se refere ao fato de Marx não levar em conta a possibilidade de que o aumento da produtividade eleve o salário real, considerando que a acumulação só é favorável aos trabalhadores se a técnica for constante. Ela ressalta que Marx considera a mecanização como algo ruim para os trabalhadores[72]:

"A situação que Marx considera ser a mais favorável para uma elevação dos salários é um aumento do estoque de capital sem qualquer alteração na técnica ou na razão capital/trabalho. Neste caso, o emprego por unidade de capital é constante, e à medida que o capital se expande o emprego aumenta e o desemprego cai... Ele não encara a produtividade crescente do trabalho como favorável a salários maiores, mas sim associada à elevação do capital per capita, de modo que um dado montante de capital oferece um montante decrescente de emprego. Além disso, a mecanização crescente destrói a demanda por aptidões, e reduz o trabalhador a um fragmento de ser humano, de modo que o limite inferior dos salários cai para um nível de subsistência pura, excluindo qualquer margem para a educação". (Robinson, 1942a: 32).

A crítica de Joan Robinson à concepção de salários reais e nominais é feita no penúltimo capítulo do livro. Neste, ela desenvolve seu argumento considerando que a análise de Marx sobre salários reais e nominais está mais próxima da teoria ortodoxa do que da teoria moderna (entenda-se moderna por "keynesiana"):

"Sobre a questão da relação entre mudanças no salários nominais e mudanças nos salários reais e entre as mudanças nos salários reais e mudanças no emprego, Marx e os ortodoxos estão juntos, em oposição à teoria moderna". (Robinson, 1942a: 82).

E mais adiante ainda, acrescenta:

"A relação entre a visão keynesiana e a visão marxista dos salários é curiosa. Marx, como os economistas ortodoxos, sustenta que uma elevação dos salários nominais causa uma elevação dos salários reais e que uma elevação dos salários reais causa desemprego. O Sr. Keynes sustenta que uma elevação dos salários nominais tem pouco efeito sobre os salários reais, mas que

72. A idéia de que o aumento da produtividade pode elevar os salários reais é a base comum de todas as diferentes críticas que Joan Robinson faz à lei de tendência à queda da taxa de lucro, a que nos referimos anteriormente. É a base, também, do seu modelo de acumulação com progresso técnico (quando este reduz preços, por exemplo), conforme se verá mais à frente.

> uma elevação dos salários reais tende a elevar o emprego. Ambos concordam que uma elevação dos salários nominais é de pouca utilidade em tempos de crise. Marx porque sustenta que isto elevaria os salários reais, o Sr. Keynes porque sustenta que não. Mas discordam totalmente sobre o efeito de uma redução do salário nominal em tempos de crise. Marx sustenta que isto traria alívio temporário e possibilitaria a expansão 'dentro dos limites capitalistas', enquanto que o Sr. Keynes sustenta que não pode causar nada além de malefícios. Só se pode estabelecer a questão em termos definitivos através de investigações estatísticas detalhadas, mas nos anos trinta deste século a experiência crua pareceu estar do lado do Sr. Keynes, e muitos dos que anteriormente acreditavam que um corte nos salários eram a cura para as condições de recessão se desiludiram". (Robinson, 1942a: 91).

Ainda relacionada à questão salarial, deve-se mencionar uma outra crítica de Joan Robinson: ela sugere que é preciso abandonar a teoria do salário de subsistência - e isto deve ser feito à luz dos fatos reais - pois na verdade o salário real se elevou historicamente, ao longo do tempo. No entanto, ao fazê-lo, considera que a questão crucial da determinação dos fatores que governam a distribuição da renda (em termos relativos e não absolutos) permanece sem resposta:

> "A taxa de exploração, a divisão do tempo de trabalho em tempo pago e não pago, a divisão do produto real em bens assalariados e outros bens - estes são meramente modos alternativos de se formular o problema da distribuição. Nenhum deles oferece a chave da resposta". (Robinson, 1942a: 33-34).

O que é importante ressaltar é que, a despeito das críticas de Joan Robinson, ela encontra vários elementos de compatibilidade entre Keynes (e Kalecki) e Marx. Além do princípio da demanda efetiva, acima assinalado, Joan Robinson identifica outros pontos de semelhança. Um deles se refere à teoria da taxa de juros:

> "Embora Marx não dê atenção à análise monetária da taxa de juros, esta não é incompatível com seu sistema. Ele opôs à 'Teoria Quantitativa da Moeda' (a teoria de que o nível de preços tende a variar com a quantidade de moeda em circulação) a visão de que a quantidade de dinheiro em circulação é determinada pela demanda por dinheiro - isto é, pelos hábitos nos negócios, pelo estado de atividade e pelo nível de preços. A diferença entre a quantidade de dinheiro em circulação e a quantidade existente é absorvida pelo 'entesouramento'. Quando a demanda por dinheiro em circulação aumenta, o 'entesouramento' diminui. Neste aspecto o Sr. Keynes concorda integralmente com Marx". (Robinson, 1942a: 68).

Mas Joan Robinson reconhece que Marx não tem uma teoria da taxa de juros, e que para ele os juros são apenas uma das parcelas em que o excedente se divide (e que pertencem aos rentistas, em oposição ao capitalista ativo). Joan Robinson mostra como a "teoria ortodoxa do lucro" - que se baseia na idéia de que o lucro é a recompensa pela espera - é uma tentativa de justificar a distribuição desigual da renda ao mesmo tempo em que tenta justificar a própria existência do lucro como uma remuneração justa. Neste sentido, a teoria marxista é uma forte aliada para o combate à teoria ortodoxa, mesmo que, segundo ela, falte em Marx uma teoria do investimento, isto é, a explicação do que faz os capitalistas investirem. Esta teoria, afirma ela, foi elaborada por Keynes, e não por Marx.

Um outro ponto de semelhança refere-se à explicação das crises:

"No esquema do Sr. Keynes, a taxa de investimento depende não do montante de poupança que a comunidade deseja ter, mas da visão que os empresários têm da lucratividade do novo capital, comparada com a taxa de juros que teriam que pagar sobre o empréstimo de fundos. Quando os empresários decidem, por qualquer razão, elevar a taxa de investimento, a atividade aumenta e a renda conseqüentemente se eleva. Uma elevação da renda normalmente leva a uma elevação do consumo por parte da comunidade, inferior à elevação inicial da renda, de modo que a poupança se eleva com a renda. É a taxa de investimento que governa a taxa de poupança, e não vice-versa. Uma elevação do desejo de poupar se mostra, em primeiro lugar, numa redução do consumo de bens de consumo. Isto reduz a renda, de modo que a maior poupança não se materializa. Ao mesmo tempo, a lucratividade da produção de bens de consumo se reduz, de modo que é mais provável que a taxa de investimento caia do que suba. Em resumo, a poupança, ainda que seja uma condição necessária para a acumulação de capital, não é condição suficiente". (Robinson, 1942a: 65-66).

E mais à frente, acrescenta:

"A má distribuição da renda restringe o consumo, e eleva a taxa de investimento necessária para manter a prosperidade, enquanto que simultaneamente restringe o campo dos investimentos lucrativos, restringindo a demanda por bens de consumo que o capital pode produzir. As descobertas geográficas e as inovações técnicas abrem campos alternativos de investimento, enquanto que as guerras, de tempos em tempos, absorvem imensas quantidades de capital. De fato, a sobrevivência do sistema capitalista é testemunha de que podem ocorrer longos períodos de acumulação acelerada. Mas sua recorrência é na melhor das hipóteses incerta, e quando o estímulo ao investimento se enfraquece, a contradição subjacente entre a capacidade de produzir e a capacidade de consumir vem à superfície na forma de desperdício e miséria, que se tornam cada vez mais intoleráveis à medida em que suas causas se tornam mais claras. A teoria do Sr. Keynes dá um forte apoio à observação de Marx de que 'a verdadeira barreira à produção capitalista é o próprio capital'". (Robinson, 1942a: 71-72).

Esta avaliação da semelhança entre Marx e Keynes é reformulada posteriormente, num artigo que leva justamente o título "Marx and Keynes" (1948a). Embora seus dois primeiros parágrafos sejam uma reprodução do início do artigo de 1941, nos quais afirma que a teoria acadêmica tem se aproximado da teoria marxista, o de 1948 tem por objetivo mostrar que esta aproximação não se deve tanto à qualidade da teoria marxista mas sim da "explosão interna da teoria acadêmica", para a qual a revolução keynesiana como um todo (e não apenas o livro de Keynes) foi fundamental:

"O sistema de pensamento que dominou o ensino acadêmico de economia (e influenciou muito a política), mesmo depois da grande depressão de 1930, não dava espaço para o desemprego, a não ser como mero acidente ou fricção. As 'forças econômicas naturais' tendiam a estabelecer o pleno emprego. As crises eram tratadas como um problema especial e mantidas por assim dizer em quarentena, de modo que a teoria das crises não afetava o corpo principal da doutrina econômica. Confrontada com o desemprego massivo e persistente no período posterior à I Guerra, a teoria ortodoxa ficou desorientada e entrou num emaranhado de sofismas inconvincentes. Desta situação surgiu a Teoria Geral de Keynes, com o que não quero me referir apenas ao livro intitulado A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, mas a todo o fluxo de idéias, ou melhor, o sistema analítico para o qual o livro deu a principal contribuição, mas que ainda está em processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento, encontrando novas aplicações e modificando seus métodos para tratar de novos problemas". (Robinson, 1948a: 134).

Joan Robinson retoma sua crítica à teoria ortodoxa, cuja principal característica é a de se fundamentar na Lei de Say, e de ter uma concepção de mecanismo auto-equilibrante num sistema de laissez-faire que, por sua vez, tem dois pontos de apoio. O primeiro constitui o mecanismo da taxa de

salários nominais, e tem por pressuposto que trabalhadores desempregados tendem a aceitar salários nominais mais baixos, e que a redução dos salários aumenta a demanda por mão-de-obra, reduzindo o desemprego. Se este não desaparece, é porque os sindicatos se recusam a aceitar a redução de salários. Mas, segundo a Autora, foi Keynes quem demonstrou que este raciocínio se baseia na falácia da composição, isto é, da confusão entre uma análise em termos micro e uma análise macroeconômica (agregada)[73].

A segunda base de apoio da teoria ortodoxa é sua concepção da taxa de juros. Segundo a teoria ortodoxa, quando a demanda por um determinado bem de consumo cai, haverá desemprego na produção deste bem, e, devido à redução do consumo, há um aumento da poupança, isto é, da oferta de dinheiro, e conseqüentemente a taxa de juros cai; a queda da taxa de juros, por sua vez, incentiva a produção de bens de capital, uma vez que os empréstimos se tornam mais baratos. Deste modo, o emprego na produção de bens de capital contrabalança o desemprego na produção de bens de consumo. Segundo Joan Robinson, Keynes demonstrou que o erro neste raciocínio está em tomar como pressuposto aquilo que se pretende provar[74].

A "revolução keynesiana" é aqui resumida por Joan Robinson da seguinte maneira:

> "Uma distribuição desigual da renda estabelece uma tendência crônica à queda da demanda por bens, abaixo da capacidade produtiva da indústria. Os que querem consumir não têm dinheiro para comprar, e portanto não se constituem num mercado lucrativo. Os que têm dinheiro para comprar não desejam consumir tanto quanto poderiam, mas sim acumular riqueza, isto é, poupar. Enquanto houver demanda suficiente para investimento em novo capital (moradia, equipamento industrial, meios de transporte, estoque crescente de bens, etc.), a poupança será utilizada e o sistema funciona adequadamente. Mas a poupança em si mesma não é garantia de que a acumulação de capital ocorrerá: pelo contrário, a poupança limita a demanda por bens de consumo e portanto limita a demanda por capital para produzi-los. O boom ocorre quando há saída lucrativa para o investimento. Longos períodos de prosperidade podiam ocorrer no século XIX, quando havia enormes oportunidades de investimento lucrativo na exploração de novas invenções e no desenvolvimento de novos continentes. Em tempos de guerra, ocorre uma pseudo-prosperidade pois a guerra cria demanda ilimitada. Mas a prosperidade não é o estado normal de um sistema capitalista plenamente desenvolvido, e a própria acumulação de capital, por um lado aumentando a riqueza e promovendo a poupança, e por outro lado saturando a demanda por novo capital, faz com que a prosperidade se torne difícil de ser alcançada". (Robinson, 1948a, CEP1: 136)

Para Joan Robinson, embora haja uma grande proximidade entre a teoria de Keynes e a teoria marxista, poucos economistas ingleses estudam Marx e, descontando o preconceito político, isto se deve, segundo a Autora, ao fato do método de exposição de Marx ser extremamente obscuro.

---

73. Nas palavras dela: *"Keynes demonstrou que esta teoria se baseava numa falácia - a falácia da composição. É verdade, para cada empregador, ou para cada ramo* [ou setor] *- e num grau menor para cada país no comércio internacional - que um corte dos salários, ao reduzir o preço do bem produzido, aumenta as vendas, e desta maneira leva a um aumento do emprego para sua produção. Mas se todos os salários são cortados, todas as rendas monetárias caem, e a demanda se reduzirá tanto quanto os custos. Nenhum empregador tem então qualquer motivo para empregar mais homens. Numa multidão, qualquer um pode obter uma visão melhor se subir numa cadeira. Mas se todos subirem em cadeiras, ninguém terá uma visão melhor"*. (Robinson, 1948a, CEP1: 135).

74. Nas suas próprias palavras: *"Keynes mostrou que existe um erro, de se tomar como pressuposto aquilo que se pretende provar. Se o emprego e a renda não se alteram, uma redução do consumo gera uma elevação da poupança. Mas o primeiro efeito da queda do consumo é a redução da renda e o prejuízo, e com renda menor a poupança é menor. Se a taxa de investimento em novo capital não aumenta, a renda cairá até o ponto em que a poupança não seja maior que antes, e não há tendência à queda da taxa de juros (Isto levou ao descarte da teoria de que a taxa de juros seja determinada pela oferta e demanda de poupança, e sua substituição por uma teoria totalmente diferente da taxa de juros, baseada na demanda por estoque de dinheiro)"*. (Robinson, 1949a, CEP1: 136).

"Embora a teoria de Keynes tenha surgido a partir dos problemas do desemprego, ela tem várias outras implicações. Tem se mostrado de enorme valor na análise da inflação do pós-guerra. Tem revolucionado a teoria do comércio internacional. E tem implicações, ainda não totalmente desenvolvidas, que minam a teoria acadêmica tradicional da oferta de capital a longo prazo e a distribuição do produto da indústria entre o trabalho e o capital.

A teoria acadêmica, por uma trajetória própria, chegou, assim, a uma posição que se assemelha consideravelmente ao sistema marxista. Em ambos, o desemprego tem o papel principal. Em ambos, o capitalismo é visto como carregando, em si mesmo, as sementes de sua decadência. Do lado negativo, e em oposição à teoria ortodoxa do equilíbrio, o sistema de Keynes e de Marx estão juntos e existe agora, pela primeira vez, um campo comum suficiente entre economistas marxistas e economistas acadêmicos, de modo a tornar o debate possível. Apesar disto, ainda há muito pouco estudo sério de Marx por parte dos economistas acadêmicos ingleses". (Robinson, 1948a, CEP1: 136-137).

Neste ponto, o objetivo da Autora é esclarecer o aparato de análise marxista, e ela o faz de modo semelhante ao artigo de 1941, isto é, destacando o que considera como sendo os "*dois defeitos sérios ... mas em si mesmo superficiais e facilmente remediáveis, mas que levaram a intermináveis desentendimentos*". (Robinson, 1948a, CEP1: 137).

O primeiro deles se refere à confusão entre estoque de capital e sua taxa de depreciação (ou amortização)[75]. Relacionado a isto, há também uma confusão, segundo Joan Robinson, que decorre da diferenciação, feita por Marx, entre capital constante e capital variável, e pelos economistas acadêmicos, entre custo primário (direto) e custo indireto[76]. A sobreposição destes diferentes conceitos é que fazem com que "*o aparato de Marx* [seja] *inútil para muitos dos problemas que interessam aos economistas acadêmicos, especialmente os relacionados com o preço de oferta de curto prazo e a influência do monopólio sobre a participação dos salários na renda*". (Robinson, 1948a, CEP1: 138).

O segundo defeito da teoria marxista se relaciona à medida do valor em termos de tempo de trabalho, associada ao progresso técnico:

"Com progresso técnico e acumulação de capital, o produto per capita tende a aumentar, de modo que o valor dos bens é constantemente decrescente. Os economistas acadêmicos tratam do produto com conceitos como 'renda nacional real', 'nível real de salários' e assim por diante. Medir estes conceitos em termos de valor é medí-los com um pedaço de elástico. Por isso, os economistas acadêmicos, se chegarem a levar Marx em conta, estão aptos a ter a impressão que seu método é inútil, e portanto a considerar sua análise como uma inextricável massa de confusões, que não vale a pena tentar compreender". (Robinson, 1948a, CEP1: 138).

Além destes, Joan Robinson menciona ainda a questão da teoria dos preços relativos (para a qual, segundo ela, a solução ortodoxa é semelhante à de Marx[77]) - mas que considera irrelevante frente à questão

---

75. Nas palavras de Joan Robinson: "*Na terminologia de Marx, C, capital constante, representa o equipamento produtivo (fábricas, maquinaria, etc), bem como matéria prima e energia; V, capital variável, representa a folha de salários; e S, mais valia, juros e lucros. Se escrevermos (como Marx habitualmente o faz) C+V+S como representando o fluxo de produção, digamos, anual, então C não é o estoque de capital investido, mas o desgaste e amortização anuais do capital. S/(C+V) é a parcela dos lucros no giro do capital* ["turnover"] *e não a taxa de lucro sobre o capital investido. A taxa de lucro que tende a ser igual nos diferentes setores (em Marx e nos sistemas ortodoxos), e a taxa de lucro que tende a cair à medida em que o capital se acumula não é S/(C+V), mas a taxa de lucro sobre o capital investido*". (Robinson, 1948a, CEP1: 137).

76. Nas palavras dela: "*Além disso, juntar a matéria prima e a energia ao equipamento num simples conceito de capital constante faz com que seja impossível distinguir entre custo primário e custo indireto, uma vez que o custo primário consiste de V e parte de C (matéria prima e energia), enquanto a outra parte de C é custo indireto*". (Robinson, 1948a, CEP1: 137-138).

77. Nas suas próprias palavras: "*Para o economista acadêmico, a 'teoria do valor' significa teoria dos preços relativos - os preços dos bens em termos uns dos outros. A teoria dos preços relativos de Marx, conforme estabelecida no volume III de O Capital, é razoavelmente simples. A taxa de lucro sobre o capital tende a ser igual em todas as linhas de produção. O salário da mão-de-obra também tende a ser igual em todas as ocupações (considerando as diferenças de aptidões). O montante de capital por unidade de trabalho empregada é governada pelo estado de desenvolvimento técnico. O preço normal (descontados os erros e as perturbações do mercado) para, digamos, o produto anual de qualquer bem, é igual ao salário da mão-de-obra empregada na sua produção, mais o custo da matéria prima, energia, desgaste da fábrica mais lucro, à*

- esta sim importante, na sua opinião - dos determinantes da acumulação do capital e da distribuição da renda. Esta é um elemento que, segundo ela, aproxima Marx de Keynes e diferencia ambos da teoria ortodoxa:

> "Na teoria do valor austríaca, a oferta de capital é, de alguma forma, dada. Para Marshall, a acumulação de capital representa um 'custo real' para os capitalistas - o 'sacrifício da espera' - e a acumulação continua enquanto o lucro for superior a este custo. Em equilíbrio, a taxa de lucro é exatamente suficiente para cobrir o custo real de espera. Portanto existe um preço de oferta para o capital como um todo, e o montante de capital tende a ser tal que a taxa de lucro seja igual ao seu preço de oferta.
>
> No sistema de Marx a necessidade de acumular é inerente à economia capitalista e o montante de capital, a qualquer momento, é o resultado do processo de acumulação que vinha ocorrendo no passado, o lucro total é a diferença entre a receita líquida total e o montante necessário para dar aos trabalhadores as condições de reprodução, e a taxa de lucro é simplesmente este lucro total dividido pela capital total existente." (Robinson, 1948a, CEP1: 138-139).

Mas, existe uma divisão importante entre Marx e Keynes, além de suas respectivas visões filosóficas e políticas, que a Autora só reconhece neste artigo, e com um certo arrependimento:

> "Argumentei no Um Ensaio Sobre a Economia Marxista, capítulo VI, que a teoria vislumbrada no volume II de O Capital tem muita afinidade com Keynes. Mas é possível que eu tenha exagerado nesta semelhança". (Robinson, 1948a, CEP1: 140).

Assim, ela passa a destacar as diferenças entre o sistema de análise de Marx e o de Keynes, com ênfase no tratamento dado ao tema das crises. Enquanto em Keynes as crises decorrem das variações da indução ao investimento - que depende fundamentalmente da expectativa de lucro futuro (e que tende a cair à medida em que a acumulação prossegue), no sistema de Marx o montante de investimento é governado pelo montante de mais-valia apropriada pelos capitalistas, que Joan Robinson interpreta como sendo poupança.

Nas suas palavras:

> "No sistema de Marx é a taxa de poupança a partir dos lucros que governa a taxa de investimento. A concorrência e o progresso técnico estabelecem a necessidade de acumulação, pois cada capitalista teme ficar atrás na corrida se não investir continuamente em novos equipamentos de capital que incorporam os mais recentes desenvolvimentos. Portanto o problema da demanda efetiva não aparece, e embora Marx tenha explicitamente repudiado a Lei de Say como uma bobagem infantil, ele, assim como Mill ou Marshall, não admite o divórcio entre as decisões de poupar e as decisões de investir que, no sistema de Keynes, aparece como a causa fundamental das crises e do desemprego". (Robinson, 1948a, CEP1: 140-141).

---

taxa vigente, sobre o capital investido. Os preços seriam proporcionais aos valores se o capital por unidade de trabalho (a composição orgânica do capital) fosse a mesma em todos os lugares, mas na verdade, por razões técnicas, em alguns emprega-se proporcionalmente mais capital que em outros e uma vez que a taxa de lucro sobre o capital investido tende a ser igual, os lucros, relativamente aos salários, tendem a ser maiores onde a relação entre capital e trabalho é maior. Portanto os preços normais são iguais aos custos de produção de longo prazo, e a taxa média de lucro sobre o capital vigente é o preço de oferta do capital em qualquer linha específica de produção. As condições da demanda determinam o montante produzido de cada mercadoria". (Robinson, 1948a, CEP1: 138-139).

Para a Autora, nada há nesta teoria de preços relativos de Marx, que contradiga a teoria ortodoxa, já que não associa preços crescentes ou decrescentes à escala de produção nem toca em questões como oligopólio e concorrência imperfeita.

Joan Robinson reafirma que, ainda que o problema da demanda efetiva não esteja desenvolvido na análise de Marx, isto não significa que ele negligencie o problema do desemprego pois - como vimos anteriormente - este é um dos importantes papéis desempenhados pelo exército industrial de reserva. Segundo Joan Robinson, em Marx o desemprego ocorre porque

> "... o montante de emprego oferecido pelos capitalistas depende do montante de capital existente, e há desemprego porque o capital necessário para empregar toda força de trabalho potencialmente disponível é insuficiente... Quando a acumulação iguala o crescimento populacional (e o crescimento da oferta de mão-de-obra 'livre' à medida em que os camponeses e os artesãos são tragados pelo mercado de trabalho pela expansão do sistema capitalista), uma relativa escassez de mão-de-obra estimula as inovações poupadoras de capital e restabelece o exército industrial de reserva". (Robinson, 1948a, CEP1: 141).

Ou seja, há um tipo de desemprego que não tem qualquer relação com a demanda efetiva, que Joan Robinson identifica com o conceito de exército industrial de reserva. Este desemprego decorre do desenvolvimento de técnicas que não incorporam toda a força de trabalho disponível como trabalhadores efetivos. A grande diferença entre este tipo de desemprego e o desemprego "keynesiano" é justamente o fato de que ele pode ocorrer mesmo numa economia em crescimento pois ele depende basicamente do tipo de tecnologia utilizada, ou seja, do grau de intensidade da mecanização.

Para Joan Robinson, as diferenças entre Marx e Keynes residem no fato de estarem discutindo problemas diferentes. Para ela, no entanto, cada uma destas duas teorias poderia ser invocada como complementar à outra[78].

Neste ponto, ela enfatiza uma das questões centrais do nosso trabalho, que é a concepção - presente em O Capital - de progresso técnico predominantemente poupador de mão-de-obra. Esta concepção é considerada problemática principalmente por estar elaborada de modo conflituoso e contraditório. Joan Robinson identifica na obra de Marx uma passagem em que o progresso técnico tem como conseqüência a elevação da taxa de exploração e uma outra em que seu efeito é a tendência à queda da taxa de lucro. O que une as duas é a visão da derrocada do capitalismo, que também está presente em Rosa Luxemburg, e é criticada alhures por Joan Robinson:

> "Rosa Luxemburg não leva em conta a elevação dos salários reais que ocorre à medida em que o capitalismo se desenvolve e nega os incentivos internos ao investimento gerados pelo progresso técnico, dois fatores que ajudam a salvar o capitalismo das dificuldades que cria para si mesmo. Ela fica com uma única influência (imperialismo econômico) para dar conta da acumulação contínua de capital, de forma que sua análise é incompleta. Mesmo assim poucos negariam que a expansão do capitalismo em novos territórios tenha sido a mola mestra do que os economistas acadêmicos têm chamado de 'enorme boom secular' dos últimos dois séculos. Muitos economistas acadêmicos explicam as difíceis condições do capitalismo no século XX principalmente pelo 'fechamento das fronteiras' em todo o mundo. Mas os economistas acadêmicos são inteligentes depois dos fatos ocorridos. Apesar de todas as confusões e exageros, este livro tem mais capacidade de previsão do que qualquer ortodoxia contemporânea poderia reivindicar". (Robinson, 1951b, CEP2: 73).

---

78. Seu "arrependimento", portanto, não tem maiores conseqüências, a não ser o de explicitar sua preferência por Keynes: "*Marx, no entanto, considerava que seu sistema era completo, e propunha-se a derivar dele uma explicação para as crises que se desenvolvem em economias capitalistas avançadas. É aqui que, à luz do argumento de Keynes, a análise de Marx parece inadequada e não-convincente*". (Robinson, 1948a, CEP1: 141).

Mas o que Joan Robinson critica é menos esta concepção "premonitória" do fim do sistema do que a idéia de que o progresso técnico é necessariamente poupador de mão-de-obra:

> "Marx (ou talvez Engels em seu nome) admite claramente que nem todo progresso técnico aumenta o capital por unidade de trabalho. Historicamente, a chave para o desenvolvimento tem sido o transporte, e as inovações que poupam tempo poupam capital. Portanto é óbvio que a composição orgânica do capital tem sido rapidamente crescente com o desenvolvimento do capitalismo. Enormes investimentos em maquinaria são óbvios a olho nu, mas é impossível avaliar quanto do que se poupou em estoques e em bens em processamento, como decorrência da aceleração das comunicações e dos processos produtivos, ultrapassou o crescimento do investimento em equipamentos. E é impossível dizer qual será o tipo predominante de inovações no futuro. Certamente muitas grandes inovações poupadoras de capital (como as comunicações sem fio no lugar dos cabos) tem sido feitas nos tempos recentes. Esta é uma questão a ser investigada. Enquanto isso, é possível ao menos imaginar, pelo menos para raciocinar, que de agora em diante as inovações poupadoras de capital se equilibrarão com as inovações poupadoras de mão-de-obra, de modo que a composição orgânica cesse de crescer (o capital por unidade de trabalho empregado tenderá a permanecer constante), enquanto o progresso técnico continuará a elevar a produtividade tanto quanto antes. É perfeitamente possível conceber-se um mundo em que a composição orgânica é constante (ou, para este caso, decrescente). A análise de Marx não teria qualquer utilidade para um mundo como esse, e toda esta parte de sua teoria das crises que depende da tendência declinante da taxa de lucros cairia por terra. Portanto, seu ponto de que a tendência de crises cada vez mais profundas seja uma característica necessária e inevitável do capitalismo não se sustenta. Se existe algum defeito fundamental no capitalismo, ele deve ter raízes mais profundas do que um mero acidente de técnica... No meu Um Ensaio Sobre a Economia Marxista tentei mostrar que mesmo considerando o pressuposto de uma composição orgânica crescente, a teoria ainda não é convincente". (Robinson, 1948a, CEP1: 143-144, inclusive nota de rodapé).

Para Joan Robinson, o progresso técnico, ao mesmo tempo em que eleva a produtividade do trabalho na produção de máquinas, isto é, no departamento produtor de bens de capital, também eleva a produtividade do trabalho no departamento que as utiliza, isto é, o que produz bens de consumo. Um dos problemas, segundo a Autora, é que para Marx as inovações são predominantemente poupadoras de mão-de-obra, de modo que, com o progresso técnico, o custo do capital por unidade de produto cai, mas menos do que a redução do custo da mão-de-obra por unidade de produto, enquanto que o capital por homem empregado aumenta.

Neste sentido, Joan Robinson reitera a maior abrangência da teoria das crises de Keynes, pois ela independe de qualquer pressuposto apriorístico dos possíveis vieses que o progresso técnico possa adotar:

> "A teoria de Keynes não depende de qualquer tendência particular da composição orgânica. As inovações poupadoras de capital têm probabilidade de gerar uma menor saída para o investimento que as intensivas em capital, e portanto tendem a contribuir menos para a manutenção da demanda efetiva. Ao mesmo tempo, podem reduzir a parcela de uma dada renda que se dirige ao capital (pois no sistema de Keynes não há qualquer razão para que a taxa de exploração deva ser constante) e portanto tende a reduzir a excessiva propensão a poupar. Mas de qualquer modo, esta questão tem importância secundária no sistema de Keynes, e sua teoria é igualmente conclusiva qualquer que seja a forma que o progresso técnico futuro possa assumir". (Robinson, 1948a, CEP1: 144).

É importante salientar que a independência da teoria de Keynes da forma específica adotada pelo progresso técnico não é considerada, pela Autora, como argumento para não tratar do progresso técnico.

Muito pelo contrário, esta conclusão serve como base de apoio para a análise das várias formas de progresso técnico com o instrumental da teoria keynesiana, como se verá mais à frente.

De qualquer modo, vale notar que no final do artigo, Joan Robinson toma o devido cuidado para que suas críticas a Marx não sejam interpretadas como uma rejeição à teoria marxista como um todo, nem tomadas como pretexto para evitar a aproximação complementar entre este e Keynes[79]. Para ela, ambos são complementares porque, na verdade, tratam de temas diferentes: Keynes "*nem ao menos toca as principais questões colocadas por Marx*" - sendo uma delas a teoria do longo prazo:

> "Parece portanto que qualquer que seja a linha da teoria das crises de Marx que sigamos, é necessário recorrer à análise de Keynes para completá-la, e nenhuma das partes do argumento de Marx se sustenta sozinha.
>
> Ao mesmo tempo, o sistema de pensamento de Keynes opera num plano restrito. Ele nem ao menos toca nas principais questões com as quais Marx lida, e ele destruiu a teoria ortodoxa do equilíbrio de longo prazo sem colocar nada definitivo em seu lugar. Portanto, a teoria de Marx, ou no mínimo alguma teoria sobre as questões que Marx discute é tão necessária para complementar Keynes quanto a teoria de Keynes é necessária para complementar Marx". (Robinson, 1948a, CEP3: 144-145).

Este esforço de integração entre as duas teorias, a de Marx e a de Keynes, é que Joan Robinson certamente faz em seu livro de 1956, A Acumulação de Capital, tema do próximo capítulo.

Para terminar este item, merece um destaque especial - em função do tema desta tese - o capítulo que Joan Robinson dedica, em Um Ensaio Sobre a Economia Marxista, à questão da concorrência imperfeita. A presença deste tema no livro atesta a importância do paradigma da concorrência perfeita na teoria da formação dos preços. Neste capítulo, Joan Robinson ressalta (mais uma vez) a relação entre a teoria de emprego formulada por Keynes e a drástica modificação ocorrida na teoria ortodoxa dos preços (que se baseava no pressuposto da concorrência perfeita) - e que se refletiu na análise do mercado de trabalho. Como de seu hábito, o argumento se inicia contrapondo a teoria (ortodoxa) à realidade:

> "Sob concorrência perfeita, a regra deve ser: produção a plena capacidade ou nenhuma produção. Mas, na realidade, a produção a plena capacidade é rara, mesmo em tempos de prosperidade, enquanto que as condições de recessão em geral levam a uma redução da taxa de produção de todas as fábricas, e não a uma completa interrupção da produção em algumas delas, enquanto outras continuam produzindo a plena capacidade. Parece, portanto, que na realidade a concorrência perfeita na venda de mercadorias não pode ser a regra, e que o excedente do preço em relação ao custo primário não pode ser explicado somente pela existência de diferenças entre o custo primário médio e marginal". (Robinson, 1942a: 74).

E segue, utilizando-se da linguagem ortodoxa, expondo os elementos que uma nova teoria deve desenvolver:

> "Para dar conta desta dificuldade, desenvolveu-se um novo tipo de análise. Nela supõe-se que o produtor individual não se defronta com um preço pelo seu bem, sobre o qual não tem

79. Num artigo posterior, intitulado "Marx, Marshall and Keynes" (1955a), a Autora dá continuidade a este esforço de provar a complementaridade da teoria destes autores, a despeito de suas diferenças, especialmente no que se refere à dinâmica e ao longo prazo. A importância destes dois aspectos é igualmente assinalada em "What Remains of Marxism?": *Marx mergulha diretamente no rio da dinâmica econômica, onde Marshall não ousava molhar os pés*". (Robinson, 1957d, CEP3: 162). E um pouco mais adiante: "*Em sua análise da acumulação de capital no longo prazo,* [Marx] *mapeou o território em que Keynes quase nunca entrou*". (Robinson, 1957d, CEP3: 163).

qualquer influência, mas pelo contrário, que uma elevação da sua produção só poderá ser vendida se ele reduzir o preço, ou se ele se sujeitar a custos de venda maiores, como propaganda e outros semelhantes. O sacrifício em preço, necessário para aumentar sua taxa de produção vendável (negligenciando-se os custos de venda) é representado como sendo dependente da elasticidade da demanda por seu produto particular, isto é, a razão entre a mudança proporcional de suas vendas e a mudança proporcional de seu preço. Seus lucros são maximizados quando o preço se iguala ao custo marginal multiplicado por e/(e-1), em que "e" é a elasticidade da demanda por seu produto... Isto é uma explicação para o excesso do preço em relação ao custo primário que independe da diferença entre custo primário marginal e médio". (Robinson, 1942a: 74-75).

O que é fundamental, e que viemos enfatizando desde o início, é que Joan Robinson transpõe esta análise da concorrência imperfeita do mercado de bens finais para o mercado de trabalho. Aqui, ela volta ao tema, considerando a importância da organização dos trabalhadores (os sindicatos):

"A imperfeição no mercado de trabalho tem que ser considerada tanto quanto a imperfeição no mercado de produtos. Na análise ortodoxa da concorrência perfeita cada empregador individual é concebido defrontando-se com uma taxa salarial dada, independente do montante de mão-de-obra que emprega, uma vez que o montante de emprego que oferece é uma proporção muito pequena do total para que possa afetar a taxa salarial. Ele é concebido como oferecendo emprego até o ponto em que a produtividade marginal do trabalho (a adição ao valor do produto feita pelo emprego de um homem adicional) caia abaixo do salário que vigoraria se mais homens fossem empregados. Conseqüentemente, a produtividade marginal se iguala ao salário.

Este quadro da concorrência perfeita no mercado de trabalho é ainda mais distante da realidade que a concorrência perfeita no mercado de bens. Quando a mão-de-obra não é organizada, cada empregador provavelmente se defronta com um grupo de trabalhadores que tem poucas ou nenhuma alternativa a não ser trabalhar para ele, de modo que são obrigados a aceitar o salário que lhes oferecem, enquanto que, para atrair mão-de-obra de outros lugares, o empresário teria que oferecer um salário maior. É do seu interesse, então, proceder segundo os princípios do monopsônio e limitar sua oferta de emprego aos trabalhadores que podem ser obtidos ao menor custo, levando em conta sua eficiência.

Onde a regra é a barganha coletiva, os salários são fixados com o setor como um todo, por acordo, e cada empregador pode ser concebido como contratando aquele número de homens que iguala a produtividade marginal ao salário, de acordo com as regras da concorrência. Mas ainda temos que lidar com o monopsônio geral dos empregadores enquanto classe...". (Robinson, 1942a: 75).

Para Joan Robinson, a análise da imperfeição do mercado, seja de bens, seja de trabalho, é fundamental no estudo da distribuição da renda, já que *"a principal influência sobre a participação do trabalho no produto total é o grau de imperfeição na venda de bens e na compra de trabalho"*. (Robinson, 1942a: 76). E em seguida:

"No mercado de bens de consumo um número relativamente pequeno de vendedores enfrenta um grande número de compradores, de modo que a imperfeição do mercado dá vantagens aos vendedores. No mercado de trabalho as posições são invertidas. Conseqüentemente a participação do trabalho no produto total fica espremida entre o limite superior e inferior do monopólio e do monopsônio". (Robinson, 1942a: 76).

Talvez o único resenhista de Um Ensaio Sobre a Economia Marxista que tenha notado a importância atribuída por Joan Robinson à concorrência imperfeita no mercado de trabalho como um embrião de sua análise sobre a distribuição da renda tenha sido Flanders:

"Os economistas modernos desenvolveram uma teoria e um método analítico que reconhece uma condição geral de concorrência imperfeita, a qual, em vários lugares, faz aparições como um monopólio organizado. Esta teoria abre caminho para uma explicação da margem de lucro e da distribuição da renda entre trabalhadores e capitalistas em diferentes setores e ramos de atividade e mercados. Deve-se reconhecer que há monopólios vendedores assim como compradores e que, de fato, o mercado de trabalho sob o capitalismo, como também Marx ressaltou, é caracterizado por uma posição de barganha superior dos empregadores, se comparada com a dos muitos que oferecem sua força de trabalho à venda". (Flanders, 1943: 22).

Não há dúvida de que Joan Robinson percebe a necessidade de relacionar a "teoria da concorrência imperfeita" aplicada ao mercado de trabalho à questão da distribuição da renda. Este ponto talvez seja um dos marcos fundamentais da sua transição à maturidade intelectual, em busca de uma teoria que explique simultaneamente a determinação dos preços e a distribuição da renda, e para a qual recolhe as contribuições de Kalecki e de Marx. Joan Robinson preocupa-se com a incapacidade das teorias disponíveis - seja a que denomina "acadêmica", seja a marxista - de elaborar esta relação. A citação abaixo é longa, mas explicita esta sua preocupação com clareza meridiana:

"... Para o economista, e/(e-1) é uma fórmula mágica, mas para o homem de negócios a elasticidade da demanda por seu produto é, na melhor das hipóteses, um conceito muito vago. Só pode ser descoberto por tentativa e erro, por instinto ou por adivinhação. O método da tentativa e erro é perigoso. A tentativa pode envolver uma redução de preços que vicia os consumidores e 'estraga o mercado', levando a ressentimentos quando o preço for novamente aumentado. O erro envolve perdas. Quando os tempos não são muito ruins, o homem de negócios fica tranqüilo. O instinto e a adivinhação provavelmente não lhe ensinam nada além do que fazer o mesmo que outros fazem. A margem de lucro bruta, ou a taxa sobre o custo primário, portanto, provavelmente depende muito de acidentes históricos ou de visões convencionais dos homens de negócios sobre o que é razoável. E qualquer padrão convencional de comportamento que se estabeleça num grupo imperfeitamente competitivo gera um resultado estável. Enquanto todos aderirem ao mesmo conjunto de convenções, cada um poderá usufruir de sua parcela de mercado, e cada um poderá imaginar que esteja agindo de acordo com as regras estritas da concorrência, embora de fato, o grupo como um todo, por colusão inconsciente, esteja impondo um leve grau de monopólio sobre o mercado.

A margem bruta de lucro, não importa como seja determinada, sempre pode ser expressa em termos da fórmula e/(e-1). Por exemplo, se num determinado caso, o preço for igual o custo primário mais 50% deste custo, podemos dizer que o produtor em questão age como se acreditasse que a elasticidade de demanda em seu mercado é igual a 3. Mas ao dizê-lo, não acrescentamos nada ao nosso conhecimento sobre como esta margem bruta de lucro é determinada.

O argumento acima se aplica ao funcionamento geral de uma atividade mais ou menos competitiva. Ali onde rege o monopólio, ou onde um grupo de mercadorias é produzido por poucas e poderosas firmas [o oligopólio *propriamente dito*], há um grande espaço para variações individuais de política [de preços ou outras], e é difícil estabelecer qualquer generalização sobre o que rege a margem de lucro por unidade de produto.

Tudo isso causa uma ruptura séria na suave superfície da teoria ortodoxa do valor, e parece que a ciência econômica ainda não resolveu seu primeiro problema - o que é que determina o preço de uma mercadoria?". (Robinson, 1942a: 77-79).

E conclui:

"... O grau de exploração marxista e a fórmula acadêmica e/(e-1) fornecem apenas um método sumário de representação do resultado de várias forças que operam sobre a distribuição do produto entre o trabalho e o capital. Nenhuma delas é por si só uma força independente, e nenhuma gera uma lei de distribuição simples e coerente.

E no entanto, estabelece-se melhor uma lei empírica da distribuição do que a maioria das generalizações econômicas. Numa grande variedade de tempos e lugares, os estatísticos

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

encontraram uma marcante constância na participação proporcional do trabalho no produto como um todo. As variações que tanto os economistas acadêmicos como Marx esperariam a priori, entre o boom e a recessão, e no longo prazo com a mudança técnica, não aparecem nos números.

A teoria marxista poderia gerar a explicação segundo a qual o desenvolvimento do poder dos sindicatos tem sido suficiente para evitar que a exploração se eleve com a elevação da produtividade do trabalho, enquanto que a teoria acadêmica sugere que uma elevação secular do monopólio foi contrarestada por uma queda relativa dos preços das matérias primas. Ambas as explicações são um tanto quanto esfarrapadas, e o mistério das participações relativas constantes permanece como uma reprimenda aos economistas teóricos". (Robinson, 1942a: 80-81).

Segundo Joan Robinson, a concepção derivada de Marshall, de acordo com a qual os produtores estabelecem preços de modo a maximizar os lucros (igualando a receita marginal ao custo marginal) está sujeita a duas interpretações. A primeira, que se refere à maximização do lucro corrente (de curto prazo) não avança o debate sobre a determinação da margem de lucro. A segunda, que diz respeito à maximização do lucro de longo prazo, e leva em conta um nível normal de utilização da capacidade, não explicita o que se entende por nível normal de utilização da capacidade. Para ela, de modo geral,

"... quanto menor o grau de utilização da capacidade, num balanço entre bons e maus anos, maior será a margem bruta de lucro necessária para um dado nível de lucro. Mas quanto maior a margem, tudo o demais constante, menor o grau de utilização, pois, dadas as flutuações esperadas da demanda, o montante de capital à procura de utilização na indústria é regido pela margem bruta estabelecida pelo mercado. E o montante de capital empregado influencia a utilização média por unidade de capital. Os três determinantes, o lucro por unidade de produto, o lucro por unidade de capital e o capital por unidade de produto, são todos interdependentes e toda a análise de dissolve numa nuvem de dúvida". (Robinson, 1942a: 80).

Ainda sobre o tema do oligopólio, e mesmo que indiretamente, merece menção também o texto intitulado "The Labour-Theory of Value" (1954a) o qual, segundo Turner (1989), faz parte do debate entre Joan Robinson e os marxistas norte-americanos, em particular com Gillman (1954).

Joan Robinson identifica, neste artigo, dois aspectos da teoria do valor, um relacionado à razão entre lucros e salários, que constitui a taxa de exploração, e outro que diz respeito aos preços relativos de bens específicos. O artigo pretende tratar apenas deste segundo aspecto.

A determinação dos valores relativos na teoria do valor-trabalho tem por pressupostos, segundo Joan Robinson, de um lado, a perfeita mobilidade do capital (o que gera uma taxa de lucro uniforme) e, de outro, a perfeita mobilidade do trabalho (taxa uniforme de salário), para cada grau de especialização da mão-de-obra. Isto significa, segundo ela, um pressuposto implícito de economia competitiva, em que

"se faz abstração da existência de fatores especializados cuja oferta é limitada, [de modo que] o preço normal [de longo prazo] de qualquer mercadoria é dado pelos custos salariais da mão-de-obra necessária para produzir uma certa quantidade de mercadoria, a compensação pelo desgaste das mercadorias utilizadas na sua produção, mais uma margem suficiente para gerar o lucro sobre o capital, à taxa vigente". (Robinson, 1954a, CEP2: 49, grifos nossos).

Joan Robinson continua, imediatamente:

Para Joan Robinson, as assimetrias com relação à razão capital/trabalho (tecnologia) e o pressuposto de recursos (fatores) especializados e escassos (concorrência imperfeita) são questões centrais para uma teoria dos preços relativos.

Finalmente, ela ressalta a diferença fundamental entre uma teoria de preços relativos, em que os preços são medidos em "tempo de trabalho" e uma na qual os preços são medidos em "custo de trabalho".

> "O preço de uma mercadoria em termos de tempo de trabalho (numa unidade padrão, em que as diferenças de aptidão são avaliadas pelas taxas salariais) não é a mesma coisa que [seu preço] em custo de trabalho, pois o preço inclui uma margem de lucro. Nem os preços relativos são estritamente proporcionais aos seus custos de trabalho relativos, pois o lucro por unidade de trabalho varia com o capital por unidade de trabalho". (Robinson, 1954a, CEP2: 49-50).

Para ela, os determinantes mais importantes na determinação dos preços são os custos de trabalho. Ou seja, Joan Robinson adota a idéia de que os preços são determinados pelos custos de produção, dentre os quais o mais importante é o custo da mão-de-obra:

> "Grosso modo, o principal determinante das diferenças entre preços, digamos, de um pacote de pregos e um automóvel, é, obviamente, a diferença do custo do trabalho (incluindo o custo do trabalho na produção do equipamento de capital necessário para as diferentes linhas de produção). Além disso, o movimento, no tempo, dos preços relativos, é predominantemente influenciado pelas mudanças dos custos de trabalho. Por exemplo, num período em que o produto por homem-hora é rapidamente crescente na manufatura, ou cresce devagar ou não cresce na agricultura e na construção civil, a alimentação e moradia encarecem relativamente aos outros bens de consumo. As influências deste tipo são em geral mais importantes do que as alterações das margens relativas de lucro na determinação das mudanças de preços relativos. Abrindo mão da reivindicação insustentável de total exatidão, a teoria do valor-trabalho pode adquirir o direito de ser considerada amplamente verdadeira e extremamente importante". (Robinson, 1954a, CEP2: 50, grifos nossos)

Esta é a concepção que a Autora adotará, como veremos, quando discute as medidas do "capital", especialmente a idéia, acima sublinhada, de que o custo do trabalho, de um bem qualquer, inclui o custo do trabalho incorporado na produção do equipamento de capital necessário para produzir este bem qualquer.

No que diz respeito à determinação de preços no âmbito da teoria da concorrência, ela assume a mesma posição, embora seja menos radical, pois considera importante levar em conta alguma influência por parte das condições da demanda sobre os preços relativos:

> "Quando há diferenças na razão capital/trabalho necessárias para a produção de diferentes mercadorias, uma diferença no nível geral de lucro do sistema como um todo afeta os preços relativos normais, pois sua influência será maior onde a razão capital/trabalho é mais alta. E quando há pontos de estrangulamento permanentes na produção, devido à existência de fatores escassos, o preço normal de uma mercadoria varia com sua taxa de produção. Por isso, o padrão de preços relativos não depende apenas dos custos de trabalho relativos, mas também é influenciado pelo padrão da demanda. Portanto, é preciso uma análise dos problemas tratados pelos manuais, para lidar com as complicações que a teoria do trabalho negligencia. A teoria dos preços normais dos manuais, infelizmente, nunca conseguiu se estabelecer de forma coerente, devido a uma ambigüidade fatal no tratamento do tempo, mas ela oferece um complemento indispensável à teoria do trabalho para a análise dos efeitos das mudanças na demanda de curto

II.2.3 - Joan Robinson e Marx segundo alguns intérpretes

Embora Joan Robinson houvesse afirmado que o Um Ensaio Sobre a Economia Marxista não tinha a intenção de ser uma crítica a Marx, e não obstante sua ênfase na tentativa de encontrar elementos de convergência entre Marx e os "economistas acadêmicos", seu livro era essencialmente crítico, e, por isso, como vimos, foi recebido de modo extremamente variado pelos seus resenhistas.

De qualquer modo, é interessante registrar a informação dada por Turner, de que o livro de Joan Robinson sobre Marx rendeu-lhe, não apenas o convite para escrever a já mencionada "Introdução" à edição inglesa da obra de Rosa Luxemburg, mas também um convite para colaborar no periódico de orientação marxista Monthly Review, cujos editores eram Leo Huberman e Paul Sweezy. Joan Robinson escreveu artigos para esta revista quase desde a sua fundação, tendo publicado nela desde 1951 - a revista fora fundada em 1949 - até o final da sua vida. Essa colaboração era constituída basicamente de trabalhos "menos técnicos", ou versando sobre a economia de países socialistas, e incluíam também algumas resenhas[81].

Apesar disto, existem poucos estudos que tratam especificamente da visão "robinsoniana" de Marx. A maioria quase absoluta de trabalhos sobre ela tratam desta sua fase de forma bastante passageira, ressaltando, em geral, suas opiniões sobre metodologia e ciência, ideologia e filosofia, e quase nunca tratando do seu entendimento da teoria marxista propriamente dita[82]. Quase todos dedicam-se apenas a identificar as diversas influências que ela recebeu - e que caracterizam seu entendimento do marxismo.

No nosso entender, é bastante difícil desvincular, entre os elementos marxistas presentes na obra de Joan Robinson, os que se originam diretamente de sua leitura de O Capital dos que resultaram da leitura da obra de e da convivência com autores como Kalecki e Sraffa. A própria Autora só se refere, no prefácio do livro de 1942, a E. Rothbarth. Mas, há um consenso, aliás sustentado pelas próprias afirmações de Joan Robinson, de que estas diversas influências exerceram um papel importante para sua própria compreensão das contribuições de Marx.

Um dos melhores exemplos deste amálgama de influências está explicitado no texto da conferência pronunciada na Delhi School of Economics, em que Joan Robinson compara Marx, Marshall e Keynes,

---

81. Veja-se a respeito: "Preparation for War" (1951f, originalmente publicado em Cambridge Today); "Moscow, 1952" (1952j, relatório de viajem publicado originalmente como panfleto); "Letters From a Visitor to China, July 1953" (em quatro partes: 1953g, 1953h, 1954b e 1954c); "Review of S. Tsuru, 'Has Capitalism Changed?'" (1961c); "Marxism: Religion and Science" (1962c); "Cuba 1965" (1965d); "Korean Miracle" (1965f); "The Economic Reforms" (1967g); "The Relevance of Economic Theory" (1971e); "Review of John Collier and Elsie Collier, 'China's Socialist Revolution': an eyewitness account of the cultural revolution" (1976d); "Review of R.L. Meek, 'Studies in the Theory of Value (2a. ed.)'" (1977f); "Review of Ellen Brun and Jacques Hersch, 'Socialist Korea: A Case Study in the Strategy of Economic Development'" (1977j); "China now: comments on Bettelheim" (1978f, originalmente publicado em China Now); "Review of Mao Tse Tung, 'A Critique of Soviet Economics'" (1978j, originalmente publicado em China Now); e "The Economics of Destruction" (1983a, compilação de notas tomadas por Hal Kursk numa palestra proferida por Joan Robinson em Montreal, em maio de 1980). Para um breve sumário destes trabalhos, veja-se Turner (1989: 87-93). Para uma análise mais detalhada da visão de Joan Robinson sobre a China, que ela visitou seis vezes entre 1953 e 1978, veja-se Tahir (1990), que identifica três fases na evolução das idéias de Joan Robinson a este respeito. Os artigos referentes à sua visita à China em 1953 foram publicados na revista Monthly Review em quatro partes e depois foram reunidas no livro publicado em 1954, intitulado Letters from a Visitor to China e mais uma vez em 1977, no livro Reports from China: 1953-1976. Este livro de 1977 também reúne uma coletânea publicada em 1964 sob o título Notes from China, uma parte do livro publicado em 1969 chamado The Cultural Revolution in China além de outros artigos publicados em revistas como International Affairs, Eastern Horizon e Economic Weekly. Finalmente, resta anotar que alguns dos artigos acima mencionados, assim como alguns dos seus artigos publicados em outros periódicos "de esquerda", como Science and Society, Soviet Studies, Capital, New Left Review e China Now também foram reproduzidos em suas coletâneas.

82. Há algumas exceções, como Cuyvers (1977) e Rosdolsky (1977). O livro de Rosdolsky, The Making of Marx's Capital dedica um capítulo inteiro à defesa de Marx dos ataques de Joan Robinson (o capítulo se intitula "Joan Robinson's Critique of Marx"). Para uma defesa de Joan Robinson veja-se Lippi (1996), que embora ignore as críticas de Rosdolsky, compara a interpretação da Autora às de Pierangelo Garegnani e Maurice Dobb. Tahir (1990) inclui um capítulo no qual analisa os escritos de Joan Robinson sobre a China, sob a perspectiva da teoria marxista e keynesiana.

como uma tentativa de separar os aspectos ideológicos da discussão analítica em economia, e no qual declara explicitamente que o elemento da teoria marxista que mais aprecia é o esquema de reprodução ampliada (adotado por ela em A Acumulação de Capital):

> "O esquema da reprodução ampliada [de Marx] proporciona uma abordagem muito simples e indispensável do problema da poupança e do investimento e o equilíbrio entre a produção de bens de capital e a demanda por bens de consumo. Foi redescoberto e constituiu a base do tratamento do problema de Keynes por Kalecki, e reinventado por Harrod e Domar como a base da teoria do desenvolvimento de longo prazo. Se Marx tivesse sido estudado como um economista sério, ao invés de ter sido tratado, por um lado, como um oráculo infalível ou, por outro, como objeto de sarcasmo barato, teríamos nos poupando muito tempo". (Robinson, 1955a, CEP2: 7).

Não há dúvida de que se a importância de Kalecki (no que se refere a Marx) foi a de ter adaptado os esquemas de reprodução, a de Sraffa se deve principalmente a de ter lançado novas bases para a crítica à teoria neoclássica. Joan Robinson afirma que foi a partir da leitura da "Introdução" de Sraffa à obra de Ricardo, que ela percebeu "... *que o conceito de taxa de lucro sobre o capital é essencialmente o mesmo em Ricardo, Marx, Marshall e Keynes*". (Robinson, 1953c, CEP4: 247).

Na verdade, nem o grau de independência da compreensão que a Autora tem da teoria marxista frente às influências que recebeu (principalmente de Kalecki e de Sraffa), nem mesmo a distinção entre estas influências é fácil de ser feita. Joan Robinson menciona inúmeras vezes que a explicitação, feita por Sraffa, de que o capital é um estoque de meios de produção continuamente produzido e reproduzido, e que as condições de sua produção e reprodução são o núcleo essencial de qualquer modelo de longo prazo, foi incorporada ao seu próprio modelo, que é inspirado também em Kalecki, e que ela desenvolve em A Acumulação de Capital.

Por outro lado, sua compreensão da teoria marxista teve impactos importantes no restante da sua obra, em todas as áreas em que contribuiu. Assim, além da adoção dos esquemas de reprodução em seu próprio modelo, a idéia de que o estoque de capital é um estoque de meios de produção continuamente produzidos e reproduzidos, serve como ponto de partida para aquilo que fundamenta a pergunta inicial de Joan Robinson na famosa controvérsia sobre o capital, e que se baseia na problemática passagem da análise de curto prazo (com meios de produção - ou estoque de capital - dados), para o longo prazo, no qual se permite sua variação. A Autora o expõe de maneira magnificamente clara e sucinta na provocativa "A Lecture Delivered at Oxford by A Cambridge Economist" (1953e), que como bem lembram Gram e Walsh (1983: 524), foi escrito no mesmo ano que sua "famosa granada explosiva", intitulada "The Production Function and the Theory of Capital" (1953-54), artigo este que, segundo Harcourt, efetivamente deu início à controvérsia:

> "O curto prazo significa que o capital é fixo em espécie. Não é preciso perguntar 'quando o capital não é capital?', pois há uma lista específica de altos fornos, materiais em processamento e outros objetos concretos...
>
> No longo prazo, o equipamento de capital se modifica em quantidade e espécie. Assim, temos imediatamente a pergunta: o que é a quantidade de capital?". (Robinson, 1953e, CEP4: 261).

até que ponto é compatível com Keynes". (Gram e Walsh, 1983: 544). Do mesmo modo, Turner (1989: 79) afirma que "*Joan Robinson estava interessada na 'teoria do emprego de longo prazo' de Marx*".

Neste ponto, vale a pena mencionar a reação de Keynes ao Um Ensaio Sobre a Economia Marxista, conforme relatado por Harcourt, a partir de uma carta de Keynes a Joan Robinson (datada de 20 de agosto de 1942) e que lhe foi mostrada por Robert Skidelsky. Keynes considerou o Um Ensaio Sobre a Economia Marxista

> "'muito fascinante - tão bem escrito como tudo que você tem feito. Isto, apesar do fato de que há algo intrinsicamente entediante na tentativa de dar sentido ao que na verdade não tem sentido....
>
> Fico com a sensação ... de que [Marx] tinha uma intuição penetrante e original mas era um pensador muito pobre - e seu fracasso em publicar os últimos volumes provavelmente significava que ele não estava inconsciente disto'". (Carta de Keynes para Joan Robinson, 20.08.1942 apud Harcourt, 1986b: 107, n8)[83].

A própria Autora também tinha sua versão sobre a opinião de Keynes a respeito do Um Ensaio Sobre a Economia Marxista:

> "Sobre Marx, Keynes costumava pedir a Piero Sraffa que lhe indicasse algumas passagens para ler, mas sempre achou que não tinham pé nem cabeça. No entanto, ele gostou bastante do meu Um Ensaio Sobre a Economia Marxista, e se tivesse tido mais tempo, teria visto que ele próprio tinha muito em comum com a análise marxista, por maiores que fossem suas objeções à ideologia marxista". (Robinson, 1979s: 119).

Gram e Walsh também mencionam a influência de Sraffa na compreensão que a Autora tem de alguns dos principais elementos da teoria marxista, e em particular sua rejeição à teoria do valor trabalho e ao conceito de composição orgânica do capital - que desembocam na crítica à teoria neoclássica em geral e na controvérsia do capital em particular. No entanto, o início das críticas de Joan Robinson a estes temas datam de antes da publicação de A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias (1960), e até mesmo da "Introdução" de Sraffa à obra de Ricardo (1951).

De qualquer modo, a influência de Sraffa, neste sentido, não pode ser negada - Pasinetti (1996a) a considera quase que definitiva, como se verá mais à frente - até porque muitas vezes os argumentos de Sraffa deram mais consistência às suas próprias críticas, embora nem sempre eles estivessem totalmente de acordo[84], e na verdade tivessem se distanciado paulatinamente. Coube a Harcourt chamar a atenção para o fato de que, com o passar do tempo e a evolução dos debates, os pontos de vista de Joan Robinson e de Sraffa foram se afastando um do outro. Aliás, segundo Harcourt, Joan Robinson distanciou-se não apenas de Sraffa, mas também de outros ex-aliados de várias controvérsias, como Eatwell, Milgate e Garegnani. O

---

83. Em outro artigo, Harcourt refere-se a esta carta como sendo datada de 29 de agosto de 1942. Veja-se Harcourt (1995b: 112), que reproduz outras passagens desta mesma carta.

84. Quem chama a atenção para algumas das divergências entre Sraffa e Joan Robinson é Harcourt, com destaque para as suas diferentes atitudes em relação a Marx: "*Piero Sraffa entendia que sua tarefa, ao menos em parte, era a de amarrar algumas partes inconclusas ou incoerentes do esquema de Marx, que em geral ele aceitava... Joan Robinson era uma simpatizante crítica de Marx, absorvendo os aspectos positivos do seu método e visão, enquanto se recusava a seguir necessariamente a trajetória perseguida por Marx, para chegar aos mesmos resultados*". (Harcourt, 1984b: 467).

Autor, no entanto, faz questão de distinguir o tratamento dado por Joan Robinson a Sraffa dos demais "ex-aliados"[85].

Não se pode deixar de mencionar que a influência de Sraffa sobre Joan Robinson era tão antiga e profunda como a de Keynes e Kalecki (para citar apenas alguns dos mais importantes). Desde seu famoso artigo de 1926, (que inspirou a Economia da Concorrência Imperfeita), passando pela "Introdução" à obra de Ricardo em 1951 e ao livro A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias de 1960, as idéias de Sraffa, a despeito do seu crescente distanciamento da Teoria Geral, (e eventualmente dos seus defensores), se caracterizam fundamentalmente pela crítica à teoria neoclássica do valor e da distribuição baseada no conceito de produtividade marginal dos fatores[86].

Assim como a análise da concepção robinsoniana da teoria marxista como um todo, o tema da relação entre Joan Robinson e Sraffa - ou como sugerem alguns, o "neo-ricardianismo" da Autora - seria assunto de outro trabalho. O mesmo se aplica à tentativa de classificar Joan Robinson entre os "marxo-keynesianos" como Johnson e Johnson (1978)[87] ou, como sugere Cuyvers (1979) entre os "neo-marxistas pós-keynesianos"[88]. Isto, a despeito do fato de Joan Robinson nunca haver gostado desta rotulação (preferindo autodenominar-se "keynesiana de esquerda") e sem dar a menor importância às incansáveis críticas da Autora à teoria do valor-trabalho e à lei de tendência à queda da taxa de lucro[89].

Malgrado o esforço de Joan Robinson de compatibilizar a teoria marxista e a teoria keynesiana, conforme reconhecido (ao menos indiretamente) pelos autores acima mencionados, houve quem encontrasse na sua obra uma dicotomia radical entre dois conceitos que seriam originados, cada um, de cada uma destas teorias (a de Keynes e a de Marx). Tahir (1990) identifica em Joan Robinson um conceito de "desemprego marxista", decorrente do progresso técnico e do avanço da mecanização, contraposto ao de "desemprego keynesiano", resultante de uma deficiência da demanda efetiva. Associando ao desemprego marxista a existência de excesso populacional e ao desemprego keynesiano a instituição do seguro-desemprego (e portanto uma renda mínima aos desempregados), considera que o primeiro conceito só é

---

85. Veja-se Harcourt (1986b). Neste sentido, poder-se-ia analisar a versão robinsoniana da teoria marxista em três fases, sendo que a primeira estaria constituída pelos seus trabalhos anteriores a Sraffa, a segunda por aqueles em que ambos os autores são "aliados", e a terceira marcada pelo seu distanciamento progressivo. Uma outra maneira de analisar a interpretação de Joan Robinson sobre Marx seria - também inspirada em Harcourt - a que distingue duas trajetórias diferentes, uma positiva (construtiva) e outra negativa (destrutiva) do desenvolvimento das idéias próprias de Joan Robinson a partir de seu contato com a teoria marxista. A primeira está representada *"pela montagem de um arcabouço keynesiano-marxista (cuja estrutura deriva da adaptação dos esquemas de reprodução de Marx por Kalecki) para a interpretação do processo de crescimento de economias capitalistas"* (Harcourt, 1979: 10-11), enquanto que a segunda se caracteriza pelo *"ataque aos paradigmas de teoria econômica predominantes: a teoria neoclássica do valor, da produção e da distribuição"* (Harcourt, 1979: 11).

86. Não se deve esquecer tampouco que Sraffa havia participado do Circus keynesiano, embora, como se sabe, sua crítica à teoria ortodoxa (neoclássica) tivesse tomado um rumo bem diferente, a ponto de Joan Robinson declarar, retrospectivamente, que *"Olhando de hoje, vejo que nos anos tumultuados de quando a Teoria Geral de Keynes estava sendo escrita, Piero nunca soube, de fato, o que é que estávamos fazendo"* (Robinson, 1979i, FCM: 135) De qualquer maneira, é interessante mencionar que um dos primeiros trabalhos publicados por Joan Robinson - Economics is a Serious Subject (1932b) - foi dedicado a Sraffa. Veja-se, a este respeito, Harcourt (1990a) e Turner (1989: 21-22 e 229). Sraffa chegou a ler e a comentar uma versão preliminar de A Economia da Concorrência Imperfeita, conforme se pode verificar pelos documentos em JVR/vii/Sraffa, em RFK/13/90/1 (no King's College) e em Sraffa D1/86 e Sraffa D1/87 (no Trinity College).

87. Johnson e Johnson (1978: 246) apud Turner (1989: 80, 94 e 240). Segundo Turner, o termo marxo-keynesiano foi apresentado pela primeira vez por Schumpeter (1949).

88. Veja-se também Cuyvers (1977). Mesmo reconhecendo a dificuldade de se traçar uma distinção clara entre os "keynesianos de esquerda" (como a própria Autora preferiria) e os "neo-marxistas pós-keynesianos", Cuyvers classifica Joan Robinson nesta segunda categoria, ao lado de Kalecki, Steindl, Baran e Sweezy. Em nota de rodapé, no artigo, este autor afirma que Joan Robinson expressou, em conversas e em correspondências, seu desagrado com relação ao termo "neo-marxista". Mas segundo Turner, mesmo Harcourt refere-se eventualmente a Joan Robinson e a Sraffa como "neo-marxistas", embora com o sentido de terem angariado respeito para as visões de Marx.

89. Turner (1989: 78), chama a atenção para o fato de que Schumpeter, que tinha compreensão pelos que respeitavam a grandeza histórica de Marx ou por aqueles que tentavam "keynesificar Marx ou marxicizar Keynes", não incluía Joan Robinson nesta categoria e sim na que ele denominava "neo-marxistas".

aplicável aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento enquanto que o segundo só diz respeito aos países de economias avançadas[90].

No entanto, a leitura dos trabalhos de Joan Robinson em torno da teoria marxista mostra que ela tem dois procedimentos básicos na análise do progresso técnico em Marx. A primeira diz respeito à lei de tendência à queda da taxa de lucro, com relação a qual é extremamente crítica, em todas as oportunidades em que se refere a ela. A outra, diretamente relacionada à questão do desemprego, não é, de fato, muito desenvolvida, ao menos nos textos e artigos em que debate a teoria marxista. Na verdade, a relação entre emprego e progresso técnico é estabelecida por Joan Robinson ao longo da sua contribuição à teoria do crescimento, principalmente nos livros A Acumulação de Capital e Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento Econômico, que serão analisados mais à frente.

Mas mesmo neste estágio é possível sugerir que Joan Robinson utiliza os dois conceitos de desemprego de modo híbrido[91] - e por isso mesmo mais enriquecedor. Na verdade, é justamente sua capacidade de relacionar elementos teóricos originados de autores tão importantes quanto Keynes e Marx (para citar apenas estes) que conferem à obra de Joan Robinson não apenas originalidade mas também qualidade.

Talvez as interpretações mais fiéis à Autora sejam aquelas que destacam o que Joan Robinson de fato apreendeu da teoria marxista e também ofereceu como contribuição a ela. A avaliação de Shove (1944), que por ser um dos "colegas" a que Joan Robinson faz referência quando afirma sua intenção de incentivá-los a conhecer a obra de Marx, merece destaque.

Mais do que um ensaio sobre teoria marxista, para Shove há dois temas no livro Um Ensaio Sobre a Economia Marxista: uma crítica a Marx e um ataque à doutrina ortodoxa. No que se refere à interpretação de Joan Robinson sobre Marx, Shove destaca alguns aspectos, dos quais o primeiro diz respeito à identificação que Joan Robinson faz de um "embrião" de princípio da demanda efetiva em O Capital e de uma visão subconsumista das crises:

> "Primeiro, e mais importante, é duvidoso que Marx tenha antecipado as idéias modernas sobre a natureza e o significado de 'demanda efetiva', na extensão sugerida pelas considerações que Joan Robinson faz sobre sua [de Marx] teoria das crises. A maioria dos seguidores de Marx (exceção feita a Rosa Luxemburg) deram muito menos importância a este elemento do seu pensamento, e os argumentos [de Joan Robinson], na tentativa de mostrar que estão errados, não são convincentes. A teoria subconsumista, que na visão dela ele pretendia desenvolver (pp. 58-

90. A questão central de Tahir diz respeito ao desenvolvimento da Índia. Seu argumento visa demonstrar que os "remédios keynesianos" são inadequados (melhor seria "insuficientes") para dirimir os problemas dos países em desenvolvimento; que o desemprego existente na Índia não é meramente subemprego, (desemprego disfarçado, keynesiano), mas uma situação mais grave de desemprego aberto, que além de não poder ter seus efeitos dirimidos por meios institucionais que garantam uma renda mínima aos desempregados, como ocorre nos países ricos com o seguro-desemprego, é incapaz de ser totalmente solucionado incorporando ao mercado de trabalho uma população que é crescente (desemprego marxista). Considera que sua solução, mesmo que parcial, exige uma política de investimentos em infra-estrutura e bens de capital, e que a mera elevação da demanda efetiva não será capaz de reduzir a pobreza. Apoiado numa citação de Joan Robinson retirada do livro Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, no qual ela afirma que *"o objetivo do investimento é criar capacidade produtiva e elevar a produtividade do trabalho, e não 'criar empregos' para os desempregados"* (Robinson, 1979b: 116), o autor conclui: *"O conceito de desemprego disfarçado de Joan Robinson é totalmente keynesiano e ... não tinha nada a ver com o problema do desenvolvimento"* Tahir (1990: 114). Ele sustenta ainda uma outra tese cuja idéia central está explícita no título do quarto capítulo de sua tese: "Joan Robinson: uma precursora esquecida dos modelos de migração interna", embora reconheça que ela mesma parece ter negligenciado a migração como um tema importante. Ele chama a atenção para o fato de que, embora esquecida pelos economistas que tratam deste tema, Joan Robinson é mencionada por geógrafos e demógrafos. Tahir atribui a Joan Robinson, também, a formulação do princípio de que o incentivo à migração é a oportunidade de emprego, independentemente dos diferenciais de salário. Sobre Joan Robinson e migração populacional, Tahir recomenda que se veja "Mobility of Labour" (1937c: 39), "Certain Proposed Remedies for Unemployment" (1937d: 54-56), Introduction to the Theory of Employment (1937b: capítulo 6), "Do We Need World Markets?" (1943j: 491), An Introduction to Modern Economics (Robinson e Eatwell, 1973: 309) e After Keynes (1973g: 4).

91. Em apoio a esta interpretação, veja-se Bhaduri (1983a).

> 59) só se mantém se a 'acumulação de riqueza' que impele os capitalistas a 'ansiar por capital' for interpretada como entesouramento de dinheiro, ou compra de títulos ou de propriedades já existentes (cf. p. 59). As evidências de que Marx tinha em mente qualquer coisa deste gênero são das mais fracas. É verdade que ele repudia a lei de Say numa conhecida passagem do vol. I de O Capital ... e que o vol. II contém uma discussão elaborada, porém inconclusa sobre a interdependência entre o departamento produtor de bens de investimento e o de bens de consumo. Mas o entesouramento de dinheiro ao qual se atribuem as flutuações no vol. II é uma acumulação temporária de financiamento, preparada para ser gasta subseqüentemente na substituição ou instalação de bens de capital. Não existe a questão de uma tendência 'crônica' (p. 58) a que a capacidade produtiva supere a demanda efetiva, mas apenas 'crises' que decorrem de 'movimentos anormais' ou 'desvios'". (Shove 1944: 48-49)[92].

A segunda crítica de Shove a Joan Robinson se refere ao tratamento "lisonjeiro" que ela dá à relação conflituosa entre a "teoria do valor", do volume I, e a "teoria dos preços", do volume III. Para Shove,

> "a diferença é maior do que a diferença entre 'dogmatismo' ou 'misticismo' de um lado, e 'senso comum' de outro (pp. 11 e 15). É uma contradição pura, pois a identificação, no volume I, do 'valor' de algo com o tempo de trabalho necessário para sua produção não é baseada numa definição dogmática, mas o resultado de um raciocínio... [que] obviamente implica que coisas que requerem o mesmo tempo de trabalho para serem produzidas serão trocadas umas pelas outras; enquanto que o volume III nos diz expressa e repetidamente que, em geral, isto não acontece ...[a não ser que] a 'composição orgânica do capital' utilizado na sua produção (e a taxa do seu giro) seja a mesma". (Shove, 1944, 48-49).

O terceiro ponto que merece nossa atenção é que para Shove a melhor parte das críticas de Joan Robinson a Marx é a que diz respeito à lei de tendência à queda da taxa de lucro. No entanto, segundo ele, a Autora não reconhece "*tão completamente como deveria, que Marx considerava esta tendência como uma das muitas influências conflitantes que determinam o movimento efetivo da taxa de lucro ao longo do tempo*". (Shove, 1944: 50).

Embora Shove considere que Joan Robinson, como economista treinada, está apta a desempenhar a "*mais do que urgente ... tarefa de separar a verdade do erro nos pronunciamentos* [de Marx] *sobre temas econômicos*" (Shove, 1944: 47), e que seu Ensaio merece a atenção de marxistas e não-marxistas, ele mesmo dedica, das catorze páginas e meia de sua resenha, apenas três e meia à crítica de Joan Robinson a Marx. As restantes são uma defesa dos ataques dela à teoria ortodoxa[93].

Finalmente, é preciso mencionar a avaliação de Feiwel, que destaca que o grande mérito de Joan Robinson foi o de ter restabelecido a importância de Marx para a teoria econômica, embora seu senso crítico tenha lhe custado muitas inimizades, inclusive neste campo. Nas palavras de Feiwel:

> "Joan Robinson restabeleceu Marx como um economista e fez com que seus esquemas de reprodução se tornassem respeitáveis, ao mesmo tempo em que cometia o 'sacrilégio' de atacar sua teoria do valor trabalho.

---

92. Além disso, Shove acusa Joan Robinson de citar incompletamente uma passagem, na qual Marx explicita que os capitalistas restringem seu consumo não por parcimônia, mas para investir em progresso técnico, compelidos a isso pela concorrência, e, em particular, de não ter notado que para Marx os termos "poupança" e "investimento" significam a mesma coisa.

93. Veja-se também Araujo e Harcourt (1993a e 1993b) bem como Harcourt e Araujo (1995), que discutem, com base na correspondência trocada entre Joan Robinson e Gerald Shove, e entre este e Maurice Dobb, no período de 01.05.1944 a 17.08.1944 (um total de 24 cartas, recentemente encontradas), a crítica de Shove a uma passagem de Joan Robinson, referente à teoria ortodoxa da taxa de lucro, no capítulo VII de Um Ensaio Sobre a Economia Marxista - especificamente sobre a compatibilidade e definição de taxa de lucro de equilíbrio (ou normal) com investimento líquido nulo.

> Keynes estava obviamente com a razão quando alertou Joan Robinson que sua impetuosidade lhe causaria problemas em alguns setores. Naquela época, Keynes não sabia em quantos setores ela acirraria os ânimos... Seu debate com os marxistas ortodoxos está resumido em seu hilariante 'An Open Letter from a Keynesian to a Marxist' (dirigida a Ronald Meek)... [que]... é extremamente revelador do que é que Joan Robinson defendia e ao que é que ela se opunha". (Feiwel, 1987: 77).

Feiwel registra, no entanto, que, com o passar do tempo, Joan Robinson foi ficando angustiada com o estado da teoria econômica. O desânimo ficou explícito na palestra intitulada "Economics Today", proferida na Universidade da Basiléia:

> "O estado atual da teoria econômica é angustiante. Existem profundas e prolongadas controvérsias em torno de questões puramente lógicas... Em economia, infelizmente a lógica é corrompida pelas opiniões. Os argumentos são julgados pelas suas conclusões e não por sua consistência. Usam-se termos sem defini-los, e assim as proposições em que estão contidos não passam de mágicas. A teoria econômica é um ramo da teologia". (Robinson, 1969c, CEP4: 122)

Não há dúvida de que a influência de Marx foi muito grande na obra da Autora. Também é certo que sua leitura de Marx foi feita com "olhos keynesianos" e "lentes kaleckianas e sraffianas". Apesar das críticas que faz ao marxismo, e em especial as que estão expostas nos artigos em que discute a teoria do valor-trabalho e o problema da transformação de valores em preços, ela incorporou de Marx a visão da economia como um processo histórico, do capitalismo como uma sociedade de classes com interesses divergentes, e a importância do progresso técnico na análise econômica. Mas nenhuma delas foi incorporada ipsis literis. Como exemplo, pode-se mencionar que mesmo a idéia de que o progresso técnico é acelerado pela demanda excessiva por mão-de-obra, ou a idéia correlata, de que há uma parte do desemprego que não é passível de ser remediada por causa do progresso técnico poupador de mão-de-obra, não é incorporada, em sua obra, do mesmo modo como foi formulado por Marx.

III

PROGRESSO TÉCNICO E ACUMULAÇÃO NO LONGO PRAZO

Introdução

Este capítulo analisa os trabalhos que antecedem a elaboração das taxonomias de progresso técnico por Joan Robinson e divide-se em três seções. Na primeira retomamos, num breve resumo, os trabalhos da década de 1930, nos quais as inovações eram consideradas intensivas em capital, poupadoras de capital ou neutras, segundo seu impacto sobre o nível de emprego, e seu esforço de compatibilizar este critério com o do impacto sobre a distribuição da renda. Esta tentativa, entretanto, implicava aceitar um conjunto por demais restrito de hipóteses, entre as quais se pode destacar a da taxa de lucro constante, que era incompatível com uma análise que se propunha ser de longo prazo.

Assim, Joan Robinson passou a separar os dois critérios de classificação das inovações, atribuindo, ao critério do impacto sobre a distribuição da renda, as inovações favoráveis ao capital e desfavoráveis ao capital. Esta denominação foi elaborada na década de 1950, principalmente em A Taxa de Juros e Outros Ensaios (1952) e é analisada na segunda seção deste capítulo. A Autora pretendia relacionar o impacto das inovações na distribuição da renda em suas duas pontas, simultaneamente: seus reflexos sobre os salários reais (e conseqüentemente sobre o consumo) e sobre a lucratividade dos investimentos (e conseqüentemente sobre as decisões de investir). Na verdade, mais do que uma classificação que obedece o critério da distribuição da renda, trata-se de uma classificação que pretende avaliar suas conseqüências sobre o investimento e, portanto, sobre a expansão econômica.

A terceira seção analisa o famoso artigo de 1953-54 - "The Production Function and the Theory of Capital" - dando destaque à formulação, por Joan Robinson, da "pseudo-função de produção", construída com base na classificação dos processos de produção segundo seu grau de mecanização. Apesar da importância das críticas da Autora à teoria neoclássica e do papel que este artigo desempenhou na Controvérsia do Capital, nossa ênfase recai sobre os "aspectos positivos" do texto de Joan Robinson, que preparam sua abordagem posterior sobre a acumulação de capital.

III.1 - Progresso Técnico e Nível de Emprego

Nos dois principais artigos relativos ao tema deste capítulo, que foram elaborados na segunda metade da década de 1930 - "The Long Period Theory of Employment" (1936e) e "The Classification of Inventions" (1937-38) - Joan Robinson tratou a questão do progresso técnico do ponto de vista dos seus efeitos sobre o nível de emprego. Mais tarde, quando da reprodução do primeiro destes artigos nos seus Ensaios Sobre a Teoria do Emprego, ela adicionou uma seção que, segundo Kregel, vinha acompanhada de um agradecimento explícito a Kalecki, "*por ajudar na formulação desta análise, que se baseou na visão de que o efeito das inovações sobre o nível de equilíbrio depende de seus efeitos sobre a distribuição da renda*" (Robinson, 1936e: 132, apud Kregel, 1985: 381)[1]. Os dois trabalhos, como já vimos no capítulo anterior, haviam dado origem ao debate com Harrod em torno das categorias de progresso técnico, o qual levaria Joan Robinson a reformular suas próprias definições no conjunto de ensaios intitulado - A Taxa de Juros e Outros Ensaios[2], que precede em quatro anos o livro A Acumulação de Capital.

O objetivo central do artigo "The Long Period Theory of Employment" era o de aplicar a análise keynesiana dos determinantes do nível de emprego a um escopo do longo prazo. Neste trabalho Joan Robinson identificou uma "aparente contradição" consubstanciada na idéia de que, enquanto no curto prazo uma redução da taxa de juros tende a elevar o nível de emprego, no longo prazo, o nível de emprego "de equilíbrio" poderia ser maior, igual ou menor ao nível anterior à redução da taxa de juros. A Autora sugeria desenvolver a mesma análise supondo, ao invés de uma alteração da taxa de juros, uma alteração na técnica. Foi para isso, e inspirada em Hicks, que ela construiu sua "classificação das invenções", segundo o critério que avalia o impacto das mudanças técnicas sobre o nível de emprego. A análise com base nos diferentes tipos de mudança da técnica, pressupunha, coeteris paribus, que a taxa de juros e a taxa de lucro eram iguais e constantes. Além disso, a mudança na técnica (assim como a redução da taxa de juros) era tratada como um dado exógeno, um deus ex-machina.

Foi apenas no segundo destes artigos, "The Classification of Inventions", que a rigor era uma resposta de Joan Robinson às críticas de Harrod, que a Autora explicitou ter se apoiado na classificação de Hicks, e fez um esforço para mostrar a compatibilidade entre o esquema deste e o dela. Utilizando os conceitos de produtividade (ou produto) marginal e médio e de elasticidade de substituição, tentou também compatibilizar a sua classificação com a que fora sugerida por Harrod. Vale ressaltar que a elasticidade de substituição tornou-se, neste esforço de adequação entre as diversas propostas, uma variável de ajuste. Assim, neste artigo, Joan Robinson considerava que, sob a hipótese de taxa de juros constante (que era também a hipótese adotada por Harrod), era possível que qualquer tipo de inovação mantivesse inalterada a distribuição da renda. Uma inovação neutra (que para Hicks eleva a produtividade do capital e do trabalho na mesma proporção), e que não afeta a distribuição da renda, exige que a elasticidade de substituição dos fatores seja igual a um, e, neste caso, também será neutra segundo o critério de Harrod, isto é, mantém a

1. Consultamos a versão original publicada na Zeitschrift für Nationalökonomie e a reprodução do artigo na segunda edição dos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego. Joan Robinson efetivamente agradece a ajuda de Kalecki (Robinson, 1936e, ETE: 95, n3), mas não faz referência à contribuição específica.
2 Reeditado em 1979 com o título A Generalização da Teoria Geral, em outra ordem.

razão capital/produto constante. Uma inovação poupadora de capital (que para Hicks eleva a produtividade do capital numa proporção maior do que a do trabalho) - e que igualmente não altere a distribuição da renda - exige que a elasticidade de substituição seja maior do que um (reduzindo a relação capital/produto, é poupadora de capital para Harrod). E, inversamente, uma inovação intensiva em capital (que para Hicks eleva a produtividade do capital numa proporção menor do que a do trabalho), e que também não modifica a distribuição da renda, exige uma elasticidade de substituição menor do que um, elevando a relação capital/produto, sendo, portanto, intensiva em capital na classificação de Harrod[3].

Deve-se chamar a atenção para o fato de que esta abordagem, que postula uma mudança na técnica e, ao mesmo tempo, pressupõe constante a "rentabilidade" do processo de produção - isto é, a taxa de lucros ou de juros -, embora bastante tradicional à época, era, obviamente, insatisfatória. Por um lado, era preciso identificar os motivos que levariam os empresários a adotar as novas técnicas (os assim chamados "determinantes do progresso técnico"), e quaisquer que fossem, a "rentabilidade esperada", que não deve ser necessariamente constante, seria certamente um dos mais importantes incentivos. Por outro lado, era preciso reconhecer que a própria adoção das novas técnicas (independentemente da motivação para fazê-lo) afetaria esta mesma rentabilidade. Mais do que a forma específica da função de produção, esta foi a problemática em torno da qual se desenvolveriam os trabalhos sobre progresso técnico daí em diante e, em particular, iriam embasar a famosa "controvérsia do capital".

Aqui é importante que se faça a distinção entre duas expressões que às vezes são tratadas como sinônimos, mas que, no escopo desta discussão, representam questões diferentes. A primeira delas é a "escolha da técnica", que reflete o pressuposto da existência prévia de um conjunto de tecnologias alternativas, dentre as quais se escolhe uma, sob algum critério (em geral, na teoria neoclássica, o da maximização do lucro). A outra é a expressão, talvez muito genérica, de "progresso técnico", que reflete uma preocupação com os determinantes do surgimento de novas técnicas, de sua adoção por parte dos empresários, e de suas conseqüências, tanto em termos de firmas ou ramos de atividades específicos, quanto em termos agregados. O "progresso técnico", portanto, ao contrário da "escolha da técnica" não pressupõe um conjunto previamente conhecido de técnicas alternativas.

Joan Robinson, ao longo de quase toda a sua obra que trata desta problemática, oscila entre um tratamento no estilo "escolha da técnica" e uma discussão mais ampla do "progresso técnico" enquanto estudo dos seus determinantes e dos seus efeitos. Os trabalhos da segunda metade da década de 1930, constituem um bom exemplo desta oscilação. As "inovações" ora são consideradas dadas e classificadas segundo seus efeitos (sobre a distribuição da renda e o nível de emprego), ora são tratadas segundo os motivos que levam os empresários a adotá-las: em geral, e em concordância com a teoria tradicional, devido à mudança dos preços relativos dos fatores, mas também como estratégia de concorrência que visa a

3. Na verdade, as definições de progresso técnico neutro de Hicks (ou de Joan Robinson) e de Harrod só são perfeitamente compatíveis quando aplicadas a uma função de produção Cobb-Douglas. Nas palavras de Hahn e Matthews (1964: 829): "*É possível que o progresso técnico seja neutro tanto no sentido de Hicks quanto no sentido de Harrod. Para isso, a elasticidade de substituição entre trabalho e capital deve ser igual a um, como se pode verificar pelo que segue: suponha que a força de trabalho seja dada. O progresso técnico neutro no sentido de Hicks mantém a mesma distribuição da renda quando o capital permanece inalterado. O progresso técnico neutro no sentido de Harrod mantém a mesma distribuição da renda quando o capital se eleva na mesma proporção que o produto. Para que ambos os requisitos sejam satisfeitos, a distribuição da renda deve ser a mesma em duas situações que só se diferenciam pelo nível de capital. Isto implica elasticidade de substituição unitária entre trabalho e capital. A única função de produção com esta propriedade é a função de produção Cobb-Douglas*".

elevação da relação receita/custo - ou, para usar uma expressão da própria Autora, "*reduzir os custos por unidade de receita*".

É nestes termos que o pressuposto da taxa de juros (e lucros) constante configura-se, para Joan Robinson, numa contradição insolúvel, principalmente porque ele anula o que se poderia considerar como uma das principais motivações para a adoção de inovações - precisamente a expectativa de se auferir "lucros acima do normal". Por este motivo, a adoção das inovações era vista como sendo movida apenas pela necessidade de adaptação a alterações dos preços relativos de fatores.

O ponto de partida dessa discussão é a idéia de um "dado estado de conhecimento técnico", consubstanciado numa "função de produção" conhecida, que relaciona as diferentes combinações possíveis entre fatores, para um dado nível de produto, a partir da qual se faz a "escolha da técnica" mais lucrativa - ou que minimiza o custo - dados os preços dos fatores (isto é, a taxa de lucro e a taxa salarial) e do produto. A escolha entre técnicas alternativas e conhecidas, para a produção do mesmo volume de produto é descrita como um deslocamento ao longo da função de produção e implica a substituição de fatores. Uma "mudança do estado de conhecimento" consubstancia-se, por sua vez, num "deslocamento" da própria função de produção. Esta mudança no estado de conhecimento é, igualmente, tratada como um dado exógeno - isto é, sem qualquer preocupação com os seus determinantes. Ao se comparar duas técnicas, é possível identificar a ocorrência de "aprimoramento tecnológico" pela possibilidade de produzir o mesmo produto com menos fatores, ou, alternativamente, mais produto com os mesmos fatores, o que não significa excluir-se a possibilidade de uma combinação entre estas duas alternativas - isto é, mais produto com menos fatores, simultaneamente. Vale ressaltar que, também nesta concepção, o conjunto de técnicas deve ser previamente conhecido.

Tanto a escolha da técnica (um deslocamento ao longo da função de produção) quanto a mudança da técnica (um deslocamento da própria função de produção) pressupõem a possibilidade da substituição de fatores (mas não necessariamente o surgimento de novos). A diferença está no fato de que, no primeiro caso, o acréscimo de um fator implica, necessariamente, decréscimo do outro pois exclui-se, por definição, a mudança qualitativa dos fatores de produção. A proporção em que os fatores são substituídos depende da forma específica da função de produção e das técnicas específicas (combinações específicas) que são trocadas. No caso do deslocamento da função, é possível reduzir o uso dos dois fatores simultaneamente (quando comparados ao seu uso na função de produção anterior), em proporções que dependem das formas das duas funções. Esta possibilidade advém do "aumento da produtividade" dos fatores, e torna a comparação bastante mais complexa, uma vez que exige que se compare simultaneamente a mudança da razão entre fatores e a alteração da escala de fatores (isto é, quantidades relativas e absolutas). É por este motivo, nota Blaug, que se adota, em geral, as funções de produção homogêneas lineares, isto é, com retornos constantes de escala, pois apenas para estas funções "*o produto marginal de um fator pode ser determinado somente pela razão entre os fatores empregados e não pelos seus montantes absolutos*". (Blaug, 1963: 18).

Em ambos os casos exclui-se por hipótese a possibilidade do surgimento de novos produtos e, em geral, estabelece-se como pressuposto que mesmo na ocorrência de um "aumento de produtividade" - o deslocamento da função de produção - os fatores não têm suas características físicas alteradas. Essas hipóteses, por mais absurdas que pareçam, são necessárias para evitar a comparação entre coisas qualitativamente diferentes.

Mas, mesmo excluindo-se o problema da medida "qualitativa" - o que é feito por definição - o da medida quantitativa não é de fácil solução. Nos parágrafos acima, em que se descreveu os mecanismos da "escolha da técnica" e o da "mudança da técnica", os termos genéricos "menos fatores" ou "mais produto" foram utilizados propositadamente. Isto porque uma das questões importantes do debate girava precisamente em torno destas medidas. Em uma primeira fase, estabeleceu-se por hipótese preços constantes (além do pressuposto da taxa de juros e de lucros constante, bem como salário nominal e preço do produto invariáveis). Com isso, solucionava-se, ao menos aparentemente, o problema da medida, que passava a contabilizar apenas quantidades de fatores, de qualidade inalterada, homogeneizados, e a preços constantes.

Estas foram precisamente as hipóteses adotadas por Joan Robinson nestes dois trabalhos da segunda metade da década de 1930. É importante lembrar que, sob "progresso técnico", os produtos marginais, tanto do capital quanto do trabalho, se elevam, já que é precisamente isto o que define progresso técnico; mas, se sua relação não se altera - isto é, se se elevam à mesma taxa - o progresso técnico é considerado neutro.

A compatibilidade entre a classificação de Hicks e a de Joan Robinson é consensual na literatura que, aliás, refere-se em geral à de Hicks como sinônimo da de Joan Robinson. Mesmo assim há - como Blaug (1963) - quem chame a atenção para o fato de Joan Robinson, já nestes primeiros trabalhos e ao contrário de Hicks, não supor dadas as quantidades de fatores e admitir, inclusive, a ocorrência de investimento (embora garantisse, por hipótese, pleno emprego dos fatores).

Admitir a ocorrência de investimento - a produção de bens de capital - acarretaria novos problemas, referentes à comparação entre os novos e o velhos conjuntos de meios de produção. Esta questão, como vimos, foi levantada na crítica de Harrod a Joan Robinson. Mas, além deste aspecto, há um outro para o qual poucos autores chamaram a atenção: ao aplicar sua classificação do progresso técnico a uma análise de longo prazo, e admitindo a variação das quantidades de todos os fatores, Joan Robinson identificava uma "aparente contradição", que, como já se viu, se exemplifica pela possibilidade de redução, ao final do processo, do nível de equilíbrio do produto, através de seus efeitos sobre a distribuição da renda.

Genericamente, e no longo prazo, as inovações poupadoras de capital (intensivas em trabalho) tendem a elevar o produto, e, analogamente, as poupadoras de trabalho tendem a reduzir o produto. Isto porque elas, respectivamente, elevariam/reduziriam a participação dos salários na renda (reduzindo/elevando a do lucro), o que deveria reduzir/elevar a propensão a poupar (ou elevar/reduzir a propensão a gastar). Ou, em última instância, tratava-se dos efeitos causados pelas inovações sobre o nível

de emprego - através do seu impacto sobre a distribuição da renda e segundo o princípio da demanda efetiva, sob o pressuposto de que a propensão a poupar dos "capitalistas" (que recebem lucro) é maior do que a dos trabalhadores (que recebem salário). Como veremos mais adiante, um dos poucos autores que chamaram a atenção para este ponto foi Kregel (1985).

A relação entre inovações e o nível de emprego baseava-se, para Joan Robinson, num raciocínio derivado da combinação entre a sua classificação de progresso técnico e o princípio da demanda efetiva. A rigor, nas passagens em que a Autora tratou especificamente desta relação, ela introduziu não apenas considerações em torno do aumento da produtividade, mas levou em conta, também, a elevação do produto (em termos absolutos e não somente relativos), bem como considerações sobre o montante de investimento líquido (e não apenas a reaplicação dos fundos de amortização) necessários para por em funcionamento as novas técnicas. Estes pontos, ainda que tratados muito superficialmente, levantariam novos problemas, como veremos mais à frente.

Um outro elemento do debate foi introduzido também já nestes primeiros trabalhos. No capítulo anterior mencionamos a crítica de Joan Robinson à diferenciação feita por Hicks, entre invenções espontâneas (autônomas) e invenções induzidas, as quais, por sua vez, ele subdividia entre as que são adotadas como resposta imediata à variação dos preços relativos dos fatores - isto é, dos componentes dos custos diretos de produção (diretamente induzidas) - e as que só são adotadas por terem se tornado lucrativas depois desta variação, não o sendo antes. Pode-se dizer que a crítica de Joan Robinson - e sua sugestão de denominar apenas as inovações "indiretamente induzidas" como invenções propriamente ditas (e as "diretamente induzidas" de meras adaptações) - baseava-se, já nesta primeira fase, numa crítica à função de produção, na medida em que considerava problemática a suposição de que existem, previamente dadas e amplamente conhecidas, várias "invenções" alternativas entre as quais os empresários escolheriam a mais lucrativa, a qualquer momento, frente a qualquer variação dos preços de fatores.

Mas, o artigo "The Classification of Inventions" não apenas explicitava a compatibilidade da classificação de Hicks à de Joan Robinson ou procurava ajustá-la à de Harrod. Nele Joan Robinson também respondeu à crítica de Harrod, formulada em sua resenha ao livro Ensaios Sobre a Teoria do Emprego, quanto ao problema de como deveria ser medido o "volume de capital" (ou "estoque de capital"). Numa nota de rodapé, Joan Robinson sugeriu que a medida fosse feita em termos de custos - isto é, se dois estoques de capital custam a mesma coisa, devem ser considerados iguais. Com inovações, a medida deve ser tomada com relação ao bem de capital "mais eficiente". Esta sugestão a Autora desenvolveria nos seus trabalhos da década de 1950, (incorporando elementos da teoria marxista), nos quais o "custo" equivale ao tempo de trabalho incorporado nos bens de capital.

No entanto, em que pese o esforço de Joan Robinson para compatibilizar seu critério de neutralidade ao de Harrod, é preciso ressaltar que cada um destes autores sugeriu uma definição de neutralidade diferente porque tinham em vista questões diferentes. Como bem lembram Kennedy e Thirlwall,

> "Harrod estava preocupado em encontrar uma definição de progresso técnico neutro que fosse compatível com o desenvolvimento da teoria do crescimento equilibrado. Hicks tinha como objetivo principal explicar o fato de que a distribuição de renda era historicamente constante, e sua tese era a de que havia duas tendências que se contrapunham. Por um lado, a acumulação de capital relativamente ao trabalho tendia a fazer decrescer a participação do capital. Por outro, a elevação do preço do trabalho relativamente ao preço do capital tendia a 'induzir' inovações poupadoras de mão-de-obra e conseqüentemente a reduzir a participação do trabalho". (Kennedy e Thirlwall, 1972: 20).

Joan Robinson, por sua vez, estava interessada nos efeitos das inovações sobre o nível de emprego, através de sua influência na distribuição da renda.

Também chamamos a atenção, no capítulo anterior, para o fato de, em sua resenha ao livro intitulado Towards a Dynamic Economics, Joan Robinson criticar Harrod por adotar o pressuposto de progresso técnico neutro sem discutir suas implicações. Para ela, era importante explicitar que o progresso técnico não apenas cria novos bens de capital e altera os já existentes, como também implica em reinversão dos fundos de amortização, calculados para a reposição do "velho" estoque de capital, com o que a idéia de que ele se mantenha inalterado ou que cresça a taxas constantes era (para ela), bastante discutível. Além, disso, ela também considerava a necessidade de se levar em conta o surgimento de novos produtos, e não apenas de consumo mas principalmente de investimento, bem como a discussão dos "determinantes do progresso técnico". Apesar das críticas que lhe fez, o livro de Harrod foi a primeira importante fonte de inspiração da Autora, pelo desafio que propunha: desenvolver uma análise keynesiana da acumulação no longo prazo

Finalmente, também vimos no capítulo anterior que Joan Robinson discutiu a "visão popular" de que o progresso técnico tende a ser prejudicial ao trabalho, destacando, nesta discussão, três critérios diferentes do que se poderia entender por "prejudicial": a redução do nível de emprego, a redução do salário real dos trabalhadores empregados, ou a redução do montante de salários. A preocupação central de Joan Robinson (diferentemente da de Harrod), era a de analisar as questões relativas ao emprego. A comparação entre o tratamento dado por Joan Robinson, Harrod e Hicks (que a rigor deveria incluir ainda Kaldor e Kalecki) é um tema vasto e que foge ao escopo desta tese. No que se segue, trataremos da corajosa tentativa de Joan Robinson, de analisar o fenômeno do progresso técnico[4].

4. Existe um volume razoavelmente extenso de trabalhos que exploram as possíveis semelhanças e diferenças da classificação do progresso técnico segundo a formulação destes autores. Para o debate em torno da definição de progresso técnico neutro, que envolve principalmente a definição de Hicks e a Harrod - com algumas referências a Joan Robinson - veja-se, por exemplo, Kennedy (1961, 1962a e 1962b), Harrod (1961), Uzawa (1961), Asimakopulos (1963), Asimakopulos e Weldon (1963) e Blaug (1963). Para uma crítica recente, centrada principalmente na interpretação de Asimakopulos e Weldon (1963), veja-se Jossa (1996).

III.2 - Progresso Técnico e Distribuição da Renda

No início dos anos cinqüenta, Joan Robinson, Richard Kahn e Nicholas Kaldor organizaram um fórum de debates, que em alguns aspectos foi semelhante ao Circus keynesiano dos anos trinta[5]. Os debates giravam em torno dos temas "crescimento" e "acumulação" e inspiraram-se no desafio proposto por Harrod. Foi durante estes seminários que Joan Robinson começou a elaborar as primeiras idéias do que posteriormente viriam a se constituir em A Acumulação de Capital. Também a realidade econômica, ao menos no mundo ocidental, teve sua influência, pois a década de 1950 foi uma década de prosperidade, com alto nível de emprego, consumo crescente e economias em expansão contínua. A Autora situa seu próprio livro A Taxa de Juros e Outros Ensaios, de 1952, neste mesmo movimento intelectual, e pode-se considerá-lo como uma primeira aproximação à temática central de A Acumulação de Capital.

A Taxa de Juros e Outros Ensaios reunia quatro trabalhos[6]. O carro-chefe era o artigo intitulado "The Rate of Interest", reprodução do que havia sido publicado em 1951 na revista Econometrica e que foi, posteriormente, modificado e incluído no segundo volume dos Collected Economic Papers (1960) e nas Contribuições à Economia Moderna (1978)[7]. Em seu artigo "Survey 1950" (1975d), a Autora avaliou que este ensaio não pertencia propriamente à "nova dinâmica", sendo apenas uma tentativa de explorar o tema da preferência pela liquidez. Quanto ao ensaio "The Generalisation of the General Theory", a Autora considerou que ele "*logo pareceu insatisfatório, e permiti que o volume no qual ele foi publicado ... se esgotasse*" (Robinson, 1975d, CEP2: iii, 2a. ed.). No entanto, quatro anos depois desta avaliação - em 1979 - o livro foi reimpresso, justamente sob o título A Generalização da Teoria Geral e Outros Ensaios, indicando que a Autora acabara por reconhecer sua importância[8]

Embora o ensaio "The Rate of Interest" não esteja diretamente relacionado ao tema deste trabalho, é importante notar que ele tinha objetivos bastante amplos e foi desenvolvido com argumentos que se apoiam na idéia da preferência pela liquidez, a qual, por sua vez, depende não apenas das características dos diferentes ativos (sua capacidade de realização, a incerteza sobre o valor e sobre seus rendimentos futuros e o risco do emprestador), mas também das condições do mercado (mudanças na quantidade de moeda, das expectativas, da taxa de investimento e da taxa de poupança), e da política monetária do

---

5. Embora sem participar formalmente do grupo, Sraffa não foi totalmente excluído. Sobre a participação de Sraffa, veja-se Potier (1991) e no que se refere à participação de Kaldor, veja-se Thirlwall (1987) e Targetti (1992). Segundo Potier, estes seminários começaram a ser retomados nos anos quarenta, receberam o nome de War Circus, discutindo temas relacionados com a economia de guerra, o progresso técnico e a prosperidade relativa dos Estados Unidos frente à Europa. De acordo com Targetti, o War Circus sobreviveu à guerra, durando outros 25 anos (até 1965 mais ou menos), como "seminários secretos", nos quais se discutia a teoria do capital e os problemas da macroeconomia pós-keynesiana. Ainda segundo Targetti, o adjetivo "secreto" decorre do sectarismo com que os convites eram feitos, apenas a membros seletos da faculdade - mas todos sabiam de sua existência. Boa parte da memória destes seminários está descrita em Turner (1989: 97 e seguintes) e foi registrada através de inúmeras entrevistas realizadas por ela durante a década de oitenta.

6. "The Rate of Interest" (1951c, publicado anteriormente em Econometrica); "The Generalisation of the General Theory" (1952b); "Notes on the Economics of Technical Progress" (1952c) e "Acknowledgements and Disclaimers" (1952d).

7. Joan Robinson relata que durante a gestão de Ragnar Frisch na presidência da Sociedade de Econometria, foi convidada a assumir o cargo de vice-presidente, ao que se recusou sob o argumento de que não lhe seria conveniente aparecer na capa de um periódico cujo conteúdo não compreendia. Frisch, que então estava à frente de uma campanha para "publicar mais prosa" na revista, pediu-lhe um artigo, e Joan Robinson apresentou, aos editores, justamente o "The Rate of Interest". Este foi primeiramente rejeitado pelo conselho editorial e só foi publicado depois da intervenção direta de Frisch. Segundo Joan Robinson, "*a campanha* [de Frisch para publicar mais prosa] *não teve continuidade*". (Robinson, 1975d, FCM: 105). Veja-se também a carta de Ragnar Frisch a Joan Robinson, datada de 06.12.1950, nos Arquivos do King's College, Cambridge, U.K. Nas coletâneas, o artigo foi reproduzido sem a última seção, denominada "Uma política de dinheiro barato".

8. A análise a seguir baseia-se na reprodução de 1979.

governo (ou da atuação dos bancos). Joan Robinson, na verdade, pretendia "*esboçar uma teoria dos juros que pudesse ser útil na análise histórica*" (Robinson, 1951c, GGT: 138, n3)[9].

A preocupação com os elementos históricos e realistas aparecia, explicitamente, na introdução ao livro. Ali Joan Robinson estabelecia como tema geral dos ensaios a "*análise de um sistema econômico dinâmico*" (Robinson, 1978e, GGT: ix), caracterizado pela necessidade de explicar o comportamento de uma economia levando-se em conta não apenas sua história passada, mas também reconhecendo-se que os eventos econômicos reais são essencialmente dinâmicos. Seu ponto de partida era a Teoria Geral de Keynes, que, embora reconhecidamente estática, não era, segundo a Autora, uma análise atemporal. Ela considerava que a análise de curto prazo, tal como fora efetivada por Keynes, dizia respeito à análise de equilíbrio na qual o estoque de capital e as expectativas sobre o futuro, embora tomadas como "condições dadas", representavam a incorporação da história passada. Tratava-se, segundo ela, da análise do

> "... equilíbrio de um sistema com um dado estoque de capital e com expectativas dadas sobre o futuro. A história passada está, conseqüentemente, incorporada às condições iniciais, de modo que a análise é em si mesma estática, e ainda assim faz parte da teoria dinâmica. (Isto explica o paradoxo de que embora a Teoria Geral de Keynes seja estritamente estática na forma, tenha aberto o caminho para uma grande explosão de análises de problemas dinâmicos)". (Robinson, 1978e, GGT: ix).

Outro ensaio do livro de 1952 que seria também posteriormente reproduzido (embora não inteiramente e de forma modificada) em uma das coletâneas de Joan Robinson é o que se intitulava "Acknowledgements and Disclaimers" (1952d). Originalmente, o ensaio comentava cinco autores que influenciaram seu pensamento (além de Keynes): Marx, Marshall, Rosa Luxemburg, Kalecki e Harrod[10]. Mas não havia, neste trabalho, qualquer menção específica sobre a influência destes autores para o desenvolvimento de suas próprias idéias no que diz respeito ao tema do oligopólio e do progresso técnico. As rápidas menções a temas próximos - como, por exemplo, sua crítica às taxas "natural" e "garantida" de crescimento de Harrod, ou ao "princípio do acelerador" estão melhor desenvolvidas em outros trabalhos[11]. O mesmo acontece com relação a Marx.

Na verdade, dos quatro ensaios que compõem este livro de 1952, os mais importantes, em nossa perspectiva, são "The Generalisation of the General Theory" e "Notes on the Economics of Technical Progress". Exceto pela reedição do próprio livro em 1979, eles nunca chegaram a ser reproduzidos pela própria Autora.

O primeiro deles, "The Generalisation of the General Theory", constituiu-se num aprimoramento do ensaio de 1936, "The Long Period Theory of Employment". Logo no início, Joan Robinson levanta a questão da relação entre o pleno emprego da força de trabalho e a plena utilização da capacidade instalada,

---

9. Para uma análise detalhada deste ensaio de Joan Robinson, e uma comparação que contrasta sua visão sobre a relação entre a taxa de juros e a taxa de lucro com a de Keynes, veja-se o recente trabalho de Pivetti (1996). A taxa de juros segundo Joan Robinson também é analisada em Nardozzi (1996).

10. Na versão reproduzida no segundo volume dos seus Collected Economic Papers, em 1960, os autores mencionados por Joan Robinson eram apenas Marx e Marshall, e a seção sobre Marx foi a que sofreu as maiores modificações.

11. Veja-se "Mr. Harrod's Dynamics" (1949a), "Harrod's Knife-Edge (1965b)", "Harrod After Twenty-One Years" (1970d); a réplica de Harrod (1970): "Harrod After Twenty-One Years - A Comment" e a tréplica da Autora em "Harrod After Twenty-One Years - A Reply" (1970e). Um excelente trabalho de sistematização é o de Kregel (1971). Veja-se também Kregel (1980), Asimakopulos (1989b), Metcalfe e Steedman (1991) e Varri (1996).

outro aspecto que ela considerava ter sido negligenciado na Teoria Geral. A distinção é importante, na medida em que a preocupação da Autora era identificar os possíveis fatores que podem limitar o crescimento potencial de uma economia. Enquanto o pleno emprego da força de trabalho costuma ser considerado fator causador de uma situação de possível hiper-inflação (a "espiral preços-salários"), a plena utilização da capacidade instalada implica uma situação na qual o boom tende a se reverter em recessão. Ambas as tendências são tanto mais fortes quanto menor for a presença do "progresso técnico", que poderia aliviar as pressões derivadas da "escassez de fatores". Nesta análise, da relação entre o pleno emprego da força de trabalho e a plena utilização da capacidade produtiva, Joan Robinson imagina quatro situações alternativas possíveis, com o objetivo de identificar a que tipo de "vicissitudes" uma economia capitalista está sujeita no que se refere a seu potencial de crescimento.

A primeira alternativa caracteriza-se por uma abrupta redução da capacidade de produção, que ela exemplificava através de uma economia que tivesse sofrido um bombardeio, após o qual a mão-de-obra permanecesse ociosa, embora a demanda efetiva estivesse alta. Neste caso haveria, segundo a Autora, incentivo a investir, o que no entanto levaria a uma alta de preços, pois também a produção de bens de consumo teria sido afetada pelo bombardeio, o que por sua vez levaria a pressões por elevação de salários e, conseqüentemente, à instalação de uma espiral inflacionária de alta de salários e preços.

A segunda situação é exemplificada pelo súbito surgimento de capacidade produtiva, superior à mão-de-obra disponível, como ocorre nos "novos países" ou mesmo regiões que "constróem estradas de ferro" ou ainda que estabelecem atividades de mineração. As perspectivas de lucro são altas, há escassez de mão-de-obra (que se encontra no limite do pleno emprego), mas a mão-de-obra só vai se tornando disponível à medida em que ocorre a migração. Segundo a Autora, o investimento nestes casos é o mais poupador de trabalho possível, e a técnica se aprimora constantemente. Nestes casos, deve-se esperar a alternância entre períodos em que a mão-de-obra excede a capacidade de produção e períodos em que a mão-de-obra é escassa.

A terceira alternativa é aquela na qual a capacidade de produção cresce lentamente, através de um processo de acumulação gradual e no qual a mão-de-obra permanece estacionária ou crescente a uma taxa inferior à necessária. Se o progresso técnico eleva a produção per capita, esta situação pode permanecer indefinidamente.

A quarta alternativa é aquela na qual a mão-de-obra disponível cresce à frente da capacidade, o que leva a um crescimento do desemprego. Este processo poderia ser contrarrestado malthusianamente, e/ou o desemprego pode ser do tipo "disfarçado", e/ou ainda reduzido mediante a "exportação" de mão-de-obra para outras regiões ou países.

É interessante observar que estas quatro alternativas constituem uma espécie de primeira versão do tratamento que a Autora iria dar, dez anos mais tarde, em seu ensaio "A Model of Accumulation", publicado em 1962 nos Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento Econômico, com referência às "idades de ouro, chumbo e platina".

Em 1952, porém, Joan Robinson considerava que era mais comum e mais realista supor-se que o estrangulamento a curto prazo se deve à relativa escassez de capacidade produtiva, e não ao pleno emprego da força de trabalho. Na verdade, o pleno emprego da força de trabalho pressionando os preços e causando hiper-inflação representa uma situação especial - ou seja, ela é

> "... a imagem da guerra, da fome ou do rearmamento. Um boom comum raramente parece levar à hiper-inflação. A razão disto, indubitavelmente, é que, normalmente, há trabalho suficiente esperando emprego, de modo a dar ao boom todo o espaço que pode usar... E enquanto o boom ocorre, a população está crescendo, as inovações poupadoras de mão-de-obra estão reduzindo a demanda por trabalho relativamente ao volume de produção. Portanto, o boom teria que primeiro devorar a reserva [de mão-de-obra] e depois dar conta do crescimento da oferta de trabalho, antes de absorver todo o desemprego e chegar ao ponto em que o trabalho em geral estabeleça um limite à expansão". (Robinson, 1952b, GGT: 65).

Ao lado destas questões, Joan Robinson analisou também um outro possível fator de estagnação, o financiamento do investimento. Apoiada principalmente no princípio do risco crescente de Kalecki, desenvolveu o argumento segundo o qual o que pode impedir ou retardar o investimento não é tanto o montante da poupança disponível, mas sim sua distribuição, além de, é claro, o estado das expectativas, o funcionamento legal e institucional do mercado de capitais e os hábitos dos emprestadores.

Para Joan Robinson, "*... a oferta de financiamento não pode ser vista como um ponto de estrangulamento rígido, que limita a taxa de investimento, mas deve antes ser tratada como um elemento da atmosfera geral que encoraja ou desestimula a acumulação*". (Robinson, 1952b, GGT: 21). Mais do que isso, "*inovações na oferta de financiamento ... podem repentinamente fazer com que seja possível satisfazer-se uma demanda anteriormente latente de investimento, e permitir o surgimento de uma nova onda de acumulação*". (Robinson, 1952b, GGT: 54)[12].

Além de considerações sobre um outro ponto de estrangulamento possível - como o da oferta limitada de recursos naturais - Joan Robinson discute aí também a capacidade produtiva do departamento de bens de capital. Este, de fato, pode se transformar num problema crucial de uma economia que queira crescer, já que

> "... o limite à taxa de produção pode ser estabelecido pela capacidade física no sentido literal, por convenções que regem a duração do dia de trabalho, pelos custos marginais rapidamente crescentes (incluindo o desgaste da maquinaria) decorrentes da utilização mais intensiva dos equipamentos, ou por uma situação de pleno emprego do número existente de trabalhadores cuja especialização requer longo tempo de treinamento". (Robinson, 1952b, GGT: 22-23).

---

12. A este respeito, há uma carta de Kalecki para Joan Robinson, datada de 26 de julho de 1951, na qual ele comenta uma versão datilografada do livro A Taxa de Juros e Outros Ensaios. Esta carta foi publicada no segundo volume dos Collected Writings of Michal Kalecki: "*Primeiro gostaria de afirmar que o papel do financiamento na minha teoria não corresponde ao que você afirma nas páginas 45 e 46. De fato, relaciona-se ao problema discutido nas páginas 20 e 24. De modo resumido, penso que as decisões de investir num dado período dependem bastante da poupança empresarial neste período. Não compreendo porque você pressupõe que estas decisões não dependem da distribuição da poupança total, mas sim do seu nível. É verdade que a distribuição determina a parcela da poupança total poupada pelos empresários, contraposta à dos rentistas (ou mesmo por firmas 'mais dinâmicas' opostas às firmas rentistas). Mas, certamente, se com uma dada distribuição da poupança, o nível de poupança se reduzir, então um empresário estará, coeteris paribus, reduzindo o volume de suas decisões de investir, pois se ele continuasse a investir ao mesmo nível, ele tenderia a aumentar seu endividamento... Além disso, eu suponho que as decisões de investir são uma função não apenas da poupança empresarial corrente mas também da alteração dos fatores que determinam a taxa de lucro. Aqui, suponho uma certa flexibilidade da oferta de finança pois decorre diretamente da fórmula de que se a taxa de lucro é crescente, o investimento será maior do que quando é constante, e que o empresário será capaz de assegurar o financiamento necessário. Supõe-se que no final de cada período o empresário terá investido tudo que considerou lucrativo e para o que tenha conseguido financiamento. O que faz com que invista no período seguinte é a nova oferta de poupança própria e a mudança da taxa de lucro*". (CWMK, II: 538-539). Esta carta, que discute várias outras questões, é comentada por Asimakopulos (1986), cuja interpretação é replicada por Osiatynski (1986).

A capacidade produtiva do setor de investimentos era o elemento central da discussão de Joan Robinson na época, em torno de um modelo de acumulação estável, inspirado no esquema de reprodução ampliada de Marx bem como nos trabalhos de Domar (1947) e de Harrod (1948). Nesta sua formulação há duas características importantes que merecem ser destacadas. A primeira diz respeito à diferenciação que ela faz entre a noção de equilíbrio e a de tranqüilidade; a segunda refere-se à ênfase dada aos aspectos tecnológicos.

A distinção entre "equilíbrio" e "tranqüilidade" implica simultaneamente uma rejeição à mecanicidade do processo econômico e a adoção de uma idéia de historicidade, na medida em que nega a possibilidade de um "retorno à situação inicial". Ou, nas suas próprias palavras,

> "A posição que estamos procurando não pode ser corretamente descrita como 'equilíbrio', pois não tem a propriedade de restaurar-se face a um choque eventual. É mais apropriadamente uma posição livre de 'contradições internas' no sentido de que pode perpetuar-se continuamente desde que jamais ocorra qualquer choque". (Robinson, 1952b. GGT: 26).

Esta noção de "tranqüilidade", em que não há choques externos nem contradições internas - isto é, que se caracteriza pela ausência de incerteza (ou pela realização efetiva das expectativas) seria largamente utilizada nos seus trabalhos posteriores, inclusive no livro A Acumulação de Capital, no qual ela desenvolveu melhor esta noção. Por este motivo, retornaremos ao tema mais adiante.

No que se refere aos aspectos tecnológicos, é interessante notar que eles entram em pauta através do conjunto de condições que Joan Robinson considerava necessárias (porém não suficientes) para a perpetuação de um processo estável de acumulação. A exposição destas hipóteses explicita a importância que o progresso técnico tem enquanto elemento disruptor do estado de estabilidade e de tranqüilidade. É para garantir a manutenção deste estado, que por sua vez permite a análise das principais características do processo de acumulação capitalista - no sentido de identificar as relações de causalidade - que Joan Robinson estabelece tamanha rigidez de pressupostos.

> "A fonte mais importante de distúrbios numa economia em expansão está no próprio processo de mudança técnica, que é a mola mestra da expansão. Uma desaceleração não prevista no fluxo de inovações tende a causar condições de crise, e uma aceleração tende a causar um boom, particularmente quando toma a forma de uma invenção repentina e importante, que gera um surto de inovações a serem feitas". (Robinson, 1952b, GGT: 57-58).

Vale a pena destacar ainda que ela poderia ter adotado um caminho ainda mais simples, e certamente menos controverso, se tivesse aberto mão de qualquer referência ao progresso técnico. Não obstante, esta opção teria sido insatisfatória, na medida em que não permitiria discutir os efeitos do aumento da produtividade, característica inseparável de qualquer processo de acumulação. Mesmo assim, os pressupostos sobre o progresso técnico, tais como estabelecidos por Joan Robinson, garantem a estabilidade (sem choques externos), mas não necessariamente a tranqüilidade, na medida em que influenciam o estado de confiança (sobre as expectativas):

"(1) O progresso técnico ocorre a um ritmo estável, e a composição etária do estoque de capital é tal que requer renovações a uma taxa regular. As reservas para amortização são estabelecidas de modo apropriado à taxa efetiva de obsolescência e desgaste e, tomadas como um todo, são continuamente reinvestidas à medida em que se formam;

(2) O período de gestação dos bens de capital, na média, é constante, de modo que há uma relação regular entre o investimento e a taxa à qual novos bens de capital se tornam disponíveis para uso;

(3) O progresso técnico é, em média, neutro, no sentido de que o custo do capital por unidade de produto, em termos de unidades de salário, cai à medida em que o produto por trabalhador empregado se eleva;

(4) A concorrência entre os empresários mantém a taxa normal de lucro constante, isto é, a taxa de lucro que é possível obter quando a demanda efetiva é tal que mantém o capital operando à capacidade normal...

(5) A proporção da renda líquida poupada permanece constante". (Robinson, 1952b, GGT: 26-27).

O que também é importante é que a discussão, neste ensaio, em torno da questão do progresso técnico, aparece aliada à do grau de monopólio. Sem esquecer que o tema central gira em torno das vicissitudes enfrentadas por uma economia em crescimento, Joan Robinson critica a abordagem sub-consumista que se apoia na concepção de que o progresso técnico contínuo reduz a participação do trabalho na renda. É importante enfatizar que a Autora não discordava da idéia de que a propensão a poupar se eleva como conseqüência da redução da participação dos salários na renda (argumento, aliás, por ela mesma utilizado), mas sim da afirmação de que o progresso técnico seja o causador, em última instância, deste processo.

Segundo ela, não apenas não há provas de que o progresso técnico se dê às expensas do trabalho como, na verdade, ele tende a criar novas profissões e a gerar novas oportunidades de emprego, decorrentes da necessidade de serviços cada vez mais profissionais e técnicos. Por outro lado, ao baratear o custo dos bens produzidos em massa, permite, até mesmo, através da elevação do salário real (mediante a redução dos preços), o crescimento do consumo. Vê-se, nesta argumentação, a retomada das questões que haviam sido sugeridas no artigo "The Long Period Theory of Employment", no que se refere ao impacto do progresso técnico sobre o nível de emprego (e agora também sobre o potencial de consumo) - e que passa pela redução dos preços. Em outras palavras, ela aceita que a má distribuição da renda possa ser um fator contrarestante ao crescimento. O que ela não aceita é que a má distribuição da renda seja o resultado necessário do progresso técnico.

Joan Robinson criticou também a visão simplista (igualmente subjacente ao sub-consumismo) que associa diretamente a má distribuição da renda ao grau de monopólio. Para ela, o elemento importante do conceito de grau de monopólio, neste sentido, diz respeito à limitação da concorrência em preços, isto é, a elevação dos custos de comercialização:

"Outra importante influência sobre a distribuição é a prevalência de monopólio. Aqui precisamos evitar a dupla contagem, pois se o grau de monopólio for medido simplesmente pela razão entre margens brutas e custos primários, parecerá que decorre meramente da elevação da razão entre custos de capital e produto, resultante de alterações técnicas favoráveis ao capital. Além disso, há uma espécie de quase-monopólio que limita a concorrência em preço enquanto permite o livre jogo do esforço de vendas de toda espécie (uma parte do qual, de fato, pode ser o

aprimoramento genuino da qualidade dos bens) de modo que são os custos, e não os lucros, que se elevam. O tipo de monopólio que é relevante aqui é aquele que eleva a taxa média de lucro pois ele coloca obstáculos à maneira pela qual se pode combater um excesso de preços sobre custos ". (Robinson, 1952b, GGT: 36-37, grifos nossos).

O caráter monopolista, segundo Joan Robinson, pode até mesmo ter efeitos positivos, na medida em que a expectativa de usufruir lucros "extraordinários" pode constituir-se numa indução à adoção de inovações técnicas. Isto não significa, porém, que seus efeitos negativos sejam negligenciados pela Autora:

"É possível que a perspectiva de usufruir de um monopólio, ao menos temporariamente, seja necessária para induzir algumas inovações, e na medida em que isto estiver correto, há um elemento de lucro monopolista no 'preço de oferta necessário' de alguns bens. No entanto, uma elevação da taxa de lucro decorrente, por exemplo, de uma elevação do investimento mínimo necessário para novas técnicas (que eleva os riscos e reduz o número de empresários que podem comandar o financiamento requerido) reduz a participação dos salários no produto líquido do mesmo modo que uma elevação dos lucros feita de forma nefasta". (Robinson, 1952b, GGT: 36-37, grifos nossos).

Para Joan Robinson, mesmo que haja uma tendência à elevação do grau de monopólio, e ainda que isto ocorra independentemente do progresso técnico, não é possível concluir-se que este processo levará inevitavelmente a uma situação de sub-consumo, pois, em geral, ocorre também um fortalecimento dos sindicatos, cuja ação é, justamente, a de garantir capacidade de consumo aos trabalhadores.

"Há razões independentes da natureza do progresso técnico pelas quais se pode esperar que o monopólio aumenta com o passar do tempo. Em muitos ramos algumas firmas, escapando da degeneração descrita por Marshall, crescem gradualmente e engolem as menores. E em muitos ramos a fusão ou os cartéis formados para mera autodefesa durante um período de excesso de capacidade persistem para sempre (ainda que alguns se desfaçam quando a prosperidade volta).

Mas ainda que haja uma tendência ao crescimento do monopólio ao longo do tempo, há uma poderosa força que age em sentido contrário, que é o desenvolvimento dos sindicatos, que persuadem os monopolistas a repassar parte dos seus lucros aos trabalhadores, na forma de salários e subsídios, para evitar a paralisação das atividades". (Robinson, 1952b, GGT: 36-38).

A rigor, este ensaio não constitui um modelo teórico (como o que a Autora propõe em A Acumulação de Capital). Trata-se mais de uma espécie de listagem preliminar de todas as variáveis (e suas inter-relações) que devem estar presentes num modelo e das dificuldades de tratar estas variáveis como constantes. Uma delas, e talvez a mais importante, é a que diz respeito ao papel exercido pelos preços, cuja variação tem uma influência perturbadora no processo de acumulação. A descrição dos efeitos que uma variação dos preços exerce sobre o processo de acumulação leva em conta três categorias de renda: os empresários, os rentistas e o trabalhadores:

"Uma elevação no nível geral de preços, como a que ocorre quando as taxas nominais de salário crescem acima da produtividade, reduz o poder aquisitivo da renda dos rentistas.

A característica da renda dos rentistas é que ela é fixada, por contratos de longo prazo, em termos nominais... A vantagem de uma redução do seu valor real é apropriada principalmente pelo lucro líquido, a categoria de renda que tem maior propensão a poupar; portanto uma redução da renda real dos rentistas tende a reduzir o consumo. Ao mesmo tempo, e pela mesma razão, o peso das dívidas dos empresários se reduz e a oferta de financiamento

aumenta. Por outro lado, a 'ilusão monetária' dos contadores e os requisitos legais que fazem com que os empresários mantenham o valor do seu capital intacto em termos nominais ao invés de em termos reais, tende a reduzir a parcimônia.

A expectativa de custos crescentes no futuro estimula o investimento, pois os bens de capital criados agora durarão até um futuro no qual se espera que seu valor seja maior. Uma expectativa de preços crescentes, mais ainda, faz com que os consumidores comuns ajam como empresários e 'invistam' em estoques de bens duráveis. Uma expectativa de preços fortemente e repentinamente crescentes precipita a hiper-inflação e põe em risco a estabilidade da economia, mas uma vaga impressão geral de que os preços no futuro têm mais probabilidade de aumentar do que de cair dá um impulso à demanda efetiva.

Uma redução de preços, tal como a que ocorre como resultado da produtividade crescente com taxas de salário nominais constantes e uma taxa de lucro constante, comparada com um nível de preços constante (taxas nominais de salários crescendo com a produtividade) aumenta a participação dos rentistas na renda às expensas do lucro e portanto é relativamente favorável ao consumo e desfavorável à oferta de financiamento, mas neste caso a 'ilusão monetária' tende a aumentar a parcimônia.

Uma queda das taxas de salários nominais acentua estas influências, e se for muito rápida, pode desestabilizar a economia causando uma crise financeira.

Uma expectativa de futura queda das taxas nominais de salário restringe o consumo e o investimento e estabelece um freio sobre a acumulação, o efeito inverso de uma expectativa de salários crescentes". (Robinson, 1952b, GGT: 55-57).

A citação acima é propositadamente longa e a complexidade das relações descritas certamente justifica o motivo pelo qual, em A Acumulação de Capital, Joan Robinson adotou a hipótese concorrencial, em que pesem todas as suas considerações sobre o caráter intrinsecamente "monopolista" da organização industrial num sistema capitalista.

Resta ainda um último comentário a fazer sobre este ensaio, e que diz respeito à tentativa de Joan Robinson de estabelecer alguma relação entre o progresso técnico e uma teoria do ciclo. Sua posição quanto a esta questão era de um certo ceticismo, já que considerava controversa a determinação de qual o "clima" mais apropriado ao surgimento de inovações:

"... Há espaço para controvérsias sobre se é a atmosfera estimulante de um boom ou a concorrência desesperada de uma recessão a situação que mais contribui para as inovações (embora haja poucas dúvidas de que uma recessão combinada com acordos para restringir a concorrência não conduza ao progresso). De qualquer modo, algum progresso técnico ocorre durante a recessão". (Robinson, 1952b, GGT: 75)

E, mais à frente:

"Tenho a impressão de que nas teorias que se propõem a encontrar um mecanismo de ciclo numa economia de empresas privadas o capítulo mais fraco é sempre aquele que trata da retomada a partir da recessão. E me parece que isto não é casual. Me reservo o direito de duvidar (embora hesitantemente e com reservas) que tenha havido um ciclo - isto é, um movimento cíclico que se autoperpetua, como algo oposto a uma série de flutuações que se devem à propensão de uma economia de empresas privadas a exagerar em suas respostas, em qualquer dos sentidos, às oportunidades e mudanças da história, à medida em que ocorrem". (Robinson, 1952b, GGT: 76)

Antes de passarmos ao ensaio específico sobre o progresso técnico, ainda do livro de 1952, é preciso fazer referência a um outro artigo, publicado no mesmo ano, intitulado "The Model of an Expanding Economy" (1952g), que foi reproduzido no segundo volume dos seus Collected Economic

Papers. Trata-se, segundo Goodwin (1952), de uma variação do ensaio que acabamos de analisar e, segundo Turner (1989: 105), do artigo que verdadeiramente deu início à controvérsia sobre a teoria do capital - a despeito de Harcourt atribuir este papel a outro que seria publicado um pouco mais tarde, intitulado "The Production Function and the Theory of Capital" (1953-54). Para a própria Joan Robinson, porém, "The Model of an Expanding Economy" relacionava-se, aparentemente, mais a uma discussão genérica dos problemas do crescimento, do que aos trabalhos relativos à famosa controvérsia[13]. De qualquer maneira, não há dúvida que neste trabalho Joan Robinson demonstrava preocupação em encontrar, referida à questão do crescimento econômico, uma definição e uma medida de capital que fosse satisfatória.

Joan Robinson analisou e criticou vários modelos de crescimento - dentre os quais citava nominalmente O Capital, de Marx; Cassel (The Theory of Social Economy, de 1918); Domar ("Expansion and Employment", de 1947) e Harrod (Towards a Dynamic Economics, de 1948 e "Notes on the Trade Cycle Theory" de 1951), propondo como alternativa uma abordagem na qual o progresso técnico, e particularmente, uma categoria específica de progresso técnico acabasse funcionando como "variável de ajuste" para um crescimento estável. O ponto de partida do artigo era a afirmação de que todos os modelos de crescimento se originam de uma mesma proposição matemática - "*Quando se adiciona uma proporção constante da renda ao capital, a cada ano, e quando a razão entre capital e renda é constante, a renda se expande continuamente a uma taxa proporcional constante*" (Robinson, 1952g, CEP2: 74) - e que, portanto, embora possam ser construídos com base em pressupostos diferentes e desenvolvam argumentos diversos, não se deve estranhar que cheguem aos mesmos resultados, pois isto decorre do fato de que tanto as hipóteses quanto os argumentos são apenas diferentes maneiras de conferir aplicação econômica a esta mesma relação matemática.

Para ela, tais modelos de crescimento podem ser considerados como tendo dois significados simultâneos: por um lado, sustentam que não é impossível, inerentemente, que o sistema capitalista esteja em expansão crescente (ou seja, negam a idéia de que o capitalismo seja um sistema fadado ao desaparecimento); pelo outro, eles mostram também, e através da explicitação das condições necessárias para que a expansão seja contínua, que não existe, igualmente, qualquer tendência automática para a continuidade do capitalismo.

Para Joan Robinson, a questão central era menos a de provar uma ou outra destas duas proposições, e muito mais a de se especificar as condições sob as quais o sistema pode se expandir continuamente, e, principalmente, quais os mecanismos que asseguram a continuidade destas condições. Ela mesmo elaborou um exemplo numérico, apenas para concluir que "*isto é até onde a matemática pode nos levar. Precisamos agora inquirir sobre as forças motivadoras que mantém a economia funcionando sobre os trilhos construídos pelas condições que estabelecemos*". (Robinson, 1952g, CEP2: 79).

Neste sentido, a dificuldade não está na escolha das condições de estabilidade, e sim no grau de irrealismo que elas carregam. Pode-se dizer que o argumento que ela desenvolve neste artigo, e que se

13. A este respeito, veja-se o que ela diz em Robinson (1960k), a introdução ao segundo volume de seus Collected Economic Papers, que reproduz o "The Model of an Expanding Economy".

tornaria recorrente em sua obra, traduz uma concepção preliminar do que ela viria chamar de "estado mítico" dos negócios:

> "...a acumulação perpetuamente estável não é inerentemente impossível. O argumento a seguir propõe-se a mostrar que as condições necessárias pelo modelo são improváveis de serem encontradas na realidade". (Robinson, 1952g, CEP2: 80).

Para ela, nem a proposição derivada de Marx (segundo a qual os capitalistas investem porque precisam acumular) nem a visão de Cassel (para quem se há poupança, há investimento, porque "poupança é investimento"), nem a concepção de Domar (que se baseia numa "espécie de fé coletiva") e nem mesmo o princípio do acelerador de Harrod fornecem respostas satisfatórias à pergunta do que é que mantém a economia funcionando com estabilidade[14]. A crítica ao princípio do acelerador, em particular, deriva do fato dele gerar um sistema cronicamente instável[15].

Embora não seja exatamente perturbada pelo caráter instável do sistema, e sim pelo que se oferece como explicação desta característica, a crítica mais contundente de Joan Robinson demonstra claramente seu ceticismo quanto à possibilidade de se elaborar uma teoria do ciclo econômico, particularmente aquela na qual o "ciclo" seja concebido como movimentos em torno de uma tendência de crescimento estável. Seu ceticismo se apoiava no "realismo" das condições efetivas de desenvolvimento econômico.

> "Mesmo que não haja qualquer falha sistemática em qualquer das condições requeridas pelo modelo, ainda resta uma objeção maior. A história e a geografia apresentam uma economia em desenvolvimento com todos os tipos de acasos e mudanças - alguns favoráveis e outros desfavoráveis à acumulação - de modo que o desenvolvimento não pode seguir um curso estável por muito tempo, mesmo que estejam presentes todas as condições iniciais. E o simples fato de que o desenvolvimento real é errático destrói as condições básicas para um desenvolvimento suave". (Robinson, 1952g, CEP2: 84).

---

14. Em suas palavras: *"No esquema de Marx os capitalistas estão sujeitos a uma forte pressão para acumular. Só se poupa com o objetivo de investir e, crises à parte, toda a poupança é investida. Para Cassel poupança é investimento. Mas para aqueles que ressuscitaram os modelos sob a influência de Keynes, a existência de parcimônia não garante, de forma alguma, que os investimentos ocorram. Devem portanto colocar-se a seguinte questão: como se pode conceber a ocorrência de acumulação perpétua?...Domar considera que o investimento contínuo requer uma espécie de fé coletiva. Cada capitalista acha que vale a pena investir à taxa apropriada, desde que todos os outros façam o mesmo, e enquanto cada um deles acreditar que os outros continuarão a fazê-lo, ele mesmo continuará a investir"*. (Robinson, 1952g, CEP2: 79). Mais à frente, ela continua sua crítica a Domar: *"Na visão de Domar, a principal objeção às condições requeridas pelo modelo diz respeito à força motivadora que mantém a acumulação. Uma redução do estado de confiança, ou a mera tendência de que cada capitalista espere para ver o que os outros farão, faz cessar o investimento"*. (Robinson, 1952g, CEP2: 84).

15. *"Harrod baseia-se no 'princípio do acelerador'. A elevação da taxa de produção 'induz' o crescimento do estoque de capital que a torna possível. Isto, por sua vez, apoia-se na visão de que, enquanto os capitalistas, coletivamente, mantêm a expansão do estoque de capital à taxa necessária, eles estarão 'satisfeitos', e continuarão a fazê-lo....Uma vez que Harrod está preso ao 'princípio do acelerador', ele deve considerar seu sistema cronicamente instável. Qualquer elevação eventual da produção acima da taxa adequada às condições do modelo 'induz' uma taxa de investimento maior, e gera um boom que não pode durar, e portanto precipita uma depressão"*. (Robinson, 1952g, CEP2: 79). E mais adiante: *"O bicho-papão de Harrod é uma forma modificada do Dia do Juízo Final. Ele concebe uma máxima taxa possível de crescimento da produção, dada por uma taxa de crescimento da população empregável e pela taxa de crescimento da produção per capita decorrente do progresso técnico (a isto ele chama de taxa natural de crescimento - um uso não natural da linguagem). Ele espera que no futuro esta máxima taxa possível de crescimento cairá abaixo da taxa que corresponde à taxa de acumulação que vinha ocorrendo no passado, de modo a estabelecer as condições crônicas da depressão, a não ser que se engendrem políticas que visem ou a reduzir a parcimônia ou a manter a razão capital/produto crescente"*. (Robinson, 1952g, CEP2: 79). O "Dia do Juízo Final" era uma referência à crítica que Pigou desenvolveu em sua resenha da Teoria Geral de Keynes, na qual atribuía a Keynes a visão de que uma economia com população estacionária e um corpo fixo de conhecimento tecnológico não seria capaz de manter o investimento se a taxa de lucro fosse constante. Veja-se Robinson (1952g, CEP2: 81, 2n).

Ao mesmo tempo em que desconfiava da possibilidade de elaboração de uma teoria do ciclo[16], Joan Robinson explicitou críticas mais gerais. Uma delas dizia respeito não apenas aos pressupostos de proporcionalidade inter e intra-setoriais, mas também inter-temporais:

> Primeiro, o estoque de bens de capital específicos de vários tipos e a oferta de tipos particulares de mão-de-obra existentes a qualquer momento foram moldados pela história passada da demanda e, em geral, não são perfeitamente compatíveis com a demanda corrente. Isto destrói a condição básica do modelo, de que a capacidade produtiva nos vários setores [e ramos] se ajusta à divisão da demanda entre seus produtos". (Robinson, 1952g, CEP2: 84-85).

A segunda se referia às expectativas:

> "... quando os capitalistas sabem que é possível que ocorram distúrbios imprevisíveis, a inércia da economia é destruída. Quando apenas o estado presente dos negócios é certo, ele tem uma influência indevida sobre o comportamento. Portanto, quando a produção se expande, por qualquer razão, relativamente à capacidade, os capitalistas tendem a se comportar como se esperassem que o conseqüente alto nível de lucros se mantivesse no futuro, e tendem a planejar o investimento de acordo com isto. Enquanto ocorre investimento, os lucros são altos; mas o aumento da capacidade que está sendo criada está fadado a levar a que a taxa de lucro caia a um nível inferior ao nível que gerou estes investimentos. Portanto, a acumulação só pode ocorrer mediante uma série de booms intercalados por depressões. Se a economia não se desenvolveu suavemente no passado, será incapaz de fazê-lo no futuro... O Sr. Harrod concebe a 'taxa garantida de crescimento' que preenche as condições do modelo aritmético como uma trajetória que a economia constantemente atravessa e re-atravessa à medida em que avança. Mas, se o nosso argumento anterior estiver correto, a não ser que a economia já esteja sobre a trajetória, essa trajetória não existe". (Robinson, 1952g, CEP2: 85, inclusive nota de rodapé).

Assim, Joan Robinson concluía:

> "Parece que é um erro procurar por uma teoria do ciclo econômico concebida em termos de oscilações em torno de uma tendência de crescimento estável, pois uma economia, para a qual o crescimento estável é possível, é diferente, em sua estrutura interna, de uma economia sujeita a oscilações. A conexão entre o ciclo e a tendência é simultaneamente mais íntima e mais complicada do que qualquer uma das que, até agora, foram estabelecidas por uma teoria sistemática". (Robinson, 1952g, CEP2: 85).

Mas, sem dúvida, a parte mais interessante e ilustrativa da visão que a Autora tinha sobre este tema é a que foi complementada para a publicação do artigo no segundo volume de suas coletâneas, na forma de "pós-escrito", por volta de 1960:

> "Eu esqueci, quando escrevi o acima, que o primeiro uso, em sua forma moderna, de uma taxa de crescimento do capital derivada da razão entre poupança e renda e da razão entre renda e capital, foi feito por Keynes, em seu Galton Lecture (in Eugenics Review, vol. XXIX, no. 1, 1937). Enquanto isso, muitos outros modelos foram criados. O meu próprio modelo difere da maioria deles pelo fato de eu não me basear em qualquer relação fixa, para o longo prazo, entre a indução a investir e a taxa de lucros". (Robinson, 1952g, CEP2: 85).

---

16. A insistência em mencionar o ceticismo de Joan Robinson quanto à possibilidade de se elaborar uma teoria do ciclo econômico relaciona-se à visão aqui desenvolvida de que, em A Acumulação de Capital, a Autora propõe uma teoria do movimento do sistema capitalista, que não é uma teoria do ciclo, já que esta exigiria uma discussão de sua regularidade.

A passagem é ilustrativa porque é justamente o fato de Joan Robinson não se basear numa "*relação fixa, para o longo prazo, entre a indução a investir e a taxa de lucros*", que ela, ao mesmo tempo em que preserva a relação de causalidade entre estes dois elementos, não se propõe a construir um modelo "matematizável". Na conclusão do seu artigo, ela estabelece as linhas gerais de análise que iria desenvolver no seu livro A Acumulação de Capital. Estas não se fundamentam numa dada relação entre taxa de lucro e taxa de investimento, mas na concepção mais geral de que, enquanto houver interesse em investir por parte das firmas - e em vista do seu anseio competitivo de crescer à frente das demais, o investimento ocorrerá. Em particular, é importante destacar que o progresso técnico, ou mais precisamente, as diferentes modalidades de inovação, passam a constituir uma espécie de "variável de ajuste", tomando a forma necessária para que as firmas que queiram investir possam fazê-lo. Ou seja, elas podem adotar "inovações intensivas em capital", podem "aprofundar o investimento" ou ainda "elevar o seu grau de mecanização".

> "Eu diria que, quando as condições 'naturais' são tais que o crescimento estável é possível, ele se realizará de forma bastante aproximada, se a propensão a acumular capital que decorre da luta competitiva entre as firmas capitalistas, cada qual desejando crescer mais rápido que as outras, for suficientemente alta. Não há perigo de ser 'alta demais'. Uma alta propensão a investir tende a acelerar a taxa 'natural' de crescimento fazendo com que as firmas se tornem mais ávidas por adotar aprimoramentos técnicos. Se não houver progresso técnico neutro suficiente para absorver a taxa de investimento desejada, as firmas podem se preparar para aceitar inovações com viés intensivo em capital, e quando isto tiver continuado por tempo suficiente, a razão capital/produto se terá elevado o suficiente para que a taxa estável de crescimento dali em diante absorva a taxa de investimento desejada. Se isto não for suficiente, ainda existe a possibilidade de 'aprofundar' o investimento de modo a elevar o grau de mecanização a qualquer fase do progresso técnico que, novamente, pode ser concebido como continuando até que a razão capital/produto tenha se elevado ao tamanho requerido". (Robinson, 1952g, CEP2: 86, grifos nossos).

É importante frisar que as duas últimas citações foram escritas por volta de 1960, data da publicação do segundo volume dos seus Collected Economic Papers. Os termos grifados indicam que nessa época Joan Robinson já havia incorporado o resultado de suas reflexões sobre o progresso técnico que seriam sistematizados posteriormente ao livro de 1952. Os termos grifados indicam também que diferentes "tipos de progresso técnico" têm a capacidade de servir de variável de ajuste, para permitir que ocorra o investimento quando houver interesse por parte dos investidores. As diferentes alternativas de ajuste, que Joan Robinson utilizou neste post-scriptum, eram as categorias que ela começaria a explicitar e a desenvolver no ensaio "Notes on the Economics of Technical Progress", que analisaremos a seguir.

Antes, porém, é importante destacar ainda que Joan Robinson, mais uma vez, reconhece não estar propondo um modelo completo, e, que, apesar de suas críticas ao multiplicador-acelerador, decorrentes de sua posição de que não existe uma relação fixa entre a indução a investir e taxa de lucro, ela o utiliza, não como um valor a ser calculado (e muito menos dado), mas como um conceito que estabelece relações de causalidade:

> "Embora eu sustente que não faz sentido postular-se uma função da indução a investir de longo prazo em termos de uma taxa geral de lucro, considero natural supor que um aumento dos

> lucros prospectivos acima do que eles têm sido no passado recente estimula o investimento e adia o sucateamento das fábricas, enquanto que uma queda dos lucros prospectivos freia o investimento e acelera o sucateamento. Portanto, não vejo qualquer dificuldade em introduzir flutuações do tipo multiplicador-acelerador na história do desenvolvimento a longo prazo. Um modelo mal amarrado deste tipo me parece um instrumento mais útil para interpretar a história econômica do que aqueles nos quais se espera que um conjunto particular de equações se mantenham por séculos". (Robinson, 1952g, CEP2: 86-87).

De todos os ensaios publicados no livro A Generalização da Teoria Geral e Outros Ensaios, sem dúvida o que nos interessa mais de perto é o intitulado "Notes on the Economics of Technical Progress" (1952c). Neste, a Autora desenvolve a tipologia das inovações anteriormente adotada em "The Long Period Theory of Employment" de 1936, e em "The Classification of Inventions" de 1937-38. Esse desenvolvimento consiste basicamente em considerar que o processo de acumulação e, em particular, o progresso técnico, tende a alterar a rentabilidade dos diversos investimentos (passados, presentes e futuros), inclusive assimetricamente. Ela também introduz novas categorias de inovações, com as quais a relação entre tipos de progresso técnico e nível de emprego deixa de ser uma relação direta. Neste ensaio o enfoque principal é o do impacto das inovações sobre a distribuição da renda.

"Notes on the Economics of Technical Progress" é um ensaio complexo. Nele a Autora avalia o impacto do progresso técnico sob diferentes ângulos: a taxa de lucro, o nível de salários, o volume de investimento, o nível de emprego, e passa a considerar que, em geral, a inovação altera as características físicas dos bens de capital. O trabalho se inicia com um rápido resumo da noção de progresso técnico segundo o "sistema convencional da produtividade marginal", sistema que parte do pressuposto de que "em um dado estado de conhecimento", existe uma série contínua de combinações de fatores de produção que podem ser utilizados para produzir um dado nível de produto. A combinação a ser escolhida é aquela que minimiza os custos de produção, dados os preços dos fatores. Deste modo, se houver uma variação dos seus preços relativos - o que implica uma variação do custo de produção - escolhe-se uma outra combinação de fatores que, aos novos preços, minimizem, novamente, o custo de produção. Na abordagem tradicional, a invenção (ou inovação) aumenta o conhecimento tecnológico e se diferencia da adaptação, que é apenas uma adequação do processo produtivo aos novos preços relativos, para um dado nível de conhecimento que não se modifica.

A primeira das observações de Joan Robinson dirige-se ao fato de que, em geral, a distinção entre "invenção" e "adaptação" não é clara. Por isso, ela adota explícita e claramente o termo "inovações" no sentido schumpeteriano, entendido como "*mudanças nos métodos de produção, independentemente de serem decorrentes de novas invenções ou de qualquer outra alteração das circunstâncias*". (Robinson, 1952c, GGT: 79-80).

Assim, cada método de produção refere-se a uma combinação específica de fatores que, combinados, produzem um dado nível de produto; e uma inovação - isto é, uma mudança do método de produção - consiste em qualquer mudança, desde a adoção de uma combinação diferente de fatores, até a adoção de novas tecnologias que resultam de descobertas técnicas ou de subprodutos do desenvolvimento científico - o que implica a inclusão, no conceito, do uso de outros fatores e/ou a produção de novos

produtos. Ou seja, Joan Robinson propõe aqui que qualquer alteração do método de produção, independentemente dos motivos pelos quais tenha sido adotada, deve ser entendida como uma inovação.

Esta generalização da noção de inovação tem dois aspectos interessantes. O primeiro, mais direto, é que ele anula a diferenciação que se faz entre um "deslocamento ao longo da função de produção" de um "deslocamento da função de produção" - ou a distinção entre "escolha da técnica" e "mudança da técnica". Poder-se-ia dizer que "qualquer deslocamento" identifica uma inovação. Entretanto, como veremos mais adiante, ela manterá essa distinção para efeitos analíticos.

O segundo é que, na visão da Autora, os motivos pelos quais um empresário introduz um novo método de produção podem ser os mais variados. Ele pode fazê-lo com a intenção de introduzir-se num mercado que lhe permaneceria fechado se utilizasse as técnicas existentes - como as protegidas por patentes - ou para aumentar seu poder no mercado em que já atua, usufruindo de vantagens monopolistas, ou ainda para explorar uma posição monopsonista através do barateamento dos fatores de produção que utiliza.

Mesmo que o novo método de produção seja, em essência, apenas um aprimoramento do velho método, ele se constitui uma inovação do ponto de vista do empresário em questão. Para Joan Robinson, uma inovação é adotada com o intuito de "*reduzir os custos por unidade de receita*", o que significa tanto o objetivo de reduzir custos quanto o de elevar as vendas - mesmo que o aumento das receitas seja decorrente da capacidade do empresário de "*convencer seus clientes que o produto do novo método é um aprimoramento de bens existentes* [não necessariamente verdadeiro] *e possa, portanto, cobrar um preço mais alto*" (Robinson, 1952c, GGT: 80).

Em geral, as inovações não se configuram necessariamente na introdução de produtos totalmente novos e desconhecidos no mercado. Esta concepção está implícita na adoção, por Joan Robinson, do princípio do custo total como norteador da determinação dos preços. Trata-se da variante kaleckiana do princípio do custo total, uma vez que ela considera também a influência dos preços dos produtos concorrentes[17]:

> "O preço do produto é fixado em relação aos preços dos seus substitutos mais próximos (um pouco abaixo para obter vantagens competitivas, um pouco acima para explorar a demanda pela nova qualidade). Mesmo que o produto seja totalmente diferente de qualquer outro anteriormente conhecido (e não um mero substituto, como o rayon ou o nylon), ainda assim deve pertencer a alguma categoria ampla de bens que servem às necessidades humanas, como alimento, transporte, diversão ou luxo, e seu preço pode ser estabelecido à luz dos preços de bens concorrentes, ainda que não seja muito próximo a nenhum deles". (Robinson, 1952c, GGT: 81).

As vantagens usufruídas pelo empresário inovador não são, todavia, permanentes. Sendo a inovação bem sucedida, ele obtém receitas líquidas, para um dado volume de vendas, maiores do que os de seus concorrentes que utilizam as técnicas mais antigas. Mas, na medida em que o novo método se difunde e/ou é copiado pelas empresas rivais, o preço, segundo Joan Robinson, se reduzirá ao novo nível dos custos. Segundo a Autora, os defensores da teoria do custo total argumentariam que, desde o início, o preço teria sido fixado nestes termos. Mas, para ela, se isso fosse verdade, o inovador teria que estar expulsando

17. Para uma comparação e discussão sobre as formulações matemáticas do princípio do custo total segundo Labini e Kalecki veja-se Heller (1991c).

do mercado todos os seus rivais, algo que ele só faria se tivesse capacidade produtiva suficiente para suprir toda a demanda, ou se estivesse disposto a impor um racionamentos aos seus clientes.

Aqui, Joan Robinson parece ter uma interpretação demasiadamente rígida do que se propõe como princípio do custo total: para ela, este princípio estabelece uma relação direta e imediata entre preços e custos, enquanto que o que ela propõe é que, ao lado desta relação, e relativizando-na, existe um componente que considera também a capacidade produtiva vis-à-vis o tamanho do mercado[18]. Neste sentido, poderia interessar à empresa inovadora manter seus concorrentes (quando não fosse capaz de suprir a totalidade da demanda pelo produto, ou quando isto não fosse rentável) e, ao mesmo tempo, auferir lucros extraordinários. É o que se pode depreender da passagem abaixo:

> "Se o inovador tiver alguma vantagem que outros empresários não têm (além da de ser o primeiro usuário do novo método), é provável que seu lucro continue sendo superior ao dos demais. Mas se o novo método for aberto para todos, os rivais do inovador, pressionados por sua concorrência ou atraídos pelo espetáculo de seus lucros, imitarão seu método, possivelmente depois de um período de perdas ou de lucros reduzidos, enquanto continuavam a usar a técnica agora obsoleta. Mais cedo ou mais tarde, o preço se reduzirá ao novo nível dos custos... Os expoentes da teoria dos preços do 'custo total' poderiam argüir que o preço é fixado desde o início neste nível; mas neste caso, o inovador estaria expulsando todos os seus concorrentes, e a não ser que a capacidade produtiva à sua disposição pudesse aumentar imediatamente e o suficiente para dar conta de toda a demanda por seu produto, ele teria que racionar seus consumidores... Se a indústria for competitiva, no sentido amplo, os lucros excessivos são eliminados e o inovador (a não ser que neste interim tenha criado algo novo), depois de algum tempo, estará de volta à posição inicial". (Robinson, 1952c, GGT: 81, inclusive nota de rodapé)[19].

A expressão "*volta à posição inicial*" significa a perda da capacidade de auferir "lucros excessivos". Isto, no entanto, não quer dizer que o esforço inovador tenha sido em vão:

> "Pode parecer que ele poderia ter se poupado problemas, se não tivesse inovado. Mas ele auferiu lucros anormais por algum tempo. Além disso, pode ter acreditado que se não tivesse inovado, outro teria, de modo que no final ele teria sido compelido a introduzir a inovação do mesmo modo, sem a vantagem de ter sido o líder... Esta visão do processo de inovação é derivada de Marx via Schumpeter. Parece ser a que melhor corresponde à experiência". (Robinson, 1952c, GGT: 81-82, inclusive nota de rodapé).

É interessante ressaltar que, para Joan Robinson, as inovações que visam reduzir custos de produção ocorrem mais velozmente quanto maior for a competitividade do ramo, e isto porque são movidas mais pelo temor da perda do que pela expectativa de ganhos, uma expressão que ela usa bastante:

> "Uma vez que o medo da perda é mais poderoso que a esperança de ganho, parece provável que inovações redutoras de custos são feitas de modo mais rápido em ramos competitivos do que em ramos monopolistas - tudo o mais igual". (Robinson, 1952c, GGT: 82).

---

18. Labini (1956), ao discutir "o longo caminho percorrido" pelo princípio do custo total, vis-à-vis o princípio marginal da maximização do lucro, destaca que Joan Robinson (e também Chamberlin) não considerava que estes princípios fossem opostos, embora não tivesse conseguido, até então, construir uma ponte entre eles.

19. É interessante chamar a atenção, novamente, para a semelhança dos argumentos de Joan Robinson com as noções de "preços de expulsão" e "preços de exclusão" de Labini. Labini correspondeu-se com Joan Robinson em torno do tema do papel do oligopólio na determinação dos preços e sua relação com o progresso técnico. Infelizmente, esta correspondência não parece ter sobrevivido entre os documentos do King's College da Universidade de Cambridge. Existe apenas uma breve referência a este respeito em Labini (1956: 138, n15).

Há vários elementos para os quais se deve chamar a atenção nestas citações. Em primeiro lugar e mais importante, a idéia de que a inovação é adotada com base em expectativas sobre o futuro (de lucro ou de perdas), e não simplesmente como reação a um evento do passado ou mesmo do presente, como supõe a teoria tradicional, para a qual o principal estímulo à inovação é a alteração dos preços relativos de fatores - ou de sua disponibilidade, o que de alguma maneira se reflete nos preços. Em segundo lugar, a idéia de que pelo menos no início, o empresário inovador - e neste sentido, líder - estabelece o preço do seu produto de modo a obter vantagens monopolistas, mas ainda assim levando em consideração o tamanho do mercado, a capacidade produtiva de seus concorrentes e, em particular, os preços dos produtos rivais. Além disso, mesmo quando não é possível manter estas vantagens indefinidamente, seja como decorrência de um processo de difusão e imitação, seja como resultado de obsolescência técnica propriamente dita, o inovador obtém, ao menos temporariamente, vantagens de first-comer. Em particular, mesmo quando o empresário perde estas vantagens, a "*volta à situação inicial*" não significa que perdeu seu tempo, pois enquanto foi capaz de usufruir delas, obteve lucros que de outra forma não teria auferido. Em terceiro lugar, a idéia de que a pressão da concorrência está representada não mais apenas pela política de preços, mas também pela possibilidade da inovação ser ou não adotada (imitada) ou mesmo suplantada pelos demais empresários.

Estes pontos porém, não foram desenvolvidos de forma sistemática pela Autora. Em geral, eles só aparecem marginalmente, ou na discussão das conseqüências do relaxamento das hipóteses restritivas. Mas, embora não tivesse discutido os determinantes do progresso técnico, Joan Robinson analisou seu impacto sobre a distribuição da renda, através dos seus efeitos sobre os vários elementos dos custos. Neste sentido, pode-se dizer que suscitou uma certa mudança de enfoque relativamente aos seus textos anteriores sobre o mesmo tema. Naqueles, Joan Robinson estabelecera a relação entre inovações e nível de emprego quase que diretamente, enquanto que no ensaio de 1952 (e daí por diante) esta relação passou a ser mediada, enfaticamente, pela distribuição da renda[20].

A mudança, a rigor, é mais de ênfase do que de enfoque, mas implicava a revisão de certos pressupostos, como o de que a elevação da produtividade não altera a qualidade (especialização) do tipo de trabalho empregado, ou a natureza física dos bens de capital, nem o tempo de vida útil das instalações. Implicava também levar em conta que a elevação da produtividade nos estágios iniciais do processo de produção (isto é, no departamento produtor de bens de capital) reduz o custo do capital nos estágios finais (na produção de bens de consumo) e que, portanto, uma inovação que aparentemente só ocorre na produção de bens de capital tende a reduzir o custo do capital numa proporção maior do que a redução do custo do trabalho, em todos os setores e ramos relacionados. Mas, o mais importante, era a consideração de que, em geral, as características físicas dos bens de capital também se alteram, como decorrência de uma mudança na técnica, e isto, na maior parte das vezes, é acompanhado por outras alterações (qualitativas e quantitativas) nos demais meios de produção, até mesmo do projeto geral da fábrica.

Um outro elemento que ela não havia levado em conta em seus primeiros textos sobre o tema diz respeito à possibilidade do conceito de inovação incorporar, também, uma aceleração (temporal) do

---

20. Em seus trabalhos posteriores, como em A Acumulação de Capital, Joan Robinson tentou reunir ambos os enfoques (nível de emprego e distribuição da renda), mediante a análise dos efeitos das inovações sobre o investimento - isto é, a acumulação.

processo de produção. A importância disto reside no fato de que, mesmo que a inovação não implique qualquer mudança qualitativa - ou inclusive quantitativa - dos equipamentos, ela necessariamente reduz o custo do capital por unidade de produto - sem alterar o custo do trabalho em termos de número de horas trabalhadas.

A ênfase da análise estava centrada nos custos de produção - ou seja, na concepção de que as inovações reduzem custos - mas levava em conta a possibilidade de que, ao mesmo tempo em que diminuíam alguns componentes dos custos de produção, outros podiam estar se elevando. Embora mencione a possibilidade da inovação não reduzir custos de modo algum, mas apenas aumentar o produto, destaca as inovações que aumentam o tempo de vida útil de um equipamento ou de uma instalação fabril (ou que os reduzem, na medida em que, por exemplo, são adotadas para reduzir o risco de obsolescência tecnológica). Isto também tem efeitos variados sobre os custos, através do impacto que exerce sobre o cálculo das reservas para amortização e substituição, e, até mesmo, sobre os custos de manutenção.

Deve-se ressaltar que, caracteristicamente, quem espera encontrar neste ensaio de Joan Robinson um resultado claro e definido, um modelo completo e acabado, que estabeleça de forma unívoca e inequívoca os efeitos do processo inovador sobre os custos, ficará, certamente, decepcionado. Um bom exemplo é a própria conclusão a que a Autora chega:

> "A influência das inovações sobre os custos é muito variada para encaixar-se numa simples fórmula". (Robinson, 1952c, GGT: 88).

O detalhamento destas variadas formas de alteração dos custos de produção decorrentes das inovações privilegiava a questão salarial. Joan Robinson apontava para o fato de não ter distinguido adequadamente, nos textos anteriores, a diferença entre salários nominais e reais, deixando de considerar os efeitos das inovações sobre os preços. No ensaio de 1952 ela enfatizava que "*uma redução do custo do trabalho, decorrente da elevação do produto por homem-hora de um dado tipo de mão-de-obra é totalmente diferente, em seus efeitos, de uma redução* [do custo do trabalho] *decorrente da utilização de um tipo de mão-de-obra mais barata*" (Robinson, 1952c, GGT: 89). O uso de mão-de-obra mais barata equivale à redução dos custos dos fatores. O impacto das inovações sobre o salário real depende do seu impacto sobre o nível de preços da cesta de consumo dos trabalhadores, o que por sua vez depende do grau de concorrência vigente.

Se o preço se mantém e o salário nominal não se altera, o salário real também não e a taxa de lucro, em relação ao produto (de menor custo de produção), se eleva. A taxa de lucro em relação ao capital se modifica, dependendo da inovação requerer ou não uma elevação do capital investido. Joan Robinson alertava que a hipótese de que o preço não se altera requer "*ausência completa de concorrência*" (Robinson, 1952c, GGT: 90). Como isso é improvável e absolutamente irrealista, o impacto das inovações sobre o salário real dependerá do grau de imperfeição do mercado e do próprio caráter da inovação no que diz respeito aos seus requisitos de capital. Além disso, é preciso considerar que a inovação pode não ter o mesmo impacto em todas as atividades, nem mesmo naquelas que produzem bens de consumo:

"Diferentes tipos de inovações afetam produtos diferentes, e é preciso avaliar sua importância relativa... Mas parece suficientemente seguro dizer que o progresso técnico não pode deixar de elevar o salário real por homem-hora desde que a taxa de juros ou a taxa de lucro líquido não se eleve" (Robinson, 1952c, GGT: 92).

Por outro lado, o pressuposto de constância da taxa de juros e de lucros apoia-se no mecanismo da concorrência. Joan Robinson introduz aqui a idéia de que em geral, as inovações elevam os requisitos mínimos de capital para o investimento produtivo, e portanto tendem a criar barreiras à entrada. Surge aqui um elemento de oligopólio, que tende a elevar a taxa de lucro e a reduzir os salários reais. Em outras palavras, também no que se refere aos efeitos do progresso técnico sobre os salários, ela não apresenta uma conclusão única:

"Acontece freqüentemente que as inovações elevam a unidade mínima de investimento necessária para a produção, e deste modo tendem a limitar a possibilidade de entrada em novos ramos. Isto automaticamente reduz a pressão da concorrência e pode levar à elevação da taxa de lucro líquido. O efeito sobre os salários reais depende da importância dos bens em questão no consumo dos trabalhadores". (Robinson, 1952c, GGT: 92).

Na mesma seção, Joan Robinson avaliava o impacto das inovações sobre o nível de emprego. Como nos seus trabalhos anteriores, ela defendia a idéia de que o impacto final do progresso técnico sobre o nível de emprego depende mais das condições institucionais e "macroeconômicas" (de demanda efetiva) do que propriamente do aspecto "poupador de fatores" da inovação. Vale a pena reproduzir seu argumento:

"Há um outro aspecto que é de grande importância para os trabalhadores. As inovações, independentemente de pouparem ou não capital, normalmente poupam trabalho. Isto é, o número de homens-hora de trabalho necessárias para produzir um dado volume de produção é continuamente decrescente à medida que o progresso técnico continua. Ao mesmo tempo, desde que a taxa de lucro não cresça tanto a ponto de evitar que a taxa real de salários se eleve, os trabalhadores estão numa posição (se forem livres para escolher) de reduzir o trabalho realizado sem reduzir sua renda real. Isto pode ser feito parcialmente através da redução da semana de trabalho... ou pelo prolongamento das férias...; e parcialmente pelo aumento do período mínimo obrigatório de escolaridade, e pela redução da idade de aposentadoria...

Na medida em que isto não puder ocorrer, o desemprego tecnológico será decorrência de inovações poupadoras de trabalho, a não ser que a demanda efetiva por mercadorias e por bens de capital se eleve com a elevação do produto per capita.

... Desde que o salário real se eleve, que o desemprego tecnológico seja evitado e que os novos métodos não tornem as condições de trabalho desagradáveis, as inovações podem ser vistas como favoráveis aos trabalhadores em geral". (Robinson, 1952c, GGT: 92-93).

Assim, ela mantém sua posição, já discutida no capítulo anterior, contrária à idéia de que o progresso técnico em si seja prejudicial aos trabalhadores. Isto, no entanto, não elimina a possibilidade de que o seja para grupos específicos de trabalhadores, em particular os mais especializados:

"Consideremos o caso em que uma inovação poupa custo de trabalho utilizando trabalhadores não especializados ao invés de especializados... Os trabalhadores especializados podem ser obrigados a aceitar salários nominais inferiores quando a demanda por seu serviço cai. Se seus salários caem relativamente ao preço do bem (que por sua vez tende a cair em relação aos salários em geral), a difusão da inovação pode ser freada, e os trabalhadores especializados

> podem continuar a trabalhar, junto com novas fábricas que empregam trabalho não especializado. Mas se o novo custo for tal que, para que os trabalhadores especializados possam sobreviver, tenham que aceitar um salário por hora inferior ao que vinham recebendo os trabalhadores não especializados que os substituíram, é pouco provável que os trabalhadores especializados sobrevivam a uma geração. (Alguns podem se dirigir à produção de variações luxuosas do bem original)". (Robinson, 1952c, GGT: 93-94).

Essa análise dos efeitos do progresso técnico sobre a distribuição da renda reflete um avanço bastante significativo no pensamento da Autora, na medida em que reconhece o predomínio da distribuição da renda sobre os determinantes do nível de emprego. O ponto de partida de seu argumento era a concepção de que, desde que a taxa de juros não se altere, e que o preço do produto se modifica de modo a não alterar a taxa de lucro, as inovações que poupam custo do trabalho e do capital na mesma proporção são inovações que não alteram a distribuição da renda. O mero enunciado desta concepção indica todos os elementos que devem ser levados em conta: a taxa de juros (o que implica considerar o sistema financeiro), o nível de preços - e conseqüentemente o salário real e a taxa de lucro (o que implica considerar o grau de concorrência) -, além da redução relativa dos custos de fatores. Em particular, se a taxa de lucro for constante, vale a seguinte definição:

> "Uma inovação que poupa mais trabalho do que capital (por exemplo, uma elevação do produto por homem-hora apenas nos estágios finais), eleva o capital por unidade de produto medido em termos de produto e eleva a participação do capital no produto líquido. Uma inovação que poupa mais capital do que trabalho (por exemplo, uma inovação na produção de equipamentos) eleva a participação do trabalho.
>
> Uma inovação que prolonga a vida útil esperada de uma fábrica, sem alterar seus custos iniciais, não afeta a razão capital/produto, mas eleva a razão entre a renda líquida e a despesa total, e, com uma taxa de lucro constante, eleva os salários e os lucros igualmente em termos de produto". (Robinson, 1952c, GGT: 95).

O problema é que estas definições se baseiam na hipótese de taxa de lucro constante, e, em geral, a taxa de lucro se modifica como conseqüência direta da própria alteração do processo produtivo. Embora esta questão não seja plenamente desenvolvida neste ensaio, é importante notar que já é, ao menos, mencionada:

> "Se acontece do preço do bem se manter constante à medida que o custo cai, o salário em termos de produto permanece inalterado e qualquer inovação que reduza o trabalho por unidade de produto eleva a participação relativa do capital. Neste caso, as participações relativas só seriam constantes quando a inovação fosse do tipo que poupa capital sem alterar o custo do trabalho (então, a taxa de lucro por unidade de capital se eleva na proporção em que o capital por unidade de produto cai)". (Robinson, 1952c, GGT: 95-96).

Por este motivo, Joan Robinson propôs uma definição de inovação que, sendo genérica, independe do que ocorre com a taxa de lucro. Esta definição baseia-se na proporção na qual a inovação reduz a utilização de capital e de trabalho, medidos em unidades salariais, por unidade de produto, e não diz nada sobre a distribuição da renda.

> "Parece ser melhor chamar de <u>neutras</u> as inovações que reduzem na mesma proporção o trabalho e o capital (medidos em unidades salariais) por unidade de produto, qualquer que seja a

taxa de lucro. Neste caso, uma inovação neutra não altera a participação relativa [dos salários e lucros na renda] no caso especial em que a taxa de lucro é constante" (Robinson, 1952c, GGT: 96).

Isto significa também que inovações podem ser neutras (quando a redução da razão capital/produto é igual à redução da razão trabalho/produto) e podem, ao mesmo tempo, alterar a distribuição da renda. Foi neste sentido que Joan Robinson introduziu novas categorias de inovação, que distinguem as que permitem uma redução absoluta das que produzem uma redução relativa dos fatores.

Assim, uma inovação "poupadora de capital" é a que reduz o capital (medido em unidades de salário) por unidade de produto, em termos absolutos e é simétrica a uma inovação "intensiva em capital" (que aumenta, em termos absolutos, o capital por unidade de produto) e não a uma inovação "poupadora de trabalho". Analogamente, uma inovação "poupadora de trabalho" é a que reduz o trabalho (medido em unidades de salário) por unidade de produto, em termos absolutos e é simétrica a uma inovação "intensiva em trabalho". As inovações que poupam capital em termos relativos à poupança de trabalho passam a receber a denominação de "desfavorável ao capital", simétrica à inovação "favorável ao capital", que poupa trabalho relativamente ao capital. Aqui o "capital" e o "trabalho" são medidos "em termos de produto"[21].

Joan Robinson ressaltava que, nesta formulação, as denominações "poupadora de trabalho" e "poupadora de capital" deixam de ser simétricas, pois o termo "poupador de trabalho" está associado, em geral, a uma redução absoluta do trabalho - isto é, a uma elevação da produtividade do trabalho, ou do "produto por homem-hora". Em suas palavras:

> "É tentador chamar uma inovação que reduz a participação do capital, a uma taxa de lucro constante, de 'poupadora de capital' e uma que a eleva de 'intensiva em capital'. Mas neste caso os termos 'poupador de trabalho' e 'poupador de capital' não seriam simétricos, pois é natural denominar uma inovação como 'poupadora de trabalho' quando ela eleva o produto por homem-hora, isto é, quando poupa trabalho absolutamente, e não relativamente ao capital". (Robinson, 1952c, GGT: 96).

A Autora ressaltava também que estas definições só podem ser utilizadas para avaliar os efeitos sobre as participações relativas sob a hipótese de taxa de lucro constante:

> "Portanto é simétrico denominar um inovação que reduz o capital por unidade de produto, medido em termos de unidades salariais como 'poupadora de capital' e uma que eleva o capital por unidade de produto como 'intensiva em capital'. Precisamos então de um novo termo para uma inovação que poupa capital, não apenas absolutamente, mas numa proporção maior do que a poupança de trabalho.
>
> Podemos chamar as inovações que reduzem capital por unidade de trabalho como 'desfavoráveis ao capital' e aquelas que elevam como 'favoráveis ao capital'. Mas é importante ter em mente que estes termos se aplicam aos efeitos das inovações sobre as participações relativas apenas quando a taxa de lucro é constante". (Robinson, 1952c, GGT: 96).

---

21. Mais à frente Joan Robinson ofereceria uma definição mais clara: *"as inovações 'favoráveis ao capital' elevam a razão capital/produto, medido em termos de produto (com uma taxa de lucro constante)"* (Robinson, 1952c, GGT 106). Ou: *"Inovações desfavoráveis ao capital reduzem o montante de capital, medido em termos de produto, necessário para produzir um dado volume de produção"* (Robinson, 1952c, GGT: 107).. Essas definições equivalem - mas não são iguais - ao "grau de mecanização", expressão adotada a partir do artigo de 1953-54.

As categorias acima apresentadas diziam respeito à variação do uso de fatores, em termos absolutos e relativos, medidos em "termos de salário" e "em termos de produto", considerando-se dados os preços dos fatores - a taxa de lucro, que é igual à taxa de juros, e corresponde ao preço do "fator capital". A ampliação da tipologia de inovações distingue seu impacto em termos da participação dos fatores no produto (as inovações "poupadoras" ou "intensivas" em capital ou em trabalho) do seu impacto em termos da combinação dos fatores entre si (inovações "favoráveis" ou "desfavoráveis"). A relação inversa, isto é, o impacto da variação dos preços de fatores sobre o uso dos fatores - o "progresso técnico induzido" - também foi analisado neste ensaio, embora de forma apenas alinhavada.

Desde logo, Joan Robinson assinalava que sua classificação não é traduzível nos termos do conceito de função de produção. Na verdade, embora seja um dos trabalhos menos citados quando se trata da "controvérsia de Cambridge", neste ensaio a Autora explicita suas críticas a este conceito, apresentando os principais argumentos que se repetiriam ao longo do restante da sua obra, particularmente os trabalhos que dizem respeito ao debate em torno da função de produção e da teoria do capital.

A principal crítica de Joan Robinson ao conceito de função de produção reside no fato de que este conceito não é compatível com o fato de que a "*aquisição do conhecimento técnico é um caminho de mão única*" (Robinson, 1952c, GGT: 99). Ou seja, uma vez efetuada uma alteração do processo de produção, qualquer que tenha sido o fator gerador desta mudança, dificilmente, mesmo que o fator gerador deixe de existir, ocorre um retorno ao método de produção anterior. Isto porque, em primeiro lugar, a alteração da técnica pode tornar o processo tão mais barato (mais econômico), que em nenhum caso vale a pena revertê-lo.

> "Uma mudança nos métodos de produção, induzida, digamos, por uma queda da taxa de juros, pode levar a desenvolvimentos que fazem com que o novo método seja econômico mesmo que a taxa de juros se eleve novamente. Se a taxa de juros nunca tivesse caído, o novo método talvez nunca tivesse sido descoberto, e no entanto, se já fosse conhecido antes, teria sido lucrativo utilizá-lo mesmo antes que a taxa de juros caísse". (Robinson, 1952c, GGT: 99).

Este é o motivo pelo qual, aliás, a Autora já havia criticado a distinção feita por Hicks, entre as inovações induzidas por alteração dos preços de fatores, e as adaptações que ocorrem "num dado estado de conhecimento técnico". Esta distinção, segundo ela, "*é um tanto quanto tênue*" (Robinson, 1952c, GGT: 99, n1). Além disso, "*uma 'mudança no método de produção num dado estado de conhecimento' é, estritamente falando, uma contradição em termos*". (Robinson, 1952c, GGT: 100).

A irreversibilidade do progresso técnico tem ainda uma outra razão de ser, que vai além do fato dos bens de capital não serem maleáveis (um dos seus argumentos mais contundentes e famosos): há que se levar em conta também o custo do aprendizado, isto é, da aquisição do know-how:

> "Além disso, o conhecimento técnico só tem significado efetivo quando é realmente aplicado, e a aplicação envolve o aprendizado do know-how de sua utilização. Mesmo que um empresário tenha em suas mãos uma lista completa de projetos relacionados com um certo método de produção, tanto ele, seus gerentes, quanto seus trabalhadores, ainda têm que aprender o método e adaptá-lo à sua situação específica. Uma mudança que objetiva tirar vantagem de uma alteração dos preços relativos dos fatores pode envolver um novo desenho da fábrica e um período

de 'problemas de dentição', enquanto se aprende o novo método, tanto quanto uma mudança que tenha por meta tirar vantagens de uma nova descoberta". (Robinson, 1952c, GGT: 99-100).

Vale a penas destacar uma outra crítica, embora menos desenvolvida pela Autora e pouco mencionada por seus intérpretes. Trata-se do fato de que, se por um lado é possível aceitar a idéia de que a alteração dos preços dos fatores funciona como indução ao progresso técnico, é preciso, pelo outro, levar em consideração a maneira pela qual a inovação mesma, ou melhor, sua adoção, afeta o preços destes mesmos (ou outros) fatores. Aqui, ao contrário, o caminho é de mão dupla - ou seja, a alteração dos preços pode induzir a criação e adoção de novas técnicas, que por sua vez influenciam os próprios preços:

"Quando há fatores de produção escassos, introduz-se uma nova complicação na análise. Seus preços, do ponto de vista de um produtor individual, dependem da demanda total, e qualquer alteração dos preços relativos dos bens finais ou da distribuição de renda, decorrente de uma inovação, repercute, através de alterações da demanda e dos preços dos fatores escassos, o que requer novas alterações técnicas. Talvez, nestes casos, os ajustes necessários possam ser feitos paulatinamente. Mas se cada técnica requer o uso de fábricas especializadas, as quais, uma vez construídas, levam sua vida a qualquer que seja a taxa de lucro que sejam capazes de gerar, o ajuste a uma simples mudança tem que ser concebido como um longo (possivelmente interminável) processo de tentativa e erro, e a noção de um preço normal de longo prazo perde sua utilidade". (Robinson, 1952c, GGT: 100).

A crítica mais conhecida de Joan Robinson, que trata da "medida do capital" e do seu caráter "gelatinoso", aparece também neste ensaio, a propósito da comparação que ela faz entre o sistema que propõe e o que está subjacente à função de produção:

"... nosso sistema está construído em termos do custo de produção, com diferentes técnicas, a uma dada taxa de juros, enquanto que a análise convencional está construída em termos do efeito de uma inovação sobre a produtividade marginal de uma 'dada quantidade de capital', e ninguém jamais esclareceu como se deve medir o capital. (Nosso método de medir o capital em termos do custo da despesa dos bens de capital requeridos por um dada técnica, obviamente, não pode ser aplicado, quando 'uma dada quantidade de capital' é concebida como utilizável por quaisquer técnicas diferentes, e incorporadas em quaisquer bens de capital diferentes)". (Robinson, 1952c, GGT: 100-101)[22].

E, por último, uma provocação sarcástica:

"Para aqueles que constróem funções de produção, deixo que digam qual o significado de produtividade marginal e elasticidade de substituição quando os fatores de produção são trabalho e capital". (Robinson, 1952c, GGT: 102)

Um outro aspecto que merece atenção neste trabalho é o que trata da relação entre inovações e investimento. Também aqui a abordagem se inicia com uma crítica à teoria tradicional, para a qual as inovações se configuram em choques externos que dão origem a investimentos incorporados nas novas tecnologias. Para Joan Robinson, embora as inovações, obviamente, não possam ser previstas em todas as suas particularidades, a possibilidade de sua ocorrência em geral está incorporada, ainda que

22. O "sistema que ela propõe" é a pseudo-função de produção cuja exposição minuciosa se encontra no artigo de 1953-54, analisado mais à frente.

imprecisamente, no cálculo de amortização, que, em geral, sucateia os equipamentos do ponto de vista financeiro, num prazo inferior ao de sua vida útil efetiva do ponto de vista físico. Isto significa, por um lado, que a reinversão dos fundos de amortização em equipamentos aprimorados não chega, necessariamente, a dar origem a investimento líquido. Por outro lado, no entanto, o progresso técnico, ao aumentar a produtividade, eleva a renda real e abre novas oportunidades de investimento[23].

Joan Robinson se refere ao procedimento de embutir no cálculo de amortização um elemento que diz respeito à previsibilidade de ocorrência de progresso técnico como o de um estado em que há "alta taxa de progresso técnico", o qual se diferencia de uma situação que ela denomina de "mudança na taxa de progresso técnico", que denota que este ocorre de forma imprevisível. A distinção entre ambos se relaciona à sua definição de "estado de tranqüilidade" e serve para atribuir à segunda situação (mudança na taxa de progresso técnico) a origem do boom. Em suas palavras:

> "Consideremos o efeito de uma aceleração imprevista do progresso técnico, acima da taxa costumeira. Os inovadores descobrem, mais cedo do que de costume, novos métodos que se sobrepõem aos antigos, ou novos bens que atraem poder de consumo dos canais de demanda existentes. Isto faz com que as fábricas velhas percam lucratividade antes do tempo esperado. Ou os novos empresários inovadores expulsam os antigos e, por assim dizer, ocupam o território desocupado, ou os empresários antigos sucateiam seus equipamentos e investem em novos. Qualquer que seja o caso, o investimento se eleva acima da taxa anterior, e desenvolve-se um boom. E isto é verdade independentemente das novas técnicas serem intensivas ou poupadoras de capital. Uma nova fábrica que expulsa uma velha requer investimento mesmo que incorpore menos capital por unidade de capacidade produtiva do que aquela que está sendo substituída. Todavia, o montante de investimento necessário é tanto maior e conseqüentemente, mais amplo e mais longo o boom, quanto maior for o capital requerido, por unidade de capacidade produtiva, pelo novo método". (Robinson, 1952c, GGT: 105).

É evidente que esse raciocínio funciona também no sentido inverso: quando não há inovações, ou quando elas ocorrem muito lentamente, as velhas fábricas têm suas vidas úteis ampliadas, a reinversão dos fundos de amortização se reduz, e surgem condições para que se instale uma recessão.

O mais importante, porém, é que a capacidade que Joan Robinson atribui ao progresso técnico, de criar novas oportunidades de investimento, depende menos do tipo de progresso técnico em questão, do que da magnitude do capital envolvido no investimento em inovações. Por outro lado, depende também de quem dá início ao processo de inovação. Neste sentido, ela antecipa a idéia de que os efeitos das inovações sobre o nível de emprego e/ou a distribuição da renda não dependem apenas das características técnicas da inovação em questão, mas também das oportunidades criadas. Joan Robinson desenvolve seu argumento em termos das inovações que ela denomina "favoráveis ao capital":

> "Suponha que a inovação consiste da mecanização de uma linha de produção anteriormente baseada em instrumentos manuais, e que ... o custo dos bens de capital necessários para a produção de um dado nível de produto com o novo método seja consideravelmente maior do que o do método baseado em instrumentos manuais. Os velhos empresários podem ser incapazes de encontrar os recursos necessários para a mudança através da redução do seu

23. Em "Depreciation" (1959e), a Autora oferece um tratamento matematizado e bastante detalhado do cálculo de amortização, ressaltando que o fundo de amortização rende juros enquanto é formado (ao longo do tempo de vida útil da fábrica), e que uma vez esgotado este tempo de vida útil, a nova fábrica poderá ser mais cara ou mais barata do que o montante de dinheiro que está no fundo de amortização. Daí, inclusive, a enorme complexidade da introdução do elemento juros no cálculo do valor do capital, como veremos a seguir.

> consumo, de modo que precisam recorrer ao financiamento, ou dar lugar aos concorrentes que consideram a invasão deste mercado como um campo para novos investimentos tão bom quanto qualquer outro. Neste caso, a inovação gera investimento não contrabalançado pela poupança guardada para investir, e tende a promover condições de boom. No caso inverso (em que as inovações são desfavoráveis ao capital), os empresários têm mais liberdade de manobra, e deve-se conceber seu comportamento como dependente principalmente da escolha que fizerem". (Robinson, 1952c, GGT: 108).

Embora geralmente as inovações criem novas oportunidades de investimento, e conseqüentemente a possibilidade de um boom, nada há neste processo que garanta sua continuidade.

> "Uma inovação favorável ao capital, que gera investimento, cria um único 'salto' de oportunidades de investimento. Uma vez que a mudança tenha seguido seu curso, e tenha transformado todo o velho estoque de capital, o novo capital pode ser entendido como estando esperando sua própria substituição do modo tradicional, e não há novos investimentos deste gênero, a não ser que a nova onda de mudança técnica que ataque o ramo também tenha um caráter 'favorável ao capital'. Não se pode presumir que uma onda de inovações 'favoráveis ao capital' seja seguida de outra. Antes pelo contrário, pois a elevação do valor do capital por unidade de produto, já ocorrida, possivelmente engendrará inovações 'poupadoras de capital' (por exemplo, quanto mais máquinas houver em uso, maiores serão as oportunidades de aprimoramento dos métodos de produção no ramo produtor de máquinas). Portanto parece que o investimento decorrente de inovações favoráveis ao capital (ou o desinvestimento decorrente de inovações desfavoráveis ao capital), provavelmente, ocorre mais como um episódio ocasional do que como uma tendência persistente no processo de desenvolvimento". (Robinson, 1952c, GGT: 108-109).

Se a introdução de inovações favoráveis (ou desfavoráveis) ao capital podem ou não gerar uma fase de crescimento acelerado, seu impacto sobre a distribuição da renda também não é direto. Para analisar este aspecto da questão Joan Robinson adota, ao invés do pressuposto de uma "mudança" na razão capital/produto, o método da comparação entre sistemas econômicos fictícios. Este método de análise iria estar presente em vários trabalhos posteriores da Autora, como veremos mais à frente. Ele é construído com base nas suas críticas à função de produção e à teoria do capital, tema da próxima seção.

Antes de finalizar este item, é preciso mencionar que Joan Robinson "despertou" para o problema do capital motivada pela questão da distribuição da renda que, por sua vez, decorreu de sua preocupação com o emprego. Para Kregel (1985), Joan Robinson foi pioneira no desenvolvimento de uma teoria pós-keynesiana da distribuição da renda, que ela considerava como uma questão a ser tratada no contexto mais amplo da acumulação e do progresso técnico. Sob esta perspectiva, os trabalhos que se convenciona classificar como de crítica à teoria neoclássica, particularmente no que diz respeito à distribuição da renda, têm como precursor, segundo Kregel, o artigo "Euler's Theorem and the Problem of Distribution" (1934b) - segundo ele, inspirado em A Economia da Concorrência Imperfeita.

A relação desenvolvida por Keynes entre a distribuição da renda, o padrão e a composição da demanda, a propensão a consumir, e, através do multiplicador, o produto e emprego de curto prazo, levaram a que Joan Robinson conferisse um importante papel, na sua análise do emprego a longo prazo, à distribuição da renda. Para Kregel, o fato de Joan Robinson ter escrito poucos artigos especificamente voltados para a teoria da distribuição - além do já mencionado, ele faz referência a apenas mais um outro, que se intitula "La Théorie de la Répartition" (1957a) -, aliado ao fato de que ela em geral estabelecia uma

relação entre a distribuição, a poupança e o multiplicador, e entre a distribuição e a indução a investir, significava que sua preocupação com a distribuição desde cedo foi considerada no contexto de sua relação com o investimento e a acumulação de capital. E, mais do que isso, como os problemas do crescimento e da acumulação de capital se relacionam não apenas ao investimento mas também aos tipos de bens de capital e à sua capacidade de produzir bens em geral e de gerar emprego, Joan Robinson considerava que estas questões envolviam também a análise das condições técnicas de produção.

> "De fato, o crescimento, a distribuição e o progresso técnico representam, para Joan Robinson, a mesma tríade básica de fatores essenciais, tal qual para a tradição anterior da Economia Política. Ao longo do seu trabalho, ela insistiu na natureza interdependente entre a distribuição, a acumulação e o progresso técnico, tal qual se pode encontrar nas obras de Smith, Ricardo e Marx". (Kregel, 1985: 377).

Kregel vai além. Para ele, foi o reconhecimento da importância da integração entre as questões da distribuição, da acumulação e do progresso técnico que levou Joan Robinson a criticar as teorias que tentavam separar a discussão do progresso técnico da questão da escolha da técnica. No entanto, é preciso ressaltar que o caminho percorrido por Joan Robinson, até chegar às conclusões sintetizadas por Kregel, foi confuso e tortuoso. Meacci (1996), por exemplo, tem uma interpretação diferente da de Kregel. Ele critica Joan Robinson justamente por não ter separado a questão da "escolha da técnica" do problema da "mudança da técnica". Segundo Meacci, foi essa forma confusa de abordar o tema que gerou boa parte das dificuldades de Joan Robinson em tratar do progresso técnico, uma vez que ela confundia elementos ex-ante da decisão empresarial (microeconômica) com elementos ex-post de suas conseqüências em termos agregados, ou "da economia como um todo" (macroeconômicos). Isto se deve talvez, ao fato de que Joan Robinson nunca ter se esquivado de "lutar em campo inimigo", e, conseqüentemente, de ter adotado conceitos da teoria neoclássica em sua própria formulação.

Como foi visto no primeiro capítulo, em A Economia da Concorrência Imperfeita Joan Robinson, embora criticasse a teoria convencional da distribuição, utilizava, ainda, conceitos tradicionais tais como "produtividade marginal" e "elasticidade de substituição". Estes conceitos foram também usados por ela na sua formulação de teoria keynesiana aplicada ao longo prazo. Viu-se também que Joan Robinson revelou uma contradição entre os movimentos das variáveis distributivas no curto e no longo prazo, usando como exemplo uma variação da taxa de juros. Apenas para relembrar:

> "Uma queda da taxa de juros tende a aumentar a relação capital-trabalho, de modo que um dado volume de produção passa a ser produzido por um número menor de trabalhadores utilizando métodos vagos. A produtividade física marginal do capital cai e a produtividade física marginal do trabalho se eleva e as taxas reais de salário aumentam...
>
> .... Mas não é, de modo algum necessário que uma redução da taxa de juros tenha um efeito favorável sobre a participação do trabalho na renda total. A taxa de receita do trabalho aumenta, mas o montante de trabalho empregado por unidade de produto se reduz.... Tem-se portanto duas tendências contrárias em andamento, e o resultado líquido pode tanto ser uma elevação quanto uma redução da renda do trabalho correspondente a uma dada renda total". (Robinson, 1936e, ETE: 82-83).

Esta contradição entre o impacto de curto prazo de uma variação da taxa de juros sobre o nível de emprego, e o de longo prazo, deu origem a um novo problema, bem mais complexo, uma vez que a variação da taxa de juros não apenas influenciaria a poupança e o multiplicador, mas também se refletiria em mudanças nos preços relativos (dos fatores) e conseqüentemente teria efeitos em termos da substituição de fatores, isto é, da "técnica". Assim, uma variação da taxa de juros teria uma relação indireta (e imprecisa) sobre o nível de emprego, através dos seus efeitos sobre a propensão a poupar, o multiplicador e, principalmente, mediante os preços relativos dos fatores, sobre seu uso. Com isso, o impacto final sobre o nível de emprego passava a depender também da relação entre a mudança de preços dos fatores e a mudança da proporção em que eram utilizados o que levava, necessariamente, à necessidade de incorporar à análise as considerações sobre os processos de produção[24].

Kregel ainda chama a atenção para outro aspecto extremamente importante, também identificado por Meacci. Além do uso do conceito de elasticidade de substituição e da hipótese de poupança líquida nula e acumulação cessante para um análise de longo prazo, nos trabalhos dos anos cinqüenta, Joan Robinson não tinha uma análise específica do "progresso técnico". Esta, como vimos, foi iniciada precariamente e incorporada na reprodução do seu artigo "The Long Period Theory of Employment" (1936e), e continuada, em seguida, no "The Classification of Inventions" (1937-38), mas confundia o "progresso técnico" propriamente dito - isto é, a análise dos seus determinantes e efeitos - com a questão da "escolha da técnica". Também a primeira formulação do conceito de equilíbrio de longo prazo encontrava-se já no ensaio "The Generalisation of the General Theory" (1952b), só vindo a concretizar-se plenamente, mas reformulada, em A Acumulação de Capital (1956a).

Em suas primeiras tentativas, a análise do progresso técnico de Joan Robinson estava amplamente sustentada nos conceitos de elasticidade de substituição e de produtividade marginal, que serviam tanto para a discussão dos efeitos de uma mudança nos preços relativos dos fatores sobre a proporção entre fatores (um deslocamento ao longo da função de produção) quanto para a dos efeitos de uma mudança do conhecimento técnico (um deslocamento da própria função). Por outro lado, Joan Robinson manteve a separação entre a "escolha da técnica" e a "inovação" - para efeito de análise - durante muito tempo. Segundo Meacci (1996), nunca conseguiu reuni-las efetivamente.

Suas primeiras análises da inovação foram feitas em termos dos efeitos do progresso técnico neutro, intensivo em capital e poupador de capital sobre a distribuição da renda, enquanto que a distribuição da renda (por si só) e a acumulação, eram analisadas sob o pressuposto de que o progresso técnico não as afetaria (progresso técnico neutro). Segundo Kregel, embora esta dicotomia pareça ter se inspirado em Sraffa, Joan Robinson sempre lembrou que não era possível separar a análise da acumulação da análise da distribuição:

> "É estimulante tentar encontrar um paralelo entre Joan Robinson e a abordagem de Sraffa à análise de Ricardo sobre os efeitos da mudança técnica e da distribuição sobre os preços relativos... Foi preciso separar os problemas da escolha da técnica dos problemas que se referem

24. Isto, segundo Kregel (1985: 379), transformou-se, posteriormente, no problema do "aprofundamento do capital" (capital deepening), o "problema de Wicksell", o "efeito Ricardo" e finalmente no debate das Controvérsias de Cambridge sobre a teoria do capital.

> ao impacto da distribuição sobre os preços relativos, para que Sraffa pudesse resolver seu problema. Ele trata dos efeitos da distribuição sobre os métodos de produção apenas no seu último capítulo. Mas, embora Joan Robinson tenha aceito a abordagem de Sraffa para a teoria dos preços, ela achava que a solução era insatisfatória pois considerava-a contraditória em relação ao problema que ela estava tentando resolver. Em sua análise original, a elasticidade de substituição entre o trabalho e o capital tinha sido crucial para a determinação do equilíbrio através dos seus efeitos sobre as mudanças na distribuição a partir de uma alteração da taxa de juros. Na verdade, ... ela adotou a separação entre escolha técnica e progresso técnico, mesmo lembrando, com freqüência, que esta separação era completamente arbitrária. Adotar a solução de Sraffa implicaria separar a acumulação da distribuição, mas este era o ponto central de sua análise". (Kregel, 1985: 384-385)[25].

Assim, segundo Kregel, embora Joan Robinson tivesse dado um tratamento separado aos dois problemas, ela sabia do caráter interdependente entre "inovação" e "escolha da técnica", e reconhecia que todo o problema derivava do fato de utilizar o argumento marginalista, isto é, os conceitos de função de produção e de produtividade marginal, sendo que esta separação não faria sentido numa análise não marginalista. Na avaliação de Kregel, Joan Robinson só conseguiu escapar do conceito de elasticidade de substituição quando passou a rejeitar a separação entre o problema de escolha da técnica da análise mais geral das inovações, e quando passou a considerá-las como determinantes do, e também determinadas pelo, ritmo da acumulação. Esta rejeição, segundo Kregel, só ocorreu, de modo explícito, muito depois, no artigo "The Unimportance of Reswitching" (1975a).

Os trabalhos de Joan Robinson, tratados nesta seção, caracterizam-se por incorporarem à análise baseada em elementos da teoria neoclássica, outros elementos não-neoclássicos. Embora já apresentem as primeiras críticas ao conceito de função de produção, estas só assumiriam um papel predominante nos artigos que analisaremos no próximo item. Antes, porém, é preciso destacar - como contraponto aos elementos da teoria neoclássica presentes nos artigos de 1952 - a influência da abordagem não convencional do progresso técnico, representada principalmente pela sua defesa do artigo de Kalecki intitulado ""A Theorem on Technical Progress" (Kalecki, 1941).

No primeiro capítulo, mencionamos a correspondência referente à tentativa (mal sucedida) de publicação deste artigo no The Economic Journal, ressaltando o debate em torno da relação entre concorrência imperfeita e capacidade ociosa, e chamando a atenção para o fato de que o que estava realmente em debate era a proposição de Kalecki de que o progresso técnico intensivo em capital não reduz a participação dos salários na renda. Este é o aspecto que enfatizaremos aqui[26].

Numa carta que Keynes enviou a Joan Robinson, datada de 4 de fevereiro de 1941, ele comentava:

> "Veja sua [de Kalecki] conclusão de que o progresso técnico causa uma redução do produto. Imagino que o que ele realmente quer dizer com isso é que, se, como resultado do progresso técnico, duas folhas de grama crescem ali onde antes só crescia uma, não haveria,

---

25. Joan Robinson escreveu vários artigos inspirados no livro de Sraffa A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias. Destes, destacam-se "Prelude to a Critique of Economic Theory" (1961b), uma resenha sui-generis, na qual a Autora experimenta algumas adaptações ao modelo original de Sraffa. Veja-se também "Piero Sraffa and the Rate of Exploration" (1965c), reproduzido no terceiro volume de seus Collected Economic Papers sob o título "A Reconsideration of the Theory of Value", além de "Value and Price" (1968a), "Review of J. Steedman, 'Marx after Sraffa'" (1978d), e "Accumulation and Exploitation - An Analysis in the Tradition of Marx, Sraffa and Kalecki" (Robinson e Bhaduri 1980). Sobre Joan Robinson e Sraffa veja-se Harcourt (1984a, 1985a, 1986a, 1986b e 1990b). A influência de Sraffa também é discutida por Gilibert (1996) e por Pasinetti (1996). O artigo de Pasinetti será detalhado mais adiante.

26. A correspondência com Joan Robinson está publicada nos CWJMK, vol. XII, pp. 829-836, e parcialmente reproduzida no apêndice a Feiwel (1989d: 115-126). Nos CWMK, vol. II, pp. 530-536 encontra-se a reprodução destas e também a correspondência com Kaldor. O artigo de Kalecki acabou sendo publicado na Review of Economic Studies, em junho de 1941.

> mesmo assim, um aumento do produto, pois ou ele mede o produto em termos do custo marginal do salário ou assumiu algum pressuposto que leva à conclusão de que apenas metade dos campos seriam cultivados, o dia do trabalho sendo reduzido à metade. Mas se for assim, ele não dá qualquer definição de produto.
>
> Será que o método não foi levado ao ridículo? De qualquer modo, não devo influenciá-la, mas esperar seu veredito". (CWJMK, XII: 829-830 ou CWMK, II: 530-531).

Joan Robinson respondeu prontamente, no mesmo dia, em defesa de Kalecki:

> "Estou preparada para defender Kalecki. Ele está tentando ampliar a Teoria Geral para além do curto prazo - embora não para o longo prazo no velho sentido, uma vez que este conceito envolve toda a teoria clássica.
>
> Ele não está dizendo que as inovações deixam o produto constante, pois em seu 'sistema de referência' o produto cresce à medida que o capital se acumula. Ele precisa de uma reserva de mão-de-obra indefinidamente grande em seu sistema de referência, de modo que o emprego possa crescer tanto quanto necessário. Mas isto à parte, ele está correto. O truque está em elaborar pressupostos pelos quais a demanda efetiva em termos de bens é igual nos dois sistemas. Neste caso, o produto é o mesmo, e as inovações, ao aumentarem o produto per capita, reduzem o emprego (relativamente ao sistema de referência). O caso que ele insinua no final, em que o produto cai (relativamente), decorre da situação na qual as inovações aumentam a participação do capital relativamente à participação do trabalho, e deste modo elevam a poupança. No lugar onde crescia uma folha de grama crescem duas, mas a demanda por forragem cai". (CWJMK, XII: 830 ou CWMK, II: 531).

Keynes não se sentia satisfeito e cobrava o significado de longo prazo (que, para ele, era, além de tudo, incompatível com o pressuposto de firmas operando com capacidade ociosa) e pedia a Joan Robinson que convencesse Kalecki a esclarecer seu artigo, de modo que os leitores pudessem "*ter um julgamento racional*". A correspondência continuou (sobre este e outros aspectos)[27], e em 24 de fevereiro de 1941 Joan Robinson apresentou nova defesa de Kalecki que, ao mesmo tempo, se constituía numa autocrítica à sua própria abordagem da questão:

> "Kalecki aceitou as críticas que fiz a seu artigo, e espero que agora você o considere publicável.
>
> Suas conclusões diferem do meu artigo 'The Long Period Theory of Employment' (que você engoliu como correta à época), apenas por mostrar que as inovações intensivas em capital não reduzem a participação do trabalho na renda nacional. E isto é um ponto importante, pois a parcela do capital na verdade não se eleva tanto quanto meu argumento original faria supor.
>
> De modo geral, creio que Kalecki está desvendando, e não criando mistérios". (CWJMK, XII: 832-833 ou CWMK, II: 533).

No dia seguinte, Joan Robinson desabafava com Richard Kahn:

> "Kalecki colocou todas as correções em seu artigo, conforme eu pedi. Portanto, se Maynard ainda não gostar dele, não saberei o que fazer". (Carta de Joan Robinson para Richard Kahn, 25.02.1941, RFK/13/90/4)

Keynes permaneceu insatisfeito e, embora reconhecesse que o artigo melhorara enormemente e que não estava mais sujeito às críticas que lhe havia feito, considerava agora que nada concluía que já não tivesse sido estabelecido desde o início. Na carta a Joan Robinson, datada de 4 de março de 1941, ele

---

27. Veja-se uma outra parte desta discussão no capítulo I da presente Tese.

reproduziu uma afirmação de Kalecki, provocando sua defensora, e avisando que enviaria uma cópia do artigo de Kalecki a Kaldor:

> "Kalecki resume tudo na página 10, onde afirma 'O significado de nosso teorema é mostrar que o progresso técnico influencia o produto apenas através dos canais do estímulo inovativo, do oligopólio e do nível geral de preços (ou superando a escassez de trabalho)'. Mas de que outra maneira se poderia supor que o progresso técnico atua?...
> ... O artigo diz alguma coisa que você já não soubesse?....
> Vou enviá-lo a Kaldor para obter outra opinião". (CWJMK, XII: 833 ou CWMK, II: 533).

A cópia enviada a Kaldor foi acompanhada das críticas de Keynes e de sua afirmação de que não pretendia influenciá-lo contra o artigo. Neste meio tempo, a resposta de Joan Robinson acusava Keynes de ser mal-agradecido:

> "Acho que você está examinando os dentes de um cavalo dado - afinal de contas, pelo menos uma proposição válida, ampliando a Teoria Geral, jogando luz sobre o velho problema das participações relativas constantes é algo que se deveria agradecer.
> A verdadeira vantagem do teorema é que ele limpa o terreno de uma dificuldade desnecessária, de modo que possa ocorrer progresso técnico numa análise de longo prazo (mas não com pleno equilíbrio). Sem este teorema ficamos presos à idéia de que é preciso considerar os efeitos das mudanças técnicas sobre a poupança, etc., como eu pensei no meu 'The Long Period Theory of Employment'. Kalecki está próximo de algo importante, e isto é um passo necessário nesta direção". (CWJMK, XII: 834-835 ou CWMK, II: 534)

A opinião de Kaldor foi semelhante à de Keynes, no sentido de que não via qualquer novidade no artigo de Kalecki. Na sua avaliação, conforme a carta enviada a Keynes, datada de 9 de março de 1941, e reproduzida nos Collected Works de Kalecki, Kaldor menciona o próprio artigo de Joan Robinson - "The Long Period Theory of Employment" - como tendo sido o primeiro a explicitar as idéias pouco inovadoras do artigo de Kalecki:

> "O artigo contém uma proposição simples, que, se não está explícita, ao menos está implicitamente colocada na sua Teoria Geral, e que, além disso, foi amplamente enfatizada pelo trabalho de Joan Robinson sobre 'The Long Period Theory of Employment', publicada faz alguns anos. Quero dizer: a proposição de que se os fatores determinantes fundamentais do nível de emprego forem considerados dados - isto é, a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros, o efeito de longo prazo das mudanças técnicas que elevam a produtividade do trabalho não é o de elevar o produto real agregado, mas o de reduzir o nível de emprego. Em outras palavras, as forças que determinam o nível de emprego sob pressupostos de curto prazo - quando se supõe que o produto e o emprego mantêm uma relação única entre si - determinam, sob pressupostos de longo prazo, menos o emprego e mais o produto, de modo que qualquer elevação do produto per capita, dado o valor das variáveis independentes, reduz o emprego".(CWMK, II: 534).

Na verdade, Kaldor assumia de modo radical a "contradição" revelada por Joan Robinson entre a análise de curto e longo prazo. Por outro lado, reconhecia que as "variáveis independentes" não podem deixar de receber alguma influência da mudança técnica. Na continuação da carta de Kaldor lê-se:

A passagem é ilustrativa porque é justamente o fato de Joan Robinson não se basear numa "*relação fixa, para o longo prazo, entre a indução a investir e a taxa de lucros*", que ela, ao mesmo tempo em que preserva a relação de causalidade entre estes dois elementos, não se propõe a construir um modelo "matematizável". Na conclusão do seu artigo, ela estabelece as linhas gerais de análise que iria desenvolver no seu livro A Acumulação de Capital. Estas não se fundamentam numa dada relação entre taxa de lucro e taxa de investimento, mas na concepção mais geral de que, enquanto houver interesse em investir por parte das firmas - e em vista do seu anseio competitivo de crescer à frente das demais, o investimento ocorrerá. Em particular, é importante destacar que o progresso técnico, ou mais precisamente, as diferentes modalidades de inovação, passam a constituir uma espécie de "variável de ajuste", tomando a forma necessária para que as firmas que queiram investir possam fazê-lo. Ou seja, elas podem adotar "inovações intensivas em capital", podem "aprofundar o investimento" ou ainda "elevar o seu grau de mecanização".

> "Eu diria que, quando as condições 'naturais' são tais que o crescimento estável é possível, ele se realizará de forma bastante aproximada, se a propensão a acumular capital que decorre da luta competitiva entre as firmas capitalistas, cada qual desejando crescer mais rápido que as outras, for suficientemente alta. Não há perigo de ser 'alta demais'. Uma alta propensão a investir tende a acelerar a taxa 'natural' de crescimento fazendo com que as firmas se tornem mais ávidas por adotar aprimoramentos técnicos. Se não houver progresso técnico neutro suficiente para absorver a taxa de investimento desejada, as firmas podem se preparar para aceitar inovações com viés intensivo em capital, e quando isto tiver continuado por tempo suficiente, a razão capital/produto se terá elevado o suficiente para que a taxa estável de crescimento dali em diante absorva a taxa de investimento desejada. Se isto não for suficiente, ainda existe a possibilidade de 'aprofundar' o investimento de modo a elevar o grau de mecanização a qualquer fase do progresso técnico que, novamente, pode ser concebido como continuando até que a razão capital/produto tenha se elevado ao tamanho requerido". (Robinson, 1952g, CEP2: 86, grifos nossos).

É importante frisar que as duas últimas citações foram escritas por volta de 1960, data da publicação do segundo volume dos seus Collected Economic Papers. Os termos grifados indicam que nessa época Joan Robinson já havia incorporado o resultado de suas reflexões sobre o progresso técnico que seriam sistematizados posteriormente ao livro de 1952. Os termos grifados indicam também que diferentes "tipos de progresso técnico" têm a capacidade de servir de variável de ajuste, para permitir que ocorra o investimento quando houver interesse por parte dos investidores. As diferentes alternativas de ajuste, que Joan Robinson utilizou neste post-scriptum, eram as categorias que ela começaria a explicitar e a desenvolver no ensaio "Notes on the Economics of Technical Progress", que analisaremos a seguir.

Antes, porém, é importante destacar ainda que Joan Robinson, mais uma vez, reconhece não estar propondo um modelo completo, e, que, apesar de suas críticas ao multiplicador-acelerador, decorrentes de sua posição de que não existe uma relação fixa entre a indução a investir e taxa de lucro, ela o utiliza, não como um valor a ser calculado (e muito menos dado), mas como um conceito que estabelece relações de causalidade:

> "Embora eu sustente que não faz sentido postular-se uma função da indução a investir de longo prazo em termos de uma taxa geral de lucro, considero natural supor que um aumento dos

produtos. Ou seja, Joan Robinson propõe aqui que qualquer alteração do método de produção, independentemente dos motivos pelos quais tenha sido adotada, deve ser entendida como uma inovação.

Esta generalização da noção de inovação tem dois aspectos interessantes. O primeiro, mais direto, é que ele anula a diferenciação que se faz entre um "deslocamento ao longo da função de produção" de um "deslocamento da função de produção" - ou a distinção entre "escolha da técnica" e "mudança da técnica". Poder-se-ia dizer que "qualquer deslocamento" identifica uma inovação. Entretanto, como veremos mais adiante, ela manterá essa distinção para efeitos analíticos.

O segundo é que, na visão da Autora, os motivos pelos quais um empresário introduz um novo método de produção podem ser os mais variados. Ele pode fazê-lo com a intenção de introduzir-se num mercado que lhe permaneceria fechado se utilizasse as técnicas existentes - como as protegidas por patentes - ou para aumentar seu poder no mercado em que já atua, usufruindo de vantagens monopolistas, ou ainda para explorar uma posição monopsonista através do barateamento dos fatores de produção que utiliza.

Mesmo que o novo método de produção seja, em essência, apenas um aprimoramento do velho método, ele se constitui uma inovação do ponto de vista do empresário em questão. Para Joan Robinson, uma inovação é adotada com o intuito de "*reduzir os custos por unidade de receita*", o que significa tanto o objetivo de reduzir custos quanto o de elevar as vendas - mesmo que o aumento das receitas seja decorrente da capacidade do empresário de "*convencer seus clientes que o produto do novo método é um aprimoramento de bens existentes* [não necessariamente verdadeiro] *e possa, portanto, cobrar um preço mais alto*" (Robinson, 1952c, GGT: 80).

Em geral, as inovações não se configuram necessariamente na introdução de produtos totalmente novos e desconhecidos no mercado. Esta concepção está implícita na adoção, por Joan Robinson, do princípio do custo total como norteador da determinação dos preços. Trata-se da variante kaleckiana do princípio do custo total, uma vez que ela considera também a influência dos preços dos produtos concorrentes[17]:

> "O preço do produto é fixado em relação aos preços dos seus substitutos mais próximos (um pouco abaixo para obter vantagens competitivas, um pouco acima para explorar a demanda pela nova qualidade). Mesmo que o produto seja totalmente diferente de qualquer outro anteriormente conhecido (e não um mero substituto, como o rayon ou o nylon), ainda assim deve pertencer a alguma categoria ampla de bens que servem às necessidades humanas, como alimento, transporte, diversão ou luxo, e seu preço pode ser estabelecido à luz dos preços de bens concorrentes, ainda que não seja muito próximo a nenhum deles". (Robinson, 1952c, GGT: 81).

As vantagens usufruídas pelo empresário inovador não são, todavia, permanentes. Sendo a inovação bem sucedida, ele obtém receitas líquidas, para um dado volume de vendas, maiores do que os de seus concorrentes que utilizam as técnicas mais antigas. Mas, na medida em que o novo método se difunde e/ou é copiado pelas empresas rivais, o preço, segundo Joan Robinson, se reduzirá ao novo nível dos custos. Segundo a Autora, os defensores da teoria do custo total argumentariam que, desde o início, o preço teria sido fixado nestes termos. Mas, para ela, se isso fosse verdade, o inovador teria que estar expulsando

17. Para uma comparação e discussão sobre as formulações matemáticas do princípio do custo total segundo Labini e Kalecki veja-se Heller (1991c).

do mercado todos os seus rivais, algo que ele só faria se tivesse capacidade produtiva suficiente para suprir toda a demanda, ou se estivesse disposto a impor um racionamentos aos seus clientes.

Aqui, Joan Robinson parece ter uma interpretação demasiadamente rígida do que se propõe como princípio do custo total: para ela, este princípio estabelece uma relação direta e imediata entre preços e custos, enquanto que o que ela propõe é que, ao lado desta relação, e relativizando-na, existe um componente que considera também a capacidade produtiva vis-à-vis o tamanho do mercado[18]. Neste sentido, poderia interessar à empresa inovadora manter seus concorrentes (quando não fosse capaz de suprir a totalidade da demanda pelo produto, ou quando isto não fosse rentável) e, ao mesmo tempo, auferir lucros extraordinários. É o que se pode depreender da passagem abaixo:

> "Se o inovador tiver alguma vantagem que outros empresários não têm (além da de ser o primeiro usuário do novo método), é provável que seu lucro continue sendo superior ao dos demais. Mas se o novo método for aberto para todos, os rivais do inovador, pressionados por sua concorrência ou atraídos pelo espetáculo de seus lucros, imitarão seu método, possivelmente depois de um período de perdas ou de lucros reduzidos, enquanto continuavam a usar a técnica agora obsoleta. Mais cedo ou mais tarde, o preço se reduzirá ao novo nível dos custos... Os expoentes da teoria dos preços do 'custo total' poderiam argüir que o preço é fixado desde o início neste nível; mas neste caso, o inovador estaria expulsando todos os seus concorrentes, e a não ser que a capacidade produtiva à sua disposição pudesse aumentar imediatamente e o suficiente para dar conta de toda a demanda por seu produto, ele teria que racionar seus consumidores... Se a indústria for competitiva, no sentido amplo, os lucros excessivos são eliminados e o inovador (a não ser que neste interim tenha criado algo novo), depois de algum tempo, estará de volta à posição inicial". (Robinson, 1952c, GGT: 81, inclusive nota de rodapé)[19].

A expressão "*volta à posição inicial*" significa a perda da capacidade de auferir "lucros excessivos". Isto, no entanto, não quer dizer que o esforço inovador tenha sido em vão:

> "Pode parecer que ele poderia ter se poupado problemas, se não tivesse inovado. Mas ele auferiu lucros anormais por algum tempo. Além disso, pode ter acreditado que se não tivesse inovado, outro teria, de modo que no final ele teria sido compelido a introduzir a inovação do mesmo modo, sem a vantagem de ter sido o líder... Esta visão do processo de inovação é derivada de Marx via Schumpeter. Parece ser a que melhor corresponde à experiência". (Robinson, 1952c, GGT: 81-82, inclusive nota de rodapé).

É interessante ressaltar que, para Joan Robinson, as inovações que visam reduzir custos de produção ocorrem mais velozmente quanto maior for a competitividade do ramo, e isto porque são movidas mais pelo temor da perda do que pela expectativa de ganhos, uma expressão que ela usa bastante:

> "Uma vez que o medo da perda é mais poderoso que a esperança de ganho, parece provável que inovações redutoras de custos são feitas de modo mais rápido em ramos competitivos do que em ramos monopolistas - tudo o mais igual". (Robinson, 1952c, GGT: 82).

---

18. Labini (1956), ao discutir "o longo caminho percorrido" pelo princípio do custo total, vis-à-vis o princípio marginal da maximização do lucro, destaca que Joan Robinson (e também Chamberlin) não considerava que estes princípios fossem opostos, embora não tivesse conseguido, até então, construir uma ponte entre eles.

19. É interessante chamar a atenção, novamente, para a semelhança dos argumentos de Joan Robinson com as noções de "preços de expulsão" e "preços de exclusão" de Labini. Labini correspondeu-se com Joan Robinson em torno do tema do papel do oligopólio na determinação dos preços e sua relação com o progresso técnico. Infelizmente, esta correspondência não parece ter sobrevivido entre os documentos do King's College da Universidade de Cambridge. Existe apenas uma breve referência a este respeito em Labini (1956: 138, n15).

Há vários elementos para os quais se deve chamar a atenção nestas citações. Em primeiro lugar e mais importante, a idéia de que a inovação é adotada com base em expectativas sobre o futuro (de lucro ou de perdas), e não simplesmente como reação a um evento do passado ou mesmo do presente, como supõe a teoria tradicional, para a qual o principal estímulo à inovação é a alteração dos preços relativos de fatores - ou de sua disponibilidade, o que de alguma maneira se reflete nos preços. Em segundo lugar, a idéia de que pelo menos no início, o empresário inovador - e neste sentido, líder - estabelece o preço do seu produto de modo a obter vantagens monopolistas, mas ainda assim levando em consideração o tamanho do mercado, a capacidade produtiva de seus concorrentes e, em particular, os preços dos produtos rivais. Além disso, mesmo quando não é possível manter estas vantagens indefinidamente, seja como decorrência de um processo de difusão e imitação, seja como resultado de obsolescência técnica propriamente dita, o inovador obtém, ao menos temporariamente, vantagens de first-comer. Em particular, mesmo quando o empresário perde estas vantagens, a "*volta à situação inicial*" não significa que perdeu seu tempo, pois enquanto foi capaz de usufruir delas, obteve lucros que de outra forma não teria auferido. Em terceiro lugar, a idéia de que a pressão da concorrência está representada não mais apenas pela política de preços, mas também pela possibilidade da inovação ser ou não adotada (imitada) ou mesmo suplantada pelos demais empresários.

Estes pontos porém, não foram desenvolvidos de forma sistemática pela Autora. Em geral, eles só aparecem marginalmente, ou na discussão das conseqüências do relaxamento das hipóteses restritivas. Mas, embora não tivesse discutido os determinantes do progresso técnico, Joan Robinson analisou seu impacto sobre a distribuição da renda, através dos seus efeitos sobre os vários elementos dos custos. Neste sentido, pode-se dizer que suscitou uma certa mudança de enfoque relativamente aos seus textos anteriores sobre o mesmo tema. Naqueles, Joan Robinson estabelecera a relação entre inovações e nível de emprego quase que diretamente, enquanto que no ensaio de 1952 (e daí por diante) esta relação passou a ser mediada, enfaticamente, pela distribuição da renda[20].

A mudança, a rigor, é mais de ênfase do que de enfoque, mas implicava a revisão de certos pressupostos, como o de que a elevação da produtividade não altera a qualidade (especialização) do tipo de trabalho empregado, ou a natureza física dos bens de capital, nem o tempo de vida útil das instalações. Implicava também levar em conta que a elevação da produtividade nos estágios iniciais do processo de produção (isto é, no departamento produtor de bens de capital) reduz o custo do capital nos estágios finais (na produção de bens de consumo) e que, portanto, uma inovação que aparentemente só ocorre na produção de bens de capital tende a reduzir o custo do capital numa proporção maior do que a redução do custo do trabalho, em todos os setores e ramos relacionados. Mas, o mais importante, era a consideração de que, em geral, as características físicas dos bens de capital também se alteram, como decorrência de uma mudança na técnica, e isto, na maior parte das vezes, é acompanhado por outras alterações (qualitativas e quantitativas) nos demais meios de produção, até mesmo do projeto geral da fábrica.

Um outro elemento que ela não havia levado em conta em seus primeiros textos sobre o tema diz respeito à possibilidade do conceito de inovação incorporar, também, uma aceleração (temporal) do

---

20. Em seus trabalhos posteriores, como em A Acumulação de Capital, Joan Robinson tentou reunir ambos os enfoques (nível de emprego e distribuição da renda), mediante a análise dos efeitos das inovações sobre o investimento - isto é, a acumulação.

processo de produção. A importância disto reside no fato de que, mesmo que a inovação não implique qualquer mudança qualitativa - ou inclusive quantitativa - dos equipamentos, ela necessariamente reduz o custo do capital por unidade de produto - sem alterar o custo do trabalho em termos de número de horas trabalhadas.

A ênfase da análise estava centrada nos custos de produção - ou seja, na concepção de que as inovações reduzem custos - mas levava em conta a possibilidade de que, ao mesmo tempo em que diminuíam alguns componentes dos custos de produção, outros podiam estar se elevando. Embora mencione a possibilidade da inovação não reduzir custos de modo algum, mas apenas aumentar o produto, destaca as inovações que aumentam o tempo de vida útil de um equipamento ou de uma instalação fabril (ou que os reduzem, na medida em que, por exemplo, são adotadas para reduzir o risco de obsolescência tecnológica). Isto também tem efeitos variados sobre os custos, através do impacto que exerce sobre o cálculo das reservas para amortização e substituição, e, até mesmo, sobre os custos de manutenção.

Deve-se ressaltar que, caracteristicamente, quem espera encontrar neste ensaio de Joan Robinson um resultado claro e definido, um modelo completo e acabado, que estabeleça de forma unívoca e inequívoca os efeitos do processo inovador sobre os custos, ficará, certamente, decepcionado. Um bom exemplo é a própria conclusão a que a Autora chega:

> "A influência das inovações sobre os custos é muito variada para encaixar-se numa simples fórmula". (Robinson, 1952c, GGT: 88).

O detalhamento destas variadas formas de alteração dos custos de produção decorrentes das inovações privilegiava a questão salarial. Joan Robinson apontava para o fato de não ter distinguido adequadamente, nos textos anteriores, a diferença entre salários nominais e reais, deixando de considerar os efeitos das inovações sobre os preços. No ensaio de 1952 ela enfatizava que "*uma redução do custo do trabalho, decorrente da elevação do produto por homem-hora de um dado tipo de mão-de-obra é totalmente diferente, em seus efeitos, de uma redução* [do custo do trabalho] *decorrente da utilização de um tipo de mão-de-obra mais barata*" (Robinson, 1952c, GGT: 89). O uso de mão-de-obra mais barata equivale à redução dos custos dos fatores. O impacto das inovações sobre o salário real depende do seu impacto sobre o nível de preços da cesta de consumo dos trabalhadores, o que por sua vez depende do grau de concorrência vigente.

Se o preço se mantém e o salário nominal não se altera, o salário real também não e a taxa de lucro, em relação ao produto (de menor custo de produção), se eleva. A taxa de lucro em relação ao capital se modifica, dependendo da inovação requerer ou não uma elevação do capital investido. Joan Robinson alertava que a hipótese de que o preço não se altera requer "*ausência completa de concorrência*" (Robinson, 1952c, GGT: 90). Como isso é improvável e absolutamente irrealista, o impacto das inovações sobre o salário real dependerá do grau de imperfeição do mercado e do próprio caráter da inovação no que diz respeito aos seus requisitos de capital. Além disso, é preciso considerar que a inovação pode não ter o mesmo impacto em todas as atividades, nem mesmo naquelas que produzem bens de consumo:

"Diferentes tipos de inovações afetam produtos diferentes, e é preciso avaliar sua importância relativa... Mas parece suficientemente seguro dizer que o progresso técnico não pode deixar de elevar o salário real por homem-hora desde que a taxa de juros ou a taxa de lucro líquido não se eleve" (Robinson, 1952c, GGT: 92).

Por outro lado, o pressuposto de constância da taxa de juros e de lucros apoia-se no mecanismo da concorrência. Joan Robinson introduz aqui a idéia de que em geral, as inovações elevam os requisitos mínimos de capital para o investimento produtivo, e portanto tendem a criar barreiras à entrada. Surge aqui um elemento de oligopólio, que tende a elevar a taxa de lucro e a reduzir os salários reais. Em outras palavras, também no que se refere aos efeitos do progresso técnico sobre os salários, ela não apresenta uma conclusão única:

"Acontece freqüentemente que as inovações elevam a unidade mínima de investimento necessária para a produção, e deste modo tendem a limitar a possibilidade de entrada em novos ramos. Isto automaticamente reduz a pressão da concorrência e pode levar à elevação da taxa de lucro líquido. O efeito sobre os salários reais depende da importância dos bens em questão no consumo dos trabalhadores". (Robinson, 1952c, GGT: 92).

Na mesma seção, Joan Robinson avaliava o impacto das inovações sobre o nível de emprego. Como nos seus trabalhos anteriores, ela defendia a idéia de que o impacto final do progresso técnico sobre o nível de emprego depende mais das condições institucionais e "macroeconômicas" (de demanda efetiva) do que propriamente do aspecto "poupador de fatores" da inovação. Vale a pena reproduzir seu argumento:

"Há um outro aspecto que é de grande importância para os trabalhadores. As inovações, independentemente de pouparem ou não capital, normalmente poupam trabalho. Isto é, o número de homens-hora de trabalho necessárias para produzir um dado volume de produção é continuamente decrescente à medida que o progresso técnico continua. Ao mesmo tempo, desde que a taxa de lucro não cresça tanto a ponto de evitar que a taxa real de salários se eleve, os trabalhadores estão numa posição (se forem livres para escolher) de reduzir o trabalho realizado sem reduzir sua renda real. Isto pode ser feito parcialmente através da redução da semana de trabalho... ou pelo prolongamento das férias...; e parcialmente pelo aumento do período mínimo obrigatório de escolaridade, e pela redução da idade de aposentadoria...

Na medida em que isto não puder ocorrer, o desemprego tecnológico será decorrência de inovações poupadoras de trabalho, a não ser que a demanda efetiva por mercadorias e por bens de capital se eleve com a elevação do produto per capita.

... Desde que o salário real se eleve, que o desemprego tecnológico seja evitado e que os novos métodos não tornem as condições de trabalho desagradáveis, as inovações podem ser vistas como favoráveis aos trabalhadores em geral". (Robinson, 1952c, GGT: 92-93).

Assim, ela mantém sua posição, já discutida no capítulo anterior, contrária à idéia de que o progresso técnico em si seja prejudicial aos trabalhadores. Isto, no entanto, não elimina a possibilidade de que o seja para grupos específicos de trabalhadores, em particular os mais especializados:

"Consideremos o caso em que uma inovação poupa custo de trabalho utilizando trabalhadores não especializados ao invés de especializados... Os trabalhadores especializados podem ser obrigados a aceitar salários nominais inferiores quando a demanda por seu serviço cai. Se seus salários caem relativamente ao preço do bem (que por sua vez tende a cair em relação aos salários em geral), a difusão da inovação pode ser freada, e os trabalhadores especializados

> podem continuar a trabalhar, junto com novas fábricas que empregam trabalho não especializado. Mas se o novo custo for tal que, para que os trabalhadores especializados possam sobreviver, tenham que aceitar um salário por hora inferior ao que vinham recebendo os trabalhadores não especializados que os substituíram, é pouco provável que os trabalhadores especializados sobrevivam a uma geração. (Alguns podem se dirigir à produção de variações luxuosas do bem original)". (Robinson, 1952c, GGT: 93-94).

Essa análise dos efeitos do progresso técnico sobre a distribuição da renda reflete um avanço bastante significativo no pensamento da Autora, na medida em que reconhece o predomínio da distribuição da renda sobre os determinantes do nível de emprego. O ponto de partida de seu argumento era a concepção de que, desde que a taxa de juros não se altere, e que o preço do produto se modifica de modo a não alterar a taxa de lucro, as inovações que poupam custo do trabalho e do capital na mesma proporção são inovações que não alteram a distribuição da renda. O mero enunciado desta concepção indica todos os elementos que devem ser levados em conta: a taxa de juros (o que implica considerar o sistema financeiro), o nível de preços - e conseqüentemente o salário real e a taxa de lucro (o que implica considerar o grau de concorrência) -, além da redução relativa dos custos de fatores. Em particular, se a taxa de lucro for constante, vale a seguinte definição:

> "Uma inovação que poupa mais trabalho do que capital (por exemplo, uma elevação do produto por homem-hora apenas nos estágios finais), eleva o capital por unidade de produto medido em termos de produto e eleva a participação do capital no produto líquido. Uma inovação que poupa mais capital do que trabalho (por exemplo, uma inovação na produção de equipamentos) eleva a participação do trabalho.
>
> Uma inovação que prolonga a vida útil esperada de uma fábrica, sem alterar seus custos iniciais, não afeta a razão capital/produto, mas eleva a razão entre a renda líquida e a despesa total, e, com uma taxa de lucro constante, eleva os salários e os lucros igualmente em termos de produto". (Robinson, 1952c, GGT: 95).

O problema é que estas definições se baseiam na hipótese de taxa de lucro constante, e, em geral, a taxa de lucro se modifica como conseqüência direta da própria alteração do processo produtivo. Embora esta questão não seja plenamente desenvolvida neste ensaio, é importante notar que já é, ao menos, mencionada:

> "Se acontece do preço do bem se manter constante à medida que o custo cai, o salário em termos de produto permanece inalterado e qualquer inovação que reduza o trabalho por unidade de produto eleva a participação relativa do capital. Neste caso, as participações relativas só seriam constantes quando a inovação fosse do tipo que poupa capital sem alterar o custo do trabalho (então, a taxa de lucro por unidade de capital se eleva na proporção em que o capital por unidade de produto cai)". (Robinson, 1952c, GGT: 95-96).

Por este motivo, Joan Robinson propôs uma definição de inovação que, sendo genérica, independe do que ocorre com a taxa de lucro. Esta definição baseia-se na proporção na qual a inovação reduz a utilização de capital e de trabalho, medidos em unidades salariais, por unidade de produto, e não diz nada sobre a distribuição da renda.

> "Parece ser melhor chamar de <u>neutras</u> as inovações que reduzem na mesma proporção o trabalho e o capital (medidos em unidades salariais) por unidade de produto, qualquer que seja a

taxa de lucro. Neste caso, uma inovação neutra não altera a participação relativa [dos salários e lucros na renda] no caso especial em que a taxa de lucro é constante" (Robinson, 1952c, GGT: 96).

Isto significa também que inovações podem ser neutras (quando a redução da razão capital/produto é igual à redução da razão trabalho/produto) e podem, ao mesmo tempo, alterar a distribuição da renda. Foi neste sentido que Joan Robinson introduziu novas categorias de inovação, que distinguem as que permitem uma redução absoluta das que produzem uma redução relativa dos fatores.

Assim, uma inovação "poupadora de capital" é a que reduz o capital (medido em unidades de salário) por unidade de produto, em termos absolutos e é simétrica a uma inovação "intensiva em capital" (que aumenta, em termos absolutos, o capital por unidade de produto) e não a uma inovação "poupadora de trabalho". Analogamente, uma inovação "poupadora de trabalho" é a que reduz o trabalho (medido em unidades de salário) por unidade de produto, em termos absolutos e é simétrica a uma inovação "intensiva em trabalho". As inovações que poupam capital em termos relativos à poupança de trabalho passam a receber a denominação de "desfavorável ao capital", simétrica à inovação "favorável ao capital", que poupa trabalho relativamente ao capital. Aqui o "capital" e o "trabalho" são medidos "em termos de produto"[21].

Joan Robinson ressaltava que, nesta formulação, as denominações "poupadora de trabalho" e "poupadora de capital" deixam de ser simétricas, pois o termo "poupador de trabalho" está associado, em geral, a uma redução absoluta do trabalho - isto é, a uma elevação da produtividade do trabalho, ou do "produto por homem-hora". Em suas palavras:

> "É tentador chamar uma inovação que reduz a participação do capital, a uma taxa de lucro constante, de 'poupadora de capital' e uma que a eleva de 'intensiva em capital'. Mas neste caso os termos 'poupador de trabalho' e 'poupador de capital' não seriam simétricos, pois é natural denominar uma inovação como 'poupadora de trabalho' quando ela eleva o produto por homem-hora, isto é, quando poupa trabalho absolutamente, e não relativamente ao capital". (Robinson, 1952c, GGT: 96).

A Autora ressaltava também que estas definições só podem ser utilizadas para avaliar os efeitos sobre as participações relativas sob a hipótese de taxa de lucro constante:

> "Portanto é simétrico denominar um inovação que reduz o capital por unidade de produto, medido em termos de unidades salariais como 'poupadora de capital' e uma que eleva o capital por unidade de produto como 'intensiva em capital'. Precisamos então de um novo termo para uma inovação que poupa capital, não apenas absolutamente, mas numa proporção maior do que a poupança de trabalho.
>
> Podemos chamar as inovações que reduzem capital por unidade de trabalho como 'desfavoráveis ao capital' e aquelas que elevam como 'favoráveis ao capital'. Mas é importante ter em mente que estes termos se aplicam aos efeitos das inovações sobre as participações relativas apenas quando a taxa de lucro é constante". (Robinson, 1952c, GGT: 96).

---

21. Mais à frente Joan Robinson ofereceria uma definição mais clara: *"as inovações 'favoráveis ao capital' elevam a razão capital/produto, medido em termos de produto (com uma taxa de lucro constante)"* (Robinson, 1952c, GGT 106). Ou: *"Inovações desfavoráveis ao capital reduzem o montante de capital, medido em termos de produto, necessário para produzir um dado volume de produção"* (Robinson, 1952c, GGT: 107). Essas definições equivalem - mas não são iguais - ao "grau de mecanização", expressão adotada a partir do artigo de 1953-54.

As categorias acima apresentadas diziam respeito à variação do uso de fatores, em termos absolutos e relativos, medidos em "termos de salário" e "em termos de produto", considerando-se dados os preços dos fatores - a taxa de lucro, que é igual à taxa de juros, e corresponde ao preço do "fator capital". A ampliação da tipologia de inovações distingue seu impacto em termos da participação dos fatores no produto (as inovações "poupadoras" ou "intensivas" em capital ou em trabalho) do seu impacto em termos da combinação dos fatores entre si (inovações "favoráveis" ou "desfavoráveis"). A relação inversa, isto é, o impacto da variação dos preços de fatores sobre o uso dos fatores - o "progresso técnico induzido" - também foi analisado neste ensaio, embora de forma apenas alinhavada.

Desde logo, Joan Robinson assinalava que sua classificação não é traduzível nos termos do conceito de função de produção. Na verdade, embora seja um dos trabalhos menos citados quando se trata da "controvérsia de Cambridge", neste ensaio a Autora explicita suas críticas a este conceito, apresentando os principais argumentos que se repetiriam ao longo do restante da sua obra, particularmente os trabalhos que dizem respeito ao debate em torno da função de produção e da teoria do capital.

A principal crítica de Joan Robinson ao conceito de função de produção reside no fato de que este conceito não é compatível com o fato de que a "*aquisição do conhecimento técnico é um caminho de mão única*" (Robinson, 1952c, GGT: 99). Ou seja, uma vez efetuada uma alteração do processo de produção, qualquer que tenha sido o fator gerador desta mudança, dificilmente, mesmo que o fator gerador deixe de existir, ocorre um retorno ao método de produção anterior. Isto porque, em primeiro lugar, a alteração da técnica pode tornar o processo tão mais barato (mais econômico), que em nenhum caso vale a pena revertê-lo.

> "Uma mudança nos métodos de produção, induzida, digamos, por uma queda da taxa de juros, pode levar a desenvolvimentos que fazem com que o novo método seja econômico mesmo que a taxa de juros se eleve novamente. Se a taxa de juros nunca tivesse caído, o novo método talvez nunca tivesse sido descoberto, e no entanto, se já fosse conhecido antes, teria sido lucrativo utilizá-lo mesmo antes que a taxa de juros caísse". (Robinson, 1952c, GGT: 99).

Este é o motivo pelo qual, aliás, a Autora já havia criticado a distinção feita por Hicks, entre as inovações induzidas por alteração dos preços de fatores, e as adaptações que ocorrem "num dado estado de conhecimento técnico". Esta distinção, segundo ela, "*é um tanto quanto tênue*" (Robinson, 1952c, GGT: 99, n1). Além disso, "*uma 'mudança no método de produção num dado estado de conhecimento' é, estritamente falando, uma contradição em termos*". (Robinson, 1952c, GGT: 100).

A irreversibilidade do progresso técnico tem ainda uma outra razão de ser, que vai além do fato dos bens de capital não serem maleáveis (um dos seus argumentos mais contundentes e famosos): há que se levar em conta também o custo do aprendizado, isto é, da aquisição do know-how:

> "Além disso, o conhecimento técnico só tem significado efetivo quando é realmente aplicado, e a aplicação envolve o aprendizado do know-how de sua utilização. Mesmo que um empresário tenha em suas mãos uma lista completa de projetos relacionados com um certo método de produção, tanto ele, seus gerentes, quanto seus trabalhadores, ainda têm que aprender o método e adaptá-lo à sua situação específica. Uma mudança que objetiva tirar vantagem de uma alteração dos preços relativos dos fatores pode envolver um novo desenho da fábrica e um período

de 'problemas de dentição', enquanto se aprende o novo método, tanto quanto uma mudança que tenha por meta tirar vantagens de uma nova descoberta". (Robinson, 1952c, GGT: 99-100).

Vale a penas destacar uma outra crítica, embora menos desenvolvida pela Autora e pouco mencionada por seus intérpretes. Trata-se do fato de que, se por um lado é possível aceitar a idéia de que a alteração dos preços dos fatores funciona como indução ao progresso técnico, é preciso, pelo outro, levar em consideração a maneira pela qual a inovação mesma, ou melhor, sua adoção, afeta o preços destes mesmos (ou outros) fatores. Aqui, ao contrário, o caminho é de mão dupla - ou seja, a alteração dos preços pode induzir a criação e adoção de novas técnicas, que por sua vez influenciam os próprios preços:

"Quando há fatores de produção escassos, introduz-se uma nova complicação na análise. Seus preços, do ponto de vista de um produtor individual, dependem da demanda total, e qualquer alteração dos preços relativos dos bens finais ou da distribuição de renda, decorrente de uma inovação, repercute, através de alterações da demanda e dos preços dos fatores escassos, o que requer novas alterações técnicas. Talvez, nestes casos, os ajustes necessários possam ser feitos paulatinamente. Mas se cada técnica requer o uso de fábricas especializadas, as quais, uma vez construídas, levam sua vida a qualquer que seja a taxa de lucro que sejam capazes de gerar, o ajuste a uma simples mudança tem que ser concebido como um longo (possivelmente interminável) processo de tentativa e erro, e a noção de um preço normal de longo prazo perde sua utilidade". (Robinson, 1952c, GGT: 100).

A crítica mais conhecida de Joan Robinson, que trata da "medida do capital" e do seu caráter "gelatinoso", aparece também neste ensaio, a propósito da comparação que ela faz entre o sistema que propõe e o que está subjacente à função de produção:

"... nosso sistema está construído em termos do custo de produção, com diferentes técnicas, a uma dada taxa de juros, enquanto que a análise convencional está construída em termos do efeito de uma inovação sobre a produtividade marginal de uma 'dada quantidade de capital', e ninguém jamais esclareceu como se deve medir o capital. (Nosso método de medir o capital em termos do custo da despesa dos bens de capital requeridos por um dada técnica, obviamente, não pode ser aplicado, quando 'uma dada quantidade de capital' é concebida como utilizável por quaisquer técnicas diferentes, e incorporadas em quaisquer bens de capital diferentes)". (Robinson, 1952c, GGT: 100-101)[22].

E, por último, uma provocação sarcástica:

"Para aqueles que constróem funções de produção, deixo que digam qual o significado de produtividade marginal e elasticidade de substituição quando os fatores de produção são trabalho e capital". (Robinson, 1952c, GGT: 102)

Um outro aspecto que merece atenção neste trabalho é o que trata da relação entre inovações e investimento. Também aqui a abordagem se inicia com uma crítica à teoria tradicional, para a qual as inovações se configuram em choques externos que dão origem a investimentos incorporados nas novas tecnologias. Para Joan Robinson, embora as inovações, obviamente, não possam ser previstas em todas as suas particularidades, a possibilidade de sua ocorrência em geral está incorporada, ainda que

22. O "sistema que ela propõe" é a pseudo-função de produção cuja exposição minuciosa se encontra no artigo de 1953-54, analisado mais à frente.

imprecisamente, no cálculo de amortização, que, em geral, sucateia os equipamentos do ponto de vista financeiro, num prazo inferior ao de sua vida útil efetiva do ponto de vista físico. Isto significa, por um lado, que a reinversão dos fundos de amortização em equipamentos aprimorados não chega, necessariamente, a dar origem a investimento líquido. Por outro lado, no entanto, o progresso técnico, ao aumentar a produtividade, eleva a renda real e abre novas oportunidades de investimento[23].

Joan Robinson se refere ao procedimento de embutir no cálculo de amortização um elemento que diz respeito à previsibilidade de ocorrência de progresso técnico como o de um estado em que há "alta taxa de progresso técnico", o qual se diferencia de uma situação que ela denomina de "mudança na taxa de progresso técnico", que denota que este ocorre de forma imprevisível. A distinção entre ambos se relaciona à sua definição de "estado de tranqüilidade" e serve para atribuir à segunda situação (mudança na taxa de progresso técnico) a origem do boom. Em suas palavras:

> "Consideremos o efeito de uma aceleração imprevista do progresso técnico, acima da taxa costumeira. Os inovadores descobrem, mais cedo do que de costume, novos métodos que se sobrepõem aos antigos, ou novos bens que atraem poder de consumo dos canais de demanda existentes. Isto faz com que as fábricas velhas percam lucratividade antes do tempo esperado. Ou os novos empresários inovadores expulsam os antigos e, por assim dizer, ocupam o território desocupado, ou os empresários antigos sucateiam seus equipamentos e investem em novos. Qualquer que seja o caso, o investimento se eleva acima da taxa anterior, e desenvolve-se um boom. E isto é verdade independentemente das novas técnicas serem intensivas ou poupadoras de capital. Uma nova fábrica que expulsa uma velha requer investimento mesmo que incorpore menos capital por unidade de capacidade produtiva do que aquela que está sendo substituída. Todavia, o montante de investimento necessário é tanto maior e conseqüentemente, mais amplo e mais longo o boom, quanto maior for o capital requerido, por unidade de capacidade produtiva, pelo novo método". (Robinson, 1952c, GGT: 105).

É evidente que esse raciocínio funciona também no sentido inverso: quando não há inovações, ou quando elas ocorrem muito lentamente, as velhas fábricas têm suas vidas úteis ampliadas, a reinversão dos fundos de amortização se reduz, e surgem condições para que se instale uma recessão.

O mais importante, porém, é que a capacidade que Joan Robinson atribui ao progresso técnico, de criar novas oportunidades de investimento, depende menos do tipo de progresso técnico em questão, do que da magnitude do capital envolvido no investimento em inovações. Por outro lado, depende também de quem dá início ao processo de inovação. Neste sentido, ela antecipa a idéia de que os efeitos das inovações sobre o nível de emprego e/ou a distribuição da renda não dependem apenas das características técnicas da inovação em questão, mas também das oportunidades criadas. Joan Robinson desenvolve seu argumento em termos das inovações que ela denomina "favoráveis ao capital":

> "Suponha que a inovação consiste da mecanização de uma linha de produção anteriormente baseada em instrumentos manuais, e que ... o custo dos bens de capital necessários para a produção de um dado nível de produto com o novo método seja consideravelmente maior do que o do método baseado em instrumentos manuais. Os velhos empresários podem ser incapazes de encontrar os recursos necessários para a mudança através da redução do seu

23. Em "Depreciation" (1959e), a Autora oferece um tratamento matematizado e bastante detalhado do cálculo de amortização, ressaltando que o fundo de amortização rende juros enquanto é formado (ao longo do tempo de vida útil da fábrica), e que uma vez esgotado este tempo de vida útil, a nova fábrica poderá ser mais cara ou mais barata do que o montante de dinheiro que está no fundo de amortização. Daí, inclusive, a enorme complexidade da introdução do elemento juros no cálculo do valor do capital, como veremos a seguir.

> consumo, de modo que precisam recorrer ao financiamento, ou dar lugar aos concorrentes que consideram a invasão deste mercado como um campo para novos investimentos tão bom quanto qualquer outro. Neste caso, a inovação gera investimento não contrabalançado pela poupança guardada para investir, e tende a promover condições de boom. No caso inverso (em que as inovações são desfavoráveis ao capital), os empresários têm mais liberdade de manobra, e deve-se conceber seu comportamento como dependente principalmente da escolha que fizerem". (Robinson, 1952c, GGT: 108).

Embora geralmente as inovações criem novas oportunidades de investimento, e conseqüentemente a possibilidade de um boom, nada há neste processo que garanta sua continuidade.

> "Uma inovação favorável ao capital, que gera investimento, cria um único 'salto' de oportunidades de investimento. Uma vez que a mudança tenha seguido seu curso, e tenha transformado todo o velho estoque de capital, o novo capital pode ser entendido como estando esperando sua própria substituição do modo tradicional, e não há novos investimentos deste gênero, a não ser que a nova onda de mudança técnica que ataque o ramo também tenha um caráter 'favorável ao capital'. Não se pode presumir que uma onda de inovações 'favoráveis ao capital' seja seguida de outra. Antes pelo contrário, pois a elevação do valor do capital por unidade de produto, já ocorrida, possivelmente engendrará inovações 'poupadoras de capital' (por exemplo, quanto mais máquinas houver em uso, maiores serão as oportunidades de aprimoramento dos métodos de produção no ramo produtor de máquinas). Portanto parece que o investimento decorrente de inovações favoráveis ao capital (ou o desinvestimento decorrente de inovações desfavoráveis ao capital), provavelmente, ocorre mais como um episódio ocasional do que como uma tendência persistente no processo de desenvolvimento". (Robinson, 1952c, GGT: 108-109).

Se a introdução de inovações favoráveis (ou desfavoráveis) ao capital podem ou não gerar uma fase de crescimento acelerado, seu impacto sobre a distribuição da renda também não é direto. Para analisar este aspecto da questão Joan Robinson adota, ao invés do pressuposto de uma "mudança" na razão capital/produto, o método da comparação entre sistemas econômicos fictícios. Este método de análise iria estar presente em vários trabalhos posteriores da Autora, como veremos mais à frente. Ele é construído com base nas suas críticas à função de produção e à teoria do capital, tema da próxima seção.

Antes de finalizar este item, é preciso mencionar que Joan Robinson "despertou" para o problema do capital motivada pela questão da distribuição da renda que, por sua vez, decorreu de sua preocupação com o emprego. Para Kregel (1985), Joan Robinson foi pioneira no desenvolvimento de uma teoria pós-keynesiana da distribuição da renda, que ela considerava como uma questão a ser tratada no contexto mais amplo da acumulação e do progresso técnico. Sob esta perspectiva, os trabalhos que se convenciona classificar como de crítica à teoria neoclássica, particularmente no que diz respeito à distribuição da renda, têm como precursor, segundo Kregel, o artigo "Euler's Theorem and the Problem of Distribution" (1934b) - segundo ele, inspirado em A Economia da Concorrência Imperfeita.

A relação desenvolvida por Keynes entre a distribuição da renda, o padrão e a composição da demanda, a propensão a consumir, e, através do multiplicador, o produto e emprego de curto prazo, levaram a que Joan Robinson conferisse um importante papel, na sua análise do emprego a longo prazo, à distribuição da renda. Para Kregel, o fato de Joan Robinson ter escrito poucos artigos especificamente voltados para a teoria da distribuição - além do já mencionado, ele faz referência a apenas mais um outro, que se intitula "La Théorie de la Répartition" (1957a) -, aliado ao fato de que ela em geral estabelecia uma

relação entre a distribuição, a poupança e o multiplicador, e entre a distribuição e a indução a investir, significava que sua preocupação com a distribuição desde cedo foi considerada no contexto de sua relação com o investimento e a acumulação de capital. E, mais do que isso, como os problemas do crescimento e da acumulação de capital se relacionam não apenas ao investimento mas também aos tipos de bens de capital e à sua capacidade de produzir bens em geral e de gerar emprego, Joan Robinson considerava que estas questões envolviam também a análise das condições técnicas de produção.

> "De fato, o crescimento, a distribuição e o progresso técnico representam, para Joan Robinson, a mesma tríade básica de fatores essenciais, tal qual para a tradição anterior da Economia Política. Ao longo do seu trabalho, ela insistiu na natureza interdependente entre a distribuição, a acumulação e o progresso técnico, tal qual se pode encontrar nas obras de Smith, Ricardo e Marx". (Kregel, 1985: 377).

Kregel vai além. Para ele, foi o reconhecimento da importância da integração entre as questões da distribuição, da acumulação e do progresso técnico que levou Joan Robinson a criticar as teorias que tentavam separar a discussão do progresso técnico da questão da escolha da técnica. No entanto, é preciso ressaltar que o caminho percorrido por Joan Robinson, até chegar às conclusões sintetizadas por Kregel, foi confuso e tortuoso. Meacci (1996), por exemplo, tem uma interpretação diferente da de Kregel. Ele critica Joan Robinson justamente por não ter separado a questão da "escolha da técnica" do problema da "mudança da técnica". Segundo Meacci, foi essa forma confusa de abordar o tema que gerou boa parte das dificuldades de Joan Robinson em tratar do progresso técnico, uma vez que ela confundia elementos ex-ante da decisão empresarial (microeconômica) com elementos ex-post de suas conseqüências em termos agregados, ou "da economia como um todo" (macroeconômicos). Isto se deve talvez, ao fato de que Joan Robinson nunca ter se esquivado de "lutar em campo inimigo", e, conseqüentemente, de ter adotado conceitos da teoria neoclássica em sua própria formulação.

Como foi visto no primeiro capítulo, em A Economia da Concorrência Imperfeita Joan Robinson, embora criticasse a teoria convencional da distribuição, utilizava, ainda, conceitos tradicionais tais como "produtividade marginal" e "elasticidade de substituição". Estes conceitos foram também usados por ela na sua formulação de teoria keynesiana aplicada ao longo prazo. Viu-se também que Joan Robinson revelou uma contradição entre os movimentos das variáveis distributivas no curto e no longo prazo, usando como exemplo uma variação da taxa de juros. Apenas para relembrar:

> "Uma queda da taxa de juros tende a aumentar a relação capital-trabalho, de modo que um dado volume de produção passa a ser produzido por um número menor de trabalhadores utilizando métodos vagos. A produtividade física marginal do capital cai e a produtividade física marginal do trabalho se eleva e as taxas reais de salário aumentam...
>
> .... Mas não é, de modo algum necessário que uma redução da taxa de juros tenha um efeito favorável sobre a participação do trabalho na renda total. A taxa de receita do trabalho aumenta, mas o montante de trabalho empregado por unidade de produto se reduz.... Tem-se portanto duas tendências contrárias em andamento, e o resultado líquido pode tanto ser uma elevação quanto uma redução da renda do trabalho correspondente a uma dada renda total". (Robinson, 1936e, ETE: 82-83).

Esta contradição entre o impacto de curto prazo de uma variação da taxa de juros sobre o nível de emprego, e o de longo prazo, deu origem a um novo problema, bem mais complexo, uma vez que a variação da taxa de juros não apenas influenciaria a poupança e o multiplicador, mas também se refletiria em mudanças nos preços relativos (dos fatores) e conseqüentemente teria efeitos em termos da substituição de fatores, isto é, da "técnica". Assim, uma variação da taxa de juros teria uma relação indireta (e imprecisa) sobre o nível de emprego, através dos seus efeitos sobre a propensão a poupar, o multiplicador e, principalmente, mediante os preços relativos dos fatores, sobre seu uso. Com isso, o impacto final sobre o nível de emprego passava a depender também da relação entre a mudança de preços dos fatores e a mudança da proporção em que eram utilizados o que levava, necessariamente, à necessidade de incorporar à análise as considerações sobre os processos de produção[24].

Kregel ainda chama a atenção para outro aspecto extremamente importante, também identificado por Meacci. Além do uso do conceito de elasticidade de substituição e da hipótese de poupança líquida nula e acumulação cessante para um análise de longo prazo, nos trabalhos dos anos cinqüenta, Joan Robinson não tinha uma análise especifica do "progresso técnico". Esta, como vimos, foi iniciada precariamente e incorporada na reprodução do seu artigo "The Long Period Theory of Employment" (1936e), e continuada, em seguida, no "The Classification of Inventions" (1937-38), mas confundia o "progresso técnico" propriamente dito - isto é, a análise dos seus determinantes e efeitos - com a questão da "escolha da técnica". Também a primeira formulação do conceito de equilíbrio de longo prazo encontrava-se já no ensaio "The Generalisation of the General Theory" (1952b), só vindo a concretizar-se plenamente, mas reformulada, em A Acumulação de Capital (1956a).

Em suas primeiras tentativas, a análise do progresso técnico de Joan Robinson estava amplamente sustentada nos conceitos de elasticidade de substituição e de produtividade marginal, que serviam tanto para a discussão dos efeitos de uma mudança nos preços relativos dos fatores sobre a proporção entre fatores (um deslocamento ao longo da função de produção) quanto para a dos efeitos de uma mudança do conhecimento técnico (um deslocamento da própria função). Por outro lado, Joan Robinson manteve a separação entre a "escolha da técnica" e a "inovação" - para efeito de análise - durante muito tempo. Segundo Meacci (1996), nunca conseguiu reuni-las efetivamente.

Suas primeiras análises da inovação foram feitas em termos dos efeitos do progresso técnico neutro, intensivo em capital e poupador de capital sobre a distribuição da renda, enquanto que a distribuição da renda (por si só) e a acumulação, eram analisadas sob o pressuposto de que o progresso técnico não as afetaria (progresso técnico neutro). Segundo Kregel, embora esta dicotomia pareça ter se inspirado em Sraffa, Joan Robinson sempre lembrou que não era possível separar a análise da acumulação da análise da distribuição:

> "É estimulante tentar encontrar um paralelo entre Joan Robinson e a abordagem de Sraffa à análise de Ricardo sobre os efeitos da mudança técnica e da distribuição sobre os preços relativos... Foi preciso separar os problemas da escolha da técnica dos problemas que se referem

24. Isto, segundo Kregel (1985: 379), transformou-se, posteriormente, no problema do "aprofundamento do capital" (capital deepening), o "problema de Wicksell", o "efeito Ricardo" e finalmente no debate das Controvérsias de Cambridge sobre a teoria do capital.

> ao impacto da distribuição sobre os preços relativos, para que Sraffa pudesse resolver seu problema. Ele trata dos efeitos da distribuição sobre os métodos de produção apenas no seu último capítulo. Mas, embora Joan Robinson tenha aceito a abordagem de Sraffa para a teoria dos preços, ela achava que a solução era insatisfatória pois considerava-a contraditória em relação ao problema que ela estava tentando resolver. Em sua análise original, a elasticidade de substituição entre o trabalho e o capital tinha sido crucial para a determinação do equilíbrio através dos seus efeitos sobre as mudanças na distribuição a partir de uma alteração da taxa de juros. Na verdade, ... ela adotou a separação entre escolha técnica e progresso técnico, mesmo lembrando, com freqüência, que esta separação era completamente arbitrária. Adotar a solução de Sraffa implicaria separar a acumulação da distribuição, mas este era o ponto central de sua análise". (Kregel, 1985: 384-385)[25].

Assim, segundo Kregel, embora Joan Robinson tivesse dado um tratamento separado aos dois problemas, ela sabia do caráter interdependente entre "inovação" e "escolha da técnica", e reconhecia que todo o problema derivava do fato de utilizar o argumento marginalista, isto é, os conceitos de função de produção e de produtividade marginal, sendo que esta separação não faria sentido numa análise não marginalista. Na avaliação de Kregel, Joan Robinson só conseguiu escapar do conceito de elasticidade de substituição quando passou a rejeitar a separação entre o problema de escolha da técnica da análise mais geral das inovações, e quando passou a considerá-las como determinantes do, e também determinadas pelo, ritmo da acumulação. Esta rejeição, segundo Kregel, só ocorreu, de modo explícito, muito depois, no artigo "The Unimportance of Reswitching" (1975a).

Os trabalhos de Joan Robinson, tratados nesta seção, caracterizam-se por incorporarem à análise baseada em elementos da teoria neoclássica, outros elementos não-neoclássicos. Embora já apresentem as primeiras críticas ao conceito de função de produção, estas só assumiriam um papel predominante nos artigos que analisaremos no próximo item. Antes, porém, é preciso destacar - como contraponto aos elementos da teoria neoclássica presentes nos artigos de 1952 - a influência da abordagem não convencional do progresso técnico, representada principalmente pela sua defesa do artigo de Kalecki intitulado ""A Theorem on Technical Progress" (Kalecki, 1941).

No primeiro capítulo, mencionamos a correspondência referente à tentativa (mal sucedida) de publicação deste artigo no The Economic Journal, ressaltando o debate em torno da relação entre concorrência imperfeita e capacidade ociosa, e chamando a atenção para o fato de que o que estava realmente em debate era a proposição de Kalecki de que o progresso técnico intensivo em capital não reduz a participação dos salários na renda. Este é o aspecto que enfatizaremos aqui[26].

Numa carta que Keynes enviou a Joan Robinson, datada de 4 de fevereiro de 1941, ele comentava:

> "Veja sua [de Kalecki] conclusão de que o progresso técnico causa uma redução do produto. Imagino que o que ele realmente quer dizer com isso é que, se, como resultado do progresso técnico, duas folhas de grama crescem ali onde antes só crescia uma, não haveria,

---

25. Joan Robinson escreveu vários artigos inspirados no livro de Sraffa A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias. Destes, destacam-se "Prelude to a Critique of Economic Theory" (1961b), uma resenha sui-generis, na qual a Autora experimenta algumas adaptações ao modelo original de Sraffa. Veja-se também "Piero Sraffa and the Rate of Exploration" (1965e), reproduzido no terceiro volume de seus Collected Economic Papers sob o título "A Reconsideration of the Theory of Value", além de "Value and Price" (1968a), "Review of J. Steedman, 'Marx after Sraffa'" (1978d), e "Accumulation and Exploitation - An Analysis in the Tradition of Marx, Sraffa and Kalecki" (Robinson e Bhaduri 1980). Sobre Joan Robinson e Sraffa veja-se Harcourt (1984a, 1985a, 1986a, 1986b e 1990b). A influência de Sraffa também é discutida por Gilibert (1996) e por Pasinetti (1996). O artigo de Pasinetti será detalhado mais adiante.

26. A correspondência com Joan Robinson está publicada nos CWJMK, vol. XII, pp. 829-836, e parcialmente reproduzida no apêndice a Feiwel (1989d: 115-126). Nos CWMK, vol. II, pp. 530-536 encontra-se a reprodução destas e também a correspondência com Kaldor. O artigo de Kalecki acabou sendo publicado na Review of Economic Studies, em junho de 1941.

mesmo assim, um aumento do produto, pois ou ele mede o produto em termos do custo marginal do salário ou assumiu algum pressuposto que leva à conclusão de que apenas metade dos campos seriam cultivados, o dia do trabalho sendo reduzido à metade. Mas se for assim, ele não dá qualquer definição de produto.

Será que o método não foi levado ao ridículo? De qualquer modo, não devo influenciá-la, mas esperar seu veredito".(CWJMK, XII: 829-830 ou CWMK, II: 530-531).

Joan Robinson respondeu prontamente, no mesmo dia, em defesa de Kalecki:

"Estou preparada para defender Kalecki. Ele está tentando ampliar a Teoria Geral para além do curto prazo - embora não para o longo prazo no velho sentido, uma vez que este conceito envolve toda a teoria clássica.

Ele não está dizendo que as inovações deixam o produto constante, pois em seu 'sistema de referência' o produto cresce à medida que o capital se acumula. Ele precisa de uma reserva de mão-de-obra indefinidamente grande em seu sistema de referência, de modo que o emprego possa crescer tanto quanto necessário. Mas isto à parte, ele está correto. O truque está em elaborar pressupostos pelos quais a demanda efetiva em termos de bens é igual nos dois sistemas. Neste caso, o produto é o mesmo, e as inovações, ao aumentarem o produto per capita, reduzem o emprego (relativamente ao sistema de referência). O caso que ele insinua no final, em que o produto cai (relativamente), decorre da situação na qual as inovações aumentam a participação do capital relativamente à participação do trabalho, e deste modo elevam a poupança. No lugar onde crescia uma folha de grama crescem duas, mas a demanda por forragem cai". (CWJMK, XII: 830 ou CWMK, II: 531).

Keynes não se sentia satisfeito e cobrava o significado de longo prazo (que, para ele, era, além de tudo, incompatível com o pressuposto de firmas operando com capacidade ociosa) e pedia a Joan Robinson que convencesse Kalecki a esclarecer seu artigo, de modo que os leitores pudessem "*ter um julgamento racional*". A correspondência continuou (sobre este e outros aspectos)[27], e em 24 de fevereiro de 1941 Joan Robinson apresentou nova defesa de Kalecki que, ao mesmo tempo, se constituía numa autocrítica à sua própria abordagem da questão:

"Kalecki aceitou as críticas que fiz a seu artigo, e espero que agora você o considere publicável.

Suas conclusões diferem do meu artigo 'The Long Period Theory of Employment' (que você engoliu como correta à época), apenas por mostrar que as inovações intensivas em capital não reduzem a participação do trabalho na renda nacional. E isto é um ponto importante, pois a parcela do capital na verdade não se eleva tanto quanto meu argumento original faria supor.

De modo geral, creio que Kalecki está desvendando, e não criando mistérios". (CWJMK, XII: 832-833 ou CWMK, II: 533).

No dia seguinte, Joan Robinson desabafava com Richard Kahn:

"Kalecki colocou todas as correções em seu artigo, conforme eu pedi. Portanto, se Maynard ainda não gostar dele, não saberei o que fazer". (Carta de Joan Robinson para Richard Kahn, 25.02.1941, RFK/13/90/4)

Keynes permaneceu insatisfeito e, embora reconhecesse que o artigo melhorara enormemente e que não estava mais sujeito às críticas que lhe havia feito, considerava agora que nada concluía que já não tivesse sido estabelecido desde o início. Na carta a Joan Robinson, datada de 4 de março de 1941, ele

27. Veja-se uma outra parte desta discussão no capítulo I da presente Tese.

reproduziu uma afirmação de Kalecki, provocando sua defensora, e avisando que enviaria uma cópia do artigo de Kalecki a Kaldor:

> "Kalecki resume tudo na página 10, onde afirma 'O significado de nosso teorema é mostrar que o progresso técnico influencia o produto apenas através dos canais do estímulo inovativo, do oligopólio e do nível geral de preços (ou superando a escassez de trabalho)'. Mas de que outra maneira se poderia supor que o progresso técnico atua?...
> ... O artigo diz alguma coisa que você já não soubesse?....
> Vou enviá-lo a Kaldor para obter outra opinião". (CWJMK, XII: 833 ou CWMK, II: 533).

A cópia enviada a Kaldor foi acompanhada das críticas de Keynes e de sua afirmação de que não pretendia influenciá-lo contra o artigo. Neste meio tempo, a resposta de Joan Robinson acusava Keynes de ser mal-agradecido:

> "Acho que você está examinando os dentes de um cavalo dado - afinal de contas, pelo menos uma proposição válida, ampliando a Teoria Geral, jogando luz sobre o velho problema das participações relativas constantes é algo que se deveria agradecer.
> A verdadeira vantagem do teorema é que ele limpa o terreno de uma dificuldade desnecessária, de modo que possa ocorrer progresso técnico numa análise de longo prazo (mas não com pleno equilíbrio). Sem este teorema ficamos presos à idéia de que é preciso considerar os efeitos das mudanças técnicas sobre a poupança, etc., como eu pensei no meu 'The Long Period Theory of Employment'. Kalecki está próximo de algo importante, e isto é um passo necessário nesta direção". (CWJMK, XII: 834-835 ou CWMK, II: 534)

A opinião de Kaldor foi semelhante à de Keynes, no sentido de que não via qualquer novidade no artigo de Kalecki. Na sua avaliação, conforme a carta enviada a Keynes, datada de 9 de março de 1941, e reproduzida nos Collected Works de Kalecki, Kaldor menciona o próprio artigo de Joan Robinson - "The Long Period Theory of Employment" - como tendo sido o primeiro a explicitar as idéias pouco inovadoras do artigo de Kalecki:

> "O artigo contém uma proposição simples, que, se não está explícita, ao menos está implicitamente colocada na sua Teoria Geral, e que, além disso, foi amplamente enfatizada pelo trabalho de Joan Robinson sobre 'The Long Period Theory of Employment', publicada faz alguns anos. Quero dizer: a proposição de que se os fatores determinantes fundamentais do nível de emprego forem considerados dados - isto é, a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros, o efeito de longo prazo das mudanças técnicas que elevam a produtividade do trabalho não é o de elevar o produto real agregado, mas o de reduzir o nível de emprego. Em outras palavras, as forças que determinam o nível de emprego sob pressupostos de curto prazo - quando se supõe que o produto e o emprego mantêm uma relação única entre si - determinam, sob pressupostos de longo prazo, menos o emprego e mais o produto, de modo que qualquer elevação do produto per capita, dado o valor das variáveis independentes, reduz o emprego".(CWMK, II: 534).

Na verdade, Kaldor assumia de modo radical a "contradição" revelada por Joan Robinson entre a análise de curto e longo prazo. Por outro lado, reconhecia que as "variáveis independentes" não podem deixar de receber alguma influência da mudança técnica. Na continuação da carta de Kaldor lê-se:

> "É claro que as variáveis independentes - em particular, a eficiência marginal do capital e a propensão a consumir - provavelmente não permanecem sem ser afetadas pelas mudanças técnicas: é por isso que a afirmação de que 'o progresso técnico influencia o produto apenas através dos canais do estímulo inventivo, etc.' - faz com que sua proposição pareça ser mais banal do que de fato é. O método adotado no 'sistema de referência' torna a análise desnecessariamente truncada e longa. E o pressuposto de que o progresso técnico necessariamente eleva o 'grau de monopólio', e conseqüentemente se contrapõe aos efeitos benéficos do aprimoramento técnico sobre a propensão a consumir, parece injustificado". (CWMK, II: 534-535).

Keynes enviou, em 12 de março de 1941, uma cópia desta carta de Kaldor a Joan Robinson, acompanhada de novas críticas. Elas refletem uma certa confusão entre a idéia de que o progresso técnico reduz o nível de emprego devido à elevação da produtividade (e incapacidade, por problemas de demanda efetiva, em reempregar os trabalhadores demitidos) e a idéia de que o progresso técnico reduz o nível de emprego porque cria métodos de produção que não serão utilizados a plena capacidade (isto é, criam capacidade ociosa)[28].

Embora não se tenha encontrado registro, até o momento, de que Joan Robinson tivesse replicado os comentários de Kaldor - seja em defesa do artigo de Kalecki, seja para comentar (e possivelmente criticar sua interpretação do artigo "The Long Period Theory of Employment") - estes debates, segundo Kregel, seriam depois traduzidos por Joan Robinson em termos da distinção entre "comparação" e "mudança", além de terem chamado a atenção para a importância do grau de monopólio para a teoria da distribuição. Assim, parece não haver dúvida, pelo que foi visto nesta seção, que o artigo de Kalecki exerceu grande influência sobre o tratamento dado por Joan Robinson à questão do progresso técnico[29].

No entanto, o tema que na época dominava boa parte dos trabalhos de Joan Robinson era o que se refere à sua crítica ao conceito neoclássico de função de produção e à teoria do capital, que passaremos a analisar.

---

28. Veja-se a carta de Keynes a Joan Robinson, de 12 de março de 1941, publicada nos CWJMK, XII: 835-836 (ou CWMK, II: 535), e a carta enviada a Kaldor em 18 de março do mesmo ano, publicada nos CWJMK, XII: 836 (ou CWMK, II: 535-536).

29. Neste sentido, veja-se, por exemplo, "Kalecki and the Economics of Capitalism" (1977h), em que Joan Robinson traça as principais contribuições de Kalecki à teoria keynesiana. Neste artigo ela também recorda a discussão que teve com Kalecki a respeito dos determinante do crescimento a longo prazo, com destaque para o progresso técnico: "[Kalecki] *achava que o meu uso do conceito de animal spirits era um tanto quanto irracional (embora para mim era apenas uma modificação do imperativo de Marx 'Acumulai! Acumulai! Isto é Moisés e os profetas'). Ele argumentava que as novas invenções elevam a expectativa de lucro e estimulam o investimento. Eu apontava que, de acordo com sua própria teoria, se a acumulação é estável, a taxa de lucro sobre o capital será constante. No final chegamos a um acordo, com a visão de que as invenções elevam a expectativa de lucro para as firmas tecnicamente progressivas que inovam, e não o lucro médio realizado por um ramo como um todo*". (Robinson, 1977h, CEP5: 196). Veja-se também "Portrait: Michal Kalecki" (1977l).

III.3 - Espectro de Técnicas e Curva de Razão Real de Fatores

Há quase unanimidade na literatura sobre a "controvérsia de Cambridge" em atribuir às críticas que Joan Robinson formulou no artigo "The Production Function and the Theory of Capital", de 1953-54, o papel de ter dado início aos debates em torno da função de produção e da teoria do capital. É importante ressaltar, no entanto, que a versão original deste artigo, que foi publicada na Review of Economic Studies, não era constituída apenas de críticas, mas incorporava também o que Joan Robinson denominou "elementos positivos" - isto é, construtivos de uma abordagem alternativa. Estas seções foram excluídas de todas as reproduções posteriores do trabalho - seja nas coletâneas da própria Autora (o segundo volume dos Collected Economic Papers e Contributions to Modern Economics), seja nas antologias organizadas por outros[30]. Ela mesmo justificou as alterações num post-scriptum, datado de 1962: "*Incluí aqui apenas a parte negativa deste artigo, uma vez que as partes construtivas estão mais bem elaboradas no meu livro A Acumulação de Capital*" (Robinson, 1953-54, CEP2: 130)[31].

É preciso esclarecer desde logo que não se pretende, neste item (nem nesta tese), tratar especificamente da "controvérsia de Cambridge", mas somente da contribuição que os artigos de Joan Robinson, que dela fazem parte, deram à sua visão sobre o oligopólio e o progresso técnico[32]. Assim, a análise da interpretação que Joan Robinson tinha da função de produção e da teoria do capital (ou da teoria da distribuição a ela associada) será feita com vistas a destacar precisa - e preferencialmente - os tais

---

30. Das quais a mais conhecida é Capital and Growth, organizada por Harcourt e Laing e publicada em 1971.

31. Cf. Robinson (1975d, CEP2, 2a. ed.: ix)

32. Pode-se identificar algumas fases nesse debate. A primeira ocorreu em torno do artigo de 1953-54, e dela fazem parte os seguintes artigos: (i) na Review of Economic Studies: a crítica de Solow, que tem o mesmo título do artigo original de Joan Robinson - Solow (1955-56): "The Production Function and the Theory of Capital" - e a réplica da Autora em "The Production Function and the Theory of Capital - a Reply" (1956e); (ii) na Economic Record: o artigo de Swan (1956): "Economic Growth and Capital Accumulation", que é uma crítica aos artigos "The Production Function and the Theory of Capital" (1953-54) e "The Production Function" (1955b) bem como ao livro A Acumulação de Capital. A réplica da Autora encontra-se em "Economic Growth and Capital Accumulation - A Comment" (1957e) bem como no apêndice a "Capital, Technique and Relative Shares" (1960c). A segunda fase relaciona-se ao "Simpósio Sobre A Função de Produção e o Crescimento Econômico": os principais textos deste Simpósio foram publicados no volume de junho de 1962 da Review of Economic Studies, dos quais se destacam: Arrow (1962): "The Economic Implications of Learning by Doing"; Champernowne (1962): "Some Implications of Golden Age Conditions When Savings are Equal Profits". Kaldor (1962): "Comment". Samuelson (1962a): "Parable and Realism in Capital Theory: The Surrogate Production Function", Samuelson (1962b): "Comment", Solow (1962a): "Substitution and Fixed Proportions in the Theory of Capital", Solow (1962b): "Comment" e Robinson (1962h): "A Neo-Classical Theorem". A réplica de Joan Robinson aos demais participantes está em "Comment on Solow, Samuelson, Arrow and Kaldor - Production Function Symposium" (1962j). A Autora ainda corrige e complementa sua réplica a Arrow (1962) em "Learning by Doing: A Further Note" (1963b). O volume de outubro 1966, ainda da Review of Economic Studies, representa uma nova fase do debate, desta vez em torno dos comentários de Samuelson e Modigliani (1966a): "The Pasinetti Paradox in Neoclassical and More General Models" a um artigo de Pasinetti (1961-62): "The Rate of Profit and Income Distribution in Relation to the Rate of Economic Growth". Modigliani e Pasinetti foram contestados por Kaldor (1966): "Marginal Productivity and the Macro-Economic Theories of Distribution - Comment on Samuelson and Modigliani", por Pasinetti (1966e): "New Results in an Old Framework - Comment on Samuelson and Modigliani" e por Robinson (1966e): "Comment on Samuelson and Modigliani". Os autores replicaram em Samuelson e Modigliani (1966b): "Reply to Pasinetti and Robinson". Várias resenhas e comentários dos autores neoclássicos também contribuíram para o debate. Exemplos são "Solow on the Rate of Return" (1964e), uma crítica às as palestras dadas por Solow no F. de Vries Foundation, e que foram publicadas no livro Capital Theory and the Rate of Return (Solow 1963); o outro conjunto de palestras proferidas por Solow, em 1969, na University of Warwick, foi comentado por Joan Robinson em "Review of R. Solow, 'Growth Theory: An Exposition'" (1971b), reproduzido no quarto volume dos seus Collected Economic Papers sob o título "Solow Once More". Ainda sobre Solow, veja-se Robinson (1971c): "Continuity and the 'Rate of Return'", uma participação da Autora no debate entre Pasinetti (1970): "Again on Capital Theory and Solow's 'Rate of Return'" e Solow (1970): "On the Rate of Return: Reply to Pasinetti". Um outro exemplo é "Factor Prices not Equalized" (1964d), que comenta Minhas (1963): An International Comparison of Factor Costs and Factor Use. Veja-se também "A Model of Accumulation Proposed by J.E. Stiglitz" (1969d) e a réplica de Stiglitz (1970): "Reply to Mrs. Robinson on the Choice of Technique". O debate com Franklin Fisher consiste dos comentários "The Existence of Aggregate Production Functions: Comment" (1971i) a Fisher (1969): "The Existence of Aggregate Production Functions", replicado por Fisher (1971): "The Existence of Aggregate Production Functions: Reply". Uma coletânea dos principais trabalhos envolvidos na controvérsia é o livro de Harcourt e Laing (1971). Para a análise detalhada da controvérsia de Cambridge é preciso remeter aos inúmeros trabalhos de um importante especialista no tema: Harcourt (1969, 1972, 1974, 1975, e 1976). Deve-se mencionar que houve também um acirrado debate entre Joan Robinson e Kaldor. Para tanto, veja-se o texto inédito "The Kaldor Model (1957)" (1958g), no qual a Autora discute o modelo de crescimento econômico de Kaldor (1957) e "Own Rates of Interest" (1961d), em que ela discute a interpretação dada por Kaldor (1960) ao conceito de preferência pela liquidez de Keynes. Finalmente, embora não façam parte diretamente do debate, veja-se as réplicas de Joan Robinson a algumas das resenhas de A Acumulação de Capital: Robinson (1959d), réplica ao tratamento algébrico do seu modelo, feito por Worswick (1959); Robinson (1959f), réplica a Klein (1958); Robinson (1963a), réplica a Findlay (1963a): "The Robinsonian Model of Accumulation", que foi treplicada em Findlay (1963b): "A Reply to Joan Robinson's 'Findlay's Robinsonian Model of Accumulation'". Sobre esta controvérsia especifica veja-se também Asimakopulos (1965): "Findlay's Robinsonian model of accumulation: a note" e Konijn (1965): "Findlay's Robinsonian model of accumulation a note".

"aspectos positivos" cuja elaboração foi iniciada nestes trabalhos e que foram incorporados, nem sempre explicitamente, na sua obra posterior. Os aspectos "negativos" serão mencionados apenas na medida em que auxiliarem o entendimento das proposições da Autora. Este procedimento, de certa forma, também contribuirá para mostrar que Joan Robinson não era apenas uma crítica implacável da obra alheia, mas era também capaz de absorver e aprofundar as idéias que considerava corretas, além de ser tão rigorosa consigo mesma quanto era com seus contemporâneos. Neste sentido pode-se dizer, inclusive, que nem sempre suas críticas chegaram a ser bem compreendidas.

Quase duas décadas depois da primeira publicação daquele seu famoso artigo, numa versão modificada da Introdução que ela havia escrito para a segunda edição do segundo volume dos seus Collected Economic Papers[33], Joan Robinson ainda se ressentia disso. Talvez por reconhecer que tivesse escrito seu artigo, na época, de forma um tanto quanto descuidada, aproveitou o ensejo para recolocar a questão de modo mais objetivo, e até mesmo didático:

> "O artigo 'The Production Function and The Theory of Capital' foi recebido com incompreensão, indignação e ridicularizado. Hoje posso entender esta reação melhor do que pude à época. Em Cambridge, o significado da razão capital/trabalho no sentido do longo prazo era uma questão conhecida e não esclarecida, que Dennis Robertson havia deixado num estado reconhecidamente insatisfatório. Em outros lugares, como vim a saber desde então, havia se convencionado concordar em acreditar que não havia problema. Meu artigo (escrito num estilo um tanto quanto despreocupado), ressaltava, inocentemente, que o Imperador estava nú.
>
> As controvérsias que se seguiram (e ainda prosseguem, vinte anos depois) tornaram possível entender qual era a crença convencionada. Ela consistia de três elementos. O primeiro derivava da teoria Walrasiana do equilíbrio geral da troca. A economia tem uma dotação inicial composta de vários itens de equipamentos produtivos que parecem ser máquinas feitas pelo homem mas cumprem o papel, no argumento, de recursos naturais escassos, como os meteoros de Marshall. A segunda concepção, que o Professor Samuelson atribui a J.B. Clark, é a de um mundo de uma única mercadoria, no qual o investimento toma a forma de uma retirada de parte do fluxo de produção, a ser adicionada ao estoque. Em sua acepção de estoque de meios de produção, a mercadoria assume o caráter de 'massa amorfa de capital', continuamente espremida ou expandida, à medida que o estoque aumenta, de modo a sempre preservar o equilíbrio. A terceira concepção é a de Irving Fisher, para quem a poupança é apenas um modo de transferir o consumo de um período anterior para um posterior, sem fazer qualquer adição permanente ao estoque". (Robinson, 1975d, FCM: 108)[34].

O resultado destas três influências poderia ser sintetizado, segundo Joan Robinson, na concepção que não apenas considera o capital como um fator de produção, e com esta qualidade, remunerado de acordo com sua produtividade, mas também como "uma massa amorfa", capaz de se adequar às necessidades do processo produtivo[35]. Joan Robinson chamava a atenção para o fato de que, nesta versão,

---

33. A primeira edição do segundo volume dos Collected Economic Papers data de 1960 e a segunda de 1975. A introdução da segunda edição foi escrita em agosto de 1974 - mas consta da bibliografia como Robinson (1975d). Há uma reprodução ligeiramente modificada desta introdução, na coletânea intitulada What are the Questions and Other Essays - Further Contributions to Modern Economics. Exceto pela ordem de alguns parágrafos, a única modificação substancial foi a exclusão da seção denominada "Business Economics", na qual a Autora se refere à sua participação na Comissão de Monopólios, e que teria sido a fonte de inspiração para "revisitar" a teoria da concorrência imperfeita. A atuação de Joan Robinson na Comissão de Monopólios (e em outras) é analisada no Anexo I desta tese.

34. Na Introdução (revista) à segunda edição do terceiro volume dos seus Collected Economic Papers a Autora complementou sua crítica à concepção de Fisher: *"Irving Fisher tratou o investimento das poupanças como uma mera transferência do consumo de uma data anterior para uma posterior. Os juros eram vistos como algo que decorria da poupança, sem levar em consideração o fato de que só se promete juros futuros por uma oferta presente de financiamento porque a produção é lucrativa"* (Robinson, 1975e, FCM: 114)

35. Ao longo de sua obra, Joan Robinson usou diferentes termos com este mesmo sentido, alguns apenas inspirados e outros diretamente emprestados de seus interlocutores: "geléia" ou "gelatina" (jelly), "coisa" (stuff), "pasta" (putty), "manteiga" (butter). O mais famoso é leets, o anagrama invertido da palavra steel. Para uma apresentação histórica da função de produção desde os clássicos, veja-se Monza (1972), que também compara as versões neoclássicas de Walras e de Fisher.

não há lugar para a capacidade ociosa, para a incerteza, para a acumulação e o progresso técnico, para crises ou desemprego, para o dinheiro, para a distinção entre benefícios privados e públicos e portanto, "*para qualquer dos objetivos da análise keynesiana e pós-keynesiana*" (Robinson, 1975d, FCM: 108). Estes eram os elementos que a Autora considerava fundamentais, e que tentaria incorporar à sua própria tentativa de desenvolver a análise keynesiana com vistas à sua aplicação para o longo prazo.

Em outro artigo, no qual relata parte de suas memórias, e que faz as vezes de introdução à coletânea publicada em 1978, Joan Robinson escreve sobre as contribuições dos colegas que a influenciaram nesta direção:

> "Kalecki desenvolveu uma análise integrada a partir do 'esquema de reprodução ampliada' no volume II de O Capital. Ele mostrou (com mais clareza do que Keynes jamais conseguiu) que os lucros fornecem não apenas a motivação ao investimento, mas também sua base de financiamento, e simultaneamente enfatizou que o desenvolvimento não depende apenas do investimento... mas requer também uma elevação adequada da produção de bens de consumo. No entanto, seu modelo, no qual os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam, mostra apenas a determinação do fluxo de lucros na renda nacional; não discute a formação da taxa de lucro sobre o capital. Para definir a taxa de lucro, é necessário definir o valor do estoque de capital, o que ninguém parecia ser capaz de fazer.
>
> O livro de Harrod, Towards a Dynamic Economics, de 1948 (no qual ele expande as idéias concebidas em 1938), abriu uma discussão sobre o crescimento de longo prazo em termos keynesianos, mas faltava-lhe também uma taxa de lucro. Tive inúmeras discussões com Piero Sraffa, mas elas consistiam sempre em orientação para que eu evitasse equívocos; ele nunca diria algo positivo. Portanto, foi apenas quando encontrei sua 'economia do trigo', na sua Introdução aos Princípios de Ricardo, que vi um fio de luz sobre a questão da taxa de lucro sobre o capital. Isto levou a uma nova explosão de idéias, comparáveis em excitação, embora não em termos de sua importância prática imediata, à própria revolução Keynesiana.
>
> O primeiro passo foi meu artigo 'The Production Function and The Theory of Capital'" (Robinson, 1977i,. CME: xvi-xvii).

Portanto, mais do que um artigo crítico à teoria neoclássica, ele representava uma tentativa, uma intenção, de avançar na construção de uma teoria keynesiana de longo prazo, na qual o investimento, inclusive em tecnologia, teria um papel relevante. Esta preocupação, aliás, já estava explicitada logo na introdução ao artigo, numa passagem que talvez seja uma das mais citadas da Autora, na qual ela critica o conceito de função de produção pelo fato de não possibilitar o estudo dos determinantes da oferta de fatores, nem das causas e conseqüências das mudanças no conhecimento tecnológico. Estes aspectos - isto é, a disponibilidade de fatores, por um lado, e os determinantes do progresso técnico, por outro - eram precisamente os que ela procurava incorporar à sua análise do processo de acumulação:

> "O predomínio do conceito de função de produção no ensino neoclássico de economia, no qual os preços relativos dos fatores de produção são mostrados como uma função da razão em que são empregados num dado estado do conhecimento técnico, teve um efeito enervante sobre o desenvolvimento do tema, pois ao concentrar-se sobre a questão das proporções dos fatores, desviou a atenção das questões mais difíceis mas mais recompensadoras das influências que regem a oferta de fatores e as causas e conseqüências das mudanças do conhecimentos técnico". (Robinson, 1953-54: 81, grifos nossos).

Por este motivo, o ponto de partida de sua análise foi a crítica à noção de função de produção neoclássica, que, como se sabe, ela considerava muito insatisfatória para tratar desta questão.

Embora em toda a vasta obra de Joan Robinson, este artigo certamente esteja entre os mais lidos, debatidos e citados, há um aspecto que chama a atenção: a imensa maioria dos intérpretes de Joan Robinson enfatiza a relação que a Autora estabelece entre a dificuldade da medida do capital e a análise agregada. Para ela, no entanto, a dificuldade de medir o capital não advinha apenas da transposição de um conceito originado na análise "micro" para a análise "macro", mas também de vários outros elementos que, na sua opinião, deveriam constituir a base de uma teoria da acumulação no longo prazo, a qual, necessariamente, deveria incorporar a variação das técnicas de produção. O fato desta preocupação ter passado razoavelmente despercebida deriva, provavelmente, do "modo um tanto quanto descuidado" com que ela havia elaborado esta sua primeira análise do tema.

Segundo a interpretação que aqui se propõe, a medida do capital não é um problema que se apresenta apenas em termos da análise agregada, mas também e principalmente para a teoria de longo prazo. Para Joan Robinson, quando a análise é de curto prazo, a medida do capital não chega a constituir-se num problema, pois neste período de análise, supõe-se, por definição, que os bens de capital não se alteram. No longo prazo, entretanto, podem ocorrer todo tipo de mudanças: alterações quantitativas, qualitativas, de preços, de produtividade física e de lucratividade. Além disso, qualquer alteração nas proporções em que os fatores são utilizados envolve também uma reorganização dos métodos de produção. Mesmo correndo o risco de repetir passagens já muito conhecidas, este ponto merece ser citado textualmente:

> "O capital existente a qualquer momento pode ser tratado simplesmente como 'parte do ambiente no qual a mão-de-obra trabalha'. Temos então uma função de produção em termos de trabalho apenas. Este procedimento é correto para o curto prazo, durante o qual a oferta de bens de capital concretos não se altera, mas, fora do curto prazo, trata-se de uma argumentação muito fraca, pois significa que não podemos distinguir uma mudança no estoque de capital (que pode ocorrer no longo prazo através da acumulação) de uma mudança no clima (um ato de Deus).
>
> Podemos ver o estoque de capital como uma lista específica de bens existentes a qualquer momento (incluindo trabalho em processo). Mas, novamente, isto não tem utilidade fora dos estreitos limites do curto prazo, pois qualquer mudança na razão entre capital e trabalho envolve uma reorganização dos métodos de produção, e requer uma alteração da forma, tamanho e especificação de vários ou todos bens que aparecem na lista original.
>
> Assim que saímos do curto prazo, surge uma enorme quantidade de dificuldades. O capital deve ser valorado em termos da sua capacidade de auferir rendimentos futuros ou em termos dos seus custos passados?". (Robinson, 1953-54: 81, grifos nossos).

Assim, a função de produção "tradicional", que relaciona diferentes quantidades de "fatores" a um dado volume de produção, só é aceitável do ponto de vista do curto prazo, no qual o estoque de capital é considerado dado. Para o longo prazo, em que é preciso considerar a variação do estoque de capital ao menos em "quantidade", ainda que por construção não varie de qualidade, a função de produção mostra-se, para Joan Robinson, completamente inadequada. Foi com o intuito de elaborar um instrumento analítico aplicável ao longo prazo - que viria a ser a "pseudo-função de produção" - que Joan Robinson formulou as passagens "positivas" do seu artigo "The Production Function and the Theory of Capital".

Para ela, "*o problema que a função de produção pretende analisar ... é um problema genuíno... Não se deve abandonar a função de produção sem resgatar o elemento de senso comum que está*

emaranhado nela". (Robinson, 1953-54: 82-83). Joan Robinson justificava a legitimidade do problema com um exemplo que, embora bastante pueril, revela um conjunto intrincado de questões. O exemplo faz referência a três economias, que ela denomina respectivamente Alfa, Beta e Gama, e nas quais se constróem estradas de qualidades aproximadamente iguais. Na primeira delas - Alfa - a estrada é construída por alguns homens e tratores; na segunda - Beta - por centenas de homens, picaretas e carros de boi; e na terceira - Gama - por milhares de homens, pás de madeira e pequenos cestos para remover a terra. Mesmo descontando as diferenças de caráter cultural, climáticas e de conhecimento da tecnologia, esta situação se justificaria, pelo fato de que em Alfa a oferta de "capital" é maior do que em Gama, isto é, Alfa teria uma "dotação inicial" do "fator capital" maior do que Gama.

As dificuldades analíticas que se colocam a partir deste exemplo são profundamente inter-relacionadas e se apresentam através da questão da "escolha" da técnica, que é analisada tanto do ponto de vista de um empresário individual, quanto do ponto de vista da "economia como um todo". Do primeiro ponto de vista, a decisão está relacionada à taxa de juros vigente e à disponibilidade de financiamento (vis-à-vis a lucratividade esperada do investimento); no segundo, há uma referência ao esforço de acumulação necessário em função da preparação da mão-de-obra:

> "Do ponto de vista de um capitalista individual, não valeria a pena usar os métodos Alfa em Gama (mesmo que houvesse disponibilidade infinita de financiamento), à taxa de juros vigente, e do ponto de vista da sociedade, necessitar-se-ia de um prodigioso esforço de acumulação para elevar a mão-de-obra disponível ao nível, pelo menos, da técnica Beta" (Robinson, 1953-54: 82-83).

A construção de um instrumento analítico que permita a abordagem destas questões exige uma série de hipóteses e definições. O instrumental a ser construído deve ser capaz de levar em conta que, no longo prazo, o "capital" não é uma constante, e está sujeito a alterações quantitativas e qualitativas. A conseqüência imediata disto é a dificuldade de conceituá-lo e quantificá-lo. Aqui Joan Robinson instaura o núcleo central da controvérsia: "*O capital deve ser valorado em termos da sua capacidade de auferir rendimentos futuros ou em termos dos seus custos passados?*".(Robinson, 1953-54: 81, grifos nossos).

Não se trata meramente da discussão de um critério quantitativo de medida, mas sim de um problema conceitual que envolve a noção de tempo e de incerteza. No post-scriptum incorporado à reprodução deste artigo em suas coletâneas (redigido, possivelmente, em 1959, mesmo ano da sua "Introdução" à primeira edição do segundo volume dos Collected Economic Papers) , ela esclarece que:

> "A noção de um conjunto de técnicas possíveis, coexistindo no tempo na forma de projetos, dentre os quais as firmas, ou os que planejam investir, escolhem a melhor quando se está criando nova capacidade produtiva, é útil e tem um significado operacional legítimo (embora seja bem difícil aplicá-lo nas situações complexas que surgem na realidade). Neste contexto, é apropriado medir os recursos a serem investidos, prontos para serem comprometidos, em termos de valor. As dificuldades que aparecem surgem da incerteza sobre o futuro e pode-se imaginar que desapareçam em condições de perfeita tranqüilidade". (Robinson, 1953-54, CEP2: 130, grifos nossos).

Esta passagem é extremamente reveladora, pois explicita uma das dificuldades que a Autora detecta na medida do valor do capital, decorrente do fato de que as diversas formas que o capital assume não coexistem no tempo. A expressão "*recursos a serem investidos, prontos para serem comprometidos*" refere-se à idéia de que "capital" é, num primeiro momento, uma determinada quantidade de dinheiro (poder de compra imediato), que, ao ser investido - isto é, ao se transformar numa "lista de bens" necessários à produção - perde liquidez, com o que sua lucratividade se torna mais incerta.

> "Este enorme 'quem é quem' de bens individuais não é algo que se possa manusear com facilidade. Expressá-lo como uma quantidade de bens requer a avaliação dos itens de que é composto. Podemos avaliar os bens em termos dos custos reais de produzi-los - isto é, o trabalho e os bens existentes anteriormente necessários para isto - ou em termos de seu valor expresso em uma unidade de poder aquisitivo; ou então podemos avaliá-los de acordo com sua produtividade - isto é, naquilo que o estoque de bens se tornará no futuro, se for utilizado junto com trabalho". (Robinson, 1953-54: 83, grifos nossos).

Joan Robinson explicita, portanto, três critérios de medida para o capital: seus custos reais, seu poder aquisitivo e sua produtividade. Em equilíbrio, por definição, estes três critérios são equivalentes:

> "Numa posição de equilíbrio, as três avaliações geram resultados equivalentes; há uma quantidade que pode ser traduzida de um número a outro mudando-se a unidade. Esta é a definição de equilíbrio... A taxa de lucros vigente hoje é a taxa que se esperava que vigoraria hoje, quando se decidiu investir nos bens de capital agora existentes, e as receitas esperadas futuras, capitalizadas à taxa de lucro corrente, são iguais aos custos dos bens de capital que se espera que as produzirão". (Robinson, 1953-54: 83).

A noção de equilíbrio aqui utilizada é explicitamente aquela a que já nos referimos antes: a de que todas as expectativas do passado se cumprem no presente, e que todas as expectativas presentes se cumprirão no futuro. Trata-se de um estado em que não há incerteza, e no qual, a rigor, tampouco existe o tempo.

Esta menção à questão do tempo é extremamente importante, além de recorrente na obra da Autora. Trata-se da idéia, muito cara a ela e aos pós-keynesianos em geral, de que o conceito de capital, ainda que possa ser medido de maneiras diferentes (os critérios acima referidos: custos reais, poder aquisitivo e produtividade), não pode ser representado simultaneamente pelas três medidas, uma vez que elas não podem, a rigor, coexistir.

> "Estamos habituados a falar da taxa de lucros sobre o capital auferido por um negócio, como se lucros e capital fossem somas de dinheiro. O capital, quando consiste num montante ainda não investido, é uma soma de dinheiro, e as receitas líquidas de um negócio são somas de dinheiro. Mas os dois nunca coexistem no tempo. Enquanto o capital é uma soma de dinheiro, os lucros ainda não estão sendo obtidos. Quando os lucros (quase-rendas) estão sendo obtidos, o capital deixou de ser dinheiro e transformou-se em fábrica. Podem acontecer muitas coisas que fazem o valor da fábrica ser diferente de seu custo original. Quando acontece alguma coisa, digamos, uma queda nos preços, que não estava prevista quando o investimento na fábrica foi feito, como devemos considerar o capital representado pela fábrica?". (Robinson, 1953-54: 84, grifos nossos).

Assim, Joan Robinson chamava a atenção para o fato de que a medida do capital em termos de sua lucratividade - isto é, o próprio conceito de taxa de lucro sobre o capital - é problemática, pois implica que se conheça, simultaneamente, a diferença entre as receitas totais e os custos (isto é, o lucro) e o valor do capital, e que estes, além disso, devem ser contabilizados numa mesma unidade - por exemplo, somas de dinheiro - que não podem coexistir. A única maneira de se fazer este cálculo, portanto, supõe uma abstração do tempo - ou seja, considera-se que coexistem por hipótese, e que o tempo não conta: o passado é igual ao presente, que é igual ao futuro. Se o tempo não conta, também não há incerteza.

> "[Se] ... .existe uma defasagem temporal entre investir capital monetário e receber lucros monetários, neste interim podem ocorrer eventos que alteram o valor do dinheiro.
>
> Abstrair a incerteza significa postular que este tipo de evento não ocorre, de modo que as expectativas ex-ante que regem os atos do homem de ação nunca estão desalinhadas em relação à experiência ex-post que rege o discurso do homem de palavras, e dizer-se que há equilíbrio é dizer que este tipo de evento não vem ocorrendo há algum tempo, nem se espera que ocorra no futuro". (Robinson, 1953-54, CEP2: 120).

Tempo e incerteza, para Joan Robinson, são os principais fatores geradores da ambigüidade existente na teoria neoclássica a respeito do conceito de "quantidade de capital". Na teoria convencional, a noção de equilíbrio não é entendida como ausência de tempo e de incerteza, mas, pelo contrário, como uma posição à qual o sistema tende a chegar (com certeza) à medida em que o tempo passa (se lhe for dado tempo suficiente para que isto ocorra). Há uma identificação, além disso, entre "espaço" ou "posição" e "tempo". Estes, no entanto, têm características diferentes em dois aspectos fundamentais. Nas palavras da Autora:

> "O tempo é diferente do espaço em dois aspectos essenciais. No espaço, corpos que se movem de A a B podem cruzar com corpos que se movem de B a A, mas no tempo vigora a mais rigorosa regra de tráfico de mão única. E no espaço a distância de A a B é da mesma ordem de grandeza ... que a distância de B a A; mas no tempo a distância entre hoje e amanhã é de 24 horas, enquanto que a distância entre hoje e ontem é infinita, como os poetas freqüentemente observaram". (Robinson, 1953-54: 85).

E complementava:

> "Portanto, a metáfora espacial aplicada ao tempo é uma faca muito traiçoeira de se manejar, e o conceito de equilíbrio freqüentemente corta o braço que a maneja". (Robinson, 1953-54: 85).

Além destas questões mais gerais e mais fundamentais - de chamar a atenção para a necessidade de se levar em conta o tempo e a incerteza numa análise de longo prazo - Joan Robinson trouxe ao debate outros aspectos mais específicos, mas nem por isso menos importantes. Trata-se dos elementos "positivos" a que já se fez referência, e que agora passamos a analisar.

O primeiro deles está na seção (retirada das reproduções) que se intitula "Pressupostos e Definições". Esta seção é introduzida por importantes considerações sobre os cuidados que se deve tomar

ao se utilizar o instrumental analítico convencional, e derivam de suas críticas anteriores, típicas de sua própria análise:

> "...Apenas a parte da teoria do valor que trata do curto prazo, em que o estoque de equipamento de capital é dado, tem alguma aplicação.
>
> No entanto, algumas das relações internas entre as partes do sistema podem ser mais facilmente pensadas se imaginarmos que o sistema está em equilíbrio, e o exame destas relações é útil, desde que seja conduzido tendo-se o devido cuidado quanto às suas limitações.
>
> No que segue, estaremos preocupados com tais relações internas, mostradas através das propriedades de uma situação de equilíbrio - em particular com as interrelações entre três de suas propriedades - a quantidade de capital, a força de trabalho e o estado de conhecimento técnico". (Robinson, 1953-54: 85).

Foi, portanto, com o objetivo de estabelecer as relações entre a quantidade de capital, a força de trabalho e o estado do conhecimento tecnológico que Joan Robinson formulou suas hipóteses reconhecidamente "drásticas": (i) a homogeneidade do trabalho, da terra e de todos os meios de produção naturais (isto é, não há fatores de produção "especializados"); (ii) a composição da demanda por bens de consumo não se altera, de modo que o produto é medido por unidades de um "bem composto", que representa cada item de consumo segundo a proporção em que é produzido; (iii) se houver investimento líquido, a representação dos bens de capital se faz por uma unidade de produto final; e (iv) a inexistência de economias e deseconomias da produção em larga escala[36].

Como era de seu costume, reconhecia a simplicidade extrema destes seus pressupostos:

> "Denomino estas hipóteses de hipóteses traiçoeiras, pois são apenas o espantalho que mantém os pássaros do número-índice afastados do nosso campo até depois da colheita". (Robinson, 1953-54: 85).

O sistema econômico também é o mais simples possível[37], pois resume-se a uma sociedade de duas classes, que utiliza apenas dois fatores de produção (ou seja, a terra e todas as demais matérias-primas naturais não participam do processo de produção)[38]. O capital é composto por um conjunto de recursos produtivos físicos, e, neste sentido, tem o mesmo significado que teria numa economia de produtores independentes (artesanal), capitalista ou socialista. Também não se distingue juros de lucros, e a renda se distribui entre salários e lucros. Embora prevaleça a característica concorrencial de grande número de pequenos produtores, estes não são tão pequenos a ponto de permitir que algum trabalhador se torne empresário.

As definições sugeridas por ela são:

(a) capital físico, definido como sendo o estoque de bens existentes a qualquer momento, cujo valor, em termos de uma unidade de produto (composto) é chamado de capital simplesmente. Quando calculado em termos de unidades salariais, é chamado de capital real, e seu custo quando contabilizado em termos de unidades salariais inclui os juros referentes ao tempo necessário para produzi-los e colocá-los em

---

36. Veja-se Robinson (1953-54: 85), retiradas das demais reproduções do artigo, bem como o capítulo 7 de A Acumulação de Capital.
37. Veja-se Robinson (1953-54: 86), retiradas das demais reproduções do artigo, e também o capítulo 7 de A Acumulação de Capital.
38. Ou melhor: *"Os 'dons livres da natureza' são completamente livres, abundantes e não foram apropriados. O espaço e o ar são necessários à produção, mas nenhum deles tem preço"*. (Robinson, 1953-54: 86).

funcionamento. Por este motivo, o mesmo estoque de bens físicos representa um montante de capital real maior quando a taxa de juros é mais alta.

(b) A razão-fator (factor ratio) - isto é, a razão capital/trabalho, que representa a relação entre o volume do capital real e o número de homens-hora empregados correntemente em um ano ou, mais precisamente, o valor do capital medido em unidades salariais dividido pelo número de unidades salariais utilizadas com este capital.

(c) A unidade salarial, que é o preço de uma hora de trabalho em termos de uma unidade do bem composto. O termo salários, indica, simplesmente, o custo do trabalho, do ponto de vista do empregador, em termos do produto (e não do ponto de vista do trabalhador enquanto consumidor, cujo poder aquisitivo é denominado salário real)[39].

O raciocínio se desenvolve em termos do equilíbrio de longo prazo, que permite a acumulação, porém sem "distúrbios". Trata-se na verdade de uma primeira sugestão do que, a partir de A Acumulação de Capital, Joan Robinson denominaria de "idade de ouro", com o objetivo de "*retirar* [do modelo] *os problemas decorrentes da demanda efetiva*". O núcleo central da definição do equilíbrio de longo prazo é o postulado de que

> "... o estoque de capital existente a qualquer momento é o montante que foi acumulado até aquela data, e a razão pela qual este estoque não é maior é o fato de que seu crescimento leva tempo... A qualquer momento, existe um certo estoque de capital. Se a taxa de lucros bem como o desejo de possuir mais riqueza forem tais que induzam à acumulação, o estoque de capital será crescente, e, desde que haja mão-de-obra disponível ou que a população seja crescente, o sistema poderá estar em processo de expansão sem qualquer distúrbio com relação às condições de equilíbrio... Se o estoque de capital se mantém constante ao longo do tempo, trata-se meramente do caso especial em que a taxa de acumulação é zero". (Robinson, 1953-54: 87-88, grifos nossos).

A definição de equilíbrio, portanto, não se restringe ao estado estacionário, que é apenas um "caso especial". O fundamental é que não haja distúrbios - ou seja, que não ocorram eventos inesperados. Isto requer uma série de condições (hipóteses) adicionais: a contínua manutenção do estoque de bens de capital, de modo que sua composição etária média seja estável (se houver expansão - acumulação ou crescimento - sua idade média será menor); e o requisito de que as expectativas sejam continuamente realizadas, "*pois é impossível avaliar o capital num mundo incerto*" (Robinson, 1953-54: 90).

A ausência de incerteza não implica que não se possa discutir a "técnica de produção", embora, sob este pressuposto, a discussão fique evidentemente restrita a limites mais rígidos. É dentro destes limites que Joan Robinson apresenta um novo critério de classificação das técnicas, em termos do seu "grau de mecanização". É interessante mencionar que tanto a seção intitulada "A Técnica de Produção" (onde

---

39. Veja-se Robinson (1953-54: 86-87), retiradas das demais reproduções do artigo. As mesmas definições são usadas em A Acumulação de Capital: "*Por capital físico entendemos um 'quem é quem' de bens completamente especificados em todos os aspectos. Por capacidade produtiva entendemos um conjunto de bens de capital que pode ser usado com a quantidade de trabalho apropriada para produzir um fluxo de produção especificado em termos físicos e em termos de padrão temporal futuro. Por emprego ofertado entendemos o montante de trabalho necessário para organizar um conjunto de bens de capital com sua taxa normal de capacidade de produção num momento específico...Ao valor de um estoque de bens em termos de bens de consumo chamaremos simplesmente de capital, pois é o que corresponde, de mais perto, ao significado de capital do ponto de vista de um empresário individual... A relação entre capital em termos de tempo de trabalho e o montante de trabalho correntemente empregado quando utilizado à capacidade normal será denominado de razão real de capital, pois é o que corresponde mais de perto à concepção de capital como fator técnico de produção. É importante observar que embora ambos os elementos desta razão sejam expressos como quantidades de tempo de trabalho não são pari materia: um consiste de tempo de trabalho passado, composto a juros, incorporado num estoque de bens de capital, o outro é um fluxo de trabalho corrente por unidade de tempo*" (Robinson, 1956a: 122-123).

apresenta a classificação segundo o grau de mecanização) quanto a que lhe segue, e com ela se relaciona, denominada "A Razão entre Capital e Trabalho" (na qual apresenta a "curva de razão-fator") também foram excluídas das reproduções posteriores deste artigo, talvez por terem sido incorporadas ao longo dos quatro primeiros capítulos que compõem a segunda seção do Livro II de A Acumulação de Capital.

A definição do grau de mecanização partia da idéia do "estado de conhecimento técnico" representado pelo conjunto de técnicas disponíveis a cada momento. A explicação de Joan Robinson para o "estado de conhecimento" é tão clara, que vale a pena reproduzí-la:

> "Suponhamos que, para cada linha de produção dada, possamos construir uma lista de técnicas reais que poderiam ser usadas, com um dado montante de trabalho corrente, para produzir um volume de produção do bem em questão, mantendo-se o equipamento produtivo necessário intacto. Supõe-se que cada técnica é especificada detalhadamente, e implica o uso de itens específicos de equipamentos e uma quantidade específica de produtos intermediários na linha de produção. Tudo o mais constante, uma técnica que envolve um período de produção maior ... requer uma quantidade maior de homens-hora de trabalho incorporados nos produtos intermediários. Isto é tratado como parte do estoque de bens de capital necessários para esta técnica. Depois reunimos as listas [de técnicas] para bens específicos de modo a conseguir um volume de produção destes bens, nas proporções ditadas pelo pressuposto de que a composição do produto final é dada. Temos então um conjunto de projetos de técnicas [a set of blue prints of techniques] de modo que cada uma delas poderia ser utilizada, com o emprego de um dado montante de trabalho, para produzir certo volume de produto". (Robinson, 1953-54: 90).

Cada técnica de cada conjunto de técnicas, que têm em comum o fato de produzirem um determinado bem, pode ser classificada hierarquicamente, segundo a taxa (ou volume) de produção que ela é capaz de gerar com um dado número de trabalhadores (considerado dado). O critério de hierarquia é a "produtividade" entendida como a razão produto/trabalho.

Joan Robinson chamava a atenção para o fato de que, enquanto a descrição de uma dada técnica constitui uma "*questão de engenharia pura*" (Robinson, 1953-54: 90), a lista hierarquizada de técnicas envolve considerações também econômicas, pois se "*do ponto de vista da engenharia, é possível usar um martelo a vapor para quebrar nozes*" (Robinson, 1953-54: 91), do ponto de vista econômico uma técnica que usa mais capital (do que outra) para produzir menos produto (do que esta outra) não deve constar da lista de técnicas a serem utilizadas:

> "Precisamos portanto comparar os custos dos equipamentos requeridos pelas várias técnicas para termos certeza de não estarmos utilizando mais capital para produzir menos produto". (Robinson, 1953-54: 91)

Aqui aparece um primeiro grande problema, que diz respeito à avaliação do custo do equipamento. O valor do capital (ou o custo do equipamento) é medido em termos de unidades salariais, mas - e este é o elemento crucial - incorpora trabalho passado, na forma de uma taxa de juros nocional, referente ao tempo (de trabalho) que foi preciso para construir o equipamento, bem como o seu tempo de vida útil. Isto significa que o custo do equipamento, medido em unidades salariais, deve ser expresso como uma função da taxa de juros:

> "O custo do equipamento pode ser reconhecido em unidades salariais (isto é, tempo de trabalho), mas isto inclui os juros sobre os custos incorridos no passado para criar o estoque de bens existentes hoje (isto é, ... depende parcialmente do tempo que se levou para construir os bens de capital e parcialmente do tempo em que são usados). O custo em unidades salariais deve ser expresso como uma função da taxa de juros". (Robinson, 1953-54: 91, grifos nossos)

A classificação em termos de "grau de mecanização" utiliza, portanto dois critérios: um critério da "engenharia", dado pela razão produto/trabalho, e um critério econômico, expresso pela relação capital/produto, na qual o capital é medido em unidades salariais, que por sua vez são uma função da taxa de juros. A importância do critério econômico seria retomada pela Autora num artigo publicado pouco depois, intitulado "The Production Function" (1955b), e que nunca chegou a ser reproduzido. Ali Joan Robinson argumentava do mesmo modo, fazendo referência ao "quebra-nozes a vapor"[40] e inventando uma parábola - a "parábola do tordo"[41] - para destacar a importância de se diferenciar os dois critérios. A parábola também serve para argumentar a relevância de se levar em conta, na medida do capital, o tempo passado, já que, em cada momento, as técnicas existentes, utilizadas efetivamente ou não, são resultantes de processos anteriores, que, por sua vez, incorporam elementos históricos, econômicos e - obviamente - técnicos propriamente ditos.

Assim, do ponto de vista da engenharia, tem-se como referencial uma hierarquia de técnicas Alfa, Beta, Gama, segundo a "*taxa de produção que elas geram com um dado número de homens empregados*" (Robinson, 1953-54: 90). Isto equivale ao produto per capita (uma expressão na qual o per capita se refere ao número de trabalhadores empregados com cada técnica), de modo que a técnica Alfa gera um produto per capita maior do que o gerado pela técnica Beta, quando ambas utilizam o mesmo número de

---

40. "*De um ponto de vista puro da engenharia, um martelo a vapor é um instrumento poderoso para quebrar nozes, e o ouro o melhor material para revestir canos de esgoto*" (Robinson, 1955b: 67).

41. "*É possível desenhar uma função de produção puramente técnica para um tordo. O número de tordos-minutos trabalhados por dia em seu território aumenta de um mínimo, quando o macho está sozinho, para um máximo, quando o casal está alimentando seus filhotes. Supondo-se que as condições técnicas permanecem as mesmas ao longo do período, podemos desenhar um esquema mostrando como o produto (larvas apanhadas) por tordo-minuto varia com o número de tordos-minutos trabalhados por dia. Para um tordo, a vantagem de ter um território mais fértil em termos de larvas por metro quadrado, (descontando-se a infestação de pássaros de outras espécies que não reconhecem os direitos territoriais do tordo) é descrito por um dia de trabalho mais curto (pois as necessidades totais são rígidas) e mais tempo para cantar*". (Robinson, 1955b: 67). Em A Acumulação de Capital Joan Robinson voltaria a usar a parábola do tordo para destacar o caráter social do trabalho humano: "*A vida econômica de um tordo é mais simples que a do homem. Na maior parte do ano, o trabalho do tordo consiste em encontrar comida e comer. Ele ocupa uma certa área do terreno, e os outros tordos se comportam como se reconhecessem seu direito de propriedade, pois cada um parece lutar corajosamente para defender seu próprio território, e são fracos e se intimidam facilmente ao invadir o território vizinho. Na primavera, ele recebe a companhia de uma esposa, que, além de alimentar-se a si mesma, assume a formação de capital, encontrando materiais e construindo um ninho. O tordo faz trabalho extra, alimentando-a enquanto ela choca, e ambos fazem trabalho extra para alimentar os filhotes. Algumas economias humanas são apenas um pouco mais complicadas que a economia do tordo: numa sociedade de camponeses livres, cada família possui uma área de terra e produz nela quase tudo que consome, com um mínimo de comércio com outras famílias. Mas, ao trabalhar (e, infelizmente, ao lutar), uma parcela dos indivíduos que se especializa e coopera produz resultados bem maiores do que a soma dos seus esforços independentes, e conseqüentemente as economias humanas se desenvolvem em atividades especializadas extremamente intrincadas e complexas. A forma pela que se distribui o produto de atividades interligadas torna-se, então, importante*". (Robinson, 1956a: 3).

A questão da distribuição, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à da apropriação do excedente ou, se se quiser, da propriedade privada: "*O tordo engole a larva que encontra; para ele, a produção e o consumo estão completamente integrados. Um homem numa economia desenvolvida vive através do consumo de uma parte do produto conjunto de toda a sociedade: não há qualquer parcela deste produto que é obviamente sua, e a partilha deve se realizar de acordo com alguma regra. Além disso, o tordo come à medida em que anda, enquanto que a maioria dos tipos de produção humana consiste de processos que levam tempo para completar. O fluxo de bens de consumo que se torna disponível hoje é o resultado de trabalho que foi realizado no passado, com a ajuda de instrumentos e equipamentos que devem ter sido construídos num período ainda mais afastado no tempo.... O trabalho sem propriedade não produz nada, e a propriedade sem trabalho é rapidamente consumida*". (Robinson, 1956a: 3-4).

A parábola do tordo ainda reaparece mais uma vez no livro A Acumulação de Capital, numa "digressão" na qual a Autora ataca a noção de produto marginal do capital: "*Na economia dos tordos, a produção pode aumentar como resultado de trabalho adicional sem investimento anterior. Cada vez que o tordo apanha um verme, ele produz e consome num único ato. Sua fêmea está acostumada a investir trabalho em bens de capital para consumo - um ninho - mas não precisa de financiamento, pois produz seus próprios meios de subsistência (apanhando vermes enquanto apanha gravetos) durante o período de construção. Os tordos podem desenvolver seu trabalho em seu território sem a intermediação do capital. Para os humanos, cuja produção e consumo é distribuída no tempo, o capital (não importa quem o detenha) é uma condição necessária para que o trabalho e os recursos naturais sejam produtivos. Mas não é um fator de produção independente deles*". (Robinson, 1956a: 311).

trabalhadores. O método de classificação destas mesmas técnicas do ponto de vista econômico é um pouco mais complexo, porque:

> "Primeiro, adotamos um valor razoável qualquer para a taxa de juros, e fazemos uma avaliação preliminar do assunto. Tomamos um conjunto de equipamentos existentes, em pleno funcionamento, incluindo o produto em processo, composto de fábricas cuja distribuição etária é apropriada à taxa de expansão do estoque de capital total (que pode ser zero). Imaginamos que nossa taxa de juros nocional representa a taxa de lucro sobre o capital, realmente vigente, e que esta mesma taxa de lucro vem vigorando desde que qualquer dos itens do estoque de capital começou a existir. Calculamos o preço de oferta do equipamento a esta taxa de juros, supondo que cada item do estoque vem gerando lucros à esta mesma taxa desde que começou a ser utilizado". (Robinson, 1953-54: 91).

Ou seja, trata-se de uma situação de equilíbrio a longo prazo, em que as expectativas são sempre cumpridas, e na qual a taxa de juros é igual à taxa de lucro. Feito o cálculo, algumas técnicas serão excluídas da lista, por terem um custo relativo ao volume produzido maior do que outras. As técnicas restantes são classificadas em termos dos seus respectivos "graus de mecanização", garantido-se, devido à exclusão acima referida, que as de maior grau de mecanização sejam as de maior razão produto/trabalho (critério da engenharia), mas cuja maior razão capital/produto não compensa a maior razão produto/trabalho (critério econômico)[42].

Este critério não apenas implica que a técnica mais mecanizada (Alfa) produz mais produto final com o mesmo número de trabalhadores do que a técnica Beta (e Beta produz mais, com o mesmo número de trabalhadores do que Gama), mas também que o custo relativo de fazê-lo é menor (embora o custo absoluto do equipamento de Alfa seja maior do que o de Beta, que por sua vez é maior do que Gama).

Esta primeira hierarquização é feita (por Joan Robinson) a partir de uma dada taxa de juros nocional. Em seguida, todos os cálculos são refeitos, supondo-se várias taxas de juros alternativas, igualmente nocionais. No decorrer deste processo algumas técnicas desaparecem da lista e outras aparecem (dependendo do tempo necessário para a criação do equipamento adequado a cada técnica, ou da "durabilidade" de cada uma), mas elas nunca invertem suas posições relativas:

> "Repetimos a medida com todas as taxas de juros, ao longo de um espectro razoável. No decurso deste processo podemos criar lacunas na lista de técnicas, ou preencher lacunas que existiam antes, à medida em que a taxa de juros se altera. Por exemplo, se o número de homens-hora necessários para construir uma fábrica apropriada à técnica Gama se distribui por um longo período, ou se se concentram no início do período de gestação, enquanto que o número de homens-hora necessários para construir uma fábrica Beta se distribui ao longo de um período de tempo menor ou se se concentram na fase próxima do final do processo de produção, ou se uma fábrica Gama for mais durável, de modo que a idade média dos seus itens seja maior, uma elevação da taxa de juros pode elevar o custo de Gama acima do de Beta. Mas a taxa de produção de Gama é mais baixa e, portanto, a esta taxa de juros nocional, a técnica Gama é excluída.
>
> As técnicas podem aparecer ou desaparecer da lista à medida em que a taxa de juros nocional se altera, mas duas técnicas nunca podem inverter suas posições, pois foram listadas em primeiro lugar segundo a ordem das suas taxas de produção com um dado montante de trabalho corrente, e este é um fato da engenharia pura, independente da taxa de juros". (Robinson, 1953-54: 91-92, grifos nossos).

---

42. *"Qualquer técnica que envolve um custo superior a outra para a mesma taxa de produção, ou para uma taxa menor, deve ser excluída, pois é anti-econômica (à taxa suposta de juros), não importa quão interessante ela possa ser do ponto de vista da engenharia"* (Robinson, 1953-54: 91).

Na passagem acima, grifamos as expressões utilizadas por Joan Robinson com relação às diferentes taxas de juros utilizadas para o cálculo que compara as diferentes técnicas. Nota-se que ela se refere à alteração da taxa de juros, o que parece indicar uma identidade entre comparação e mudança. Este teria sido um dos elementos da maneira "um tanto quanto descuidada" com a qual ela apresentou sua classificação de técnicas segundo o grau de mecanização, e que só seria plenamente esclarecida no ensaio "A Model of Technical Progress" (1962g), publicado quase dez anos depois.

Por outro lado, como que intuitivamente, ela chamou a atenção para o fato de que, a rigor, as diferentes técnicas podem não ser comparáveis:

> "A diferença entre uma técnica mais mecanizada e uma menos mecanizada não se produz mediante a adição de colheradas de investimento ao 'caldeirão' do 'capital'. Cada técnica envolve seus respectivos projetos, e pode não haver qualquer item reconhecível, em comum, entre uma e outra. Não há, portanto, nenhuma razão pela qual a hierarquia tenha de consistir de pequenos avanços no produto per capita. Pode ser assim, ou pode consistir de uma série de saltos com lacunas apreciáveis entre cada técnica e a próxima. Parece óbvio, por exemplo, que ocorram grandes saltos entre técnicas que envolvem diferentes fontes de energia". (Robinson, 1953-54: 92)

Entretanto, apesar deste alerta, ela utilizou a hierarquização das técnicas como um arcabouço a partir do qual se discute a questão da escolha da técnica, que, do ponto de vista do "capitalista individual", é feita sob o critério da maximização do lucro:

> "Supõe-se que o capitalista individual escolhe entre técnicas possíveis de modo a maximizar o excedente do produto que um dado montante de capital gera sobre seus custos salariais em termos do seu próprio produto e portanto obtém a maior taxa de lucro sobre o capital, que as técnicas disponíveis possibilitam". (Robinson, 1953-54: 92).

Também aqui Joan Robinson antecipava o perigo de uma interpretação que ela considerava totalmente equivocada: a do fato de uma técnica mais mecanizada estar diretamente relacionada a uma taxa de juros menor vir a ser entendido como uma relação de causalidade, na qual o desemprego é conseqüência da utilização de técnicas que empregam pouco trabalho, o que, por sua vez, seria decorrente de altas taxas salariais. Ou seja, a argumentação de que bastaria que os trabalhadores se dispusessem a uma redução dos salários, para que o pleno-emprego fosse logo restabelecido. Esse tipo de interpretação recebeu dela o nome de "modelos pseudo-causais", caracterizados pela noção de que o equilíbrio está no futuro - ou seja, de que, embora se admita que a economia não se encontra em equilíbrio, ela tende nesta direção - e por conceitos criados "*apressadamente para se estabelecer um modelo fechado, com o único objetivo de tentar recuperar, para a teoria do equilíbrio, a posição que Keynes havia derrubado*". (Robinson, 1962f, ETG: 29).

No ensaio "A Model of Accumulation" (1962f), que acabamos de citar, Joan Robinson apresenta dois exemplos de teoremas "bastardos" desses modelos pseudo-causais[43]. O primeiro mostraria como uma

---

43. O termo "bastardo" foi usado pela primeira vez numa resenha do livro de H.G. Johnson, intitulado Money, Trade and Economic Growth, que foi reproduzida no terceiro volume dos Collected Economic Papers sob o título "The General Theory after Twenty-Five Years" (1962i). O título da

situação de desemprego pode ser conduzida à de pleno emprego, através de "*um mecanismo que relaciona a quantidade de dinheiro e o nível dos salários de forma tal que faz o sistema apresentar uma tendência no sentido do pleno emprego*" (Robinson, 1962f, ETG: 29)[44].

O outro exemplo de teorema pseudo-causal diz respeito à taxa de lucro e à medida do capital e mostraria que, como, em geral, uma taxa de lucro mais baixa (salários reais mais altos) está associada a uma razão capital/trabalho mais alta, a redução da taxa de lucro seria uma conseqüência do processo de acumulação[45].

O perigo da interpretação "bastarda" torna-se ainda maior pela identificação entre comparação e mudança, consubstanciado na idéia da "substituição de fatores". A forma "descuidada" com que Joan Robinson apresentou o artigo de 1953-54 contribuiu para este tipo de interpretação:

> "Dada a hierarquia de técnicas, quanto maior for a taxa salarial, tanto maior será o grau de mecanização da técnica escolhida. Geralmente, este princípio é descrito de um modo um tanto quanto mistificador, em termos da 'substituição do trabalho por capital' à medida que o custo do trabalho aumenta. O ponto essencial, no entanto, é muito simples. Uma fábrica Alfa envolve um custo de capital maior e gera uma maior taxa de produto com um dado montante de trabalho corrente do que uma fábrica Beta. A uma taxa salarial maior ambas as fábricas geram um lucro por homem empregado menor do que a uma taxa salarial menor, mas uma dada diferença das taxas salariais reduz o excedente do produto em relação aos salários (isto é, lucro), numa proporção menor onde o produto é maior" (Robinson, 1953-54, 92, grifos nossos).

Nesta passagem, e conforme destacamos com os grifos, Joan Robinson faz comparações e não se refere a mudanças. Mas só o explicitava claramente no exemplo numérico, o qual foi excluído das demais reproduções deste trabalho, embora tenha sido ligeiramente modificado, ampliado e reapresentado como nota de rodapé em A Acumulação de Capital (Robinson, 1956a: 106-107, n1).

O exemplo numérico, no artigo original, comparava a lucratividade de três técnicas diferentes, a duas taxas salariais. Todas as técnicas usam o mesmo número de trabalhadores, diferenciando-se uma da outra pelo valor do capital e pelo produto gerado. Mede-se, para cada uma das técnicas, e com referência a duas taxas salariais diferentes, as respectivas taxas de lucro. As técnicas são hierarquizadas segundo seus respectivos "graus de mecanização", levando em conta as razões produto/trabalho (critério da engenharia) e capital/produto (critério econômico). Na tabela abaixo, reproduzimos o exemplo numérico do artigo. As três últimas linhas, bem como a notação, foram por nós adicionadas[46].

---

reprodução é uma referência a um dos ensaios do livro resenhado, e que celebrava o 25o. aniversário da Teoria Geral. Para a evolução da árvore genealógica do keynesianismo "bastardo" - segundo Joan Robinson - veja-se Kregel (1996).

44. "*Quando há desemprego, as taxas nominais de salários caem, de modo que, se a quantidade de dinheiro não for diminuída, a taxa de juros irá baixar, e (uma condição não provada e cujo simples enunciado demonstra como é ridículo) se as expectativas de lucro em termos nominais não forem afetadas pela queda dos preços, o investimento aumentará*". (Robinson, 1962f, ETG: 27)

45. "*A partir da proposição de que, em condições de equilíbrio com possibilidades técnicas idênticas, uma razão mais elevada entre o 'capital' e trabalho se associa a uma taxa de lucro mais baixa e salários reais mais altos, deduz-se o teorema pseudo-causal segundo o qual a acumulação tende a fazer baixar a taxa de lucros*". (Robinson, 1962f, ETG: 30-31).

46. A técnica Alfa emprega 50 trabalhadores e um capital de 104, gerando um produto total de 65. A razão produto/trabalho é 65/50 = 1,3 e a razão capital/produto é 104/65 = 1,6. A técnica Beta emprega 50 trabalhadores, um capital de 52 e gera um produto de 60. A razão produto/trabalho é 60/50 = 1,2 e a razão capital/produto 52/60 = 0,87. A técnica Gama emprega 50 trabalhadores, um capital de 26 e gera um produto de 55. A razão produto/trabalho é 55/50 = 1,1 e a razão capital/produto 26/55 = 0,47. Sob estes critérios, e à taxa salarial igual a 1, a técnica Alfa é mais mecanizada que a técnica Beta, que é mais mecanizada que a técnica Gama.

TABELA 1

Técnicas	gama I	beta I	alfa I	gama II	beta II	alfa II
Homens empregados N	50	50	50	50	50	50
Taxa salarial w	1	1	1	1,1	1,1	1,1
Capital C	26	52	104	27,5	55	110
Produto Y	55	60	65	55	60	65
Folha de salários L = wN	50	50	50	55	55	55
Lucro P = Y - L = Y - wN	5	10	15	0	5	10
Taxa de lucro r = P/C = (Y - wN)/C	19%	19%	14%	0%	9%	9%
Razão produto/trabalho = Y/L	1.10	1.20	1.30	1.00	1,09	1,18
Razão capital/produto = C/Y	0,47	0,87	1,60	0,50	0,92	1,69
Razão capital/trabalho = C/L	0,52	1,04	2,08	0,5	1,00	2,00

Joan Robinson chamava a atenção para o fato de que o custo do capital de cada técnica, quando calculado a duas taxas salariais diferentes não é proporcional à diferença da taxa salarial. A justificativa, um tanto quanto artificial (e possivelmente por este motivo modificada no exemplo numérico de A Acumulação de Capital), era a de que uma taxa salarial maior implica uma taxa de lucro menor, e, conseqüentemente, a parcela dos juros (igual ao lucro) incorporado no custo do capital também seria menor. Por outro lado, todavia, isto não afetava o custo relativo das três técnicas entre si.

Este exemplo numérico mostra que, quando a taxa salarial é igual a um, e sob a hipótese de que o critério de escolha da técnica segue o princípio da maximização do lucro, o capitalista será indiferente quanto às técnicas Gama e Beta, já que ambas geram a mesma taxa de lucro; e que, a uma outra taxa salarial, a indiferença fica entre as técnicas Beta e Alfa. Vale ressaltar ainda que aqui também Joan Robinson fez uma observação importante, embora não a tenha desenvolvido, e que diz respeito à relação entre incerteza e flexibilidade (ou divisibilidade) da técnica:

> "Se houvesse alguma incerteza sobre os lucros futuros, a técnica Gama seria a preferida [à taxa salarial igual a um], pois um investimento que é tecnicamente divisível é mais flexível do que aquele que é um todo integrado" (Robinson, 1953-54: 92).

O exemplo numérico serve para mostrar também que, dadas as possibilidades técnicas, a combinação de fatores ("a razão real de capital") é determinada pela taxa salarial. Esta é a relação com a qual a Autora encerrou esta seção do artigo, dando origem à interpretação segundo a qual o desemprego pode ser causado por uma taxa salarial demasiadamente elevada.

Por mais artificial que seja o exemplo, ele sugere ainda uma questão interessante. Comparando apenas as técnicas Alfa e Gama, verifica-se (com os dados do exemplo), que, à primeira taxa salarial, a técnica Gama é a mais lucrativa, e que a situação se inverte quando a taxa salarial é outra. Isto significa que diferentes taxas salariais implicam diferentes técnicas escolhidas (e eliminadas). Mas, pode ocorrer também que, para uma mesma taxa salarial, haja mais do que uma técnica gerando a mesma taxa de lucro. Este segundo caso - que constitui a "fronteira técnica" - foi descrito com clareza no ensaio "A Model of Technical Progress", publicado em 1962. Nele Joan Robinson enfatizava que é exatamente este tipo de

ocorrência (duas técnicas diferentes que geram a mesma taxa de lucro, a preços dados de fatores), que permite a comparação entre elas:

> "Para o nível dos salários reais efetivamente vigentes, pode acontecer que apenas uma técnica seja elegível; ou pode haver duas, e a que emprega mais promete um produto maior, suficiente para pagar a folha de salários maior, gerando o mesmo lucro sobre o investimento. É possível que ambas as técnicas sejam escolhidas por planos de investimento simultâneos, de modo que operem lado a lado. Neste caso, não é difícil comparar os custos das fábricas que cada uma das técnicas requer, já que a comparação é feita com base num conjunto comum de preços, com um custo comum da fábrica básica à mesma taxa de crescimento para a economia como um todo. A técnica que requer mais emprego por unidade de investimento tem uma razão real de capital mais baixa que a outra. Diz-se que ela tem um grau de mecanização mais baixo". (Robinson, 1962g, ETG: 92)

É preciso enfatizar o problema decorrente da maneira "um tanto quanto descuidada" de apresentar a hierarquia das técnicas segundo o grau de mecanização, pois é isto que leva à confusão entre "comparação" e "mudança". Neste caso, uma variação da taxa salarial implica a transição de técnicas mais mecanizadas para menos mecanizadas, ou vice-versa, dependendo de como se dá a variação da taxa salarial. Trata-se de um "fenômeno" que, no artigo de 1953-54, só aparece implicitamente, e que iria dar origem, por um lado, à necessidade de classificar as técnicas em "superiores" e "inferiores" e, pelo outro, ao tema da "inversão ou conversão das técnicas" (double switching ou reswitching) e da "reversão do capital" (capital reversing)[47].

A confusão residia no fato de que a hierarquia, em termos de (diferentes) graus de mecanização, refere-se a técnicas existentes num dado momento, em que nenhuma delas é superior às demais, apenas sendo ou não escolhidas em função dos "preços dos fatores". Elas compõem o que Joan Robinson posteriormente iria chamar de função de produtividade ex-ante, para diferenciá-la da função ex-post. Enquanto a função ex-ante "*consiste de um conjunto de projetos para as técnicas possíveis, do qual se escolhe as técnicas do novo investimento (incluindo a reinversão dos fundos de amortização) a cada momento do tempo*" (Robinson, 1962g, ETG: 92), a função ex-post "*não representa a escolha das técnicas a ser feita a qualquer momento do tempo; ela é apropriada à comparação entre economias, cada uma com seu próprio passado, que se desenvolveram com diferentes taxas de lucro, embora tivessem tido acesso ao mesmo corpo de conhecimento técnico*"(Robinson, 1962g, ETG: 92-93, n2)[48].

A hierarquização das técnicas segundo o "grau de mecanização", da forma em que fora exposta no artigo de 1953-54 serviu também para a construção de uma "curva de razão-fator". Esta curva, que relaciona a "o capital real por homem empregado" (a razão capital/trabalho) à "taxa de produto" (produto per capita), tem, nas palavras de Joan Robinson, "*uma aparência um tanto quanto bizarra, se comparada com a estrutura suave da função de produção típica dos livros-texto*" (Robinson, 1953-54: 93).

---

47. Harcourt oferece uma explicação sintética destes termos: "*Analiticamente, 'reswitching' (ou 'double switching') é a possibilidade de que a mesma técnica seja a mais lucrativa de todas as técnicas possíveis para dois ou mais valores separados da taxa de lucro, ainda que outras técnicas sejam as mais lucrativas para taxas de lucro intermediárias. 'Capital reversing' é a possibilidade de que haja uma relação positiva entre o valor do 'capital' e a taxa de lucro quando se considera a mudança de uma técnica a outra*". (Harcourt, 1976: 133-134). O Autor se refere ao fato de que, embora estes temas específicos tenham sido debatidos em meados da década de 1960, sua origem está exatamente no que Joan Robinson denominou Ruth Cohen Curiosum, às páginas 109-110 de A Acumulação de Capital. Como vemos, ela já havia detectado esta "curiosidade" no artigo de 1953-54. Veja-se também Pasinetti (1996).

48. Veremos mais à frente que esta diferenciação entre a função ex-ante e a função ex-post também pode ser interpretada como uma separação entre os níveis micro e macroeconômicos de análise.

O gráfico comporta uma representação geométrica mais genérica do que a do exemplo numérico. A ordenada representa os volumes produzidos por um número constante de trabalhadores usando diferentes técnicas, e a abcissa representa o custo do capital, em termos de unidades salariais ("capital real"), calculado a diferentes taxas de juros (quanto maior a taxa de juros, maior o custo do capital, para o mesmo capital físico), para cada uma das técnicas. Para cada taxa de juros, cada capital (que representa cada uma das técnicas) tem um certo valor. Ao se relacionar os valores dos diferentes capitais (a uma taxa de juros por vez) e seus respectivos volumes de produção, tem-se uma curva de produtividade que mostra como o produto se eleva quando se utiliza técnicas mais mecanizadas[49]

Para cada taxa de juros, obtém-se uma curva de produtividade diferente e o conjunto destas curvas compõe o assim chamado "dado estado de conhecimento".

> "Cada curva representa as características de engenharia das técnicas, mas seria inútil perguntar a um engenheiro como desenhá-las. Ele não entende o significado de um dado estado de conhecimento tecnológico, pois aprende algo novo todos os dias. 'Conhecimento dado' é uma abstração drástica (embora possa ter alguma relevância para um país 'atrasado', que pode usar um conjunto de técnicas passadas e atuais utilizadas em países 'avançados' como um catálogo de alternativas a partir das quais faz sua escolha)". (Robinson, 1953-54: 94).

O conjunto de curvas tem uma série de características cuja explicitação, como se verá mais adiante, é de fundamental importância. Neste sentido, faremos apenas uma primeira indicação, que tem implicações sobre a descrição da "taxa de crescimento possível":

> "[O conhecimento dado] implica algum limite absoluto superior para o volume de produção que uma dada força de trabalho é capaz de produzir....Isto expressa os 'retornos decrescentes do capital' à medida que a razão capital/trabalho se eleva. É importante não confundir os retornos decrescentes neste sentido com a lei clássica dos rendimentos decrescentes. Os rendimentos decrescentes clássicos decorrem do aumento da população relativamente aos recursos naturais constantes, que podem até corresponder aos fatos da vida, enquanto que os retornos decrescentes mostrados na função de produção resultam dos pressupostos artificiais do estado de conhecimento dado". (Robinson, 1953-54: 94, inclusive nota de rodapé).

A segunda característica geométrica da curva - sua concavidade - é um artifício simplificador. As observações de Joan Robinson, no entanto, indicam como que uma previsão da questão da inversão das técnicas:

> "Não há razão, do ponto de vista da engenharia, ... para que o aumento do produto, decorrente da substituição de uma técnica Alfa [mais mecanizada] por Beta [menos mecanizada] seja mais do que proporcional ao aumento, a uma dada taxa salarial, do custo do equipamento envolvido, de modo que Beta jamais seria um técnica lucrativa. Esta possibilidade não é eliminada pela exclusão das técnicas antieconômicas..." (Robinson, 1953-54, 3n).

A inversão das técnicas também está implícita na seguinte observação, que aliás, termina com uma nota de rodapé que remete exatamente ao que a Autora denomina "caso perverso":

---

49. Este gráfico não foi reproduzido nas coletâneas, mas aparece na seção "Diagramas" de A Acumulação de Capital.

"A relação entre uma curva e a outra depende da reação dos custos dos vários conjuntos de equipamentos às diferenças na taxa de juros, e isso depende, como vimos, de um modo complexo, do período de gestação e do tempo de vida útil de cada item de equipamento. Há pouco que se possa dizer, aprioristicamente, embora seja razoável supor que as técnicas mais mecanizadas sejam as mais sensíveis à taxa de juros...". (Robinson, 1953-54: 94)

É com este conjunto de curvas de produtividade, ou sistema de curvas, que representam um "dado estado de conhecimento", que Joan Robinson constrói sua curva "bizarra", denominada "curva razão-fator". A construção utiliza-se de elementos derivados da definição de equilíbrio de longo prazo, que

"requer que a taxa de juros que entra no cálculo do custo do equipamento seja igual à taxa de lucro vigente (pois esta taxa de lucro é a que vigorava no período em que o estoque de capital existente estava sendo construído). Precisamos portanto imaginar que, mediante um processo de tentativa e erro, encontramos uma posição, para cada razão entre fatores, em que ambas sejam iguais. Cada curva de produtividade é desenhada sob o pressuposto de que uma taxa de juros que é igual à taxa de lucro que se obtém se a taxa salarial fizesse com que as técnicas [envolvidas na curva de produtividade] sejam igualmente lucrativas" (Robinson, 1953-54: 94-95).

A curva de razão-fator, que posteriormente recebeu o nome de pseudo-função de produção, diferencia-se da função de produção tradicional basicamente pelo fato de não estabelecer uma relação única e inequívoca entre as razões "produto per capita", "capital/trabalho" e "taxa de lucro". A melhor explicitação destas diferenças encontra-se num artigo bastante posterior, "The Meaning of Capital", que data de 1977:

"Em primeiro lugar, a função de produção [tradicional] é continuamente diferenciável, pois a menor diferença no estoque de 'manteiga' per capita empregado implica uma diferença no produto per capita, enquanto que a pseudo-função de produção pode ter grandes hiatos entre pontos de conversão, nos quais o mesmo produto per capita se associa a uma taxa de lucro decrescente....

Em ambas, uma participação maior dos salários associa-se a uma taxa de lucro menor, [mas] a regra mais fundamental da função de produção é que a um estoque maior de manteiga per capita associa-se um produto maior, enquanto que na pseudo-função de produção não se supõe que uma técnica que gera um produto per capita maior requeira um valor de capital maior à taxa de lucro em que é escolhida. [Além disso] ... na pseudo-função, não é necessário que um maior valor de capital per capita se associe a um produto per capita maior. Em resumo, uma técnica mais intensiva em trabalho pode ser mais lucrativa a uma taxa de lucro menor do que uma outra que gera um produto per capita maior....

A razão destas diferenças é óbvia. A função de produção bem comportada funde o conceito de valor do capital com um estoque de meios de produção, enquanto que a pseudo-função distingue os meios de produção físicos necessários para uma técnica específica e o seu valor a várias taxas de lucro". (Robinson, 1977c:, CME 121-122)

Um aspecto importante da curva de razão-fator é que ela mostra que, em equilíbrio, a razão entre capital e trabalho não depende apenas da taxa salarial, mas também do grau de mecanização e da taxa de juros[50]. A taxa salarial e a taxa de juros, no entanto, têm efeitos contrários, e o efeito-juros pode até mesmo mais do que compensar o efeito-salário, "*de modo que o valor de um dado capital físico em termos de produto seja menor a uma taxa salarial maior*" (Robinson, 1953-54: 96). Este caso, que Joan Robinson

50. A influência da taxa salarial sobre o valor de um dado capital físico recebe o nome de "efeito Wicksell". Sobre este assunto, veja-se "The Real Wicksell Effect" (1958b), apesar dela mesma, anos depois, não recomendar sua leitura porque "*sua única utilidade era a de oferecer uma terminologia para descrever uma pseudo-função de produção*" (Robinson, 1975d, CEP2, 2a. ed.: ix).

considera "peculiar", ocorre, por exemplo, quando um capital tem um período de gestação e um tempo de vida útil longos, e seu valor, conseqüentemente, (em termos de unidades salariais, que incorporam os juros), é sensível às variações da taxa de juros. Este é o caso "paradoxal" no qual um dado montante de capital (em termos de produto) oferece um nível de emprego menor quando a taxa salarial é menor[51]. O corolário deste paradoxo é que as técnicas mais mecanizadas se associam às maiores taxas salariais.

É interessante notar que, no último parágrafo desta seção, e entre parênteses, Joan Robinson levantava um dos problemas centrais da definição que ela mesmo dera ao equilíbrio: o fato de que não é possível tratar dos efeitos do progresso técnico nem das conseqüências de uma variação da demanda efetiva. Ao mesmo tempo, embora apenas implicitamente, fica claro que os diferentes graus de mecanização nada têm a ver com o conceito de "inovação":

> "Quando o progresso do conhecimento técnico economiza capital em termos da acumulação, aumentando a produtividade de um dado montante de capital real, ou quando as oportunidades da produção mecanizada estimulam a acumulação, que no caso contrário não ocorreria, o caso se altera. Nossas condições de equilíbrio não dizem nada sobre os efeitos das inovações, ou sobre as oscilações da demanda efetiva" (Robinson, 1953-54: 96).

Estas questões cruciais - da inversão das técnicas e dos efeitos do progresso técnico propriamente dito - seriam retomadas pela Autora em seus trabalhos posteriores. A primeira se transformaria, inclusive, num núcleo importante da controvérsia com os neoclássicos. A segunda, dos efeitos do progresso técnico, incorporar-se-ia ao seu modelo de acumulação no longo prazo. Por ora, importa ressaltar que a curva de razão-fator servia para enfatizar as influências do "grau de mecanização" e da taxa de juros, ao lado da taxa salarial, na escolha da técnica. Esta abordagem se contrapunha ao postulado neoclássico, segundo o qual a escolha da técnica é determinada exclusivamente pela taxa salarial. E, mais do que isso, a taxa salarial a que o postulado neoclássico se refere é a taxa <u>real</u>.

As críticas de Joan Robinson a este respeito foram apresentadas na seção intitulada "Salários Reais" do artigo original, que foi posteriormente resumida e recebeu o título de "Salários e Lucros" nas versões reproduzidas. Novamente, Joan Robinson identificava aí, no exemplo dos países construtores de estradas, um núcleo analítico que, apesar da inspiração neoclássica, parecia fazer algum sentido:

> "O sistema neoclássico se baseia no postulado de que, no longo prazo, a taxa de salário real tende a ser tal que toda a mão-de-obra disponível seja empregada. <u>A despeito das atrocidades que foram cometidas em seu nome, obviamente há um sólido núcleo de sentido nesta proposição</u>. Voltando aos nossos construtores de estradas, o emprego por unidade de produto é bem mais alto em Gama do que em Alfa, e parece óbvio que isto esteja relacionado com o fato de que lá os salários reais são bem mais baixos - que a superabundância de mão-de-obra mantém os salários reais reduzidos, e deste modo permite que seja empregado...". (Robinson, 1953-54: 96, grifos nossos).

A Autora procurou desenvolver seu raciocínio no intuito de verificar em que sentido o postulado neoclássico tem significado. Ou seja, ela não negava a noção de senso comum de que baixos salários

---

51. Joan Robinson sugere chamar este caso paradoxal de "efeito Ricardesco".

auxiliam a elevação do nível de emprego do ponto de vista de um empresário que escolhe a técnica que maximiza seu lucro. O que ela negava - enfaticamente - é que haja qualquer tendência ao pleno emprego no longo prazo, e, em particular, que esta tendência tenha como motor a redução dos salários.

Aqui se evidencia uma das características da abordagem de Joan Robinson, tão bem explicitada por Meacci (1996), e que, genericamente, se constituiu na interpretação do problema da "escolha da técnica" como pertencente ao âmbito das decisões empresariais e portanto "microeconômicas" e ex-ante, e o problema das conseqüências desta "escolha" como pertinente ao âmbito da análise agregada e ex-post. Voltaremos a essa interpretação de Meacci mais à frente. Por enquanto, cumpre salientar que a transposição do postulado neoclássico ao modelo que inclui entre seus dados um "estado de conhecimento tecnológico" expresso por um conjunto de técnicas de produção disponíveis, hierarquizadas segundo seu grau de mecanização e a hipótese inicial de que o capital existente emprega toda a mão-de-obra disponível se traduz na seguinte reformulação por parte da Autora:

> "Supõe-se que a qualquer taxa salarial dada, o jogo competitivo entre capitalistas, em que cada um procura maximizar seus lucros individuais, assegura que a técnica escolhida é aquela que maximiza a taxa de lucro. Portanto a técnica é função da taxa salarial. A composição do equipamento produtivo existente é determinada pela técnica e pelo montante total de capital. Uma dada composição de equipamentos oferece um dado montante de emprego. Portanto o montante de emprego é função da taxa salarial. Podemos agora estabelecer o postulado neoclássico: supõe-se que a taxa salarial é tal que a técnica de produção é tal que a dada quantidade de capital emprega a dada quantidade de trabalho". (Robinson, 1953-54: 97, grifos nossos).

Deve-se ressaltar que na reformulação acima - "*a taxa salarial é tal que.... emprega a dada quantidade de trabalho*" não significa que gera o pleno emprego da mão-de-obra.

Joan Robinson ressaltava ainda que, embora a relação entre o montante de emprego e a taxa salarial independa do meio pelo qual os salários são pagos, a análise deve supor que sejam pagos em alguma unidade de poder de compra geral (e não, para usar seu próprio exemplo, em "amendoins"). O poder aquisitivo específico dos salários depende do preço, ou melhor, de um índice de preços, que reflita a cesta de consumo dos trabalhadores. Este índice de preços, por sua vez, depende, antes de mais nada, da forma pela qual os preços de produtos específicos são determinados. Estes, finalmente, dependem da "*oferta e demanda de fatores escassos, do nível da demanda efetiva e da política de preços dos produtores rivais imperfeitamente competitivos... Eliminamos* [por hipótese] *as flutuações da demanda efetiva mas precisamos considerar a influência da concorrência*". (Robinson, 1953-54: 97).

É precisamente nesta parte de sua argumentação que a Autora introduz alguns elementos inovadores. Por se tratar de uma análise que se propõe aplicável ao longo prazo, Joan Robinson supõe a possibilidade da concorrência em preços, e principalmente, a possibilidade de entrada em novos mercados, induzida pela expectativa de lucro. Ela mantém, no entanto, a hipótese de que se a entrada for totalmente livre, tende a vigorar uma taxa de lucro uniforme para toda a economia.

Em toda essa discussão, Joan Robinson utiliza uma noção bastante frouxa de monopólio, com grandes aberturas para os graus de "imperfeição da concorrência". Ao mesmo tempo, é preciso chamar a

atenção para um argumento de fundamental importância. A análise que relaciona a taxa de lucro à razão entre fatores exige que esta taxa de lucro seja representativa do sistema - isto é, que seja uma taxa de lucro uniforme. Este é o motivo pelo qual Joan Robinson, em geral, adotaria o pressuposto da concorrência (que garante uniformidade à taxa de lucro), inclusive no seu A Acumulação de Capital. Neste primeiro artigo, a justificativa para a adoção do pressuposto de concorrência em seus modelos tinha uma clareza meridiana:

> "Quando há elementos de monopólio numa economia, diferentes linhas de produção geram diferentes taxas de lucro, sem muita tendência à equalização pelo sistema. O raciocínio em termos de uma taxa de lucro de equilíbrio correspondente a uma dada razão capital/trabalho não pode, então, ser aplicado, sem um bocado de complicações. É por esta razão que o pressuposto da concorrência livre (no sentido do longo prazo) é necessário.
>
> Dado que a concorrência estabelece uma taxa de lucro uniforme em toda a economia, e dado o conhecimento técnico bem como a quantidade de capital (em termos do produto), há apenas um valor da taxa salarial que é compatível com o pleno-emprego de qualquer força de trabalho dada". (Robinson, 1953-54: 98).

Joan Robinson portanto concordava com a proposição de que, para uma dada taxa de lucro (que em regime de concorrência é uniforme e igual à taxa de juros, e em equilíbrio é estável e previsível), para um dado estado de conhecimento técnico (representado, como vimos, pela hierarquia de técnicas disponíveis), há um valor para a taxa salarial compatível com cada número de trabalhadores plenamente empregados. Da forma como fora colocada, esta proposição tornava-se perfeitamente aceitável pela Autora. O que ela não aceitava eram as conclusões que a teoria neoclássica deriva desta proposição. Uma delas é a de que o desemprego é resultante da rigidez dos salários à baixa. Outra conclusão neoclássica que a Autora não aceitava é a de que a barganha salarial determina salários reais.

Quase no final do artigo Joan Robinson chamava a atenção para a impossibilidade de utilização do instrumental substanciado pela curva de razão-fator para a análise da acumulação numa situação em que a relação entre os fatores se modifica. Simultaneamente, deixava clara sua discordância da visão neoclássica no que diz respeito à idéia de que a acumulação tende a reduzir a taxa de lucro e a elevar a razão-fator (isto é, a razão capital/trabalho). Como foi visto no capítulo anterior, Joan Robinson também criticava a teoria marxista, exatamente por identificar nela a mesma concepção - de que a acumulação aumenta a composição orgânica do capital, e que isso leva à tendência à queda da taxa de lucro[52].

Uma questão extremamente complicada era "*a mera noção da acumulação ocorrendo sob condições de equilíbrio, com alteração da razão entre fatores*" (Robinson, 1953-54: 99). As alterações da relação entre fatores não dependem apenas do ritmo da acumulação, mas também de como os efeitos de uma variação da taxa salarial são absorvidos, do tempo de vida útil dos equipamentos e de como os empresários reagem a uma alteração da taxa de lucro, para dar apenas alguns exemplos. Neste ponto, ela explicitaria a necessidade de se distinguir a análise que compara diferentes relações entre fatores da que supõe uma variação desta relação:

---

52. Esta crítica também foi dirigida a Keynes, especificamente com relação à idéia de que a "eficiência marginal do capital" é uma função decrescente da taxa de investimento. Para Joan Robinson, a formulação de Keynes "*confunde as expectativas de lucro futuro por parte das firmas individuais com os lucros a serem realizados pela indústria como um todo. Além disso, ele projeta o argumento para o longo prazo e supõe que um estoque maior de bens de capital gerará uma taxa de lucro mais baixa, caindo na teoria 'clássica' que ele pretendia combater*" (Robinson, 1977b, CEP5: 194).

> "A comparação entre posições de equilíbrio com diferentes razões entre fatores não pode ser usada para analisar as mudanças na relação entre fatores que ocorrem ao longo do tempo, e é impossível discutir mudanças (no sentido de opostas a diferenças) nos termos neoclássicos". (Robinson, 1953-54: 100, grifos nossos).

Finalmente, Joan Robinson discutia as "mudanças do conhecimento técnico", numa seção que também seria excluída das reproduções subsequentes deste artigo. Seu argumento começava com uma crítica à noção de invenção (ou inovação) adotada pela teoria neoclássica, que considera "invenção" não apenas as inovações em métodos de produção específicos, ou os aprimoramentos de bens de capital, mas também quaisquer descobertas que, além de poderem ser aplicadas a inúmeros processos de produção, elevam a produtividade do trabalho ao longo de um grande espectro de variação da relação entre fatores. Vale ressaltar que sua crítica não se referia ao conceito de inovação propriamente dito, mas à sua aplicabilidade universal em termos da análise dos efeitos das inovações sobre a produção e a distribuição da renda, já que esta análise se baseia no pressuposto de "quantidade dada de capital" que obviamente é incompatível com uma noção tão ampla do conceito.

> "No sistema neoclássico, o conhecimento técnico é alterado por invenções. Supõe-se que uma 'invenção' não é apenas uma inovação isolada em um método de produção ou desenho de um equipamento. É uma descoberta que tem um amplo espectro de aplicações e que eleva a produtividade do trabalho em um grande conjunto de razão-fator.
>
> Em geral, o argumento é conduzido em termos do efeito das inovações sobre o produto e os ganhos relativos de dadas quantidades de capital e trabalho. Conseqüentemente, temos que imaginar uma economia que salta de um estado estacionário a outro, aterrizando em equilíbrio num novo estado de conhecimento com as mesmas ofertas de fatores de produção que antes. Isto faz com que as contradições envolvidas no conceito neoclássico de equilíbrio e as ambigüidades envolvidas no conceito de uma quantidade constante de capital se tornem mais formidáveis do que nunca". (Robinson, 1953-54: 100-101).

Por este motivo, Joan Robinson propunha adotar a hipótese de que existe uma taxa de inovação esperada (a qual, em equilíbrio, sempre se verifica), para a qual os empresários fazem reservas financeiras - mantêm "fundos de obsolescência" - que lhes permitem transformar seus equipamentos de modo a adaptá-los às novas técnicas de produção, sem perda de "capital". Além disso, supunha que as inovações produzem produtos semelhantes, apenas contemplando inovações de processo, e não novos produtos - um pressuposto, segundo ela mesma, "traiçoeiro". O objetivo desta hipótese era permitir a comparação da eficiência dos diversos métodos de produção, o que só poderia ser feito em termos de um produto invariável.

Cabe ressaltar que Joan Robinson limitou-se, neste artigo, a comparar posições de equilíbrio de uma economia em dois momentos diferentes (o método da estática comparativa), e não se preocupou em formular uma teoria da mudança técnica.

A primeira posição de equilíbrio é caracterizada pelo uso de uma tecnologia Beta, que é representada por uma determinada relação capital/trabalho, uma determinada taxa de lucro nocional (igual à taxa de juros) e uma curva de produtividade cuja elasticidade é dada pela participação do lucro no

produto. O "novo estado de tecnologia" é representado por uma outra curva de produtividade, construída com base na mesma taxa de juros (e de lucro) utilizada para a tecnologia Beta. Se no ponto, nesta nova curva, que corresponde à mesma razão capital/trabalho da tecnologia Beta (o ponto Beta+), a elasticidade for igual à da tecnologia Beta (isto é, a participação do lucro no produto não se altera), conclui-se que a participação do salário no produto não se altera - ou, mais precisamente, que a taxa salarial aumentou na mesma proporção que o produto. Neste caso, tanto o capital por unidade de produto quanto a taxa de lucro sobre o capital não se alteram.

Alternativamente, se a elasticidade naquele ponto for menor na nova curva (a participação do lucro no produto diminui), conclui-se que a taxa salarial aumentou numa proporção maior do que o aumento do produto e a taxa de lucro sobre o capital caiu. E, vice-versa, a taxa de lucro sobre o capital aumenta se a participação do lucro no produto aumenta. Esta comparação constituiria a base para a reformulação das categorias de inovações "favoráveis" e "desfavoráveis" ao capital (ou ao trabalho), anteriormente caracterizadas diretamente pela variação relativa no uso dos fatores (capital e trabalho).

Em outras palavras, ao comparar-se uma série de técnicas que têm a mesma proporção entre fatores, haverá neutralidade na inovação se, utilizando uma mesma proporção entre fatores, não houver alteração da distribuição da renda; a inovação será desfavorável ao capital se reduzir a participação do lucro na renda, e favorável ao capital se elevar a participação do lucro na renda. Joan Robinson chamava a atenção para o fato de que a natureza da mudança técnica (neutra, favorável ou desfavorável ao capital) não determina, por si só, uma posição de equilíbrio, pois esta depende também da acumulação de capital ocorrida com a mudança técnica. Isto porque, para que a razão entre fatores não se altere (e este é o parâmetro da comparação), com inovações neutras, é preciso que o capital cresça na mesma proporção que o produto; se o capital crescer proporcionalmente menos do que o produto, a razão entre os fatores se reduz, e a participação do lucro no produto e a taxa de lucro sobre o capital se elevam. E ela concluía que, em geral, as inovações tendem a elevar a taxa de lucro e a participação dos lucros na renda, a não ser que fossem fortemente desfavoráveis ao capital.

Por outro lado, inovações muito favoráveis ao capital tendem a reduzir o nível de emprego:

> "Quando a natureza das inovações for suficientemente favorável ao capital, elas reduzem a taxa salarial que vigora com a dada razão entre fatores. Se esta taxa salarial que vigorava antes da inovação representava um salário real não superior ao de subsistência, é impossível reduzir a taxa salarial de equilíbrio com a inovação. Haverá uma posição possível de equilíbrio a uma razão entre fatores maior... na qual a taxa salarial é a mesma que prevalecia antes da inovação. Mas, para que a razão entre fatores seja maior, com uma força de trabalho constante e uma taxa salarial constante, é preciso que haja uma elevação da quantidade de capital. Se esta não tiver se elevado suficientemente, a maior razão entre fatores só pode ser alcançada mediante a redução do emprego". (Robinson, 1953-54: 102)[53].

53. Ela exemplifica esta situação através dos construtores de estradas: *"Se as inovações fizessem com que o uso de escavadoras fosse lucrativo em Gama, os trabalhadores de Gama estariam numa situação muito pior do que quando utilizavam pás de madeira, a não ser que ao mesmo tempo tivesse havido acumulação de capital suficiente para oferecer emprego em outros ramos à mão-de-obra que foi substituída na construção de estradas"*. (Robinson, 1953-54: 102).

No seu argumento final Joan Robinson defendia a necessidade de incluir na análise as questões relativas à demanda efetiva - algo que ela faria em A Acumulação de Capital. Ao mesmo tempo, tinha plena consciência dos estreitos limites de aplicabilidade da proposta desenvolvida em seu artigo. Reconhecia que só era utilizável sob o pressuposto da ausência de crises e de ciclos econômicos (expansão contínua), e de quaisquer das "contradições internas" apontadas no seu livro A Taxa de Juros e Outros Ensaios.

Nas "conclusões" (retiradas das reproduções subsequentes deste artigo), Joan Robinson também voltou ao tema do grau de concorrência:

> "O tom do nosso argumento foi bastante negativo e o nível de abstração mantido muito alto. No entanto, podemos tirar algumas conclusões gerais que parecem muito óbvias, mas talvez isto seja positivo, pois mostram que as proposições elaboradas com o raciocínio abstrato não estão em conflito com o senso comum.
>
> A taxa de lucro sobre o capital tende a ser maior, e os salários reais tendem a ser menores:
>
> (1) quanto maiores forem as oportunidades técnicas para a produção mecanizada;
>
> (2) quanto mais vagarosa for a taxa de acumulação em comparação com o crescimento da população;
>
> (3) quanto mais fraca for a força da concorrência (e quanto mais fraco for o poder de barganha dos trabalhadores, quando a concorrência for fraca).
>
> Dado o grau de concorrência e a taxa de crescimento da população, a trajetória da taxa de lucro no longo prazo (abstraindo-se as flutuações de curto prazo) depende da interação entre o progresso técnico e a taxa de acumulação. As descobertas técnicas (a não ser quando extremamente desfavoráveis ao capital) tendem, continuamente, a elevar a taxa de lucro, e a acumulação tende a reduzi-la. As economias capitalistas prósperas são aquelas nas quais a taxa de lucro é decrescente a despeito do rápido progresso técnico, e as miseráveis são aquelas nas quais a taxa de lucro é alta apesar da estagnação técnica". (Robinson, 1953-54, 103).

É interessante chamar a atenção para esta conclusão de Joan Robinson, na qual ela contrapunha o processo de inovação tecnológica (que tende a elevar a taxa de lucro) ao processo de acumulação (que tende a reduzir a taxa de lucro). Este aspecto não é mencionado pela grande maioria dos seus interlocutores (contemporâneos ou não), o que chega a ser surpreendente, pois trata-se da chave geral da sua análise da acumulação com progresso técnico.

É impossível encerrar a avaliação deste artigo sem mencionar o apêndice (igualmente excluído das demais reproduções), no qual Joan Robinson explora as características de sua "pseudo função de produção"[54]. Ela chama a atenção para o que recebeu o nome de Ruth Curiosum, e que seria discutido pela literatura sob as denominações de reswitching of techniques e capital reversing:

> "A geometria revela uma possibilidade curiosa. Pode ocorrer que, dentro de certos limites, uma redução da taxa de juros produza uma redução no custo de capital do equipamento de uma técnica inferior, maior do que a redução no custo de capital do equipamento de uma técnica superior,.. de modo que uma taxa de lucro mais baixa (e uma taxa salarial mais alta) resulte da utilização de uma técnica menos mecanizada. Isto ocorreria se a fábrica necessária para a utilização de uma técnica menos mecanizada tivesse um período de gestação ou um tempo

54. Para um excelente resumo da construção de uma "pseudo-função de produção", a partir do modelo de Sraffa (1960) - A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias - veja-se Monza (1971). A denominação "pseudo" deriva do fato de que esta função não tem os mesmos atributos, seja da função de produção clássica, seja da função de produção neoclássica. Para uma distinção entre estas últimas, veja-se Monza (1972). Harcourt (1972) observa que a pseudo-função de produção não apenas não descreve um processo de progresso técnico, como exclui o progresso técnico por hipótese. Veja-se também Harcourt (1976).

> de vida útil mais longo, de modo a ser muito mais sensível à taxa de juros do que a técnica mais mecanizada. Este comportamento 'perverso' da curva de razão-fator, quando chega a ocorrer, ocorre apenas dentro de certos limites... É preciso explorar-se bastante as magnitudes e os comportamentos possíveis do efeito dos juros antes que se possa fazer qualquer afirmação sobre se isto é apenas uma bobagem teórica ou se tem possibilidade de ser algo que corresponda à realidade". (Robinson: 1953-54: 106).

Ou seja, pode ocorrer que técnicas menos mecanizadas sejam mais sensíveis a uma redução da taxa de juros, o que significa que uma política que vise o investimento em tecnologia e adote a redução dos juros como estímulo às inovações pode não alcançar o objetivo pretendido. Esta interpretação não foi explicitada pela Autora, e ela considerava que a probabilidade disto ocorrer era pequena. No entanto, a mera menção a este efeito paradoxal de uma redução da taxa de juros gerando incentivos à adoção de técnicas menos mecanizadas seria suficiente para dar fôlego ao acirrado debate que se convencionou denominar "controvérsia de Cambridge", embora a própria Autora não tivesse dado grande importância a isto na época[55].

Finalmente, cabe uma referência, ainda que sucinta, a um outro artigo já mencionado anteriormente e menos famoso, intitulado "The Production Function" (1955b), no qual Joan Robinson explicitou sua idéia de que a função de produção é um instrumental que não serve sequer para uma economia do gênero "Robinson Crusoé". Foi nesse artigo, porém, que ela introduziu o conceito de "fronteira técnica", reunindo técnicas com diferentes graus de mecanização e idêntica lucratividade, a que fizemos referência páginas atrás.

Um aspecto particularmente importante desse artigo era a explicitação de que a mudança de técnica envolve investimento, e que isto acarreta uma nova dificuldade analítica - quantificar este investimento, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista da "economia como um todo". Este cálculo, para que tenha sentido, exige a hipótese de "tranqüilidade" - isto é, uma taxa de lucro esperada igual à realizada e igual à taxa de juros[56]. Há, no entanto, uma contradição nesta metodologia, já que, enquanto uma fronteira técnica reúne técnicas que geram a mesma taxa de lucro, diferentes fronteiras técnicas implicam diferentes taxas de lucro. Nem mesmo a hipótese de tranqüilidade consegue resolver esta contradição, pois, o que se costuma representar através destes cálculos, que é a relação inversa entre a taxa salarial e a taxa de lucro, à medida em que o processo de avanço tecnológico ocorre, é frontalmente contrário ao que mostra a realidade:

> "Na realidade, a acumulação ocorre, e parece seguro dizer-se que a acumulação de capital relativamente ao trabalho tende (desde que o monopólio não seja muito forte) a elevar os salários reais. Na realidade, o avanço de uma tecnologia a outra é acompanhada por um ganho de know-how (mesmo que não ocorram importantes inovações concomitantes ao processo de acumulação), de modo que não é, de modo algum, necessário que seja acompanhado de uma queda da taxa de lucro". (Robinson, 1955b: 70).

---

55. Para outras avaliações posteriores de Joan Robinson do que foi a "controvérsia do Capital", veja-se suas "reminiscências" em Robinson (1977i) e a segunda parte do seu What are the Questions and Other Essays - Further Contributions to Modern Economics, de 1980.
56. Joan Robinson utilizou o cálculo proposto por Champernowne e Kahn (1953-54), que inclusive reproduziu no seu livro A Acumulação de Capital.

Em outras palavras, tanto os salários reais quanto a taxa de lucro tendem, na verdade, a crescer. Portanto, já em 1955, Joan Robinson não encontrava qualquer aplicabilidade para o conceito de função de produção e possivelmente não teria escrito mais a respeito, se os seus trabalhos sobre esta questão não tivessem sido contestados.

IV

CLASSIFICAÇÃO DAS INOVAÇÕES E TIPOS DE PROGRESSO TÉCNICO

IV.1 - Observações Preliminares

Este capítulo analisa a taxonomia das inovações e do progresso técnico de Joan Robinson. Sua organização reflete as dificuldades que envolvem um tema tão complexo como o da análise do progresso técnico no âmbito de uma teoria da acumulação. Assim, seguindo os passos da Autora, discute-se o conceito de grau de mecanização, a modificação da noção de técnicas favoráveis e desfavoráveis ao capital, a inclusão da classificação de progresso técnico neutro e viesado e a formulação de novos conceitos como os de técnicas superiores e inferiores, desmecanização, e aprofundamento e alargamento de capital. Como estes conceitos nem sempre são comparáveis, já que se aplicam a diferentes variações do modelo básico de Joan Robinson, o capítulo se subdivide em seis seções, incluindo esta, de "observações preliminares" e outra dedicada para a autocrítica da Autora.

As seções intermediárias tratam, respectivamente, das classificações no âmbito das decisões empresariais (IV.2), no âmbito agregado (IV.3), uma tentativa de generalização (IV.4) e um aspecto mais específico dado à questão do progresso técnico, que se refere ao planejamento (IV.5). A classificação em termos da macroeconomia (agregado), por sua vez, é tratada segundo os diferentes modelos em que se apoia: modelos unisetoriais com uma técnica (técnicas superiores e inferiores), modelos unisetoriais com técnica variável (inovações neutras e viesadas), modelos bisetoriais com técnica variável (inovação criadora de capital), e modelos trisetoriais com técnica variável (inovações neutras, inovações indiretamente poupadoras de capital, inovações indiretamente intensivas em capital e inovações poupadoras de capital ou intensivas em capital propriamente ditas).

A sexta (e última) seção analisa a autocrítica da Autora, centrada fundamentalmente em sua própria avaliação, de que sua participação na Controvérsia do Capital, por um lado, não surtiu os efeitos que ela esperava, e, por outro, desviou o debate do trajeto que ela considerava ser o mais importante: o da elaboração de uma teoria econômica alternativa ao paradigma neoclássico, que levassem em conta o tempo, a incerteza e a história, e que privilegiasse o papel da tecnologia no progresso econômico e social.

As dificuldades explicitadas por Joan Robinson nos textos de 1953-54 e de 1955 levaram alguns autores a interpretar que, embora considerasse o progresso técnico um elemento importante na análise do crescimento e da acumulação, ela acabou tratando-o como um fator secundário, ou, na melhor das hipóteses, como uma das variáveis determinantes do investimento. Por outro lado, teria sido o fato de considerar necessário incorporar o progresso técnico à teoria da acumulação e do crescimento, que fez com que a Autora viesse a interessar-se pela teoria neoclássica do capital. Um exemplo dos expoentes desta interpretação é Harcourt, quando diz que

> "O interesse [de Joan Robinson] pela teoria do capital advinha da análise do que ela considerava ser um fator secundário na lista dos fatores que explicam o crescimento e a distribuição ao longo do tempo - isto é, o papel da escolha da técnica de produção na decisão de investir". (Harcourt, 1972: 17).

Vimos, no capítulo anterior, através da esmiuçada análise do artigo de 1953-54, não apenas as críticas feitas pela Autora à teoria neoclássica do capital, mas também os elementos constitutivos de sua abordagem "positiva" do progresso técnico, a qual iria ser mais elaborada em A Acumulação de Capital e melhor explicada em A Teoria do Crescimento Econômico. A análise do progresso técnico no âmbito de uma teria da acumulação constitui uma tarefa que envolve enormes dificuldades. Na primeira dessas obras, Joan Robinson enfrentou este desafio de forma definitiva, partindo de questões e problemas que ela já havia identificado e explicitado em artigos que precederam este livro.

Em "Notes on the Economics of Technical Progress", por exemplo, ela alertava:

> "É difícil discutir progresso técnico numa linguagem precisa. Não temos uma unidade definida para medir as quantidades em questão. As mercadorias têm suas características alteradas, os bens de produção sua forma, o trabalho a produtividade, e o dinheiro seu poder de compra. Ainda assim, o problema não é metafísico. Homens de negócios reais fazem inovações reais para reduzir custos reais, e disso decorrem efeitos reais. O escrúpulo medroso de se elaborar definições muito precisas não deve evitar que tentemos analisá-las. Parece melhor criar uma trilha em direção ao problema fazendo simplificações drásticas, e depois adaptar o argumento aos casos complexos o melhor que pudermos". (Robinson, 1952c, GGT: 82).

Dez anos mais tarde, em "A Model of Technical Progress", um ensaio reconhecidamente mais formal, com o qual esperava esclarecer alguns pontos obscuros de A Acumulação de Capital, ela voltaria ao mesmo tema:

> "A análise de uma economia em que se verifica progresso técnico não pode ser feita com precisão e realismo. Nada existe na realidade que se mantenha constante através do tempo, fornecendo-nos unidades precisas para nossos cálculos. Os trabalhadores adquirem novas aptidões e perdem as antigas. Os produtos mudam suas características físicas, sua facilidade de venda e sua capacidade de satisfazer necessidades. As próprias necessidades se modificam junto com os produtos. O poder aquisitivo do dinheiro, com relação às mercadorias, com relação ao tempo de trabalho ou com relação a ambos, muda não só em termos de nível geral como também de padrão. Acima de tudo, os bens de capital se modificam, de forma que os meios de produção exigidos para uma técnica mais atual pouco ou nada têm em comum com os antigos. Por outro lado, uma análise que não leve em conta as mudanças técnicas pode ser muito precisa mas de nenhum interesse...". Robinson (1962g, ETG: 88).

Por estes motivos, o livro A Acumulação de Capital é talvez ao trabalho mais importante e de mais difícil compreensão em toda a vasta obra da Autora. Concentrando-nos na abordagem que faz do progresso técnico, verificamos que, além de reapresentar conceitos como o do "grau de mecanização" e de modificar a noção de "técnicas (des)favoráveis ao capital", elaborados no artigo de 1953-54, Joan Robinson acrescenta a ambos a idéia de "progresso técnico neutro e viesado", que desenvolvera ainda na década de 1930, e incorpora novos termos - como "técnicas superiores e inferiores", "desmecanização", "aprofundamento" e "alargamento" de capital. Todos este conceitos, do modo como figuram em A

Acumulação de Capital, nem sempre se revelam passíveis de comparação entre si e com os de outros autores, já que se aplicam a variações diferentes do seu modelo básico, cujas hipóteses nem sempre são necessariamente compatíveis.

Provavelmente, pelo fato do objetivo central do livro não ter sido o de elaborar uma teoria do progresso técnico, e nem mesmo uma classificação das inovações, o tratamento desordenado dos vários conceitos acaba trazendo muitas dificuldades para uma precisa compreensão de sua proposta central, que era a de estabelecer "*a relação entre salários e lucros, conduzida em termos de (1) a relação entre o estoque de capital e a força de trabalho disponível; (2) a influência da concorrência; e (3) a técnica de produção*" (Robinson, 1956a: 70).

Tanto a estrutura de mercado quanto o progresso técnico, ambos em suas mais variadas formas, cumprem um papel muito importante na análise da Autora. O progresso técnico, em particular, é considerado por ela como uma variável indispensável de qualquer modelo que se proponha a examinar ou prever o comportamento e o desenvolvimento de uma economia capitalista.

A argumentação, no entanto, é bastante confusa, e a própria Autora apresenta dois "resumos" diferentes das idéias e da estrutura central de seu livro - um na introdução, e outro no capítulo que encerra o núcleo principal, e que, não por outra razão, intitula-se "Sinopse da Teoria da Acumulação no Longo Prazo". Além disso, não se pode deixar de mencionar que, em 1962, na introdução aos Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento Econômico, ela mesma reconhecia que:

> "Os Ensaios deste livro devem ser entendidos mais como uma introdução do que como um complemento ao meu A Acumulação de Capital. Aquele livro foi considerado excessivamente difícil... Ofereço este livro pedindo desculpas aos leitores que tiveram dores de cabeça com o anterior". (Robinson, 1962m, ETG: v).

Um excelente exemplo das dificuldades de entendimento do trabalho sob análise pode ser dado pela transcrição (parcial) de três das várias resenhas que o livro mereceu. Numa delas, publicada no The Economist, sob o título "The Rules of the Game", a Autora era acusada de restringir desnecessariamente sua análise ao que ela (particularmente) identifica como sendo uma economia capitalista. Neste sentido, ao contrário de "generalizar a Teoria Geral de Keynes", ela estaria limitando sua aplicabilidade. Nas entrelinhas, implicitamente, esta resenha defendia a análise neoclássica convencional:

> "O núcleo do mais recente e importante livro da Sra. Robinson - A Acumulação de Capital - pode ser encontrado no seu ensaio 'The Generalisation of the General Theory' publicado em 1952. A Teoria Geral de Keynes - e o termo 'geral', neste contexto, era o que estava em discussão - demonstrou que a análise econômica ortodoxa era um caso particular e limitado - isto é, o caso do pleno-emprego - e que as circunstâncias mais comuns, com emprego menos do que pleno necessitava uma análise bastante diferenciada. A Sra. Robinson dá um passo além. O ensaio de 1952 indicava, e o livro elabora, um sistema de idéias econômicas em que a própria Teoria Geral aparece como a análise de um caso particular, ou melhor, de um conjunto de casos particulares. [O livro apresenta] um sistema de idéias no qual certas 'regras do jogo' se mantêm, com uma variedade de circunstâncias alternativas, físicas e psicológicas, dentre as quais se inclui as que foram tomadas como dadas por Keynes, e que se constituem em apenas um conjunto de possibilidades..." (The Economist, 15.12.1956: 961)

Um pouco mais à frente, a mesma resenha acrescentava:

> "Quanto da análise se relaciona ao jogo [capitalista] e quanto é de fato geral, válido sob qualquer regra concebível, dependendo de fato da lei da economia (escassez de fatores, desejo de aprimorar, incerteza e descontinuidade dos eventos)? Substitua a propriedade privada pela pública, o que é que se altera? Muito, obviamente, mas não tudo. Retire os acordos oligopolistas, e muito se altera, mas não o problema essencial de estabelecer preços coerentes e uma política de investimentos consistente com os dados sobre recursos, técnicas e preferências. Retire a oposição entre os interesses pessoais dos trabalhadores e dos rentistas; muito se altera, mas não o confronto direto entre os desejos de hoje e os de amanhã, entre salários e quase-rendas, que devem, de alguma forma, ser mediados..." (The Economist, 15.12.1956: 961).

Na França, Joan Robinson foi acusada de ser pouco marxista, e de defender o liberalismo. A resenha publicada no France-Observateur em 25 de abril de 1957, curiosamente, faz referência à resenha do The Economist, e parece não ter lido as entrelinhas:

> "É curioso constatar, no momento em que certos economistas e historiadores de esquerda se perguntam sobre a possibilidade de planejar a economia capitalista, que simultaneamente, se desenhe, dentro do pensamento econômico não-marxista uma corrente cada vez maior que prega um retorno à teoria, e aparentemente, também à prática, da economia clássica de livre concorrência. O último livro da Sra. Robinson - A Acumulação de Capital - é, neste sentido, significativo...
>
> ... O livro... foi saudado pelo grande periódico financeiro britânico The Economist como a mais importante obra de Joan Robinson... E, no entanto, Joan Robinson nos adverte na introdução que, no fundo, não há nada de novo no seu livro; a conclusão de cinco linhas consiste em afirmar que não há conclusão." (Minzer, 1957: 6).

Em contraste às duas anteriores, a resenha do suplemento literário do The Times considerava que Joan Robinson não deixou suficientemente explícita a economia a que se refere a análise do livro.

> "Com a formidável ajuda dos Srs. R.F. Kahn e D.G. Champernowne, seu livro ... reduz uma sociedade formadora de capital, em crescimento, a um modelo...[das] 'regras do jogo capitalista'. Em muitos lugares, no entanto, o que segue é igualmente verdadeiro no comunismo ou nas sociedades coletivistas... Desse modo, ficamos em dúvida sobre qual é a sociedade que a Sra. Robinson tem em mente: se o 'modelo' é uma abstração ideal ou se deve corresponder à realidade, e neste caso, a que tipo de sociedade" (The Times Literary Supplement, 05.10.1956: 578).

Entre as demais resenhas que possuem algum interesse, pode-se mencionar duas bastante favoráveis e duas francamente desfavoráveis. Uma das primeiras é a de Tibor Barna, que enfatizou as relações de causalidade explicitadas por Joan Robinson, além do caráter geral, dinâmico e passível de verificação empírica do seu modelo:

> "Num modelo matemático, qualquer coisa pode acontecer, dentro dos limites estabelecidos. Mas a maneira pela qual a Sra. Robinson montou o seu modelo, algumas coisas têm mais probabilidade de ocorrer do que outras...
>
> ... Foi o Sr. Harrod que ... clamou por uma teoria econômica que fosse dinâmica em vez de estática, geral e não parcial, e que pudesse desenvolver princípios que se prestassem à verificação empírica. A Sra. Robinson foi aprovada nos três testes" (Barna, 1957: 493-494)

A outra resenha francamente favorável foi a de Thomas Balogh:

"Joan Robinson foi a primeira a fornecer os meios para a análise dos mercados imperfeitos, e uma das protagonistas do que hoje chamamos de revolução keynesiana... Mas, mesmo a revolução keynesiana não respondeu à mais importante das questões atuais, o problema do crescimento a longo prazo. A Sra. Robinson teve a oportunidade de dar um passo além na evolução da sua ciência, iniciando uma linha de pensamento radicalmente nova...

...Seu livro está entre os mais importantes, e talvez seja o mais significativo das contribuições do pós-guerra à economia. Não é um livro fácil, e na verdade não é bem estruturado...

O núcleo do trabalho encontra-se na segunda parte, que analisa o processo de acumulação de capital e o progresso técnico. Cria novos instrumentos (ou reformula antigos) para analisar a acumulação com técnicas constantes e os problemas que se originam do aprimoramento técnico. O restante do trabalho representa o relaxamento das abstrações restritivas deste núcleo central. Todos estes problemas estão sujeitos à análise comparativa através da investigação simultânea de sistemas econômicos em diferentes fases do seu desenvolvimento, ou com diferentes dotações naturais....

... Ela mostra que certos conceitos, como o de capital e sua relação com o produto, que parecia tão certo e tangível, não pode ser medido acuradamente em condições de crescimento dinâmico....

Ela também mostra que não se pode dizer nada de útil sobre as razões pelas quais o investimento produtivo se estabelece num nível específico em qualquer momento histórico, ou os motivos pelos quais (e a que nível) os trabalhadores começam a formar resistência à redução dos seus salários reais devido à elevação dos preços. E, no entanto, estes dois elementos - e as mudanças na técnica de produção - determinam não apenas o ritmo do desenvolvimento de uma economia mas também a distribuição do produto. Ao oferecer o instrumental para a análise destes movimentos num ambiente dinâmico - nunca antes existente - a Sra. Robinson fez uma revolução ainda mais destrutiva da economia tradicional do que o keynesianismo" (Balogh, 1956: 80).

E Balogh aproveitava o ensejo para criticar a teoria neoclássica:

"A tendência inveterada dos economistas, de atribuir exatidão espúria a tendências vagas através de fórmulas matemáticas desenvolvidas a partir da teorização implícita recebeu um choque do qual dificilmente se recuperará.

Ficamos com a impressão de que a trajetória dos sistemas econômicos é determinada pela configuração histórica, e não por um mecanismo econômico auto-suficiente com 'leis' estabelecidas. Assim se demonstra o caráter essencialmente histórico do crescimento econômico, que, com sua variedade infinita, desafia a previsibilidade..." (Balogh, 1956: 81)

Uma das resenhas desfavoráveis que merece ser mencionada é a de Lawrence R. Klein. Apesar de suas críticas ao livro, que considerava conter "*flashes brilhantes de insight, mas* [que] *infelizmente não parecem levar a qualquer lugar em particular...* [e de se constituir em] *uma análise verbal e uma exposição gráfica em duas dimensões ou em simples modelos de duas indústrias cujos resultados são há muito tempo familiares para a teoria da programação linear*" (Klein, 1958: 622), o Autor destacava que o argumento central da parte principal do livro era o pressuposto de que "*a essência do desenvolvimento do sistema capitalista é o processo de tomada de decisões dos empresários das indústrias produtoras de bens de consumo e das indústrias produtoras de bens de investimento - essencialmente a teoria da firma*" (Klein, 1958: 623). Neste sentido - afirmava ele - não deixava de ser uma avaliação original, e não totalmente desprovida de sentido já que a análise, quer seja da "escolha da técnica", quer seja da "decisão de investir" prioriza, de fato, as decisões empresariais. Criticando a análise em termos agregados, coerentemente, Klein sente falta, no modelo, de considerações sobre o "consumidor":

"A filosofia básica subjacente à análise da Sra. Robinson sobre o processo capitalista é que as decisões empresariais regem a economia. Ela segue as teorias do ciclo econômico e do desenvolvimento que enfatizam as flutuações do investimento como o principal fator dinâmico que movimenta a economia. Ela até acredita que o investimento gera lucros - e não vice-versa. Nos últimos dez anos, no entanto, vimos uma fase da expansão capitalista na qual o consumidor não desempenhou um papel puramente passivo de adaptação às decisões empresariais. Ninguém pode realmente entender a economia desta fase se não enxergar o papel ativo e chave desempenhado pelo consumidor. Eu diria que se deve atribuir um papel autônomo ao consumidor para que se possa entender realmente o capitalismo moderno (e o socialismo!)". (Klein, 1958: 624, grifo no original).

No geral, porém, a avaliação era bastante deletéria: "*seu estudo é uma ampla coleção de afirmações lógicas sobre o padrão temporal da produção, do emprego, do capital, dos lucros, dos salários, etc., em seu macromodelo, sob uma variedade de pressupostos especiais*". (Klein 1958: 624).

Mas, a resenha mais desfavorável, foi, sem dúvida, a de Abba P. Lerner, que, parodiando Solow, explicitou sua irritação com o livro de Joan Robinson, sem demonstrar qualquer constrangimento:

"O livro parece inverter o processo [de produção da pérola]... Constitui uma pérola cujo produto mais conspícuo é a irritação. Das duas principais fontes de irritação, a mais prolífica, embora menos importante, é a propensão a produzir aforismos, 'contradições', 'paradoxos', e 'anomalias' que parecem um tanto quanto marxistas, e cujo poder de irritação só aumenta pelas indicações subjacentes de que a Sra. Robinson sabe mais. A fonte mais importante de irritação é o método empregado, de usar abstrações que vão muito além do necessário, e usar os modelos com tamanha virtuosidade que a atenção, não apenas do leitor, mas da Autora também, é freqüentemente desviada dos temas econômicos originais, de modo que as peculiaridades que surgem apenas do tipo do modelo usado passam a ser consideradas como problemas práticos da economia". (Lerner, 1957: 693).

Para Lerner, um importante defeito de A Acumulação de Capital era a ausência do tratamento da "teoria do valor" através do "mecanismo de mercado" e a ênfase no processo de acumulação:

"O livro é antes de tudo uma tentativa de desviar a atenção do economista da teoria do valor .... para as causas da riqueza das nações. Estas causas se limitam à acumulação de capital, ao crescimento do conhecimento técnico e da população. A contribuição do mecanismo de mercado, que permite que a economia produza eficientemente as coisas que os compradores preferem...é tomada como óbvia ou negada pelo poder da propaganda em influenciar as preferências. Como o crescimento da população escapou à disciplina da economia e o do conhecimento técnico nunca foi por ela captada, a ênfase, naturalmente, é sobre a acumulação de capital" (Lerner, 1957: 694)

Um pouco mais à frente, Lerner criticava o livro pelo fato dele não apoiar a idéia de que o investimento é determinado pela poupança. Além disso, ele identificou uma dicotomia entre "estagnação" e "inflação".

"Ler este livro não altera a sensação anterior de que não há de fato muita coisa que a teoria econômica possa dizer sobre a acumulação de capital. A acumulação, que é igual a (a) poupança bem como a (b) investimento, pode ocorrer apenas na medida em que (a) o consumo reserve recursos que fiquem disponíveis para a acumulação e (b) os empresários decidam investir. A primeira condição isoladamente só é capaz de gerar estagnação, enquanto que a segunda condição isoladamente só é capaz de gerar inflação. A estagnação, portanto, pode decorrer ou da

insuficiência da poupança (devido à pobreza ou ao esbanjamento) ou da insuficiência do investimento (devido à falta de iniciativa ou à ausência de oportunidades de investimento que valham a pena)". (Lerner, 1957: 694)

E concluía com uma crítica extremamente negativa, num tom igualmente sarcástico, que, não obstante, acaba sendo uma excelente síntese deste livro:

"Quando a população é crescente, o nível de renda (per capita) só pode ser mantido se houver uma taxa de acumulação suficiente, não apenas para oferecer ao número crescente de trabalhadores um nível de equipamento produtivo per capita prevalecente, mas algo a mais para dar conta do declínio de disponibilidade dos recursos naturais per capita. Apenas quando a taxa de acumulação for superior ao necessário para estes dois propósitos, poderá haver algum crescimento da renda per capita, e quanto maior a taxa de crescimento da população, tanto maior a taxa de acumulação necessária para manter qualquer elevação dada da renda per capita.

Com um dado estado do conhecimento técnico, esperar-se-ia encontrar rendimentos decrescentes da acumulação, no sentido de que dados incrementos da taxa à qual o consumo corrente é sacrificado em favor da acumulação de equipamento produtivo (incluindo a qualificação), renderiam incrementos decrescentes no produto futuro. Isto, no entanto, poderia provavelmente ser superado pelo aprimoramento contínuo do conhecimento técnico e possivelmente por importantes economias de produção em larga escala decorrentes da plena utilização das indivisibilidades à medida em que o tamanho do mercado aumenta. Além disso, cada um dos fatores está sujeito a ter significativas reações uns em relação aos outros. O progresso técnico é responsável pela mudança das produtividades relativas das remunerações dos diferentes fatores de produção e das rendas de todos os diferentes tipos de recursos naturais e nem tão naturais, incluindo a taxa de retorno sobre a acumulação. Também alterará os preços relativos dos diferentes produtos e conseqüentemente a alocação dos gastos entre eles. A acumulação afetará os custos dos diferentes produtos de maneira diferenciada. Elevações no nível de consumo afetarão a demanda relativa por diferentes produtos, com repercussões sobre a remuneração dos diferentes fatores, incluindo o retorno sobre a acumulação. Efeitos semelhantes decorrem de mudanças da população, do grau de monopólio e de mudanças nos gostos, nas preferências de esforço, de poupança ou de investimento. Sobre tudo isto há os possíveis efeitos de todos estes itens sobre a natureza do progresso técnico, quando se direciona a encontrar formas de economizar fatores (ou produtos) que se tornam caros. A possibilidade de descobrir os resultados finais de todas estas interações intrincadas entre milhares, ou melhor, milhões, de diferentes elementos, é extremamente vaga". (Lerner, 1957: 694-695)

Esta última citação, ainda que longa, mostra bem o enorme esforço desenvolvido por Joan Robinson no seu livro, além da complexidade dos resultados a que chegou. Independentemente da má vontade mostrada pelo resenhista, também evidencia que seus objetivos iniciais não foram plenamente alcançados.

Porisso, entre os muitos trabalhos que publicou entre 1956 e 1962, alguns tinham o propósito de esclarecer as idéias centrais de A Acumulação de Capital e, segundo ela mesma, foram escritos para aclarar suas próprias idéias. Para Joan Robinson, a principal dificuldade residiu "*no fracasso em demarcar suficientemente o distanciamento do corpo tradicional, porém pesado, do ensino convencional, necessário de ser feito quando adotamos uma abordagem keynesiana para os problemas do longo prazo*". (Robinson, 1962m, ETG: v).

Alguns de seus intérpretes, como Meacci, acrescentam que o problema central residiu na falta de diferenciação, por parte de Joan Robinson, entre a análise da "escolha" da técnica e o estudo da "mudança" técnica. Para Meacci, a escolha da técnica se relaciona a uma listagem de técnicas potenciais à disposição de um empresário, "*que age como um filtro, através do qual as técnicas potenciais se tornam realidade*"

(Meacci, 1996: 249). Neste sentido, configura uma análise no âmbito da escolha empresarial, ou "microeconômica" e ex-ante, movida por expectativas. Por sua vez, a mudança técnica se relaciona a uma listagem de técnicas já escolhidas (a partir de um dado espectro de técnicas *"que consiste basicamente de relações insumo-produto que caracterizam todas as complementaridades específicas da produção real)"* (Meacci, 1996: 249). Em contraposição à "escolha", representa um fenômeno dinâmico, com implicações sobre a taxa de acumulação. Neste sentido, embora seja moldado pelas decisões empresariais, aplica-se ao escopo da economia como um todo, motivo pelo qual pertence ao âmbito da "macroeconomia" e reflete as conseqüências agregadas, ex-post, das decisões empresariais.

O maior problema, como bem ressalta Meacci, é que a separação entre "escolha" e "mudança", embora se faça presente em A Acumulação de Capital, tende a ser apenas implícita e indireta. Num enorme esforço de síntese, ele sugere a seguinte interpretação da estrutura central do livro:

> Na seção I, que leva o título de "Acumulação Com Uma Técnica" a abordagem é do gênero "mudança da técnica, sem escolha", no sentido de que a acumulação é estudada sob o pressuposto de que a cada momento existe apenas um técnica conhecida e em uso e a "mudança" se caracteriza pelo surgimento e adoção de técnicas crescentemente superiores[1].
>
> Na seção II, denominada "Fronteira Técnica", a abordagem é do gênero "escolha da técnica, com ou sem mudança". A característica específica é que a "escolha" é analisada do ponto de vista do empresário que compara técnicas "dadas", classificadas pelo critério da engenharia segundo a razão produto/trabalho (e escolhidas segundo sua lucratividade) e a mudança é estudada do ponto de vista agregado - isto é, a comparação se dá entre diferentes economias ou entre diferentes estados de uma mesma economia[2].
>
> Na seção III, intitulada "Acumulação e Progresso Técnico", a abordagem é do gênero "mudança de conhecimento com mudança técnica", e sua característica específica é a de que Joan Robinson introduz um modelo bisetorial, com o qual passa a caracterizar o progresso técnico em termos de neutralidade ou vieses[3].

Pode-se assinalar, entretanto, que a falta de separação entre "escolha da técnica" e "mudança da técnica" na análise do progresso técnico em A Acumulação de Capital deriva precisamente do entendimento que a Autora tem da necessidade de se levar em consideração todos estes elementos numa teoria de longo prazo. A interpretação de Meacci propõe uma separação radical entre estes elementos, presumindo por um lado - e implicitamente - uma relação direta entre o nível por assim dizer "micro" com as decisões ex-ante,

---

1. A seção I é precedida do capítulo no qual Joan Robinson expõe as hipóteses centrais do seu "modelo simples" e é composta por dois capítulos: "Acumulação com Técnica Constante" e "Progresso Técnico". Para Meacci, nesta seção Joan Robinson *"supõe que a qualquer momento a única técnica conhecida é também a técnica usada e a acumulação é analisada tanto em relação à técnica constante e o conseqüente estado estacionário, quanto com relação a diferentes técnicas, cada qual superior à outra a cada nível salarial"* (Meacci, 1996: 260, n1).

2. A segunda seção é composta de seis capítulos ("O Espectro de Técnicas"; "A Avaliação do Capital"; "A Fronteira Técnica Numa Idade de Ouro"; "Produtividade e a Razão Real de Capital"; "Acumulação sem Invenções"; e "Um Excedente de Mão-de-Obra"). Para Meacci *"esta seção pode ser dividida em duas partes. A primeira focaliza a escolha da técnica (a qualquer momento, os empresários se defrontam com um espectro de técnicas arrumado de acordo com uma hierarquia em função da razão produto/trabalho, em que a 'fronteira técnica' entre a técnica mais lucrativa e as outras é determinada pelo nível da taxa salarial) e a segunda focaliza a mudança técnica (ao longo desta parte compara-se não as técnicas alternativas do ponto de vista da decisão empresarial mas sim diferentes economias ou diferentes estados de uma mesma economia). Esta análise focaliza (a) economias diferentes com diferentes fronteiras técnicas e taxas salariais diferentes ou diferentes espectros de técnicas e (b) a transição de uma fronteira a outra, seja com acumulação de capital e população constante (escassez de mão-de-obra e taxa salarial crescente), seja com população crescente e capital constante (excedente de mão-de-obra e taxa salarial decrescente). O objetivo desta parte é mostrar que a taxa salarial, que exerce um papel crucial na solução do problema a que a primeira parte se refere, é determinada pela interação entre a taxa de acumulação de capital e o crescimento da população"* (Meacci, 1996: 260, n1).

3. A terceira seção é composta dos capítulos "Acumulação com Progresso Técnico Neutro" e "Acumulação com Progresso Viesado", além da já mencionada "Sinopse". *"O processo de acumulação é estudado no contexto de uma economia bisetorial na qual as mudanças do conhecimento técnico alteram, continuamente, o espectro de técnicas, ao passo que o progresso técnico (neutro, intensivo em capital e poupador de capital) modifica as técnicas em uso"* (Meacci, 1996: 260-261, n1).

e do nível "macro", agregado, com as conseqüências ex-post. Ao mesmo tempo, e explicitamente, ele supõe, por outro lado, a possibilidade de haver progresso técnico sem acumulação, e vice-versa - ou seja, acumulação sem progresso técnico[4]. Além disso, Meacci considera importante distinguir as "mudanças no conhecimento técnico" do "progresso técnico" bem como o "progresso técnico" da "mudança técnica"[5]. Ele considera que a famosa afirmação de Joan Robinson - de que "*não existe algo como acumulação sem mudança técnica*" (Robinson, 1975d, FCM: 110) - "*não apenas obscurece a diferença entre mudança técnica (ou progresso técnico) e mudanças no conhecimento técnico (para não falar da diferença ... entre alargamento e aprofundamento do capital), mas também é contrária à idéia de racionalidade ... das decisões empresariais*" (Meacci, 1996: 251-252). Para ele, "*a idéia de que a acumulação de capital é uma coisa e a mudança técnica (para não falar da mudança no conhecimento técnico) é outra, é essencial para que se possa aprofundar a conhecida classificação de progresso técnico de Joan Robinson, num modelo bisetorial de uma economia em pleno-emprego*" (Meacci, 1996: 252).

É possível concordar com essa interpretação, quando o objetivo for, especificamente, o de sistematizar as inúmeras classificações de progresso técnico de Joan Robinson. Contudo, não se pode deixar de lembrar que a afirmação da Autora, de que não existe acumulação sem mudança técnica, foi feita no âmbito de sua avaliação sobre a maneira pela qual a abordagem neoclássica trata do tema, e não propriamente em relação às idéias dela mesma. Num relato posterior, Joan Robinson assinalaria que:

> "Eu estava sempre às voltas com a estória da acumulação sem novas invenções, que costumava ser contada em termos do aprofundamento da estrutura do capital, do prolongamento do período médio de produção, ou do aumento do caráter indireto dos insumos do trabalho...
>
> [Mas] o investimento não envolve apenas a escolha do ponto maximizador de lucro numa fronteira técnica bem mapeada. Envolve a busca de uma técnica apropriada, que só será projetada depois de ter sido escolhida, e o próprio processo de busca é um processo de mudança técnica. O próprio crescimento da produção cria oportunidades de especialização e de "retornos crescentes", ... e novas invenções e descobertas estão sendo continuamente adaptadas aos processos industriais. Não existe algo como acumulação sem mudança" (Robinson, 1975d, FCM: 109-110).

E, mais adiante, ainda acrescentaria:

> "O espectro de projetos de técnicas previamente conhecidos foi uma formulação enganosa: [pois] o próprio processo de acumulação faz surgir as técnicas à medida que elas se tornam necessárias". (Robinson, 1975d, FCM: 111).

Nas seções subsequentes, tentaremos sistematizar as diferentes classificações utilizadas por Joan Robinson, vinculando-as aos problemas específicos para os quais elas foram criadas, deixando para a final a tentativa da própria Autora de reunir os vários conceitos numa única classificação.

---

4. Esta interpretação pode encontrar apoio parcial na própria organização dos capítulos do livro de Joan Robinson, se considerarmos que o capítulo 8 se intitula "Acumulação com Técnica Constante", o capítulo 14 leva o nome de "Acumulação sem Invenções" e os capítulos 16 e 17 recebem os títulos, respectivamente, de "Acumulação com Progresso Técnico Neutro" e "Acumulação com Progresso Técnico Viesado".

5. Para Meacci (1996: 251), uma mudança do conhecimento técnico é uma "*mudança do espectro de técnicas potenciais com as quais os empresários se defrontam*", enquanto que o progresso técnico é uma "*mudança das técnicas efetivas, que já foram escolhidas pelos empresários ... [e] ... consiste de uma redução dos coeficientes técnicos*", ao passo que a mudança técnica "*consiste tanto no aumento destes coeficientes quanto no aumento de uns e redução de outros*".

IV.2 - A Escolha das Técnicas no Âmbito das Decisões Empresariais

A escolha das técnicas foi inicialmente tratada por Joan Robinson no seu já citado artigo de 1953-54, em termos da elaboração da pseudo-função de produção. O tema foi retomado no livro A Acumulação de Capital, inicialmente como tentativa de aprimorar a temática do artigo - e neste sentido, com hipóteses bastante restritivas -, tendo também, posteriormente, incorporado novas questões, à medida em que as hipóteses iam sendo relaxadas. Já de início, Joan Robinson diferenciava duas categorias de mudança técnica: as que decorrem de inovações e descobertas, e as que resultam da alteração dos preços relativos dos fatores. Fazia questão, porém, de ressaltar que a distinção era artificial "*pois na realidade estão inextricavelmente interligadas*" (Robinson, 1956a: 70) e tinha finalidades apenas analíticas.

Ao leitor que desconhece o texto de 1953-54, parecerá surpreendente que a Autora considerasse mais fácil analisar as mudanças que decorrem do progresso técnico propriamente dito do que aquelas que são conseqüência da alteração dos preços relativos de fatores. Mas o problema está justamente na dificuldade da medida do estoque de capital, na qual a taxa de lucro tem uma dupla participação - um tema que ela havia introduzido no citado artigo.

> "Veremos que o primeiro tipo de mudança (progresso técnico) é mais fácil de discutir do que o segundo, pois é possível discutir o primeiro com base numa taxa de lucro constante, o que faz com que a medida do estoque de capital seja mais simples, enquanto que o segundo envolve necessariamente mudanças da taxa de lucro e nos conduz ao problema do significado de um estoque de capital que não se torna fácil por nenhuma hipótese simplificadora" (Robinson, 1956a: 70).

Ao longo dos capítulos que compõem o núcleo central do livro, Joan Robinson vai elaborando várias noções de técnicas de produção (e mudanças desta técnica), que, assim como seu modelo simples e geral, vão se tornando paulatinamente mais complexas. A primeira delas aparece já no capítulo em que estabelece as hipóteses de seu "modelo simples":

> "Uma dada técnica de produção requer equipamentos (edifícios fabris, maquinaria, etc.) em quantidades e desenhos específicos, e um padrão temporal específico para o ciclo de produção, no sentido de que cada processo [de produção] de um conjunto particular de bens, requer um tempo definido, e diferentes processos se aplicam, paralelamente ou em seqüência, de um modo definido, de maneira que, a qualquer momento, o estoque de bens de capital, inclusive equipamentos e bens em processamento, estoques de materiais tecnicamente necessários, etc., requeridos para produzir um determinado fluxo de produto está rigidamente determinado pela técnica em operação. A mesma regra se aplica ao equipamento que produz equipamentos, de modo que um dado fluxo de consumo, aliado a uma elevação do estoque de capital requer um conjunto definido de bens de capital...
>
> ... Introduzimos no modelo um conceito abstrato de progresso técnico que consiste de aprimoramentos do método de produção sem qualquer mudança na mercadoria composta que representa a produção de bens de consumo. Se o progresso técnico ocorre na produção de um bem de consumo particular, o custo do bem composto se reduz proporcionalmente, mas sua composição não é afetada". (Robinson, 1956a: 65-66).

Como sempre, ressalta o caráter abstrato e irreal desta definição:

> "Na realidade, nas economias capitalistas, a mudança técnica está sempre ocorrendo; de fato, poderíamos dizer que a raison d'être da regra do jogo capitalista é que seu desenvolvimento foi favorável ao progresso técnico. Seria portanto absurdo desconsiderar o progresso técnico no nosso modelo. Mas, a mudança técnica real consiste principalmente da alteração dos bens de consumo (substituindo um tipo por outro - digamos linho por algodão, algodão por rayon, ou pela introdução de novos tipos de bens, como automóveis ou aparelhos de televisão)". (Robinson, 1956a: 65).

O "modelo simples" - para o estudo do processo de acumulação de capital - supõe apenas duas classes sociais: os trabalhadores (que não poupam) e os capitalistas (que não consomem, apenas investem). Só há uma técnica de produção de bens de consumo, que requer um conjunto específico de bens de capital e um determinado montante de trabalhadores, obedecendo a um padrão temporal de produção. Os bens de capital existentes são adequados a esta única técnica possível. O montante de emprego é determinado pelo estoque existente de bens de capital, e a hipótese de pleno emprego é relaxada para que se possa discutir as conseqüências de um excedente e, alternativamente, uma escassez de força de trabalho. Do mesmo modo, embora considere na exposição inicial do modelo, que há livre entrada em todos os ramos (e conseqüentemente a taxa de lucro vigente é igual em todas as atividades), posteriormente também relaxa esta hipótese de concorrência perfeita, para discutir os efeitos da monopolização (e de estratégias de concorrência em preço e extra-preço) bem como da organização sindical, sobre a barganha salarial. Além disso, a economia é composta de dois setores (ou departamentos), um produtor de bens de consumo (para os trabalhadores) e um produtor de bens de capital. Posteriormente, inclui a classe dos "rentistas", separada dos empresários. Os trabalhadores estão alocados entre estes dois setores, de modo que os que produzem bens de consumo o fazem para consumo próprio e para o consumo dos que estão empregados no setor de investimento. Os trabalhadores do setor de bens de investimento produzem máquinas novas (quando há investimento líquido positivo) e máquinas para substituir as que vão se desgastando no decorrer do tempo, para a produção de bens de consumo.

Este "modelo simples" tem o objetivo de destacar a dupla relação entre lucros e acumulação:

> "Para que seja possível obter lucro, deve haver um excedente de produto por trabalhador sobre o consumo da família do trabalhador, necessário para que a mão-de-obra continue existindo. Mas, a existência de um excedente técnico potencial não é uma condição suficiente para que os lucros se realizem. Também é preciso que os empresários invistam. A proposição de que a taxa de lucro é igual à razão entre a acumulação e o estoque de capital (quando não há consumo a partir dos lucros) tem dois sentidos. Se não obtiverem lucro, os capitalistas não podem acumular, e, se não acumulam, não podem obter lucro". (Robinson, 1956a: 76).

Se a existência de lucro não é condição suficiente para que haja acumulação, pode ocorrer que o sistema entre num estado de estagnação econômica. Joan Robinson discute os mecanismos pelos quais isto pode acontecer, dando ênfase ao que ela denomina "pobreza técnica" (isto é, deficiência da técnica disponível[6]), a falta (ou "saciedade") de espírito empresarial[7], a deficiência dos mecanismos financeiros e monetários, e ainda como decorrência do consumo dos lucros.

---

6. Quando as técnicas existentes permitem apenas que se produza bens de consumo para os trabalhadores que produzem bens de consumo e para aqueles que mantêm o estoque de capital existente, mas não permite a produção de bens de consumo aos trabalhadores que produzem novos bens de capital. Neste caso, não há acumulação porque não há possibilidade de investimento líquido "dentro da barreira inflacionária".

Joan Robinson estabelece e discute várias proposições que descrevem o funcionamento de uma economia capitalista. A primeira delas é a de que, embora os salários reais estejam relacionados à razão entre a taxa de acumulação e o estoque de bens de capital (ou seja, à taxa de lucro), "*seria enganoso dizer que um determina o outro, pois a relação entre ambos envolve um longa história passada*" (Robinson, 1956a: 77). Sua preocupação central é a de diferenciar a lógica empresarial, na qual uma redução de salários, ao diminuir os custos, eleva os lucros, da lógica agregada ou macroeconômica, na qual a redução de salários, ao reduzir a demanda efetiva, diminui os lucros[8].

A análise das conseqüências de um excedente, ou de uma escassez, de mão-de-obra é feita de modo semelhante, embora neste caso Joan Robinson suponha que "*não há mudança na intensidade da concorrência ou do poder de barganha dos sindicatos*" (Robinson, 1956a: 78). O que se deve ressaltar é que para a Autora, "*a maneira pela qual a situação se desenvolve depende de como os empresários reagem a uma queda dos salários* [decorrente do excedente de mão-de-obra]" (Robinson, 1956a: 79), ou da "*reação do investimento* [frente à escassez de força de trabalho]" (Robinson, 1956a: 80). No modelo simples - isto é, com "apenas uma técnica" - as reações não envolvem, obviamente, mudança técnica, e, a rigor, nem mesmo uma "escolha de técnicas alternativas". Quando a hipótese de "apenas uma técnica" é relaxada, pode-se imaginar que o excedente de mão-de-obra torne lucrativas técnicas menos mecanizadas (intensivas em trabalho) e, vice-versa, que a escassez de mão-de-obra torne lucrativa técnicas intensivas em capital.

A forma pela qual a Autora discute as proposições básicas de seu modelo simples de acumulação é coerente com a sua visão de que a análise econômica deve estar associada ao estudo do desenvolvimento histórico de uma economia capitalista. Assim, a apresentação do modelo básico com hipóteses restritivas, muitas vezes quase simultânea à discussão de suas variantes (isto é, o relaxamento destas hipóteses) - característica marcante deste livro (mas não apenas dele) - é conseqüência da aplicação prática da interpretação histórica da economia capitalista, e reflete também a preocupação de destacar as relações de causalidade do sistema. Desta maneira, Joan Robinson contrapõe-se à análise neoclássica, na qual todos os elementos se determinam mutua e simultaneamente.

Não há como negar que este procedimento tem um aspecto negativo, pois o texto acaba se tornando denso e de difícil leitura. Possivelmente por ter consciência disto, a própria Autora procurou oferecer um resumo de suas proposições básicas:

---

7. Quando cada empresário individual está "satisfeito" com o montante de capital já acumulado, de modo que, coletivamente, empregam apenas os trabalhadores necessários para a sua manutenção. Neste caso, a quase-renda do setor de investimento é igual à amortização, não há lucro nem acumulação.

8. Para explicar esta proposição, a Autora se utiliza de um exemplo imaginário, composto por duas economias que são iguais em tudo (técnica de produção, taxa nominal de salários e nível de emprego), exceto pela taxa real dos salários. A diferença na taxa real de salários gera uma diferença na margem de lucro por unidade de produto (maior na economia que tem taxa real de salário menor), "*seja porque os sindicatos são mais fracos, ou porque os empresários são mais monopolistas, ou simplesmente porque prevalece uma concepção diferente do que seja o nível correto e apropriado de margens*" (Robinson, 1956a: 77). Gera também diferenças na taxa de acumulação e na taxa de lucro. A partir destas diferenças Joan Robinson supõe que os empresários da economia em que os salários reais são maiores "*se organizem e comecem a elevar seus preços*" (Robinson, 1956a: 77) ou, inversamente, que ocorra "*um acirramento da concorrência*" (Robinson, 1956a: 78) na que tem salários reais menores. Sob outros pressupostos adicionais, seria possível que, como conseqüência de cada uma destas alternativas - consideradas separadamente - ambas as economias obtivessem a mesma taxa de acumulação ao final do processo. O exemplo serve, segundo a Autora, para ilustrar "*um paradoxo essencial do capitalismo. Cada empresário individual ganha com um salário real baixo em termos do seu próprio produto, mas todos sofrem com o mercado limitado pelos bens, que decorre de uma baixa taxa real de salários*". (Robinson, 1956a: 78).

"Pode-se resumir concisamente o argumento anterior: Em uma economia com apenas uma técnica, e sem consumo a partir dos lucros, quando a oferta de trabalho se adapta à demanda, partindo-se de qualquer situação dada (produzida pela história passada), a taxa de acumulação futura é limitada:

(1) pelo excedente técnico disponível, acima dos salários de subsistência dos trabalhadores empregados;

(2) dentro deste limite [o excedente técnico disponível], pelo excedente acima do nível dos salários reais que os trabalhadores estão dispostos a aceitar e são capazes de assegurar (criando uma barreira inflacionária contra a queda dos salários reais);

(3) dentro deste limite [a barreira inflacionária], a acumulação é limitada pela energia com que os empresários a fazem;

(4) quando o tamanho da força de trabalho é independente da demanda dos empresários por trabalho, a máxima taxa de acumulação possível é estabelecida pela taxa de crescimento da força de trabalho. Se a acumulação não alcançar este nível, haverá crescimento do desemprego a longo prazo" (Robinson, 1956a: 83-84).

E ainda alertava:

"Muitas de nossas conclusões terão que ser amplamente modificadas à medida em que o pressuposto de uma técnica e ausência de consumo rentista for relaxado, mas veremos que o raciocínio permanece válido em todos aos aspectos essenciais, e oferece um quadro das características básicas da acumulação sob as regras do jogo capitalista". (Robinson, 1956a: 84).

A análise do progresso técnico mereceu da Autora um capítulo exclusivo específico (intitulado "Progresso Técnico"), no qual, entretanto, ainda considerava a existência de apenas um método de produção possível para cada tipo de bem de consumo e de capital (contraposto ao "espectro de técnicas" representado por diferentes relações entre capital e trabalho). O espectro de técnicas também foi tratado em capítulo separado e a análise conjunta do progresso técnico (neutro e viesado) com o espectro de técnicas é o tema da terceira seção do livro II. Novamente, ao leitor desavisado, pode parecer estranha a abordagem do tema do progresso técnico "com uma técnica", tal como o da "escolha da técnica" (espectro de técnicas) "sem progresso técnico".

A primeira aproximação ao tema do progresso técnico supõe, para evitar complicações imediatas, "*que um novo método é superior a todos os antigos a qualquer nível de salários*" (Robinson, 1956a: 85, n1) e exclui qualquer alteração dos produtos finais. Trata-se de aprimoramentos apenas do processo de produção, os quais são continuamente introduzidos pelos empresários, embora nem sempre pelos mesmos e não necessariamente no mesmo ritmo. Merece destaque o fato de que a introdução de inovações passa a fazer parte da estratégia de concorrência entre as firmas:

"Alguns [empresários] são mais ativos que outros, e em cada linha [de produção] existem algumas firmas progressivas, que são as primeiras a inovar, enquanto que as restantes as seguem apenas quando compelidas a fazê-lo pela pressão da concorrência (os que são obstinadamente conservadores, ou que não conseguem levantar os fundos para os investimentos requeridos pelos novos métodos são finalmente levados para fora dos negócios e seu espaço na economia é ocupado por outros homens)". (Robinson, 1956a: 85)

O ritmo da introdução de progresso técnico depende em parte da vida útil das máquinas e equipamentos em uso. Joan Robinson supõe que os aprimoramentos são introduzidos - como que

automaticamente - no momento em que se faz a substituição dos bens de capital desgastados, uma vez que as inovações vão sendo incorporadas nos novos equipamentos de produção (e apenas neles). Em termos genéricos, as inovações que poupam capital aceleram o processo de produção e são introduzidas mais rapidamente do que as que poupam trabalho. O ritmo de introdução das inovações, no entanto, pode ser reduzido se elas forem protegidas por patentes:

> "A velocidade com a qual os novos métodos são difundidos pela economia depende parcialmente da vida física dos bens de capital. Quando o equipamento desgastado está sendo substituído, os novos bens de capital incorporam os últimos inventos a que o empresário tem acesso. As inovações que poupam capital, acelerando o processo de produção, são rapidamente difundidas (a menos que sejam mantidas em segredo ou protegidas por patentes registradas pelos seus primeiros descobridores), pois os bens de capital incorporados no trabalho em processamento estão sendo continuamente substituídos à medida que a produção continua" (Robinson, 1956a: 85-86).

Além do determinante técnico (a vida útil das máquinas), e do determinante institucional (as patentes), outro determinante do ritmo de introdução das inovações relaciona-se ao grau de concorrência entre as firmas, em particular porque o aprimoramento do processo de produção não implica necessariamente redução de preços. Isto significa que o empresário inovador pode auferir lucros adicionais, monopolísticos, ao manter os preços e reduzir seus custos. Por outro lado, ao fazer isso, oferece uma sobrevida maior a seus concorrentes menos eficientes, na medida em que estes podem continuar mantendo-se em produção com seus velhos equipamentos, aos preços vigentes:

> "Sempre que o equipamento tem uma vida potencialmente longa (por ser fisicamente durável), a razão pela qual é substituído depende em grande escala do grau de concorrência entre os empresários. Um empresário progressivo que instalou uma nova fábrica que reduz o custo de produção de um bem de consumo específico pode decidir continuar vendendo ao mesmo preço que antes, ficando satisfeito com uma parcela de mercado mais ou menos constante e usufruindo lucros mais altos. Neste caso, os empresários não progressivos não sofrem pressão para se tornarem progressivos, a velha fábrica não é menos lucrativa do que antes, e viverá toda sua vida natural, sendo substituída (se os novos métodos forem acessíveis) pela fábrica aprimorada no momento em que, de qualquer maneira, estaria pronta para ser substituída" (Robinson, 1956a: 86).

Como contraponto, a introdução de inovações por parte das firmas progressistas pode refletir-se num acirramento da concorrência que leva à exclusão das empresas atrasadas e a uma maior concentração do mercado:

> "Quando os empresários progressistas preferem tirar vantagens da redução de custos para expandir sua participação no mercado (ou temem que se não o fizerem outros o farão), podem efetuar corte nos preços para atrair clientela e elevação dos salários para atrair mão-de-obra. Para se defender, os empresários que atuam com fábricas antigas terão que seguir o mesmo caminho, e este processo continuará até que ... a antiga fábrica deixe de gerar quase-renda. Neste ponto a antiga fábrica é sucateada, e estes empresários ou cedem seu lugar no mercado para as firmas progressivas ou instalam novas fábricas para manter o lugar... A vida econômica da fábrica se torna mais curta que sua vida física potencial" (Robinson, 1956a: 86).

Os critérios seguidos pelos empresários, no que se refere à introdução das inovações e à velocidade que deve ser imprimida a este processo, dão origem ao que Joan Robinson denomina "paradoxo das patentes":

> "Quando a velocidade de difusão é muito grande, os empresários progressivos têm pouco benefício de sua progressividade, pois os lucros extraordinários decorrentes da redução dos custos são rapidamente eliminados pela concorrência dos imitadores. Um empresário que tenha uma nova idéia que requeira a incorporação de um investimento pesado em equipamentos enfrenta um dilema. Não quer instalar o equipamento novo sem que esteja seguro de recuperar seus custos com uma quase-renda que seja suficiente para amortizar o investimento e para render ao menos a taxa de lucro vigente. Se outros empresários instalarem rapidamente fábricas ainda melhores, o período de alto rendimento de sua fábrica será ainda menor, e a quase-renda total ao longo de sua vida será inadequada. Mas se não instalar o novo equipamento, e seus concorrentes fizerem algum aprimoramento equivalente, ele sofrerá uma queda de preços sem ter usufruído da redução de custos. Ele preferiria que ninguém adotasse o aprimoramento, mas se alguém deve fazê-lo, preferiria que fosse ele próprio. Isto leva ao que se pode chamar de o paradoxo das patentes. Uma patente é um recurso que evita a difusão de novos métodos até que o investidor original tenha recuperado o lucro adequado para induzir o investimento necessário. A justificativa para o sistema de patentes é a de que, ao desacelerar a difusão do progresso técnico, assegura que haverá ainda mais progresso a ser difundido. O sistema de patentes introduz uma das grandes dificuldades das regras de jogo capitalista e leva a muitas anomalias. Uma vez que se baseia numa contradição, não pode haver algo como um sistema de patentes idealmente benéfico, e está fadado a produzir resultados negativos em casos específicos, impedindo desnecessariamente o progresso, ainda que seu efeito geral seja, no final, favorável. Em muitas linhas de produção as patentes legais não são importantes e o mesmo paradoxo essencial se manifesta na guarda ciumenta do 'know-how' por parte das firmas progressivas" (Robinson, 1956a: 86-87).

Embora o impacto da introdução de inovações sobre a estrutura industrial não possa ser claramente determinado já que, como foi visto acima, depende essencialmente da estratégia adotada pelos empresários progressistas (e pelos demais), em termos agregados é inequívoco que o progresso técnico (entendido como aprimoramentos do processo de produção) resulta em elevação da produtividade e, através dela, gera impactos sobre a distribuição da renda. Isto, no entanto, é tudo que se pode afirmar aprioristicamente, pois a influência de uma variação da produtividade sobre a distribuição da renda depende de vários outros fatores, entre eles, o do setor em que ocorrem as inovações.

Esta é a base da classificação de progresso técnico sugerida por Joan Robinson, quando aplicado a um modelo bisetorial e, portanto, necessariamente agregado. As inovações que elevam a produtividade no setor produtor de bens de consumo numa proporção maior do que no setor produtor de bens de capital geram o que a Autora denomina de progresso técnico intensivo em capital, ao qual corresponde, em sentido inverso, o progresso técnico poupador de capital, que eleva a produtividade no setor produtor de bens de consumo numa proporção menor do que no setor de bens de investimento. O progresso técnico neutro, por sua vez, ocorre quando em ambos os setores a produtividade aumenta na mesma proporção. Deve-se ressaltar que estas três categorias básicas de progresso técnico não fazem sentido se for mantida a hipótese de que cada tipo de produto é produzido com apenas uma técnica possível. É neste ponto que Joan Robinson introduz o que denomina "espectro de técnicas".

O espectro de técnicas é composto de um conjunto de métodos de produção possíveis, que coexistem no tempo (e no espaço) e que se diferenciam uns dos outros pelas suas respectivas

produtividades. Aqui, a Autora retoma a idéia básica do seu artigo de 1953-54, de um "dado nível de conhecimento tecnológico" que define um conjunto de métodos de produção factíveis e a de que cada empresário, frente a essa variedade de técnicas viáveis, deve escolher uma delas, sob algum critério.

Numa primeira aproximação, Joan Robinson sugere que a escolha é feita em função da lucratividade. Ou seja, se cada técnica é descrita por um dado montante de emprego, associado a um dado montante de capital, gerando um dado volume de produto, e se os preços dos fatores (salário e juros) forem conhecidos, e o preço do produto for dado, o empresário calcula a taxa de retorno dos diferentes métodos de produção, e escolhe aquele que gera a maior taxa. Esta é, de fato, uma primeira aproximação, uma vez que supõe hipóteses muito restritivas derivadas das "condições competitivas" e do "estado de tranqüilidade" - níveis dados e invariáveis de custos e preços. Estes pressupostos servem para a classificação das técnicas segundo seus "graus de mecanização".

> "Quando um empresário está planejando um investimento, ele quer, em primeiro lugar, estar seguro de que não vai perder capital (deve estar confiante de que vai recuperar o custo da despesa inicial com a quase-renda que auferirá durante a vida útil do equipamento) e, em segundo lugar, quer obter o máximo lucro possível do investimento. Em condições competitivas, o preço do seu produto, a taxa de salário nominal e os preços de todos os tipos de bens de capital estão dados e (supondo que haja um grau razoável de tranqüilidade) ele pode calcular a taxa de lucro esperada dos investimentos apropriados às várias técnicas" (Robinson, 1956a: 101)

Cada técnica do espectro de técnicas a partir das quais se faz a escolha é definida em termos do conjunto específico de máquinas (incluindo os produtos intermediários) e o montante específico de mão-de-obra necessária para operá-las. Se todos os preços são dados - isto é, os preços de cada item que compõe o conjunto de equipamentos e produtos intermediários, o preço (salário) da mão-de-obra, e o preço do produto final - é possível calcular qual a técnica que gera o maior lucro. Assim como no artigo de 1953-54, Joan Robinson oferece um exemplo numérico (ligeiramente modificado, se comparado com o do artigo). A primeira tabela a seguir apresenta os dados da mesma maneira que a tabela do artigo, embora com as alterações necessárias para que um dado aumento da taxa salarial (de 10%) implique num aumento, de mesma proporção, no capital (ou custo da fábrica)[9].

Na primeira tabela a seguir (tabela 2) avalia-se as três técnicas frente a diferentes taxas salariais, mantendo-se constante o número de homens empregados. A segunda (tabela 3) avalia as três técnicas, frente a diferentes taxas salariais, supondo-se o mesmo custo da fábrica. O montante de emprego "adapta-se" de modo a manter a mesma relação com o capital, dada pela respectiva técnica.

9. A notação e as últimas três linhas também foram por nós introduzidas

TABELA 2

Técnicas	gama I	beta I	alfa I	gama II	beta II	alfa II
Homens empregados N	50	50	50	50	50	50
Taxa salarial w	1	1	1	1,1	1,1	1,1
Capital (Custo da Fábrica) (C)	25	50	100	27,5	55	110
Produto Y	55	60	65	55	60	65
Folha de salários L = wN	50	50	50	55	55	55
Lucro P = Y - L = Y - wN	5	10	15	0	5	10
Taxa de lucro r = P/C = (Y - wN)/C	20%	20%	15%	0%	9%	9%
Razão produto/trabalho = Y/L	1,10	1,20	1,30	1,00	1,09	1,18
Razão capital/produto = C/Y	0,45	0,83	1,54	0,50	0,92	1,69
Razão capital/trabalho = C/L	0,50	1,00	2,00	0,50	1,00	2,00

TABELA 3

Técnicas	gama I	beta I	alfa I	gama II	beta II	alfa II
Homens empregados N	200	100	50	182	91	45,5
Taxa salarial w	1	1	1	1,1	1,1	1,1
Investimento I (Capital C)	100	100	100	100	100	100
Produto Y	220	120	65	200	109	59
Folha de salários L = wN	200	100	50	200	100	50
Lucro P = Y - L = Y - wN	20	20	15	0	9	9
Taxa de lucro r = P/C = (Y - wN)/C	20%	20%	15%	0%	9%	9%
Razão produto/trabalho = Y/L	1,10	1,20	1,30	1,00	1,09	1,18
Razão capital/produto = C/Y	0,45	0,83	1,54	0,50	0,92	1,69
Razão capital/trabalho = C/L	0,50	1,00	2,00	0,50	1,00	2,00

Estas tabelas mostram que, sob os pressupostos adotados, o maior produto per capita é gerado pela técnica que implica em maior investimento em bens de capital. Ou seja, a técnica de maior grau de mecanização oferece o maior lucro per capita, embora também implique num maior investimento per capita:

> "quanto maior o grau de mecanização da técnica, tanto maior será a quase-renda por homem empregado, e tanto maior também será o custo do investimento necessário por homem empregado. Se se investisse um certo montante de dinheiro num equipamento para uma técnica específica, digamos a técnica Beta, esta ofereceria uma certa taxa de retorno. Se esta mesma quantia fosse investida numa técnica mais mecanizada, digamos, a técnica Alfa, empregar-se-ia menos trabalho, o volume de produção seria menor ... e a folha de salários seria menor" (Robinson, 1956a: 102)

A passagem acima merece ser detalhada: o fato de que um mesmo volume de investimento aplicado a uma técnica mais mecanizada empregar menos mão-de-obra não exige maiores explicações. Vale ressaltar, contudo, que esta relação foi reproduzida pela Autora no debate sobre os planos de investimento na Índia, em três artigos escritos para a Economic Weekly[10] e num ensaio publicado no suplemento anual do periódico Calcuta[11]. O fato de que a técnica mais mecanizada gera um volume de produto absoluto

10. Veja-se "The Choice of Technique" (1956j), "Time and the Choice of Technique" (1956k) e "Choice of Technique" (1957k). A questão que ela discute nestes artigos diz respeito ao critério de decisão da escolha da técnica, isto é, se a escolha deve ser feita em função da geração de emprego ou em função da produtividade. Como se pode observar, esta dicotomia já aparece em A Acumulação de Capital.
11. O ensaio, originalmente intitulado "Unemployment and the Second Plan", foi reproduzido, nove anos depois, no terceiro volume dos Collected Economic Papers sob o título "India, 1955: Unemployment and Planning". Veja Robinson (1956c).

menor decorre da própria construção da hierarquia de técnicas: se a técnica mais mecanizada também produzisse um volume absoluto maior de produto, a técnica menos mecanizada não estaria entre o rol de técnicas: "*se a técnica Beta, com maior folha de salários, gerasse menos produto que a técnica Alfa, não estaria sendo considerada como um técnica viável*" (Robinson, 1956a: 102).

A concepção de que o grau de mecanização é um conceito relativo e que diz respeito à comparação entre técnicas previamente conhecidas fica evidente no raciocínio exposto pela Autora:

> "Se a redução do produto for maior que a economia da folha de salários [quando se adota a técnica Alfa], a técnica Beta será preferida. De modo semelhante, com uma técnica menos mecanizada, a técnica Gama, o emprego (para uma dada quantia investida) é maior e o produto é maior. Se a maior folha de salários for superior ao maior produto, a técnica Beta será preferida" (Robinson, 1956a: 102)

Trata-se, portanto, de comparar os produtos de cada técnica e suas respectivas folhas salariais. Esta comparação se faz, como uma primeira aproximação, através das taxas de lucro. Segundo Joan Robinson, como primeira aproximação, a comparação entre as diferentes lucratividades das diversas técnicas é um critério razoável para a escolha. No entanto, ela alerta para o fato de que, ao se fazer a comparação, é preciso conhecer os conjuntos de bens de capital que compõem cada técnica, e é isto que torna a análise extremamente complexa. Ela destaca que o custo do equipamento e de todos os materiais necessários à produção, para cada empresário individual, não depende apenas da folha de salários dos trabalhadores envolvidos, mas também do tempo que leva para executar a produção, bem como da maneira pela qual os rendimentos futuros se distribuem ao longo do tempo, o que se reflete na importância da taxa de juros. O dispêndio em novos bens de capital (investimento) requer um tempo de espera entre o gasto inicial e seu retorno, e durante este tempo, há uma "perda de lucro potencial" que, do ponto de vista do empresário, faz parte do custo de aquisição dos bens de capital. Como as diferentes técnicas podem ter diferentes padrões temporais, este elemento do custo tem que ser levado em conta na comparação das vantagens relativas das várias técnicas. Isto significa, nas palavras da Autora, que "*a taxa de retorno sobre o investimento entra, por si mesmo, no cálculo do custo de qualquer conjunto específico de bens de capital*" (Robinson, 1956a: 103).

> "Por este motivo, uma medida sem ambigüidade do custo dos bens de capital requer uma taxa de lucro esperada, definida, e universalmente aplicável. Isto só existiria se, primeiro, houvesse condições de perfeita tranqüilidade, quando se acredita conhecer os custos futuros e as quase-rendas da compra e, em segundo lugar, em condições nas quais o grau de concorrência e a facilidade de entrar em diferentes linhas de produção fossem iguais em todos os lugares, e tivessem estabelecido uma taxa de lucro uniforme por todo o sistema.
>
> Estas condições, obviamente, nunca são encontradas na realidade, mas podemos estabelecer o nível de análise com o qual estamos lidando, imaginando que existem. Postulamos, então, que existe uma taxa de lucro uniforme, vigente em toda a economia, que vem vigindo por algum tempo no passado e que se espera, confiantemente, continuar a vigir no futuro. Utilizamos então uma taxa de juros nocional, igual à taxa de lucro, ao calcular o custo dos bens de capital". (Robinson, 1956a: 103-104).

Estas condições, necessárias para a formulação do modelo do "espectro de técnicas" compõem a definição da "idade de ouro", que envolve a noção de "tranqüilidade", indicativa de uma situação em que não há choques externos e caracterizada pela ausência de incerteza - ou seja, pelo pressuposto de que as expectativas efetivamente se realizam. Esta noção, que também já fora apresentada no artigo de 1953-54, tem sua origem na crítica à utilização usual do conceito de equilíbrio.

> "a palavra equilíbrio, no discurso comum, descreve uma relação entre corpos no espaço...[e embora]... a metáfora do equilíbrio possa ser aplicada aos fenômenos econômicos, deve sê-lo com grande cautela". (Robinson, 1956a: 57).

O cuidado com que a metáfora deve ser utilizada decorre do fato de que uma posição de equilíbrio "*tende a ser temporária e a conter em si mesma as causas da mudança que ocorrerão à medida em que o tempo passar*" (Robinson, 1956a: 57), não apenas porque as expectativas se modificam (o que seria uma causa por demais subjetiva), mas porque a "*própria trajetória seguida por um mercado* [em busca do equilíbrio], *à medida em que se adapta a uma mudança, tem efeitos de longa duração sobre a posição que ele alcança*". (Robinson, 1956a: 58)[12]. Na verdade, segundo a Autora, o conceito de equilíbrio não deve ser utilizado sequer em termos de tendência - como uma posição a que se chegaria se não houvesse distúrbios - pois o próprio fato de se "*saber que existe a probabilidade da ocorrência de distúrbios faz com que as expectativas sobre o futuro sejam incertas e tem uma grande influência sobre qualquer conduta dirigida aos resultados futuros*". (Robinson, 1956a: 59).

Para Joan Robinson, portanto, a metáfora do equilíbrio é traiçoeira. Mas, ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que algumas economias estão mais sujeitas a turbulências que outras. Por este motivo, considera ser preciso criar uma expressão que denote a ausência de perturbações. É com este objetivo que sugere a expressão "estado de tranqüilidade":

> "Podemos falar de uma economia em estado de tranqüilidade quando ela se desenvolve de modo suave e regular, sem contradições internas e sem choques externos, de forma que as expectativas baseadas na experiência passada são mantidas com confiança, e são de fato constantemente cumpridas e conseqüentemente renovadas à medida em que o tempo passa. Num estado de perfeita tranqüilidade os preços que vigoram hoje em qualquer ramo são aqueles que se esperava que vigorariam quando as decisões relevantes foram tomadas no passado; as quantidades vendidas de bens, os custos, os lucros e todas as características relevantes da situação estão de acordo com as expectativas; e as expectativas atuais sobre o futuro são as mesmas que, no passado, se esperava para hoje". (Robinson, 1956a: 59).

É importante que se destaque - e Joan Robinson o enfatiza várias vezes - que o "estado de tranqüilidade" não tem qualquer relação com o estado estacionário:

---

12. Não é demais lembrar que em "'Imperfect Competition' Revisited" - sua autocrítica à Economia da Concorrência Imperfeita que é praticamente contemporânea ao livro A Acumulação de Capital - Joan Robinson argumenta com o mesmo raciocínio: "*...A questão não é apenas a de que qualquer ajuste leva um certo tempo para ocorrer e que (como sempre se admitiu) podem ocorrer eventos neste meio tempo que alteram a posição, de modo que o equilíbrio em direção ao qual se diz que o sistema tende se move antes de ser alcançado. A questão é que qualquer processo de movimento tem um efeito sobre o destino do movimento, de modo que não existe algo como uma posição de equilíbrio de longo prazo, independente da trajetória que a economia esteja seguindo numa data específica*". (Robinson, 1953a: CEP2: 234).

> "Uma economia pode expandir-se num estado de tranqüilidade, em que todas as quantidades relevantes (fluxos de produto, estoque de capital, taxas de consumo) se expandem pari-passu umas às outras". (Robinson, 1956a: 60).

Ao lado do conceito de tranqüilidade, e complementando-o, Joan Robinson sugere ainda o de "lucidez" como sendo

> "um estado em que todos estão plenamente conscientes da situação em todos os ramos e setores, e compreendem as propriedades técnicas de todas as mercadorias, tanto no que se refere à sua utilização na produção quanto no que diz respeito à satisfação que oferecem ao consumo. Nesta situação não haveria espaço para o profissional de vendas, e o lucro só seria obtenível mediante a satisfação das necessidades dos consumidores". (Robinson, 1956a: 60).

Além disso, a Autora também sugere o conceito de "harmonia":

> "uma situação na qual as regras do jogo são plenamente compreendidas e aceitas por todos, na qual ninguém tenta alterar sua parcela de receita e em que todos cooperam para aumentar o total a ser partilhado" (Robinson, 1956a: 60).

A importância destes conceitos - tranqüilidade, lucidez e harmonia - está no fato de que, ao mesmo tempo em que permitem a elaboração de hipóteses simplificadoras para a construção dos seus modelos, caracterizam o que Joan Robinson considera como elementos cruciais definidores de uma economia capitalista. Numa de suas mais esclarecedoras observações - muito pouco notada por seus interlocutores, e principalmente pelos seus críticos - Joan Robinson estabelece o que considera ser a tarefa do economista:

> "Uma economia que existisse em estado de tranqüilidade, lucidez e harmonia estaria devotada à produção e ao consumo de riqueza de uma forma racional.
>
> É apenas necessário descrever estas condições para verificar quão distantes elas estão do estado em que as economias reais se encontram. O capitalismo, em particular, nunca teria chegado a existir nestas condições, pois o divórcio entre o trabalho e a propriedade, que faz com que os negócios de grande escala sejam possíveis, implica conflitos; e as regras do jogo foram desenvolvidas precisamente para fazer com que a acumulação e o progresso técnico sejam possíveis em condições de incerteza e de conhecimento imperfeito. No entanto, distúrbios, decepções e conflitos em excesso quebrariam a economia em pedaços. A persistência do capitalismo até os dias de hoje é a evidência de que certos princípios de coerência estão embutidos em sua confusão". (Robinson, 1956a: 60).

Os conceitos de "tranqüilidade", "lucidez" e "harmonia" também se aplicam ao problema da definição e da medida de capital, mesmo no que diz respeito à hierarquização das técnicas segundo o grau de mecanização, pois envolve a definição de lucratividade. A própria Autora alerta o leitor para a dificuldade desta questão, que é, segundo ela, inclusive, "*desproporcional à sua importância*" (Robinson, 1956a: 101, n1). A discussão da fronteira técnica - incluindo o "caso perverso" da conversão de técnicas - é feita nos mesmos moldes que no artigo de 1953-54. Em A Acumulação de Capital, Joan Robinson considera também alguns "casos especiais", como a possibilidade de que haja impedimentos a que os empresários adotem a técnica que gera a maior taxa de lucro, tais como as dificuldades de obtenção de

financiamento[13], a incapacidade gerencial[14] e as imperfeições de mercado - existência de monopólio e/ou de monopsônio.

É interessante chamar a atenção para o fato de que mesmo o "monopólio" não dá ao empresário monopolista total liberdade de escolha, pois sua estratégia está necessariamente limitada pela capacidade de absorção que o mercado tem, com relação ao seu produto. Em outras palavras, ele deve levar em conta que um aumento na escala de produção, por exemplo, necessitaria de um esforço de vendas, adicional, para colocar toda sua produção no mercado - o que reduz seu lucro.

> "Quando um empresário usufrui de um monopólio num mercado particular, ele pode obter uma taxa de lucro mais alta sobre o capital investido na produção do bem em questão, do que a obtenível, em geral, no ramo, mas a quantidade do bem que vale a pena produzir está limitada pois, depois de um certo ponto, ele só poderia vender uma quantidade maior se reduzir o preço (ou se incorrer em custos de venda), até o ponto em que isto reduz seu lucro total no mercado" (Robinson, 1956a: 110-111).

A escala de produção vis-à-vis a capacidade de absorção do mercado é um limite tanto maior quanto menos diversificada for sua produção, ou menor sua disposição para diversificar. Joan Robinson usa a escolha do grau de mecanização como uma alternativa:

> "A escolha da técnica depende, então, das outras possibilidades que lhe estão abertas. Se ele não estiver interessado em produzir outra coisa, a não ser o produto que é sua especialidade, e sobre o qual ele tem o monopólio, vale a pena investir em mecanização até o ponto em que a poupança de salários compensa o custo do capital adicional... Se estiver numa posição favorável para tomar emprestado, a taxa de juros que terá que pagar pode ser consideravelmente menor do que a taxa de lucro geralmente vigente (e se ele tiver capital suficiente pode preferir investir no seu próprio negócio ao invés de auferir os juros que conseguiria fora dele), de modo que vale a pena usar a técnica mais mecanizada do que a que prevalece em geral. Mas se (como é mais comum) ele puder investir (quando tiver exaurido as oportunidades de seu mercado protegido) em outras linhas de produção, onde encontra a concorrência mas usufrui das mesmas oportunidades para obter lucro que todos os demais, ele não terá motivos para aumentar a mecanização para além do ponto em que o retorno marginal do investimento em sua especialidade é igual ao nível geral da taxa de lucro.", (Robinson, 1956a: 111).

Pelo lado do monopsônio, o que pode ocorrer é a dificuldade de contratação de mão-de-obra, o que também pode ser contornado mediante a elevação do grau de mecanização. Este raciocínio sustenta a afirmação de que um nível mais alto de salários se relaciona a um alto grau de mecanização e, além disso, a uma elevação do grau de monopólio, já que as firmas incapazes de adotar técnicas mais mecanizadas, para fazer frente aos custos elevados da mão-de-obra, tendem a ser expulsas do mercado. Isto não quer dizer que a redução dos salários não engendre a mecanização, pois a redução de um elemento do custo pode permitir investimentos em tecnologia:

---

13. *"Onde o investimento mínimo tecnicamente factível para o equipamento mais lucrativo for grande, os empresários que não comandam poder financeiro suficiente podem usar técnicas menos mecanizadas e ficar satisfeitos com uma taxa de lucro menor, ao invés de perder sua independência"* (Robinson 1956a: 110).

14. *"Um empresário individual pode não ter capacidade ou inclinação para gerenciar um negócio maior do que um certo tamanho. Isto não afeta necessariamente a técnica escolhida, mas pela mesma razão acima, provavelmente se associa a um grau de mecanização relativamente baixo."*(Robinson, 1956a: 110).

"Uma elevação no nível de salários expulsa as firmas que não podem se mecanizar, e deixa o campo livre para as que podem. Uma redução dos salários reais facilita a sobrevivência, embora possa ocorrer que uma queda da taxa real de salário permita que alguns pequenos empresários se elevem a um nível superior de mecanização, de modo que há um contra-fluxo remando contra a maré." (Robinson, 1956a: 112).

Joan Robinson ressaltava ainda o papel da incerteza na escolha da técnica: como as técnicas mais mecanizadas exigem, em geral, um investimento maior - um maior comprometimento de capital líquido, em montante e por tempo - em situações de incerteza mais aguda, é possível que a técnica preferida seja menos mecanizada ou mais flexível (este argumento, como vimos, foi antecipado no artigo de 1953-54). Isto explica, segundo a Autora, a coexistência de pequenas firmas, que usam técnicas mais simples, junto às grandes, com técnicas sofisticadas:

"Exceto em condições de perfeita tranqüilidade um plano de investimento mais flexível é preferível a um rígido. Isto favorece as técnicas que requerem equipamentos de menor vida útil e capacidade produtiva divisível, de modo que, em caso de necessidade, parte pode ser abandonada sem que o todo se torne sem valor. Em geral (mas não necessariamente em todos os casos) uma técnica mais mecanizada envolve um montante de equipamento durável maior e uma capacidade produtiva mais integrada, de modo que há uma tendência a que se prefira técnicas menos mecanizadas em condições de incerteza.

Este fenômeno é muito importante num mundo intranqüilo, e explica o sucesso de muitos pequenos negócios usando técnicas simples, competindo com gigantes altamente mecanizados". (Robinson, 1956a: 112-113).

Uma outra referência às empresas pequenas tem relação com o que a Autora entende como sendo o mecanismo concorrencial, que faz com que a adoção de novas técnicas gere, por um lado, uma tendência à oligopolização e, pelo outro, o surgimento de novas oportunidades - "nichos de mercado" - que são ocupados por pequenas firmas:

"O mecanismo que assegura que a produção de fato se expanda mais ou menos de acordo com a elevação da produção potencial decorrente do progresso técnico é a concorrência, que mantém os preços alinhados com os custos, e dessa maneira eleva a taxa real de salário com a produtividade. Este mecanismo tende a se tornar mais fraco à medida em que a economia progride, pois, quanto mais vigorosa for a concorrência entre empresários, mais rapidamente os fortes engolem os fracos, de modo que o número de vendedores separados em cada mercado tende a cair à medida em que o tempo passa.... Simultaneamente, criam-se novas oportunidades para os 'pequenos', em brechas especializadas dos mercados e nos interstícios entre os gigantes, mas isto não é suficiente para manter a concorrência viva, pois os pequenos acham mais lucrativo operar ao abrigo da política de preço dos gigantes do que provocar problemas desafiando-os à concorrência." (Robinson, 1956a: 91, inclusive nota de rodapé).

A abordagem adotada pela Autora, quanto à escolha do grau de mecanização, tem uma limitação evidente, que é a da decisão empresarial estar circunscrita a métodos de produção previamente conhecidos, que compõem o espectro de técnicas existentes. Deste modo, ela retira do âmbito da empresa a possibilidade de "inventar" novos métodos. Em sua defesa, pode-se alegar no entanto, que objetivo não é discutir os determinantes do progresso técnico, mas sim considerar o impacto que diferentes formas de progresso técnico podem ter sobre o processo de acumulação.

Mas, paradoxalmente, apesar de Joan Robinson ter dedicado dois capítulos de A Acumulação de Capital para tratar desta questão, os resultados foram bastante insatisfatórios. No primeiro deles, que trata da acumulação com progresso técnico neutro, o progresso técnico tem apenas a função de possibilitar que a acumulação ocorra a uma taxa estável, constituindo-se no que ela viria a caracterizar, nos Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento (1962), como "idade de ouro", contraposta às outras "idades" - "metálicas ou congênitas"[15]. Assim, no que se segue, usaremos como base de apoio os textos que Joan Robinson escreveu e publicou entre o livros de 1956 e de 1962.

15. Expressão que tomamos emprestada de um das resenhas daquele livro, escrita por Lachman (1963). As "idades" são: idade de ouro capenga; idade de chumbo; idade de ouro limitada; idade de platina galopante; idade de platina rastejante; idade de ouro bastarda; idade de platina bastarda (respectivamente, em inglês: limping golden age; leaden age; restrained golden age; galloping platinum age; creeping platinum age; bastard golden age; bastard platinum age). Um bom resumo das principais características de cada uma delas encontra-se em Asimakopulos (1991: 179-182).

IV.3 - A Mudança Técnica no Âmbito Agregado

Por volta de 1959, Joan Robinson já se mostrava profundamente insatisfeita com os modelos de acumulação mais recentes, principalmente por que eles tentavam, segundo sua avaliação, explicar o que ocorre de fato. Seu próprio livro, A Acumulação de Capital, não escapava à crítica, embora reconhecesse que todos os modelos, inclusive o seu, eram necessariamente irrealistas, e por isso deveriam ser encarados meramente como exercícios.

No artigo "Accumulation and the Production Function" (1959b) ela discutiu sua própria abordagem em A Acumulação de Capital à luz de vários trabalhos de diferentes autores, sobre o mesmo tema[16].

> "O atual interesse pela acumulação de capital e o desenvolvimento econômico tem dado um novo sopro de vida ao problema neoclássico da acumulação numa economia em que a força de trabalho e o estado de conhecimento é constante, com a taxa de lucro decrescente e a taxa de salário real crescente à medida em que o tempo passa.
>
> Muitas tentativas recentes de sintetizar o conceito neoclássico de função de produção com um tratamento keynesiano da poupança e do investimento não tiveram muito sucesso. Minha própria versão (A Acumulação de Capital), embora acredite, não incorreta, é capenga e insatisfatória....
>
> Acho que a dificuldade do problema decorre da tentativa de coordenar pressupostos que tornem plausível a idéia de que um economia de empresas privadas possa acumular constantemente, sob condições de equilíbrio de longo prazo, com contínuo pleno emprego de uma força de trabalho constante, sem qualquer distúrbio cíclico, em face a uma taxa de lucro continuamente decrescente. Mas porque tentar torná-la plausível se todos sabemos que na vida real nada disso acontece? Tomemos [estas hipóteses] como um simples exercício, e postulemos que a acumulação ocorre desta maneira por nenhuma outra razão que não a de que foi assim que escolhemos postular". (Robinson, 1959b, CEP2: 132-133).

É também como um exercício, que se deve analisar um outro artigo seu, intitulado "Capital, Technique and Relative Shares" (1960c), que foi escrito, como ela mesmo confessa, para aclarar suas próprias idéias sobre alguns pontos fundamentais da teoria do capital. Tomá-lo como base desta seção justifica-se pelo fato de que ele inclui o progresso técnico, ao contrário, por exemplo, do "Accumulation and the Production Function", que, por discutir a acumulação sem inovações, passou a ser avaliado pela própria Autora como sendo um trabalho que pretendia "*resolver um quebra-cabeças inexistente*" (Robinson, 1975d, CEP2, 2a. ed.: ix).

No artigo de 1960, que incorpora o progresso técnico, Joan Robinson afirma que a teoria da acumulação de capital envolve três conjuntos de questões. O primeiro diz respeito ao que ela denomina "a função de produção ex-ante" - isto é, a escolha da forma que o investimento toma, no escopo da decisão de um produtor individual. Na interpretação de Meacci, esta seria a abordagem da "escolha da técnica". O

---

16. Ela cita explicitamente: Solow (1955-56): "The Production Function and the Theory of Capital", Swan (1956): "Economic Growth and Capital Accumulation"; Solow (1956): "A Contribution to the Theory of Economic Growth"; Kaldor (1957): "A Model of Economic Growth", Little (1957): "Classical Growth"; Champernowne (1958): "Capital Accumulation and the Maintenance of Full Employmera" e Ara (1958): "Capital Theory and Economic Growth". Veja-se também "Equilibrium Growth Models" (1961a), no qual retoma suas críticas a Harrod, bem como a Kaldor (1955-56); "Alternative Theories of Distribution" e Kaldor (1957): "A Model of Economic Growth", e inclui comentários a Kahn (1959): "Exercises in the Analysis of Growth" e a Duesenberry (1959): Business Cycles and Economic Growth. A ênfase, no entanto, é a crítica a Meade (1961): A Neo-classical Theory of Economic Growth, e ao seu conceito de capital em termos de aço: "*Para nossos objetivos, escreveremos 'leets', para que nos lembremos continuamente que não sabemos o que significa*". Robinson (1961a, CEP3: 23)

segundo conjunto de questões trata dos efeitos macroeconômicos de se ter quantidades maiores ou menores de capital em condições coeteris paribus, que ela denomina "a razão de fatores ex-post". Esta análise, que para Meacci diz respeito à "mudança técnica", é feita através da comparação de economias, todas em estado estacionário, com as mesmas condições técnicas mas com diferentes dotações de capital, e postulando as respectivas diferenças das propensões a consumir (ou, na linguagem da Autora, "condições de parcimônia"). Finalmente, o terceiro conjunto diz respeito aos efeitos, também macroeconômicos, de uma mudança do conhecimento técnico - isto é, a análise do processo de acumulação e de progresso técnico, propriamente dita. Esta análise é feita mediante a comparação de posições com condições técnicas diferentes, mas mesmas "condições de parcimônia".

Joan Robinson desenvolve seus argumentos neste artigo criando quatro tipos de modelos. O primeiro se caracteriza pelo pressuposto de que existe apenas um setor e uma técnica, e que o único investimento necessário é o pagamento de salários, de modo que o capital consiste de um fundo de salários; no segundo, existe apenas um setor e a técnica é variável (sendo portanto possível escolher diferentes "combinações de fatores"); no terceiro, há dois setores com técnica variável, e no quarto três setores com técnica variável.

Para cada um destes modelos, a Autora examina os três conjuntos de questões, e, particularmente para o terceiro conjunto, examina três alternativas diferentes quanto aos determinantes do investimento. Na primeira, supõe que a acumulação é função da renda dos capitalistas - ou seja, que o investimento é determinado pelo montante dos lucros, e não sofre influência da taxa de lucro ou do valor do capital. Na segunda, supõe que o investimento é determinado pelo nível da taxa esperada de lucro, independentemente do nível da renda e do valor do capital. Na terceira, o investimento é determinado pelo valor do capital. Para estas três alternativas, ela elabora hipóteses adicionais que garantam a manutenção do estado estacionário (isto é, que garantam que a renda, ou a taxa de lucro, ou o valor do capital permaneçam constantes) e alerta que "*estas hipóteses não devem ser levadas a sério no contexto da análise da acumulação. Elas são necessárias para simplificar a análise do progresso técnico*" (Robinson, 1960c, CEP2: 161).

Não há dúvida de que este artigo representa um avanço em relação ao livro A Acumulação de Capital, pelo menos no que se refere à organização dos argumentos. Por este motivo, nas páginas que se seguem, resolvemos adotar a sua ordenação.

IV.3.1 - Progresso técnico em modelos unisetoriais com uma técnica: técnicas superiores e inferiores

O modelo unisetorial com uma técnica é descrito em termos da produção de cereais, na qual o investimento necessário se constitui de um montante inicial de grãos, com os quais se paga os salários. Neste primeiro modelo, em que há apenas um setor e uma técnica, o primeiro conjunto de questões não exige maior discussão, já que a rigor não há escolha a ser feita (o único fator de produção é o trabalho).

Por sua vez, o segundo conjunto de questões serve apenas para mostrar que a economia que tem um maior valor de capital apresenta, associado ao maior valor do capital, uma taxa salarial maior e uma taxa de lucro menor.

O terceiro conjunto de questões, já neste exemplo simples, é bastante complexo. O interessante é que o modelo explicita o que Joan Robinson entende por progresso técnico, mesmo quando aplicado a um modelo com apenas única técnica. Ele consiste de uma inovação que reduz o período de gestação (sem alterar o produto per capita), ou que aumenta a produtividade, isto é, o produto per capita (sem alterar o período de gestação) ou ainda, o que ela chama de "aprimoramentos parciais" e que consistem, no caso deste exemplo, de uma redução do período de gestação às custas da produtividade, ou vice-versa. As duas primeiras alternativas constituem aprimoramentos que dão origem a técnicas evidentemente superiores, e novamente, a rigor, não há escolha a ser feita, já que as técnicas superiores são melhores em todos os aspectos. Já no caso do aprimoramento parcial, não apenas é preciso escolher, como a escolha exige a definição de critérios:

> "Até agora consideramos aprimoramentos no conhecimento que possibilitaram o surgimento de uma nova técnica que é claramente superior à antiga. Pode acontecer que uma descoberta possibilite aumentar o produto per capita, mas apenas às expensas de prolongar o período de gestação. Saber se vale ou não a pena usar esta descoberta depende da taxa de lucro vigente. Surge [o problema da] escolha da técnica e aparece uma função de produção rudimentar" (Robinson, 1960c: 166).

A citação acima também explicita que o principal critério da escolha (e portanto do investimento) é a taxa de lucro esperada, e não o nível de renda ou o valor do capital. Sendo assim, e se a nova técnica, surgida de um aprimoramento parcial, gerar uma taxa de lucro maior, ela será a técnica escolhida. Mas, se a taxa de lucro for a mesma, será indiferente. Ambas as técnicas compõem, neste caso, a "fronteira técnica", como no artigo de 1953-54 ou em A Acumulação de Capital:

> "Em qualquer fase dada do desenvolvimento, os empresários que decidem investir (seja para aumentar a capacidade produtiva ou para substituir uma fábrica velha), encontram-se por assim dizer numa fronteira técnica. Quando as técnicas disponíveis ... estão arrumadas hierarquicamente, de acordo com a taxa de produção per capita, a técnica de maior taxa de produção requer maior investimento per capita ... e a fronteira estará na técnica que oferece a maior taxa de lucro sobre o investimento à taxa de salário vigente, ou entre duas técnicas que sejam igualmente lucrativas àquela taxa de salário" (Robinson, 1956a: 106, grifos nossos).

No que se refere às conseqüências destas inovações sobre a distribuição da renda, Joan Robinson, fazendo uso das três alternativas de determinantes do investimento, mostra que, ao contrário do que propõe a teoria neoclássica, a distribuição é afetada muito mais pelas decisões empresariais (de investir ou não, e quanto), do que por fatores técnicos.

A exposição detalhada deste raciocínio seria muito longa. Além disso, como ela mesmo sugere, "*à medida em que os modelos vão se tornando sucessivamente mais complexos, o primeiro tipo* [de determinante] - *renda constante - torna-se cada vez menos plausível, e o terceiro - valor constante do*

capital - torna-se cada vez mais ambíguo" (Robinson, 1960c, CEP2: 168). Esta é a sua justificativa para usar apenas a lucratividade esperada como determinante do investimento nos demais modelos.

IV.3.2 - Progresso técnico em modelos unisetoriais com técnica variável: inovações neutras e viesadas

A "técnica variável" deste modelo unisetorial consiste nas diferentes combinações possíveis entre fatores (sementes e trabalho). Ele dá origem a uma função de produção, na qual o uso dos "fatores" gera um dado volume de produto ("cereal"), com rendimentos decrescentes a partir de uma certa combinação. A característica específica deste modelo é que o produto consiste do mesmo material que um dos insumos (as sementes). Neste caso, portanto, a Autora sugere que a função de produção seja entendida como o "*resultado de descobertas passadas, que geraram aprimoramentos parciais, as quais foram utilizadas quando os preços dos fatores as tornaram adequadas. Um aprimoramento real faz com que todas as posições da função de produção* [anterior] *se tornem inferiores...*" (Robinson, 1960c, CEP2: 168).

A técnica a ser escolhida depende da taxa salarial e da taxa de juros, e o critério de escolha é a combinação de fatores - ou razão de fatores - que maximiza o lucro. Isto significa que os produtos marginais dos fatores são proporcionais aos seus custos (ou preços), e que as condições técnicas (dadas pela função de produção) determinam, junto com os preços de fatores, a combinação escolhida.

Cada ponto da função de produção corresponde a uma combinação específica de fatores, que, embora produza a mesma quantidade de produto, só "existe" quando seus preços correspondem ao seu produto marginal. Portanto, segundo Joan Robinson, para que se possa comparar estas combinações (pontos na função de produção), é preciso imaginar que cada um vem a ser o escolhido, o que só é possível se cada um "pertencer" a um "sistema econômico" que tenha as mesmas condições técnicas mas no qual vigorem diferentes preços de fatores. O sistema econômico no qual a taxa salarial é mais alta tem, relativamente ao outro, uma taxa de lucro (ou de juros) mais baixa. A taxa salarial mais alta implica que o custo de empregar mão-de-obra é maior. Neste sistema, portanto, há uma tendência a que se empregue menos do fator trabalho. Por outro lado, se a taxa de lucro (ou de juros) é menor, há uma tendência a que se utilize mais do fator "capital" (mesmo que este seja feito de sementes).

O aspecto fundamental do raciocínio da Autora é que o efeito da taxa de juros, mesmo neste modelo simples, não é necessariamente proporcional ao efeito da taxa salarial, já que depende, por exemplo, do período de gestação do investimento. Mas, independentemente disto, o efeito será tanto maior, quanto maior for o "capital" investido - ou seja, "*quando a razão entre 'sementes' e trabalho é maior, o efeito de uma taxa de juros menor intensifica o efeito de uma taxa salarial maior*" (Robinson, 1960c, CEP2: 170). Este é o raciocínio no qual se fundamenta a idéia da elasticidade de substituição de fatores.

A função de produção se altera em decorrência do aprimoramento do conhecimento. Em geral, a função de produção se desloca para cima, mas este deslocamento pode ou não alterar sua forma. O

deslocamento e a mudança da forma da função de produção geram uma nova classificação: inovações neutras ou inovações viesadas (intensivas em capital ou trabalho e poupadoras de capital ou trabalho).

Quando o produto per capita aumenta na mesma proporção, qualquer que seja a razão entre fatores e qualquer que seja o período de gestação do investimento, ele é representado por um deslocamento, sem distorção, da função de produção. Isto significa que a inovação é poupadora de mão-de-obra e neutra em relação ao capital. Se o produto per capita aumenta mais nos pontos que representam uma relação capital/trabalho mais alta, ou um período de gestação maior, trata-se de inovações intensivas em capital, pois indicam que, na nova função de produção, a substituição de trabalho por capital tornou-se ainda mais rentável do que antes. O caso extremo de inovações intensivas em capital é aquele no qual o produto per capita aumenta numa proporção no máximo igual à proporção entre capital e trabalho. O raciocínio funciona também no sentido inverso: se o produto per capita aumenta mais nos pontos que representam uma relação capital/trabalho menor são poupadoras de capital, e o caso extremo de inovações poupadoras de capital ocorre quando o produto per capita permanece constante quando o capital por unidade de produto se reduz ou o período de gestação diminui.

Nas palavras da Autora:

> "Quando a inovação tem um viés poupador de capital, com taxa de lucro constante, a taxa salarial aumenta numa proporção maior que o produto per capita e o capital por unidade de produto cai; um viés intensivo em capital significa que a taxa salarial aumenta numa proporção menor do que o produto per capita e o capital por unidade de produto aumenta". (Robinson, 1960c, CEP2: 172)

A vantagem deste modelo é que as inovações podem ser caracterizadas em termos puramente técnicos, já que o "capital" tem a mesma composição que o "produto", e, portanto, a razão capital/produto pode ser usada como critério de classificação. No entanto, quando a composição do capital é diferente da do produto, a razão entre eles não se move necessariamente na mesma direção que o viés da inovação. Este é o caso - mais geral - que a Autora analisa no terceiro modelo.

IV.3.3 Progresso técnico em modelos bisetoriais com técnica variável: inovação criadora de capital.

O modelo bisetorial se caracteriza pela existência de um setor especializado na produção de bens de capital (neste caso, a produção de moinhos onde as sementes são processadas).

Neste modelo, a escolha da técnica torna-se mais complexa, na medida em que envolve a escolha do moinho mais lucrativo. Um moinho "Alfa" processa um volume maior de sementes, se comparado com um moinho "Beta", quando ambos empregam a mesma quantidade de mão-de-obra. O moinho "Alfa" tem um custo inicial maior. Num estado estacionário (acumulação zero), o custo do produto final inclui, agora, a amortização dos moinhos, para que seja possível a manutenção do estoque de capital (estoque de moinhos). A análise se torna, portanto, extremamente complexa: o moinho "Alfa", que tem uma produção

maior, custa mais e ao mesmo tempo dura mais. O maior custo implica numa taxa de amortização maior (do que Beta), a qual, no entanto, pode ser menor se sua vida útil for mais longa.

A comparação de duas posições na função de produção - duas razões capital/trabalho - é também muito mais complicada. Do mesmo modo que no modelo anterior, esta comparação é feita supondo que cada posição seja a mais lucrativa, e portanto, pertencem a "sistemas econômicos" diferentes, iguais em tudo exceto pela taxa salarial e correspondente taxa de lucro. O problema é que, neste caso, a razão capital/trabalho - a combinação de fatores - é diferente, devido às diferenças de taxas salariais (e de taxa de lucro), e que a combinação específica depende ainda de outros fatores - como, por exemplo, o impacto da taxa de lucro (ou de juros), que é diferente segundo o período de maturação (que é diferente) relacionado ao tipo de capital (moinho) escolhido como sendo o mais lucrativo em cada "sistema econômico". Esse modelo, dá origem, ainda, ao chamado "caso perverso":

> "A qualquer taxa de juros [dada], um moinho Alfa, que emprega o mesmo número de trabalhadores que o moinho Beta, custa mais. Mas não é necessariamente verdade que Alfa custe mais a uma taxa de juros menor do que Beta a uma taxa de juros maior" (Robinson, 1960c, CEP2: 175)

Segundo a Autora, embora se possa supor que, em geral, a uma taxa salarial maior corresponda a uma razão capital/trabalho maior, esta não é uma suposição evidente, ou lógica, pois depende do resultado de fatores contraditórios. Mais importante ainda é que neste modelo não é possível determinar a relação entre a distribuição da renda e a razão entre fatores, já que quando a taxa salarial é maior - e se aceita a hipótese acima - a razão capital/trabalho é maior, é provável que o produto per capita seja maior.

No que diz respeito ao progresso técnico, Joan Robinson supõe um tipo de inovação que consiste simplesmente na possibilidade do surgimento de um novo tipo de moinho, cujo custo de produção seja igual ao do melhor existente antes da inovação, mas que tem um tempo de vida maior. Ela denomina este tipo de inovação de inovação criadora de capital, caracterizada pelo fato de que "adiciona riqueza sem necessitar de poupança líquida" (Robinson, 1960c, CEP2: 175), já que não tem custo adicional. Ela sugere que uma inovação deste gênero é do tipo intensiva em capital, já que poupa mão-de-obra na reposição de capital. Mas, alerta que este tipo de inovação não se encaixa na classificação tradicional, e propõe que fique num "escaninho próprio".

IV.3.4 Progresso técnico em modelos trisetoriais com técnica variável: inovações neutras, indiretamente viesadas (poupadoras de capital e intensivas em capital), e inovações poupadoras de capital ou intensivas em capital propriamente ditas

O terceiro setor surge do desdobramento do setor de investimento num sub-setor que produz seu próprio equipamento e num outro que produz o equipamento para o setor produtor de bens finais (o outro setor é aquele que produz bens finais). Portanto, os equipamentos produzidos pelo setor de investimento

diferem. Joan Robinson propõe que a razão entre fatores seja expressa em termos do número de homens-hora de trabalho necessárias para equipar um homem no setor de consumo, e que o produto do setor de investimento seja expresso em termos de capacidade produtiva do setor de consumo e de capacidade produtiva do setor de investimento.

A escolha da técnica, embora seja feita sob o mesmo critério que nos modelos anteriores (a técnica que gera a maior taxa de lucro) torna-se também mais complicada, porque a técnica escolhida como a melhor em um setor afeta os custos do outro setor. Aqui surge uma possível dicotomia entre a escolha do empresário individual e a escolha, por exemplo, dos "planejadores". Neste sentido, a interpretação da "escolha" como pertencente ao âmbito da microeconomia, como sugere Meacci, se não perde validade, torna-se bastante relativa, já que mesmo que o critério no âmbito "macro" seja o da lucratividade (e não, por exemplo, do maior nível de emprego), o conjunto de técnicas consideradas as melhores em termos agregados (isto é, levando em conta os efeitos mútuos) pode ser diferente do conjunto "escolhido" quando essa escolha é feita separadamente em cada setor, para não mencionar por cada empresário isolado. Esta é a essência da análise que Joan Robinson aplica no debate sobre os planos da Índia, como mostraremos em seguida.

O modelo também torna mais nítida a separação entre a razão capital/trabalho, quando medida em "termos físicos" da mesma razão, quando medida em termos de valor, pois o capital, em termos físicos, tende a ser maior quando a taxa salarial é maior e a taxa de lucro menor; mas, em termos de valor, pode ser menor, devido ao efeito da taxa de juros (efeito-Wicksell).

No que diz respeito ao progresso técnico, a única definição mais simples é a da neutralidade, que ocorre quando o produto per capita aumenta na mesma proporção em todos os setores, e, portanto, é neutra do ponto de vista da economia como um todo. Neste caso, a distribuição - ou melhor, a alocação - da força de trabalho entre os setores não se altera.

A não-neutralidade do progresso técnico, por sua vez, pode ser de três tipos. O primeiro diz respeito a uma inovação que é viesada no setor em que ocorre. O segundo tipo é a inovação que eleva o produto per capita na mesma proporção em todos os setores, mas em um deles reduz também o período de gestação, tendo como efeito final (sobre os demais setores e indiretamente), um viés poupador de capital. Alternativamente, pode aumentar a durabilidade do equipamento, tendo como efeito final e indireto um elemento de criação de capital, e, como foi visto no modelo anterior, pertence ao gênero intensiva em capital. O terceiro tipo é a inovação que tem um viés poupador de capital do ponto de vista da economia como um todo, porque eleva o produto per capita no setor de investimento numa proporção maior do que no setor de consumo. Este tipo de inovação é denominado poupadora de capital propriamente dita (a sugestão de denominação é nossa), pois a ela corresponde, no sentido inverso, a inovação intensiva em capital propriamente dita (quando o produto per capita aumenta no setor de investimento numa proporção menor do que no setor de consumo).

Assim, tem-se inovações neutras, inovações que são indiretamente poupadoras de capital porque reduzem o período de gestação, inovações indiretamente intensivas em capital porque, sendo criadoras de capital, poupam trabalho, e as inovações poupadoras e intensivas em capital propriamente ditas.

Finalmente, no que diz respeito ao impacto destas inovações sobre a distribuição da renda, Joan Robinson afirma que, em geral, as inovações neutras não alteram a distribuição, as poupadoras de capital tendem a elevar a participação dos salários, e as intensivas em capital ou criadoras de capital elevam a participação dos lucros.

O aspecto fundamental é que a classificação das inovações independe dos seus efeitos sobre a distribuição da renda, cujo determinante é o investimento, ou - para usar uma expressão da Autora - "das condições de parcimônia". A relação entre os tipos de inovação e a distribuição da renda, como acima definidas, só tem validade sob o pressuposto de uma taxa de lucro constante. Sem esta hipótese, pode ocorrer, por exemplo, que inovações poupadoras de capital mantenham a distribuição da renda (neste caso, a taxa de lucro será maior).

Esta última observação abre o caminho para a integração da teoria da acumulação e seus efeitos sobre a distribuição da renda, incorporando a análise do progresso técnico. Essa integração é, no entanto, extremamente complexa, e Joan Robinson não conseguiu elaborá-la a contento.

A complexidade em questão pode ser expressa no exemplo a seguir: uma inovação que aumenta o produto per capita no setor de investimento faz com que seja possível produzir a mesma quantidade de "capacidade produtiva" com um nível de emprego menor - libera mão-de-obra do setor, a qual, para voltar a ser empregada, requer investimento nos outros setores (o de consumo). Se esse investimento não for suficiente, ou se houver inovações poupadoras de trabalho (que por sua vez também não reempreguem a mão-de-obra na produção dessas inovações), haverá desemprego. Se, além disso, as (novas) máquinas usadas no setor de consumo tiverem maior produtividade, o salário real se eleva, desde que os preços acompanhem (para baixo) o aumento de produtividade (o que depende do "grau de concorrência"). Pode-se obter como resultado uma redução do emprego e uma elevação do salário real dos trabalhadores empregados. E, como mostra o exemplo, o tipo de inovação não é o único determinante deste resultado.

O exemplo acima mostra que o resultado macroeconômico de uma única inovação depende de vários outros determinantes, entre os quais se poderia destacar o grau de concorrência. Mais importante, no entanto, é enfatizar que a pluri-determinação do resultado depende de hipóteses específicas a serem elaboradas. O número de soluções possíveis é tão grande e variado que Joan Robinson se vê, novamente, obrigada a limitá-las através de pressupostos restritivos. Mesmo assim, ela foi capaz de descrever possibilidades alternativas que caracterizam situações básicas, a partir das quais se poderia desenvolver novas variantes. Estas situações alternativas básicas foram adjetivadas por um resenhista dos Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento como "a metalurgia de Joan Robinson"[17].

17. Veja-se a respeito Nevile (1963) e também Lachman (1963).

IV.4 - Generalização da Classificação do Progresso Técnico e Observações Finais sobre a Classificação

Neste ponto é preciso mencionar uma distinção importante do tratamento dado ao progresso técnico no ensaio "Notes on the Economics of Technical Progress" e no texto "Capital, Technique and Relative Shares", escritos - respectivamente - quatro anos antes e quatro anos depois de A Acumulação de Capital.

No ensaio de 1952, Joan Robinson discutia os determinantes da adoção de uma inovação por parte de um empresário individual (a "escolha" da técnica), enfatizando o critério dos custos. Ou seja, frente às alternativas possíveis, o empresário escolheria a técnica que tem o menor custo de produção[18]. No texto de 1960, o critério privilegiado era a taxa de lucro: frente às alternativas possíveis, o empresário escolheria a técnica de maior retorno sobre o investimento. Essa mudança de enfoque da Autora deve-se ao fato de que, em 1952, o núcleo do problema girava em torno do papel do progresso técnico na distribuição da renda. Tratava-se de um avanço em comparação com os textos da década de 1930, nos quais a questão discutida era a do impacto do progresso técnico, quase que sem mediações, no nível de emprego[19].

Joan Robinson tratou do progresso técnico nos anos de 1950 movida por duas convicções, intimamente relacionadas às suas críticas à abordagem neoclássica. Uma delas era a de que diferentes tipos de inovações têm diferentes impactos sobre a distribuição da renda. A outra era a de que os preços dos fatores, ao contrário de serem determinados pelas suas respectivas produtividades marginais (como propunha a abordagem neoclássica), determinavam a escolha da técnica, e era esta que tinha influência sobre o nível de emprego e a distribuição da renda. Daí a ênfase constante nos custos de fatores. Nos textos da década de 1960, a técnica influencia o nível de emprego e a distribuição da renda através da mediação do investimento - isto é, da acumulação de capital.

Um outro elemento que diferencia estas duas fases, mas que se relaciona com o que foi dito no parágrafo acima, é que, na década de 1950, a inovação era tratada fundamentalmente do ponto de vista da redução das quantidades de fatores em uso, para a produção de um mesmo volume de produto (a razão capital/trabalho), enquanto que nos trabalhos posteriores, a alteração da razão entre fatores passou a ser analisada vis-à-vis a alteração da quantidade produzida (as razões capital/produto e/ou produto per capita).

O marco divisor destas duas fases foi claramente o livro A Acumulação de Capital. Nele, Joan Robinson tinha como objetivo, conforme já se mencionou, estudar o problema da acumulação no longo prazo, com ênfase na distribuição da renda, e levando em conta a relação entre o estoque de capital e a força de trabalho disponível, a concorrência, e a técnica de produção. Também já foi mencionado que o tratamento deste conjunto de questões, todas de uma vez, acabou sendo bastante ambíguo e confuso.

Um bom exemplo do tratamento problemático dessas questões em A Acumulação de Capital pode ser visto na seção intitulada "Tipos de Viés", do capítulo que trata da acumulação com progresso técnico

---

18. Por exemplo: "*Supõe-se que os empresários escolhem, dentre as possibilidades técnicas conhecidas, aquela que gera o menor custo de produção aos preços vigentes dos fatores*" (Robinson, 1952c, GGT: 97)
19. Já se ressaltou várias vezes ao longo deste trabalho que essa mudança de enfoque deveu-se muito à influência de Kalecki.

viesado. Nela, Joan Robinson identifica um viés poupador de capital nas inovações que "*requerem menos tempo de trabalho por unidade de capacidade produtiva, relativamente ao tempo de trabalho necessário para sua utilização* [e portanto] ... *reduzem a necessidade de investimento pesado em equipamentos*" (Robinson, 1956a: 169). Em contraposição, as inovações são intensivas em capital quando "*requerem um investimento maior (em termos de tempo de trabalho por unidade de emprego oferecida*". Ocorre, no entanto - como ela mesma assinalava - que inovações que são consideradas intensivas em capital, do ponto de vista do ramo em que ocorrem - como, por exemplo, a mecanização na indústria da construção - podem ser vistas como poupadoras de capital do ponto de vista da economia como um todo, se reduzirem a razão real de capital nos setores e ramos usuários.

A própria Autora passou a considerar que "The Generalisation of the General Theory", de 1952, fora uma primeira tentativa, e o livro A Acumulação de Capital uma segunda, para "dinamizar" o sistema keynesiano. Entre uma e outra, no entanto, surgiu o problema do significado do conceito de capital, e que passou a predominar no debate como um problema de medidas[20]. É preciso reconhecer que este "desvirtuamento" ocorreu, em boa parte, por sua própria responsabilidade, já que foi ela mesma que levantou a questão da "medida do capital" em inúmeras oportunidades.

Nos Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento Econômico, publicados em 1962, Joan Robinson adotou o mesmo procedimento que já havia adotado no livro A Generalização da Teoria Geral, voltando a tratar separadamente as questões relativas ao modelo de crescimento de longo prazo e as que dizem respeito ao progresso técnico propriamente dito, abandonando, de certa forma, sua tentativa malsucedida de tratá-las conjuntamente em A Acumulação de Capital.

Vale ressaltar um aspecto importante que resulta da avaliação cuidadosa dos principais trabalho da Autora ao longo de sua vida, e que, de certa maneira, os diferencia de A Acumulação de Capital. Na década de 1930, ela escrevera dois artigos separados (reunidos nos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego): "The Long Period Theory of Employment" (1936e) e "The Classification of Inventions" (1937-38). Na década de 1950, também reunidos num mesmo volume (A Taxa de Juros e Outros Ensaios), ela produziu o texto "The Generalisation of the General Theory" (1952b) e "Notes on the Economics of Technical Progress" (1952c). E, na década de 1960, como uma tentativa de aclarar o A Acumulação de Capital, a Autora apresentou novamente dois outros trabalhos separados (reunidos nos Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento): "A Model of Accumulation" (1962f) e "A Model of Technical Progress" (1962g). Se levarmos em conta ainda, sua reconsideração sobre a importância dos ensaios de 1952, e a conseqüente reedição deles em 1979, temos, no final da década de 1970, a repetição desta mesma sistemática.

A fim de exemplificar o que estamos chamando de "mesma sistemática", pode-se observar que no "A Model of Accumulation" Joan Robinson reuniu as "condições de equilíbrio" em grupos (condições técnicas; política de investimento; condições de parcimônia; condições de concorrência; barganha salarial; condições financeiras; estoque inicial de capital e estado das expectativas formadas pela experiência

---

20. "*O defeito do meu 'The Generalisation of the General Theory' era a ausência de uma concepção adequada da taxa de lucro e de sua relação com a escolha da técnica... Para me preparar para uma segunda tentativa (A Acumulação de Capital, de 1956), levantei a questão do significado de uma quantidade de capital como um fundo financeiro ou um estoque de equipamento*". (Robinson, 1975d, CEP2: vi, 2a. ed.)

passada), e embora mencionasse as "condições técnicas", examinou-as apenas sob a ótica da quantidade e qualidade da força de trabalho (e sua propensão a crescer no tempo); do "estado das artes" industriais (e sua propensão a melhorar) e da disponibilidade ou oferta de recursos naturais (considerando, para efeito de simplificação, que não há recursos naturais escassos). A análise do progresso técnico propriamente dito foi deixada para o outro ensaio, já que neste o objetivo era o de examinar as várias relações possíveis entre a taxa "desejada" de crescimento (por parte das firmas) e a taxa "possível" (determinada pelo crescimento da população e do conhecimento técnico - considerado, por hipótese, neutro). Foram estas diferentes relações que deram origem às situações que Joan Robinson denominou "idade de ouro", "idade de platina", etc..., sendo que o progresso técnico não chegou a ser efetivamente considerado:

> "... a taxa de progresso técnico (a elevação geral da produção per capital que ele produz) depende muito da demanda e da oferta de mão-de-obra. Quando as firmas encontram, à sua volta, mercados lucrativos em expansão, mas não conseguem trabalhadores, tratam de achar dispositivos que economizem mão-de-obra. (Como isto ocorre tanto na produção de equipamentos e produtos intermediários quanto nos processos finais, que produzem bens de consumo, não há razão para que não seja, em geral, neutra" (Robinson, 1962f, ETG: 51).

"A Model of Accumulation", talvez por ser o único inédito do livro, foi o que acabou merecendo a maior atenção dos resenhistas, que, em geral, não deram muita importância ao "A Model of Technical Progress"[21].

Mas, do nosso ponto de vista, a grande contribuição do ensaio "A Model of Technical Progress" foi a sistematização (sugerindo inclusive um sistema de notação) das várias classificações de progresso técnico. Para tanto, Joan Robinson usou, como ponto de partida, um modelo bisetorial, no qual o progresso técnico ocorre no setor de investimento e se materializa no "*aprimoramento do equipamento utilizado pelo setor de consumo*" (Robinson, 1962g, ETG: 89), sem alteração das especificações físicas do setor de investimento, nem mesmo da mão-de-obra necessária para produzir o novo equipamento. O novo equipamento do setor de consumo, que incorpora a nova técnica, pode ser avaliado em termos de sua capacidade produtiva, do montante de emprego oferecido e pelo seu custo real - isto é, o "*seu preço, quando novo, em termos de tempo de trabalho, à taxa de lucro vigente*" (Robinson, 1962g, ETG: 89).

A classificação sugerida supõe que a taxa nominal de salários é constante. Uma fábrica no setor de consumo equivale a uma unidade de equipamento, e seu valor nominal é a medida do capital per capita no setor de consumo, considerando dados a taxa de lucro, a relação entre o capital fixo e o variável e o tempo de vida útil da fábrica. Para essa classificação, Joan Robinson propôs que se compare o equipamento mais recente com o imediatamente anterior (à semelhança de sua resposta às críticas de Harrod no seu artigo de 1937-38). O custo real de cada equipamento é determinado pelo seu custo de produção no setor de investimento, dados pela taxa nominal de salário e pela taxa de lucro, e se reflete no custo nominal.

Quando o novo equipamento produz um volume maior de produto, tem o mesmo tempo de vida útil e o mesmo custo nominal (capital per capita) que o anterior, ele reflete uma inovação neutra:

---

21. Os outros três ensaios do livro eram, na verdade, reproduções de textos que haviam sido publicados, todos em 1962, em diferentes periódicos: "Normal Prices" no Quarterly Journal of Economics sob o título "The Basic Theory of Normal Prices" (1962e); "A Model of Technical Progress" (1962g) na Rivista di Politica Economica e "A Neo-Classical Theorem" (1962h) na Review of Economic Studies.

"Quando o custo nominal de uma nova fábrica (junto com seu capital de giro) for o mesmo que o da fábrica anterior, e sua vida útil potencial for a mesma, enquanto que seu produto é maior, o aprimoramento é neutro" (Robinson, 1962g, ETG: 90).

A vantagem deste critério, segundo Joan Robinson, é que a neutralidade da inovação pode ser expressa de duas maneiras. Uma delas compara a variação do produto per capita nos dois setores. Se a variação for a mesma, trata-se de uma inovação neutra. A outra forma de expressar a neutralidade compara a razão real de capital das duas técnicas; se não se altera, a inovação é neutra.

De modo análogo, a inovação tem um viés poupador de capital se o custo de cada nova fábrica for menor. Neste caso, o produto per capita no setor de investimento aumenta numa proporção maior que o produto per capita no setor de consumo, e vice-versa.

Por sua vez, as técnicas superiores são aquelas que elevam tanto o produto per capita quanto o produto por unidade de custo real da fábrica. Todas as inovações neutras são superiores, mas nem todas as viesadas são superiores. Inovações viesadas que não são superiores são inovações ou aprimoramentos parciais. Por sua vez, nem todos os aprimoramentos parciais são elegíveis.

Assim, uma inovação que é excessivamente poupadora de capital, isto é, que eleva o produto per capita no setor de investimento e reduz o produto per capita no setor de consumo é um aprimoramento parcial pois reduz um elemento do custo aumentando o outro. O mesmo ocorre com uma inovação que é excessivamente intensiva em capital, isto é, que reduz o produto por unidade de capital.

Evidentemente, os aprimoramentos parciais só serão adotados se o elemento do custo que é reduzido, for reduzido numa proporção maior do que aquele que se eleva. Este é o critério de elegibilidade (ou preferência):

"Se nada melhor é oferecido, vale a pena usar um aprimoramento parcial, introduzindo um novo modelo de fábrica que tem um produto per capita menor, desde que (à taxa de lucro vigente), o custo por fábrica seja mais do que proporcionalmente menor; ou se o modelo que aumenta o produto per capita numa proporção menor do que o aumento do custo por unidade de equipamento, desde que a redução dos custos salariais por unidade de produto não seja menor do que o aumento do custo do capital por unidade de produto à taxa de lucro vigente.

Uma nova técnica que satisfaz este critério é preferível, à taxa de lucro vigente, embora não seja superior a qualquer técnica conhecida. Uma técnica que (à taxa de lucro vigente) reduz o custo do trabalho por unidade de produto mediante a elevação, na mesma proporção, do custo do capital (ou vice-versa), é, comparada com a anterior, indiferente a esta taxa de lucro". Robinson (1962g, ETG: 91-92).

Esta classificação geral dos vários tipos de inovação serviu para que Joan Robinson discutisse as variantes da "idade de ouro" - ou as "vicissitudes" a que está sujeita uma economia capitalista - decorrentes do progresso técnico ser viesado, e/ou instável. Esta análise está relacionada à que ela desenvolveu no ensaio "A Model of Accumulation", embora ali as vicissitudes decorressem fundamentalmente do fato de que a "taxa de crescimento possível" é diferente da "taxa de crescimento desejada" - e as inovações ficavam em segundo plano, embora pudessem alterar a taxa possível ao mesmo tempo em que, ao serem adotadas, alteravam a taxa efetiva de crescimento.

Os critérios de classificação das inovações de Joan Robinson são extremamente dependentes das hipóteses adotadas nos modelos em que a classificação é utilizada. Mesmo a generalização proposta no "A Model of Technical Progress" era baseada em hipóteses simplificadas: um sistema fechado, sem fatores escassos ou economias de escala, e o próprio progresso técnico não tinha a capacidade de alterar qualitativamente os bens de consumo, resumindo-se na criação de novos equipamentos para o setor de consumo, com as mesmas fábricas no setor de investimento. Joan Robinson encerrou a conclusão deste ensaio lembrando o leitor que "*a análise supôs que o progresso técnico não tem efeito sobre a natureza dos bens, no caráter da mão-de-obra ou dos consumidores*". (Robinson, 1962g, ETG: 111).

O preço pago pela Autora, pela tentativa de analisar o processo de acumulação no longo prazo, levando em conta o progresso técnico, foi muito alto, como veremos daqui a pouco. Mesmo assim, algumas das definições lhe foram úteis pelo menos no que diz respeito à sua participação no debate sobre o Plano Qüinqüenal da Índia, tema das páginas a seguir.

IV.5 - Progresso Técnico e Planejamento

A obra de Joan Robinson é fundamentalmente teórica, mas não apenas. Em suas inúmeras viagens a países como a União Soviética, a China e a Índia, entre outros, ela participou ativamente dos debates sobre seus respectivos problemas nacionais. Nesta seção destacaremos sua intervenção nas discussões do II Plano Qüinqüenal da Índia, a fim de melhor caracterizar sua visão relativa ao problema da escolha da técnica em países subdesenvolvidos.

Num artigo publicado originalmente no suplemento anual do periódico Capital, de Calcutá, reproduzido nove anos depois no terceiro volume dos seus Collected Economic Papers, Joan Robinson criticou a posição de que a escolha da técnica deve ser feita em função de sua capacidade de gerar empregos, sob o argumento de que "*um alto nível de emprego por unidade de produto é a mesma coisa que um baixo nível de produto por homem-hora, e a baixa produtividade certamente não é um mérito em si mesmo*". (Robinson, 1956c, CEP3: 188).

Segundo a Autora, o critério de escolha da técnica deveria ser o de máximo produto por unidade de investimento. O mais interessante é que neste artigo ela utilizou os conceitos formulados para a classificação das inovações, chamando de técnicas superiores aquelas que "*geram um volume de produto maior por unidade de investimento em capital e requerem menos mão-de-obra para serem operacionalizadas*" (Robinson, 1956c, CEP3: 188), e de técnicas mais mecanizadas aquelas que, "*embora não necessariamente superiores, requerem mais capital por unidade de produto e menos trabalho*" (Robinson, 1956c, CEP3: 189).

Nesse artigo, Joan Robinson distinguiu claramente os critérios de escolha utilizados por um empresário individual dos que devem determinar a escolha do ponto de vista da economia como um todo - isto é, do planejamento:

> "Salários baixos por unidade de produto tornam um baixo grau de mecanização lucrativo sob os princípios básicos dos negócios comuns. Mas, visto do ponto de vista da economia nacional, o critério não deve ser o lucro, e sim o produto. O homem de negócios, quando decide investir, olha para o excedente do valor esperado do produto em relação aos custos correntes. Mas, se os trabalhadores que ele empregar ficarem desempregados se o investimento não for feito, o investimento deve ser avaliado pelos salários que ele poderá pagar, tanto quanto pelo lucro que ele auferirá...." (Robinson, 1956c, CEP3: 189).

Estes mesmos argumentos haviam sido publicados em março de 1956, na Economic Weekly, embora numa linguagem mais coloquial[22]. No mês de junho daquele ano, ela voltaria aos mesmos argumentos, em função de sua convicção de que o Plano deveria objetivar a criação de um setor de bens de capital, e que, portanto, não seria conveniente que a "escolha da técnica" fosse feita em função do nível de emprego:

> "O verdadeiro problema ... é o da escolha entre uma técnica mais mecanizada, que requer investimento maior por unidade de produto com menos mão-de-obra para operá-la, e uma

22. Veja-se "Employment and the Plan" (1956h).

> técnica menos mecanizada que requer menos investimento e mais mão-de-obra". (Robinson, 1956j: 717).

Um aspecto interessante neste artigo foi o fato de Joan Robinson ter adotado o exemplo de um dos participantes do debate (Dr. K.N. Raj), em termos de três técnicas de teares, - o qual foi utilizado por ela como uma aplicação prática das técnicas teóricas Alfa, Beta e Gama, com que a Autora já havia trabalhado em A Acumulação de Capital. Assim, a técnica I era a dos teares manuais; a técnica II, dos teares semi-automáticos; e a técnica III, dos teares totalmente automatizados. Como a técnica I era inferior à II, deixou de entrar no argumento. A técnica III, no entanto, gerava um produto menor em relação ao investimento do que a técnica II e requeria menos mão-de-obra. Segundo Joan Robinson,

> "sob os princípios puramente capitalistas da maximização do lucro, a escolha da técnica depende da relação entre salários e preços. Dado o preço esperado do produto, um nível de salários nominais maior favorece a técnica III (que requer menos mão-de-obra para ser operacionalizada) e um nível mais baixo de salários favorece a técnica II. A algum nível de salário ambas as técnicas geram o mesmo lucro sobre o investimento". Robinson (1956j: 717).

A questão fundamental do debate era a de que a escolha da técnica mais lucrativa - sob o argumento de que lucro maior implica em mais investimento - não garantia, segundo Joan Robinson, que este lucro fosse de fato investido. A Autora fez ainda outras considerações: a técnica mais intensiva em mão-de-obra pode ser utilizada em empresas pequenas, e gera demanda por bens de consumo; por outro lado, as pequenas empresas necessitarão de apoio financeiro, organizacional e mercadológico, no que as grandes empresas capitalistas, capazes de usar a técnica mais mecanizada, já têm experiência acumulada. É possível ainda que a técnica mais mecanizada exija disponibilidade de divisas estrangeiras, eventualmente não disponíveis. Por outro lado ainda, é possível que a adoção de técnicas mais mecanizadas funcione como fator de atração ao capital estrangeiro, ao contrário da técnica II, capaz de ser implementada com recursos nacionais, e pouco atrativa ao capital externo. Por último, se a técnica mais mecanizada incentiva o setor mais moderno da economia e o desenvolvimento tecnológico, a técnica menos mecanizada pode ser adotada em qualquer região do País e alivia a pressão da superpopulação urbana e o problema das favelas. E concluía que a decisão da escolha da técnica não é apenas econômica, mas também política - e por isso, às vezes, é passional.

Esse debate sobre o II Plano Qüinqüenal da Índia continuaria, através de pelo menos duas cartas publicadas na mesma revista, uma em novembro de 1956 (1956k) e outra em abril de 1957. Nesta, última, dirigida ao editor, Joan Robinson esclarece uma questão central do seu método de comparação de técnicas.

> "...O Sr. Kurihara mais uma vez cria confusão sobre o tema da escolha da técnica, com um exemplo numérico irrelevante. Ele mostra três técnicas, cada uma delas empregando 100 homens. A técnica mais intensiva em capital requer 100 unidades de investimento e produz 25 unidades de produto. A próxima requer 50 unidades de investimento para produzir 10 unidades de produto e a última requer 25 unidades de investimento para 4 unidades de produto. De qualquer ponto de vista a primeira técnica é superior às outras duas. Esta linha de argumentação pode ser usada contra o 'Ambar Charkha', que produz menos produto, tanto por homem empregado quanto por unidade de investimento, do que um tear, mas não tem qualquer relação com a escolha, por exemplo, entre dois teares, em que o menos mecanizado produz menor

produto per capita, mas mais por unidade de investimento, e o mais mecanizado, que produz menos por unidade de investimento e mais per capita". Robinson (1957k: 537)[23]

Ainda no que diz respeito às suas reflexões sobre a Índia, pode-se mencionar o artigo "Employment and the Choice of Technique" (1977e), no qual a Autora expôs de modo muito claro sua visão sobre este tema, até encontrando um sentido para a concepção de uma função de produção ex-ante:

> "A função de produção... adaptou-se para a discussão da escolha da técnica no planejamento de investimentos. Ao invés de um estoque de capital, supõe-se que existe um dado montante de recursos financeiros disponíveis, e um dado objetivo de aumentar a capacidade produtiva futura.... A função de produção é concebida como uma relação ex-ante, mostrando os métodos conhecidos dentre os quais se fará a escolha. A razão O/K significa produto por unidade de recurso financeiro disponível e a razão L/K o aumento de emprego que será oferecido quando o novo investimento estiver completo.
>
> Como estamos lidando com uma escolha de planos de investimento, e não com um estoque de meios de produção já existentes, o problema da 'medida do capital' não aparece. A razão trabalho/capital - L/K - é usada para comparar o custo do investimento por homem a ser empregado com as várias técnicas. Esta medida, evidentemente, é muito crua. Os fundos para investimento podem ser reconhecidos a preços correntes, mas eles de fato consistem de trabalhadores específicos e insumos físicos disponíveis em determinados lugares ...
>
> O conceito relacionado à razão capital/produto - K/O - é muito complexo. Descobrir os insumos necessários, para diferentes técnicas, num estágio da produção de um simples produto, envolve uma pesquisa elaborada. Mesmo assim, a comparação só pode ser feita em termos das técnicas que são utilizadas ao mesmo tempo e deixa de fora toda a questão do padrão temporal dos insumos e produtos ao longo da vida do investimento. No contexto do desenvolvimento, um longo período de gestação antes que a produção se inicie é obviamente pior do que um período curto, pois requer substituições e reparos, mas não há nenhuma maneira sensata de comparar estes custos em termos de uma simples taxa de desconto". (Robinson, 1977e, CEP5: 232)

Ao mesmo tempo, enfatizava a importância de uma política de juros baixos e de crédito fácil, ressaltando, no entanto, que ela não garante que o investimento per capita seja alto - isto é, que a técnica adotada seja altamente mecanizada.

> "A escolha entre técnicas mais ou menos intensivas em capital depende da expectativa de lucro que elas geram. A escolha só é afetada pela taxa de juros de modo indireto...[pois] ... o que incentiva o investimento privado são juros baixos e lucros esperados altos. Uma vez que o empréstimo tenha sido tomado, ele se incorporará no investimento disponível mais lucrativo, quase que independentemente dos juros a serem pagos. Juros baixos e crédito fácil influenciam o montante do investimento planejado por empresas que objetivam o lucro, mas não há razão para que afetem o montante de investimento por homem a ser empregado.
>
> No entanto, os juros representam o custo da espera pelo retorno do investimento, e portanto, uma taxa de juros alta tende a viesar o investimento em direção àqueles de amadurecimento mais rápido, e estes podem estar associados a um investimento por homem a ser empregado menor" (Robinson, 1977e, CEP5: 233).

Joan Robinson escreveu ainda alguns outros trabalhos mais gerais sobre a questão do desenvolvimento. Dentre eles destacam-se os artigos "Notes on the Theory of Economic Development"

---

23. Não está evidenciado, no texto de Joan Robinson, a que texto de Kurihara ela se refere. Mesmo assim, este autor parece não ter corrigido sua confusão entre graus de mecanização da técnica e técnicas superiores e inferiores. Na resenha que fez do seu livro - The Keynesian Theory of Economic Development - Joan Robinson mostrou-se extremamente irritada: *"O Sr. Kurihara é incapaz de distinguir entre uma técnica que é superior as outras porque oferece um produto maior, seja por unidade de trabalho, seja por unidade de capital, e uma* [técnica] *que ou é menos mecanizada do que outra, e oferece um produto maior por unidade de capital contra um menor produto per capita, ou mais mecanizada e oferece um produto per capita maior contra um produto menor por unidade de capital"* Robinson (1959h: 353).

(1957b) e "Population and Development" (1957c) e, posteriormente, o livro Aspectos do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, publicado em 1979[24].

Neles Joan Robinson também fez uso das idéias que desenvolvera em seus textos mais teóricos. A questão que se colocava para ela é a de se o desenvolvimento pode ser acelerado com a introdução do progresso técnico: "[a acumulação] *não precisa ficar restrita à taxa de crescimento da população. A produção se expande mais rápido do que o crescimento da população quando existe progresso técnico*" Robinson (1957b, CEP2: 100). Por outro lado, a necessidade de planejamento se colocava, para ela, em termos do crescimento estável, que requer o cumprimento de duas condições: a manutenção da relação entre consumo e investimento e a da divisão da força de trabalho entre os dois "departamentos":

> " Se o progresso técnico é mais acelerado no setor produtor de bens de capital, de modo que o progresso tem um viés poupador de capital, seria preciso que o setor de consumo crescesse numa proporção maior do que o do investimento para manter o pleno emprego. Ou, se o progresso técnico fosse menor no setor produtor de bens de capital, o setor produtor de bens de consumo teria que crescer mais devagar do que o setor de bens de investimento.
>
> O progresso técnico tem que ser não viesado entre os setores - o produto per capita deve crescer à mesma velocidade na produção de capacidade produtiva e na utilização desta capacidade produtiva ao produzir produtos. Isto é o que normalmente se denomina 'neutralidade do progresso técnico'". Robinson (1957b, CEP2, 100-101).

Além do planejamento, em termos dos investimentos em progresso técnico, faz-se necessária uma política que vise uma distribuição adequada da renda. O artigo traz um excelente resumo da visão da Autora sobre estas questões, estabelecendo seis pontos fundamentais para garantir o crescimento estável.

O primeiro diz respeito à elevação dos salários reais, acompanhando o crescimento da produtividade, e preferencialmente, mediante a elevação dos salários nominais. A importância desta condição deriva do princípio da demanda efetiva e da concepção da espiral inflacionária: se os salários reais forem insuficientes, a economia tenderá à estagnação pela incapacidade de realizar lucros; se subirem acima da produtividade, instala-se o círculo vicioso da elevação de preços e de salários. O segundo é a manutenção da distribuição da renda, mediante a adoção de técnicas que evitem causar desemprego. O terceiro ponto refere-se à harmonia, ou equilíbrio, entre a expansão do setor de investimento e o crescimento da economia como um todo, evitando-se ao máximo as crises cíclicas. O quarto ponto diz respeito à propensão a consumir, que deve possibilitar a manutenção de uma taxa adequada de investimento. O quinto remete ao sistema monetário, o qual deve possibilitar que o programa de investimentos "*ocorra à taxa requerida*" (Robinson, 1957b, CEP2: 103), e que "*não seja freado por falta de financiamento*". (Robinson, 1957b, CEP2: 105). E, finalmente, o sexto ponto menciona o progresso técnico, que deve ser capaz de permitir a substituição, quando necessária, dos recursos escassos. Esta, segundo a Autora, era a condição mais difícil de ser satisfeita, pois tende a haver uma super-exploração dos recursos naturais.

---

24. Estes trabalhos, na avaliação da própria Autora, tratam de "*esquematizar uma abordagem pós-keynesiana para todo o conjunto de problemas de crescimento e estagnação e sugerem um amplo programa de trabalho que precisa ser executado*". (Robinson, 1975d, CEP2: v, 2a. ed.)

A visão de que o progresso técnico por si só permite o crescimento econômico é o tema central de dois outros artigos, nos quais a Autora examinou as influências do bloco socialista sobre as economias capitalistas (a Guerra Fria e a indústria de armamentos como geradora de empregos, o temor do socialismo como incentivo a que os governos tenham políticas sociais adequadas, etc.), e as possibilidades de recessão ou estagnação. O texto abaixo foi retirado de um destes artigos, na verdade uma resenha de um livro que publicou os trabalhos de um simpósio sobre o futuro do capitalismo:

> "Tsuru, pensando em termos de Keynes e de Schumpeter, vê as inovações como geradoras de novas e lucrativas oportunidades de investimento ... com o que elas seriam capazes de afastar [o perigo da] depressão. Conforme apontado por Sweezy, esta interpretação é enganosa. O progresso técnico não é um 'choque aleatório' ocasional que gera investimento, mas uma propensão contínua e incorporada ao moderno sistema industrial... Tsuru colocou o progresso técnico do lado errado da balança. Para manter a expansão da economia, a produção precisa crescer na mesma proporção em que cresce o produto per capita, levando-se em conta a proporção em que cresce a força de trabalho. Com menos progresso técnico, seria mais fácil manter o emprego". Robinson (1961c, CEP3: 168-169).

Na versão resumida desta mesma resenha, foi exatamente este o aspecto que Joan Robinson procurou enfatizar:

> "A melhor contribuição ao debate é oferecida por Sweezy. Ele argumenta que o progresso técnico contínuo, embora possibilite a acumulação contínua, não constitui necessariamente um motivo para novos investimentos. Ele pode exaurir-se a si mesmo, ao incorporar os fundos de amortização e equipamentos de capital cada vez mais poupadores de trabalho... Na verdade, a rapidez do progresso técnico faz com que seja cada vez mais necessário, e não menos, estimular a demanda efetiva, pois quanto mais rápido for o crescimento do produto per capita, mais deve crescer o produto para que se possa manter o emprego... A estabilidade [econômica] não é suficiente". Robinson (1961f: 505).

A última frase, a de que a estabilidade econômica não é suficiente para garantir o crescimento econômico decorria da constante preocupação de Joan Robinson com o nível de emprego, que ela julgava, neste caso, ameaçado pelo progresso técnico. Por isso sugeria, (na resenha ampliada) que o outro fator capaz de tirar uma economia da depressão (ou evitá-la) é uma melhor distribuição da renda, de modo a elevar a propensão a consumir - seja mediante a elevação dos salários, ou por meio de uma política fiscal. O que nos interessa nesta resenha-artigo é o fato de Joan Robinson, a exemplo de outras resenhas, aproveitar a oportunidade para desenvolver seus argumentos fora do arcabouço teórico "amarrado" por pressupostos simplificadores.

Assim, ela chamava a atenção para o papel dos sindicatos na manutenção de um nível adequado de salários reais, sempre ameaçado pela possibilidade de que os empresários, usando a desculpa da elevação dos salários, elevem os preços acima destes:

> "A demanda por bens tem que aumentar na mesma proporção que o produto per capita, para que apenas se mantenha a demanda efetiva por mão-de-obra. Isto requer que o nível geral das taxas nominais de salário se elevem, ou que os preços sejam cortados. Em condições idealmente competitivas (como aquelas que jamais existiram fora dos livros-texto elementares), os preços caem relativamente às rendas nominais quando aparece capacidade excedente, e deste modo estimulam a demanda até que a produção seja vendida. A concorrência nunca foi tão

> perfeita, nem mesmo 'nos velhos e bons tempos', e, sob o moderno regime de preços administrados, não há, certamente, razão para que se espere que as margens de lucro sejam cortadas do modo que o livro-texto requer. Nem os sindicatos podem erodir as margens de lucro elevando as taxas nominais de salário, pois não há desculpa melhor do que uma elevação das taxas salariais para o aumento dos preços (desculpa esta freqüentemente usada para elevar os preços mais que proporcionalmente, de modo que as margens na verdade aumentam, e o poder de compra cai). (Robinson, 1961c, CEP3: 170).

Ou então, chamando a atenção para a possibilidade de que a política fiscal, ainda que necessária, ser insuficiente para garantir que um eventual aumento da demanda e para gerar uma elevação do nível de emprego (além da mera ocupação da capacidade ociosa):

> "... a progressividade da taxação, que é o orgulho da democracia e o veículo do poder contestador, trabalha contra a expansão. As grandes firmas oligopolistas, com a prudência adequada ao seu próprio ponto de vista, fixam as margens num 'ponto de equilíbrio' consideravelmente abaixo da capacidade - isto é, os custos totais que incluem o lucro padrão são cobertos pelas vendas quando uma grande margem da capacidade produtiva está ociosa. Um crescimento da demanda provoca uma grande transferência para o lucro, pois todas as receitas acima do 'ponto de equilíbrio' são ganho puro... Enquanto isso, o progresso técnico continua aumentando o produto per capita, e a força de trabalho demandada para a produção continua caindo" (Robinson, 1961c, CEP3: 170). .

IV.6 - A Autocrítica de Joan Robinson

O modelo de acumulação formulado por Joan Robinson reúne as influências de Keynes, Kalecki, Harrod, Kaldor, Sraffa e também de Marx. A investigação, seja dos elementos incorporados em sua análise, seja dos que foram descartados, representaria um esforço que ultrapassa os limites do presente trabalho. Neste particular, limitamo-nos aos relatos da própria Autora. O mesmo motivo justifica o não detalhamento dos numerosos debates dos quais ela participou - seja os que giraram em torno de suas próprias formulações (como os que discutem a função de produção, a teoria do capital, ou o seu modelo de acumulação), seja os que decorreram de suas resenhas e comentários a artigos de terceiros - particularmente os de inspiração neoclássica - sobre esses mesmos temas. Também aqui iremos nos apoiar na sua própria visão. Ainda que este procedimento resulte numa avaliação necessariamente parcial, e possivelmente viesada, tem a vantagem de destacar a evolução da autocrítica de Joan Robinson, e mostrar em que pontos ela reconheceu ter sido pelo menos co-responsável pelo encaminhamento tortuoso das questões por ela debatidas.

Numa palestra proferida na Universidade de Basiléia, em dezembro de 1969, Joan Robinson manifestou seu profundo descontentamento com o estado vigente da teoria econômica. Para ela, esse "estado angustiante da teoria econômica" permanecia vinculado à controvérsia do capital.

O marco inicial dessa controvérsia - ou melhor, dos rumos que ela tomou - residiu justamente na parte "positiva" do seu artigo de 1953-54 - isto é, na sua formulação de uma "curva" para cuja "aparência bizarra" ela mesma chamou a atenção. Não se pode deixar de lembrar, por outro lado, que foram justamente estes aspectos "positivos" que ela eliminou das reproduções posteriores daquele artigo, sob a justificativa de que estavam melhor apresentados no livro A Acumulação de Capital, o qual, porisso mesmo, acabou realimentando o debate.

> "No curso da minha investigação sobre o significado de uma função de produção do produto como um todo, estabeleci o que o Professor Solow posteriormente denominou, de modo correto, de 'pseudo-função de produção', que mostra as posições de equilíbrio possíveis, correspondentes a vários valores para a taxa de lucro, num 'estado de conhecimento técnico dado' imaginário...." (Robinson,1970b, CEP4: 144).

O objetivo da formulação dessa pseudo-função de produção foi mostrar que "*não existe significado para a 'quantidade de capital', exceto pela taxa de lucro, de modo que a afirmação de que 'o produto marginal do capital' determina sua taxa de lucro carece de sentido...*" (Robinson,1970b, CEP4: 144). Parece de fato inquestionável que ela tenha sido responsável pelos rumos tomados pelo debate. No artigo intitulado "The Unimportance of Reswitching", ela avaliou que "*o debate sobre a 'conversão das técnicas' decorreu do confronto entre as conclusões de uma tentativa de desenvolver uma análise pós-keynesiana da acumulação de longo prazo com os argumentos tirados de pressupostos pré-keynesianos*". (Robinson, 1975a CEP5: 76).

Um dos pressupostos pré-keynesianos que ela mesma adotou foi o conceito de "um dado estado de conhecimento técnico". Este conceito teria sido introduzido na teoria econômica "*apenas para conferir um significado ao conceito de produtividade marginal do capital*" (Robinson, 1975a CEP5: 82-83), mas ela mesma também partiu deste conceito para elaborar a pseudo-função de produção, "*construída para mostrar que* [o conceito] *não tem significado*" (Robinson, 1975a, CEP5: 83). Um dos problemas foi que ela não o explicitou suficientemente, como reconheceu posteriormente, afirmando que o artigo havia sido escrito de um maneira "um tanto quanto descuidada". Vale a pena lembrar que, no post-scriptum à reprodução do artigo[25], ela declarou:

> "A noção de um conjunto de técnicas possíveis, coexistindo no tempo, na forma de projetos, dentre os quais as firmas, ou os que planejam investir, escolhem a melhor quando se está criando nova capacidade produtiva, é útil e tem um significado operacional legítimo (embora seja bem difícil aplicá-lo nas situações complexas que surgem na realidade)..." (Robinson, 1953-54, CEP2: 130, grifos nossos).

Embora seu post-scriptum visasse repudiar o artigo de 1953-54 - menos por sua defesa do "conjunto de técnicas coexistindo no tempo" e mais pelas suas críticas à função de produção neoclássica - os ensaios "Accumulation and the Production Function" (1959b) e "Capital, Technique and Relative Shares" (1960c), ainda serviram para mostrar "*que é muito mais fácil fazer análise neoclássica quando não se pretende torná-la plausível*". (Robinson, 1975d, CEP2, 2a. ed.: ix). Foi somente nos anos setenta que ela passou a recomendá-los para aqueles que apreciam quebra-cabeças.

O próprio post-sciptum não era suficentemente claro e explícito. Neste sentido, sua autocrítica é ainda mais contundente na Introdução à segunda edição do segundo volume dos seus Collected Economic Papers:

> "Na minha visão atual, o post-scriptum não repudia o conceito de acumulação em um dado estado de conhecimento com a ênfase necessária. Não é verdade que a qualquer momento há 'um conjunto de técnicas possíveis, que coexistem no tempo na forma de projetos, dentre os quais as firmas ou os que planejam investimentos escolhem, quando estão construindo nova capacidade produtiva'". (Robinson, 1975d, CEP2: ix-x, 2a. ed.).

Mas essa interpretação já era decorrência do debate, e foi como conseqüência dele que ela concluiu que "*não existe um fenômeno na vida real tal qual a acumulação ocorrendo num dado estado de conhecimento técnico*". (Robinson, 1975a, CEP5: 82), e que, por este motivo, o próprio debate carecia de sentido. Vale ressaltar que alguns autores consideram, como aparentemente faz Pasinetti, que esta conclusão chegou tarde demais. Ele acusa a Autora de nunca ter tomado uma posição clara a respeito da pseudo-função de produção[26]. Outros, porém, como Zamagni (1996: 218), consideram que este "comportamento" de Joan Robinson decorria precisamente da "*preocupação metodológica presente em*

---

25. O post-scriptum, segundo Robinson (1975d, CEP2, 2a. ed.: ix) foi escrito em 1962.

26. "*Considero seus argumentos* [em "The Unimportance of Reswitching"] *inconvincentes, se não inconsistentes. Ela mesma diz, no mesmo artigo, que havia uma questão analítica a ser estabelecida... Se a construção de uma pseudo-função de produção se justificava para mostrar que o conceito de produtividade marginal do capital não tinha significado, não fica claro porque não se deve usar a 'conversão' com o mesmo objetivo. Havia de fato uma controvérsia - uma vez estabelecida a questão analítica - que dizia respeito às implicações da 'conversão' para a teoria do capital. Mas sobre esse assunto, inexplicavelmente, Joan Robinson sempre evitou tomar posição*". (Pasinetti, 1996: 213-214)

toda sua obra relativa à irrelevância do arcabouço analítico da estática comparativa para o estudo do processo de acumulação capitalista em 'tempo real'"[27]

De qualquer modo, um aspecto que chama a atenção é que, apesar do título de alguns dos seus artigos da década de 1970, que insinuam que Joan Robinson considerava que a controvérsia teria terminado, deveria ser abandonada, ou que, ao menos, havia se tornado irrelevante, ela ainda chegou a escrever vários outros ensaios, nos quais praticamente não renovou seus argumentos, mas passou a demonstrar uma irritação crescente com o tema. Um resultado positivo desta sua revisão, a despeito da interpretação desfavorável de Pasinetti, foi o fato de ter tornado mais claras as suas posições. Um exemplo disto se encontra na sua crítica a Solow, em que a referência à imagem das "ilhas" que representam diferentes sistemas econômicos explicitam a concepção de que é preciso separar a análise que "compara" situações diferentes da que avalia "mudanças":

> "Nada pode ser mais ocioso do que participar de um debate sobre se a 'conversão' pode ser encontrada na realidade. Ainda que algo como uma pseudo-função de produção existisse, não poderia haver movimentos ao longo dela, passando por pontos de 'conversão' e, mais do que isso, na realidade, não existe nada como uma pseudo-função de produção.
>
> O Professor Solow parece que se esqueceu de que foi ele o primeiro a dar-lhe este nome e a explicá-la, dizendo que cada ponto representa uma economia numa ilha que não tem qualquer relação com a outra.
>
> Em cada ilha vigora uma taxa de lucro específica, e cada uma tem o estoque de máquinas apropriadas à sua própria taxa de lucro. Não há como se mover de um ponto de conversão a outro de uma ilha para outra, e ninguém se interessa por projetos técnicos que não esteja utilizando.
>
> Qual é então, o sentido de se postular que todas têm em comum o mesmo estado de conhecimento técnico?
>
> Duas economias diferentes estão separadas pelo tempo ou pelo espaço. Não há duas economias que estejam separadas pelo espaço e que tenham exatamente a mesma tecnologia, pois os acidentes geográficos e os incidentes históricos participam da escolha da técnica, bem como do projeto das 'máquinas'. A mesma economia em datas diferentes tem um estado de conhecimento técnico diferente. Não apenas cada ilha é um ponto diferente, como cada ponto está numa outra função de produção". (Robinson, 1975a, CEP5: 82)

Quatro anos mais tarde, Joan Robinson voltaria ao tema, pois considerava que sua crítica ainda não havia sido compreendida, e insistia que a pseudo-função de produção só serve para comparar posições em equilíbrio, já existentes, e não um processo de acumulação que ocorre ao longo do tempo. Ela parecia, até mesmo, arrependida de ter criado a pseudo-função de produção:

> "Obviamente, estoques de equipamentos apropriados a técnicas diferentes não podem coexistir nem no tempo nem no espaço. Antes de tudo, [a pseudo-função de produção] nunca deveria ter sido desenhada num diagrama bidimensional. Técnicas diferentes não estão isoladas umas das outras em 'ilhas'. Elas se sucedem umas às outras ao longo do tempo à medida em que novas descobertas e invenções se tornam operacionais. Em geral, uma nova técnica é superior à que está em uso, e não precisa esperar por uma mudança na taxa de lucro para ser instalada". (Robinson, 1979l, FCM: 138)[28].

---

27. Ou, alternativamente, que para Joan Robinson *"'o problema da 'conversão' é irrelevante porque o modelo neoclássico é irrelevante para a análise da evolução de uma economia capitalista"* (Zamagni 1996: 221)

28. O mesmo tom de "arrependimento" se repetiria outras vezes: *"Uma pseudo-função de produção (embora confesse que fui a primeira a desenhá-la) não é uma construção legítima. Ela exibe técnicas diferentes, cada qual apropriada ao estoque de equipamento já existente. Era um protesto contra a função de produção com o capital 'pasta' mas o protesto não foi longe o suficiente..."* (Robinson, 1980c, FCM: 88). Ou ainda: *"Elaborei a análise da 'pseudo-função de produção' até que percebi que dois sistemas fisicamente diferentes não coexistem nem no tempo nem no espaço. Se existem dois sistemas em 'ilhas' que não têm contato entre si, como podem produzir um produto líquido com a mesma composição*

À medida em que Joan Robinson se dava conta de que a pseudo-função de produção era um instrumento de análise extremamente limitado, ela reconhecia, também, ter exagerado na sua interpretação "positiva" do sistema de Sraffa, que embora não tivesse sido construído como uma pseudo-função de produção, deveria ser igualmente interpretado à luz da diferenciação entre "comparação" e "mudança":

> "Sraffa não o construiu como uma pseudo-função de produção. Seu propósito era refutar o marginalismo, mostrando que a menor diferença possível modifica todo o sistema...
>
> ...Sraffa usa com freqüência a expressão mudança, mas, propriamente falando, não há eventos, no seu mundo, exceto o ciclo de auto-reprodução e o fluxo do produto líquido em salários e lucro líquido....
>
> Não há movimento de uma posição a outra, apenas uma comparação entre posições... ". (Robinson, 1979f, FCM: 138-139).

No artigo "Time in Economic Theory" (1980c) Joan Robinson foi além, explicitando que o modelo de Sraffa é apropriado apenas para comparações, e não para mudanças, já que não é um modelo que expressa relações de causalidade:

> "O modelo de Sraffa ... deve ser interpretado como comparações de estados auto-reprodutores possíveis. Há dois conjuntos de comparações totalmente separados. Um deles se refere a sistemas tecnologicamente diferentes... O outro diz respeito a diferentes distribuições do produto líquido de um único sistema, entre salários e lucros... Mas como base de uma análise positiva existe uma dificuldade quanto à especificação do modelo de Sraffa em termos do tempo lógico...
>
> ...Não há causalidade no sistema de Sraffa. Os capitalistas não decidem sobre qual o volume de mão-de-obra a ser empregado, quais os preços a serem estabelecidos e que planos de investimento devem ser traçados. Tudo que eles podem fazer é preencher humildemente as equações que o economista observador formulou...
>
> Se quisermos introduzir as decisões no modelo, é preciso introduzir o tempo. As decisões são tomadas à luz das expectativas sobre suas conseqüências futuras..." (Robinson, 1980c, FCM: 88-89)

Como já foi visto, a própria Joan Robinson muitas vezes usou a expressão "variação" (da taxa de juros ou de salários, por exemplo), sem explicitar suficientemente que o que pretendia analisar era uma "comparação". Assim, chegou até a confessar que não compreendeu de imediato o significado e os limites de sua invenção:

> "Eu tentei desmantelar a função de produção neoclássica introduzindo o que chamei de livro de projetos, que mostra os estoques concretos de meios de produção necessários para cada nível de produção com uma dada força de trabalho. Disto desenvolveu-se o que o Professor Solow chamou de pseudo-função de produção (Bob! agradeço a expressão). Não acho que eu a tenha usado erroneamente, como o Professor Samuelson o faz hoje em dia, mas certamente levei muito tempo para entender seu significado e suas limitações" (Robinson, 1979i, FCM: 136, grifos nossos).

---

física? E se existem em épocas diferentes, a mais recente deve ser superior, devido às inovações e descobertas feitas no intervalo. É inútil tentar resolver esta contradição supondo 'previsão correta', pois uma das condições mais óbvias da vida humana é que, a qualquer momento, o futuro não é conhecido. Neste ponto, é preciso ... descer das comparações puramente lógicas para o tempo histórico". (Robinson, 1980e, FCM: 133)

Essa confusão entre "variação" e "mudança" era, aliás, a base sobre a qual se sustentava a "curiosidade" que ela descobriu, ao desenvolver a "pseudo-função de produção", atribuindo a descoberta a Ruth Cohen. A "curiosidade" em questão se caracterizava pelo fato de que uma elevação dos juros (ou uma redução da taxa salarial), considerados como componentes do custo do capital, ao invés de reduzir o grau de mecanização, poderia elevá-lo. Num artigo de 1970, ela se referiu a esta descoberta como tendo sido "acidental", admitindo que a referência a Ruth Cohen fora uma "brincadeira pessoal"[29].

A partir daí, Joan Robinson passou a reconhecer com mais evidência que havia se inspirado em Sraffa - mais precisamente em sua "Introdução" à obra de Ricardo -, mas que, desde a publicação de A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias (também de Sraffa), em 1960, o que parecia ser apenas uma "curiosidade" mostrou ter uma importância maior, na medida em que Sraffa provara ser *"perfeitamente natural (sob os pressupostos aceitos) que uma mesma técnica fosse a preferida a diversas taxas de lucro discretas...o que dava um escopo maior ao tema"* (Robinson, 1970b, CEP4: 145).

Pasinetti, no entanto, tem uma interpretação diferente deste episódio:

> "O fenômeno da 'conversão', como propriedade geral dos modelos de produção, apareceu de forma inquestionável e clara na parte III do livro de 1960 de Sraffa. A questão intrigante era que Joan Robinson a havia antecipado apresentando-a como uma 'curiosidade' no seu artigo de 1953-54 e no seu livro de 1956.
>
> Como foi que isso aconteceu?
>
> Não pode haver muitas dúvidas de que Joan Robinson e Piero Sraffa discutiam a teoria do capital (longamente, presumo), à época (início dos anos cinqüenta) em que ela estava escrevendo seu artigo sobre a função de produção. Este foi o período, precisamente, da publicação do primeiro volume (os Princípios) da Obra de Ricardo, contendo a famosa 'Introdução' de Sraffa. Muito provavelmente, os debates entre Joan Robinson e Sraffa sobre a teoria do capital se misturaram com os debates sobre a 'Introdução' de Sraffa. Isso pode explicar por que Joan Robinson acabou associando a questão da 'conversão' justamente com aquela 'Introdução'. Mas as idéias de Sraffa possivelmente eram incompletas ou reticentes. Joan Robinson deve ter se esforçado muito para entender a questão. Como sempre, ela trouxe Richard Kahn e - através dele - David Champernowne, que era um convidado de Oxford (veja-se Champernowne 1953-54 e Champernowne e Kahn 1953-54). Eles viam o fenômeno da 'reversão' como um caso incomum, anormal ou 'perverso'.
>
> Tudo isso deve ter deixado Sraffa furioso.
>
> Fica claro (pelas evidências coletadas independentemente por muitas pessoas, além de eu mesmo, das conversas com Piero Sraffa), que ele desaprovava fortemente a 'curiosidade' de Joan Robinson, e se recusava a ter qualquer ligação com ela. Eu vi a carta, com a qual Joan Robinson presenteou Sraffa com uma cópia do seu A Acumulação de Capital, e na qual ela o prevenia que seu Prefácio era uma 'fraude' pois não continha nenhum agradecimento a Sraffa, já que ela sabia que ele não queria se envolver" (Pasinetti 1996: 214-215)[30].

Pasinetti, na verdade, lamenta que Joan Robinson tenha minimizado a importância desta "descoberta", que era, segundo ele, favorável aos argumentos da Autora:

> "O fenômeno da 'reversão de técnicas' era favorável à argumentação de Joan Robinson, e causava danos fatais aos seus críticos... Não se compreende porque Joan Robinson o minimizou. Poder-se-ia sugerir que, tendo se convencido de que o caso era 'improvável', 'sem importância' e até mesmo 'perverso', ela achou que não valia a pena basear-se nele para sua crítica. Mas neste caso, porque ela chegou a mencioná-lo?" (Pasinetti, 1996: 211)

---

29. Veja-se "Capital Theory Up-to-Date" (1970b).
30. Veja-se também o depoimento da Autora sobre este episódio em Robinson (1978d, CEP5: 275).

O fenômeno da "reversão" das técnicas refere-se a um mesmo sistema econômico, que "escolhe" técnicas diferentes à medida em que a taxa de juros se modifica. Joan Robinson aceitou a transição deste fenômeno de um "caso particular" para um caso "geral". O que ela considerou como inconcebível era a sua interpretação como um fenômeno relacionado ao processo de acumulação: "*Minha objeção a Samuelson é que ele combinava este conceito com a noção de acumulação, 'movendo-se de taxas de juros maiores para menores' ao longo de uma pseudo-função de produção, o que se tornou particularmente absurdo quando ele aceitou a 'reversão'... Como é possível mover-se de uma técnica a outra?*" (Robinson, 1976b in Feiwel 1989a: 360).

Em seu artigo "The Meaning of Capital", Joan Robinson ainda insistiria:

> "Depois de alguma hesitação, o Prof. Samuelson aceitou a lógica da pseudo-função de produção. No resumo do debate, há 10 anos, ele até se referiu a 'um modelo geral de tecnologia de projetos [blueprints] do tipo de Joan Robinson e do M.I.T.', mas sua interpretação desse modelo era (e ainda é) muito diferente da minha. Ele reconheceu que cada ponto numa pseudo-função de produção deve representar uma economia em estado estacionário, na qual os insumos estão sendo reproduzidos em sua forma física imutável, mas mesmo assim supôs que a poupança pode elevar a economia de um ponto a outro. Ele imagina um processo de acumulação que sobe ao longo da pseudo-função de produção, de parcelas inferiores a superiores de salário e de taxas de lucro superiores a inferiores. Mas uma elevação do investimento bruto acima da taxa necessária para manter o estado estacionário levaria a uma ampliação do investimento (que deveria se reduzir novamente quando se alcançasse um novo estado estacionário). O padrão de preços anterior seria perturbado. Os insumos apropriados para uma técnica teriam que desaparecer e ser substituídos pelos apropriados à outra. E como devemos imaginar que a perspectiva de uma taxa de lucro menor no futuro induza estas alterações?". (Robinson, 1977c, CME: 122-123).

Este debate com Samuelson incluiu um episódio famoso, que deu origem à anedota de que "todos, exceto Joan Robinson, sabem o que 'capital' significa"[31]. Mas foi como resposta ao desafio lançado pela Autora em sua visita ao M.I.T., que Samuelson apresentou, em 1962, o artigo "Parable and Realism in Capital Theory: The Surrogate Production Function".

Apoiando-se em Garegnani, Joan Robinson considerou que, naquele artigo, Samuelson apenas explicava os determinantes da taxa de lucro como um caso especial de sua própria pseudo-função de produção:

> "O Professor Samuelson encontrou uma maneira de desenhar uma pseudo-função de produção em que o valor do capital não varia com a taxa de lucro. As máquinas necessárias para as diferentes técnicas de sua 'falsa função de produção' são diferentes com relação às especificações técnicas, mas, com cada técnica, a relação entre trabalho e máquinas necessária para produzir suas máquinas é a mesma que é necessária para produzir o bem de consumo homogêneo. Isto é, o custo do capital é determinado apenas pelo trabalho incorporado nas máquinas necessárias para cada técnica e o padrão temporal de todas as técnicas é o mesmo.
>
> Isto pode ser interpretado - segundo Garegnani[32] - num sentido formal, como o caso de uma única mercadoria. Do ponto de vista do custo de produção, cada tipo de máquina é

31. O relato de Joan Robinson pode ser encontrado em "Capital Theory Up-to-Date" (1970b). O episódio está documentado no Arquivo do King's College em Cambridge. Veja-se especialmente duas cartas enviadas de Harvard por Joan Robinson a Richard Kahn (31.03.1961 e 02.04.1961) in RFK/13/90/1, e uma carta de Paul Samuelson para Richard Kahn, de 27.04.1961 (RFK/16/4).

32. Garegnani (1970): "Heterogeneous Capital, the Production Function and the Theory of Distribution". Para o debate oral e documentação manuscrita da controvérsia entre Samuelson e Garegnani, veja-se Birner (1996).

equivalente a um montante particular de bens de consumo. Mas falta a característica essencial dos modelos pré-keynesianos, de que a 'coisa' homogênea possa ser transferida do consumo e adicionada ao estoque dos meios de produção". (Robinson, 1975a, CEP5: 81)[33].

Por volta de 1964, as posições de Joan Robinson já faziam parte do anedotário neoclássico:

"Quando [a controvérsia] já durava dez anos, o Professor Solow, do M.I.T., fez o seguinte pronunciamento: 'Todos, exceto Joan Robinson, aceitam a teoria do capital'. Mas como ele não deixava claro o que é exatamente que eles aceitavam, não era fácil dar-lhe uma resposta." (Robinson, 1969c, CEP4: 122)

Esse anedotário foi se enriquecendo ao longo do tempo, mas os ânimos entre a Autora e os membros do M.I.T. foram se acirrando, e Joan Robinson chegou a ter um artigo recusado pela American Economic Review[34].

Mas, de acordo com a Autora, um novo evento trouxe elementos adicionais ao debate. A publicação, em fevereiro de 1965, de um artigo de um discípulo de Samuelson (Levhari 1965) - e a contestação de Pasinetti (1966a) em setembro do mesmo ano, no Congresso da Sociedade Econométrica, em Roma - mostrando que o fenômeno da conversão das técnicas tinha o caráter de caso geral - foi providencial para atrair novos participantes, tais como Garegnani (1966) e Hahn (1966)[35].

Em seu novo artigo, intitulado "A Summing Up", Samuelson teve de reconhecer alguns erros da sua abordagem. Mas segundo Joan Robinson, o fez erradamente:

"É notável que quando o Professor Samuelson se reconheceu derrotado na controvérsia da 'conversão das técnicas' ele parece ter suposto que, se o processo de acumulação chegasse ao ponto no qual uma taxa de lucro menor se associa a um menor valor do capital por homem empregado, a economia se veria repentinamente capaz de consumir parte do seu capital sem reduzir sua capacidade produtiva" (Robinson,1970b, CEP4: 149).

A citação acima é apenas uma maneira mais criativa de expor criticamente a idéia de que a poupança, entendida como uma decisão de não-consumo, implica que, através do investimento, esta parcela não-consumida do produto seja adicionada ao estoque de bens de capital. Este raciocínio, evidentemente, só é possível quando se considera, não apenas que o produto não consumido é da mesma natureza (geléia ou leets) que os bens de capital, como também que o investimento é governado pela poupança. Ao mesmo tempo, ele se relaciona à idéia de substitutibilidade de fatores. Num artigo intitulado "The Measure of

---

33. "The Unimportance of Reswitching" (1975a) foi replicada em Samuelson (1975). A tréplica da Autora está em Robinson (1975b), retomada em Robinson (1979i) e em Robinson (1979j). Num artigo escrito originalmente em francês, Joan Robinson foi extremamente mordaz em seu comentário ao artigo de Samuelson: *"Uma parábola, em geral, é uma história inspirada na vida cotidiana com o objetivo de explicar um mistério. Neste caso é o mistério que explica a vida cotidiana"* (Robinson 1977c, CME: 118).

34. O artigo, intitulado "Pre-Keynesian Theory After Keynes" (1964q), foi recusado sob o argumento de que embora *"fosse valioso traçar, em detalhe, todas as implicações lógicas do(s) modelo(s) clássico(s), este artigo não alcança o objetivo. Além disso, a Autora raramente se esforça para estabelecer o problema, as diferenças ou a lógica pela qual ela chegas às suas conclusões.... Apenas alguns leitores entenderiam as questões colocadas, pois não há base para a discussão nem os vários passos do argumento estão colocados"*. (Carta de John G. Gurley para Joan Robinson, 3.06.1964, RFK/16/4). Neste artigo, que acabou sendo publicado pela Australian Economic Papers, Joan Robinson advogava a favor do que considerava central numa análise realista: *"Possivelmente, ninguém discordaria de que há mais esperança de se entender o que ocorre no mundo quando reconhecemos que a barganha salarial é feita em termos nominais; que o nível de preços é influenciado pela demanda efetiva e pelo grau de imperfeição da concorrência; que a acumulação é controlada pela política das firmas e do governo, e não pelo propensão a consumir dos cidadãos privados, e que hoje é um lapso que se move permanentemente entre um passado irrevogável e um futuro incerto... Isso não é fácil de entender, mas ao menos poderíamos tentar"* (Robinson, 1964q, CEP3: 68). Gurley (1974) escreveu uma resenha razoavelmente elogiosa do livro-texto de autoria de Joan Robinson e John Eatwel.

35. Para Birner (1996: 229) foi este episódio - envolvendo o erro de Levhari - que deu início à Controvérsia de Cambridge.

Capital: The End of the Controversy" (1971d), originalmente uma palestra proferida no Congresso Mundial da Sociedade Econométrica, Joan Robinson avaliou que, embora a pseudo-função de produção tenha sido uma questão paralela no debate com os neoclássicos, serviu para que

> "Samuelson admitisse que ficou chocado quando, em termos de uma pseudo-função de produção, estabelecida com pressupostos bastante aceitáveis, uma taxa de lucro mais baixa (com um salário real mais alto) não se associa necessariamente a uma técnica menos intensiva em trabalho, de modo que o princípio da substituição não funciona" (Robinson, 1971d, CEP4: 169).

Em "Capital Theory Up-to-Date" (1970b) Joan Robinson já havia exposto sua crítica de forma meridianamente clara:

> "O capital, no mundo em que vivemos, tem dois aspectos. Consiste de estoques de equipamento e materiais que (com educação e treinamento) permite que os trabalhadores produzam bens comerciáveis; consiste de comando sobre finanças que permite aos empregadores organizar a produção de bens que possam ser vendidos com lucro. No mundo 'de uma única mercadoria' o preço de uma tonelada de capital-leets em termos de produto-leets é a unidade. Os dois aspectos do capital se fundem. Uma tonelada de leets é simultaneamente uma peça de equipamento e uma soma de poder aquisitivo. O retorno sobre leets - leets sobre leets - é a taxa de lucro sobre o capital. Trabalho e capital recebem a 'recompensa' igual à sua produtividade marginal. Nas palavras do próprio J.B. Clark[36]: 'O que uma classe social recebe, sob a lei natural, é o que contribui para o produto total'.
>
> Aqui, de fato, encontramos a origem do conceito de leets. Primeiro veio o dogma de que a taxa de lucro que os proprietários de capital auferem é igual à produtividade do equipamento de capital, e que a poupança faz com que o capital se acumule, desde que seu produto marginal seja maior que a taxa de juros que representa o 'desconto do futuro' na mente dos proprietários. Depois faz-se a pergunta 'o que é 'capital', que tem um produto marginal?' Os leets tiveram que ser inventados para respondê-la". (Robinson, 1970b, CEP4: 150).

Mas o problema dos leets também se relaciona ao problema do progresso técnico, ou mais especificamente, à quantificação do papel desempenhado pelas inovações no crescimento econômico, contraposto à "mera" acumulação (ou investimento):

> "[Os neoclássicos] querem separar os aumentos da quantidade de 'capital' dos efeitos do progresso técnico. Para distingui-los, eles quebram suas cabeças com os leets. Leets podem absorver o progresso técnico sem requerer qualquer investimento. Uma 'inovação' eleva o produto per capita de um conjunto de trabalhadores equipados com uma dada quantidade de leets. Mas o produto também consiste de leets, de modo que se a parcela poupada da renda for constante, há um aumento de leets por homem empregado, como conseqüência da inovação. Deve-se atribuí-lo à acumulação ou à inovação? Para atribuir o aumento de leets per capita à poupança é preciso definir poupança como o não consumo de uma quantidade tal de leets que mantenha o leets per capita constante.
>
> De qualquer modo, as estatísticas estão em dólares, e não em toneladas de leets. Se o progresso técnico está incorporado em novos tipos de equipamentos, ou se é afetado por um rearranjo de equipamentos existentes, ou se decorre do aprendizado ['learning by doing'] dos trabalhadores, sem qualquer alteração dos equipamentos, os números serão os mesmos" (Robinson,1970b, CEP4: 153).

Mas, apesar das críticas contundentes de Joan Robinson, a abordagem neoclássica não perdia o fôlego:

---

36. Em 'Distribution as Determined by a Law of Rent', Quarterly Journal of Economics, vol. 5, abril 1891, p. 313

> "Recentemente, um certo Professor Ferguson publicou um livro em que concorda com a questão mas mesmo assim mantém sua posição. Ele diz que é uma questão de fé. Portanto, o que posso fazer?" (Robinson, 1969c, CEP4: 122)[37]

Joan Robinson considerava-se parcialmente responsável por esse estado de coisas. Sua amargura, que se refletiu na já mencionada palestra proferida na Universidade de Basiléia, explicitou-se também na pior autoavaliação do seu livro A Economia da Concorrência Imperfeita, como que se esquecendo de que tinha sido movida, nos anos de 1930, pela necessidade de dar uma explicação à permanência de desemprego involuntário, que como vimos, se refletia não apenas no mercado de trabalho, mas também no grau de utilização da capacidade.

> "A teoria neoclássica ainda era a ortodoxia dominante quando eu comecei a estudar economia nos anos vinte. Eu a compreendia bem - cheguei a escrever um livro naquele estilo. Era um sistema de argumentos apriorísticos. Escolha pressupostos e deduza suas conclusões. Não havia qualquer tentativa de testá-lo com as observações do que de acontecia de fato.
>
> A única razão pela qual um tema como aquele foi capaz de florescer era a de que não havia a necessidade da economia ter algum conteúdo real...." (Robinson, 1969c, CEP4: 123).

Para ela, o fato de que a teoria neoclássica tenha sido capaz de se recuperar, a despeito da revolução keynesiana ter se transformado, por algum tempo, na "nova ortodoxia", estava intimamente relacionado ao problema do significado do capital. Este problema surgira, como já se viu ao longo desta tese, da necessidade de considerar variações quantitativas e qualitativas do "capital" quando da formulação de uma teoria do crescimento de longo prazo.

Em seu esforço de generalizar a Teoria Geral, para o qual "*era preciso lidar com o problema do significado de capital*", Robinson (1969c, CEP4: 125), ela tomou como ponto de partida a visão neoclássica, que considerava não apenas "*muito vaga a este respeito*", Robinson (1969c, CEP4: 125), mas também muito simples, na medida em que "*tomava como dado que 'capital' é um fator de produção que tem uma 'recompensa' igual à sua produtividade marginal*" Robinson (1969c, CEP4: 125-126). Como já foi visto, a questão do significado do capital estava relacionada à questão de sua medida e havia sido um dos temas centrais do seu famoso artigo de 1953-54.

A adoção, pela abordagem convencional, de um modelo de um mundo com uma única mercadoria não apenas eliminou alguns problemas, mas fez retroceder a discussão ao que Joan Robinson chamava de "estágio pré-keynesiano", e que se caracteriza pela concepção de que o desemprego decorre da inflexibilidade dos salários à baixa, e que o investimento é determinado pela poupança. O fato é que também Joan Robinson se utilizou de modelos deste tipo. Mas também é verdade que ela, ao usá-los, sempre procurou alertar para o fato de que representavam apenas uma primeira aproximação a um modelo mais geral e mais sofisticado. Em nenhum dos seus trabalhos, um modelo deste tipo apareceu isolado, sem

37. Joan Robinson refere-se aqui aos trabalhos de Solow (1963): Capital Theory and the Rate of Return, de Samuelson (1966): "A Summing Up" e de Ferguson (1969): The Neoclassical Theory of Production and Distribution. Com o último, ela chegou a estabelecer uma polêmica em função da resenha que publicou do seu livro. Veja-se "Capital Theory Up-to-Date" (1970b) e "Review of C.E. Ferguson, 'The Neoclassical Theory of Production and Distribution'" (1970c), bem como a réplica em Ferguson (1971): "Capital Theory Up-to-Date: A Comment on Mrs. Robinson's Article" e a tréplica de Joan Robinson em "A Reply (to Ferguson's Comment on 'Capital Theory Up-to-Date)" (1971h).

um imediato relaxamento das hipóteses restritivas que o embasavam. Mas, isso jamais chegou a ser compreendido, e nem mesmo reconhecido por seus críticos.

É interessante considerar que, apesar disto - ou talvez por isso mesmo - Joan Robinson publicou, em 1973, o quarto volume dos seus Collected Economic Papers, reunindo alguns dos trabalhos previamente publicados nos Ensaios Sobre a Teoria do Emprego, os artigos anteriormente publicados no panfleto On Re-reading Marx, textos de suas palestras e conferências, artigos cujo acesso era difícil, além de resenhas e comentários sobre a obra dos seus contemporâneos.

Em 1978 Joan Robinson publicaria uma outra coletânea, intitulada Contributions to Modern Economics, reproduzindo vários artigos dos volumes anteriores dos Collected Economic Papers, e apenas dois novos. O quinto volume dos Collected Economic Papers foi publicado em 1979, mesmo ano da já mencionada reedição dos Ensaios Sobre a Generalização da Teoria Geral. Finalmente, sua última coletânea, publicada em 1980, com o nome de Further Contributions to Modern Economics, reproduzia, com poucas exceções - dentre as quais se destaca a palestra proferida em Brasília - outros artigos dos vários volumes de seus Collected Economic Papers. Nos mais de vinte anos que compõem esta última fase de sua vida, a Autora ainda escreveu e publicou outros livros e uma enorme quantidade de trabalhos avulsos (remetemos o leitor à bibliografia completa da obra de Joan Robinson no Anexo II desta tese).

Importa ressaltar, porém, que, cada vez mais desiludida com os rumos tomados pela teoria econômica, Joan Robinson chegou a negar que a controvérsia do capital tivesse tido alguma relação com a discussão do seu significado ou medida, dando ênfase às tentativas de eliminação do tempo na análise teórica. A importância que atribuía ao tempo histórico, em contraposição ao tempo teórico, como se viu, é bastante anterior. Mas, no contexto da reavaliação dos rumos tomados pela "revolução keynesiana", a Autora radicalizou seu argumento:

> "... A simplificação da própria exposição de Keynes, necessária numa primeira etapa do raciocínio, foi usada [pela teoria neoclássica] para dela tirar qualquer significado real. Keynes falava, algumas vezes, do produto total a pleno emprego, como se fosse uma quantidade simples. Obviamente, o produto máximo que pode ser obtido numa dada situação depende da capacidade produtiva existente em fábricas e equipamentos para a mão-de-obra empregada, e a capacidade produtiva existe em forma concreta, disponível para produzir variedades específicas de produtos. A noção de um 'nível de investimento que assegura o pleno emprego' pressupõe que a capacidade produtiva existente para investimento e bens de consumo esteja nas proporções corretas.
>
> Além disso, pressupõe uma relação particular entre consumo e investimento. Mas o nível de consumo de uma dada renda total depende de sua distribuição entre os consumidores, o que por sua vez depende da distribuição da riqueza entre as famílias, da relação entre lucros e salários, dos preços relativos dos bens e do sistema tributário.
>
> Tudo isso é ignorado pela versão vulgarizada da teoria de Keynes. O raciocínio dos livros-texto sugere que, a qualquer momento, existe um certo montante de poupança anual que ocorre quando há pleno emprego. Cabe ao governo garantir que haja investimento suficiente para absorver este montante e então tudo estará bem. Voltamos ao mundo clássico no qual a acumulação é determinada pela poupança e a velha estória escorrega de volta ao seu lugar. Mas existe uma dificuldade. O investimento, a cada ano, é justamente suficiente para absorver a poupança daquele ano. O que acontece com o novo equipamento que o investimento cria? Será ele justamente suficiente para empregar a mão-de-obra disponível quando o investimento estiver absorvendo a poupança do ano seguinte? O aspecto de longo prazo do investimento, que cria bens de capital, deve ser considerado, assim como seu aspecto de curto prazo, de manter a demanda efetiva.

> Não se preocupem, não se preocupem, bradam os keynesianos bastardos. Podemos fingir que os bens de capital são feitos de pasta, que podem ser contraídos ou dilatados, sem dificuldades ou custo, de modo a oferecer a quantidade de emprego necessária. Além disso, não há porque se preocupar com investimentos errados e com mudanças técnicas. Não apenas a pasta adicionada este ano, mas a pasta toda pode ser moldada na forma necessária de modo a restabelecer o equilíbrio instantaneamente, depois da mudança.
>
> Tem havido uma enorme e enfadonha controvérsia sobre esta pasta amorfa. Os keynesianos bastardos tentam provar que tudo isso é um problema de 'medida do capital'. Mas isso não tem qualquer relação com medida ou com capital; tem relação com a abolição do tempo. Um mundo que está sempre em equilíbrio não vê diferença entre o futuro e o passado, não tem história e não precisa de Keynes". (Robinson, 1972a, CEP5: 172-173).

Um exemplo prático dos erros cometidos por não se considerar a importância das expectativas sobre o futuro, pela teoria neoclássica, aparece num artigo escrito em 1974, intitulado "The Abdication of Neo-Classical Economics":

> "Quando, recentemente, houve uma estiagem na Índia, os preços dos grãos começaram a subir, em função da expectativa da má colheita. O governo, acreditando na teoria da oferta e da demanda dos livros-texto, começou a liberar os estoques, na esperança de reduzir os preços. Os especuladores compraram os grãos e os venderam posteriormente, com um ótimo lucro, quando a escassez esperada ocorreu" (Robinson, 1974d, :CEP5: 35).

Joan Robinson também se irritava com a incapacidade dos econometristas de verificar que os resultados de suas análises não condiziam com o que a abordagem neoclássica pretendia prever:

> "A teoria da produtividade marginal requer que a 'recompensa' do 'fator de produção' caia à medida que sua quantidade aumenta relativamente aos outros fatores. Será que esperamos encontrar uma taxa de lucro sobre o capital menor nos lugares em que, por qualquer medida, a razão capital per capita é maior? Nos Estados Unidos ou na Alemanha Ocidental, comparados com a Índia?
>
> Apenas se houvesse conteúdo na idéia de substituição entre capital e trabalho é que encontraríamos uma taxa de lucro mais alta onde a razão capital per capita é menor, pois os salários baixos em termos de produto fazem com que tanto a taxa de lucro seja alta quanto o investimento per capita seja baixo." (Robinson, 1974d, CEP5: 41)

Evidentemente, ela não era contrária ao uso do instrumental econométrico. Ao ser acusada de raciocinar com um nível de abstração excessivamente alto, Joan Robinson respondia alertando para o perigo de se usar a estatística para comprovar (ou não) suas hipóteses, que eram reconhecidamente simplificadas:

> "Seria obviamente errado usar as comparações estáticas de um modelo de um produto, em que a terra é livre e a mão-de-obra é homogênea para derivar hipóteses a serem confrontadas com evidências empíricas. O raciocínio apenas oferece categorias que podem ser consideradas úteis para um desenvolvimento posterior e, talvez, esclarecer algumas das confusões terminológicas..." (Robinson, 1960c, CEP2: 180).

E um pouco mais à frente

> "Não há pesquisa econométrica da história passada, mesmo que as condições sejam as mais favoráveis, capaz de construir funções de produção. Os dados coletados, na melhor das

hipóteses, mostram as escolhas que foram feitas, e não as que teriam sido feitas se os preços dos fatores fossem outros" (Robinson, 1960c, CEP2: 181, grifos no original).

Ou seja, é preciso reconhecer que os modelos econométricos, em geral, são incapazes de distinguir as causas dos efeitos[38].

38 Veja-se, a este respeito, "The choice of models - present position of econometrics: a discussion opened by Joan Robinson, Jack Downie and C.B. Winsten" (1960j)

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A importância de Joan Robinson para a teoria econômica contemporânea e sua influência sobre os rumos dos debates ocorridos ao longo dos três primeiros quartos deste século são inquestionáveis. Embora tenha tido uma formação predominantemente neoclássica, participou e tornou-se uma das mais ferrenhas defensoras da "revolução keynesiana", desenvolvendo seus princípios básicos e incorporando não apenas importantes concepções de vários outros autores, mas também suas próprias idéias. A interdependência entre suas próprias concepções e as de outros economistas com quem debateu ao longo de toda a sua vida, torna difícil, senão impossível, que se delimite claramente os elementos absolutamente originais de sua contribuição. A mera listagem destes outros economistas envolveria, possivelmente, a quase totalidade dos importantes autores deste século e do século passado.

Assim, se uma das questões mais difíceis de se abordar num estudo como este é o que diz respeito à atribuição de primazia na descoberta das idéias exaradas por um autor, no caso particular de Joan Robinson, e mesmo que especificamente limitado ao tema do oligopólio e do progresso técnico, a tarefa torna-se ainda mais complexa, pois ela raramente escreveu um texto sem discuti-lo, quase exaustivamente, com seus pares. Um bom exemplo é o testemunho de Austin Robinson, num artigo em homenagem a Richard Kahn:

> "Fui apresentado a Richard Kahn quando voltei a Cambridge, depois de um período de trabalho na Índia... Passei a conhecê-lo melhor a partir de 1930-31. (Minha esposa) Joan conheceu Richard Kahn num curso bastante heterodoxo, ministrado por Piero Sraffa. Na época, [este curso] constituía, de fato, a totalidade do ensino de pós-graduação em economia em Cambridge. É preciso que lembremos que ela mesma havia recém iniciado o estudo de economia a sério. Ela não havia sido bem ensinada .... e estava assistindo as aulas de Sraffa para dar continuidade aos seus interesses.
>
> Trago a memória de Joan ao meu relato sobre Richard porque, por uma estranha coincidência, ela o trouxe para casa para almoçar conosco, num dia em que eu estava orientando um brilhante jovem ex-matemático, do Magdalene College ... Charles Gifford. Ele havia produzido, no seu ensaio semanal de orientando, uma curva marginal que, creio, descobriu em algum texto escrito por Yntema. Com alguma dificuldade, Gifford conseguiu me explicar sua derivação e suas propriedades.
>
> Almocei com Joan e Richard, que borbulhavam de excitação com o novo conceito. Consegui explicá-lo a eles. Foi, efetivamente, naquele almoço, que A Economia da Concorrência Imperfeita nasceu. Mas não achávamos que o livro seria amplo e coerente, como acabou se tornando. Víamos o novo conceito apenas como um instrumento útil para lidar com vários problemas mais óbvios. E, durante algum tempo, nós três brincamos com o novo instrumento. Gradualmente, o jogo foi se tornando mais sério. Foi possível visualizar um sistema econômico mais completo, no qual a economia era, como achávamos que era na realidade, imperfeita ao invés de perfeita. Aos poucos, à medida em que o jogo ficava mais sério, Joan foi se tornando responsável por ele. Eu tinha muitas aulas a dar, Richard tinha sua própria tese para terminar. O resultado final, era, de direito, um livro de Joan. Mas, durante sua elaboração, aprendi uma coisa muito importante. O questionamento, a iniciativa, e neste caso, a competição vinham de Joan. Suas idéias brilhantes precisavam ser esmiuçadas e corrigidas por Richard Kahn. De vez em quando, eu contribuía com perguntas que precisavam ser feitas e respondidas. Eu conhecia, melhor do que eles, o funcionamento real da economia. Posso, hoje, reconhecer algumas de

> minhas pequenas contribuições. As que, possivelmente, foram mais úteis, foram os nomes de vários conceitos, inclusive o título final do livro". (Robinson, E.A.G., 1994: 7-8)[1]

A documentação existente, seja em relatos deste gênero, seja na correspondência de Joan Robinson, ou mesmo nas anotações manuscritas - em diferentes caligrafias - dos originais de seus textos (ou de seus colegas), constitui material de tal volume, que só poderia ser tratado num outro trabalho de tamanho igual ou maior do que este. O fato é que o debate oral exaustivo, a crítica mútua e a troca de idéias, às vezes por intermédio de pequenos bilhetes não datados e/ou assinados, constituiam um procedimento habitual e corriqueiro no mundo acadêmico de Cambridge durante a vida de Joan Robinson. O Cambridge Circus e o War Circus são os dois exemplos mais famosos e melhor documentados, mas houve muitos outros. A própria controvérsia do capital, e mais especificamente, a "descoberta" do Ruth Curiosum, como se viu, foi o resultado de muitas horas de discussão entre Joan Robinson, Piero Sraffa e Richard Kahn.

Por este motivo, seria por demais ousado tentar atribuir à Autora a primazia das idéias que se encontram em seus textos. É esta mesma razão que justifica o procedimento adotado ao longo de nossa análise da evolução do pensamento de Joan Robinson sobre o tema do oligopólio e do progresso técnico. Tivemos o cuidado de não lhe atribuir prioridade, mas chamamos a atenção, quase que exaustivamente, para as principais influências que ela recebeu na formulação e revisão das suas idéias. Deve-se reconhecer que esta tarefa foi muito facilitada pela própria Autora, já que ela mesma oferece as referências necessárias. No prefácio ao A Economia da Concorrência Imperfeita, por exemplo, ela reconhece que "*a 'curva de receita marginal'... tem um papel importante no meu livro, e meu livro surgiu da tentativa de aplicá-la a vários problemas.... Meu primeiro contato com ela* [a curva] *se deu através do Sr. C.H.P. Gifford, do Magdalene College...*". (Robinson, 1933e: xiv). Este prefácio é, aliás, um ponto de partida primoroso para se escrever a história deste conceito.

Embora nem sempre Joan Robinson tenha sido retribuída na mesma proporção, não há como duvidar da influência que ela, por sua vez, exerceu sobre seus contemporâneos. Se não é aconselhável, no escopo deste trabalho, tentar identificar as idéias que são efetivamente de sua autoria, é possível defender que o tratamento que ela lhes conferiu foi absolutamente original. Este foi um aspecto que tentamos enfatizar ao longo de toda a tese.

Educada na ortodoxia econômica e - parafraseando a própria Autora - lendo a "bíblia" de Marshall através do "apóstolo" Pigou, Joan Robinson obteve, por mérito, o privilégio de participar e colaborar para o desenvolvimento da mais importante revolução teórica deste século em sua área. Seu esforço na defesa desta revolução e na ampliação do seu escopo levou-a, por sua convicção de que valia a pena manter aberto o diálogo e acesa a discussão, a trabalhar, quase sempre, dentro do "campo inimigo", isto é, com o instrumental e a linguagem convencionais da teoria neoclássica. Para alguns, isto talvez lhe tenha custado uma mais ampla divulgação de suas próprias idéias, e inclusive a obtenção do Prêmio Nobel de Economia.

---

1 Para a biografia de Austin Robinson veja-se Caimcross (1993). Sobre o nascimento dos principais conceitos desenvolvidos em A Economia da Concorrência Imperfeita veja-se também o texto inédito de Joan Robinson intitulado "A passage from the autobiography of an analytical economist" (1932e).

Para outros, acabou contribuindo para a manutenção das teorias vigentes, apesar do seu intuito ter sido sempre o de apontar e demonstrar os erros conceituais e lógicos de seus opositores.

Mas se há um consenso sobre o legado de sua obra, este se refere à sua capacidade de reunir as variadas contribuições, muitas vezes esparsas, sobre um mesmo tema, numa única estrutura original, que as homogeneiza e possibilita avançar no debate. O primeiro exemplo neste sentido é seu primeiro livro, A Economia da Concorrência Imperfeita. No primeiro capítulo fizemos a análise deste e dos textos a ele relacionados, mostrando a maneira pela qual ela conseguiu reunir, num único corpo teórico, idéias que se encontravam esparsas e que tinham sido trazidas à luz pelas sugestões de Piero Sraffa. Joan Robinson não fazia questão de ser considerada original, e os seus comentários sobre Chamberlin são um exemplo disto[2].

Ao lado da maneira original com a qual lidava com as idéias que, de tanto discutir, ela mesma já não sabia a quem pertenciam, Joan Robinson tinha uma particular capacidade de reuni-las num todo coerente e abrangente. Um testemunho desta sua capacidade foi dado por Keynes, quando consultado por Harold Macmillan sobre a conveniência de publicar o "*manuscrito intitulado 'Monopólio' da Sra. Robinson*". Deve-se mencionar que o editor hesitava em publicá-lo por acreditar que "*talvez não fosse suficientemente importante*"[3]

> "Não tenho a menor dúvida quanto a que se deva aceitar este livro... acredito que venderá muito mais do que pode parecer à primeira vista, pelas razões que seguem.
>
> Houve, nos últimos cinco anos, um desenvolvimento considerável da teoria do valor, a partir da base lançada por Marshall e Pigou. A natureza destes desenvolvimentos só pode ser avaliada, atualmente, mediante o estudo de inúmeros artigos esparsos, muitos no Economic Journal, mas também na América e na Alemanha. Estes artigos em geral tratam de pontos específicos...No momento, não há um lugar onde alguém que esteja interessado nestes desenvolvimentos, possa encontrar uma afirmação clara sobre a natureza da técnica moderna, ou um resumo dos trabalhos recentes sobre este tema. A Sra. Robinson objetiva preencher esta lacuna, e na minha opinião fê-lo muito bem. Imagino que ela afirmaria que fez mais do que isso, isto é, que esclareceu uma série de pontos obscuros e duvidosos, e que fez algumas contribuições importantes, de sua própria autoria, para o tema. Acho que o livro contém mesmo algumas questões que são relativamente novas. Por outro lado, eu hesitaria em enfatizar a originalidade do trabalho. Me parece que ele é principalmente uma discussão do desenvolvimento de idéias que se iniciaram com outros, e que agora são amplamente conhecidas, não apenas pelos artigos especializados, mas também na discussão oral em Cambridge e Oxford. Ela está, num certo sentido, apresentando a nata de um novo movimento que ainda não encontrou seu próprio expositor impresso.
>
> Na minha opinião o livro deverá, em pouco tempo, tornar-se essencial para qualquer estudante sério, na área da moderna teoria do valor...
>
> Não li o livro criticamente, o que seria uma tarefa formidável. Tenho, no entanto, muita confiança de que ele está razoavelmente isento de erros e falácias menores, porque a Autora explica no prefácio que ele foi criticado elaborada e cuidadosamente por R.F. Kahn. Na verdade, suspeito que a participação dele foi bastante grande no que se refere à forma atual do livro. Ele é o mais cuidadoso e acurado de todos os jovens economistas, e muito dificilmente não percebe erros. Devo dizer que ele é de longe o mais hábil e o mais confiável crítico deste tipo de trabalho

---

2 Conforme mencionado no primeiro capítulo, Joan Robinson reconhecia que alguns dos aspectos tratados por Chamberlin eram "mais interessantes" que os dela, e às vezes até mesmo "mais realistas": "*A controvérsia unilateral 'Chamberlin versus Robinson' foi um mau exemplo de confronto entre dois argumentos, sem que se examinasse seus pressupostos. Ali onde ele e eu estabelecemos as mesmas perguntas (excetuando-se erros e omissões), encontramos as mesmas respostas, e onde as questões eram diferentes, as respostas também o eram. Em alguns aspectos os pressupostos de Chamberlin eram mais realistas que os meus, embora ele não quisesse deles retirar conclusões realistas*". (Robinson, 1979f, CEPS: 114). Mesmo assim Turner (1989: 256, n18) parece fazer questão de sugerir que o artigo de Joan Robinson "Imperfect Competition Revisited", publicado em 1953 no The Economic Journal, era uma resposta ao de Chamberlin, dois anos mais novo, intitulado "Monopolistic Competition Revisited", e publicado em Economica.

3. A carta de Harold Macmillan para Keynes, de 16.11.1932, encontra-se em JVR/vii/Moggridge. Há cópia desta carta em JMK/CO/8/220-221, que inclui também a carta de encaminhamento do texto original do livro, de Joan Robinson para Keynes, datada de 18.11.1932. Apenas a resposta de Keynes para Macmillan, em 25.11.1932, foi publicada nos CWJMK (XI: 865-868).

> que se pode encontrar atualmente. Sabendo da parte que lhe coube na preparação deste livro, tenho uma confiança ainda maior de que ele não tenha os problemas que tão facilmente aparecem em trabalhos desta natureza, do que se se tratasse do esforço, sem críticas, da Sra. Robinson...
>
> ...
>
> ...Para o título, sugeriria 'A Teoria do Valor sob Monopólio e Concorrência'".

É preciso mencionar que a referência às correções feitas por Kahn não desmerecem, de modo algum, a qualidade do trabalho de Joan Robinson. O próprio Keynes havia recorrido a Kahn para a leitura, correção, discussão e elaboração do índice do Treatise on Money (publicado em outubro de 1930).

Joan Robinson demonstrou a mesma capacidade de síntese na formulação das idéias que se materializam em Um Ensaio Sobre Economia Marxista ou em A Acumulação de Capital, para dar dois outros exemplos importantes. A análise destes livros (e dos textos correlatos) e as inúmeras menções que fizemos ao longo da tese, tanto de suas fontes inspiradoras - notadamente Hicks, Harrod, Kalecki, Sraffa e Marx - quanto dos autores que nela se inspiraram, tornaria redundante voltarmos a esta questão. É preciso, entretanto, e a título de conclusão, marcar alguns aspectos importantes da contribuição de Joan Robinson ao tema do oligopólio e do progresso técnico.

Se tomarmos como referência três importantes estudos da década de 1970, um sobre a teoria do oligopólio (Silberston, 1970), outro sobre a teoria do crescimento econômico (Hahn e Matthews, 1964), que é complementado pelo estudo da teoria do progresso técnico (Kennedy e Thirlwall, 1972) - pode-se ter uma boa medida do impacto das contribuições de Joan Robinson para estes dois temas.

O primeiro estudo reconhece que o trabalho da Autora, notadamente em A Economia da Concorrência Imperfeita, embora não tratasse enfaticamente do caso do "pequeno grupo" ou da "concorrência extra-preço" (como ocorre com A Teoria da Concorrência Monopolista, de Chamberlin), estimulou o debate em torno da teoria do oligopólio, cujo "*problema fundamental é o de que a competição entre poucos inevitavelmente origina problemas de interdependência*" (Silberston, 1970: 518). Enquanto a abordagem tradicional clássica do oligopólio estipulava reações padronizadas das firmas concorrentes, a moderna teoria do oligopólio reconhece que estas reações não são perfeitamente previsíveis, e que o que rege as estratégias de concorrência é a incerteza. Esta incorpora, entre os vários elementos de sua análise, a importância dos custos (diferenciados) de produção, as parcelas relativas de mercado, a história passada das firmas e/ou ramos, os diferentes graus de aversão ao risco (por parte dos empresários), a possibilidade de acordos formais ou tácitos, a existência de empresas líderes, e as expectativas quanto à reação do próprio mercado, além de considerações sobre a atuação dos sindicatos de trabalhadores. Todos estes elementos, como vimos, estão presentes naquele primeiro livro de Joan Robinson, e permaneceram como características constitutivas de sua abordagem do progresso técnico quando referidos à "decisão microeconômica".

O segundo e o terceiro destes estudos mencionam a importância de Joan Robinson (além de Hicks e de Harrod) no debate em torno da definição de neutralidade do progresso técnico, na formulação de uma teoria do crescimento estável. Também aqui, a abordagem tradicional tratava o progresso técnico "*como um maná caído do céu, uma função de forças sócio-culturais e que, como tal, era considerado exógeno*"

(Hahn e Matthews, 1964: 832). Numa abordagem não ortodoxa, "*a acumulação de capital e o progresso técnico influenciam-se mutuamente, de modo que sua separação é impossível ou inútil*" (Hahn e Matthews, 1964: 836). Esta foi, precisamente, a questão central enfrentada por Joan Robinson, e que enfatizamos nesta tese.

Joan Robinson teve uma trajetória intelectual formidável, e sua obra repercute em autores claramente não ortodoxos. No que segue, daremos apenas alguns, mas importantes exemplos. Um deles, talvez o mais divulgado, é o fato de ser considerada uma pioneira da abordagem pós-keynesiana. Se tomarmos como base o artigo de Eichner e Kregel (1975), verifica-se, de imediato, a importância do livro A Acumulação de Capital na construção da estrutura principal da abordagem pós-keynesiana da teoria do crescimento.

> "Para enfatizar a influência do tempo e da história no processo de crescimento, o argumento de Joan Robinson [em A Acumulação de Capital] é desenvolvido através do método da comparação de economias que absorveram todas as mudanças de curto prazo que poderiam perturbar, momentaneamente, sua trajetória de crescimento. Assim, Joan Robinson mostra como a expansão de uma economia é afetada, ao longo do tempo, e comparativamente a outra, da qual difere em termos de variáveis específicas, e é capaz de isolar os determinantes mais críticos do crescimento de longo prazo de uma economia desenvolvida e voltada para o mercado... [isto é], a dotação inicial de equipamentos de capital, a taxa real de salários,... a taxa de crescimento da força de trabalho e a taxa de progresso técnico" (Eichner e Kregel, 1975: 1295).

Os autores consideram que, mais importante do que as conclusões, é o método adotado pela Autora, que se sustenta na comparação entre as trajetórias de crescimento de economias que se diferenciam entre si pelos determinantes acima descritos:

> "O objetivo da Sra. Robinson é substituir o que ela denomina modelos 'pseudo-causais' baseados no tempo 'lógico' por modelos históricos empiricamente testáveis, construídos com base no tempo real. O ponto chave é que a causação não é a mesma coisa que determinação simultânea". (Eichner e Kregel, 1975: 1295, grifos nossos).

Este é, precisamente, um dos principais aspectos que se tentou ressaltar ao longo dos capítulos desta tese: o de que o grande esforço de Joan Robinson era o de estabelecer relações de causalidade entre as várias variáveis que constituem o núcleo descritivo de uma economia capitalista. Isto é o que explica o extremo cuidado - e por que não dizer, razoável parcimônia - com que Joan Robinson se utilizou do instrumental matemático. A despeito da sempre mencionada anedota, na qual, referindo-se a si mesma, ela dizia que, "*por não saber matemática, era obrigada a pensar*", ela tinha para isso uma justificativa muito clara, exposta justamente num artigo intitulado "Thinking about Thinking":

> "Tive uma educação bastante literária e na verdade só sei a matemática que fui capaz de aprender à medida em que fui tentando formalizar argumentos econômicos, mas me parecia óbvio que uma quantidade que deve ser manipulada pelos métodos da matemática aplicada deve ser especificada como um número de determinada unidade, e que a própria definição de uma unidade implica seu método de medida.
>
> ...Nem todos os conceitos econômicos podem ser reduzidos a termos estritamente quantitativos. Tratar algo que em princípio é imensurável como se fosse uma quantidade é uma confusão de raciocínio com pretensões a precisão científica". (Robinson, 1979f, CEP5: 115).

E um pouco mais à frente:

> "...A lógica matemática é um poderoso instrumento de pensamento, mas sua aplicação à teoria econômica parece consistir meramente em colocar argumentos circulares em forma de álgebra". (Robinson, 1979f, CEP5: 117).

O mesmo argumento foi reforçado na introdução que ela escreveu ao livro de Vivian Walsh e Harvey Gram, de 1980:

> "[Na teoria ortodoxa] as operações matemáticas são feitas com entidades que não podem ser definidas. Os cálculos são realizados em termos de unidades que não podem ser mensuradas. Identidades contábeis são consideradas relações funcionais e confundidas com leis de causalidade. Diferenças são identificadas com mudanças. Movimentos unidirecionais no tempo são tratados como movimentos para frente e para trás no espaço. Modelos complexos são elaborados apenas por brincadeira, longe de qualquer possibilidade de aplicá-los à realidade". (Robinson, 1980g: xi).

Um segundo aspecto ressaltado por Eichner e Kregel é a ênfase da abordagem pós-keynesiana na análise do desequilíbrio, que exige, primeiro, a explicitação das condições de equilíbrio (por exemplo, a taxa garantida e estável de crescimento), para que depois seja possível determinar quais os elementos a que se pode (ou não) atribuir o desequilíbrio eventualmente verificado empiricamente. Em termos da teoria do crescimento, estes fatores de desequilíbrio podem ser "*(1) uma mudança na taxa de crescimento garantida, decorrente de alterações de um ou mais dos seus determinantes, e (2) as forças que operam no curto prazo, que fazem com que a economia se desvie da trajetória de crescimento garantida*" (Eichner e Kregel 1975: 1296). Ao longo desta tese enfatizamos, quase que à exaustão, que este era justamente o papel das hipóteses simplificadoras adotadas por Joan Robinson, como por exemplo, a da concorrência perfeita e/ou a da "idade de ouro" (com progresso técnico inexistente ou neutro). A melhor definição do papel da "idade de ouro" encontra-se, aliás, em A Acumulação de Capital, numa das passagens mais famosas do livro.

> "Quando o progresso técnico é neutro, e ocorre com regularidade, sem qualquer alteração no padrão temporal de produção, e o mecanismo concorrencial opera livremente, a população é crescente (se tanto) a uma taxa uniforme e a acumulação ocorre com velocidade suficiente para fornecer capacidade produtiva para todo o trabalho disponível, a taxa de lucro tende a ser constante e o nível dos salários reais tende a crescer com a produção per capita. Não há então qualquer contradição interna ao sistema. Desde que os eventos políticos não causem distúrbios, e desde que os empresários tenham fé no futuro e desejem acumular à mesma taxa proporcional em que acumularam no passado, não há impedimento para evitar que o façam. Se o fizerem, o sistema se desenvolve suavemente sem perturbações. A produção anual total e o estoque de capital (avaliado em termos de bens de consumo) crescem juntos a uma taxa proporcional constante composta de uma taxa de crescimento da força de trabalho e uma taxa de crescimento da produção per capita. Podemos descrever estas condições como uma idade de ouro (indicando que ela representa um estado de coisas mítico pouco provável de se obter numa economia verdadeira)." (Robinson, 1956a: 99).

Ao mesmo tempo em que justifica a adoção de hipóteses simplificadoras, o método adotado explica a separação analítica entre os elementos de "curto prazo" e os de "longo prazo". Para Eichner e Kregel, a abordagem do problema do desequilíbrio a partir da explicitação dos determinantes do equilíbrio "*dá origem à distinção encontrada na literatura pós-keynesiana entre a análise do longo prazo, que* [no caso da teoria do crescimento] *focaliza os determinantes da taxa de crescimento garantida, e a análise do curto prazo, que enfoca os desvios cíclicos entre a taxa efetiva e a taxa garantida*" (Eichner e Kregel, 1975: 1296). E continuam: "*A questão metodológica é que os desvios não podem ser compreendidos a não ser com relação a alguma taxa de crescimento referencial*". (Eichner e Kregel, 1975: 1296).

Os modelos de Joan Robinson têm a função de servir como referência para a análise das conseqüências do relaxamento das hipóteses simplificadoras. Ela destacava, no texto intitulado "Misunderstandings in the Theory of Production", a necessidade de incluir o estudo do progresso técnico:

> "Uma experiência mental de curto prazo pode ser clara e precisa. Pode-se especificar o que é que 'permanece o mesmo'. Num arcabouço geral de instituições, conhecimento e hábitos, o estoque de meios de produção existentes, a capacidade e treinamento da força de trabalho, a distribuição da riqueza, os padrões habituais de consumo, as organizações empresariais e financeiras, são todos considerados dados. O que pode mudar de semana a semana é o montante e o conteúdo do gasto, provocando alterações no nível de emprego e na utilização de recursos. Podem ocorrer novas barganhas por pagamentos e os preços podem se ajustar a elas. A quantidade de dinheiro em geral se acomoda, mas também pode exercer uma influência própria através da oferta de crédito aos que o requerem.
>
> Na vida real, a dicotomia entre os aspectos de curto e longo prazos de uma situação não é tão distinta. O longo prazo se altera toda semana, resultante de decisões passadas, e surgem lentas alterações dos estoques, ao longo do tempo, enquanto que os fluxos podem aumentar ou diminuir rapidamente. Os movimentos históricos subjacentes asseguram que a economia não seja tão loucamente instável como Keynes, algumas vezes, sentiu-se tentado a supor. Pode até haver épocas em que as influências de curto e longo prazos estejam suficientemente em harmonia, permitindo que se usufrua de uma taxa de crescimento quase estável, por um período de tempo. Mas se trouxermos a história para dentro da análise, precisamos considerar os efeitos do progresso técnico.
>
> Esta é a questão que negligenciamos por vinte e cinco anos." (Robinson, 1979i, FCM: 140, grifos nossos).

Passagens como estas, das quais há muitos exemplos, mostram que mesmo depois de aposentada Joan Robinson preocupava-se em formular uma agenda de questões importantes que deveriam estar incorporadas à teoria econômica que se pretendesse alternativa à ortodoxia. Nesta agenda, não apenas a microeconomia deve ser integrada à macroeconomia, como o progresso técnico ganha lugar de destaque, e o oligopólio faz parte dos pressupostos:

> "No ensino corrente, geralmente se faz uma clara distinção entre os problemas microeconômicos e os macroeconômicos, cada um sendo tratado em termos de conceitos bastante diferentes. Obviamente, à medida que o assunto vai se tornando mais complexo, é necessário focalizar um aspecto a cada vez, mas uma teoria geral não pode ser dividida entre estas duas partes. As questões micro - referentes aos preços relativos dos bens e ao comportamento dos indivíduos, das firmas e das famílias - não podem ser discutidas no ar, sem qualquer referência à estrutura da economia em que existem, e aos processos de mudança cíclica e secular. Igualmente, as teorias macroeconômicas da acumulação e da demanda efetiva são generalizações do comportamento microeconômico: a relação entre renda e gasto em consumo, entre o investimento e a busca de lucro, entre a administração dos negócios em que se mantém a saúde financeira e as taxas de juros, e entre os salários e os níveis de preços, resultam das reações dos indivíduos e dos

grupos sociais às situações em que se encontram... Se não há teoria microeconômica, também não pode haver teoria macroeconômica.

A análise dos mercados é tratada sob o título da teoria microeconômica, mas não pode ser compreendida sem alguma indicação do cenário macroeconômico em que opera". (Robinson, 1977a, CEP5: 4-5).

Mas Joan Robinson era cética quanto à possibilidade de se construir uma "teoria do oligopólio" que formulasse um único conjunto de hipóteses gerais, simples e plausíveis. Fazendo referência ao trabalho pioneiro de Edith Penrose, intitulado The Theory of the Growth of the Firm (1959), ao livro de John Kenneth Galbraith, The New Industrial State (1967) e ao de Alfred Eichner, Megacorp and Oligopoly (1976), entre outros, ela achava que "*a busca de uma generalização simples é um resquício do modelo de equilíbrio. Não há uma teoria simples que possa abarcar a evolução multifacetária de uma economia de empresas privadas*" (Robinson, 1977a, CEP5: 15).

Uma característica importante do pós-keynesianismo diz respeito à importância atribuída à distribuição da renda como elemento constitutivo do funcionamento de uma economia capitalista, e, principalmente, o fato dela não ser considerada como determinada apenas pelas condições técnicas de produção e sim como "*uma variável diretamente relacionada à taxa de expansão econômica - e que, além do mais, pode estar sujeita à manipulação política*". (Eichner e Kregel, 1975: 1296). Também este aspecto da obra de Joan Robinson foi enfatizado ao longo desta tese. Deve-se ressaltar que sua crítica à concepção de que a distribuição da renda é determinada apenas pelas características da técnica de produção foi o que sustentou, por um lado, sua posição na controvérsia do capital e, por outro, a preocupação com uma análise mais apurada e detalhada da tecnologia e, em particular, do progresso técnico e dos seus efeitos - via demanda efetiva - sobre a distribuição da renda.

No texto escrito em co-autoria com Amit Bhaduri, a questão foi recolocada de modo exemplar, e explicitava não apenas a idéia de que a distribuição da renda tem um forte componente político e institucional, mas também a necessidade de se incorporar a análise do progresso técnico numa teoria que pretenda explicar o funcionamento do sistema capitalista moderno:

"Sraffa mostra que o que influencia a distribuição da renda no capitalismo deve ser classificado em dois elementos separados. De um lado estão os fatores técnicos - a produtividade do trabalho e o estoque de meios de produção necessários para realizá-la... nascidas da evolução da tecnologia e da acumulação ao longo do tempo pretérito.... De modo geral, a produtividade potencial depende dos fatores técnicos, enquanto que o nível corrente de utilização [da capacidade produtiva] depende do estado da demanda efetiva.

De outro lado, a participação dos salários no produto líquido (e conseqüentemente a taxa de lucro potencial sobre o capital) depende de fatores econômicos, sociais e políticos e dos resultados da luta de classes.

Em princípio, uma dada situação técnica é compatível com qualquer distribuição de renda. Isto elimina a noção de que os rendimentos são determinados pela produtividade. Os tempos atuais provam isto, pois podemos ver uma tecnologia mais ou menos igual sendo utilizada em indústrias 'em desenvolvimento' bem como em indústrias 'desenvolvidas' com uma pequena fração da taxa salarial real.

Não é difícil colocar o segundo conjunto de influências no tempo histórico... Temos algum conhecimento de como a participação dos salários no valor do produto líquido é afetada pelo poder monopolista e pela política de preços das empresas, pela escassez relativa, pela demanda efetiva, pelo poder de barganha e pelo ambiente social e político em que opera; também

> conhecemos a 'barreira inflacionária' que faz com que os salários nominais se elevem inevitavelmente, enquanto os salários reais são reduzidos a um nível muito baixo.
>
> A primeira parte da história - as influência das mudanças na tecnologia sobre a demanda por mão-de-obra, sobre a acumulação e sobre a demanda efetiva - tem sido muito pouco discutida. Este é um sério defeito do nosso aparato teórico, pois a evolução da tecnologia é o mais importante de todos os aspectos do desenvolvimento capitalista" (Robinson e Bhaduri, 1980, FCM: 75-76, grifos nossos).

Relacionada à questão da distribuição da renda, Eichner e Kregel ressaltam que uma outra característica específica da teoria pós-keynesiana é a distinção entre nível de renda e distribuição da renda e, em particular, a idéia de que podem variar em sentidos opostos. As contribuições de Kaldor (1955-56), de Joan Robinson (1956a) e, neste aspecto, principalmente a de Pasinetti (1961-62), consideravam a possibilidade de que os trabalhadores recebam rendimentos pela sua poupança. Isto levou a que se incorporasse, no âmbito da distribuição da renda, a idéia das grandes corporações industriais, e com elas, as questões institucionais relativas, por exemplo, às políticas de preços e de distribuição dos dividendos, por parte das firmas. Enquanto a primeira foi o enfoque privilegiado por Eichner, e a segunda por Kregel, deve-se mencionar o importante trabalho de Adrian Wood, intitulado A Theory of Profits (1975). A elaboração deste livro recebeu a orientação de Nicholas Kaldor[4], mas seu autor debateu muitos e importantes aspectos do seu trabalho, também com Joan Robinson[5].

Um outro elemento importante, característico do pós-keynesianismo, é o entendimento de que o capitalismo é essencialmente uma economia monetária. Ou seja:

> "A teoria pós-keynesiana é a teoria de uma economia produtiva monetizada, em que mercadorias e trabalho são trocados por algo que, devido às suas características únicas - custo de produção nulo ou negligenciável e elasticidade de substituição nula ou negligenciável com relação a qualquer outra coisa que possa servir como estoque de valor e/ou meio de troca - pode ser chamado de dinheiro". (Eichner e Kregel, 1975: 1300).

A contribuição de Joan Robinson neste aspecto específico é mais escassa, ao menos se a avaliação se basear nos seus artigos que tenham este tema como núcleo central[6]. Mas, não há dúvida de que esta interpretação do que constitui uma economia monetária está subjacente em toda a sua obra: a de que a durabilidade dos ativos - dentre os quais se inclui o dinheiro - é o que vincula o passado imutável ao presente passageiro e ao futuro incerto e desconhecido. Não é demais lembrar que este foi o tema do seu artigo "A Parable on Savings and Investments", contemporâneo de A Economia da Concorrência Imperfeita.

---

4. Veja-se Thirlwall (1987: 172)

5. No arquivo de Richard Kahn no King's College da Universidade de Cambridge (RFK/14/129) encontra-se guardada a correspondência trocada entre novembro e dezembro de 1975 entre Joan Robinson e Adrian Wood, em torno do livro A Theory of Profits. O material, que parece bastante completo, é muito interessante porque também elucida o "método" de discussão de Joan Robinson, que se pautava na elaboração de perguntas diretas, para as quais exige respostas do tipo "sim ou não", e com as quais ia desenvolvendo o raciocínio do seu interlocutor, mostrando suas eventuais contradições.

6. Mesmo assim, pode-se dar alguns exemplos de seus trabalhos nesta área: "A Parable on Savings and Investments" (1933d) e "The Theory of Money and the Analysis of Output" (1933e). Deve-se mencionar também "The Concept of Hoarding" (1938a), "The Rate of Interest" (1951c) e "General Liquidity" (1960f). Particularmente interessante é "Own Rates of Interest" (1961d), no qual a Autora polemiza com Kaldor (1960): "Keynes' Theory of the Own Rates of Interest" sobre o conceito de preferência pela liquidez de Keynes. Para uma avaliação da "teoria monetária" na obra de Joan Robinson veja-se, por exemplo, Bricall (1985), Dillard (1989) e Graziani (1989).

Da especificação do capitalismo como uma economia monetária segue-se, na interpretação de Eichner e Kregel, a de que o gasto em investimento, contraposto ao do consumo, independe da renda em mãos do "agente econômico" em questão. Trata-se da idéia de que as decisões de consumir são limitadas pela renda do consumidor (mesmo quando se leva em conta o sistema de crédito ao consumo) e têm determinantes essencialmente distintos dos das decisões de investir, que, genericamente, são tomadas em função da expectativa de lucro. Sinteticamente, esta concepção se relaciona ao contraponto entre variáveis ex-ante e ex-post, e ao mesmo tempo, fundamenta a possibilidade do "desequilíbrio", entre, por exemplo, os lucros esperados do investimento e os lucros efetivamente auferidos. Como ressaltam Eichner e Kregel, esta concepção sustenta a análise dos determinantes do investimento, seja em termos microeconômicos (das decisões empresariais), seja no âmbito macroeconômico (da teoria do crescimento), e, o que é ainda mais importante, na relação entre estes dois níveis de análise. A taxa de crescimento efetiva, macroeconômica e agregada, da economia como um todo, é o resultado da composição multifacetada das decisões de investir individuais, desordenadas, no âmbito da microeconomia. Um bom exemplo desta formulação, por Joan Robinson, encontra-se em Exercícios de Análise Econômica:

> "As firmas estão em constante atividade, cada qual tentando crescer às custas das outras. Para tanto, investem em capacidade produtiva e ao mesmo tempo tentam aumentar a produção por unidade de despesa, isto é, reduzir custos. Na medida em que cada uma resiste à pressão das demais, o resultado da luta é o crescimento líquido para o sistema como um todo. Algumas firmas são mais progressistas que as outras, e estabelecem o ritmo. A pressão da concorrência destas firmas progressistas faz com que as outras as imitem, e a produtividade cresce em todos os lugares.... Deste turbilhão emerge uma certa taxa líquida de investimento e uma certa taxa de crescimento do produto per capita, que não está nos planos de ninguém... Quanto maior a energia, a habilidade e a ousadia das firmas, mais rápida será a taxa de investimento líquido que emerge de suas atividades coletivas.... Esta formulação representa minha visão particular do que considero ser um tratamento menos irrealista do tema do incentivo a investir.." (Robinson, 1960b: 72-73).

O desequilíbrio decorre da ausência de perfeito conhecimento, que por sua vez é a base da possibilidade de um desajuste entre as taxas "desejada", "efetiva" e "natural" (ou "potencial") de crescimento. Estes possíveis desajustes foram descritos por Joan Robinson através da analogia com as "idades metálicas", referidas anteriormente. Sua importância é revelada no quadro elaborado por Davidson (1972: 131).

O que é importante mencionar é que, no que se refere ao aspecto microeconômico desta teoria, as decisões empresariais evidentemente abrangem também a determinação dos preços. Este é, igualmente, um aspecto distintivo do pós-keynesianismo, segundo a visão de Eichner e Kregel: a concepção de que os preços são determinados em função dos custos de produção (considerados razoavelmente constantes no horizonte relevante de produção), entre os quais se destacam os salários nominais. Estes, por sua vez, são determinados em parte, pela "dinâmica malthusiana" da população, em parte pelo poder de barganha dos sindicatos, e em parte pelo grau de imperfeição do mercado de trabalho. Estes aspectos, que constituem o que hoje se conhece como "princípio do custo total", e que se relacionam tanto com o conceito de grau de monopólio quanto com a idéia de que a variável de ajuste, no âmbito empresarial, é preferencialmente o

grau de utilização da capacidade produtiva (ao invés dos preços), estão claramente presentes na obra de Joan Robinson e foram discutidos principalmente no primeiro capítulo desta tese.

De todas as características do pós-keynesianismo, a mais fundamental é a que se refere ao tempo e à história. Ao mesmo tempo em que unifica as variantes desta abordagem teórica, abre importantes áreas de contato com outras abordagens heterodoxas, entre as quais se destaca a neoschumpeteriana. Desenvolver este argumento seria, pela sua complexidade, tema de outra tese . Mesmo assim, é preciso mencionar o livro de Paolo Sylos-Labini, cujo título é justamente Oligopólio e Progresso Técnico e que foi publicado em julho de 1956, o mesmo ano da publicação de A Acumulação de Capital. Labini conheceu Joan Robinson no final de 1950, quando chegou a Cambridge, depois de ter passado um período em Harvard, sob a orientação de Schumpeter. No início de 1956, quando ainda estava escrevendo seu livro, Labini recebeu uma versão preliminar de A Acumulação de Capital, e deu-se o início de uma correspondência entre ambos, em torno do conceito de progresso técnico viesado. Mas, o que aparentemente também foi importante para Labini, é que ele constatou que o tratamento dado por Joan Robinson ao princípio do custo total "*mostrou que ela não tinha preconceitos com relação à teoria da formação de preços. Àquela época, os economistas de renome que levavam o princípio do custo total a sério eram uma pequena minoria ... e, o que é interessante, a teoria da formação dos preços de Kalecki é perfeitamente consistente com o princípio do custo total*" (Labini, 1989: 871-872)[7].

Mesmo sem analisar os trabalhos de Joan Robinson sobre este tema do "tempo" e da "história" - como, por exemplo, "A Lecture Delivered at Oxford by A Cambridge Economist" (1953e), "History versus Equilibrium" (1974a) ou "Time in Economic Theory" (1980c) - deve-se mencionar o seu livro Filosofia Econômica (1962a), do qual merece destaque, no que diz respeito ao tema desta tese, o quarto capítulo, em que a Autora enfatiza a herança keynesiana, especialmente pelo fato dela ter trazido o tempo e a história de volta para o âmbito da teoria econômica[8], e no qual oferece uma posição de destaque para a questão do progresso técnico.

> "Embora Keynes não fosse um historiador, a Teoria Geral abriu um enorme campo para o exame analítico da história econômica. Antigamente, não havia qualquer ligação entre a história e a teoria, exceto pela agora desacreditada interpretação dos movimentos de preço em termos da oferta de ouro.
>
> Em história, aprendemos que a principal mola propulsora do desenvolvimento foram os inventos técnicos. Em teoria, a maioria dos exercícios era elaborada em termos de um 'dado estado de conhecimento'. As inovações eram uma questão especial e difícil. Mesmo quando tratadas, o argumento era conduzido em termos da comparação entre duas posições, com diferentes estados de conhecimento, cada qual em equilíbrio prévio. (Schumpeter, que trouxe uma edição alterada de Marx à doutrina acadêmica, fez seu sistema depender das inovações, mas ele estava um tanto quanto afastado do centro da ortodoxia. Só depois de Keynes ter rompido os limites, é que Schumpeter encontrou um lugar). Em história, aprendemos sobre o crescimento e declínio dos sistemas econômicos. Em teoria, havia um conjunto de princípios que governavam a vida na ilha de Robinson Crusoé, [a vida] dos camponeses míticos que trocavam tecidos por vinho e [a vida] na City de Londres ou de Chicago.

---

7. No prefácio à terceira edição italiana de Oligopólio e Progresso Técnico, em 1963, o Autor relata que uma edição preliminar à publicação havia circulado, de forma restrita, entre alguns economistas, e que fez os agradecimentos pelas críticas que recebera depois da edição de 1956 nos pontos específicos a que elas se referem. A correspondência entre Joan Robinson e Labini em torno do conceito de progresso técnico viesado foi mencionada anteriormente. É interessante assinalar que em Labini (1989: 872) o Autor recorda um encontro que teve com Joan Robinson no Brasil, em 1979, durante um ciclo de seminários na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

8. Para a análise mais aprofundada deste tema na obra da Autora veja-se, por exemplo, Bhaduri (1985), Gram (1989a), Harcourt (1990a), Bharadwaj (1991), Burstein (1991), Emami (1992) e Salanti (1996).

Em história, as nações têm muitas formas e tamanhos, com variadas características geográficas e tradições sociais. Em teoria havia apenas A e B, trocando bens semelhantes, cada qual com uma dotação de fatores idênticos em todos os aspectos, exceto por suas quantidades relativas.

Em história, cada evento tem sua conseqüência, e a pergunta 'o que teria acontecido se aquele evento não tivesse ocorrido?' é uma especulação sem sentido. Em teoria existe uma posição de equilíbrio, à qual o sistema chegará, não importa de onde comece.

A Teoria Geral rompeu a barreira artificial e reuniu a história à teoria. Mas, para os teóricos, a descida ao tempo não tem sido fácil. Depois de vinte anos, a princesa desperta ainda está confusa e tonta" (Robinson, 1962a: 74-75, grifos nossos).

É também neste livro que se encontra a passagem mais esclarecedora sobre a relação entre a "escolha da técnica" e a política econômica e - principalmente a política social. A questão é tão difícil que Joan Robinson chega a sugerir que a teoria econômica é, neste aspecto, fraca conselheira. A complexidade e a clareza com que ela expõe seu ponto de vista justificam a transcrição do trecho relativamente longo.

"A escolha da técnica, quando existem vários métodos disponíveis para o mesmo produto [é] um campo encoberto por dois preconceitos opostos. Um é o apelo esnobe dos equipamentos mais novos, altamente automatizados, e o outro é o apelo sentimental dos artesãos comunitários.

Para encontrarmos a saída do nevoeiro, devemos primeiro propor duas regras simples que apelam ao senso comum. Primeiro, nenhum equipamento deve ser sucateado nem nenhum método de produção deve ser rejeitado, enquanto os insumos que eles utilizam e a força de trabalho que os opera não puderem encontrar uma utilização melhor. As melhores técnicas devem estar incorporadas em investimento novo, mas o novo não substitui o velho, trabalha ao seu lado. Até que todos os trabalhadores estejam equipados com o melhor, um equipamento inferior é melhor do que nada. Em segundo lugar, nenhuma técnica deve ser escolhida apenas porque gera emprego. O objetivo da operação não é conseguir a melhor estatística de emprego total, mas o de aumentar a produção (colocar a questão em termos de técnicas intensivas em trabalho é enganoso; a vantagem do artesanato está em ser poupador de capital, e não em ser intensivo em mão-de-obra).

Restam os casos genuinamente duvidosos, em que uma técnica menos intensiva em capital, com um produto per capita inferior, promete mais produto por unidade de investimento, ou um retorno sobre o investimento mais rápido. Tem-se argumentado que neste caso a política correta é escolher a técnica que gera a maior taxa de excedente, de modo que faça a maior contribuição para a acumulação seguinte. À primeira vista, o argumento parece razoável, uma vez que o objetivo da operação é o desenvolvimento. Mas se olharmos de perto, isto não é tão óbvio. O excedente que uma técnica gera é o excesso de produto líquido sobre o valor dos salários dos trabalhadores que a operam. Um excedente maior significa uma taxa de crescimento do produto e do emprego maior, começando de um início menor. As técnicas mais poupadoras de capital geram mais produto e pagam mais salário. É por este motivo que elas geram um excedente menor.

Existe uma escolha entre geleia hoje e mais geleia depois de amanhã. O problema não pode ser resolvido por qualquer tipo de cálculo baseado em 'descontos do futuro', pois os indivíduos relacionados às perdas e os que auferem os ganhos são outros. Quando se escolhe a técnica mais mecanizada, de maior excedente, a perda recai sobre aqueles que teriam sido empregados se a escolha tivesse sido outra. O benefício do seu sacrifício poderá chegar mais tarde, mas eles podem não sobreviver para vê-lo. A escolha deve ser feita de um modo ou de outro, mas os princípios da Economia do Bem Estar não ajudam a estabelecer o critério.

Na verdade, num alto grau de generalidade, não há nada que a teoria econômica possa dizer ao planejador exceto 'não dê ouvidos àqueles que dizem que você quer isso ao invés de aquilo - agricultura ao invés da indústria; exportações ao invés de produto doméstico; indústria leve ao invés da pesada. Você sempre quer ambos'" Robinson (1962b: 114-116).

Entre outras, passagens como esta parecem justificar a caracterização do livro como "melancólico", o que foi ressaltado por alguns dos resenhistas[9]. O que é interessante, é que uma parte deles chamou a atenção para o contraponto entre a visão de Joan Robinson e a de Milton Friedman, no que diz respeito à relação entre a ciência econômica, a economia política e - porque não - a política econômica[10]. O único resenhista que aprovou entusiasticamente o livro foi Harcourt (1963c: 493): "*... pode ser enfaticamente recomendado aos economistas que se preocupam com as implicações sociais e políticas de sua disciplina, aos estudantes impacientes com a aparente aridez daquilo que lhes ensinam; e aos políticos e eleitores que queiram saber como é que as doutrinas do passado afetam os atos e fatos da atualidade*".

As atividades políticas de Joan Robinson estão tratadas no Apêndice I desta tese. Ela tinha também uma grande preocupação com o ensino de economia: no rol de suas contribuições encontram-se não apenas alguns ensaios sobre este tema[11], como três livros explicitamente didáticos, o primeiro dos quais - Introdução à Teoria do Emprego (1937) - foi mencionado no primeiro capítulo desta tese[12]. Os outros dois são Exercícios de Análise Econômica (1960) e Introdução à Economia (1973), este escrito em co-autoria com John Eatwell, dois anos depois dela se aposentar.

Pode-se considerar que, precisamente devido ao objetivo didático, estes dois livros representam uma síntese final das idéias da Autora (apesar dos trezes anos que os separam) - dirigidas a um público com o qual não precisa polemizar. Neste sentido, o conteúdo de ambos serve como indicador de nossa tese principal: a de que Joan Robinson trata o oligopólio como um "dado" e defende a necessidade da teoria econômica abraçar o estudo do progresso técnico.

O caráter didático dos Exercícios de Análise Econômica está na apresentação de algumas formulações algébricas simples[13] e na proposição de exercícios geométricos aplicados a temas que vão da construção do modelo da concorrência perfeita à "pseudo-função de produção" - que ela recomenda sejam resolvidos em grupos de estudo e discussão. A seção mais interessante, do ponto de vista desta tese, é a quarta parte, cujo objetivo é "*delinear uma teoria da firma em que o tempo é considerado com seriedade, levando à discussão da política de preços*" (Robinson, 1960b: vi)[14]. Na verdade, a Autora ultrapassa bastante este objetivo, e trata de vários outros aspectos da teoria da firma, que, aliás, é tratada também em outras seções do livro.

Um dos aspectos mais interessantes é o que diz respeito à inovação tecnológica como estratégia de concorrência das firmas. Para Joan Robinson, o desenvolvimento tecnológico é introduzido pela luta concorrencial:

---

9. Veja-se Baran (1963) e Boulding (1963).
10. Por exemplo, Boulding (1963: 658): "*Se Milton Friedman acredita demais na ciência econômica e a Sra. Robinson* [acredita] *de menos, talvez pudessem se unir - com a mediação dos sociólogos*", ou Jaffe (1963: 164): "*A questão central é saber se é possível separar a economia* [economics] *da economia política. A Sra. Robinson argumenta que não. Sua posição é diametralmente oposta à de Milton Friedman, que propõe ser possível formular uma 'economia positiva', independente, como ele diz, 'de qualquer posição ética particular ou juízo normativo'*".
11. O inédito "Teaching Economics" (1932c), "Teaching Economics" (1960e) e "Opening Remarks" (1967q). Veja-se também Emami (1992 e 1994).
12. Além dos panfletos didáticos dirigidos às associações sindicais, igualmente mencionados no primeiro capítulo, e que refletem seu compromisso didático e político.
13. Veja-se Robinson (1960b: 25, 30 e 80-81).
14. Boa parte dos resenhistas, no entanto, considera que a maior qualidade do livro é o fato de apresentar uma "tradução", em termos mais simples, da essência do difícil e complexo núcleo central de A Acumulação de Capital. Em geral, o livro-texto foi bem aceito.

"O sucesso do capitalismo está ligado ao progresso técnico... As economias da divisão do trabalho, que ocorrem quando um grande grupo de trabalhadores está organizado numa empresa, e o desenvolvimento de máquinas elaboradas, que envolvem princípios científicos complexos, elevam tanto a produtividade destes trabalhadores ... que o auto-emprego não os permitiria sobreviver na concorrência.

Estas técnicas avançadas são introduzidas umas depois das outras na luta competitiva entre as firmas...". Robinson (1960b: 74-75)

Em particular, não há qualquer compromisso, por parte das estratégias tecnológicas adotadas pelas firmas, com a manutenção do nível de emprego:

"O dever da firma é escolher a forma de investimento que promete o maior lucro sobre o montante a ser investido, pois é o lucro que lhe fornece munição para sua luta constante de sobrevivência e expansão...

...

Se existir uma técnica que é superior às outras, no sentido de que um investimento de um dado montante numa fábrica daquele tipo gera a maior taxa de produto, enquanto requer uma quantidade menor de mão-de-obra para operá-la, não há problema - esta é a técnica a ser escolhida". (Robinson, 1960b: 88-89)

Na formulação deste livro, Joan Robinson considera como inovações não apenas a criação e adoção de novos métodos de produção. O termo é utilizado no sentido schumpeteriano, isto é, abrange também a criação de novos produtos de consumo, bem como a estratégia de diversificação da produção, por parte da firma. Este é precisamente o marco inicial da referida quarta parte do livro. Chama a atenção o fato de que Joan Robinson adota várias contribuições que são geralmente atribuídas aos autores da assim chamada "moderna teoria do oligopólio", como Joseph Steindl e Edith Penrose, para citar apenas os mais evidentes. Possivelmente por se tratar de um livro-texto, ela não faz as devidas referências bibliográficas, e os únicos agradecimentos, no prefácio, se dirigem a J.E. Meade e a A.K. Sen[15].

Joan Robinson retoma algumas das questões que havia deixado em aberto nos seus textos anteriores, inclusive em suas autocríticas à Economia da Concorrência Imperfeita. Uma delas é a que diz respeito aos conceitos de indústria e mercado.

"Os bens produzidos pelo homem (em particular na era atual dos materiais sintéticos) não podem ser rigorosamente classificados segundo sua natureza técnica (sapatos de borracha e de couro são uma mesma mercadoria?), nem segundo os desejos que suprem, especialmente se o padrão de vida for superior ao das necessidades básicas (os tênis devem ser classificados como calçados ou como equipamento esportivo?). Além disso, os próprios desejos se tornam confusos, sob o impacto da propaganda e da pressão de vendas.

Tanto os produtores quanto os vendedores manejam um certo conjunto de mercadorias, e não uma apenas. A ligação de um grupo de produtores a uma mercadoria específica é temporária - os trabalhadores podem mudar-se e as fábricas podem ser adaptadas para produzir linhas de bens totalmente diferentes, à medida que uma se torna mais lucrativa que outra.

A concorrência entre vendedores não se limita à oferta de bens idênticos ao menor preço, mas entra no próprio projeto do bem, assim como nas multifacetadas formas de induzir ao consumo. As condições de oferta e demanda nunca são, nem se espera que sejam, constantes de semana para semana ou de ano para ano, mas se modificam num fluxo contínuo de alterações...

Na indústria de transformação a especialização é apenas uma questão de tempo, pois a mão-de-obra acostumada à produção mecanizada de qualquer tipo pode aprender rapidamente

15. Os arquivos do King's College da Universidade de Cambridge guardam três textos com os comentários de Meade. Veja-se, na bibliografia anexa, os inéditos Meade (1958a, 1958b e 1958c).

qualquer outra técnica e os recursos financeiros podem ser incorporados em qualquer tipo de equipamento..." (Robinson, 1960b: 167-168).

Ela chama a atenção para o fato de que não é preciso considerar que os produtos sejam homogêneos para que se possa classificá-los como constituintes de um mesmo "mercado".

> "Os produtos manufaturados podem ser classificados de acordo com o mercado que suprem, de modo que tratamos como mesma mercadoria coisas que são substitutas próximas do ponto de vista do comprador. Os produtos de produtores diferentes nunca são totalmente intercambiáveis, pois cada fonte de oferta tem seu próprio estilo, sua própria reputação, credibilidade e assim por diante, e sua própria localização geográfica. Ao mesmo tempo, tudo, num certo sentido, concorre com tudo o mais, como possível objeto de dispêndio. Tudo é uma questão de grau. De modo simples e direto podemos mapear todo o fluxo de produtos em mercados distintos, vendo o assunto do ponto de vista da demanda, e de modo que as mercadorias oferecidas num mercado são substitutas mais próximas do que qualquer mercadoria classificada como externa à oferta daquele mercado". (Robinson, 1960b: 170).

De forma semelhante, o conceito de "indústria" usa a idéia de que os produtos sejam fabricados com técnicas semelhantes, mas não necessariamente idênticas. Além disso, o caso geral é constituído pelo fato de que uma mesma firma pode servir vários mercados:

> "De um modo semelhantemente simples e direto, os produtos podem ser agrupados em ramos que tenham um método de produção comum, seja ele identificado pelo material utilizado, pelo tipo de técnica ou pelo tipo de objeto produzido. As firmas que compõem um único ramo, em geral, servem a vários mercados. Não há, por exemplo, substitutibilidade entre a demanda de bolas de tênis e pneus, entre sapatos masculinos e femininos, ou entre tratores e motocicletas. Os limites de um ramo são definidos pelo critério da capacidade produtiva que pode ser transferida de uma linha de produção para outra, de modo mais simples do que se tivesse que atravessar os limites. Isto depende em parte da versatilidade do equipamento existente e em parte do corpo de conhecimento técnico disponível para as firmas em questão, mas depende também de suas relações comerciais, de modo que pode haver produtos produzidos em conjunto por nenhuma outra razão a não ser a de que é conveniente e costumeiro vendê-los em conjunto". (Robinson, 1960b: 170)

Também a separação entre o conceito de "firma" - que tem um caráter institucional e jurídico - do conceito de "fábrica" - que diz respeito à unidade técnica de produção, aparece com clareza:

> "A capacidade produtiva de um ramo industrial a qualquer momento consiste de um conjunto de estabelecimentos, cada um como uma entidade distinta como uma fábrica, equipada para um certo conjunto de produtos e capaz de oferecer emprego a uma mão-de-obra apropriada. Os estabelecimentos, ou fábricas, são controladas por firmas...
>
> Uma firma pode controlar uma ou mais fábricas e cada firma em geral participa de mais de um ramo. Para considerações de questões que dizem respeito à produção, a fábrica é mais conveniente do que a firma, enquanto que a firma é a unidade apropriada para considerar questões de política e o recebimento e dispêndio de lucros.
>
> Cada uma das fábricas pode estar servindo a vários mercados distintos. A firma pode ter controle de alguns dos mercados que ela serve, sem ter rivais próximos. Em outros, a concorrência pode ser mais ou menos ativa. Em outros, ainda, ela tem que enfrentar não apenas os demais membros do mesmo ramo como os membros de ramos bastante diferentes" (Robinson, 1960b: 170-171).

Além disso, Joan Robinson discute os determinantes do tamanho dos ramos e, relacionada a esta questão, do grau de concentração industrial. Ela faz referência às barreiras à entrada, à escala da entrada, à possibilidade de convivência pacífica de pequenos e grandes produtores e ao papel potencialmente disruptor do progresso técnico.

> "O número de firmas num ramo industrial específico, em qualquer momento, representa um acidente histórico. Naqueles em que a entrada é fácil, e pode ser feita em pequena escala, o número de firmas pode ter sido estável por algum tempo, ou mesmo crescente, mas nunca é possível predizer quanto tempo esta situação pode durar, pois a qualquer momento o progresso técnico e a emergência de um construtor de impérios ambicioso pode dar início a um processo de concentração. Às vezes, algumas firmas podem ter crescido mais rapidamente que o ramo, absorvendo ou destruindo as outras. Um único gigante pode já ter a posse do ramo ou o processo de concentração pode ter sido barrado quando dois ou três sobreviventes temem desafiar-se à última luta. Freqüentemente, as grandes firmas estão cercadas por uma franja de pequenas, cuja existência elas toleram, e de tempos em tempos um novo desafiante aparece e se estabelece como um rival importante.
>
> O grau de concentração de um ramo, no sentido do tamanho das firmas que o compõem em relação ao produto total não é a mesma coisa que a extensão do monopólio no mercado que supre. Um ramo muito pouco concentrado, composto de um grande número de firmas relativamente pequenas pode conter vários monopólios fortes de produtos específicos, enquanto que outro pode ser integrado por apenas duas ou três firmas que concorrem entre si e com outros produtos de outros ramos, em todos os mercados de que participam". (Robinson, 1960b: 171-172).

É particularmente interessante a visão de Joan Robinson no que diz respeito à capacidade de crescimento de um ramo industrial, acima do crescimento da economia como um todo. O elemento determinante deste processo é a capacidade de inovação técnica, tanto no sentido redutor de custos quanto no de apresentar novos produtos:

> "Um ramo industrial cresce acima da taxa de crescimento geral [da economia] quando a elasticidade-renda para o seu conjunto de produtos (tomados como um todo) for maior que um, de modo que uma parcela mais que proporcional da demanda crescente total se dirige a este ramo. E ele pode crescer a uma taxa superior à taxa de crescimento geral se usufruir de uma taxa acelerada de progresso técnico, que ao reduzir os custos dos velhos produtos, reduz seus preços e eleva a demanda, e, ao introduzir novos produtos, atrai nova demanda.
>
> Em ambos os casos, os lucros realizados no ramo serão, provavelmente, maiores que a taxa geral [de lucros]... A demanda pode expandir-se ao mesmo ritmo que a oferta ... [e] ... os custos podem reduzir-se mais que os preços, gerando altas margens de lucro. Os lucros altos são o combustível para a expansão, tanto das firmas que se autofinanciam quanto das outras, por tornar o empréstimo mais fácil. Ao mesmo tempo, a expectativa de lucros altos atrai novas firmas ativas e progressistas, e reanima as velhas". Robinson (1960b: 172-173).

E mais adiante, ela enfatiza o caráter mutável da estrutura industrial face ao dinamismo das empresas inovadoras:

> "Num ramo em expansão, pode-se imaginar que cada firma permanece com um tamanho constante e que o número de firmas cresce com o aumento da produção; ou que cada firma cresce até um tamanho determinado e depois se estabiliza, de modo que em qualquer período o crescimento é imputado parcialmente à expansão de firmas de meia-idade e parcialmente ao surgimento de novas empresas. O número de empresas pode ser constante e cada uma pode estar crescendo a uma proporção mais ou menos igual; ou o número de firmas pode ser decrescente, pois as mais ambiciosas e bem sucedidas eliminam ou compram as rivais mais fracas, ou fundem-se com as de sua categoria. Em qualquer dos casos, a capacidade produtiva

aumenta e isto decorre parcialmente do surgimento de novas fábricas (seja pelas velhas firmas, seja pelas novas), e parcialmente da ampliação das antigas (que podem ou não ter trocado de dono), e parcialmente dos aprimoramentos técnicos introduzidos.

O caso mais comum, num ramo tecnicamente progressista, é aquele em que o número de fábricas aumenta, enquanto o número de firmas cai". Robinson (1960b: 174).

Também é importante ressaltar que as estruturas dos diferentes ramos industriais são essencialmente assimétricas, isto é, que alguns são caracterizados pela entrada fácil, enquanto em outros há impedimentos ao investimento. Conseqüentemente, também a estrutura dos lucros é diferenciada:

"As diferenças entre ramos, no que se refere ao nível de lucros, depende da facilidade com que pode ocorrer a entrada de novos concorrentes. Se fosse igualmente fácil entrar em qualquer um, a uma escala relativamente pequena, pequenas diferenças de lucro esperado seriam suficientes para atrair investimentos para os ramos em expansão e impedir que os lucros esperados crescessem acima do nível geral. Por outro lado, onde há impedimentos a investir (recursos naturais limitados, restrições monopolistas ou uma escala de investimento mínimo grande), os lucros esperados podem ser superiores à média mesmo em ramos que não se expandem". (Robinson, 1960b: 173).

Embora a abordagem da Autora possa dar a impressão de que "tudo pode acontecer", ela mostra que o processo de crescimento, diversificação e inovação tem, em geral, regras razoavelmente definidas. As firmas têm critérios bastante claros para tomar suas decisões de produzir, investir e inovar:

"Um firma que esteja estudando a possibilidade de investir deve considerar qual é a melhor alternativa. O conjunto de produtos que ela pode pensar em produzir é mais ou menos limitado pelo conhecimento tecnológico e experiência de sua equipe, pelas sua ligações comerciais, e assim por diante. Dentre estas possibilidades, a que mais atrai é aquela na qual ela acredita ter alguma vantagem relativa às suas rivais, ou uma nova idéia que ainda não tenha sido explorada. As alternativas mais disponíveis são as que se referem à atividade que ela já conhece, no ramo a que pertence, e entre estas, ela pensa primeiro nas linhas cuja demanda parece estar insatisfeita no momento, ou que pode se expandir num futuro próximo". Robinson (1960b: 175-176).

Há também critérios razoavelmente claros no que diz respeito à determinação dos preços. Estes levam em conta a política adotada pelas firmas rivais, a necessidade de incorrer em custos de venda (inclusive a intermediação do comércio), o receio das retaliações das concorrentes. Neste caso, o usufruto de segredo industrial, formalizado por meio de patentes, dá vantagens adicionais à firma em questão.

"Tendo escolhido um produto hipotético, [a firma] leva em consideração a receita esperada. Aqui aparece a questão dos preços. Nas linhas principais já existe um preço estabelecido no mercado, seja o preço do comprador final, seja o conjunto de descontos necessários para conseguir um intermediário. A firma tem pouco espaço de manobra e estabelece o preço que é possível cobrar nas condições dadas de mercado. Entrar num mercado do qual ela ainda não participa pode significar que ela precisa oferecer descontos maiores ou ter custos de venda especiais. Reduzir o preço para o consumidor final pode ser um jogo perigoso que incita uma retaliação mais aberta do que as pressões do esforço de vendas. Além disso, a firma se defronta com seus pares e, embora concorra com eles, pode não querer enfrentar sua ira.

Quando a firma produz especialidades que diferenciam seu produto do das demais, ela deve considerar qual o melhor preço a ser cobrado. Este é o assunto mais tratado nos manuais, mas os homens de negócios, em geral, o desconsideram dizendo que 'é claro que o preço deve ser correto', isto é, que o preço deve parecer razoável em relação aos outros produtos do mesmo tipo - nem tão alto a ponto de colocá-lo em desvantagem, nem tão baixo a ponto de desperdiçar uma

receita potencial. Sem dúvida alguma, o 'instinto empresarial' tem mais a dizer sobre o assunto do que o cálculo, embora em alguns casos a pesquisa de mercado é trazida à baila para oferecer dados para a tomada de decisão.

Quando a firma tem algum produto bastante novo em mente - por exemplo, um substituto para um produto velho, muito mais barato de ser produzido e protegido dos imitadores por meio de patentes ou de um segredo técnico - ela tem um conjunto muito maior de alternativas possíveis. Ela pode escolher um preço, para o novo produto, em base do preço do velho, de modo a obter uma margem de lucro maior por mais tempo (e possivelmente preparar-se para reduzir o preço drasticamente) ou ela pode tirar vantagem do custo reduzido e diminuir o preço para aumentar as vendas". Robinson (1960b: 175-176).

No que diz respeito à decisão sobre quantidades, Joan Robinson levanta a questão das economias de escala, inclusive fiduciárias, e as previsões sobre a obsolescência técnica:

"Tendo estabelecido as hipóteses sobre preços, a firma deve considerar o volume de vendas que espera da nova fábrica, os custos de venda que terá que ter e por quanto tempo, e as possibilidades de conversão da fábrica para outros usos quando o primeiro deixar de ser lucrativo.

Tendo formado suas expectativas sobre as receitas, ela considera o fluxo dos custos sobre o tempo em que o investimento deve ser amortizado.

A escala do investimento pode ser determinada por considerações técnicas. Se a firma for poderosa, com ampla capacidade de financiamento, ela escolherá a fábrica que acredita ter o tamanho mais eficiente para o uso em questão. Se tiver limitações financeiras, ela pode ficar satisfeita com menos, e ter custos maiores ou usufruir de uma margem de lucro menor do que suas rivais maiores, esperando ser capaz de crescer a partir dos lucros realizados e de adquirir a escala tecnicamente ótima posteriormente.

Ela deve considerar o curso futuro dos custos sobre o tempo de vida útil do investimento: se os aprimoramentos técnicos serão ou não possíveis neste esquema; qual é o curso futuro das taxas salariais, do preço dos materiais, da energia, etc...

Comparando as receitas esperadas e os custos esperados, ela deve decidir se o investimento, em primeiro lugar, gerará lucro suficiente que o justifique e, em segundo lugar, se há alternativas melhores". Robinson (1960b: 177-178).

Uma característica importante da formulação de Joan Robinson é a que diz respeito ao "princípio do custo total". Já se destacou que ela parece ter uma interpretação excessivamente rígida do conteúdo do referido princípio. Isto se deve ao fato dela atribuir a "alguns economistas" a "interpretação literal" da idéia de que os preços são determinados pelos custos de produção, sem qualquer interferência, seja da demanda, seja dos preços dos demais concorrentes, já estabelecidos ou potenciais. Além disso, ela parece considerar que, pelo princípio do custo total, o preço tende a ser instável, variando imediata e diretamente com as alterações dos custos. Sua interpretação, às vezes, não considera que o princípio do custo total serve para explicar a relativa estabilidade dos preços. De qualquer modo, é interessante lembrar que na sua crítica, Joan Robinson enfatiza a importância de se levar em conta, na explicação da determinação dos preços (e de sua variação), os aspectos relativos à demanda e à estratégia das empresas rivais:

"Um empresário pode em geral dizer (e alguns economistas o interpretam literalmente) que os preços são determinados pelos custos de produção, mas ... os preços não podem ser determinados apenas pelos custos, sem levar em conta as condições de mercado. O empresário não espera realmente que acreditemos que ele primeiro incorre em custos e depois fixa os preços para cobri-los sem fazer qualquer pesquisa sobre o estado da demanda.

....A principal influência sobre os preços estabelecidos por uma firma (exceto nos casos em que a firma tenha uma ampla escolha de políticas possíveis) são os preços já estabelecidos pelos outros. Para cada firma (mesmo quando a concorrência é muito imperfeita) os preços são mais ou menos limitados pelas condições de mercado, e sua tarefa não é a de fixar preços que

cubram os custos, mas a de encontrar coisas que possam ser produzidas a custos que tornem os preços dados lucrativos.

A relação entre custos e preços é muito mais complexa, sutil e variada do que qualquer empresário ou manual de economia consegue admitir". (Robinson, 1960b: 182-183)[16].

É preciso ressaltar, conforme já se afirmou anteriormente, que a crítica da Autora com relação à interpretação literal do princípio do custo total não significa, de modo algum, que ela adote o princípio ortodoxo. Ela prefere considerar que a firma escolhe os métodos de produção cujos custos sejam compatíveis com os preços "de mercado" mas não aceita a imagem da firma "tomadora de preços". Além disso, considera a política de determinação de preços sob a inspiração explícita da "curva de demanda quebrada", no sentido de que, por levar em conta a reação dos concorrentes, a firma dá preferência a outras alternativas, como, por exemplo, a redução dos custos através do aumento da eficiência da produção e/ou, até mesmo, a redução da qualidade do produto.

"Uma das escolhas que estão abertas para uma firma é a alteração do preço pelo qual ela oferece seu produto. [Mas] ela não é capaz de conhecer, com precisão, os efeitos de uma alteração de preços...

...

Quando a firma acha que é capaz de vender sua produção normal ao preço corrente, ela possivelmente não o alterará, ainda que as receitas esperadas de um outro preço o tornasse atraente. Mas quando as receitas estão abaixo do normal, ela reagirá, de um modo ou de outro.

...As vendas podem estar abaixo do nível de produção da capacidade... como decorrência da queda da demanda pelos produtos do ramo ao qual a firma pertence (seja devido a uma crise geral ou a circunstâncias específicas a este ramo), ou como conseqüência do crescimento da capacidade produtiva acima da demanda, o que faz com que cada firma sinta que a concorrência está mais acirrada do que costumava ser. Pode ainda ser devido a alguma razão específica à firma... Uma firma que se encontra nestas circunstâncias pode tentar reduzir seus custos...

O esforço de redução de custos pode tomar a forma de aprimoramentos genuínos na eficiência; ou de redução da qualidade do produto, que se espera passar despercebida dos consumidores; ou, quando o ramo inteiro está afetado, da pressão de corte das taxas salariais...

... A firma pode acreditar que tanto uma elevação quanto uma redução do seu preço reduzirá sua receita - a elevação [reduz a receita] porque ela perderia clientela para as firmas rivais que não elevariam seus preços, e a queda [reduz a receita] porque as outras firmas não lhe permitiriam ganhar seus consumidores (esta situação é freqüentemente descrita por uma 'curva de demanda quebrada')". (Robinson, 1960b: 187-190, grifos nossos).

Vale ressaltar que a "curva de demanda quebrada" também não deve ser adotada dogmaticamente como instrumento de análise:

"O puro interesse próprio e individualismo podem evitar que a firma reduza os preços. A firma também pode ser influenciada pelo sentimento de que ... o corte de preços é uma forma de competição indesejável e perigosa, que seria errado introduzir num ramo bem comportado. Finalmente, ela pode estar restringida por um acordo com seus concorrentes, que a proíbe de reduzir preços ou penalize as vendas acima de uma cota acordada.

... [Mas] a situação pode ser tal que a firma acredite que um corte dos preços elevaria sua receita ... ao menos o suficiente para cobrir a elevação dos custos primários decorrentes da produção extraordinária...

Se a firma não estiver proibida de fazê-lo, por qualquer acordo, e se não estiver inibida pela solidariedade com relação ao restante do ramo, e não temer a dificuldade de elevar os preços novamente se necessário no futuro, ela reduzirá os preços. Isto não significa, é claro, que os lucros esperados sejam realmente auferidos pela firma.

16. O mesmo argumento reaparece em Robinson e Eatwell (1973: 180-181).

> A redução dos preços pode ser iniciada por uma firma que tenha uma posição forte, na esperança de que as rivais com dificuldades financeiras sejam varridas do ramo, de modo que a firma agressora fique no comando da situação quando a demanda se recuperar. No sentido inverso, o corte de preços pode ser iniciado por firmas que estejam numa posição muito fraca, como um último e desesperado esforço de vendas para evitar o colapso. Pode ainda ser iniciada por uma firma que apenas teme que outra comece antes". (Robinson, 1960b: 191-192).

Para Joan Robinson, a política de preços não é a única estratégia importante, e deve, na verdade, ser combinada com outras, tais como alterações na qualidade do produto e o esforço de vendas. Principalmente, é preciso considerar que as estratégias são adotadas num mundo com incertezas e sem possibilidade de se fazer ensaios do tipo "tentativa e erro".

> "Mudanças na qualidade, nos preços e custos de venda estão interrelacionados nos seus efeitos sobre a demanda... um corte nos preços tem maior probabilidade de elevar as vendas se for acompanhado da propaganda apropriada. A firma deve decidir qual combinação de política deve ser adotada, e rapidamente, sem tempo de experimentar o método de tentativa e erro, ou de fazer pesquisas. Ela nunca saberá de fato qual combinação [de estratégias] será mais efetiva... A grande variedade de circunstâncias que a firma enfrenta, e a grande variedade de estratégias possíveis em qualquer conjunto de circunstâncias impossibilita que se formule qualquer generalização simples sobre o que pode ocorrer ". Robinson (1960b: 192-193)[17].

O livro escrito mais de uma década depois, em co-autoria com John Eatwell, tinha por objetivo "*extrair do ensino tradicional e contemporâneo os elementos que podem contribuir para uma compreensão dos problemas atuais*" (Robinson e Eatwell, 1973: 53). Os autores se contrapõem didatica e implicitamente à visão de Milton Friedman, tomando como ponto de partida a explicitação de que a teoria econômica, como um ramo das ciências sociais - e diferentemente das ciências naturais - não tem como testar suas hipóteses empirica e objetivamente. Mais do que isso, mesmo quando as previsões se mostram corretas, não significa necessariamente que a teoria esteja correta. No sentido inverso, quando as previsões se mostram erradas, o erro pode ser da teoria ou de sua interpretação.

> "As doutrinas, interpretações e teorias que constituem a tradição do ensino de economia são desenvolvidas e expostas por um método de análise peculiar ao assunto. Este método consiste em selecionar no fluxo da História (incluindo-se o presente como História) elementos como mercadorias, preços, unidades monetárias, terra cultivável, equipamento produtivo, empregadores, trabalhadores e proprietários de riqueza, em especificar o ambiente econômico no qual eles interagem, e estabelecer um modelo no qual suas interações operam numa lógica quase matemática.
>
> Um modelo representa uma hipótese sobre a realidade. Nas ciências naturais, as hipóteses podem ser testadas mediante evidências tiradas da experiência. Mas uma hipótese sobre a sociedade não pode ser testada, da maneira como se faz nas ciências bem desenvolvidas, por experimentos controlados em laboratórios, ou por observações exatas de regularidades imutáveis da natureza. A economia deve fiar-se nas experiências trazidas dos eventos, e estas experiências não são controladas; muitas coisas ocorrem apenas uma vez. Se as previsões de um modelo se mostram mais ou menos corretas, isto pode ter sido acidental. O raciocínio que levou à previsão não é, necessariamente, justificado pelo resultado. Se as previsões se mostram incorretas, é difícil saber em que medida é o modelo que está errado, ou se a análise concreta que se baseou nele é que está errada. As relações entre um modelo e a realidade que ele pretende refletir nunca são muito bem definidas e sempre estão sujeitas a uma variedade de interpretações" (Robinson e Eatwell, 1973: 73-74)

---

17. Outras referências da Autora sobre o princípio do custo total e a curva de demanda quebrada podem ser encontradas em Robinson (1966a: 17 e 73, nota b), Robinson (1971a: 20-21), Robinson (1982b: 48-49) e Robinson e Wilkinson (1983: 89-91).

A construção de modelos, necessariamente simplificados, deve ter o cuidado de não estabelecer hipóteses descoladas da realidade. Pior do que isso, é usar as conclusões de modelos simplificados, sem mediação, na aplicação de sugestões de política econômica. O uso de gráficos, em particular, não tem por objetivo "*transmitir informações fatuais nem devem ser utilizados para provar proposições. São meramente uma maneira de descrever relações que seriam complicadas se expressas em palavras ou por demais simplificadas se expressas algebricamente... Devem ser usados apenas para seguir o argumento, não substituindo o próprio argumento*" (Robinson e Eatwell, 1973: 77).

No que diz respeito ao tema desta tese, vale a pena mencionar o quarto capítulo (do Livro II), que se intitula Mudança Técnica. O ponto de partida é o reconhecimento de que o modelo de uma economia capitalista "com apenas uma técnica de produção" não corresponde à realidade, já que o próprio sistema capitalista "*se desenvolveu e floresceu através da contínua inovação nos métodos de produção, de organização, de transporte, de comércio, nas finanças, e nos meios de controle da força de trabalho*". (Robinson e Eatwell, 1973: 127). Este processo, além disso, constitui sua força motriz e a fonte de seu sucesso. Os autores adotam as definições schumpeterianas de invenção e inovação:

> "As invenções podem ser o resultado de pesquisas intencionais ou de idéias brilhantes fortuitas ou podem irromper como um subproduto de descobertas científicas. As inovações ocorrem quando as invenções são colocadas em prática. Há sempre um estoque de invenções potencialmente utilizáveis que ainda não foram postas em uso. O progresso técnico dá-se através de inovações que incorporam novos modelos de fábricas, novos materiais, novos processos ou novos tipos de mercadorias". (Robinson e Eatwell, 1973: 127).

O progresso técnico está profundamente enraizado no processo de acumulação, já que dificilmente o investimento, quando efetivado, não incorpora novos métodos de produção e/ou novos produtos. Além disso, está também profundamente vinculado ao mecanismo da concorrência:

> "O investimento destinado a aumentar a capacidade produtiva raramente se faz com máquinas iguais às que já se encontram em operação. O investimento incorpora continuamente novos conhecimentos técnicos, e de vez em quando, grandes mudanças - por exemplo, da fonte de energia - requerem que todo os estoque de máquinas seja transformado adquirindo novas formas.
>
> O progresso técnico afeta a natureza das mercadorias que estão sendo produzidas, assim como os métodos de produzi-las. Novos métodos de produção influenciam a natureza dos produtos, e novos produtos são inventados para valer-se dos novos métodos.
>
> Um investimento jamais é eterno, pois mesmo que o equipamento seja fisicamente durável, a lucratividade de vários produtos e métodos de produção se altera constantemente. Para continuar existindo, uma firma industrial tem de manter sua capacidade de auferir lucros substituindo o equipamento antigo por novo e deslocando-se de uma linha de produção para outra." (Robinson e Eatwell, 1973: 127-128).

Além disso, o progresso técnico exige o contínuo aprimoramento da mão-de-obra:

> "As inovações técnicas também afetam as características da força de trabalho. À medida que a tecnologia se torna mais sofisticada, é preciso um nível de educação mais elevado para que os trabalhadores se adaptem às qualificações especiais requeridas. Toda nação industrial julga necessário prover um sistema de educação estatal. (O objetivo da educação já não é o de

enriquecer a vida de um cavalheiro, mas antes, suprir um fator de produção necessário às firmas industriais). Há uma grande quantidade de investimento incorporada na qualificação especial de um trabalhador. Freqüentemente, alterações na tecnologia podem tornar determinadas qualificações obsoletas, de modo que o investimento em capital humano está sujeito a um risco que não é menor do que o investimento em máquinas, e não é fácil para um trabalhador, 'manter seu capital intacto'". (Robinson e Eatwell, 1973: 127-128).

E um pouco mais à frente:

"Toda firma que assume o risco de instalar um novo método de produção sabe que, cedo ou tarde, o lucro sobre o investimento será corroído pela concorrência de novos aprimoramentos. Por que, então, se introduzem novos métodos? A resposta é que cada uma receia que, se não tirar proveito de um novo método, alguma outra firma o fará. Em qualquer fase específica da tecnologia, em cada linha de produção, há algumas firmas que estão à frente das demais. Quando algumas firmas instalarem um novo método, outras terão de seguí-las ou deixar o ramo, pois suas velhas técnicas não seriam lucrativas...". (Robinson e Eatwell, 1973: 132, grifos nossos).

Os Autores também explicitam que as inovações não surgem por acaso, nem caem do céu. As firmas gastam parte dos seus lucros na pesquisa de novos produtos e processos de produção, e são capazes de aproveitar as invenções criadas por aqueles que eventualmente não tenham capital suficiente para transformá-las em inovações:

"As firmas líderes não estão sujeitas a adotar invenções que ocorrem por acaso. Elas utilizam seus próprios departamentos de pesquisa para elaborar aprimoramentos, e adaptam as novas descobertas feitas pela ciência pura ou no curso da corrida espacial às suas próprias linhas de produção. Também incorporam experimentos bem sucedidos realizados por inovadores aventureiros que não são capazes de obter o financiamento necessário para explorar suas idéias em larga escala.

As firmas mais progressistas do ponto de vista tecnológico colocam-se à frente das demais, e usufruem de um maior mark-up sobre os salários. As líderes se protegem, o mais que podem, por meio de patentes e segredos. Quando as seguidoras as tiverem alcançado em uma linha de produção, elas já terão embarcado em algo novo. O ritmo do progresso técnico depende, em grande medida, da energia com a qual as firmas jogam este jogo competitivo. Quanto mais rápido as firmas líderes elevam a produtividade, mais rápido se elevam os salários reais e por conseguinte, as firmas seguidoras são obrigadas a descartar-se, mais cedo, dos métodos antigos para prosseguir na corrida". (Robinson e Eatwell, 1973: 132, grifos nossos).

Assim, o progresso técnico transforma-se numa nova e mais potente fonte de instabilidade econômica:

"Há uma dupla relação entre mudança técnica e flutuações do nível da demanda efetiva. Invenções e descobertas são feitas o tempo todo, no interior da indústria ou como resultado de pesquisas científicas puras, ou ainda de desenvolvimento da pesquisa espacial ou militar, mas elas não surgem num ritmo estável. Algumas vezes, as perspectivas de lucro abertas por novas invenções são maiores que outras, e o montante de investimento necessário para instalar uma nova técnica é maior para algumas inovações do que para outras. Do mesmo modo, quando a taxa de investimento é alta, por qualquer motivo, a taxa de adoção de inovações também será alta, simplesmente porque o investimento novo sempre será feito em fábricas mais modernas". (Robinson e Eatwell, 1973: 135).

O mecanismo e as estratégias de concorrência são elementos da teoria econômica que os Autores pouco avançam, embora uma das resenhas ressalte que foi exatamente neste aspecto que o livro trouxe um dos poucos exemplos empíricos:

> A teoria microeconômica é retalhada [ao longo do livro]. A teoria da utilidade é descartada com força esplêndida, enquanto que uma parte da discussão da determinação dos preços por parte das firmas consiste de assertivas empíricas não documentadas porém confiantemente generalizadas. Não há, na verdade, muitos exemplos, salvo por uma breve menção ao monopólio na indústria de lâmpadas e palitos de fósforos" (The Economist, 20.10.1973: 147)[18].

Os exemplos da indústria de lâmpadas e de fósforos (Robinson e Eatwell, 1973: 157) são, muito provavelmente, derivados da experiência de Joan Robinson na Comissão de Monopólios e Práticas Restritivas, a que se faz referência no Anexo I desta tese. Embora tenha sido eminentemente uma economista teórica, e a julgar pela totalidade dos trabalhos que comentam, analisam, desenvolvem, reformulam, criticam e/ou se contrapõem à sua visão, aparentemente pouco voltada aos temas conjunturais, um dos seus trabalhos menos famosos - Economics, An Awkward Corner (1966) - é inspirado na crise econômica sofrida pela Inglaterra em meados dos anos de 1960. Nele, a Autora analisa a política econômica interna no que diz respeito à renda, preços, emprego, crescimento e concorrência, à política monetária e cambial bem como ao sistema de comércio internacional, e usa sua análise como um libelo contra o laissez-faire:

> "A noção de laissez-faire, de que os homens de negócio sabem o que é melhor, é contraposta pela evidente necessidade de planejamento para manter um nível alto e estável de emprego. A noção de que a propriedade confere deveres para justificar o privilégio é contraposta pela separação entre propriedade e controle nas empresas modernas. A noção de que os governos devem apenas zelar pelo jogo honesto entre empregadores e empregados é contraposta pela necessidade de controle sobre as rendas nominais e os preços. A noção de que o livre jogo da oferta e demanda produz um sistema viável de comércio internacional é contraposta pelas crises de balanço de pagamento, a que nenhum país é imune por muito tempo... A principal doutrina do laissez-faire era a de que o único dever do governo no que se refere à economia era o de preservar o valor da moeda, em casa e no exterior, através do equilíbrio orçamentário e da manutenção da conversibilidade da moeda em relação ao ouro". (Robinson, 1966a: 14 e 73, n1).

Mas o livro se inspira também na experiência da Autora no Comitê de Patentes e na Comissão de Monopólios e Práticas Restritivas, e estabelece uma distinção entre a concorrência imperfeita, o monopólio e o oligopólio. Ao mesmo tempo em que retoma o argumento de que o monopólio é resultante da concorrência bem sucedida, Joan Robinson é explícita na afirmação de que ele não é necessariamente uma estrutura que deve ser combatida, pois se tem desvantagens, também tem vantagens, que se consubstanciam na capacidade de inovar tecnicamente e até mesmo de pagar altos salários (embora possa

---

18. A falta de evidências empíricas foi o tema mais comum das resenhas, como por exemplo a de Gurley (1974: 448): "*Enquanto o livro é forte em teoria (mas particularmente a teoria britânica), em sistemas econômicos comparados, e no desenvolvimento do pensamento econômico, é fraco no que diz respeito às instituições modernas - os sindicatos, o sistema financeiro, o F.M.I., as agências de bem estar, as estruturas fiscais, etc. Isto deverá diminuir sua utilização entre os iniciantes, o que é uma pena, pois este tipo de teoria econômica poderia preparar a próxima geração, para o entendimento e a solução dos problemas reais do mundo, melhor do que a teoria neo-neoclássica, e ainda por cima poderia estimular a curiosidade dos estudantes sobre Marx, e levá-los a uma abordagem ainda mais poderosa para o entendimento dos movimentos atuais da história*".

não fazer nem uma coisa nem outra)[19]. O mais interessante, é seu diagnóstico de que não é possível criar uma legislação que garanta apenas os aspectos positivos:

> "O principal argumento contra as alianças e as práticas restritivas é o de que evitam que as firmas mais eficientes se sobreponham às menos eficientes. Quando a concorrência é ilimitada e vigorosa, o tamanho das firmas aumenta e o número delas, em qualquer ramo, cai. O resultado lógico da concorrência é o monopólio.
>
> Uma empresa grande e poderosa usufrui de economias de escala. É capaz de investir em pesquisa. É capaz de arriscar-se em métodos de produção pioneiros e em novos produtos. Pode oferecer boas condições de trabalho e não tem aversão a pagar salários altos que atrapalham seus concorrentes mais fracos.
>
> Por outro lado, uma vez que o excesso de capacidade é o ladrão dos lucros, ela pode preferir manter seu investimento atrás da demanda, e desta maneira assegurar um certo grau de escassez dos seus produtos. Ela pode se tornar pesada e sofrer de um endurecimento burocrático das artérias. Pode usar truques sujos ou defender a posição dominante que alcançou com eficiência superior. Sua pesquisa pode estar voltada para descobrir formas de frustrar as descobertas alheias.
>
> Tanto as vantagens quanto as desvantagens da existência de firmas monopolistas poderosas advêm da mesma fonte. A legislação não é capaz de assegurar uma sem a outra..." (Robinson, 1966a: 57-58, grifos nossos).

A concorrência imperfeita, segundo Joan Robinson, é predominante na manufatura e está relacionada à mútua interdependência das firmas, principalmente no que diz respeito à formação de preços, sendo por isso representada pela ocorrência de estratégias competitivas extra-preço, ou pela presença de uma "líder". Novamente, ela faz sua crítica ao princípio do custo total:

> "A maneira pela qual os bens manufaturados são vendidos é diferente da dos bens primários. Ao invés de colocar no mercado a produção já produzida e vendê-la ao preço que for possível, os produtores ofertam ao preço que escolhem, a quantidade que o mercado será capaz de absorver.
>
> Os economistas fazem uma grande confusão em torno da teoria dos preços, mas para o homem de negócios parece que os preços se ajustam. Ele dirá 'é claro que o preço tem que estar correto'. Isto é, ele não quer perder vendas estabelecendo margens que dão vantagens aos seus concorrentes. Ao mesmo tempo, não quer perder lucro potencial cobrando um preço inferior àquele que ele espera ser capaz de vender um volume razoável de produto. Portanto, o preço que cada um cobra depende muito do que os demais estão fazendo...
>
> Novos produtos são colocados no mercado a preços que dependem dos seus substitutos. Quando há uma redução dramática dos custos, isto pode levar, por algum tempo, a lucros do tamanho do Himalaia - a primeira caneta esferográfica foi vendida ao preço de uma caneta tinteiro de primeira classe...
>
> Nas linhas já consagradas, a margem escolhida por um produtor depende dos preços que os demais cobram por bens similares. Isto naturalmente tende a eliminar a concorrência. O tipo mais leve de comportamento colusivo é a instituição chamada liderança de preço. Uma das firmas é tacitamente reconhecida pelas demais como líder. Quando seu preço aumenta, todos as demais aumentam. Ninguém reduzirá preço até que ela o faça. As firmas competem em vendas de todas as maneiras, através do design e da embalagem dos seus produtos, mas evitam a concorrência em preço...". (Robinson, 1966a: 55-56).

---

19 A título de curiosidade: entre as vantagens, ela mencionava *"o vestuário da moda em pronta-entrega que contribuiu para a democracia na medida em que diminuiu a distinção entre as classes, e o desenvolvimento de produtos* [eletro]*domésticos que ocuparam o vácuo nas casas de classe média decorrente do desaparecimento dos serviçais e que começam a aliviar o peso das costas das esposas da classe trabalhadora"*. (Robinson 1966a: 61). Entre as desvantagens, ela relacionava a obsolescência psicológica programada, através da mera alteração da aparência dos produtos: *"Defende-se a propaganda com o argumento de que ela oferece informação sobre os bens disponíveis no mercado. Neste caso, a informação que oferecem é freqüentemente errada - por exemplo, a de que os tigres são bons motoristas... Boa parte da propaganda se dirige não a descobrir as necessidades da dona de casa, mas a criar desejos por mercadorias inúteis e prejudiciais"*. (Robinson 1966a: 63)

A concorrência imperfeita permite também o surgimento de acordos, que levam o nome genérico de "práticas restritivas", já que estabelecem normas de atuação que favorecem as empresas às custas do consumidor, às vezes também às custas dos distribuidores e, envolvem, inclusive, restrições relativas às inovações:

> Algumas vezes, estabelecem-se acordos formais, para tirar vantagem de uma grande demanda por novos produtos. As margens são altas e o mercado é repartido pelo acordo. O preço é regulado pelo nível viável para o produtor de maior custo. Os produtores de custos reduzidos limitam sua produção e auferem margens elevadas.
>
> Mais freqüentemente, formam-se alianças como defesa contra a redução de preços quando o mercado é comprador. Quando a demanda cai, de modo a impossibilitar a venda da produção à capacidade normal, é mais adequado para as firmas manter os preços e permitir a queda da produção, pois se uma começar a reduzir o preço na expectativa de conquistar uma parcela maior do mercado, as outras terão que seguí-la...
>
> Numa depressão profunda, o mero sentimento de companheirismo não é forte o suficiente para evitar a redução dos preços. Formam-se alianças de modo a repartir o mercado limitado, para que todas as firmas possam sobreviver.
>
> As alianças criadas por motivos defensivos tendem a persistir quando a demanda renasce e são usadas para aumentar a lucratividade. É muito comum adotarem vários mecanismos que mantenham os não membros afastados - por exemplo, fazendo com que valha a pena, aos varejistas, não vender seus produtos. Impedem o progresso técnico criando resistências às inovações, estabelecendo limites aos produtores mais eficientes da aliança e estrangulando os concorrentes potenciais de fora". (Robinson, 1966a: 56-57).

É interessante notar que, neste trabalho, Joan Robinson citou, nominalmente, as influências de dois livros publicados em 1952: o de Josef Steindl, intitulado Maturity and Stagnation in American Capitalism (1952) e o de John Kenneth Galbraith, American Capitalism, The Concept of Countervailing Power, a partir dos quais, possivelmente, passou a distinguir a "concorrência imperfeita" do "oligopólio", atribuindo à primeira critérios mais subjetivos (como os da interdependência na formulação de estratégias, a liderança ou acordos não escritos), e, ao oligopólio, elementos de caráter essencialmente estrutural[20]:

> "A forma típica da indústria moderna não é nem a concorrência nem o monopólio e sim o oligopólio - cada mercado é dominado por algumas poucas grandes firmas, cercadas por pequenas que preenchem vários nichos - freqüentemente muito lucrativos - que são deixadas livres, na produção especializada, por encomenda, na distribuição e assim por diante.
>
> O processo de luta competitiva, em que os grandes devoram os pequenos, freqüentemente se acalma antes do surgimento final de um monopólio. Restam duas ou três firmas, e nenhuma delas ousa desafiar as demais para a batalha final. Elas podem existir, cada qual tentando manter sua participação no mercado em que atuam, principalmente mediante o esforço de venda de vários tipos, ao mesmo tempo em que ampliam seus limites, expandindo-se para outros mercados que ainda são ocupados por concorrentes mais fracos.
>
> A concorrência oligopolista ocasionalmente toma a forma de guerra de preços num conjunto específico de produtos, mas na maior parte do tempo concentra-se na criação de novas variedades de produtos e métodos de produção. Na medida que os oligopolistas se controlam mutuamente, esta é a forma mais progressiva de indústria (apesar dos desperdícios da concorrência extra-preço), mas se caírem no clima de 'viva e deixe viver' podem tornar-se tão lentos quanto os monopólios" (Robinson, 1966a: 58-59).

No artigo em co-autoria com Cripps, num dos primeiros volumes do Journal of Post Keynesian Economics, Joan Robinson enfatizou a necessidade de incorporar a concorrência imperfeita e o oligopólio à

20. Joan Robinson resenhou o livro de Galbraith em Robinson (1952i).

teoria keynesiana. Além disso, argumentou que a política econômica deve levar em conta as prioridades sociais:

> "O principal ingrediente teórico que deve ser incorporado à teoria de Keynes é o reconhecimento da prevalência de mercados de concorrência imperfeita ou oligopolistas e da importância da inovação e reorganização da produção como arma estratégica nesta forma de concorrência. Pesquisas empíricas têm mostrado que nossas economias comportam-se, na prática, de maneira totalmente diferente da postulada pela teoria do livre mercado. Companhias, regiões e mesmo nações inteiras estão propensas a longos períodos de sucesso ou declínio relativos, e pode-se descobrir várias regularidades nestes processos. É preciso descobrir quais são os pressupostos simplificadores mais úteis para o objetivo de fixar políticas. A escolha dependerá em parte de prioridades sociais, de modo que análises deste tipo tendem a ter um ingrediente político". (Robinson e Cripps, 1979: 142-143, grifos nossos).

Até o final de sua vida, Joan Robinson não desistiu do combate à teoria neoclássica. Um último exemplo que se deve ainda mencionar é o seu livro Heresias Econômicas (1971) cujo subtítulo Algumas Questões Fora de Moda na Teoria Econômica sintetizam o que nas palavras de Szmrecsányi (1983: 296) constituía seu objetivo central: "*combater o 'keynesianismo bastardo', visando não apenas atacar os fundamentos da teoria neoclássica, mas também defender o legado científico e político originado dos trabalhos de Keynes, Harrod, Sraffa, Kalecki e os seus próprios*". Este objetivo foi na verdade seu objetivo de vida. A exemplo dos muitos trabalhos mencionados acima, Joan Robinson criticava a teoria neoclássica em cada um dos temas que formam os capítulos do livro - os quais, a rigor, podem ser vistos como ensaios relativamente independentes. O caráter eminentemente crítico gerou, mais uma vez, as mais variadas resenhas.

Enquanto Asimakopulos (1972) elogiava a persistência e o bom senso da Autora, considerando o livro valioso, estimulante e esclarecedor[21], Hahn (1972) considerava sua abordagem à teoria neoclássica tão pré-conceituosa que comparou o livro com o antisemitismo da Europa medieval. Mesmo assim, não deixou de reconhecê-la como uma autora estimulante:

> "A visão que a Profa. Robinson tem da 'ortodoxia' se assemelha à do cidadão medieval sobre os judeus. Como ele, ela lhes atribui crenças bastante absurdas e toma como óbvio que estas refletem o mal (o desejo de justificar o laissez-faire). É um país livre, e se ela não participa dos pogroms, mesmo assim se diverte com eles.
>
> Mas é uma pena, pois quando ela não está imersa em fantasias sobre a ortodoxia ou expondo mais uma vez a 'fórmula' da poupança e do animal spirits ou da 'pseudo-função de produção' ela pode ser muito estimulante" (Hahn, 1972: 205).

No que se refere ao progresso técnico, Joan Robinson oferece um breve histórico da classificação das inovações, que critica com argumentos já mencionados ao longo desta tese, como o de que

---

21. "*Uma das principais características de Joan Robinson é sua habilidade de se concentrar nas questões fundamentais da análise econômica e não se distrair ou se impressionar com a aparência admirável mas freqüentemente fantasiosa dos mundos que resultam da manipulação matemática dos símbolos econômicos. Esta persistência e bom senso vêm sendo demonstrados recentemente na controvérsia sobre o papel do 'capital' em funções de produção agregadas... e também no livro Heresias Econômicas, em que se expressa com tanta clareza que faz com que a leitura se transforme numa experiência educacional estimulante*" (Asimakopulos, 1972: 314) e mais à frente: "*É um livro pequeno mas valioso...Os anos de controvérsia tiveram ao menos um resultado positivo, a exposição da Profa. Robinson é muito clara e aponta para várias questões*". (Asimakopulos, 1972: 316).

"... existe algo de contraditório em se postular uma taxa de lucro uniforme numa economia em que ocorre progresso técnico. Algumas firmas sempre tiram vantagens de novas idéias, mais rapidamente que outras, e usufruem de uma maior taxa de lucro sobre seus investimentos. Além disso, o progresso técnico altera a natureza dos bens e os requisitos de habilidade e treinamento dos trabalhadores". (Robinson, 1971a: 128).

As idéias de Joan Robinson a respeito do oligopólio e do progresso técnico não foram influenciadas apenas pelas insuficiências da teoria ortodoxa mas foram formadas também pela sua experiência nos organismos em que participou como pesquisadora e propositora de medidas políticas específicas. Ao longo da tese, mencionou-se as várias influências que ela recebeu e incorporou ao seu próprio trabalho. Nos últimos anos de sua vida, continuava se preocupando com o futuro da sua ciência, e apesar de alguns autores se referirem ao seu desânimo e niilismo crescentes, ela ainda legou o que se poderia denominar de "agenda para o desenvolvimento de uma teoria econômica alternativa". Esta pode ser encontrada, por exemplo, no já mencionado prefácio ao livro de Eichner, A Guide to Post-Keynesian Economics:

"Uma teoria econômica que pretende ser seriamente aplicada à realidade não é nem uma doutrina ideológica, tal como a suposição a favor do laissez-faire, nem uma verdade tautológica por definição, como a assim chamada equação quantitativa MV = PT. É uma hipótese sobre o modo pelo qual uma economia real opera... Hipóteses devem ser primeiramente examinadas em termos de sua consistência lógica e plausibilidade aprioristica, antes de serem aplicadas à experiência histórica e contemporânea. Uma hipótese bem sucedida é aquela que sugere novas respostas para problemas anteriormente não resolvidos, ou que circunscreve questões anteriormente não reconhecidas". (Robinson, 1979j: xvii).

Para ela, era fundamental compatibilizar a pesquisa empírica com a formulação teórica, que por si só tem caráter eminentemente histórico.

"A economia empírica não deve ser antiteórica. Mas deve ter como produto final a teoria, um conjunto de generalizações que funcionem, que novas pesquisas podem demonstrar ter sido mal concebidas em importantes aspectos e que pode, de qualquer modo, se tornar irrelevante à medida que os problemas e as instituições sociais se modificam". (Robinson e Cripps, 1979: 143).

E, encerrando seu artigo "Thinking about Thinking":

"Hoje em dia, há muitos [economistas] radicais que parecem achar que qualquer argumento se justifica por ser anti-neoclássico, não importando se tem coerência interna ou se está de acordo com a evidência.

Acredito, no entanto, que há uma grande diferença entre a boa e a má análise, tendências ideológicas à parte. A lógica é a mesma para todos ... e a leitura das evidências, embora sempre um pouco viesada, pode ser razoavelmente honesta. Não acho que tenha sido perda de tempo tentar entender a grande depressão, o crescimento do pós-guerra e a crise atual, e, para entendê-los, um sistema de análise adequado é indispensável. Também não foi perda de tempo tentar examinar a teoria neo-neoclássica para descobrir que sua lógica está errada, bem como suas opiniões.

Freqüentemente afirma-se que uma teoria só poder ser combatida por outra. Os neoclássicos tem uma teoria completa (embora eu ache que não passa de um argumento circular) e precisamos de uma teoria melhor para suplantá-la. Não concordo. Acho que qualquer outra 'teoria completa' seria apenas outra caixa de surpresa. O que necessitamos é de uma mudança de hábito - evitar as falsificações, respeitar os fatos e admitir a ignorância daquilo que não sabemos". (Robinson, 1979f, CEP5: 118-119).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

OLIGOPÓLIO E PROGRESSO TÉCNICO NO PENSAMENTO DE JOAN ROBINSON

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Claudia Heller em 05/12/96 e orientada pelo Prof. Dr. Tamás József Mátyás Károly Szmrecsányi.
CPG/IE, 05/12/96

Claudia Heller

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para obtenção do Título de Doutor, sob orientação do Professor Dr. Tamás Szmrecsányi

1996
(vol. II)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

Heller, Claudia
H367o Oligopólio e progresso técnico no pensamento de Joan Robinson / Claudia Heller. -- Campinas , SP : [s.n.], 1996.

Orientador : Tamas Szmerecsanyi.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Teoria Economica. 2. Joan Robinson. 3. Concorrencia imperfeita. 4. Economia - Historia. I. Szmerecsanyi, Tamas. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de economia. III. Título.

ANEXO I

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A VIDA E A OBRA DE JOAN ROBINSON

Joan Violet Robinson nasceu em 31 de outubro de 1903, em Camberley, Surrey, na Inglaterra, filha de Sir Frederick Maurice, um militar, e Helen Marsh. Seu tataravô materno, Spencer Perceval, freqüentou o Trinity College em Cambridge, distinguiu-se na política e foi Primeiro-Ministro. Seu bisavô paterno, Frederick Denison Maurice foi um membro importante da Sociedade dos Apóstolos, e envolveu-se em controvérsias religiosas por recusar-se a acreditar na danação eterna, perdendo, por conseqüência, a cadeira de Teologia no King's College. Seu avô materno, Frederick Howard Marsh, foi professor de cirurgia e Master do Downing College de Cambridge. Seu pai, Major General Sir Frederick Barton Maurice, acusou publicamente o Primeiro Ministro Lloyd-George de enganar o Parlamento Britânico e o País, por recusar-se a reforçar o exército britânico no front ocidental, durante a I Guerra Mundial. O debate que se seguiu, tornou-se conhecido como "questão Maurice" e lhe custou a brilhante carreira no exército. Para a unanimidade dos biógrafos de Joan Robinson, o fato de sua família ter se envolvido em debates públicos (o religioso e o militar) - sempre em função de questões de princípios - marcou sua personalidade e, particularmente, sua atuação na vida acadêmica, caracterizada pelo não-conformismo, pela paixão pelos desafios e por uma certa irreverência.

Joan Robinson foi educada no St. Paul's Girls' School em Londres, e entrou para a Universidade de Cambridge, Girton's College, no curso de Economia, numa época em que as figuras dominantes eram Marshall (já aposentado) e Pigou, que era professor de economia política. Keynes dividia seu tempo entre Cambridge e Londres, e seus cursos eram sobre teoria monetária, seguindo, ainda, uma abordagem ortodoxa. Joan Robinson graduou-se em 1925, e no ano seguinte casou-se com E.A.G. Robinson, na época um Junior Fellow do Corpus Chisti College, de Cambridge. De 1926 até o verão de 1928, os Robinsons moraram na Índia, onde E.A.G. Robinson assumiu o cargo de tutor do Marajá do estado de Gwalior.

Joan Robinson iniciou sua carreira acadêmica em 1928, na qualidade de supervisora (orientadora) de estudantes da graduação. Marshall havia falecido em 1924, e, com a morte de Edgeworth, em 1926, Keynes havia se tornado o editor do The Economic Journal, estando envolvido também com o seu Tratado sobre a Moeda (publicado em 1930). As figuras que ganhavam proeminência em Cambridge eram Piero Sraffa, cuja crítica a Marshall (Sraffa 1925 e 1926) lhe valera um convite de Keynes, e Richard Kahn, envolvido com a leitura, discussão, correção e elaboração do índice do Tratado de Keynes, além de sua própria tese sobre A Economia do Curto Prazo (Kahn 1929/1989).

Joan Robinson tornou-se Junior Assistant Lecturer em 1931, Full Lecturer em 1937, e Reader em 1949. Em 1958, tornou-se membro da British Academy. Foi Fellow do Newnham College (1962), mas só se tornou Full Professor em 1965, depois da aposentadoria do seu marido. Neste mesmo ano, tornou-se Fellow do Girton College. Foi a primeira mulher a se tornar Fellow do King's College, em 1979. Aposentou-se em setembro de 1971, mas só se afastou totalmente das salas de aula depois de sofrer um

derrame, em fevereiro de 1983. Após alguns meses de hospitalização em Cambridge, Joan Robinson faleceu em 05 de agosto de 1983.

Joan Robinson contribuiu para a construção de um novo arcabouço analítico, sem jamais ter deixado de enfrentar todos os importantes debates teóricos, metodológicos e mesmo ideológicos do seu tempo. A importância e abrangência de sua obra torna necessário que se faça aqui uma rápida referência, mostrando, inclusive, que seus trabalhos vem, recentemente, despertando um interesse crescente no meio acadêmico.

Alguns aspectos específicos de suas contribuições tem se consubstanciando em teses de doutorado, das quais se deve mencionar: Farhad Mahloudji, A Critical Examination of The Economics of Joan Robinson (Duke University, 1976), Ludo Cuyvers, Aspectos Marxistas e Neo-marxistas no Desenvolvimento da Teoria do Crescimento de Joan Robinson (Antuérpia, 1977)[1]; Gregory W. Dandorf, The Economics of Joan Robinson: a study in comparative value theory and methodology (Washington State University, 1987) e Pervez Tahir, Some Aspects of Development and Underdevelopment. Critical Perspectives on Joan Robinson, (Cambridge, Inglaterra, 1990).

Particularmente nos Estados Unidos, um ambiente no qual suas idéias foram mais combatidas, a importância e qualidade do seu trabalho também foi reconhecida: a American Economic Association reproduziu vários dos seus artigos em algumas de suas antologias[2], a American Philosophical Society publicou um artigo em sua homenagem no anuário de 1984[3], e seus acirrados debates com os norte-americanos foram estudados no livro de Marjorie Turner - Joan Robinson and the Americans (1989).

Chama também a atenção a publicação de livros que reúnem inúmeras e variadas interpretações de seu legado intelectual, segundo o ponto de vista dos mais importantes representantes das diferentes escolas de pensamento econômico. Enquadram-se nesta categoria, por exemplo, os dois volumes organizados por George Feiwel, ambos publicados em 1989: Joan Robinson and Modern Economic Theory, e The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, o livro organizado por Ingrid Rima, The Joan Robinson Legacy (1991) e a seleta dos principais trabalhos apresentados na Conferência "The Passion of Reason: Joan Robinson (1903-1983)", ocorrido em Turim, Itália, em dezembro de 1993, reunidos sob a organização de Maria Cristina Marcuzzo, Luigi L. Pasinetti e Alessandro Roncaglia no livro The Economics of Joan Robinson (1996). No formato de edições dedicadas a homenagear a Autora, deve-se mencionar dois periódicos de circulação internacional: o volume 07 do Cambridge Journal of Economics (1983) e o volume 37 da revista Economie Appliquée (1985). Inúmeras foram também as homenagens póstumas que a Autora recebeu, em periódicos de todas as partes do mundo, conforme se pode verificar no Anexo II.

Importante também é listar alguns artigos avulsos que tentam dar conta da contribuição de Joan Robinson à teoria econômica contemporânea. Dentre os principais constam os de Eatwell (1977), Bhaduri (1983b), Brahmananda (1983), Chakravarty (1983), Gram e Walsh (1983), Asimakopulos (1984a, 1984b,

1. Tradução do título em holandês: Marxistische en neo-marxistische kenmerken en invloeden in de groeitheorie van Joan Robinson.
2. Readings in the Theory of International Trade (1950), Readings in the Theory of Income Distribution (1951), Readings in Price Theory (1952) e Readings in Microeconomics (1968). Veja-se Asimakopulos (1984b: 549).
3. Veja-se Deane (1984)

1988-89), Eichner (1984), Feiwel (1987, 1988a, 1988b e 1989g) e Harcourt (1995c). Alguns dos trabalhos mais recentes foram escritos à luz de material inédito, como os de Harcourt e O'Shaughnessy (1985), Harcourt (1990a, 1991b), Araújo e Harcourt (1993a e 1993b), Harcourt e Araújo (1995), Emami (1992 e 1994) e Marcuzzo (1993 e 1995). Outros se originaram em função de Congressos Internacionais em Ciências Sociais e/ou Economia - como Jensen (1988) - ou em Seminários sobre o Ensino de Economia - como Harcourt (1985a)[4]. A Conferência em homenagem a Piero Sraffa (Florença, Itália, 1985) gerou os trabalhos de Ciccone (1986a e 1986b), Amadeo (1986) e Kurz (1986), e a dedicada a Michal Kalecki (em Perugia, Itália, em abril de 1986) os de Asimakopulos (1986)[5] e Osiatynski (1986).

A importância de Joan Robinson para a teoria econômica contemporânea pode ainda ser apreciada pelas citações presentes nas principais enciclopédias biográficas e/ou temáticas de economia e de ciências sociais. No Suplemento Biográfico da International Encyclopaedia of the Social Sciences (Sills 1979), o verbete "Joan Robinson" ficou a cargo de Geoffrey Harcourt[6], que também contribuiu para o dicionário A Biographical Dictionary of Dissentig Economists (Arestis e Sawyer 1991)[7], bem como para Contemporary Economists in Perspective (Spiegel e Samuels 1984)[8] e, com verbetes sobre Joan Robinson e Piero Sraffa, para o Post-Keynesian Essays in Biography: Portraits of Twentieth Century Political Economists (Harcourt 1993a)[9] e para o Political Economy in the Twentieth Century (Berg 1990)[10]. No livro Twelve Contemporary Economists (Shackleton e Locksley 1981), o verbete "Joan Robinson" foi escrito por Skouras (1981). Ela mereceu ainda referências em Great Economists Since Keynes: An Introduction to the Lives and Works of One Hundred Modern Economists (Blaug 1985a) e um capítulo em The Mind and the Method of the Economist - A Critical Appraisal of Major Economists in the 20th Century (Loasby 1989)[11]. Deve-se mencionar também o volume IV do The New Palgrave - A Dictionary of Economics, (Eatwell, Milgate e Newman 1987), no qual o verbete é de autoria de Pasinetti (1987), a enciclopédia polonesa Encyclopaedia Powszechna na qual o verbete foi escrito por Kalecki, e por último, mas não menos importante, o segundo volume de Pioneers of Modern Economics in Britain (Greenaway e Presley 1989), em que a obra dela é analisada por Shaw (1989).

Joan Robinson tratou de todos os temas relevantes da economia, com destaque para o processo de acumulação de capital e as questões relativas ao desenvolvimento. O conjunto de sua obra é composto por várias coletâneas de ensaios, três livros-texto e uma enorme quantidade de artigos, que incluem textos didáticos endereçados ao movimento sindical, relatórios de suas viagens (principalmente à Índia, União Soviética e China), e resenhas tão polêmicas que raramente não deram início a longas e acirradas controvérsias. Seus livros sobre a concorrência imperfeita, a teoria marxista, a acumulação de capital, e crescimento e desenvolvimento econômicos marcaram de forma indelével a teoria econômica contemporânea.

---

4. Este foi revisto em Harcourt (1986a) e posteriormente ampliado em Harcourt (1986b).
5. Revisto e reproduzido como Asimakopulos (1989a).
6. Veja-se Harcourt (1979), posteriormente reproduzido in Kerr (ed.)(1982) e in Harcourt (1993a).
7. Veja-se Harcourt (1991c).
8. Veja-se Harcourt (1983)
9. Veja-se Harcourt (1984a)
10. Veja-se Harcourt (1990b).
11. Veja-se Loasby (1985).

Seu primeiro, e talvez mais conhecido trabalho, A Economia da Concorrência Imperfeita (1933), foi inspirado simultaneamente por Sraffa e Keynes, e suas respectivas críticas à teoria vigente, baseada no pressuposto da concorrência perfeita e no equilíbrio com pleno emprego. O livro-texto Introdução à Teoria do Emprego (1937) tinha por objetivo apresentar, de forma resumida e didática, as principais proposições da Teoria Geral de Keynes, publicada um ano antes. Os Ensaios Sobre a Teoria do Emprego (1937) visava, por sua vez, aplicar estas proposições a alguns temas não contemplados pelo livro de Keynes, como, por exemplo, a teoria do comércio internacional. Durante a II Guerra Mundial, Joan Robinson leu O Capital, de Marx, e publicou Um Ensaio Sobre a Economia Marxista (1942), com o intuito de apresentar as idéias de Marx numa linguagem que as tornasse compreensíveis e compatíveis com a "revolução keynesiana". A Taxa de Juros e Outros Ensaios (1952) visava expandir a análise da Teoria Geral para o longo prazo - a ponto de ser reeditado, sob o título A Generalização da Teoria Geral (1979). Inspirada em inúmeros modelos de crescimento, que vinham sendo formulados desde o imediato pós-guerra, Joan Robinson ofereceu sua própria contribuição para o tema em A Acumulação de Capital (1956), uma obra tão complexa que deu origem a um novo livro-texto intitulado Exercícios de Análise Econômica (1960) e a um conjunto de textos explicativos, reunidos sob o título Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento Econômico (1962). A Autora publicou ainda um livro em que discute sua visão da economia enquanto ciência, chamado Filosofia Econômica (1962) e um sobre os problemas da economia britânica no pós-guerra, intitulado Economics, An Awkward Corner (1966). Publicou ainda Liberdade e Necessidade,(1970), Heresias Econômicas (1971), e Aspectos do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento (1979). Finalmente, em co-autoria com John Eatwell, escreveu seu terceiro livro-texto, intitulado Introdução à Economia Moderna (1973).

Seus Collected Economic Papers, em cinco volumes, foram complementados por outras duas coletâneas - Contributions to Modern Economics e What are the Questions - Further Contributions to Modern Economics[12]. Estas sete coletâneas, em geral, reúnem os trabalhos que ela mesma considerava mais importantes, e, quando reeditadas, receberam novos e importantes prefácios.

Joan Robinson contribuiu para um incontável número de periódicos de todas as partes do mundo, como se pode verificar na bibliografia anexa. Alguns deles, entretanto, merecem uma referência especial. Ela colaborou para a Monthly Review, de orientação marxista, sob a coordenação editorial de Leo Huberman e Paul Sweezy, quase desde sua criação, e chegou a recusar um convite, feito por Ragnar Frish (então editor de Econometrica), para assumir o cargo de vice-presidente da Sociedade de Econometria, com o intuito de introduzir "mais prosa" no referido periódico. Ambos os convites foram feitos na mesma época, entre 1950 e 1951. A esse tempo, Joan Robinson já havia escrito mais de 100 trabalhos, entre livros e artigos, e já tinha inegável fama internacional.

12. Em ordem cronológica: Collected Economic Papers, vol. 1, Oxford, Basil Blackwell, 1951. 2a. edição, 1978; Collected Economic Papers, vol. 2, Oxford, Basil Blackwell. 1960. 2a. edição, 1975; Collected Economic Papers, vol. 3, Oxford, Basil Blackwell, 1965. 2a. edição, 1975; Collected Economic Papers, vol. 4, Oxford, Basil Blackwell, 1973; Contributions to Modern Economics, Basil Blackwell, Oxford, 1978; Collected Economic Papers, vol. 5, Oxford, Basil Blackwell, 1980 e What are the Questions and Other Essays - Further Contributions to Modern Economics, Oxford, Basil Blackwell Publisher, 1980.

Obviamente, nem sempre foi assim. Seu primeiro trabalho, Economics is a Serious Subject (1932b) aparentemente teve dificuldades para ser publicado. Keynes havia sugerido que ela procurasse, em nome dele, os editores de The Political Quarterly para publicá-lo. Não se tem notícia se a Autora chegou a fazê-lo, e neste caso, dos motivos pelos quais o ensaio teria sido recusado. O fato é que Keynes o considerava muito "esotérico" para ser impresso como panfleto, mas foi efetivamente esta a maneira pela qual o trabalho foi divulgado[13]. Há outros indícios das dificuldades encontradas pelos "jovens economistas" de Cambridge para publicar em outros periódicos que não o The Economic Journal. No arquivo de Richard Kahn, no King's College da Universidade de Cambridge, por exemplo, pode-se encontrar uma carta enviada por ele à Autora, datada de 10.02.1933, na qual perguntava se ela já havia entrado em contato com a revista Weltwirtschaftliches Archiv ou com outros periódicos norte-americanos. Embora a carta não mencione explicitamente qual artigo (nem de quem) se pretendia publicar, as dificuldades parecem evidentes pelo comentário de Kahn: "*Meu Deus, precisamos fundar uma Cambridge Journal of Economics!*".(RFK/13/90/1)[14]. Data desta época também a tentativa de Kahn de publicar no Quarterly Journal of Economics um trabalho intitulado "Concorrência Imperfeita e o Princípio Marginal", cujo manuscrito, datado de dezembro de 1932, correspondia ao texto de uma palestra por ele proferida em Chicago, em Toronto e em Harvard, entre dezembro de 1932 e fevereiro de 1933. O trabalho, segundo o relato de Kahn, fora recusado por Taussig[15]. Mas, em novembro de 1934, o periódico publicou o artigo "What is Perfect Competition?", de Joan Robinson[16].

O Cambridge Journal of Economics só seria efetivamente criado muitos anos depois, possivelmente porque as dificuldades de publicação se reduziram rapidamente com a criação de uma nova revista, a partir da London School of Economics, e que seria dirigida por representantes de Londres, Cambridge e Oxford. Numa carta de Joan Robinson para Richard Kahn, de 03.03.1933, o entusiasmo com a sua criação decorria do fato de que "*tantos jovens economistas ficam desestimulados pela dificuldade de publicar seus trabalhos... Hayek admite que Economica sempre recusa trabalhos, mas por falta de mérito e não por falta de espaço; desconfio que* [a nova revista] *será boa, deverá haver muita coisa de qualidade, e teremos que prestar atenção*"[17]. Este periódico, que recebeu o nome de The Review of Economic Studies, foi fundado em 1933, e recebeu o apelido de "children's magazine"[18]. O Cambridge Journal of Economics foi fundado em 1977, movido pelo fato de que em meados dos anos setenta o "*The Economic Journal 'abandonou' Cambridge*" (Harcourt e Palma, 1994: 1).

É sintomático que haja contribuições de Joan Robinson nos primeiros números de ambas: na Review of Economic Studies, Joan Robinson publicou o artigo "The Theory of Money and the Analysis of

---

13. Carta de Keynes para Joan Robinson, 21.10.1932 (JVR/vii/Keynes), também mencionada por Turner (1989: 21). O panfleto recebeu apenas uma resenha, publicada na Cambridge Review: Watson (1932). Foi enviado para várias pessoas, e teve, no geral, uma boa repercussão.
14. A Weltwirtschaftliches Archiv publicou duas resenhas de livros de Joan Robinson: Yntema (1935) e Lundberg (1938). Até onde se sabe, ela mesma jamais publicou neste periódico.
15. Dentre vários outros autores, como Yntema, Chamberlin, Gifford, Sloan, Viner e Harrod. Kahn se referia ao primeiro livro de Joan Robinson, que naquela época ainda tinha um título provisório, anunciado pela editora, de Monopólio: Uma Análise do Valor. (Cf. RFK/2/5).
16. Numa carta datada de 06.04.1934, a respeito da publicação deste artigo, Taussig sugeria que Joan Robinson incorporasse referências ao artigo de Harrod (1934a): "Doctrines of Imperfect Competition", cuja publicação estava prevista para o mês de maio. (veja-se JVR/vii/Taussig). Besomi (1995: 14) relata que o artigo de Harrod havia sido encomendado por Taussig, em carta datada de 17.10.1933, como resenha dos livros de Joan Robinson e Edward Chamberlin.
17. Na carta ela continua: "*... mas Cambridge será representada por Allen e Oxford por Adler e U.K. Web (dois jovens da LSE que se graduaram em Oxford)*". (RFK/13/90/1)
18. Cf. CWJMK (XIII: 326, n2).

Output" (1933e) e na Cambridge Journal of Economics, em co-autoria com Frank Wilkinson, o artigo "What has Become of Employment Policy?" (Robinson e Wilkinson, 1977). Ela participou ainda dos primeiros volumes de outros periódicos não ortodoxos: para o primeiro volume do Contributions to Political Economy, ela escreveu "The Current State of Economics" (1982b). Além disso, contribuiu para o primeiro número do Journal of Post Keynesian Economics com o artigo "Keynes and Ricardo" (1978c).

Nesta mesma linha, deve-se mencionar ainda seus prefácios (1973d e 1979j) aos livros de Kregel (The Reconstruction of Political Economy - A Introduction to Post-Keynesian Economics) e Eichner (A Guide to Post-Keynesian Economics), autores tidos como co-fundadores de uma escola de pensamento que, embora não fosse totalmente nova, apenas recentemente se constituiu como tal, já que foi somente em 1975 que eles publicaram um artigo que se considera a pedra fundamental do pós-keynesianismo[19]. O termo co-autoria se refere - entre outros nomes - também à influência de Joan Robinson, para cuja importância Kregel não deixa margem a qualquer dúvida:

> "[A] reconstrução keynesiana da Economia Política não era aparente para os primeiros leitores de Keynes e deve muito à 'Generalização da Teoria Geral de Keynes' da Profa. Joan Robinson. Na apresentação da reconstrução pós-keynesiana da Economia Política apoiei-me principalmente nos trabalhos da Profa. Robinson, tentando mostrar como eles evoluíram em direção a uma alternativa completa à ortodoxia corrente da 'síntese neoclássica'..." (Kregel 1973: xv-xvi)[20].

Joan Robinson também atuou politicamente, o que quase não é mencionado na bibliografia consultada para a realização desta tese, embora haja uma indicação da própria Autora a este respeito. Esta encontra-se no texto que serve de introdução à segunda edição do segundo volume dos Collected Economic Papers, intitulado "Introduction 1974"[21]. No final deste texto, Joan Robinson justificava a reprodução, no referido volume da coletânea, dos dois artigos de autocrítica à teoria da concorrência imperfeita - "'Imperfect Competition' Revisited" (1953a) e "'Imperfect Competition' Today" (1958a) - com um comentário que leva o subtítulo de "Business Economics":

> "Depois de servir por um curto período de tempo na Comissão de Monopólios, me senti impelida a revisitar a concorrência imperfeita. Não parece ter se desenvolvido muito ao longo dos vinte anos em que estive afastada. A teoria micro foi deixada de fora da revolução keynesiana e precisava de uma revolução própria.
>
> Desde então, houve um grande crescimento no estudo do comportamento dos homens de negócios e de como são afetados pela incerteza das expectativas, de como os preços são estabelecidos e de como se organizam as finanças, enquanto que a teoria econômica parece ter-se voltado para a concorrência perfeita e a previsão correta. No entanto, uma vez que os teóricos e os economistas de negócios compartilham a mesma ideologia, eles parecem estar bastante contentes.

---

19. O objetivo dos autores era o de oferecer um "*guia da literatura pós-keynesiana*" (Eichner e Kregel, 1975: 1294), a partir do que consideravam ser os elementos característicos desta escola de pensamento. Evidentemente, esta classificação - assim como qualquer outra - está sujeita a críticas e adendos. Não se pretende aqui aprofundar esta questão.

20. Entre os principais partícipes desta corrente destacam-se, por exemplo, Paul Davidson, Sheila Dow, Victoria Chick, Hyman Minsky e George Shackle. Paul Davidson (1972: 4) sugere uma classificação na qual Joan Robinson, Kaldor e Pasinetti estariam entre os "neo-keynesianos", politicamente mais à esquerda de, por exemplo, Harrod, Lerner e Weintraub. Uma classificação alternativa porém compatível é oferecida por Dow (1985). O editorial do primeiro número do Journal of Post Keynesian Economics lista Joan Robinson, Nicholas Kaldor, Richard Kahn, Michal Kalecki, Abba Lerner, Roy Harrod, John Kenneth Galbraith, Sidney Weintraub, Hyman Minsky e Paul Davidson, incluindo, até mesmo, John Hicks, por ter recentemente abraçado heresias semelhantes. A lista evidentemente é incompleta, até porque a escola continua em formação, tendo recebido, em tempos mais recentes, as contribuições de neo-schumpeterianos. Mas isto já seria tema para um outro estudo.

21. Veja-se Robinson (1975d). O texto foi modificado e reproduzido, sob o título "Survey 1950" na última de suas coletâneas What are the Questions and Other Essays - Further Contributions to Modern Economics.

> Fala-se muito hoje em dia sobre a necessidade de se mudar de paradigma. Durante o período coberto por estes trabalhos, estivemos trabalhando em Cambridge para nossa própria satisfação, no paradigma pós-keynesiano, e me parece que suas possibilidades estão longe de estarem exauridas". (Robinson, 1975d. CEP2: xii, 2a. ed.)[22].

Além desta breve referência, há uma outra, encontrada no artigo-entrevista assinado por Joanna Holland, publicado no The Times Higher Education Supplement, de 14 de dezembro de 1973, onde se lê: "[Joan Robinson] *trabalhou pouco para o governo, dizendo que talvez seja considerada muito radical. Serviu por algum tempo no 'Monopolies Commission' e no 'Swan Committee on Patents', mas diz que foi muito frustrante, pois havia pouco espaço de manobra*". (Holland, 1973: 6).

Finalmente, as atividades de Joan Robinson nestas Comissões foram lembradas por Ruth Cohen no seu serviço fúnebre:

> "[Joan Robinson] também ofereceu sua ajuda em áreas mais práticas. Por exemplo, foi membro da Comissão de Monopólios durante cinco anos. Certa vez, me disse: 'me chamaram porque assim teriam a representação de duas categorias cansativas, os economistas e as mulheres'". (Cohen, 1983: 2)

Uma consulta por carta, feita a Maria Cristina Marcuzzo[23] trouxe a confirmação destas informações, e apenas um dado adicional: o de que Joan Robinson havia sido signatária dos primeiro e segundo relatórios parciais do "Swan Committee of Patents", criado em abril de 1944, e de seis relatórios da "Monopoly Commission", criado em 1948, do qual se demitiu em outubro de 1952.

Mas, aparentemente, Joan Robinson iniciou suas atividades políticas antes mesmo das acadêmicas. Durante sua estadia na Índia, segundo Tahir (1990: 1), ela "*testemunhou uma controvérsia entre os estados semi-independentes do Principado Indiano, a Índia Britânica e a Coroa Britânica, em torno da transferência de recursos ...* [o que gerou] *um estudo coletivo intitulado The British Crown and the Indian States*". Existe alguma disputa em torno da autoria deste relatório, elaborado por um grupo que contou com a participação do casal Robinson. Embora discorde da atribuição de autoria dada a Joan Robinson (tema dos dois primeiros capítulos de sua tese), Tahir relata que ela é que foi a Londres, acompanhando os representantes indianos, para participar da reunião do Comitê Butler que tratava do assunto. Austin Robinson "*estava muito ocupado com o trabalho de tutor ... e ela era a única economista treinada do grupo, estando ativamente envolvida com a coordenação da apresentação do relatório*" (Tahir, 1990: 18-19). Independentemente da questão autoral, parece não haver dúvidas de que esta sua primeira experiência na Índia - e isto é consensual em todas as biografias da Autora - criou um vínculo afetivo e intelectual entre ela e aquele país, que se refletiriam na sua incansável preocupação com os problemas dos países subdesenvolvidos.

De volta à Inglaterra, Joan Robinson atuou junto ao Partido Trabalhista. Suas atividades estão descritas de forma sumária num artigo que analisa a influência das idéias dos "jovens economistas de Cambridge" sobre os objetivos e práticas de política monetária durante as gestões dos três Ministros da

---

22. Entre as modificações feitas no texto quando de sua reprodução em 1980 está, justamente, a eliminação da passagem aqui citada.
23. Na qualidade de pesquisadora, Marcuzzo auxiliou na organização dos Arquivos de Joan Robinson no King's College da Universidade de Cambridge. Para a interessante história destes Arquivos veja-se Cox (1995).

Fazenda do Partido Trabalhista na Grã-Bretanha: Hugh Dalton (julho de 1945 a novembro de 1947), Sir Stafford Cripps (novembro de 1947 a outubro de 1950) e Hugh Gaitskell (outubro de 1950 a outubro de 1951). O primeiro deles assumiu o poder "*comprometido com a reforma do sistema financeiro do Reino Unido e com a nacionalização dos principais ramos, a manutenção do pleno emprego e a promoção do crescimento econômico, bem como a redistribuição da renda e da riqueza...*" (Howson, 1988: 543-544)[24]. Ele havia assumido, em 1931, o cargo de presidente do Comitê de Finanças e Comércio do Sub-Comitê de Política da Comissão Executiva Nacional, e em 1937 tornou-se presidente da própria Comissão Executiva Nacional. Segundo Howson, desde 1931 Dalton "*vinha encorajando e utilizando uma quantidade razoável de pesquisa e textos dos jovens economistas do Partido Trabalhista, os quais incluíam Colin Clark, Evan Durbin, Hugh Gaitskell, Douglas Jay, James Meade e Joan Robinson, bem como de membros da City de Londres, simpatizantes do partido trabalhista, e que haviam formado o grupo XYZ no início de 1932*" (Howson, 1988: 543-544).

Em meados dos anos trinta os trabalhos dos dois grupos (o XYZ e os "jovens economistas") focalizavam dois conjuntos básicos de políticas monetárias socialistas: um programa de reformas institucionais para um governo de maioria trabalhista em tempos de paz, e um conjunto de propostas detalhadas para o financiamento de uma longa guerra contra a Alemanha, que não tivesse conseqüências distributivas indesejadas. Ambos os programas fizeram parte do libelo "Labour's Immediate Programme", publicado em 1937. Para Howson, as idéias dos economistas que colaboravam com o Partido Trabalhista nos anos de 1930 e 1940 "*representam uma tentativa de um grupo particular de economistas políticos, que eram socialistas e (a maior parte) keynesianos, de aplicar os desenvolvimentos teóricos da teoria monetária dos anos de 1930 aos problemas práticos de controle monetário dos anos de 1940*". (Howson, 1988: 545). Neste contexto, a participação de Joan Robinson (em 1935) se deu na qualidade de membro do New Fabian Research Bureau, "seção" Cambridge (dirigida por Colin Clark), para a elaboração da proposta de política orçamentária do Partido Trabalhista[25].

Em julho de 1941, durante a II Guerra, o Partido criou o Comitê de Reconstrução (Party's Reconstruction Committee), que incluía um sub-comitê para as finanças do pós-guerra (Postwar Finance Subcommittee). O subcomitê, presidido por Dalton, reuniu-se três vezes: em novembro de 1941, agosto de 1942 e janeiro de 1943. Embora não haja referências quanto à presença de Joan Robinson nas duas primeiras reuniões, Howson menciona que ela participou da terceira reunião, na qual se discutiu os memorandos sobre o controle do câmbio (elaborado por Mayhew), política monetária para o pós-guerra (elaborado por Durbin) e política financeira do pós-guerra (elaborado por Jay). Nesta reunião, todos concordaram com a proposta de que o controle do câmbio deveria continuar permanentemente, e não apenas durante o período de transição do imediato pós-guerra. Entretanto, não houve acordo sobre os dois outros memorandos, e estabeleceu-se uma subcomissão que preparou outros quatro documentos: sobre

---

24. A pesquisa de Howson foi feita a partir de textos inéditos de autoria dos personagens em foco, guardados nos arquivos do Partido Trabalhista, na British Library of Political and Economic Sciences da London School of Economics (Dalton Papers, Meade Papers e Piercy Papers), no Brasenose College de Oxford (Colin Clark Papers), na Fabian Society (Nuffield College Library, Oxford), e nos Arquivos do Tesouro (Public Record Office). O recurso ao uso deste material de pesquisa decorre do fato de que as propostas detalhadas de política monetária não eram, em geral, incluídas nos pronunciamentos oficiais do Partido.

25. Howson se apoia nos seguintes documentos: Clark, "Memorandum on budgetary considerations", Policy no. 276, fevereiro 1935, Meade Papers 2/7 e Colin Clark, A socialist budget, NFRB pamphlet no. 22, maio 1935.

política de emprego (Jay), instrumentos para o controle financeiro (Berry), política econômica internacional (Durbin) e política tributária para o pós-guerra (Gaitskell); Piercy também fez parte desta subcomissão. Os dois primeiros documentos foram apresentados à quarta reunião do Comitê, em março de 1943, junto com um documento escrito por Joan Robinson sobre o controle da taxa de juros, que "*aparentemente, resultara das suas conversas com Jay, sobre a proposta dele*" (Howson, 1988: 554). Segundo Howson, Joan Robinson defendia a redução permanente das taxas de juros, o encorajamento aos investimentos de longo prazo e a redução da renda dos rentistas, o que exigiria a manutenção do controle do câmbio para evitar fluxos de capital[26]. Ainda segundo Howson, "*a visão de Joan Robinson parece ter dominado esta reunião, na qual ela também criticou o documento de Jay e foi solicitada a elaborar suas propostas de política monetária e orçamentária, bem como preparar um documento sobre o controle de preços no pós-guerra*"(Howson, 1988: 555)[27]. Consultando o diário de Dalton, Howson relata: "*Dalton anotou que 'embora a maioria dos homens não goste de Joan Robinson* [ela] *parece ser extremamente hábil e adotar a abordagem correta* "(Howson, 1988: 555)[28]

A idéia de uma política permanente de juros baixos, derivada da Teoria Geral de Keynes, apareceu em vários trabalhos daquela época, dentre os quais Howson menciona o de William H. Beveridge, intitulado Full Employment in a Free Society (1944), que contou com a ajuda de Joan Robinson, cuja influência também se fez notar no Congresso da União Sindical, mais precisamente no Interim Report on Post-War Reconstruction (1944)[29]. Howson ressalta, no entanto, que alguns dos economistas trabalhistas, como Meade e Durbin, mantinham uma atitude cautelosa para com as idéias defendidas por Joan Robinson. "*seja porque pareciam uma panacéia para preservar o capitalismo, seja porque não compartilhavam do ceticismo de Keynes quanto à utilidade das variações das taxas de juros*" (Howson, 1988: 555).

O sub-comitê reuniu-se ainda uma quinta vez, em outubro de 1943, e uma sexta vez, em abril de 1944, mas não há referências, no artigo de Howson, sobre a participação de Joan Robinson nestas reuniões, nem sobre os documentos que lhe haviam sido encomendados.

No mesmo mês desta última reunião (abril de 1944), o governo britânico anunciou a criação de um comitê sobre patentes - o Swan Committee of Patents[30], sob a presidência do Sr. Kenneth Swan[31]. Em função de suas atividades neste Comitê, Joan Robinson deu uma entrevista à B.B.C. em janeiro de 1945, que teve bastante repercussão[32].

---

26. Howson cita os seguintes documentos: 'Notes by Mrs. Joan Robinson on memorandum by Mr. Douglas Jay', Robinson, 'War-time control of the rate of interest', RDR 133, setembro 1943, e 'Note to be appended to RDR 133 - wartime control of the rate of interest', Piercy Papers 8/12.
27. Howson apoia-se em Minutes of the Fourth Meeting of the Postwar Finance Subcommittee on 25 March 1943.
28. Howson apoia-se em Dalton Diary, vol. 28, 25 March 1943.
29. Além de Nicholas Kaldor e de E.F. Schumacher. Howson remete às páginas 337-341 do livro de Beveridge (Londres, 1944) bem como às páginas 435-440 de sua biografia, de autoria de José Harris (William Beveridge: a biography, Oxford, 1977). Para a participação de Kaldor veja-se Thirlwall (1987: 90-100).
30. Cf. "The Patents Committee", The Economist, 06.05.1944: 619-620.
31. Cf. "Industry and Trade: Patents Committee", The Economist, 03.06.1944: 762.
32. Cf. JVR/vii/B.B.C. O Arquivo do King's College guarda inúmeras cartas de ouvintes, a grande maioria parabenizando a Autora pelas suas posições. Para darmos apenas dois exemplos, veja-se a carta do Sr. Hamilton-Adams, 21.01.1945: "*Gostaria de parabenizá-la pela sua participação no debate sobre monopólios da BBC. Eu, de quem dificilmente se lembrará, dei um testemunho, admito que ruim, perante a senhora, no Comitê de Patentes em 1944. Tenho conhecimento pessoal da extensão da supressão das invenções novas e úteis, e isto faz com que eu insista, pelo interesse público, que não deveria haver monopólio de patentes, e que elas deveriam estar abertas para todos os fabricantes...*". Havia algumas mais ingênuas, como a de um inventor de uma escova, que pedia conselhos e auxílio para patentear sua invenção: "*Ao ouvir sua fala sobre cartéis, pensei que talvez pudesse me ajudar ou me aconselhar. Enviei-lhe uma Especificação de Patentes, sobre minhas escovas. Não sei como vender a patente... Também pensei em montar uma fábrica, para empregar os soldados quando voltarem para casa... Não sei o que fazer. Sempre tentei*

O primeiro relatório parcial dos trabalhos do Comitê foi anunciado em abril de 1945[33], e tratava das questões jurídicas que envolviam as solicitações de patenteados que, por terem sofrido prejuízos durante a Guerra, reivindicavam uma extensão do período de vigência das patentes. O The Economist comentou sobre o conteúdo deste primeiro relatório: *"É um pouco difícil de aceitar que, de todas as injustiças que decorreram da guerra - muitas das quais prejudiciais ao esforço da Nação - esta receba atenção especial. Que assim tenha sido tende a fortalecer a visão de que o monopólio é tido em grande conta nos altos escalões"* ("War Damage to Patentees", The Economist, 21.04.1945: 520).

O segundo relatório veio a público exatamente um ano depois[34]. Seu conteúdo está descrito pela reportagem "Patent Law Reform", também no The Economist:

> "[O Comitê] examina a acusação ouvida freqüentemente de que invenções promissoras que possam concorrer com práticas estabelecidas ou ameaçar o equipamento de capital existente são suprimidas. Embora estes rumores sejam comuns, é notável que não se trouxe à luz, frente ao Comitê, nenhum exemplo de supressão deliberada, mesmo por parte de pessoas que no passado afirmaram publicamente que estas práticas existem. Esta não é uma demonstração conclusiva de que a supressão nunca tenha ocorrido, mas sugere que dificilmente seja uma prática geral...
>
> Há questões mais importantes, da prática e dos princípios, subjacentes à plena exploração das invenções patenteadas. O Comitê não chega a propor que todas as concessões de patentes sejam sujeitas às "Licenças de Direito"[35], sob as quais qualquer pessoa poderia obter uma licença como se fosse um direito, nos termos que seriam estabelecidos pelo Controlador de Patentes se as partes fossem incapazes de chegar a um acordo. O relatório argumenta que isto poderia gerar um resultado inverso, de manutenção do segredo do conhecimento técnico, que tenderia a desencorajar a pesquisa e a invenção, e que uma licença compulsória não levaria a que um patenteado revelasse o conhecimento técnico e a experiência necessários - o know how - ao licenciado.
>
> O Comitê, conseqüentemente, encontrou um limite estreito entre o encorajamento da invenção através de uma premiarão (remuneração) razoável e a aplicação da invenção para o benefício da comunidade. Para evitar o risco de que o interesse próprio possa imobilizar-se no velho e ignorar ou suprimir o novo, o relatório recomenda que o Controlador seja autorizado a conceder licenças compulsórias nos casos em que a patente possa servir a um 'uso mais extenso', mesmo que não tenha havido abuso dos direitos de patente. As considerações sugeridas para guiar o Controlador em decisões deste tipo parecem ser justas e completas. Elas buscam o melhor funcionamento possível das invenções, com remuneração razoável para o inventor e custos reduzidos para o público. A única dúvida que deixam se refere a um inventor de poucos recursos, que pode se encontrar sob pressão de algum interesse mais poderoso, por não conseguir dar 'um uso mais extenso' à sua patente. Esta possibilidade envolve problemas complexos de comprometimento de capital na exploração de patentes e acordos satisfatórios sobre royalties, que deverão recair sob a competência do Controlador" (The Economist, 20.04.1946: 643)

Segundo Maria Cristina Marcuzzo, Joan Robinson foi signatária de ambos os relatórios parciais, mas não há referência à sua participação no relatório final, divulgado em outubro de 1947[36]. É interessante notar, no entanto, que naquele mesmo mês Joan Robinson compareceu a uma reunião do Comitê sobre Manutenção dos Preços de Revenda ("Committee on Resvale Price Maintenance") presidido por George Lloyd Jacob. Desta atividade resultou um memorando, em co-autoria com Ruth Cohen, Richard Kahn e

---

ser auto-suficiente, mas cheguei à conclusão que esta é a maneira errada de se fazer as coisas. Tenho 69 anos e preciso de conselhos... Espero que ter escrito essa carta não a tenha ofendido". (Carta de Jessie Shervill para Joan Robinson, 23.01.1945).

33. Cf. "War Damage to Patentees", The Economist 21.04.1945: 520

34. Cf. "Patent Law Reform", The Economist 20.04.1946: 643

35. Em inglês: "Licences of Right".

36. Cf. "Patent Law Reform", The Economist, 04.10.1947: 572. O editorial revela que o primeiro relatório parcial, que tratava *"do problema urgente de oferecer instrumentos* [jurídicos] *adicionais através do qual se concederia uma extensão conveniente do período da patente, para compensar os inventores por sua incapacidade de desenvolvê-las durante o período da guerra"*, teve como resultado a Lei de Patentes ("Patent Act") de 1946. Além disso, discute outros aspectos - principalmente jurídicos - dos dois relatórios parciais bem como do relatório final.

William Brian Reddaway. Embora tenha sido divulgado em 1949, o relatório só foi publicado em 1964 no Bulletin of the Oxford Institute of Economics and Statistics [37].

O relatório descreve e analisa inúmeras práticas restritivas no setor de distribuição e sugere que o governo concentre suas ações nas formas de manutenção de preço de revenda que são impostas ao distribuidor, quando através de sanções, já que as formas mais "leves", como a indicação de preços e os acordos, são mais difíceis de combater e têm conseqüências menos graves. A partir da identificação de que um sério fator que limita a eficiência da concorrência em preços é a "*inabilidade dos compradores de julgar a qualidade relativa dos bens oferecidos por lojas diferentes, devido às suas variadas preferências e à sua relutância natural de andar por toda a cidade em busca de pequenas diferenças no preço*" (Robinson et allii, 1964: 118), propõe também que os produtos tenham suas embalagens marcadas com um preço sugestivo, o que tornaria as ofertas mais baratas mais transparentes[38].

Em março de 1948 o governo britânico anunciou a intenção de constituir uma Comissão de Monopólios. A este respeito, o The Economist avaliou:

> "O plano do Governo, embora não tenha sido detalhado, é o de estabelecer uma divisão especial da Câmara de Comércio[39], para coletar, filtrar e tornar públicas as reclamações sobre práticas monopolistas, bem como promover ações quando os fatos pesquisados assim o exigirem. Este seria um início útil, se não maravilhoso, mas os passos práticos da ação ainda permanecem obscuros, do mesmo modo que as práticas restritivas que o Governo possa considerar que requeiram alguma ação. Será que as reclamações contra as restrições das Uniões Sindicais e a agressividade da política salarial também serão consideradas? Deveriam".("Probe for Monopolies". The Economist, 20.03.1948: 445)

E mais à frente, relacionando a Comissão de Monopólios ao Comitê de Patentes:

> "A julgar pelas recentes declarações do Primeiro Ministro, deve-se esperar uma ação mais positiva em relação às invenções e patentes. Por razões óbvias, não é possível fazer qualquer estimativa confiável sobre a extensão pela qual o poder monopolista é, na prática, reforçado pela encampação de empresas e pela supressão das patentes. O público sabe menos do que deveria, que uma patente não utilizada, depois de decorrido um lapso razoável de tempo desde sua aquisição é legalmente aberta ao uso, na base de rolarcis, por qualquer um que queira solicitar uma licença...". ("Probe for Monopolies". The Economist, 20.03.1948: 445)

Levou quase um ano para que a Comissão de Monopólios fosse efetivamente criada, o que ocorreu em janeiro de 1949. Sua função era investigar e relatar à Câmara de Comércio os casos em que "*parecia existir 'monopólio, tal qual definido pela Lei.... Deveria também, se solicitada, investigar e relatar se havia condições para, ou atos efetivos, que operassem contra o interesse público. A Câmara de*

---

37. Nele lê-se que o comitê havia sido nomeado em 1947. O Arquivo de Joan Robinson guarda uma cópia escrita em 1948, junto com outros documentos referentes a este trabalho (principalmente a correspondência em torno das negociações para a formação da equipe, encabeçadas por Richard Kahn). O texto publicado em 1964, de autoria de Joan Robinson, Ruth Cohen, Richard Kahn e William Reddaway, é a versão integral e inalterada do documento de 1948. Veja-se Robinson et allii (1948a mimeo e 1964a)

38. O relatório sugere ainda uma série de medidas jurídicas que protejam os distribuidores de eventuais "listas negras" por parte dos produtores, ou a prescrição de margens mínimas de lucro dos distribuidores (diferentes para varejistas e atacadistas), que protejam os produtores. Desaconselha ainda a obstrução das lojas do tipo "pegue e pague", considerando que a alegação de que este tipo de comércio fere os interesses de lojas especializadas e "mais finas" é falsa. A prática de se estabelecer acordos que obrigavam todos os varejistas a manter, para uma grande variedade de produtos, um nível de margens que fosse satisfatório para os comerciantes mais atrasados foi proibida. Este sistema, segundo Joan Robinson, impedia o desenvolvimento das grandes lojas do tipo self-service. Para uma caracterização dos vários tipos de práticas restritivas na comercialização, identificadas por este Comitê veja-se, além do próprio relatório, Hunter (1955).

39. Em inglês "Board of Trade".

> tivesse a intenção de usar, de alguma maneira, a Lei de Monopólios, a política razoável seria certamente a de concentrar as investigações em alguns outros poucos casos, como base para uma legislação geral contra as restrições de concorrência no setor de distribuição ("Quiet Life for Monopolies", The Economist, 03.03.1951: 475).

Um aspecto muito debatido em torno das atividades da Comissão de Monopólios - também detalhadamente apresentada por Kilroy - diz respeito à indefinição do que vinha a ser "interesse público", em nome do qual, e apenas dele, o Governo se mostraria disposto a tomar medidas mais severas (desde que a Comissão identificasse que as tais práticas monopolistas contrariavam o "interesse público"). Neste sentido, em novembro de 1951, o The Economist escrevia no seu editorial em que comentava o programa do governo recém eleito:

> "Qualquer tentativa sincera e determinada para restaurar as condições nas quais uma economia de empresas privadas pode funcionar eficientemente terá que lidar com as questões das práticas monopolistas e restritivas... Mesmo que a atual Comissão de Monopólios fosse ampliada para tratar dos sindicatos e das corporações estatutárias, permaneceria muito fraca, já que não foram estabelecidos os princípios pelos quais ela deve se guiar, e o ônus da prova recai substancialmente sobre a Comissão e não sobre os setores investigados. Uma abordagem mais efetiva, várias vezes exposta no The Economist, seria a aprovação de um Ato Declaratório[43], afirmando que certas práticas definidas (dentre as quais a manutenção do preço de revenda seria apenas uma) são prima facie contrárias ao interesse público, e que as empresas que acham que têm um bom motivo, em termos do interesse público, para adotá-las ou continuar a praticá-las deveriam requerer permissão à Comissão de Monopólios" ("The Programme", The Economist, 03.11.1951: 1021)

Um outro texto que segue a mesma direção do de Kilroy é o de Guenault e Jackson (1954), intitulado "British Monopoly Legislation in Practice". Os autores fazem referência à Lei de Comissão de Monopólios e Práticas Restritivas, de 1953 ("Monopolies and Restrictive Practices Commission Act"), que, segundo eles, foi "*uma medida não controversa para acelerar o trabalho da Comissão criada em 1948*" (Guenault e Jackson, 1954: 195, n3) e tinha por objetivo "*fortalecer a Comissão...* [embora] *não lhe desse poderes adicionais*" (Guenault e Jackson, 1954: 204). Discutem as conseqüências das mudanças engendradas por esta lei[44] bem como os interesses políticos e econômicos subjacentes à própria escolha dos setores e ramos a serem analisados pela Comissão.

No texto destes autores, chamou-nos a atenção a menção ao caso dos "fósforos" - exemplo usado por Joan Robinson e John Eatwell no livro publicado em 1973. Guenault e Jackson ressaltam que na pesquisa relativa à indústria de fósforos, o objeto de avaliação era uma firma monopolista, o que a diferenciava das demais pesquisas, nas quais a análise se centrava nas "*associações comerciais que dominavam a indústria*". (Guenault e Jackson, 1954: 198, n15). Entre várias críticas, os autores se referem ao fato de que aos membros da Comissão não era garantido o direito de visita às fábricas nem o acesso a toda a documentação. Como conseqüência, ressaltam que:

---

43. Em inglês: "Declaratory Act".
44. Segundo os autores, a formação inicial da Comissão era de dez membros, que se encontravam quinzenalmente às quintas-feiras e quando necessário, também às sextas-feiras (Guenault e Jackson, 1954: 199). Apenas o Presidente (Sir Archibald Carter) e um outro membro participavam da Comissão em tempo integral. A lei de 1953 elevava o número de membros para 25, organizados em grupos compostos de não menos do que cinco pessoas, permitindo a discussão de cinco relatórios simultaneamente. Os autores ressaltam que na formação anterior, teria sido possível debater, ao mesmo tempo, dois relatórios. Estas informações indicam que possivelmente, embora todos os membros assinassem todos os relatórios, não participavam, igualmente, de todos os debates. A participação de Joan Robinson (ou dos demais membros) não está detalhada.

> "No recente relatório sobre 'Fósforos' a Comissão concorda que 'não é possível calcular o custo original da maior parte dos ativos existentes' e sugere que os valores contábeis registrados sejam tomados como guia suficiente... Embora não queiramos entrar no tão estudado problema da medida do capital, parece que a maioria dos métodos utilizados requer algum grau de inspeção e avaliação técnica dos ativos" (Guenault e Jackson, 1954: 205).

Seria possivelmente um exagero atribuir, na passagem acima, a menção ao "tão estudado problema da medida do capital" à influência de Joan Robinson nos trabalhos da Comissão. No entanto, o caso do ramo de "fósforos" é particularmente importante para avaliar sua contribuição. Segundo as informações de Hunter, entre os relatório que ele analisa, houve um que não foi aprovado por unanimidade no interior da própria Comissão - justamente o do setor de fósforos - e um dos três votos contrários foi o de Joan Robinson. Em sua análise da atuação da Comissão, Hunter constata, em primeiro lugar, que "*nos casos em que o poder de mercado de um monopolista ou de um grupo monopolístico enfrenta um comprador monopsonista ou quase-monopsonista, a Comissão não se preocupa muito ... e não faz qualquer tentativa de quebrar o monopólio ou de regulá-lo através do mecanismo comum de controle de preços*" (Hunter, 1955: 31). Mas a decisão não foi unânime:

> "[Houve] opinião discordante de três membros da Comissão sobre o Relatório 'Fósforos'. Ao invés de propor que o governo impusesse o controle de preços, que era a recomendação majoritária, estes três membros sugeriram uma alteração na estrutura do ramo, através da criação de uma agência compradora governamental, com poderes de compra exclusivos sobre todos os fósforos importados ou produzidos domesticamente. Para exercer sua autoridade monopsonista, esta agência receberia poderes para obter todas as informações sobre os custos dos produtores, e operaria intermediando as encomendas dos compradores, alocando os contratos competitivamente... Dois dos três membros discordantes eram o Professor G.C. Allen e a Sra. Robinson". (Hunter, 1955: 32)[45]

Segundo Hunter, a sugestão da Comissão indica a influência das idéias de J.K. Galbraith, que "*aponta para as vantagens conhecidas da produção em larga escala, em termos de sua capacidade de pesquisa e desenvolvimento*" (Hunter, 1955: 32), mas cuja teoria, em essência, diz respeito à idéia de que o poder monopolista serve de incentivo à criação de monopsônios - isto é, o conceito de countervaling power. Em segundo lugar, Hunter constata, da análise dos relatórios, "*a evidência de que a Comissão, às vezes, pensa no monopólio não como um obstáculo mas como fonte geradora de bem estar econômico, doutrina que, como se sabe, se associa ao nome do Professor J.A. Schumpeter ... cujas idéias levam logicamente à posição de que muitas das práticas monopolistas podem ser necessárias para o progresso econômico* -

45. Veja-se também Meier (1952: 591) que atribuia à participação destes dois "economistas acadêmicos" a inclusão, nos relatórios, da "*história dos ramos industriais, a análise de suas estruturas, informações sobre preços, custos, margens e lucros.... extremamente importantes para os estudantes de organização e controle industrial*". Vale lembrar que G.C Allen e Joan Robinson foram os dois representantes do Reino Unido que participaram da Conferência Mesa Redonda sobre Monopólio, Concorrência e sua Regulação, ocorrida na França, em setembro de 1951, organizada por Edward Chamberlin, sob os auspícios da International Economic Association. O primeiro apresentou um trabalho de natureza histórica intitulado ""Monopoly and Competition in the United Kingdom" (Allen 1951) e Joan Robinson apresentou o texto, de caráter teórico, "The Impossibility of Competition" (Robinson, 1951d). Os outros dois representantes foram Austin Robinson (que participou apenas dos debates) e W.A. Lewis com o trabalho "Recent British Experience in Nationalization". (Lewis 1951). Estes trabalhos foram publicados em Monopoly and Competition and Their Regulation - Papers and Proceedings of a Conference held by the International Economic Association (Chamberlin, 1954). Para um maior detalhamento da opinião dissidente de Allen e Joan Robinson no caso do relatório sobre a indústria de fósforos, veja-se Harbury e Raskind (1953: 401-402).

são necessárias por que são aliadas da inovação" (Hunter, 1955: 34). A influência das idéias de Schumpeter sobre a Comissão de Monopólio é descrita por Hunter como segue:

> "Há sinais nos relatórios da Comissão de Monopólios de que provavelmente também vejam ... a existência de um firma grande ou de um pequeno número de firmas grandes como algo que não é necessariamente incompatível com a concorrência eficiente ... embora não esteja preparada para avançar tanto quanto Schumpeter e aceitar todos os tipos de restrições monopolistas. Por outro lado, a Comissão está preparada para fazer concessões nos casos em que a organização em larga escala, seja ela formada por uma única firma ou por uma associação comercial, dá sinais de contribuir para o bem estar econômico através do desenvolvimento, da inovação e do baixo custo de produção" (Hunter, 1955: 35)

O relatório que melhor exemplifica este caso, segundo Hunter, é o da Insulina, cuja produção enfrentava o poder monopsonista exercido pelo Ministério da Saúde. A Comissão não fez nenhuma recomendação, baseada no argumento de que "*os resultados da pesquisa coletiva e dos programas de colaboração técnica* [das empresas envolvidas] *gerou ... produtos de melhor qualidade e virtualmente o menor preço mundial da insulina*" (Hunter, 1955: 36). No ramo de Lâmpadas Elétricas, também citado por Joan Robinson e John Eatwell no seu livro-texto de 1973, a Comissão considerou, do mesmo modo, que "*a política de compartilhar patentes, técnicas de produção e resultados das pesquisas... gerou trocas de informações mais rápidas e mais abrangentes sobre os novos desenvolvimentos... a aplicação mais rápida das novas descobertas... e a redução progressiva e substancial dos preços das lâmpadas*" (Hunter, 1955: 36)[46]. Do mesmo modo, o relatório sobre "Fósforos" "*também tem passagens que refletem esta consciência dos benefícios do monopólio...*" (Hunter, 1955: 37). E conclui:

> "A primeira conclusão que deve ser tirada no que diz respeito ao princípio norteador da Comissão de Monopólios... é a de que ela tem um pressuposto funcional (não ideológico) a favor da livre entrada ou da concorrência irrestrita do tipo tradicional...
>
> ...A Comissão se satisfaz, quando é factível, com opor ao poder de monopólio algum tipo de poder monopsônico. Por outro lado, a idéia de progresso econômico é evidenciada com clareza na preocupação da Comissão em manter o ramo aberto à entrada de sangue novo e idéias inovadoras. Além disso, quando a entrada é difícil devido a obstáculos financeiros, complexidade tecnológica, tamanho das firmas existentes, etc., a Comissão se mostra disposta a conceder à organização em larga escala e à colaboração, desde que os membros desta posição monopolista 'natural' demonstrem que não permitem a estagnação do progresso econômico em suas mãos" (Hunter, 1955: 38-39)[47].

Com as informações que temos não é possível, no entanto, identificar os motivos pelos quais Joan Robinson teria se demitido da Comissão de Monopólios. Como se viu, segundo Marcuzzo ela teria ocorrido em outubro de 1952 (data de divulgação do relatório do ramo de insulina)[48] sendo que o relatório do ramo de fósforos foi divulgado em março de 1953. Joan Robinson, mesmo quando menciona a Comissão de Monopólios no seu livro de 1966 - Economics, An Awkward Corner - não diz nada além de que a

---

46. Harbury e Raskind (1953: 394, n.6) e Cohen (1953: 200) relatam que no caso da indústria de lâmpadas, Joan Robinson foi a única que discordou das recomendações finais constantes do Relatório.
47. O texto de Hunter traz a seguinte cronologia de divulgação dos relatórios: 1950 (dezembro): Report on the Supply of Dental Goods; 1951 (março): Report on Cast Iron Rainwater Goods; 1951 (outubro): Report on the Supply of Electric Lamps; 1952 (junho): Report on the Supply of Insulated Electric Wires and Cables; 1952 (outubro): Report on the Supply of Insulin; 1953 (março): Report on the Supply and Export of Matches and the Supply of Match Making Machinery; 1953 (outubro): Report on the Supply of Imported Timber; 1954 (abril): Report on the Process of Calico Printing. Para as datas de assinatura dos cinco primeiros relatórios veja-se Cohen (1953: 196).
48. Assinado, segundo Cohen (1953: 196), em 31 de julho do mesmo ano.

Comissão estabelecida em 1948 "*exceto pela pesquisa, teve poucos efeitos*" (Robinson, 1966a: 85, n27). De qualquer forma, a experiência da Autora no Comitê de Patentes e no Comitê sobre Manutenção dos Preços de Revenda deve ter tido alguma importância para sua atuação na Comissão de Monopólios e Práticas Restritivas. De modo indireto, é o que parece ser possível concluir da interpretação segundo a qual "*em todos os ramos estudados, a Comissão* [de Monopólios] *adotou um ponto de vista próximo ao do Lloyd Jacob Committee on Resvale Price Maintenance*" (Harbury e Raskind, 1953: 403), ou da que resume que "[A Comissão de Monopólios] *não considera que todos os monopólios e práticas restritivas são contrárias ao interesse público ... pois parecem ser inevitáveis para que se possa compartilhar informações técnicas, o que é importante no caso das lâmpadas elétricas e crucial no caso da insulina*" (Cohen, 1953: 206).

Alguns indícios dos motivos da saída de Joan Robinson podem ser encontrados na avaliação que ela faz no texto "The Control of Monopoly in British Industry" (1957h), a propósito do relatório da British Oxygen Company - B.O.C.[49]. Neste artigo, Joan Robinson chama a atenção para o fato de que não é possível evitar a monopolização no setor industrial - que considera, aliás, um resultado natural da concorrência bem sucedida.

> "O ponto de partida comum nestas discussões é, para simplificar, o de que o monopólio é o Mal e a concorrência é o Bem. Trata-se de um prima facie óbvio, o de que as práticas restritivas sejam algo ruim. Mas como se pode dizer que o monopólio é ruim e a concorrência é boa se, ao menos no sistema manufatureiro, o monopólio em geral nada mais é do que o resultado bem sucedido da concorrência? Concorrência significa a tentativa de ganhar os clientes dos rivais, crescer, vender abaixo do custo, ganhar uma parcela maior do mercado. Enquanto não há vencedores na luta, a concorrência continua. Em muitos jogos há um sistema de impedimentos, elaborado de modo a igualar as chances e fazer com que o jogo continue. Na concorrência o sistema de impedimentos vai na direção contrária. O vencedor de uma batalha acha mais fácil vencer a outra. Isto pode ser devido às economias técnicas de escala: a firma que tem maior produção de um bem específico pode usar métodos mais eficientes. Mas mesmo quando não há grandes economias de escala, ou mesmo algumas deseconomias devidas à ingovernabilidade das grandes organizações, a firma cuja produção já é grande construiu a fama do seu nome, comanda o financiamento para a expansão, tornou-se importante para seus fornecedores de matéria-prima e para os intermediários de seu produto, de modo que recebe tratamento preferencial, tem o poder de comprar cérebros e portanto tem uma equipe cuja habilidade é superior à média. O sucesso favorece o sucesso" (Robinson, 1957h: 459).

Ao mesmo tempo, ela levanta a questão de que é extremamente difícil julgar se a monopolização é benéfica ou não:

> "Existe um certo pressuposto de que um concorrente bem sucedido, que se tornou monopolista, relaxará quando a luta for ganha e agirá em termos de poder estratégico ao invés de procurar aprimoramentos contínuos em eficiência. Este é o pressuposto, mas é muito difícil avaliar, em qualquer caso específico, se o pressuposto ocorre. É pelo fato do monopolista ser um monopolista que não há com quem comparar seus custos... O paradoxo essencial é este: a eficiência concorrencial cria a estagnação monopolista e não nos deixa nenhum meio para julgar a gravidade da estagnação". (Robinson, 1957h: 459-460).

---

49. Segundo Joan Robinson (1966a: 85, n27) em 1956 criou-se o Tribunal de Práticas Restritivas ("Restrictive Practises Court"), que reconstituiu a Comissão de Monopólios para tratar de casos individuais de empresas que dominavam seu setor de atividades. O "Resale Price Maintenance" - que teve a participação de Joan Robinson, Richard Kahn e outros, foi desfeito em 1964 sob o governo conservador, embora mantivesse algumas exceções, dentre as quais a Autora menciona o "Net Book Agreement". É possível que a publicação, em 1964, do relatório divulgado em 1948, acima mencionado, se deva à dissolução do referido Comitê.

E mais à frente:

> "A B.O.C. pode mostrar que seus custos vieram caindo...mas como é que alguém pode comprovar que eles teriam caído ainda mais, ou que teria sido possível haver mais progresso técnico, sob pressão da concorrência? Tudo que a Comissão é capaz de dizer é *'com as evidências disponíveis, parece que há um rápido progresso técnico no exterior, notadamente nos EUA e na Alemanha'*. Em vista de sua posição monopolista, o país depende totalmente da B.O.C. para poder competir com os produtores estrangeiros, ou para permanecermos atrasados e dependente deles no que diz respeito ao aprimoramento dos métodos de produção e de distribuição". (Robinson, 1957h: 460).

Um dos motivos pelos quais, talvez, ela tenha deixado a Comissão (em 1952 ou 1953) parece estar expresso no seu comentário final:

> "É desapontador oferecer uma resposta tão enevoada para a pergunta: o que se deve fazer? Talvez vocês achassem que um economista deveria ser capaz de oferecer uma solução clara e simples para um problema econômico. Mas a tendência ao monopólio está tão profundamente enraizada no sistema industrial moderno que é difícil desenraizá-la sem danificar o sistema... Acho que um economista devia ter o direito de responder a questões deste tipo do mesmo modo que o homem a quem perguntaram o caminho para Oklahoma - 'se eu quisesse ir a Oklahoma nunca começaria daqui". Robinson (1975h: 475)

No livro de 1966 ela menciona a reconstituição, em 1956, da Comissão de Monopólios, e a divulgação, dez anos depois, de um relatório sobre a indústria de detergentes. Ela comenta não apenas uma parte dos resultados do trabalho da Comissão, como analisa algumas observações que apareceram na imprensa (no The Times de 11 de agosto de 1966):

> "A Comissão mostrou que, de um faturamento de £ 62 milhões, os custos de venda dos dois produtores era de £ 17 milhões. A Comissão recomendou um corte nos preços do atacado de 20%, a partir de um corte nos gastos de propaganda de 40%.
>
> Numa coletiva à imprensa, (The Times, 11 de agosto de 1966) que se seguiu à divulgação do relatório, foram feitas várias observações interessantes: *'o gasto com propaganda dos dois maiores produtores de detergentes domésticos mostra o quão competitivo é o ramo'*. O presidente de uma das empresas disse: *'Achamos que a Comissão subestimou muito o papel da propaganda na produção e comercialização de bens de consumo e a grande contribuição que a propaganda dá à economia deste ramo... Exercitando sua escolha em condições competitivas num mercado livre, a dona de casa britânica consegue obter um bom equilíbrio entre o alto custo de uma opção ilimitada e o baixo custo de não ter nenhuma opção'*.
>
> O raciocínio é o de que os altos custos de propaganda fazem com que a entrada no mercado seja impraticável e deste modo assegura as economias de escala para as firmas grandes e poderosas. Não ocorreu ao porta-voz que é possível ter vantagens de custos baixos e preços reduzidos, que podem, igualmente, ser uma forma eficaz de concorrência" (Robinson, 1966a: 85-86, nota 28).

A experiência de Joan Robinson nas atividades práticas acima descritas certamente influenciaram suas atividades intelectuais, e vice-versa. Em particular, sua participação nos três organismos - o Comitê de Patentes, o Comitê para Manutenção dos Preços de Revenda e a Comissão de Monopólios e Práticas Restritivas -, ainda que exiguamente documentada, certamente tiveram algum papel na sua maneira de

interpretar a questão do oligopólio e do progresso técnico. Por outro lado, Joan Robinson dificilmente teria sido indicada para compor as duas equipes, se seu trabalho na área já não tivesse reconhecimento público.

ANEXO II

FONTES E BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS

Nota Sobre a Bibliografia

As Fontes e Bibliografia Consultadas foram divididas em cinco grandes itens.

O ítem I contém a lista dos Arquivos e Bibliotecas pesquisados na Inglaterra. Os Arquivos guardam a correspondência não publicada e boa parte dos textos inéditos consultados e/ou citados na tese. Outros textos inéditos consultados e/ou citados encontram-se no acervo das referidas Bibliotecas.

O ítem II relaciona as Coletâneas consultadas. Muitos dos trabalhos de Joan Robinson foram reproduzidos em suas Coletâneas, e as indicações a este respeito foram abreviadas ao longo do ítem III. As Coletâneas de John Maynard Keynes e de Michal Kalecki serviram principalmente para as citações da correspondência que já se encontra publicada.

O ítem III relaciona as obras de Joan Robinson, classificadas em (1) Livros e Fascículos (excluídas as Coletâneas listadas no ítem II); (2) Artigos, Capítulos e Comunicações; (3) Resenhas; (4) Textos Não Publicados e (5) Correspondência Não Publicada.

Os ítens IV (Obras Sobre Joan Robinson) e V (Obras Gerais e de Referência) seguem a mesma classificação do anterior. O critério utilizado foi o de incluir no item IV todos os trabalhos que analisam a obra de Joan Robinson, bem como os que fazem parte dos debates em que a Autora se envolveu, inclusive a Correspondência entre terceiros.

I - Arquivos e Bibliotecas

BL: British Library, Londres, Inglaterra

JMK: John Maynard Keynes Papers, King's College, Cambridge, Inglaterra

JVR: Joan Violet Robinson Papers, King's College, Cambridge, Inglaterra

KC: King's College Modern Archive Centre, Cambridge, Inglaterra.

ML: Marshall Library, Faculty of Economics and Politics, University of Cambridge, Inglaterra

NK: Nicholas Kaldor Papers, King's College, Cambridge, Inglaterra

PS: Piero Sraffa Papers, Trinity College, Cambridge, Inglaterra

RFK: Richard Ferdinand Kahn Papers, King's College, Cambridge, Inglaterra

II - Coletâneas

II.1 - Coletâneas de Joan Robinson

ETE: Essays in the Theory of Employment, London, Macmillan, 1937. 2a. edição 1947, Oxford, Basil Blackwell, 3a. edição 1969, Macmillan.

CEP1: Collected Economic Papers, vol. 1, Oxford, Basil Blackwell, 1951. 2a. edição, 1978.

RIE: The Rate of Interest and Other Essays, Londres, Macmillan, 1952.

RRM: On Re-reading Marx, Cambridge Student's Bookshops Ltd, 1953.

LVC: Letters from a Visitor to China, Cambridge Student's Bookshops Ltd, 1954.

CEP2: Collected Economic Papers, vol. 2, Oxford, Basil Blackwell, 1960. 2a. edição, 1975

ETG: Essays in the Theory of Economic Growth, London, Macmillan, 1962. Novas impressões em 1963, 1964 e 1968[1].

NFC: Notes from China, Blackwell, Oxford, 1964.

CEP3: Collected Economic Papers, vol. 3, Oxford, Basil Blackwell, 1965. 2a. edição, 1975

CEP4: Collected Economic Papers, vol. 4, Oxford, Basil Blackwell, 1973.

RFC: Reports from China: 1953-1976, Anglo-Chinese Educational Institute, London, 1977.

CME: Contributions to Modern Economics, Basil Blackwell, Oxford, 1978[2].

GGT: The Generalisation of the General Theory and Other Essays, Londres, Macmillan, 1979.

CEP5: Collected Economic Papers, vol. 5, Oxford, Basil Blackwell, 1980.

FCM: What are the Questions and Other Essays - Further Contributions to Modern Economics, Oxford, Basil Blackwell Publisher, 1980[3].

II.2 - Coletâneas de John Maynard Keynes

CWJMK, IV: A Tract on Monetary Reform in The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. IV, London, Macmillan for the Royal Economic Society, 1971. (editado por Donald Moggridge).

CWJMK, IX: Essays in Persuasion in The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. IX, London, Macmillan for the Royal Economic Society, 1971. (editado por Donald Moggridge).

CWJMK, XI: Economic Articles and Correspondence - Academic in The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. XI, London, Macmillan Cambridge University Press for the Royal Economic Society, 1983. (editado por Donald Moggridge).

---

[1] (Há tradução para o português: Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento Econômico, tradução de Paulo de Almeida, São Paulo, Abril Cultural, 1983, Col. Os Economistas, com introdução de Tamás Szmrecsányi).
[2] (Há tradução para o português: Contribuições à Economia Moderna, tradução de Waltensir Dutra e revisão técnica de Isaac Kerstenetzky, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
[3] (Há tradução para o português: Novas Contribuições à Economia Moderna, tradução de Adail U. Sobral e revisão técnica de Claudia Heller, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988).

CWJMK, XII: Articles and Correspondences -Investment and Editorial in The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. XII, London, Macmillan Cambridge University Press for the Royal Economic Society, 1983. (editado por Donald Moggridge).

CWJMK, XIII: The General Theory and After - Part I: Preparation in The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. XIII, London, Macmillan St. Martin's Pres for the Royal Economic Society, 1973. (editado por Donald Moggridge).

CWJMK, XIV: The General Theory and After - Part II: Defense and Development in The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. XIV, London, Macmillan Cambridge University Press for the Royal Economic Society, 1973. (editado por Donald Moggridge).

CWJMK, XXIX: The General Theory and After - A Supplement in The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. XXIX, London, Macmillan Cambridge University Press for the Royal Economic Society, 1979. (editado por Donald Moggridge).

II.3 - Coletâneas de Michal Kalecki

CWMK, I: Collected Works of Michal Kalecki: Business Cycles and Full Employment, (vol. I), Oxford University Press, 1991.

CWMK, II: Collected Works of Michal Kalecki: Capitalism - Economic Dynamics, (vol. II), Oxford University Press, 1991.

CWMK, III: Collected Works of Michal Kalecki: Socialism - Functioning and long-run planning (vol. III), Oxford University Press, Clarendon Press, 1993.

CWMK, IV:: Collected Works of Michal Kalecki: Socialism - Economic Growth and Efficiency of Investment, (vol. IV), Oxford University Press, 1993.

CWMK, V: Collected Works of Michal Kalecki: Developing Economies (vol. V), Oxford University Press, Clarendon Press, 1993.

III - Obra de Joan Robinson

III.1 Livros e Fascículos (exceto Coletâneas)

Robinson, J. (1932b): Economics is a Serious Subject: the apologia of an economist to the mathematician, the scientist and the plain man, Cambridge, W. Heffer & Sons ou Cambridge, Student's Bookstore.

Robinson, J. (1933a): The Economics of Imperfect Competition, Londres, Macmillan. 2a. edição 1969.

Robinson, J. (1937b): Introduction to the Theory of Employment, Londres, Macmillan. 2a. ed. 1969. Edição brasileira: Introdução à Teoria do Emprego, tradução de Armand Frutuoso Pereira, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1980.

Robinson, J. (1942a): An Essay on Marxian Economics, Londres, Macmillan. 2a. edição 1966, New York, St. Martin's Press. Edição brasileira: Ensaio Sobre a Economia Marxista, Fundo de Cultura, 1960.

Robinson, J. (1942c): Unless We Plan Now - Private Enterprise or Public Control, Association for Education in Citizenship, Handbooks for Discussion Groups, no. 11, London. (Reproduzido em 1943 pelo The English Universities Press).

Robinson, J. (1943e): The Future of Industry, Commonwealth Publication, London.

Robinson, J. (1943f): The Problem of Full Employment: An Outline for Study Circles, W.E.A. Study Outlines no. 10, Workers Educational Association and Workers Educational Trade Union Committee, London. (Reimpresso em 1943-45 - quatro vezes- em 1946 e 1947. Edição revista em setembro 1949, como Study Outline no. 18, reimpresso em setembro 1950.)

Robinson, J. (1949d): The Problem of Full Employment: An Outline for Study Circles, W.E.A. Study Outlines no. 18, Workers Educational Association and Workers Educational Trade Union Committee, Londres. (Edição revista de Robinson 1943f. Reimpresso em setembro 1950).

Robinson, J. (1952j): Conference Sketch Book: Moscow, April 1952, Cambridge, Heffer and Sons. Reproduzido sob o título "Moscow, 1952" in Monthly Review, vol. 4, no. 5, setembro 1952, pp. 157-172.

Robinson, J. (1956a): The Accumulation of Capital, Londres, Macmillan. Reimpresso em 1965; 2a. edição 1969.

Robinson, J. (1960b): Exercises in Economic Analysis, London, Macmillan. Edição brasileira: Prática de Análise Econômica, tradução de Leopoldo C. Fontenele, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961.

Robinson, J. (1962a): Economic Philosophy: An Essay in the Progress of Economic Thought, Londres, C.A. Watts & Co.. Edição brasileira: Filosofia Econômica, tradução de Fernando de Castro Ferro, Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

Robinson, J. (1966a): Economics, An Awkward Corner, Londres, George Allen & Unwin. Reeditado em 1967 nos EUA pela Pantheon Books.

Robinson, J. (1966c): The New Mercantilism: An Inaugural Lecture, Cambridge University Press. Reproduzido in CEP4: 1-13 e in CME: 201-212. (Aula inaugural, proferida na Universidade de Cambridge em 15 de outubro de 1965).

Robinson, J. (1967o): Teoria dell'occupazione e altri saggi, Milano, Etas Kompass.

Robinson, J. (1969a): The Cultural Revolution in China, Penguin Books, Harmondsworth. 2a. ed. 1970. Parcialmente reproduzido in RFC.

Robinson, J. (1970a): Freedom and Necessity - An Introduction to the Study of Society, Londres, George Allen & Unwin. Edição brasileira: Liberdade e Necessidade - Uma introdução ao Estudo da Sociedade, tradução de Christiano Monteiro Oiticica, Rio de Janeiro, Zahar, 1971 e reeditado in Sraffa e Joan Robinson, São Paulo, Editora Abril Cultural, Coleção "Os Pensadores", 1980, pp. 179-267.

Robinson, J. (1971a): Economic Heresies - Some Old-Fashioned Questions in Economic Theory, New York, Basic Books. Edição portuguesa: Heresias Econômicas - Algumas Questões Esquecidas na Teoria Econômica, tradução de Joaquim Aguiar, Lisboa, Assirio & Alvim, Textos de Ciências Sociais, no. 11, 1976.

Robinson, J. (1972b): Economic Management in China 1972, London, Anglo-Chinese Educational Institute, Modern China Series no. 4, março. 2a. edição em 1975, com novo pós-escrito, 3a. edição 1976. Parcialmente reproduzido in Robinson (1973j): "Planning and Management in China Today" in The Cambridge Review, vol. 94, 2 março 1973, pp. 106-120 e in Robinson (1973m): "Structure of Management" in China Now, vol. 7, fevereiro 1973, pp. 10-11.

Robinson, J. (ed.)(1973g): After Keynes, Oxford, Basil Blackwell. Papers Presented to Section F (Economic Studies) at the 1972 Annual Meeting of the British Association for the Advancement of Science, Oxford, Basil Blackwell, 1973.

Robinson, J. (1974k): Selected Economic Writings, Bombay, Oxford University Press.

Robinson, J. (1979b): Aspects of Development and Underdevelopment, Cambridge University Press. Edição brasileira: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, tradução de Waltensir Dutra e revisão técnica de Jaques Kerstenetzky, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Robinson, J. (1980l): Collected Economic Papers - General Index, Basil Blackwell, Oxford.

Robinson, J. e Adler, S. (1958): China: An Economic Perspective, Fabian Tract no. 314, London, Davenport Press.

Robinson, J. e Eatwell, John (1973): An Introduction to Modern Economics, Londres, McGraw-Hill. Edição revista em 1974. Edição brasileira: Introdução à Economia, tradução de Norma Paraiso Nogueira, Heitor Pinto de Moura Filho e Ricardo Alberto Bielschowsky, revisão técnica de Eliana A. Cardoso, Livros Técnicos e Científicos Editora, Rio de Janeiro, 1978 e reimpressão em 1979.

Robinson, J.; Morrison, Herbert M.P.; Agar, T.W.; Wooton, Barbara; Joad, C.M; e Cole, G.D.H. (eds.)(1944): Can Planning be Democratic? - A collection of essays prepared for the Fabian Society, London, Routledge & Sons.

III.2 Artigos, Capítulos e Comunicações

Robinson, J. (1932a): "Imperfect Competition and Falling Supply Price" in The Economic Journal, vol. 42, dezembro 1932, pp. 544-554.

Robinson, J. (1933b): "The Imperfection of the Market: comments on G.F. Shove's note" in The Economic Journal, vol. 43, março 1933, pp. 124-125.

Robinson, J. (1933c): "Decreasing Costs - a reply to Mr. Harrod" in The Economic Journal, vol. 43, setembro 1933, pp. 531-532.

Robinson, J. (1933d): "A Parable on Savings and Investments" in Economica, vol. 13, fevereiro 1933, pp. 75-84.

Robinson, J. (1933e): "The Theory of Money and the Analysis of Output" in The Review of Economic Studies, vol. 1, no. 1, outubro 1933, pp. 22-26. Reproduzido in CEP1: 52-58 e in CME: 14-19.

Robinson, J. (1933f): "Comments on Mr. Hawtrey's Paper on Public Expenditure and Trade Depression" in The Journal of the Royal Statistical Society, vol. 96, 1933, pp. 464-465.

Robinson, J. (1933g): "Shakespeare and Mr. Looney" in The Cambridge Review, vol. 54, 12 maio 1933, pp. 389-390.

Robinson, J. (1934a): "What is Perfect Competition?" in Quarterly Journal of Economics, vol. 49, novembro 1934, pp. 104-120. Reproduzido in CEP1: 20-34.

Robinson, J. (1934b): "Euler's Theorem and the Problem of Distribution" in The Economic Journal, vol. 44, setembro 1934, pp. 398-414. Reproduzido in CEP1: 1-19.

Robinson, J. (1934c): "Mr. Fraser on Taxation and Returns" in Review of Economic Studies vol. 1, fevereiro 1934, pp. 137-140.

Robinson, J. (1935a): "A Fundamental Objection to Laissez-Faire" in The Economic Journal, vol. 45, setembro 1935, pp. 580-582. Reproduzido in CEP1: 49-51, sob o título "An Inherent Defect in 'Laissez-Faire'".

Robinson, J. (1935c): "Full Employment" in ETE: 1-28. Reproduzido in CEP4: 177-198, sob o título "Essays 1935 - Full Employment".

Robinson, J. (1935d): "The Foreign Exchanges" in ETE: 134-155. Reproduzido in CEP4: 212-228, sob o título "Essays 1935 - The Foreign Exchanges".

Robinson, J. (1935e): "Beggar-my-Neighbour Remedies for Unemployment" in ETE: 156-170. Reproduzido in CEP4: 229-240 e in CME: 190-200, sob o título "Essays 1935 - Beggar-my-Neighbour Remedies for Unemployment".

Robinson, J. (1935f): "An Economist's Sermon" in ETE: 175-182. Reproduzido in CEP4: 241-246, sob o título "Essays 1935 - An Economist's Sermon". (Palestra proferida a um círculo de estudantes do Student Christian Movement em Peterhouse, Cambridge).

Robinson, J. (1936a): "Disguised Unemployment" in The Economic Journal, vol. 46, 1936, pp. 225-237. Reproduzido in ETE: 60-74. Reproduzido também in CEP4: 199-211, sob o título "Essays 1935 - Disguised Unemployment".

Robinson, J. (1936b): "Disguised Unemployment - a Rejoinder to Harold Barger" in The Economic Journal, vol. 46, dezembro 1936, pp. 759-760.

Robinson, J. (1936d): "Banking Policy and the Exchanges" in The Review of Economic Studies, vol. 3, junho 1936, pp. 226-229.

Robinson, J. (1936e): "The Long Period Theory of Employment" in Zeitschrift fur Nationalokonomie, vol. 7, no. 1, março 1936, pp. 74-93. Revisto e reproduzido in ETE: 75-100.

Robinson, J. (1936g): "Further Notes on Elasticity of Substitution - Comment: Reply to F. Machlup: Dr. Machlup's Commomsense of the Elasticity of Substitution" in Review of Economic Studies, vol. 3, fevereiro 1936, pp. 148-150.

Robinson, J. (1937c): "Mobility of Labour" in ETE: 29-43.

Robinson, J. (1937d): "Certain Proposed Remedies for Unemployment" in ETE: 44-59.

Robinson, J. (1937e): "The Concept of Zero Saving" in ETE: 101-111.

Robinson, J. (1937f): "Disinvestment" in ETE: 112-118.

Robinson, J. (1937g): "Diagrammatic Illustrations" in ETE: 119-133

Robinson, J. (1937h): "Indeterminacy" in ETE: 171-174.

Robinson, J. (1937i): "Foreword to First Edition" in ETE: v-vi.

Robinson, J. (1937m): "Some Reflections on Marxist Economics" in ETE: 183-190. (Versão desenvolvida a partir de Robinson (1936f): "Review of John Strachey, 'The Nature of Capitalist Crisis'").

Robinson, J. (1937-38): "The Classification of Inventions" in The Review of Economic Studies, vol. 5, 1937-38, pp. 139-142.

Robinson, J. (1938a): "The Concept of Hoarding" in The Economic Journal, vol. 48, junho 1938, pp. 231-236. Reproduzido in CEP1: 62-68 e in CME: 29-34.

Robinson, J. (1940c): "War Savings Campaign - Test of Success: consumption and prices (letter to the editor of The Times)" in The Times, London, 3 de dezembro de 1940, p. 5.

Robinson, J. (1941a): "Rising Supply Price" in Economica, vol. 8, New Series, fevereiro 1941, pp. 1-8. Reproduzido in CEP1: 35-43.

Robinson, J. (1941b): "Marx on Unemployment" in The Economic Journal, vol. 51, junho-setembro 1941, pp. 234-248. (Parcialmente reproduzido in Robinson (1948a): "Marx and Keynes").

Robinson, J. (1941d): "The Financial Problem of 1941" in The Banker, vol. 57, janeiro 1941, pp. 8-13.

Robinson, J. (1941f): "Foreword to 'An Essay on Marxian Economics" in Robinson (1942a): An Essay on Marxian Economics, 2a. edição 1966, pp. xxii-xxiv.

Robinson, J. (1942d): "Industry and the State" in Political Quarterly, vol. 13, no. 4, outubro-dezembro 1942, pp. 400-406.

Robinson, J. (1942i): "Marxist and Keynesians " in Tribune, 20.11.1942.

Robinson, J. (1943a): "Planning Full-Employment - alternative solutions of a dilemma" in The Times, 22-23 de janeiro de 1943. Reproduzido in CEP1: 81-88.

Robinson, J. (1943a1): "Planning Full-Employment I: the need for a constructive approach" in The Times, London, 22 de janeiro de 1943, p. 5. Reproduzido in CEP1: 81-88

Robinson, J. (1943a2): "Planning Full-Employment II: alternative solutions of a dilemma" in The Times, London, 23 de janeiro de 1943, p. 5. Reproduzido in CEP1: 81-88.

Robinson, J. (1943c): "The International Currency Proposals" in The Economic Journal, vol. 53, junho 1943, pp. 161-175.

Robinson, J. (1943g): "Creating Money" in Accountancy, vol. 54, janeiro 1943, pp. 64-65.

Robinson, J. (1943h): "Planning" in Fabian Quarterly, vol. 36, janeiro 1943, pp. 4-8.

Robinson, J. (1943j): "Do We Need World Markets?" in The Listener, vol. 30, 28 de outubro de 1943, pp. 490-491 e p. 501.

Robinson, J. (1944b): "Abolishing Unnecessary Poverty" in Kaldor (ed.)(1944a): Planning for Abundance, National Peace Council, Peace Aims Pamphlets, no. 21, pp. 3-7. (Papers by the economists present at the meeting organized by the National Peace Council on "Interrelation of National and International Reconstruction", held in Oxford).

Robinson, J. (1944c): "The Currency Plan" in Socialist Commentary, vol. 9, junho 1944, pp. 246-250.

Robinson, J. (1944d): "Budgeting in the Post-War World" in Morrison, Agar, Wooton, Joad, Robinson e Cole (eds.)(1944): Can Planning be Democratic? - a collection of essays prepared for the Fabian Society, pp. 75-94.

Robinson, J. (1945a): "War-Time Inflation" in CEP1: 89-98. (Palestra proferida em Paris, janeiro 1945).

Robinson, J. (1945d): "Budget et Inflation" in Bulletin de l'Institut de Science Économique Appliquée, no. 1, setembro 1946, pp. 4-11. (Conferência realizada no ISEA, em Paris, 1945, sob o título "Le contrôle de l'inflation").

Robinson, J. (1946a): "Obstacles to Full Employment" in Nationalokonomisk Tidsskrift, vol. 84, no. 5, 1946, pp. 169-178. Reproduzido in CEP1: 105-114 e in CME: 21-28. (Artigo baseado numa conferência proferida no Nationalokonomisk Forening, em Copenhague, em 6 de dezembro de 1946.

Robinson, J. (1946b): "Note to the Reissue of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Robinson (1937b): Introduction to the Theory of Employment, Londres, Macmillan, 2a. ed. 1969, p. vi. Edição

brasileira: "Nota à segunda edição" in Introdução à Teoria do Emprego, tradução de Armand Frutuoso Pereira, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1980, p. 7.

Robinson, J. (1946c): "Note to 'An Essay on Marxian Economics" in Robinson (1942a): An Essay on Marxian Economics, 2a. edição 1966, p. xxiv.

Robinson, J. (1947a): "The Pure Theory of International Trade" in Review of Economic Studies, 1947, vol. 14, no. 36, 1947, pp. 98-112. Reproduzido in CEP1: 182-205.

Robinson, J. (1947b): "Foreword to the Second Edition" in ETE: vi, 2a. edição.

Robinson, J. (1948a): "Marx and Keynes" in Critica Economica, vol. 2, novembro 1948, pp. 33-45. Reproduzido in CEP1: 133-145. (Os dois primeiros parágrafos foram retirados de Robinson (1941b): "Marx on Unemployment". Edição brasileira: "Marx e Keynes" in Horowitz, David (org.)(1972): A Economia Moderna e o Marxismo, tradução de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 97-110.

Robinson, J. (1948b): "Case for a Double Price Level" in The Listener, vol. 39, 4 março 1948, pp. 363-364.

Robinson, J. (1948e): "La Théorie Générale de l'Emploi" in Economie Appliquée, vol. 1, abril-setembro 1948, pp. 185-196.

Robinson, J. (1950a): "Exchange Equilibrium" in Economia Internazionale, vol. 3, maio 1950, pp. 396-406. Reproduzido in CEP1: 214-224.

Robinson, J. (1951b): "Introduction to Rosa Luxemburg's 'Accumulation of Capital'" in Luxemburg (1912a, edição inglesa de 1951, pp. 13-28). Reproduzido in CEP2: 59-73. Edição brasileira: "Introdução à 'Acumulação de Capital'" in Napoleoni, Claudio (org.)(1982): O Futuro do Capitalismo, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Graal, pp. 301-317.

Robinson, J. (1951c): "The Rate of Interest" in Econometrica, vol. 19, abril 1951, pp. 92-111. Reproduzido in RIE: 1-30, in GGT: 137-164. Parcialmente reproduzido in CEP2: 246-265 e in CME: 35-54.

Robinson, J. (1951d): "The Impossibility of Competition" in Chamberlin (ed.)(1954): Monopoly and Competition and their regulation - Papers and Proceedings of a Conference held by the International Economic Association, pp. 245-254. (Palestra proferida na Round Table Conference on Monopoly, Competition and Their Regulation, em Talloires, Haute Savoire, setembro 1951).

Robinson, J. (1951e): "Introduction to the First Edition of Collected Economic Papers, vol. I, 1951" in CEP1: vii-ix.

Robinson, J. (1951f): "Preparation for War" in Cambridge Today. Reproduzido in Monthly Review, vol. 3, no. 6, outubro 1951, pp. 194-195.

Robinson, J. (1951g): "Economic Consequences of a Decline in the Population of Great Britain" in CEP1: 115-132. (Trabalho escrito durante a Segunda Guerra Mundial).

Robinson, J. (1952b): "The Generalisation of the General Theory" in RIE: 67-142 e in GGT: 1-76.

Robinson, J. (1952c): "Notes on the Economics of Technical Progress" in RIE: 31-65 e in GGT: 77-111.

Robinson, J. (1952d): "Acknowledgements and Disclaimers" in RIE: 143-164 e in GGT: 113-134. Reproduzido parcialmente e com modificações in CEP2: 18-26, sob o título "Notes on Marx and Marshall".

Robinson, J. (1952e): "'Full Cost' and Monopolistic Competition - a comment" in The Economic Journal, vol. 62, março 1952, p. 325.

Robinson, J. (1952f): "Monetary Policy Again - comments" in Oxford Bulletin of Economics and Statistics, vol. 14, agosto 1952, pp. 281-284. Reproduzido in CEP2: 226-270, sob o título "A Note on Bank Rate" (Parte de um simpósio sobre política monetária).

Robinson, J. (1952g): "The Model of an Expanding Economy" in The Economic Journal, vol. 62, março 1952, pp. 42-53. Reproduzido in CEP2: 74-87.

Robinson, J. (1952h): "Theory and Practice of Planning: review of Charles Bettelheim, 'Les Problèmes Théoriques et Pratiques de la Planification'" in Soviet Studies, vol. 4, julho 1952, pp. 53-58.

Robinson, J. (1952k): "Introduction" in RIE: v-vi.

Robinson, J. (1953a): "'Imperfect Competition' Revisited" in The Economic Journal, vol. 63, setembro 1953, pp. 579-593. Reproduzido in CEP2: 222-238 e in CME: 166-181.

Robinson, J. (1953c): "Essays 1953 - Introduction (to the reprint of 'On re-reading Marx')" in CEP4: 247-248.

Robinson, J. (1953d): "Would You Believe It?" in RRM: 5-9. Reproduzido in CEP4: 248-253, sob o título "Essays 1953 - Would You Believe It?".

Robinson, J. (1953e): "A Lecture Delivered at Oxford by A Cambridge Economist" in RRM: 10-18. Reproduzido in CEP4: 254-263 e in CME: 137-145, sob o título "Essays 1953 - A Lecture Delivered at Oxford by A Cambridge Economist".

Robinson, J. (1953f): "An Open Letter from a Keynesian to a Marxist" in RRM: 19-23. Parcialmente reproduzido in CEP4: 264-268 e in FCM: 165-169, sob o título "Essays 1953 - An Open Letter from a Keynesian to a Marxist".

Robinson, J. (1953g): "Letters From a Visitor to China, July 1953 - part I" in Monthly Review, vol. 5, no. 7, novembro 1953, pp. 302-310. Reproduzido in LVC e in RFC.

Robinson, J. (1953h): "Letters From a Visitor to China, July 1953 - part II" in Monthly Review, vol. 5, no. 8, dezembro 1953, pp. 397-407. Reproduzido in LVC e in RFC.

Robinson, J. (1953i): "On Trade with Russia - letter to The Times" in The Times, 1 de setembro de 1953.

Robinson, J. (1953j): "East-West Trade - letter to The Times" in The Times, 15 de setembro de 1953.

Robinson, J. (1953k): "A Mission to Moscow - letter to The Economist" in The Economist, 28 de novembro 1953.

Robinson, J. (1953l): "Letter to The Economist" in The Economist, 5 de dezembro 1953.

Robinson, J. (1953-54): "The Production Function and the Theory of Capital" in The Review of Economic Studies, vol. 21(2) no. 55, 1953-1954, pp. 81-106 Reproduzido parcialmente e com modificações in CEP2: 114-131 e in CME: 76-90.

Robinson, J. (1954a): "The Labour-Theory of Value: a discussion" in Science and Society, vol. 18, no. 2, primavera 1954, pp. 141-151. Reproduzido in CEP2: 49-58.

Robinson, J. (1954b): "Letters From a Visitor to China, July 1953 - part III" in Monthly Review, vol. 5, no. 9, janeiro 1954, pp. 477-480. Reproduzido in LVC e in RFC.

Robinson, J. (1954c): "Letters From a Visitor to China, July 1953 - part IV" in Monthly Review, vol. 5, no. 10, fevereiro 1954, pp. 536-543. Reproduzido in LVC e in RFC.

Robinson, J. (1954e): "Britain and China" in The Nation, vol. 179, 14 agosto 1954, pp. 125-128.

Robinson, J. (1955a): "Marx, Marshall and Keynes" in Occasional Paper no. 9, Delhi School of Economics, 1955. Reproduzido in CEP2: 1-17 e in CME: 61-75. (Conferências pronunciadas na Delhi School of Economics, 1955).

Robinson, J. (1955b): "The Production Function" in The Economic Journal, vol. 65, março 1955, pp. 67-71.

Robinson, J. (1955c): "A Theory of Long Run Development" in Economic Review, Tokyo, vol. 6, outubro 1955, pp. 382-385.

Robinson, J. (1956b): "The Industry and the Market" in The Economic Journal, vol. 66, junho 1956, pp. 360-361.

Robinson, J. (1956c): "Unemployment and the Second Plan" in Capital, Calcutta, Annual Supplement, dezembro 1956, pp. 7-9. Reproduzido in CEP3: 182-191, sob o título "India, 1955: Unemployment and Planning".

Robinson, J. (1956d): "Mr. Wiles' Rationality: a comment" in Soviet Studies, vol. 7, janeiro 1956, pp. 269-273.

Robinson, J. (1956e): "The Production Function and the Theory of Capital - A Reply" in The Review of Economic Studies, vol. 23, no. 3, 1956, p. 247.

Robinson, J. (1956h): "Employment and the Plan" in Economic Weekly, vol. 8, 24 março 1956, pp. 355-356.

Robinson, J. (1956i): "British-Soviet Trade Prospects" in British-Soviet Friendship, outubro 1956, pp. 2-3 e 5.

Robinson, J. (1956j): "The Choice of Technique" in The Economic Weekly, vol. 8, 23 junho 1956, pp. 715-718.

Robinson, J. (1956k): "Time and the Choice of Technique - letter" in The Economic Weekly, vol. 8, 17 novembro 1956, p. 1333.

Robinson, J. (1957a): "La Théorie de la Répartition", tradução de M. de Felice, in Economie Appliqué, vol. 10, no. 4, outubro-dezembro 1957, pp. 523-538. Revisto e reproduzido in CEP2: 145-158, sob o título "The Theory of Distribution".

Robinson, J. (1957b): "Notes on the Theory of Economic Development" in Annales de la Faculté de Droit de Liége, 1957. Reproduzido in CEP2: 88-106.

Robinson, J. (1957c): "Población y Desarrollo" in Investigación Economica, vol. 18, 1958, pp. 275-281. Publicado sob o título "Population and Development" in Pakistan Economic Journal, vol. 10, março 1960, pp. 1-7. Reproduzido in CEP2: 107-113. (Paper apresentado ao Economic Seminar na Moscow University, julho 1957.)

Robinson, J. (1957d): "What Remains of Marxism?" in A Contribution to a Symposium, 1957. Reproduzido in CEP3: 158-166.

Robinson, J. (1957e): "Economic Growth and Capital Accumulation - a comment" in The Economic Record, vol. 33, abril 1957, pp. 103-108.

Robinson, J. (1957f): "Une Lettre sur le Capitalisme Contemporaine" in Cahiers Internationaux, vol. 82, janeiro 1957, pp. 27-28.

Robinson, J. (1957h): "The Control of Monopoly in British Industry" in The Listener, vol. 58, no. 1460, 21 março 1957, pp. 459-460 e 475.

Robinson, J. (1957i): "Full Employment and After" in Universities and Left Review, vol. 1, primavera 1957, pp. 66-68.

Robinson, J. (1957k): "Choice of Technique - letter" in The Economic Weekly, vol. 9, 27 abril 1957, p. 537.

Robinson, J. (1957m): "Clues to History - letter to the editor" in The Nation (U.S.), vol. 185, 1 1957, p.: opposite to page 1.

Robinson, J. (1957n): "The Chinese Classical Theatre" in Manchester Guardian Weekly, 19 setembro 1957

Robinson, J. (1958a): "Il Mito della Concorrenza" in Il Mercurio, vol. 9, dezembro 1958, pp. 15-20. Publicado em inglês sob o título "'Imperfect Competition' Today" in CEP2: 239-245. Há tradução para o português: "A 'Concorrência Imperfeita' em Retrospecto", por Tamás Szmrecsányi, mimeo, que inclui também a tradução do prefácio da segunda edição de The Economics of Imperfect Competition, pp. v-xii, intitulada "Imperfect Competition, then and now".

Robinson, J. (1958b): "The Real Wicksell Effect" in The Economic Journal, vol. 68, setembro 1958, pp. 600-605. Reproduzido in CEP2: 185-190.

Robinson, J. (1958c): "Plein Emploi et Inflation" in Bulletin de Conjoncture Régionale, Rennes, vol. 3, janeiro-março 1958, pp. 26-30. Publicado em inglês sob o título "Full Employment and Inflation" in CEP2: 271-279. (Palestra proferida na Universidade de Rennes em março 1958.)

Robinson, J. (1958d): "Some Reflections on the Philosophy of Prices" in The Manchester School of Economic and Social Studies, vol. 26, maio 1958, pp. 116-135. Revisto e reproduzido como Robinson (1960d): "The Philosophy of Prices" in CEP2: 27-48 e in CME: 146-165.

Robinson, J. (1958e): "Birth Control in China" in New Statesman and Nation, vol. 55, 18 janeiro 1958, pp. 66-67.

Robinson, J. (1959a): "Some Problems of Definition and Measurement of Capital" in Oxford Economic Papers, vol. 11, junho 1959, pp. 157-166. Reproduzido in CEP2: 197-208.

Robinson, J. (1959b): "Accumulation and the Production Function" in The Economic Journal, vol. 69, setembro 1959, pp. 433-442. Reproduzido in CEP2: 132-144.

Robinson, J. (1959c): "Depreciation" in Rivista di Politica Economica, vol. 49, novembro 1959, pp. 1703-1717. Publicado em inglês in CEP2: 209-221.

Robinson, J. (1959d): "A Comment on G.D.N. Worswick's Review of Accumulation of Capital" in Oxford Economic Papers, vol. 11, janeiro 1959, pp. 141-142.

Robinson, J. (1959f): "Letter to the Editor on Capital Theory - reply to Klein" in Econometrica, vol. 27, julho 1959, p. 490.

Robinson, J. (1959g): "Economic Possibilities of Ceylon" in Papers by Visiting Economists, Colombo, Planning Secretariat, 1959.

Robinson, J. (1960c): "Capital, Technique and Relative Shares" in CEP2: 159-184.

Robinson, J. (1960d): "The Philosophy of Prices" in CEP2: 27-48 e in CME: 146-165. Versão revista de Robinson (1958d): "Some Reflections on the Philosophy of Prices" in The Manchester School of Economic and Social Studies, vol. 26, maio 1958, pp. 116-135.

Robinson, J. (1960e): "Teaching Economics" in The Economic Weekly Annual, Bombay, janeiro, pp. 173-175. Reproduzido in CEP3: 1-6.

Robinson, J. (1960f): "General Liquidity" in The Banker, London, vol. 110, dezembro, pp. 790-795. Reproduzido in CEP3: 125-131.

Robinson, J. (1960g): "Saving Without Investment" in CEP2: 191-196.

Robinson, J. (1960j): "The Choice of Models - present position of econometrics: a discussion opened by Joan Robinson, Jack Downie and C.B. Winsten" in Journal of the Royal Statistic Society, vol. 123, parte 3, pp. 274-296.

Robinson, J. (1960k): "Introduction" in CEP2: v.

Robinson, J. (1960m): "East-West trade - letter to The Economist" in The Economist, 16 de janeiro 1960, p. 195.

Robinson, J. (1961a): "Equilibrium Growth Models" in The American Economic Review, vol. 51, junho 1961, pp. 360-369. Reproduzido in CEP3: 15-29.

Robinson, J. (1961b): "Prelude to a Critique of Economic Theory" in Oxford Economic Papers, vol. 13, fevereiro 1961, pp. 53-58. Reproduzido in CEP3: 7-14. Também reproduzido in FCM: 144-150, sob o título "Piero Sraffa: Production of Commodities by Means of Commodities".

Robinson, J. (1961d): "Own Rates of Interest" in The Economic Journal, vol. 71, setembro 1961, pp. 596-600. Reproduzido in CEP3: 132-138.

Robinson, J. (1961e): "Beyond Full Employment" in Annals of Collective Economy, Liège, vol. 33, abril-junho 1961, pp. 159-167. Reproduzido in CEP3: 103-112.

Robinson, J. (1961g): "From the United States to Cuba" in The Listener, vol. 52, 24 agosto 1961, pp. 265-67 e p. 280.

Robinson, J. (1962b): "Latter-Day Capitalism" in New Left Review, vol. 2, julho-agosto 1962, pp. 37-46. Reproduzido in CEP3: 113-124 e in CME: 229-239.

Robinson, J. (1962c): "Marxism: Religion and Science" in Monthly Review, vol. 14, dezembro 1962, pp. 423-435. Reproduzido in CEP3: 148-157 e in FCM: 155-164.

Robinson, J. (1962e): "The Basic Theory of Normal Prices" in Quarterly Journal of Economics, vol. 76, no. 1, fevereiro 1962, pp. 1-19. Resumido e reproduzido sob o título "Normal Prices" in ETG: 1-21.

Robinson, J. (1962f): "A Model of Accumulation" in ETG: 22-87.

Robinson, J. (1962g): "A Model of Technical Progress" in Rivista di Politica Economica, vol. 52, fevereiro 1962, pp. 147-175. Reproduzido in ETG: 88-119.

Robinson, J. (1962h): "A Neo-Classical Theorem" in The Review of Economic Studies, vol. 29, junho 1962, pp. 219-226. Reproduzido parcialmente in ETG: 120-136, sob o título "A Neo-neoclassical Theorem".

Robinson, J. (1964k): "Chinese Agricultural Communes" in Co-Existence, vol. I maio 1964, pp. 1-7. Reproduzido como Robinson (1973m) in Wilber, Charles K. (ed.)(1973): Political Economy of Development and Underdevelopment, New York, Random House, pp. 209-215. (Parcialmente reproduzido in Robinson 1966j e in Robinson 1966k).

Robinson, J. (1964l): "Foreword" in NFC.

Robinson, J. (1964m): "Notes from China" in Economic Weekly, vol. 16, fevereiro 1964, pp. 195-203. Reproduzido parcialmente como Robinson 1964r: "Economic recovery" in RFC.

Robinson, J. (1964q): "Pre-Keynesian Theory After Keynes" in Australian Economic Papers, vol. 3, junho-dezembro 1964, pp. 25-35. Reproduzido in CEP3: 56-70 e in CME: 91-102.

Robinson, J. (1964r): "Economic Recovery" in RFC. (Parcialmente retirado de NFC e de Robinson (1964j): "A British Economist on Chinese Commune").

Robinson, J. (1964s): "Prospects for China" in New Scientist, vol. 22, 1964, p. 756.

Robinson, J. (1964t): "Planning for Economic Development" in Trade Journal, junho-julho 1964, pp. 5-7. (Pakistan).

Robinson, J. (1965b): "Harrod's Knife-Edge" in CEP3: 52-55.

Robinson, J. (1965c): "Piero Sraffa and the Rate of Exploration" in New Left Review, vol. 5, janeiro 1965, pp. 28-34. Reproduzido in CEP3: 173-181, sob o titulo "A Reconsideration of the Theory of Value".

Robinson, J. (1965d): "Cuba 1965" in Economic Weekly, vol. 17, 28 agosto 1965, pp. 1341-1345. Reproduzido in Monthly Review, vol. 17, no. 9, fevereiro 1966, pp. 10-18.

Robinson, J. (1965f): "Korean Miracle" in Monthly Review, vol. 16, janeiro 1965, pp. 541-549. Reproduzido in CEP3: 207-215, sob o título "Korea, 1964: Economic Miracle".

Robinson, J. (1965h): "What's New in China" in Eastern Horizon, vol. 4, janeiro 1965, pp. 11-15. Reproduzido in RFC.

Robinson, J. (1965j): "Kalecki and Keynes" in Problems of Economic Dynamics and Planning: Essays in Honour of Michal Kalecki, Varsóvia, PWN-Polish Scientific Publishers, 1965, 2a. edição. Reproduzido in CEP3: 92-102 e in CME: 53-60.

Robinson, J. (1965k): "Introduction" in CEP3: v.

Robinson, J. (1965l): "Preface to the Second Edition of 'An Essay on Marxian Economics" in Robinson (1942a): An Essay on Marxian Economics, 2a. edição 1966, pp. vi-xxi.

Robinson, J. (1966d): "Introduction" in Kalecki (1962b): Studies in the Theory of Business Cycles 1933-1939, edição inglesa, 1966. pp. vii-xii.

Robinson, J. (1966e): "Comment on Samuelson and Modigliani" in The Review of Economic Studies, vol. 33, outubro 1966, pp. 307-308.

Robinson, J. (1966g): "Comment on David Bensusan-Butt, 'Pre-Keynesian Theory: a modest defence'" in Australian Economic Papers, vol. 5, junho 1966, pp. 45-46.

Robinson, J. (1966j): "China Today: the organisation of agriculture" in Bulletin of the Atomic Scientists, vol. 22, junho 1966, pp. 28-32. (Reprodução parcial de Robinson 1964k).

Robinson, J. (1966k): "Organisation of Agriculture" in Adams (ed.)(1966): Contemporary China, New York, Pantheon Books. (Reprodução parcial de Robinson 1964k).

Robinson, J. (1967a): "Growth and the Theory of Distribution" in Annals of Public and Cooperative Economy, vol. 38, janeiro-março 1967, pp. 3-7. Reproduzido in CEP5: 71-75.

Robinson, J. (1967b): "Marginal Productivity" in The Indian Economic Review, vol. 2, New Series, abril 1967, pp. 75-84. Reproduzido in CEP4: 129-138).

Robinson, J. (1967d): "Socialist Affluence" in Feinstein (ed.)(1967a): Socialism, Capitalism and Economic Growth - Essays in Honour of Maurice Dobb. Reproduzido in CEP4: 33-47 e in CME: 240-253.

Robinson, J. (1967e): "The Soviet Collective Farm as a Producer Cooperative: comment" in The American Economic Review, vol. 57, março 1967, pp. 222-223.

Robinson, J. (1967g): "The Economic Reforms" in Monthly Review, vol. 19, no. 6, novembro 1967, pp. 45-50. (Special Issue: 50 Years of Soviet Power).

Robinson, J. (1967h): "Contribution to Sanity - letter" in Economic and Political Weekly, vol. 2, 28 fevereiro 1967, p. 111.

Robinson, J. (1967n): "China and China Specialists" in Science and Society, vol. 31, verão 1967, pp. 338-341.

Robinson, J. (1967p): "The Chinese Cultural Revolution" in Now, 22 de dezembro 1967 (Calcutta).

Robinson, J. (1967q): "Opening Remarks" in Martin, K. e Knapp, John (eds.)(1967): The Teaching of Development Economics, London, Frank Cass, 149-150.

Robinson, J. (1968a): "Value and Price" in Social Science Information, vol. 7, dezembro 1968, pp. 63-72. Reproduzido in CEP4: 48-58. (Artigo apresentado no Symposium on the Influence of Karl Marx on Contemporary Scientific Thought, Paris, Maio 1968, organizado sob os auspícios da UNESCO, pelo International Social Science Council e pelo International Council for Philosophy and Humanistic Studies).

Robinson, J. (1968d): "Reply to Thomas D. Willet, 'A Defence of Adam Smith's Deer and Beaver Model'" in Journal of Economic Studies, University of Aberdeen, Scotland, vol. 3, julho 1968, p. 33.

Robinson, J. (1968f): "The Cultural Revolution in China" in International Affairs, vol. 44, abril 1968, pp. 214-227.

Robinson, J. (1968h): "Intensive Look at China" in Bulletin of the Society for Anglo-Chinese Understanding, vol. 3, fevereiro 1968, pp. 1-5.

Robinson, J. (1968i): "Reply to Sussex Internationalists Attack" in Bulletin of the Society for Anglo-Chinese Understanding, vol. 3, junho-julho 1968, p. 5.

Robinson, J. (1968j): "China Today: economic organisation" in Journal of the Royal Society of Arts, vol. 116, julho 1968, p. 683-693.

Robinson, J. (1968k): "One Quarter of Mankind" in Canadian Forum, vol. 48, outubro 1968, p. 150.

Robinson, J. (1969b): "The Theory of Value Reconsidered" in Australian Economic Papers, vol. 8, junho 1969, pp. 13-19..Reproduzido in CEP4: 59-66 e in CME: 182-189. (Conferência pronunciada no University College, Londres, novembro 1968).

Robinson, J. (1969c): "Economics Today" in Basel Wirtschaftswissenschaftliche Vortrage, no. 2, Zurich Polygraphischer Verlag, 1970. Reproduzido in CEP4: 122-128. (Palestra proferida na Universidade de Basiléia, dezembro 1969).

Robinson, J. (1969d): "A Model of Accumulation Proposed by J.E. Stiglitz" in The Economic Journal, vol. 79, junho 1969, pp. 412-413.

Robinson, J. (1969e): "A Further Note (on Kaldor-Mirrlees Growth Model concerning the degree of monopoly)" in The Review of Economic Studies, vol. 36, no. 105, abril 1969, pp. 260-262.

Robinson, J. (1969g): "Preface to the Second Edition of 'The Economics of Imperfect Competition': Imperfect Competition Then and Now" in Robinson (1933a), 2a. edição, 1969, pp. v-xii. Há tradução para o português por Tamás Szmrecsányi, mimeo.

Robinson, J. (1969i): "Preface to the Third Edition of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Robinson (1937b): Introduction to the Theory of Employment, Londres, Macmillan, 3a. ed. 1969. Edição brasileira: "Prefácio à segunda edição: Trinta Anos Depois" in Introdução à Teoria do Emprego, tradução de Armand Frutuoso Pereira, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1980, pp. 9-14.

Robinson, J. (1969j): "Preface" in Brunner (1969a): China Economy, London, Anglo-Chinese Educational Institute..

Robinson, J. (1969k): "Ten Years of Communes" in Broadsheet, vol. 6, janeiro 1969, p. 1.

Robinson, J. (1969l): "India and China: a comparison" in The Listener, vol. 82, 1969, pp. 816-818.

Robinson, J. (1969m): "Letter to Tribune" in Tribune, London, 24 de janeiro de 1969.

Robinson, J. (1969n): "Postscript to the Third Edition of The Accumulation of Capital"

Robinson, J. (1970b): "Capital Theory Up-to-Date" in Canadian Journal of Economics, vol. 3, no. 2, maio 1970, pp. 309-317. Reproduzido in CEP4: 144-154 e in CME: 103-113.

Robinson, J. (1970d): "Harrod After Twenty-One Years" in The Economic Journal, vol. 80, setembro 1970, pp. 731-737. Reproduzido in CEP4: 67-73.

Robinson, J. (1970e): "Harrod After Twenty-One Years - A Reply" in The Economic Journal, vol. 80, setembro 1970, p. 741.

Robinson, J. (1970f): "The Need for a Reconsideration of the Theory of International Trade" in Connoly (org.)(1973): International Trade and Money, Allen & Unwin.. Reproduzido in CEP4: 14-24 e in CME: 213-222.

Robinson, J. (1970g): "Quantity Theories Old and New" in Journal of Money, Credit and Banking, vol. 2, novembro 1970, pp. 504-513. (Reproduzido como capítulo 6 sob o título "Prices and Money" in Robinson (1971a): Economic Heresies - Some Old-Fashioned Questions in Economic Theory, pp. 77-96).

Robinson, J. (1970h): "Foreword" in Weelwright, E.L. e McFarlane, Bruce (1970): Chinese Road to Socialism, New York, Monthly Review Press.

Robinson, J. (1970i): "Chinese Economic Policy" in Studium Generale, vol. 23, no. 12, 1970, pp. 1267-1274.

Robinson, J. (1970k): "Society and Economics in China Today" in Jungk, R. (ed.)(1970): China and the West: Mankind Evolving, London, Granstone Press.

Robinson, J. (1970l): "Reply to A.J. Watson, 'The Cultural Revolution: two views'" in China Now, no. 2 vol. 4, junho 1970, p. 4.

Robinson, J. (1970n): "Chinese Economic Policy: prescription for development" in China Now, vol. 4, agosto 1970, pp. 5-8.

Robinson, J. (1971c): "Continuity and the 'Rate of Return'" in The Economic Journal, vol. 81, março 1971, pp. 120-122. Reproduzido in CEP4: 164-166.

Robinson, J. (1971d): "The Measure of Capital: The End of the Controversy" in The Economic Journal, vol. 81, setembro 1971, pp. 597-602. Reproduzido in CEP4: 167-173. (Palestra proferida no World Congress of the Econometric Society em Cambridge, England)

Robinson, J. (1971e): "The Relevance of Economic Theory" in Monthly Review, vol. 23, janeiro 1971, pp. 29-37. Reproduzido in CEP4: 114-121.

Robinson, J. (1971f): "Michal Kalecki" in The Cambridge Review, vol. 93, outubro 1971, pp. 1-4. Reproduzido in CEP4: 87-91.

Robinson, J. (1971g): "The Second Crisis of Economic Theory" in The American Economic Review: Papers and Proceedings, vol. 62, no. 2, maio 1972, pp. 1-10. Reproduzido in CEP4: 92-105 e in CME: 1-13. (Conferência Richard T. Ely, proferida na reunião da American Economic Association, em 27 de dezembro de 1971, em New Orleans, sob a presidência de John Kenneth Galbraith).

Robinson, J. (1971h): "A Reply (to Ferguson's Comment on 'Capital Theory Up-to-Date)" in Canadian Journal of Economy, vol. 4, maio 1971, pp. 254-256. Reproduzido in CEP4: 160-163

Robinson, J. (1971i): "The Existence of Aggregate Production Functions: Comment" in Econometrica, vol. 39, março 1971, p. 405.

Robinson, J. (1971j): "Comment on Going to Europe again - a Symposium" in Encounter, vol. 36, junho 1971, pp. 5-6.

Robinson, J. (1971k): "Chinese Economic Policy" in Needham, J. (ed.)(1971a): Hand and Brain in China and Other Essays, London, Anglo-Chinese Educational Institute, 1971.

Robinson, J. (1972a): "What has Become of the Keynesian Revolution?" in Robinson (ed.)(1973g): After Keynes, pp. 1-11. Reproduzido in Challenge, vol. 16, janeiro 1974, pp. 6-11, in CEP5: 168-177. (Presidential Address to Section F, British Association for the Advancement of Science (Economic Studies), 1972. Edição brasileira: "O que Aconteceu à Revolução Keynesiana?" in Keynes, Milos (coord.)(1977): Ensaios Sobre John Maynard Keynes, tradução de José Fernandes Dias, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 101-110.

Robinson, J. (1972d): "Porquoi des Économistes?" in Preuves, vol. 12 1972, pp. 139-148. Tradução de Georges Anovil.

Robinson, J. (1972e): "Preface à l'Édition Française de 'Hérésies Economiques'" in Robinson (1972e): Hérésies Economiques, tradução de G. Grellet, Calmann-Lévy, 1972.

Robinson, J. (1972f): "For Use Not for Profit: a report on a recent visit to China" in Eastern Horizon, vol. 11, no. 4, abril 1972, pp. 6-15.

Robinson, J. (1973c): "Ideology and Analysis" in A Contribution to the Festschrift for Eduard Marz, Europaverlags AG Wien, 1973. Reproduzido in CEP5: 254-261.

Robinson, J. (1973d): "Foreword" in Kregel (1973): The Reconstruction of Political Economy - A Introduction to Post-Keynesian Economics, pp. ix-xiii.

Robinson, J. (1973e): "Foreword" in CEP4: v.

Robinson, J. (1973h): "Communication: Samuelson and Marx and their latest critics" in Journal of Economic Literature, vol. 11, dezembro 1973, p. 1367.

Robinson, J. (1973j): "Planning and Management in China today" in The Cambridge Review, vol. 94, 2 março 1973, pp. 106-120. Extraído de Robinson (1972b): Economic Management in China 1972.

Robinson, J. (1973l): "Essays 1935 - Introduction" in CEP4: 174-175.

Robinson, J. (1973m): "Structure of Management" in China Now, vol. 7, fevereiro 1973, pp. 10-11. Extraído de Robinson (1972b): Economic Management in China 1972.

Robinson, J. (1973n): "Foreword" in Robinson (ed.)(1973g): After Keynes 1973, pp. ix-x.

Robinson, J. (1974a): "History versus Equilibrium" in Thames Papers in Political Economy, London, Thames Polytechnic, 1974. Reproduzido in The Indian Economic Journal, vol. 21, no. 3, março 1974, pp. 202-213, in CME: 126-136 e in CEP5: 48-58.

Robinson, J. (1974b): "Markets" in Encyclopaedia Britannica, vol. 11, 15a. edição, 1979, pp. 511-515, Chicago, Benton Publisher. Versão ampliada como Robinson (1979p) in CEP5: 146-167.

Robinson, J. (1974c): "Reflections on the Theory of International Trade", University of Manchester Press. Reproduzido in CEP5: 130-145 (Palestras proferidas na University of Manchester, Special Lectures in Economics)

Robinson, J. (1974d): "The Abdication of Neo-Classical Economics" in Mitra (ed.)(1974a): Economic Theory and Planning: Essays in Honour of A.K. Das Gupta. Reproduzido in CEP5: 32-42.

Robinson, J. (1974e): "Inflation West and East" in Frontier, Calcutta, outubro 1974. Reproduzido in CEP5: 217-221.

Robinson, J. (1974f): "Two Revolutions" in Broadsheet, vol. 11, outubro 1974.

Robinson, J. (1974g): "Achievements of a Generation" in China Now, vol. 45, 1974, pp. 2-3.

Robinson, J. (1974j): "Inflation and Stabilisation: a neo-keynesian view" in Spectator, vol. 233, no. 7634, 19 outubro 1974, pp. 488-489.

Robinson, J. (1974l): "Introduction" in Robinson (1974k): Selected Economic Writings

Robinson, J. (1975a): "The Unimportance of Reswitching" in Quarterly Journal of Economics, vol. 89, fevereiro 1975, pp. 32-39. Reproduzido in CEP5: 76-83.

Robinson, J. (1975b): "Reply (to Samuelson's 'Steady State and Transient Relations: A Reply on Reswitching')" in Quarterly Journal of Economics, vol. 89, fevereiro 1975, pp. 53-55. Reproduzido in CEP5: 87-89.

Robinson, J. (1975c): "Value Before Capitalism" in Kyklos, vol. 28, no. 1, 1975, pp. 143-148. Reproduzido in CEP5: 99-105.

Robinson, J. (1975d): "Introduction - 1974" in CEP2: iii-xii, edição de 1975. Modificada e reproduzida in FCM: 105-111, sob o título "Survey 1950".

Robinson, J. (1975e): "Introduction - 1974: Comments and Explanations" in CEP3: iii-xiv, 2a. edição, 1975. Há uma versão corrigida reproduzida in FCM: 112-122, sob o título "Survey 1960".

Robinson, J. (1975g): "Letter to the Editor" in The Cambridge Review, vol. 97, 1975, pp. 91-92, 1975.

Robinson, J. (1975h): "Letters from a Visitor to China" in Eastern Horizon, 1975.

Robinson, J. (1975i): "In the Deep Southwest" in New China Magazine (U.S.), vol. 1, outono 1975, pp. 21-23.

Robinson, J. (1975j): "National Minorities in Yunnang" in Eastern Horizon, vol. 14, no. 4, abril 1975, pp. 32-43. Reproduzido in RFC.

Robinson, J. (1975m): "Foreword" in Manger, P. (ed.)(1975): Education in China, London, Anglo-Chinese Educational Institute.

Robinson, J. (1975n): "Post-Script to the Second edition of 'Economic Management in China'" in Robinson(1972b): Economic Management in China 1972, London, Anglo-Chinese Educational Institute, 2a. edição em 1975,

Robinson, J. (1975o): "Hsishuang Panna" in China Now, no. 55, 1975, pp. 10-11 e 15-16

Robinson, J. (1976a): "The Age of Growth" in Challenge, vol. 19, maio-junho 1976, pp. 4-9. Reproduzido in CEP5: 120-129 e in FCM: 33-42. (Conferência Gildersleeve, proferida no Barnard College, New York, em 2 de março de 1976).

Robinson, J. (1976b): "Michal Kalecki: A Neglected Prophet" in New York Review of Books, vol. 23, no. 3, 4 março 1976, pp. 28-30.

Robinson, J. (1976c): "Introduction" in Kalecki (1976a): Essays on Developing Economies, pp. 7-13. Edição brasileira: "Introdução" in Economias em Desenvolvimento, tradução de Adail U. Sobral, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, pp. 9-15.

Robinson, J. (1976e): "Commento all'articolo di Garegnani" in Garegnani (1976b): Valore e domanda effetiva - Keynes, la ripresa dell'economia classica e la critica ai marginalisti, apêndice A. Traduzido e publicado em inglês: Some Notes on Capital, Expectations and the Analysis of Change e, sob o titulo "Comment on Garegnani's Paper 'On a Change in the Notion of Equilibrium in Recent Work on Value and Distribution: a comment on Samuelson'" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 360-361.

Robinson, J. (1976f): "Un Ulteriore Commento all'articolo di Garegnani" in Garegnani (1976b): Valore e domanda effetiva - Keynes, la ripresa dell'economia classica e la critica ai marginalisti, apêndice C. Traduzido e publicado em inglês: Some Notes on Capital, Expectations and the Analysis of Change e, sob o titulo "A Rejoinder to Garegnani's 'Some Notes on Capital, Expectations and the Analysis of Changes' in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, p. 361.

Robinson, J. (1976g): "Introduzione" in Kahn, R.F. (1976a): L'Occupazione e la Crescita. Torino, Einaudi.

Robinson, J. (1976k): "Foreword" in RFC

Robinson, J. (1977a): "What are the Questions?" in The Journal of Economic Literature, vol. 15, dezembro 1977, pp. 1318-1339. Reproduzido in CEP5: 1-31 e in FCM: 1-32.

Robinson, J. (1977b): "Morality and Economics" in Challenge, vol. 22, março-abril 1977, pp. 62-64. Reproduzido in CEP5: 43-47.(Commencement Address, 21 maio 1977, at the University of Maine).

Robinson, J. (1977c): "Qu'est-ce que le Capital?" in Revue d'Économie Politique, vol. 87, março 1977, pp. 165-179, traduzido do inglês por Michel Lutfalla. (O esboço deste artigo foi publicado sob o título "The Meaning of Capital" in CME: 114-125 e in CEP5: 59-70.

Robinson, J. (1977d): "The Guidelines of Orthodox Economy" in Journal of Contemporary Asia, vol. 7, no. 6, 1977, pp. 1-22. Reproduzido in CEP5: 222-227.

Robinson, J. (1977e): "Employment and the Choice of Technique" in Krishnaswamy, Mitra, Patel e Snirivas (eds.)(1977): Society and Change, Essays in Honour of Sachim Chaudhuri, Oxford University Press. Reproduzido in CEP5: 228-240.

Robinson, J. (1977g): "The Labour-Theory of Value as an Analytical System" in CEP5: 289-297. (Contribuição para a Conference of the Economic Section da Academy of Sciences of Montenegro, outubro 1977).

Robinson, J. (1977h): "Kalecki and the Economics of Capitalism". Michal Kalecki Memorial Lecture, publicado in Oxford Bulletin of Economics and Statistics, vol. 39, fevereiro 1977, pp. 7-18. Reproduzido in CEP5: 184-196, sob o título "Michal Kalecki".

Robinson, J. (1977i): "Reminiscences" in CME: ix-xxii.

Robinson, J. (1977l): "Portrait: Michal Kalecki" in Challenge, vol. 20, novembro-dezembro 1977, pp. 67-69.

Robinson, J. (1977m): "Reminiscences" in RFC (É uma nova versão de um artigo escrito em 1957, que se perdeu).

Robinson, J. (1977n): "Reports and Conversations" in RFC.

Robinson, J. (1977o): "Retrospect" in RFC

Robinson, J. (1977p): "Education" in Social Scientist, vol. 5, junho 1977, pp. 131-137.

Robinson, J. (1977q): "Economics in Disarray" in New York Times, vol. ? 12 de agosto de 1977, p. 21.

Robinson, J. (1977r): "Postscript" in RFC

Robinson, J. (1978b): "The Organic Composition of Capital" in Kyklos, vol. 31, no. 1, 1978, pp. 5-20. Reproduzido in CEP5: 262-274 e in FCM: 170-182.

Robinson, J. (1978c): "Keynes and Ricardo" in Journal of Post Keynesian Economics, vol. 1, no. 1, outono 1978, pp. 12-18. Reproduzido in CEP5: 210-216 e in FCM: 78-85.

Robinson, J. (1978e): "Introduction" (to The Generalisation of the General Theory and Other Essays) in GGT: ix-xxviii

Robinson, J. (1978f): "China Now: comments on Bettelheim" in China Now, vol. 80, setembro-outubro 1978, pp. 4-7. Reproduzido sob o título "Comments on China Since Mao" in Monthly Review, vol. 31, no. 1, maio 1979, pp. 48-56. (Special China Issue) e sob o título "Ambitious Plans and Careful Steps" in New China, vol. 5, 1979, pp. 27-29

Robinson, J. (1978h): "The Organic Composition of Capital: a reply" in Kyklos, vol. 31, no. 4, 1978, p. 692.

Robinson, J. (1978i): "Preface" in CME: vii.

Robinson, J. (1979d): "Marxism and Modern Economics" in FCM: 192-202. Há tradução para o português: "Marxismo e a Economia Moderna" in Gazeta Mercantil 13/03/1979. (Contribuição apresentada num encontro em Brasília, 1979).

Robinson, J. (1979e): "The Disintegration of Economics" in CEP5: 90-98 e in FCM: 96-104.

Robinson, J. (1979f): "Thinking about Thinking" in CEP5: 110-119 e in FCM: 54-63.

Robinson, J. (1979g): "Who is a Marxist?" in CEP5: 248-253

Robinson, J. (1979h): "Employment and Inflation" in Quarterly Review of Economics and Business, vol. 19, outono 1979, pp. 7-16. Reproduzido sob o título "Solving the Stagflation Problem" in Challenge, vol. 22, novembro-dezembro 1979, pp. 40-46; sob o título "Unwinding the Stagflation Puzzle" in Journal of Portfolio Management, 5(4), Summer 1979, pp. 5-10 e sob o título "Stagflation" in FCM: 43-53. (Conferência David Kinley, Universidade de Illinois, Urbana.

Robinson, J. (1979i): "Misunderstandings in the Theory of Production" in Greek Economic Review, vol. 1, no. 1, agosto 1979, pp. 1-7. Reproduzido in FCM: 135-140.

Robinson, J. (1979j): "Preface" in Eichner (1979a): A Guide to Post-Keynesian Economics, pp. xi-xxi.

Robinson, J. (1979k): "Spring Cleaning", Cambridge, mimeo, reproduzido sob o título "The theory of normal prices, a reconstruction of economic theory" in Feiwel (ed.)(1985a): Issues in Contemporary Macroeconomics and Distribution, 157-165.

Robinson, J. (1979l): "Keynes a-t-il Échoué?" Reproduzido sob o título "Has Keynes Failed?" in Annals of Public and Cooperative Economy, vol. 50, março 1979, pp. 27-29

Robinson, J. (1979m): "Garegnani on Effective Demand" in Cambridge Journal of Economics, vol. 3, junho 1979, pp. 179-180.

Robinson, J. (1979n): "Pros and Cons" in China Now, vol. 86, 1979, pp. 25-26.

Robinson, J. (1979o): "Preface" in CEP5: v

Robinson, J. (1979p): "Markets" in CEP5: 146-167. (Versão ampliada de Robinson (1974b).

Robinson, J. (1979q): "Foreword" in Kuhne (1979): Economics and Marxism, pp. vii-xv.

Robinson, J. (1979r): "Surplus Value and Profits: the rectification of names" in Development and Change, vol. 10, outubro 1979, pp. 693-695.

Robinson, J. (1979-80): "Os Problemas da Economia Moderna" in Cadernos de Opinião, no. 15, dezembro 1979-agosto 1980, pp. 8-12. (Palestra proferida em 19 de setembro de 1979, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas).

Robinson, J. (1980b): "Introduction" in FCM: ix-xiv.

Robinson, J. (1980c): "Time in Economic Theory" in Kyklos, vol. 33, no. 2, 1980, pp. 219-229. Reproduzido in FCM: 86-95.

Robinson, J. (1980d): "Debate: 1970s" in FCM: 123-130.

Robinson, J. (1980e): "Retrospect: 1980" in FCM: 131-134.

Robinson, J. (1980g): "Introduction" in Walsh e Gram (1980): Classical and neoclassical Theories of general equilibrium, pp. xi-xvi.

Robinson, J. (1980h): "The Crisis of the British Welfare State. Interviews Joan Robinson" in Challenge, setembro-outubro 1980.

Robinson, J. (1982b): "The Current State of Economics" in Contributions to Political Economy, vol. 1, 1982, pp. 47-49.

Robinson, J. (1982c): "The Arms Race" in McMurrin (ed.)(1982, pp. 257-289): The Tanner Lectures on Human Values III, pp. 257-289 (Palestras proferidas na University of Utah, 14 e 16 de abril de 1981).

Robinson, J. (1982d): "On Hundred Issue" in China Now, vol. 18, janeiro-fevereiro 1982, p. 3.

Robinson, J. (1982e): "Introduction" in China Now, no. 100, p. 3.

Robinson, J. (1983): "The Economics of Destruction" in Monthly Review, vol. 35, no. 5, outubro 1983, pp. 15-17. (Notas tomadas por Hal Kursk numa palestra proferida por Joan Robinson em Montreal, 9 maio de 1980).

Robinson, J. (1984): "Discussion on Kahn" in Kahn (1984a): The Making of Keyne's General Theory, 203-205.

Robinson, J. (1993): "Appraisals of Kalecki's Contributions to Development Economics" in Osiatynski, Jerzy (1993a): Collected Works of Michal Kalecki: Developing Economies (vol. V), Oxford University Press, Clarendon Press, 1993. Translated by Chester Adam Kisiel. Oxford; New York; Toronto and Melbourne.

Robinson, J. e Berger, R. (1961): "Thinking about China: the economic impact of communism" in The Listener, vol. 65, 1961, pp. 200-202.

Robinson, J. e Bhaduri, Amit (1980): "Accumulation and Exploitation - an analysis in the tradition of Marx, Sraffa and Kalecki" in Cambridge Journal of Economics, vol. 4, no. 2, junho 1980, pp. 103-115. Reproduzido in FCM: 64-77, sem o apêndice matemático.

Robinson, J.; Cohen, Ruth; Kahn, Richard Ferdinand e Reddaway, William Brian (1964): "Statement Submitted to the Committee on Resale Price Maintenance" in Bulletin of the Oxford Institute of Economics and Statistics, vol. 26, no. 2, maio 1964, pp. 113-121. (Memorando submetido ao Lloyd Jacob Committee on Resale Price Maintenance, nomeado em 1947, e divulgado em 1949).

Robinson, J. e Cripps, Francis (1979): "Keynes Today" in Journal of Post Keynesian Economics, vol. 2, no. 1, 1979, pp. 139-144.

Robinson, J. e Frisch, R. (1962): "Draft of a Multilateral Trade Clearing Agency", Memorandum from Institute of Economics, Université d'Oslo, 20.07.1962. (speach on 18.08.1962 at the Britain-Commonwealth-EFTA Conference in London)

Robinson, J.; Kaplan, F.M. e Peritone, N.P. (1979): "Modernisation: which road will China take" in China Now, vol. 5, primavera, pp. 21-29.

Robinson, J. e Morison, Dorothea (s.d.): "Beauty and Beast" in CEP1: 225-233. Reproduzido in CME: 267-274. (Trabalho compilado nos dias de estudante, em colaboração com Dorothea Morison, depois Sra. R. B. Braithwaite).

Robinson, J. e Naqvi, K.A. (1967): "The Badly Behaved Production Function" in Quarterly Journal of Economics, vol. 81, novembro, pp. 579-591. Reproduzido in CEP4: 74-86.

Robinson, J. e Needham, J. (1969): "Too Much for 'The Times'" in Society for Anglo-Chinese Understanding News, vol. 4, janeiro, pp. 1-2.

Robinson, J.; Silva, Gustavo de Sá e; Pereira, Luis Carlos Bresser; Cardoso, Fernando Henrique; Suplicy, Eduardo Matarazzo; Serra, José (1979-80): "Debates com Joan Robinson sobre 'Os problemas da Economia Moderna" in Cadernos de Opinião, no. 15, dezembro 1979-agosto 1980, pp. 12-17.

Robinson, J. e Wilkinson, Frank (1977): "What has Become of Employment Policy?" in Cambridge Journal of Economics, vol. 1, março, pp. 5-14. in CEP5: 197-209 e in CME: 254-266.

Robinson, J. e Wilkinson, Frank (1983): "Ideology and Logic" in Vicarelli (ed.)(1985): Keynes Relevance Today, pp. 73-98. (Trabalho apresentado no International Congress on Keynes em Milão, maio 1983).

III.3 Resenhas

Robinson, J. (1930): "Review of H. Clay, 'The Problem of Industrial Relations'" in Political Quarterly, vol. 1, abril 1930, pp. 293-296.

Robinson, J. (1932d): "Review of L.S.S. O'Malley, 'Indian Caste Customs'" in The Cambridge Review, vol. 54, 25 novembro 1932, p. 138.

Robinson, J. (1933h): "Review of Attilio Da Empoli, 'Theory of Economic Equilibrium - a study of marginal and ultramarginal phenomena'" in The Economic Journal, vol. 43, dezembro 1933, pp. 666-669.

Robinson, J. (1933i): "Review of Philip H. Wicksteed 'The Coordination of The Laws of Distribution'" in The Economic Journal, vol. 43, junho 1933, pp. 301-304.

Robinson, J. (1934d): "Review of James Edward Meade, 'The Rate of Interest in a Progressive State'" in The Economic Journal vol. 44, junho 1934, pp. 282-285.

Robinson, J. (1934e): "Review of G.T. Jones, 'Increasing Returns'" in Journal of Political Economy vol. 42, outubro 1934, pp. 694-696.

Robinson, J. (1935b): "Review of Howard S. Ellis, 'German Monetary Theory'" in The Economic Journal vol. 45, dezembro 1935, pp. 729-731.

Robinson, J. (1935fg): "The Gold Standard: Review of Arthur D. Gayer 'Monetary Policy and Economic Stabilisation" in Cambridge Review, vol. 56, 3 maio 1935, p. 351.

Robinson, J. (1936c): "Review of R.F. Harrod, 'The Trade Cycle'" in The Economic Journal, dezembro vol. 46, 1936, pp. 690-693. Reproduzido in CEP1: 59-61.

Robinson, J. (1936f): "Review of John Strachey, 'The Nature of Capitalist Crisis'" in The Economic Journal, vol. 46, junho 1936, pp. 298-302. (Reproduzido parcialmente in ETE: 183-190, como Robinson (1937m): "Some Reflections on Marxist Economics").

Robinson, J. (1936h): "Mr. Keynes and Socialism: Review of A.L. Rowse, 'Mr. Keynes and the Labour Movement'" in Left Review, vol. 2, dezembro 1936, p. 853.

Robinson, J. (1936i): "Review of Paul Einzig, 'Bankers, Statesmen and Economists'" in The Economic Journal vol. 46, março 1936, pp. 122-123.

Robinson, J. (1936j): "Review of N. Angell, 'The Money Mystery'" in International Affairs vol. 15, julho 1936, pp. 598-599.

Robinson, J. (1936k): "Review of 'Britain without Capitalists' by a Group of Economists, Scientists and Technicians" in The Economic Journal, vol. 46, dezembro 1936, pp. 704-706.

Robinson, J. (1936l): "Review of Arthur Radford, 'Patterns of Economic Activity'" in The Economic Journal, vol. 46, dezembro 1936, pp. 706-707.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Robinson, J. (1937j): "Review of R.L. Hall, 'The Economic System in a Socialist State'" in The Cambridge Review, vol. 58, 26 fevereiro 1937, pp. 289-290.

Robinson, J. (1937k): "Review of A.W. Knight, 'Abolish Slumps - a diagnosis of the trade cycle'" in The Economic Journal, vol. 47, junho 1937, pp. 339-340.

Robinson, J. (1937l): "Review of S.E. Harris, 'Exchange Depreciation'" in The Economic Journal, vol. 47, dezembro, 1937, pp. 699-701.

Robinson, J. (1938b): "Review of C. Bresciani-Turroni, 'The Economics of Inflation'" in The Economic Journal, vol. 48, setembro 1938, pp. 507-513. Reproduzido in CEP1: 69-77, sob o título "The economics of hyper-inflation".

Robinson, J. (1939a): "Review of Gunnar Myrdal, 'Monetary Equilibrium'" in The Economic Journal, vol. 49, setembro 1939, pp. 493-495. Reproduzido in CEP1: 78-80.

Robinson, J. (1940a): "Review of Richard A. Lester, 'Monetary Experiments'" in The Economic Journal, vol. 50, junho 1940, pp. 280-282.

Robinson, J. (1940b): "Review of G. Crowther, 'Ways and Means of War' and J.K. Horsefield, 'The Real Cost of War'" in The Economic Journal, vol. 50, dezembro 1940, pp. 505-507.

Robinson, J. (1940d): "Review of J. Strachey 'A programme for progress" in Political Quarterly, vol. 11, abril-junho 1940, pp. 280-283.

Robinson, J. (1941c): "Review of Maurice Dobb, 'Soviet Economy and the War'" in The Economic Journal, vol. 51, dezembro 1941, p. 489.

Robinson, J. (1941e): "Review of R.F. Bretherton, F.A. Burchardt and R.S.G. Rutherford, 'Public Investment and the Trade Cycle in Great Britain'" in The Economic Journal, vol. 51, abril 1941, pp. 127-129.

Robinson, J. (1942b): "Review of Neil H. Borden, 'The Economic Effects of Advertising'" in Economica, vol. 9, New Series, agosto 1942, pp. 294-296. Reproduzido in CEP1: 46-48.

Robinson, J. (1942e): "Review of Seymour E. Harris, 'Economics of Social Security'" in The Economic Journal, vol. 52, junho 1942, pp. 241-243.

Robinson, J. (1942f): "Review of John H.G. Pierson, 'Full Employment'" in The Economic Journal, vol. 52, junho 1942, pp. 240-241.

Robinson, J. (1942g): "Review of Thomas Wilson, 'Fluctuations in Income and Employment'" in The Economic Journal, vol. 52, dezembro 1942, pp. 352-354.

Robinson, J. (1942h): "Review of L.E. Hubbard, 'Soviet Labour and Industry" in The Cambridge Review, vol. 63, 1942, pp. 348-349.

Robinson, J. (1943b): "Review of J.A. Schumpeter, 'Capitalism, Socialism and Democracy'" in The Economic Journal, vol. 53, dezembro 1943, pp. 381-383. Reproduzido in CEP1: 152-154 e in FCM: 141-143.

Robinson, J. (1943d): "Review of T. Ruby-Norris, 'The Theory of Consumer's Demand'" in The Economic Journal, vol. 53, abril 1943, pp. 115-117. Reproduzido in CEP1: 44-45.

Robinson, J. (1943i): "Review of G.D. Cole, 'The Means to Full Employment'" in The New Statesman and Nation, vol. 26, 4 dezembro 1943, pp. 372-373.

Robinson, J. (1943l): "Review of A.L. Bowley (ed.) 'Studies in National Income'" in Political Quarterly, vol. 14, janeiro-março 1943, pp. 112-113.

Robinson, J. (1944a): "Review of H.B. Larry, (ed.) 'The United States in the World Economy'" in The Economic Journal, vol. 54, dezembro 1944, pp. 430-437. Reproduzido in CEP1: 206-213, sob o título "The United States in the World Economy".

Robinson, J. (1945b): "Review of Oxford Institute of Statistics, 'The Economics of Full-Employment'" in The Economic Journal, abril 1945, vol. 55, pp. 77-82. Reproduzido in CEP1: 99-104, sob o título "The Economics of Full-Employment (Six Studies in Applied Economics, prepared at the Oxford Institute of Statistics)".

Robinson, J. (1945c): "Review of Nurkse (ed.): 'International Currency Experience', Geneva, League of Nations, Economic, Financial and Transit Department" in The Economic Journal, vol. 55, dezembro 1945, pp. 405-407.

Robinson, J. (1945e): "Review of B. Wotton, 'Freedom under Planning'" in Girton Review, no. 129, Michaelmas Term, p. 20.

Robinson, J. (1945f): "Review of W. B. Bennett, 'The american patent system'" in Economica, vol. 12, fevereiro 1945, pp. 38-39.

Robinson, J. (1947c): "Professor from War Returning - Review of L. Robbins, 'Economic Problem in Peace and War'" in The New Statesman and Nation, vol. 34, 8 novembro 1947, p. 375.

Robinson, J. (1948c): "Review of E.V. Morgan, 'The Conquest of Unemployment'" in The New Statesman and Nation, vol. 35, maio 1948, p. 359.

Robinson, J. (1948d): "Review of Abba Ptachya Lerner and Frank D. Graham, 'Planning and Paying for Full Employment' and of Theodore Morgan, 'Income and Employment'" in The Economic Journal, vol. 58, junho 1948, pp. 248-250.

Robinson, J. (1948f): "Review of H. Montgomery-Hyde, 'The amazing story of John Law'" in The New Statesman and Nation, vol. 31, 17 julho 1948, pp. 59-60.

Robinson, J. (1949a): "Mr. Harrod's Dynamics" in The Economic Journal, vol. 59, março 1949, pp. 68-85. Reproduzido in CEP1: 155-174.

Robinson, J. (1949b): "Review of M. Dobb, 'Soviet Economic Development since 1917'" in Soviet Studies, vol. 1, junho 1949, pp. 60-64. Reproduzido in CEP1: 175-181, sob o título "The Theory of Planning".

Robinson, J. (1949c): "Review of David Lynch, 'The Concentration of Economic Power'" in The Economic Journal, vol. 59, dezembro 1949, pp. 580-581.

Robinson, J. (1950b): "Review of E. Böhm-Bawerck, 'Karl Marx and the Close of his System'; R. Hilferding, 'Böhm-Bawerck's Criticism of Marx'; L. Bortkiewicz, 'On the Correction of Marx's Fundamental Theoretical Construction in the Third Volume of Capital' (ed. by P.M. Sweezy)" in The Economic Journal, vol. 60, junho 1950, pp. 358-363. Reproduzido in CEP1: 146-151, sob o título "The Labour Theory of Value".

Robinson, J. (1950c): "The Soviet Family: Review of Rudolf Schlesinger, 'Changing Attitudes in Soviet Russia: the Family'" in Soviet Studies, vol. 1, janeiro 1950, pp. 234-237.

Robinson, J. (1951h): "Review of J.A. Schumpeter, 'Capitalism, Socialism and Democracy'" in The Economic Journal, vol. 61, março 1951, pp. 141-142.

Robinson, J. (1952i): "Review of John Kenneth Galbraith, 'American Capitalism: the Concept of Countervailing Power'" in The Economic Journal, vol. 62, dezembro 1952, pp. 925-928.

Robinson, J. (1956f): "Review of Karl Marx, 'The Poverty of Philosophy'" in The Economic Journal, vol. 66, no. 262, junho 1956, pp. 334-335.

Robinson, J. (1956g): "Review of John Strachey, 'Contemporary Capitalism'" in The Economic Journal, vol. 67, no. 264, dezembro 1956, pp. 697-698.

Robinson, J. (1957g): "Review of E.E. Nemmers, 'Hobson and Underconsumption'" in The Economic Journal, vol. 67, setembro 1957, pp. 511-512.

Robinson, J. (1957j): "The Indian Mixture: review of M. Zinkin, 'Development for free Asia'" in New Statesman and Nation, vol. 54, 1957, pp. 844-845.

Robinson, J. (1957l): "The Policy of Backward Nations: review of P. Baran, 'The Political Economy of Growth'" in The Nation (U.S.), vol. 184, 1 junho 1957, pp. 485-486.

Robinson, J. (1958f): "Review of L. Robbins, 'Robert Torrens and the Evolution of Classical Economics" in The Cambridge Review, vol. 80, 26 abril 1958, pp. 489-491.

Robinson, J. (1959e): "The Falling Rate of Profit: A Comment - Review of Joseph M. Gillman 'Falling Rate of Profit'" in Science & Society, vol. 23, no. 2, primavera 1959, pp. 104-106.

Robinson, J. (1959h): "Review of Kenneth K. Kurihara, 'The Keynesian Theory of Economic Development'" in The Economic Journal, vol. 69, junho 1959, pp. 352-353.

Robinson, J. (1960h): "Review of B.S. Keirstead, 'Capital, Interest and Profits'" in Canadian Journal of Economics and Political Science, vol. 26, agosto 1960, pp. 488-490.

Robinson, J. (1960i): "Review of T.J. Hughes, and D.E.T. Luard, 'The Economic Development of Communist China 1949-1958'" in The Economic Journal, vol. 70, junho 1960, pp. 409-410.

Robinson, J. (1960l): "Myth Killer: review of J.K. Galbraith, 'The Liberal Hour'" in Time and Tide, 5 novembro 1960, p. 1342.

Robinson, J. (1961c): "Review of S. Tsuru, 'Has Capitalism Changed?'" in Monthly Review, vol. 13, outubro 1961, pp. 265-271. Reproduzido in CEP3: 167-172 e in CME: 223-228, sob o titulo "Has Capitalism Changed?"

Robinson, J. (1961f): "Review of Shigeto Tsuru (ed.), 'Has Capitalism Changed? - An International Symposium on the nature of Contemporary Capitalism'" in Journal of Political Economy, vol. 69, outubro 1961, pp. 504-505.

Robinson, J. (1961h): "Review of S. Kuznets, 'Six Lectures on Economic Growth'" in Journal of Political Economy, vol. 69, no. 1, 1961, p. 74.

Robinson, J. (1962i): "Review of H.G. Johnson, 'Money, Trade and Economic Growth'" in The Economic Journal, vol. 72, setembro 1962, pp. 690-692. Reproduzido in CEP3: 100-102, sob o titulo "The General Theory after Twenty-Five Years".

Robinson, J. (1962k): "Review of E.S. Kirby (ed.), 'Contemporary China - Economic and Social Studies'" in The Economic Journal, vol. 72, setembro 1962, p. 734.

Robinson, J. (1962l): "Review of Ragnar Frisch, 'Planning for India - Selected Explorations in Methodology'" in Journal of the Royal Statistical Society, vol. 125, no. 3, 1962, pp. 504-506.

Robinson, J. (1963c): "Review of A.K. Cairncross, 'Factors in Economic Development'" in International Affairs, vol. 39, janeiro 1963, p. 97.

Robinson, J. (1963d): "Review of Pierre Moussa, 'The Underprivileged Nations'" in International Affairs, vol. 39, janeiro 1963, pp. 93-94.

Robinson, J. (1963f): "Review of J.M. Montias, 'Central Planning in Poland'" in The Economic Journal, vol. 73, março 1963, pp. 124-126.

Robinson, J. (1963h): "Review of G. Maynard, 'Economic Development and the Price Level'" in The Economic Journal, vol. 73, junho 1963, pp. 299-300.

Robinson, J. (1964n): "Review of L. Zeitlin, 'Life's Value in Cash'" in The Economic Journal, vol. 74, março 1964, pp. 219-220.

Robinson, J. (1964o): "Review of H.G. Shaffery (ed.), 'The Soviet Economy - A Collection of Western and Soviet Views'" in The Cambridge Review, vol. 85, no. 6, junho 1964, pp. 491-493.

Robinson, J. (1964p): "Review of S.-H. Chou, 'The Chinese Inflation, 1937-1949'" in The Economic Journal, vol. 74, setembro 1964, pp. 680-681.

Robinson, J. (1964u): "Review of Chu-Yuan Cheng, 'Communist China Economy 1949-1962: Structural Changes and Crisis'" in International Affairs, vol. 40, no. 3, julho 1964, p. 560.

Robinson, J. (1965e): "Wiles on The Political Economy of Communism" in Indian Economic Review, vol. 1, no. 1, New Series, 1965. Reproduzido in CEP3: 82-91. Também reproduzido sob o título "Review of P.J.D. Wiles, 'Political Economy of Communism'" in New Statesman, abril 1966, pp. 145-152.

Robinson, J. (1965g): "Review of Ta-Chung Liu and Kung-Chia Yeh, 'The Economy of the Chinese Mainland: National Income and Economic Development 1933-1959'" in The Economic Journal, vol. 75, setembro 1965, p. 604.

Robinson, J. (1965i): "Review of C. Bettelheim, J. Charrière, H. Marchisio, 'Construction du Socialisme en Chine': Economic Principles in China" in Broadsheet, vol. 2, outubro 1965, pp. 1-3. Revisto e reproduzido in Co-existence, vol. 3, no. 1, outubro 1965, pp. 105-107.

Robinson, J. (1966b): "The Communes and the Great Leap Forward: review of Isabel and David Crook, 'The First Years of Yangyi Commune' and of René Dumont, 'La Chine Surpeuplée, Tiers Monde Affamé'" in New Left Review, vol. 6, maio-junho 1966, pp. 69-72.

Robinson, J. (1966f): "Review of Chen Chi-Yi, 'La Réforme Agraire en Chine Populaire' and of Yuan-Li Wu, 'The Steel Industry in Communist China'" in International Affairs, vol. 42, no. 3, julho 1966, pp. 546-548.

Robinson, J. (1966h): "Review of Kenneth R. Walker, 'Planning in Chinese Agriculture: Socialisation and the Private Sector, 1956-1962'" in International Affairs, vol. 42, no. 1, janeiro 1966, pp. 159-160.

Robinson, J. (1966i): "Review of A.K. Das-Gupta, 'Planning and Economic Growth'" in The Economic Journal, vol. 76, junho 1966, pp. 397-398.

Robinson, J. (1967c): "Smoothing out Keynes: Review of R. Lekachman, 'The Age of Keynes: The Life, Times, Thought and Triumph of the Greatest Economist of Our Age'" in The New York Review of Books, vol. 8, 26 janeiro 1967, pp. 20-22. Reproduzido in CEP5: 178-183, sob o título "Smoothing out Keynes".

Robinson, J. (1967f): "Review of Yuan-Li Wu, 'The Economy of Communist China: an Introduction'; Dwight H. Perkins, 'Market Control and Planning in Communist China; John Lossing Buck, Owen L.

Dawson and Yuan-Li Wu, 'Food and Agriculture in Communist China'" in International Affairs, vol. 43, no. 1, janeiro 1967, pp 192-193.

Robinson, J. (1967i): "Review of Arthur N. Young, 'China's Wartime Finance and Inflation, 1937-45' and Chi-Ming-Hou, 'Foreign Investment and Economic Development in China 1840-1937'" in International Affairs, vol. 43, no. 2, abril 1967, pp. 404-406.

Robinson, J. (1967j): "Review of Hugo Portisch, 'Eyewitness in China'" in International Affairs, vol. 43, no. 3, julho 1967, pp. 611-612.

Robinson, J. (1967k): "Review of Roger Pellisier, 'The Awakening of China, 1793-1949'" in International Affairs, vol. 43, no. 4, outubro 1967, p. 797.

Robinson, J. (1967l): "Review of G. Grossman, 'Economic Systems'" in The Economic Journal, vol. 67, dezembro 1967, pp. 871-873.

Robinson, J. (1967m): "Review of Murray Wolfson, 'A Reappraisal of Marxian Economics'" in Political Science Quarterly, vol. 82, 1967, pp. 627-628.

Robinson, J. (1968b): "Review of F.M. Gottheil, 'Marx Economic Predictions' and of W. Leontief, 'Input-Output Economics'" in Indian Economic Review, vol. 3, abril 1968, pp. 57-64. Reproduzido in CEP4: 25-32, sob o título "Economics versus Political Economy".

Robinson, J. (1968c): "Review of G. Myrdal, 'Asian Drama - an Inquiry into the Poverty of Nations'" in Cambridge Quarterly, vol. 3, outono 1968, pp. 381-389. Reproduzido in CEP4: 106-113, sob o título "Poverty of Nations".

Robinson, J. (1968e): "Review of Jan Myrdal, 'Report from a Chinese Village'" in International Affairs, vol. 44, no. 1, janeiro 1968, pp. 152-153.

Robinson, J. (1968g): "Review of Wassily Leontief, 'Essays in Economics: Theories and Theorising'" in Econometrica, vol. 36, abril 1968, pp. 431-432.

Robinson, J. (1968l): "The decentralised society - Review of A. Donnithorne, 'China's Economic System'" in Bulletin of the Society for Anglo-Chinese Understanding, vol. 3, dezembro 1968, p. 5.

Robinson, J. (1968m): "The Poverty of Nations" in The Listener, vol. 80, 1968, pp. 509-510 e p. 517. Reproduzido sob o título "Poverty of Nations: review of G. Myrdal. 'Asian Drama' in Canadian Dimension, vol. 5, fevereiro 1969, pp. 27-30. (Versão resumida de Robinson 1968c)

Robinson, J. (1969f): "Review of Leijonhufvud, 'On Keynesian Economics and the Economics of Keynes - A Study in Monetary Theory'" in The Economic Journal, vol. 79, setembro 1969, pp. 581-583.

Robinson, J. (1969h): "'Macroeconomics of Unbalanced Growth: the anatomy of urban crisis' by William J. Baumol: a belated comment" in The American Economic Review, vol. 59, setembro 1969, p. 632.

Robinson, J. (1970c): "Review of C.E. Ferguson, 'The Neoclassical Theory of Production and Distribution'" in The Economic Journal, vol. 80, junho 1970, pp. 336-339.

Robinson, J. (1970j): "Review of Carl B. Turner, 'Analysis of Soviet Views on John Maynard Keynes'" in Soviet Studies, vol. 22, julho 1970, pp. 134-135.

Robinson, J. (1970m): "Reviews of K. Buchanan, 'The Transformation of the Chinese Earth' and of T.R. Tregear, 'Economic Geography of China'" in Broadsheet, vol. 7, julho 1970.

Robinson, J. (1971b): "Review of R. Solow, 'Growth Theory: An Exposition'" in Kyklos, vol. 24, dezembro 1971, pp. 189-192. Reproduzido in CEP4: 139-143, sob o título "Solow Once More".

Robinson, J. (1971l): "Something to Live for: review of G. Myrdal and G. Kessle, 'The Revolution Continued'" in New Statesman and Nation, vol. 81, 7 maio 1971, pp. 631-633.

Robinson, J. (1972c): "Review of Thomas Kenneth Rymes, 'On Concepts of Capital and Technical Change'" in Kyklos, vol. 25, no. 2, 1972, pp. 427-429.

Robinson, J. (1972g): "Through western spectacles. Review of K. Mehnert, 'China Today' and of K. Ling, 'Red Guards'" in Spectator, vol. 229, no. 7522, 19 agosto 1972, p. 321.

Robinson, J. (1973b): "Review of A. Emmanuel, 'Unequal Change, A Study of the Imperialism of Trade' and of R.G. Wilkinson 'Poverty and Progress'" in Journal of Contemporary Asia, vol. 3, no. 4, 1973, pp. 457-461. Reproduzido in CEP5: 241-247, sob o título "Formalistic Marxism and Ecology Without Classes".

Robinson, J. (1973f): "Review of Gunnar Myrdal, 'Against the Stream'" in New York Times, vol. ? 23 de setembro de 1973, p. 31. Reproduzido in CEP5: 106-109 e in FCM: 151-154.

Robinson, J. (1973i): "Review of Wlodzmierz Brus, 'The Market in a Socialist Economy'" in The Economic Journal, vol. 83, março 1973, pp. 258-259.

Robinson, J. (1973k): "Review of Lloyd G. Reynolds, "The Three Worlds of Economics'" in Political Science Quarterly, vol. 88, 1973, pp. 114-115.

Robinson, J. (1974h): "On the Pollyanna of Economic Growth: review of W. Beckerman, 'In defence of Economic Growth'" in Spectator, vol. 233, no. 7619, 6 julho 1974, pp. 19-20.

Robinson, J. (1974i): "False Development: review of J. White, 'The Politics of Foreign Aid'" in Spectator, vol. 233, no. 7631, 28 setembro 1974, pp. 401-402.

Robinson, J. (1975f): "Review of L.L. Pasinetti, 'Growth and Income Distribution: Essays in Economic Theory'" in The Economic Journal, vol. 85, junho 1975, pp. 397-399.

Robinson, J. (1975k): "Review of Leslie R. Marchant, 'The phoenix Seat: An Introductory Study of maoism and the Chinese Quest for a Paradise on Earth'" in History, vol. 60, junho 1975, pp. 272-273.

Robinson, J. (1975l): "The Fall of Lin Piao: review of P. Worsley, 'Inside China' and of K.S. Carol "The Second Chinese Revolution'" in Spectator, vol. 235, no. 7677, 16 agosto 1975, pp. 217.

Robinson, J. (1976d): "Review of John Collier and Elsie Collier, 'China's Socialist Revolution': an eyewitness account of the cultural revolution" in Monthly Review, vol. 28, no. 5, outubro 1976, pp. 50-51.

Robinson, J. (1976h): "Planning Models: two views - review of A. Rudra, 'Indian Plan Models'" in Economics and Political Weekly, vol. 11, 28 fevereiro 1976, pp. 361-363.

Robinson, J. (1976i): "Review of I.G. Shrji, 'Class Struggle in Tanzania'" in Journal of Contemporary Asia, vol. 6, 1976, pp. 344-345.

Robinson, J. (1976j): "Review of J.K. Fairbank, E.O. Reischauer and A.M. Craig, 'East Asia: Tradition and Transformation'" in Journal of the Royal Asiatic Society, vol. 102, no, 1, 1976, pp. 91-92.

Robinson, J. (1976l): "Walled in - Review of E.S. Kirby 'Russian Studies in China'" in Spectator, vol. 236, no. 7699, 17 janeiro 1976, p. 17.

Robinson, J. (1977f): "Review of R.L. Meek, 'Studies in the Theory of Value (2a. ed.)'" in Monthly Review, vol. 29, dezembro 1977, pp. 50-59. Reproduzido in CEP5: 280-288 e in FCM: 183-191, sob o título "The Labour-Theory of Value".

Robinson, J. (1977j): "Review of Ellen Brun and Jacques Hersch, 'Socialist Korea: A Case Study in the Strategy of Economic Development'" in Monthly Review, vol. 29, no. 5, outubro 1977, pp. 60-62.

Robinson, J. (1978d): "Review of J. Steedman, 'Marx after Sraffa'" in Journal of Contemporary Asia, vol. 8, no. 3, novembro 1978, pp. 381-384. Reproduzido in CEP5: 275-279, sob o título "Formalism versus Dogma".

Robinson, J. (1978g): "Understanding the Economic Crisis: review of Robert L. Heilbronner, 'Beyond Boom and Crash'" in New York Review of Books, vol. 25, 21 dezembro 1978, pp. 33-34.

Robinson, J. (1978j): "Review of Mao Tse Tung, 'A Critique of Soviet Economics" in China Now, vol. 80, 1979, pp. 26-27. Reproduzido in Monthly Review, vol. 30, no. 8, janeiro 1979, pp. 52-53.

Robinson, J. (1979s): "Review of D. Patinkin and J. C. Leith (eds.), 'Keynes, Cambridge and the General Theory: The process of criticism and discussion connected with the development of The General Theory'" in Canadian Journal of Economics, New Series, vol. 12, fevereiro, 1979, New Series, pp. 118-120.

Robinson, J. (1980f): "Review of 'The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. 29: 'The General Theory and After - A Supplement'" in The Economic Journal, vol. 90, junho 1980, pp. 391-393.

Robinson, J. (1980i): "Review of Hollis Chenery, 'Structural Change and Development Policy'" in Journal of Developing Areas, vol. 15, 1980, pp. 131-132.

Robinson, J. (1980j): "Review of James F. Becker, 'Marxian Political Economy - An Outline'" in American Journal of Sociology, vol. 85, maio 1980, pp. 1474-1476.

Robinson, J. (1980k): "Review of N. Maxwell, 'China's road to development'" in Broadsheet, vol. 17, março 1980, pp. ?

Robinson, J. (1982a): "Shedding Darkness - A Note: Review of A. Leijonhufduv, 'Information and Coordination, Essays in Macroeconomic Theory'" in Cambridge Journal of Economics, vol. 6, setembro 1982, pp. 295-296.

III.4 - Textos Não Publicados

Robinson, J. (1932c): "Teaching Economics", mimeo, RFK/16/2.

Robinson, J. (1932e): "A passage from the autobiography of an analytical economist", mimeo, RFK/16/3.

Robinson, J. (1943k): "Control of Monopoly", mimeo, 15/03/1943, JVR/IV/6.

Robinson, J. (1958g): "The Kaldor Model (1957)", mimeo, JVR/II/5

Robinson, J. (1977i): "Reminiscences", mimeo, RFK/14/99:2.

Robinson, J.; Cohen, Ruth; Kahn, Richard Ferdinand e Reddaway, William Brian (1948): "Committee on Resale Price Maintenance - Statement submitted by Miss R.Cohen, Mr. R.F. Kahn, Mr. W.B. Reddaway and Mrs. J. Robinson: Effects of Resale Price Maintenance", mimeo, JVR/IV/7.7.

III.5 - Correspondência de Joan Robinson (Não Publicada)

Carta de Joan Robinson para Piero Sraffa, 1931: PS/D1/86.1
Carta de Piero Sraffa para Joan Robinson, 31.05.1931: PS/D1/87.1

Carta de Taussig para Joan Robinson, 06.04.1932: JVR/vii/Taussig

Carta de John Maynard Keynes para Joan Robinson, 21.10.1932: JVR/vii/Keynes
Carta de Joan Robinson para John Maynard Keynes, 18.11.1932: JMK/CO/8/220-222

Carta de Piero Sraffa para Joan Robinson, 12-16.01.1933: JVR/vii/Sraffa

Carta de Richard Kahn para Joan Robinson, 10.02.1933: RFK/13/90/1
Carta de Joan Robinson para Richard Kahn, 03.03.1933: RFK/13/90/1
Carta de Richard Kahn para Joan Robinson, 24.03.1933: RFK/13/90/1

Carta de Piero Sraffa para Joan Robinson, 27.10.1936: JVR/vii/Sraffa

Carta de Harrod para Joan Robinson, 14.03.1938: JVR/vii/Harrod

Carta de Joan Robinson para Richard Kahn, 25.02.1941: RFK/13/90/4

Carta de Hamilton Adams para Joan Robinson, 21.01.1945: JVR/vii/BBC
Carta de Jessie Shervill para Joan Robinson, 23.01.1945: JVR/vii/BBC

Carta de Joan Robinson para Richard Kahn, 31.03.1961: RFK:13/90/1
Carta de Joan Robinson para Richard Kahn, 02.04.1961: RFK:13/90/1

Carta de John G. Gurley para Joan Robinson, 03.06.1964: RFK/16/4

Correspondência entre Adrian Wood e Joan Robinson, no período de novembro a dezembro de 1975: RFK/14/129

IV - Obras Sobre Joan Robinson

IV.1 - Livros e Fascículos

Blaug, Mark (ed.)(1992): Joan Robinson (1903-1983) and George Shackle (1903-1992), Pioneers in Economics, Section IV: Twentieth Century Economics, Elgar Reference Collection vol. 45, Edward Elgar Publishing Company.

Cambridge Journal of Economics (1983): Special Issue in Honour of Joan Robinson, vol. 7, no. 3-4, setembro-dezembro.

Economie Appliquée (1985): Número especial em homenagem a Joan Robinson, vol. 37, no. 2.

Feiwel, George R. (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, London, Macmillan.

Feiwel, George R. (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, London, Macmillan.

Harcourt, Geoffrey Colin (1972): Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital, Cambridge, Cambridge University Press.

Harcourt, Geoffrey Colin e Laing, N.F. (eds.)(1971): Capital and Growth - Selected Readings, England, Penguin Books. Edição brasileira: Capital e Crescimento Econômico - um livro de leituras, tradução de Eliane Seigneur Lezan, Ed. Interciência, Rio de Janeiro, 1978.

Marcuzzo, Maria Cristina (ed.)(1991a): Joan Robinson: Occupazione, Distribuzione e Crescita, Il Mulino, Bologna.

Marcuzzo, Maria Cristina; Pasinetti, Luigi e Roncaglia, Alessandro (eds.)(1996): The Economics of Joan Robinson, London, Routledge.

Rima, Ingrid H. (ed.)(1991a): The Joan Robinson Legacy, New York, M.E. Sharpe Inc.

Turner, Marjorie (1989): Joan Robinson and the Americans, London, Armonk e New York, M.E. Sharpe.

IV.2 - Artigos, Capítulos e Comunicações

Amadeo, Edward J. (1986): "The Role of Capacity Utilization in Long-Period Analysis" in Political Economy: studies on the surplus approach, vol. 2, no. 2, 147-160.

Araujo, J.A.T.R. e Harcourt, Geoffrey Colin (1993a): "Maurice Dobb, Joan Robinson and Gerald Shove on Accumulation and the Rate of Profits" in Journal of the History of Economic Thought, vol. 15, no. 1, primavera, pp. 1-24.

Araujo, J.A.T.R. e Harcourt, Geoffrey Colin (1993b): "Addendum to 'Maurice Dobb, Joan Robinson and Gerald Shove on Accumulation and the Rate of Profits'" in Journal of the History of Economic Thought, vol. 15, no. 1, primavera, pp. 24-30.

Arenson, Karen W. (1983): "Obituary: Joan Robinson, 1903-1983" in New York Times, 11 de agosto, p. 54.

Arrow, Kenneth J. (1962): "The Economic Implications of Learning by Doing" in The Review of Economic Studies, junho, pp. 155-173.

Asimakopulos, Athanasios (1965): "Findlay's Robinsonian Model of Accumulation: a note " in Economica vol. 32.

Asimakopulos, Athanasios (1969): "A Robinsonian Growth Model in One-Sector Notation" in Australian Economic Papers vol. 8, no. 12, junho, pp. 41-58.

Asimakopulos, Athanasios (1970): "A Robinsonian Growth Model in One-Sector Notation - an amendment" in Australian Economic Papers vol. 9, no. 15, dezembro, pp. 171-176.

Asimakopulos, Athanasios (1984a): "Joan Robinson and Economic Theory" in Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly, dezembro, vol. 151, pp. 381-409.

Asimakopulos, Athanasios (1984b): "Joan Robinson et la Théorie Économique" in L'Actualité Economique, Revue d'analyse économique, vol. 60, no. 4, dezembro, pp. 521-552.

Asimakopulos, Athanasios. (1988b): "Introduction: Kalecki, Keynes and Joan Robinson" in Asimakopulos (ed.)(1988a): Investment, employment and income distribution, Aspects of Political Economy Series, pp. 1-22.

Asimakopulos, Athanasios (1988-89): "Kalecki and Joan Robinson: An 'Outsider, Influence'" in Journal of Post Keynesian Economics, vol. 11, inverno, pp. 261-278.

Asimakopulos, Athanasios (1989a): "Kalecki and Robinson" in Sebastiani (ed.)(1989): Kalecki's Relevance Today, pp. 10-24.

Asimakopulos, Athanasios (1989b): "Harrod and Robinson on the Equilibrium Rate of Growth" in Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, setembro, pp. 345-58.

Barger, Harold (1936): "Disguised Unemployment: a comment" in The Economic Journal, vol. 46, dezembro, pp. 756-759.

Becattini, G. (1966): Introduzione a J. Robinson 'Ideologie e scienza economica'. Firenze: Sansoni.

Bensaid, G. (1975): "Revisão comentada de 'An Introduction to Modern Economics'" in Robinson e Eatwell (1973): L'Economie Moderne, tradução de T.M. Blotnikas e H. de Carpentier, Ediscience.

Bhaduri, Amit (1983a): "Multimarket Classification of Unemployment: a sceptical note" in Cambridge Journal of Economics, vol. 7, no. 3-4, setembro-dezembro, pp. 235-241.

Bhaduri, Amit (1983b): "In Memorian. Joan Robinson: retrato de una rebelde intelectual" in El Trimestre Economico, vol. 51(2), no. 202, abril-junho, pp. 199-202.

Bhaduri, Amit (1985): "L'Accumulation du Capital: temps logique et temps historique" in Economie Appliquée, vol. 37, no. 2, pp. 453-469.

Bharadwaj, Krishna (1991): "History versus Equilibrium" in Rima (ed.)(1991a): The Joan Robinson Legacy, pp. 80-103.

Birner, Jack (1996): "Cambridge Histories True and False" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 223-231.

Bishop, Robert L. (1989): "Imperfect Competition After Fifty Years" in Feiwel (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, pp. 197-211.

Brahmananda, P. R. (1983): "Joan Robinson, 1904-1983" in Indian Economic Journal, 31(1), julho-setembro, vol. 31, pp. 1-24.

Bricall, Josep M. (1984): "Aproximación a la Economía de Keynes, Sraffa y Joan Robinson (parte I)" in Papers de Seminari, no. 22, Centre d'Estudis de Planificación, Barcelona primer semestre , pp. 145-168.

Bricall, Josep M. (1985): "Introduction à l'Analyse Monétaire de Joan Robinson" in Economie Appliquée, vol. 37, no. 2, pp. 425-452.

Bronfenbrenner, Martin (1973): "Comment on Joan Robinson's Comment on 'Samuelson, Marx and their latest critics'" in Journal of Economic Literature, dezembro, vol. 2, p. 1367.

Burstein, Meyer (1991): "History versus Equilibrium - Joan Robinson and time in economics" in Rima (ed.)(1991a): The Joan Robinson Legacy, pp. 49-61.

Business Week (1975): "A Socialist Who Sounds Like a Conservative", 20 de outubro, pp. 83-84.

Chamberlin, Edward Hastings (1934): "Imperfect Competition - Discussion" in The American Economic Review, Papers and Proceedings, março, vol. 24, pp. 21-32.

Chamberlin, Edward Hastings (1937a): "Monopolistic or Imperfect Competition?" in Quarterly Journal of Economics, agosto, vol. 51, pp. 557-580.

Chamberlin, Edward Hastings (1937b): "Reply to Kaldor's 'Professor Chamberlin on Monopolistic and Imperfect Competition'" in Quarterly Journal of Economics, novembro, vol. 52, pp. 530-538.

Chamberlin, Edward Hastings (1937c): "Erratum to Monopolistic or Imperfect Competition?" in Quarterly Journal of Economics, novembro, vol. 52, p. 185.

Chamberlin, Edward Hastings (1938): "Reply to Kaldor's 'Professor Chamberlin on Monopolistic and Imperfect Competition'" in Quarterly Journal of Economics, novembro, vol. 52, pp. 530-538.

Chamberlin, Edward Hastings (1951a): "Monopolistic Competition Revisited" in Economica, N.S., novembro, vol. 18, pp. 343-362.

Chamberlin, Edward Hastings (1951b): "Measuring the Degree of Monopoly and Competition" in Chamberlin (ed.)(1954): Monopoly and Competition and their regulation - Papers and Proceedings of a Conference held by the International Economic Association, pp. 255-267.

Chamberlin, Edward Hastings (1952a): "Une Formulation Nouvelle de la Théorie de la Concurrence Monopolistique" in Economie Appliquée, vol. 5, janeiro-março, pp. 175-196.

Chamberlin, Edward Hastings (1952b): "Full Cost and Monopolistic Competition" in The Economic Journal, junho, vol. 62, pp. 318-325.

Chamberlin, Edward Hastings (1957b): "On the Origin of Oligopoly'" in The Economic Journal, vol. 67.

Chamberlin, Edward Hastings (1961): "The Origin and Early Development of Monopolistic Competition Theory" in Quarterly Journal of Economics, novembro, vol. 75, pp. 515-543

Chakravarty, Sukhamoy (1983): "Joan Robinson, an appreciation" in Economic and Political Weekly, Bombay, vol. 18, pp. 1712-1716.

Champernowne, David G. (1953-54): "The Production Function and the Theory of Capital: A Comment" in The Review of Economic Studies, vol. 21(2), no. 55, pp. 112-135.

Champernowne, David G. (1962): "Some Implications of Golden Age Conditions When Savings are Equal Profits" in The Review of Economic Studies, vol. 29, junho.

Champernowne, David G. e Kahn, Richard Ferdinand (1953-54): "The Value of Invested Capital" in The Review of Economic Studies. Reproduzido in Robinson, J. (1956a, pp. 433-439): The Accumulation of Capital.

Chipman, John S. (1989): "Reminiscences of Joan Robinson" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 868-869.

Ciccone, Roberto (1986a): "Accumulation and Capacity Utilization: some critical considerations on Joan Robinson's theory of distribution" in Political Economy: studies on the surplus approach, vol. 2, no. 1, pp. 17-36.

Ciccone, Roberto (1986b): "Accumulation, Capacity Utilization and Distribution: a reply (to Kurz's "'Normal' Positions and Capital Utilisation" and Amadeo's "The Role of Capacity Utilization in Long-Period Analysis") in Political Economy: studies on the surplus approach, vol. 3, pp. 97-111.

Cuyvers, Ludo (1979): "Joan Robinson's Theory of Economic Growth" in Science and Society, vol. 43, no. 3, pp. 326-348.

Daily Telegraph (1983): "Obituary: Joan Robinson, 1903-1983", agosto, p. 10.

Deane, Phyllis (1984): "Joan Robinson (1903-1983) - A Biographical Memoir", American Philosophical Society Yearbook 1984. Reproduzido in Rima (ed.)(1991a): The Joan Robinson Legacy, pp. 15-19.

Denis, Henri (1954): "The Labour Theory of Value: further comments" in Science and Society, vol. 18, primavera, pp. 160-167.

Desai, M.: (1985): "Fall from Grace" in Times Higher Education Supplement, 21 de junho.

Dillard, Dudley (1989): "The Paradox of Money in the Economics of Joan Robinson" in Feiwel (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, pp. 599-612.

Domar, Evsey D. (1967): "Reply (to Mrs. Robinson's comment on 'The soviet collective farm as a producer cooperative')" in The American Economic Review, março, vol. 57, p. 223.

Dow, Sheila (1980a): "Methodological Morality in the Cambridge Controversies" in Journal of Post Keynesian Economics, primavera, vol. 2, no. 3, pp. 368-380.

Eatwell, John (1977): "Portrait: Joan Robinson" in Challenge, vol. 20, no. 1, março-abril, pp. 64-65.

Eatwell, John (1983): "The Long-Period of Employment" in Cambridge Journal of Economics, vol. 7, no. 3-4, setembro-dezembro, pp. 269-285.

Economist (The) (1980): "Here's to you, Mrs. Robinson", agosto, p. 52.

Eichner, Alfred Solomon (1984): "Joan Robinson's Legacy" in Challenge, vol. 27, no. 2, maio-junho, pp. 42-46.

Emami, Zohreh (1992): "History versus Equilibrium: Joan Robinson on Teaching Economics" in International Journal of Social Economics, vol. 19, nos. 10/11/12, pp. 83-94.

Emami, Zohreh (1994): "Joan Robinson's Views on Teaching Economics" in History of Political Economy, vol. 26, no.4, pp. 665-679.

Feiwel, George R. (1987): "Intellectual Revolutions in Modern Economic Theory: Joan Robinson's Contributions and Challenges" in Keio Economic Studies, 24(2), pp. 47-86.

Feiwel, George R. (1988a): "El Legado Intelectual de Joan Robinson" in El Trimestre Economico, vol. 56(2), no. 222, abril-junho, pp. 307-342.

Feiwel, George R. (1988b): "The Economics of Joan Robinson" in Rivista Internazionale di Scienze Economiche e Commerciali, 35(12), dezembro, pp. 1105-1140.

Feiwel, George R. (1989c): "Preface" in Feiwel (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, pp. xxv-lviii.

Feiwel, George R. (1989d): "Towards an Integration of Imperfect Competition and Macrodynamics: Kalecki, Keynes, Joan Robinson" in Feiwel (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, pp. 3-145.

Feiwel, George R. (1989e): "Joan Robinson Inside and Outside the Stream" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 1-120.

Feiwel, George R. (1989f): "Preface" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. xxxiii-lvii.

Feiwel, George R. (1989g): "The Paradox of Joan Robinson" in Rivista Internazionale di Scienze Economiche e Commerciali, vol. 36 no. 6, junho, pp. 481-96.

Ferguson, C.E. (1971): "Capital Theory Up-to-Date: a comment on Mrs. Robinson's article" in Canadian Journal of Economics, vol. 4, no. 2, maio. Reproduzido in Robinson, J. (1973a, pp. 155-160): Collected Economic Papers, vol. 4.

Findlay, Ronald (1963b): "A Reply to Joan Robinson's 'Findlay's Robinsonian Model of Accumulation'" in Economica, N.S., novembro, vol. 30, pp. 411-412.

Fisher, Franklin M. (1969): "The Existence of Aggregate Production Functions" in Econometrica, outubro, vol. 37, pp. 553-577.

Fisher, Franklin M. (1971): "The Existence of Aggregate Production Functions: Reply" in Econometrica, março, vol. 39, p. 405.

Foley, Duncan K. (1989): "Joan Robinson: an informal memoir" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 874-876.

G.-H.B. (1959): "A la Maniére de...Marshall: la belle et la bête par Joan Robinson - digest" in Revue d'Economie Politique, janeiro-fevereiro, pp. 101-104.

Gaffard, Jean-Luc (1988): "L'Émergence de l'Économie Industrielle - annexe: Joan Robinson après Sraffa" in Arena, Richard; Benzoni, Laurent; Romani, Paul-Marie e De Bandt, Jacques (orgs.)(1988): Traité d'Économie Industrielle, Ed. Economica, Paris, pp. 66-67

Gandolfo, G. (1967): "Some Critical Remarks on Joan Robinson's Growth Model" in Rivista di Politica Economica, vol. 57, fevereiro.

Garegnani, Pierangelo (1966): "Switching of Techniques" in Quarterly Journal of Economics, vol. 80, no. 4, pp. 554-567

Garegnani, Pierangelo (1970): "Heterogeneous Capital, the Production Function and the Theory of Distribution" in The Review of Economic Studies, vol. 37, no. 3, pp. 407-436.

Garegnani, Pierangelo (1996): "The Long-Period Theory of Aggregate Demand in a 1936 Article by Joan Robinson" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 67-74.

Gazetta del Popolo (1973): "L'allieva di Keynes Contesta il Profitto", 10 de março.

Gilibert, Giorgio (1996): "Joan Robinson, Piero Sraffa and the Standard Commodity Mistery" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 121-131.

Gillman, Joseph M. (1954): "The Labour Theory of Value: a discussion" in Science and Society, vol. 18, primavera, pp. 151-160.

Golden, Soma (1976): "Economist, 72, Hailed for Mettle and Nettle"in The New York Times, 23 de março.

Goodwin, Richard M. (1989): "Joan Robinson - passionate seeker after the truth" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 916-917.

Gram, Harvey (1989a): "Ideology and Time: criticisms of general equilibrium" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 285-302.

Gram, Harvey (1989b): "Memories of Joan Robinson" in Feiwel (ed.)(1989a, pp. 877-880): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 877-880.

Gram, Harvey (1991): "Value and Capital, Robinson Style" in Rima (ed.)(1991a): The Joan Robinson Legacy, pp. 121-135.

Gram, Harvey e Walsh, Vivian C. (1983): "Joan Robinson's Economics in Retrospect" in Journal of Economic Literature, junho, vol. 21, pp. 518-550.

Graziani, Augusto (1989): "Money and Finance in Joan Robinson's Works" in Feiwel (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, pp. 613-630.

Greenhut, M.L. e Ohta, H. (1976): "Joan Robinson's Criterion for Deciding Whether Market Discrimination Reduces Output" in The Economic Journal, vol. 86, pp. 96-97.

Grellet, Gérard (1985a): "Joan Robinson (1903-1983)" in Economie Appliquée, vol. 37, no. 2, pp. 369-374.

Grellet, Gérard (1985b): "Quelques Question Hérétiques à l'Analyse de Joan Robinson" in Economie Appliquée, vol. 37, no. 2, pp. 519-527.

Grellet, Gérard (1985c): "Joan Robinson: note bibliographique" in Economie Appliquée, vol. 37, no. 2, pp. 529-539.

Guardian (The) (1983): "Obituary: Joan Robinson, 1903-1983", 11 de agosto.

Hahn, Frank Horace (1966): "Equilibrium Dynamics with Heterogeneous Capital Goods" in Quarterly Journal of Economics, vol. 80, pp. 633-646.

Hahn, Frank Horace (1989): "Robinson-Hahn Love-Hate Relationship: an interview" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 895-910.

Harcourt, Geoffrey Colin (1963a): "A Simple Joan Robinson Model of Accumulation with One Technique: A Comment" in Osaka Economic Papers, vol. 11, pp. 24-28.

Harcourt, Geoffrey Colin (1969): "Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital" in The Journal of Economic Literature, junho, vol. 7, pp. 369-405.

Harcourt, Geoffrey Colin (1974): "The Cambridge Controversies: the afterglow" in Parkin e Nobay (eds.)(1975): Contemporary Issues in Economics, pp. 305-334.

Harcourt, Geoffrey Colin (1975): "Theoretical Controversy and Social Significance. an evaluation of the Cambridge controversies" in Revue d'Économie Politique, vol. 87, pp. 191-215.

Harcourt, Geoffrey Colin (1976): "The Cambridge Controversies: old ways and new horizons - or dead-end?" in Oxford Economic Papers, março, vol 28, pp. 25-65. Reproduzido in Sardoni (ed.)(1992): On Political Economists & Modern Political Economy - Selected Essays of G.C. Harcourt, pp. 130-165.

Harcourt, Geoffrey Colin (1979): "Robinson, Joan" in Sills (ed.)(1979): International Encyclopaedia of the Social Sciences, Biographical Supplement, vol. 18, pp. 663-671. Reproduzido in Harcourt (1993a): Post-Keynesian Essays in Biography: portraits of twentieth century political Economists, pp. 3-20.

Harcourt, Geoffrey Colin (1983): "Harcourt on Robinson" in Spiegel e Samuels (eds.)(1984a): Contemporary Economists in Perspective, vol. II, parte B, pp. 639-654.

Harcourt, Geoffrey Colin (1984a): "The End of an Era: Joan Robinson (1903-1983) and Piero Sraffa (1898-1983)" in Journal of Post Keynesian Economics, vol. 6, no. 3, pp. 466-469.

Harcourt, Geoffrey Colin (1986a): "On the Influence of Piero Sraffa on the Contributions of Joan Robinson to Economic Theory" in The Economic Journal, (Supplement), vol. 96, março, pp. 96-108.

Harcourt, Geoffrey Colin (1986b): "On the Contributions of Joan Robinson and Piero Sraffa to Economic Theory" in Hamouda (ed.)(1986): Controversies in Political Economy - selected essays of G.C. Harcourt, pp. 90-110.

Harcourt, Geoffrey Colin (1990a): "Joan Robinson's Early Views on Method" in History of Political Economy, vol. 22, no. 3, pp. 411-427.

Harcourt, Geoffrey Colin (1990b): "On the Contributions of Joan Robinson and Piero Sraffa to Economic Theory" in Berg (ed.)(1990a): Political Economy in the Twentieth Century, pp. 35-67.

Harcourt, Geoffrey Colin (1991b): "Marshall's 'Principles' as Seen at Cambridge Through the Eyes of Gerald Shove, Dennis Robertson and Joan Robinson" in Quaderni di storia dell'economia politica, vol 9, pp. 355-372. Reproduzido in Sardoni (ed.)(1992): On Political Economists & Modern Political Economy - Selected Essays of G.C. Harcourt, pp. 265-277.

Harcourt, Geoffrey Colin (1991c) : "Joan Robinson (1903-1983)" in Arestis, Philip e Sawyer, C. Malcom (ed.s)(1991): A Biographical Dictionary of Dissentig Economists, pp. 454-463.

Harcourt, Geoffrey Colin (1993b): "Joan Robinson and Post-Keynesianism", paper given at the Conference on Joan Robinson in Turin, dezembro 1993.

Harcourt, Geoffrey Colin (1995b): "Some Reflections on Joan Robinson's Changes of Mind and the Relationship of them to Post-Keynesianism and the Economics Profession" in Harcourt (1995a): Capitalism, Socialism and Post-Keynesianism - Selected Essays of G.C. Harcourt, pp. 107-119.

Harcourt, Geoffrey Colin (1995c): "Joan Robinson 1903-1983" in The Economic Journal, no. 105, setembro, pp. 1228-1243

Harcourt, Geoffrey Colin e Araujo, J.A.T.R. (1995): "Accumulation and the Rate of Profits: reflections on the issues raised in the correspondence between Maurice Dobb, Joan Robinson and Gerald Shove" in Harcourt (1995a): Capitalism, Socialism and Post-Keynesianism - Selected Essays of G.C. Harcourt, pp. 79-106.

Harcourt, Geoffrey Colin e O'Shaugnnessy, Terry J. (1985): 'Keynes's Unemployment Equilibrium: some insights from Joan Robinson, Piero Sraffa and Richard Kahn" in Harcourt (ed.)(1985b): Keynes and his Contemporaries, pp. 3-41.

Harcourt, Geoffrey Colin e Palma, Gabriel (1994): "Introduction" in Cambridge Journal of Economics, vol. 18, no. 1, fevereiro, pp. 1-2.

Harrod, Roy Forbes (1930): "Notes on Supply" in The Economic Journal, vol. 40, junho pp. 232-241.

Harrod, Roy Forbes (1931): "The Law of Decreasing Costs" in The Economic Journal, vol. 41, dezembro, pp. 566-576.

Harrod, Roy Forbes (1932): "Decreasing costs - an addendum" in The Economic Journal, setembro, vol. 42, pp. 490-492.

Harrod, Roy Forbes (1933a): "A Further Note on Decreasing Costs" in The Economic Journal, junho, vol. 43, pp. 337-341.

Harrod, Roy Forbes (1933b) "Review of Edward Chamberlin, 'The Theory of Monopolistic Competition' in The Economic Journal, dezembro, pp. 661-666.

Harrod, Roy Forbes (1934a): "Doctrines of Imperfect Competition" in Quarterly Journal of Economics, vol. 48, maio, pp. 442-470.

Harrod, Roy Forbes (1934b): "The Equilibrium of Duopoly" in The Economic Journal, junho, vol. 44, pp. 335-337.

Harrod, Roy Forbes (1936b): "Imperfect Competition and the Trade Cycle" in Review of Economic Statistics, vol. 189, no. 47, maio, pp. 84-88.

Harrod, Roy Forbes (1952b): "Theory of Imperfect Competition Revisited" in Harrod (1952a): Economic Essays, pp. 139-187.

Harrod, Roy Forbes (1961): "The 'Neutrality' of Improvements" in The Economic Journal, junho, pp. 300-304.

Harrod, Roy Forbes (1970): "Harrod After Twenty-One Years - A Comment" in The Economic Journal, setembro, vol 80, pp. 737-741.

Hart, Alex Tudor (1983): "Joan Robinson: a personal note" in China Now, no. 107, p. 27.

Hicks, John Richard (1935): "Annual Survey of Economic Theory: the theory of monopoly" in Econometrica, janeiro, vol. 3, pp. 1-20

Hicks, John Richard (1954): "The Process of Imperfect Competition" in Oxford Economic Papers, New Series, fevereiro, vol. 6, pp. 41-54

Hicks, John Richard (1960): "Thoughts on the Theory of Capital - The Corfu Conference" in Oxford Economic Papers, junho, vol. 12, pp. 123-132.

Hicks, John (1976): "Some Questions of Time in Economics" in Tang, Anthony M., Westfield, Fred M. e Worley, James S. (eds.)(1976): Evolution, Welfare and Time in Economics: Essays in Honor of Nicholas Georgescu-Roegen, Lexington, Mass., Heath. Lexington Books, pp. 135-157. Reproduzido sob o título "Time in Economics" in Hicks (1982): Money, Interest and Wages - Collected Essays in Economic Theory, pp. 282-300.

Holland, Joanna (1973): "Interview-Article: at 70, the tide turns for Joan Robinson" in The Times Higher Education Supplement, 14 de dezembro, p. 6.

Jossa, Bruno (1996): "Technical Progress in Joan Robinson's Analysis" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 263-281.

Journal of Contemporary Asia (1983): "Editorial: Social Change in Asia and the Crisis of Development Studies", vol. 13, pp. 3-6.

Kaldor, Nicholas (1935): "Market Imperfection and Excess Capacity" in Economica, N.S., fevereiro, vol. 2, pp. 33-50.

Kaldor, Nicholas (1938): "Professor Chamberlin on Monopolistic and Imperfect Competition" in Quarterly Journal of Economics, maio, pp. 513-529.

Kaldor, Nicholas (1940): "A Model of the Trade Cycle" in The Economic Journal, março, vol. 50, pp. 78-92.

Kaldor, Nicholas (1948): "Theory of Distribution" in Chamber's Encyclopedia.

Kaldor, Nicholas (1955-56): "Alternative Theories of Distribution" in The Review of Economic Studies, vol. 23, no. 2, pp. 83-100.

Kaldor, Nicholas (1957): "A Model of Economic Growth" in The Economic Journal, vol. 67, dezembro, pp. 591-624.

Kaldor, Nicholas (1960): "Keynes' Theory of the Own Rates of Interest" in Kaldor (1960c): Essays on Economic Stability and Growth, pp. 59-74.

Kaldor, Nicholas (1962): "Comment" (in Symposium on Production Function and Economic Growth)", in The Review of Economic Studies, junho, vol. 29, pp. 246-250.

Kaldor, Nicholas (1966): "Marginal Productivity and the Macro-Economic Theories of Distribution - comment on Samuelson and Modigliani" in The Review of Economic Studies, vol. 33, pp. 309-319.

Kaldor, Nicholas (1970): "Some Fallacies in the Interpretation of Kaldor - reply to Kubota, Nuti and Robinson" in The Review of Economic Studies, vol. 37, no. 1, pp. 1-7.

Kalecki, Michal (n.d.): "Robinson, Joan" in Encyclopaedia Powszechna, p. 5. Há tradução para o inglês, mimeo, JVR's Papers (xv/21.1), King's College Modern Archive Centre, Cambridge, U.K..

Kalecki, Michal (1937): "A Theory of Business Cycles" in The Review of Economic Studies, vol. 4, no. 2 fevereiro, pp. 77-97.

Kalecki, Michal (1941): "A Theorem on Technical Progress" in The Review of Economic Studies, junho, vol. 8. Edição brasileira: "Um Teorema sobre o Progresso Técnico" in Miglioli, Jorge(org.)(1980): Kalecki, pp. 118-128

Kalecki, Michal (1944): "Three Ways to Full Employment" in The Economics of Full Employment (Six Studies in Applied Economics prepared at the Oxford University Institute of Statistics, Oxford, Basil Blackwell. Edição brasileira: "Três Caminhos para o Pleno Emprego" in Miglioli (org.)(1980,): Kalecki, pp. 75-97.

Klein, Lawrence R. (1989): "The Economic Principles of Joan Robinson" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 258-263.

Konijn, H.S. (1965): "Findlay's Robinsonian Model of Accumulation: a note " in Economica vol. 32.

Kregel, Jan Allen (1991): "On the Generalisation of the 'General Theory'" in Rima (ed.)(1991a): The Joan Robinson Legacy, pp. 104-109.

Kregel, Jan Allen (1996): "Of Prodigal Sons and Bastard Progeny" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 53-66.

Kurz, Heinz D. (1986): "'Normal' Positions and Capital Utilisation" in Political Economy: studies on the surplus approach, vol. 2, no. 1, pp. 37-54.

Labini, Paolo Sylos (1989): "Recollections of Joan" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 870-873.

Lancaster, Kelvin (1960): "Mrs. Robinson's Dynamics" in Economica, vol. 27, N.S., fevereiro, pp. 63-70.

Levhari, D. (1965): "A Nonsubstitution Theorem and Switching of Techniques" in Quarterly Journal of Economics, vol. 79, fevereiro, pp. 98-105.

Lippi, Marco (1996): "Joan Robinson on Marx's Theory of Value" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 101-111.

Little, I.M.D. (1957): "Classical Growth" in Oxford Economic Papers, no. 9, junho, pp. 152-177.

Loasby, Brian J. (1985): "Joan Robinson's Wrong Turning", in Eastern Economic Journal. Reproduzido in Loasby (1989): The Mind and the Method of the Economist - A Critical Appraisal of Major Economists in the 20th Century, pp. 71-85.

Lombardini, Siro (1996): "Joan Robinson's Contribution to Economic Development" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, 135-147.

Maricic, Anna (1988): "L'Émergence de l'Économie Industrielle - les fondements marshalliens de l'économie industrielle" in Arena, Richard; Benzoni, Laurent; Romani, Paul-Marie e De Bandt, Jacques (orgs.)(1988): Traité d'Économie Industrielle, Ed. Économica, Paris, pp. 13-21

Marcuzzo, Maria Cristina (1982): "Joan Violet Robinson, 1903-1983: Gli scritti di Joan Robinson dal 1932 al 1980" in Studi Economici, 37(16), pp. 159-228.

Marcuzzo, Maria Cristina (1985): "Joan Violet Robinson, 1903-1983". Materiali di Discussione, no. 1, Departimento di Economia Politica, Modena.

Marcuzzo, Maria Cristina (1991b): "Bibliography - the writings of Joan Robinson" in Rima (ed.)(1991a): The Joan Robinson Legacy, pp. 250-275.

Marcuzzo, Maria Cristina (1991c): "Bibliografia delle Opere di Joan V. Robinson" in Marcuzzo (ed.)(1991a): Joan Robinson: Occupazione, Distribuzione e Crescita.

Marcuzzo, Maria Cristina (1993): "At the Origin of Imperfect Competition: different views?" in Vaughn (ed.)(1993): Perspectives in the History of Economic Thought: Method, Competition, Conflict and Measurement in the Twentiteth Century, 63-78

Marcuzzo, Maria Cristina (1994): "Kahn and Imperfect Competition" in Cambridge Journal of Economics, vol. 18, no. 1, fevereiro, pp. 25-39.

Marcuzzo, Maria Cristina (1996a): "Joan Robinson and Richard Kahn: the origin of short-period analysis" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 11-28.

Marcuzzo, Maria Cristina (1996b): "The Writings of Joan Robinson" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 330-363.

Matthews, R.C.O. (1989): "Joan Robinson and Cambridge - A Theorist and her Millieu: an interview" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 911-915.

Meacci, Ferdinando (1996): "On the Transition to a Higher Degree of Mechanization" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 249-262.

Metcalfe, J.S. e Steedman, Ian (1991): "Mr. Harrod and the Classics" in Rima (ed.)(1991a): The Joan Robinson Legacy, pp. 62-79.

Mitra, Ashok (1983) : "Obituary: the one who said boo" in Economic and Political Weekly, vol. 18, pp. 1461-1462.

Miyazaki, Yoshikazu (1955): "Some Remarks on Robinson's Long-Run Equilibrium Model" in Economic Review, Tokyo, vol. 6, outubro, pp. 386-392.

Modiglinani, Franco (1989): "Testimony: an interview" in Feiwel (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, pp. 569-581.

Monde (Le) (1983): "Mort de l'Économiste Joan Robinson", 10 de agosto.

Monza, Alfredo (1971): "La Validez de la Teoria de la Ideia de Funcion de Produccion Agregada" in Económica, no. 3, setembro-dezembro.

Monza, Alfredo (1972): "Nota Introductoria a la Recente Controversia en Teoria del Capital" in El Trimestre Económico, vol. 39(3), no. 155, julho-setembro.

Moss, Scott (1984): "The History of the Theory of the Firm from Marshall to Robinson and Chamberlin: the Source of Positivism in Economics" in Economica, vol. 51, agosto, pp. 307-318.

Nardozzi, Giangiacomo (1996): "Joan Robinson and the Rate of Interest These Days" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 81-87.

Nell, Edward J. (1989): "Joan Robinson: a memoir" in Feiwel (ed.)(1989a, pp. 892-894): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 892-894.

Pasinetti, Luigi L. (1961-62): "The Rate of Profit and Income Distribution in Relation to the Rate of Economic Growth" in The Review of Economic Studies, vol. 29, outubro, pp. 267-279.

Pasinetti, Luigi L. (1966a): "Paradoxes in Capital Theory: A Symposium - Changes in the Rate of Profit and Switches of Techniques" in Quarterly Journal of Economics, vol. 80, pp. 503-517.

Pasinetti, Luigi L. (1966b): "The Rate of Profit in a Growing Economy: a reply" in The Economic Journal, março, vol. 76, pp. 158-160.

Pasinetti, Luigi L. (1966c): "New Results in an Old Framework - comment on Samuelson and Modigliani" in The Review of Economic Studies, vol. 33, pp. 303-306.

Pasinetti, Luigi L. (1970): "Again on Capital Theory and Solow's 'Rate of Return'" in The Economic Journal, junho, vol. 80, pp. 428-431.

Pasinetti, Luigi L. (1987): "Robinson, Joan Violet (1903-1983)" in Eatwell, Milgate e Newman (eds.)(1987b): The New Palgrave - A Dictionary of Economics, vol. 4, pp. 212-217.

Pasinetti, Luigi L. (1996): "Joan Robinson and 'Reswitching'" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 209-217.

Patel, I.G. (1989): "Images of Joan" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 863-865.

Pivetti, Massimo (1996): "Joan Robinson and the Rate of Interest" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996): The Economics of Joan Robinson, pp. 75-80.

Prager, Theodor (1983a): "Joan Robinson, 1903-1983" in Arbeit & Wirtschaft, outubro, pp. 11-12.

Prager, Theodor (1983b): "Joan Robinson" in Wiener Tagebuch, no. 10, outubro, pp. 11-12.

Rima, Ingrid H. (1991b): "Robinson and 'The Other Half' of the Keynesian Revolution" in Rima (ed.)(1991a): The Joan Robinson Legacy, pp. 195-208.

Robertson, Dennis Holme (1930a): "The Trees of the Forest" in Increasing Returns and Representative Firm - a Symposium in The Economic Journal, março, vol. 40, pp. 80-89.

Robertson, Dennis Holme (1930b): "Comments on Sraffa's Criticism" in Increasing Returns and Representative Firm - a Symposium in The Economic Journal, março, vol. 40, pp. 89-92.

Salanti, Andrea (1996): "Joan Robinson's Changing Views on Method: a tentative appraisal" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 285-299.

Samuelson, Paul Anthony (1962a): "Parable and Realism in Capital Theory: The Surrogate Production Function" in The Review of Economic Studies, junho, vol. 29, pp. 193-206.

Samuelson, Paul Anthony (1962b): "Comment" in The Review of Economic Studies, junho, vol. 29, pp. 251-254.

Samuelson, Paul Anthony (1966): "A Summing Up" in Quarterly Journal of Economics, novembro, vol. 80, pp. 568-583.

Samuelson, Paul Anthony (1967): "The Monopolistic Competition Revolution" in Kuenne (ed.)(1967): Monopolistic Competition Theory: Studies in Impact - Essays in Honor of Edward H. Chamberlin, cap. 5.

Samuelson, Paul Anthony (1973): "Comment on Joan Robinson's Comment on 'Samuelson, Marx and their latest critics'" in Journal of Economic Literature, dezembro, vol. 2, p. 1367.

Samuelson, Paul Anthony (1975): "Steady-State and Transient Relations: a reply on switching" in Quarterly Journal of Economics, vol. 89, pp. 40-47. Reproduzido in Robinson, J. (1979a, pp. 83-87): Collected Economic Papers, vol. 5.

Samuelson, Paul Anthony (1989)(*): "Remembering Joan" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 121-146.

Samuelson, Paul Anthony e Modigliani, Franco (1966a): "The Pasinetti Paradox in Neoclassical and More General Models" in The Review of Economic Studies, vol. 33, pp. 269-301.

Samuelson, Paul Anthony e Modigliani, Franco (1966b): "Reply to Pasinetti and Robinson" in The Review of Economic Studies, vol. 33, pp. 321-330.

Schefold, Bertram (1983): "Nachruf: Joan Robinson 31/10/1903 - 05/08/1983 & Piero Sraffa 05/08/1898 - 03/09/1983" in WSI Mitteilungen, novembro, pp. 692-695.

Scitovsky, Tibor (1989): "My First Encounter With Joan Robinson" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 866-867.

Shaw, G.K. (1989): "Joan Robinson, 1903-83" in Greenaway, David; Presley, John.R. (eds.)(1989): Pioneers of modern economics in Britain, vol. 2, pp. 144-169.

Shove, Gerald F. (1930): "The Representative Firm and Increasing Returns" in Increasing Returns and Representative Firm - a Symposium in The Economic Journal, março, vol. 40, pp. 94-116.

Shove, Gerald Frank (1933a): "The Imperfection of the Market - a further note" in The Economic Journal, vol. 43, março, pp. 113-124.

Simonazzi, Annamaria (1996): "Beggar-My-Neighbour Policies: the 1930s and the 1980s" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 88-98.

Skouras, A. (1980): "The Robinsonian Approach to an Analytical Treatment of Land" in Rivista Internazionale di Scienze Economiche e Commerciali, 27(12), dezembro, pp. 1126-1150.

Skouras, Thanos (1981): "The Economics of Joan Robinson" in Shackleton e Locksley (ed.)(1981): Twelve Contemporary Economists, pp. 199-218.

Society for Anglo-Chinese Understanding (SACU) Newsletter (1983): "Joan Robinson", no. 29, setembro, pp. 1-2

Solow, Robert Merton (1955-56): "The Production Function and the Theory of Capital" in The Review of Economic Studies, vol. 23 (2), no. 61, pp. 101-108.

Solow, Robert Merton (1956): "A Contribution to the Theory of Economic Growth" in Quarterly Journal of Economics, fevereiro, vol. 70, pp. 65-94.

Solow, Robert Merton (1962a): "Substitution and Fixed Proportions in the Theory of Capital" in The Review of Economic Studies, junho, vol. 29, pp. 207-218.

Solow, Robert Merton (1962b): "Comment" in The Review of Economic Studies, junho, vol. 29, pp. 255-257.

Solow, Robert Merton (1963): Capital Theory and the Rate of Return, Amsterdam, North-Holland Publishing Co.

Solow, Robert Merton (1970): "On the Rate of Return: Reply to Pasinetti" in The Economic Journal, junho, vol. 80, pp. 423-428.

Solow, Robert Merton (1989): "Testimony: An Interview" in Feiwel (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, pp. 537-553.

Sraffa, Piero (1925): "Sulle Relazione fra Costo e Quantità Prodotta" in Annali di Ecónomia, vol. II, no. 1, pp. 277-328; Edição brasileira: Relações entre Custo e Quantidade Produzida, tradução de José Walter Martinez, São Paulo, Hucitec/Unicamp, Economia e Planejamento no. 24, série "Teoria Contemporânea" no. 3, 1989.

Sraffa, Piero (1926): "The Laws of Returns under Competitive Conditions" in The Economic Journal, dezembro, vol. 36, pp. 535-550. Reproduzido in Stigler e Boulding (eds)(1953): Readings in Price Theory, pp. 180-197. Há tradução para o português in Literatura Econômica 4(1): 13-34,1982, Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

Sraffa, Piero (1930a): "The Trees of the Forest - a criticism" in Increasing Returns and Representative Firm - a Symposium in The Economic Journal, março, vol. 40, pp. 89-92.

Sraffa, Piero (1930b): "The Trees of the Forest - a reply" in Increasing Returns and Representative Firm - a Symposium in The Economic Journal, março, vol. 40, p. 93.

Sraffa, Piero (1951): "General Preface" e "Introduction" in Ricardo, David, On The Principles of Political Economy and Taxation, The Works and Correspondence, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, pp. vii-ix e xiii-lxii

Stiglitz, Joseph E. (1970): "Reply to Mrs. Robinson on the Choice of Technique" in The Economic Journal, junho, vol. 80, pp. 420-422.

Streeten, Paul (1989): "Joan Robinson: utter fearlessness" in Feiwel (ed.)(1989a, pp. 861-862): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 861-862.

Suplicy, Eduardo Matarazzo (1979-80): "Joan Robinson no Brasil" in Cadernos de Opinião, no. 15, dezembro 1979-agosto 1980, pp. 7-8.

Sutton, John (1989): "Is Imperfect Competition Empirically Empty?" in Feiwel (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, pp. 225-240.

Swan, T.W. (1956): "Economic Growth and Capital Accumulation" in The Economic Record, novembro, vol. 32, pp. 334-361.

Szmrecsányi, Tamás (1983): "Apresentação" in Robinson, Joan (1962d): Ensaios Sobre a Teoria do Crescimento Econômico, São Paulo, Abril Cultural, 1983, Col. Os Economistas, tradução de Paulo de Almeida, pp. 263-300.

Tarshis, Lorie (1989): "Remembering Joan Robinson" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 918-920.

Times (The) (1983a): "Obituary: Joan Robinson, 1903-1983", 10 de agosto.

Times (The) (1983b): "Prof. Joan Robinson", 30 de agosto.

Tobin, James (1989): "Testimony: an interview" in Feiwel (ed.)(1989b, pp. 554-568): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond.

Umemura, Mataji (1955): "Some Criticism of Robinson's 'The Simplest Possible Model" in Economic Review, Tokyo, vol. 6, outubro, pp. 392-393 (em japonês).

Uzawa, Hirofumi (1961): "Neutral Inventions and the Stability of Growth Equilibrium" in The Review of Economic Studies, vol. 28, fevereiro.

Varri, Paolo (1996): "Harrod's Dynamic Economics and Joan Robinson's Generalisation of the General Theory" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 188-194.

Varsity (1949): "Profile: Human Economist", 5 novembro, p. 4

Vecchi, Nicolò De (1996): "Schumpeter's Review of 'The Economics of Imperfect Competition: another look at Joan Robinson" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 36-50.

Vianello, Fernando (1996): "Joan Robinson and Normal Prices (and the normal rate of profits)" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 112-120.

Viner, Jacob (1931): "Cost Curves and Supply Curves" in Zeitschrift fur Nationalokonomie, vol. 3, pp. 23-46, reproduzido in Stigler e Boulding (eds.)(1953): Readings in Price Theory, pp. 198-226.

Wall Street Journal (The) (1968): "Where do We Go from Here?", 24 janeiro, p. 14.

Washington Post (1983): "Obituary: Joan Robinson, 1903-1983", 12 de agosto, p. b8.

Weintraub, E. Roy (1985): "After Keynes Cambridge Contributions to Theory - Joan Robinson's Critique of Equilibrium: an appraisal" in The American Economic Review, vol. 75, no. 2, maio, pp. 146-149.

Whitaker, John K. (1989): "The Cambridge Background to Imperfect Competition" in Feiwel (ed.)(1989b): The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond, pp. 169-196.

Wilson, Angus (1975): "Joan Violet Robinson" in UEA Bullettin, NS Vol. VII, no. 1, fevereiro, pp. 27-32.

Yntema, Theodore O. (1928): "The Influence of Dumping on Monopoly Price" in Journal of Political Economy, dezembro, vol. 36.

Yntema, Theodore O.; Chamberlin, Edward Hastings, Jaffé, William; Morrison, L.A.; Nichol, A.J. (1934): "Round Table on Imperfect Competition", in The American Economic Review, março, Suppl., pp. 21-32

Zamagni, Stefano (1996): "Joan Robinson and 'Reswitching': an interpretative note" in Marcuzzo, Pasinetti e Roncaglia (1996) The Economics of Joan Robinson, pp. 218-222.

IV.3 - Resenhas

Accountant (1952): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'", 12 de julho, p. 47.

Accountant (1956): "Review of 'Accumulation of Capital'", 1 de setembro.

Alexander, Ken (1974): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'" in unidentified periodical, 22 de fevereiro.

Asimakopulos, Athanasios (1990): "Joan Robinson and the Americans" in Journal of Post Keynesian Economics, vol. 13, no. 1, outono, pp. 111-124.

Argus (1938): "An Economist Analyses Cause of Unemployment: review of Joan Robinson, 'Introduction to the Theory of Employment'", Melbourne, 25 de agosto.

Arrow, Kenneth J. (1953): "Review of 'Collected Papers', vol. 1" in Econometrica, vol. 21, outubro, pp. 621-623.

Arrow, Kenneth J. (1989): "Joan Robinson and Modern Economic Theory: an interview" in Feiwel (ed.)(1989a): Joan Robinson and Modern Economic Theory, pp. 147-185.

Asimakopulos, Athanasios (1972): "Review of 'Economic Heresies'" in Canadian Journal of Economics, vol. 5, maio, pp.. 314-316.

Ayre, Peter (1961): "Do-it-yorself Economics: review of 'Exercises in Economic Analysis'" in Clare Market Review, inverno.

B.B. (1938): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in L'actualité Economique, junho.

Bakke, E. Wight (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Annals of the American Academy, vol. 38, julho, pp. 230-231.

Balogh, Thomas (1956): "Review of 'Accumulation of Capital': Economics of the future" in The New Statesman and Nation, 21 de julho, pp. 80-81.

Balogh, Thomas (1971): "Economic Styles: joint review of Joan Robinson, 'Economic Heresies' and of C.D. Cohen, 'British Economic Policy 1960-1969'" in New Society, 7 de outubro, pp. 675-677.

Bancaria (1952): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'", no. 10.

Banker (The) (1973): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'", dezembro.

Baran, Paul A. (1963): "Review of 'Economic Philosophy'" in The American Economic Review, vol. 53, junho, pp. 455-458.

Barna, Tibor (1957): "Review of 'Accumulation of Capital'" in The Economic Journal, vol. 67, setembro, pp. 490-493.

Barnerias, (1952): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'" in ... et des Etudes Economiques.

Baroni, Luciano (1973): "I vicoli ciechi dell'economica capitalistica" in L'Unita, 11 de março.

Barraclough, Geoffrey (1979): "Joint Review of Joan Robinson, 'Aspects of Development and Underdevelopment' and of Barbara Ward, 'Progress for a Small Planet'" in The New Republic, 27 de outubro, pp. 30-32.

Batson, Harold E. (1933): "Mr. Kitchin on the Insignificance of Economics - Joint Review of Lionel Robbins' 'Nature and Significance of Economic Science', Donald Kitchin's 'Will Economics follow the Robbins Road?'and Joan Robinson's 'Economics of Imperfect Competition'" in Scrutinity, setembro, pp. 175-181.

Bernstein, E.M. (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in Southern Economic Journal, vol. 27, outubro, pp. 253-254.

Birmingham Post (1933): "Unemployment and the Economists: review of Joan Robinson's 'Economics of Imperfect Competition' and of A.C. Pigou's 'The Theory of Unemployment'", 5 de setembro, p. 4.

Bookseller (The) (1973): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'", 20 de outubro.

Boulding, Kenneth (1963): "Review of 'Economic Philosophie'" in American Sociological Review, vol. 28, agosto, pp. 657-658.

Boulding, Kenneth E. (1971): "Review of 'Economic Heresies': Economists at a family picnic" in Business Week, 22 de maio, p. 12.

Breimyer, Harold F. (1973): "Review of 'Economic Heresies'" in American Journal of Agricultural Economics, vol. 55, fevereiro, pp. 130-131.

Bronfenbrenner, Martin (1961): "Review of 'Collected Economic Papers' vol. 2" in The American Economic Review, vol. 51, junho, pp. 413-414.

Bronfenbrenner, Martin (1979): "Review of 'Contributions to Modern Economics'" in The Economic Journal, vol. 89, dezembro, pp. 446-447.

Bronfenbrenner, Martin (1980): "Review of 'Aspects of Development and Underdevelopment'" in Journal of Economic Literature, vol. 18, maio, pp. 1581-1582.

Brothers, Joan (s.d.): "Review of 'Freedom and Necessity'" in The Month, p. 29.

Brownless, Chris (n.d.): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'" in unidentified periodical, pp. 43-47.

Bruton, H.J. (1981): "Review of 'Aspects of Development and Underdevelopment'" in Economic Development and Cultural Change, vol. 30, pp. 191-196.

Bulletin De l'Institut de Recherches Economiques et Sociales de l'Université Catholique de Louvain (1952): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'", ano 18, no. 5, agosto.

Bulletin of The International Institute for Social History (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", Amsterdam, p. 189.

C.E.L. (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in The Western Morning News and Daily Gazette, 10 de abril, p. 8.

C.T.S. (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Manchester Guardian Commercial, 18 de março.

Cairns, J.F. (1948): "Review of 'Essay on Marxian Economics'" in The Economic Record, junho, pp. 140-142.

Cambridge News (1967): "Facts and Figures of Life: review of 'Economics: an Awkward Corner'", 21 de janeiro.

Cambridge Evening News (1973): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'", 5 de dezembro, p. 9.

Campbell, J.R. (1956): "Investment Problems: review of 'Accumulation of Capital'" in Daily Worker, 16 de agosto.

Castracane, Francesco (1968): "Un Saggio di Joan Robinson - Economia Difficile: review of 'Economics: an Awkward Corner'" in La Voce Reppublicana, 13 de abril.

Cavallari, Alberto (1971): "La Crisi Economica Italiana - La Relazioni Carli: review of 'Freedom and Necessity'" in Europeo, 17 de julho.

China Weekly Review (1948): "Middle Ground: joint review of Lionel Robbins 'The Economic Problem in Peace and War' and of Joan Robinson, 'Essay on Marxian Economics'", 14 de agosto, p. 316.

Choice (1969): "Review of 'Economics: an Awkward Corner'", janeiro, p. 1479.

Chossudowsky, E.M. (1942): "Review of 'Essay on Marxian Economics'" in Economica, novembro, pp. 389-392.

Churchward, Lloyd G. (1966): "Joint Review of Joan Robinson, 'Notes from China', Julio Alavarez del Vayo 'China Triumphs'and William E. Griffith, 'The Sino-Soviet Rift'" in Science and Society, vol. 30, pp. 100-102.

Civilita delle Macchine (1971): "Review of 'Freedom and Necessity'", setembro-dezembro.

Clare Market Review (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", Michaelmas.

Clare Market Review (1938): "Mrs. Robinson and Mr. Keynes: review of 'Introduction to the Theory of Employment'", fevereiro.

Clark, Colin (1933): "Competition: review of 'Economics of Imperfect Competition'" in The Cambridge Review, 10 de novembro, pp. 91-92.

Clower, Robert (1961a): "Review of 'Exercises in Economic Analysis'" in The American Economic Review, vol. 51, setembro, pp. 701-702

Collins, Henry (1967): "Capitalist Contradictions: review of 'Economics: an Awkward Corner'" in The Tribune, 13 de janeiro.

Cooperative News (1947): "Consumers and Marx: review of 'Essay on Marxian Economics'", Manchester, 18 de outubro.

Copper, John D. (1970): "Review of 'Cultural Revolution in China'" in Pacific Affairs, vol. 43, outono, pp. 438-439.

Corbett, J.P. (1956): "The Future of Humanities: review of 'Accumulation of Capital'" in The Listener, 01 novembro 1956, pp. 697-698.

Croome, Honor (1937): "Mr. Keynes Interpreted: review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Spectator, 10 de dezembro.

Daily Mail (1970): "Review of 'Freedom and Necessity'", Hull, 17 de abril.

Darmor, J. (1963): "Review of 'Essay in the Theory of Economic Growth'" in Revue de l'Action Populaire, julho-agosto.

Dhesi, Autar S. (1981): "Review of 'Aspects of Development and Underdevelopment'" in Kyklos, vol. 34, pp. 668-670.

Ducros, Bernard (1953a): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'" in Revue Economique, p. 614.

Ducros, Bernard (1953b): "Review of 'Collected Economic Papers', vol. 1" in Revue Economique, pp. 614-615.

Economic Digest (1952): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'", setembro.

Economist (The) (1937a): "Employment Explained: Review of 'Essays in the Theory of Employment'", 18 de setembro.

Economist (The) (1937b): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", 18 de dezembro.

Economist (The) (1937c): "Correction of the Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", 25 de dezembro.

Economist (The) (1952b): "Dynamic Analysis: review of Joan Robinson, 'The Rate of Interest and Other Essays'", 7 de junho, p. 651.

Economist (The) (1956): "The Rules of the Game: review of Joan Robinson, 'Accumulation of Capital'", 15 de dezembro, p. 961.

Economist (The) (1961): "To Teach a Method: review of 'Exercises in Economic Analysis'", 21 de janeiro, vol. 198, no. 6126, pp. 266-267.

Economist (The) (1963): "Analysis of Growth: review of 'Essays in the Theory of Economic Growth'", 12 de janeiro, p. 12.

Economist (The) (1973): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'", 20 de outubro, pp. 147-148.

Economist Monthly Book Supplement (The) (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", 9 de setembro, pp. 2-3.

Edwards, Corwin D. (1933): "Review of Edward Chamberlin, 'The Theory of Monopolistic Competition' and of Joan Robinson, 'The Economics of Imperfect Competition'" in The American Economic Review, vol. 23, dezembro, pp. 683-685.

Ellsworth, P.T. (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Journal of Political Economy, vol. 46, outubro, p. 730.

Eshag, Eprime (1967a): "Review of 'Collected Economic Papers', vol. 3" in The Economic Journal, vol. 77, junho, pp. 351-354.

Eshag, Eprime (1967b): "Review of 'Economics: an Awkward Corner'" in The Economic Journal, vol. 77, setembro, pp. 607-609.

Espresso (1967): "Review of 'Economics: an Awkward Corner'", Roma, 8 de outubro.

Essex University Arts Review (1973): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'", outubro.

Exeter Express and Echo (1970): "Review of 'Freedom and Necessity'", 10 de abril.

Fay, C.R. (1942): "Review of 'Essay on Marxian Economics'" in The Cambridge Review, 13 de junho, pp. 379-380.

Felli, Ernesto (1972): "Review of 'Freedom and Necessity'" in Quale Società, junho.

Felton, Monica (1963): "Review of 'Economic Philosophy'" in Financial Times, Canada, 12 de agosto.

Financial News (1933a): "Notice of 'Economics of Imperfect Competition'", 17 de junho.

Financial News (1933b): "Making Economics Useful - adjusting theory to prices", 5 de julho.

Financial News (1937): "Economics of Boom: Joint review of Joan Robinson, 'Essays in the Theory of Employment', of R.L. Hall 'The Economic System in the Socialist State' and of E.C. Van Dorp 'A Simple Theory of Capital, Wages and Profit and Losses'", 1 de março.

Financial Post (1937): "Student of Keynes: review of 'Essays in the Theory of Employment'", Canada, 15 de maio.

Financial Post (1938): "Why Jobs Come and Go: review of 'Introduction to the Theory of Employment'", Canada, 12 de fevereiro.

Financial Times (The) (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", Londres, 12 de abril.

Financial Times (The) (1947): "Marx and Keynes: review of 'Essay on Marxian Economics'", Londres, 23 de junho.

Findlay, Ronald (1963a): "The Robinsonian Model of Accumulation" in Economica, N.S., fevereiro, vol. 30, pp. 1-12.

Flanders, Allan (1943): "Marxian and Modern Economics: review of 'Essay on Marxian Economics'" in Socialist Commentary, janeiro, pp. 20-23.

Foster, John (1981): "Joint Review of 'Contribution to Modern Economics' and 'The Generalisation of the General Theory'" in The Economic Journal, vol. 91, dezembro, pp. 1041-1043.

Frain, H. LaRue (1934): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in Annals of the American Academy, vol. 176, novembro, pp. 224-225.

Fraser, L.M. (1934): "A Rejoinder to Joan Robinson's 'Mr. Fraser on Taxation and Returns'" in Review of Economic Studies vol. 1, fevereiro, pp. 141-143.

Freifeld, S. (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in Giornale degli Economisti, maio.

Friend (The) (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", 21 de maio.

Friend (The) (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", 14 de janeiro.

G.C. (1960): "Basic Economics: joint review of J.K. Eastham 'Graphical Economics', of Joan Robinson 'Exercises in Economic Analysis', of Henry Hazlitt 'The Critics of Keynesian Economics', of Louise Sommer 'Essays in European Economic Thought' and of Bensusan-Butt 'On Economic Growth'" in The Financial Times, 19 de dezembro.

Gaitskell, Hugh (1938): "Economists and Employment: joint review of Joan Robinson, 'Introduction to the Theory of Employment' and of J.E. Meade 'Consumer's Credits and Unemployment'" in New Statesman and Nation, 5 de fevereiro.

Galimberti, Romolo (1967): "La Crisi Economica Scuote le Coscienze: review of 'Economics: an Awkward Corner'" in L'Unità, 13 de setembro.

Goodwin, Richard M. (1952): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'" in The Economic Journal, vol. 62, dezembro, pp. 930-935.

Guardian (The) (1942): "Review of 'Private Enterprise or Public Control'", 14 de maio.

Guillebaud, C.W. (1937): "The Theory of Employent: Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in The Cambridge Review, 30 de abril, p. 364.

Gurley, John G. (1974a): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'" in The Economic Journal, vol. 84, junho, pp. 447-450

H.A.V. (1956): "Economic Fact and Theory: joint review of J. R. Hicks, 'A Revision of Demand Theory' and of Joan Robinson, 'Accumulation of Capital'" in Financial Times, Canada, 10 de setembro.

H.T. (1934): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in Public Administation, janeiro, p. 102.

H.T. (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in Public Administration, vol. 15, no. 2, abril, p. 232.

Hahn, Frank Horace (1972): "Review of 'Economic Heresies'" in Economica, vol. 39, N.S., maio, pp. 205-206.

Hamberg, D. (1963): "Review of 'Essays in the Theory of Economic Growth" in American Economic Review, vol. 63, junho-dezembro, pp. 1109-1114.

Han Suyin (1969): "Review of 'Cultural Revolution in China'" in Broadsheet, vol. 6, março, última página.

Harcourt, Geoffrey Colin (1961): "Review of 'Exercises in Economic Analysis'" in The Economic Record, vol. 37, setembro, pp. 393-395.

Harcourt, Geoffrey Colin (1963c): "Review of 'Economic Philosophy'" in The Economic Record, vol. 39, dezembro, pp. 492-493.

Harcourt, Geoffrey Colin (1991a): "Review of Turner, 'Joan Robinson and the Americans', Feiwel, (ed.) 'Joan Robinson and Modern Economic Theory' and Feiwel, 'The Economics of Imperfect Competition and Beyond'" in History of Political Economy, vol. 23, no. 1, pp. 158-164.

Hardy, Charles O. (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in The American Economic Review, vol. 27, setembro, pp. 529-532.

Hardy, Charles O. (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in The American Economic Review, vol. 28, setembro, pp. 528-529.

Harris, Anthony (1966): "An Awkward Customer: review of 'Economics: an Awkward Corner'" in The Financial Times, Canada, 19 de dezembro.

Harrod, Roy Forbes (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in The Economic Journal, vol. 47, junho, pp. 326-330.

Harrod, Roy Forbes (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in The Oxford Magazine, Oxford, 3 de março, pp. 495-496.

Harrod, Roy Forbes (1942): "Economic Man: review of 'Essay on Marxian Economics' and of Colin Clark "The Economics of 1960'" in The Observer, 19 de julho, p. 3.

Hawtrey, R.G. (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in Economica, N.S., novembro, pp. 455-460.

Helleiner, G.K. (1980): "Review of 'Aspects of Development and Underdevelopment'" in Canadian Journal of Economics, vol. 134, pp. 515-517.

Hindustan Review (1948): "Review of 'Essay on Marxian Economics'", janeiro.

Hodgson, R.A. (1967): "Review of 'The New Mercantilism'" in Banker's Magazine, setembro.

Hollond, Marjorie Tappan (s.d.): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in Girton Review, pp. 28-29.

Hooker, Owen (1979): "Review of 'Contributions to Modern Economics'" in The Business Economist, primavera, pp. 63-65.

Houston, David (1975): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'" in Sloan Management Review, vol. 16, junho, pp. 114-116.

Hughes, Helen (1964): "Review of 'Economic Philosophy'" in Public Administration, Sydney, junho, pp. 187-188.

Humphrey's (1952): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'", agosto.

Hunter, William D.G. (1968): "Review of 'Economic Philosophy'" in Canadian Journal of Economics, vol. 1, maio, pp. 495-496.

Hutchison, Keith (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in The Nation, junho, pp. 652-653.

Hutchison, T.W. (1976): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'" in Economica, fevereiro, pp. 93-94.

I.M. (1955): "Traveller in China: review of 'Letters from a Visitor to China'" in Labour Monthly, maio.

Industrielle Organization (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'".

Inglis, Brian (1957): "Review of 'Accumulation of Capital'" in Spectator, 15 de fevereiro.

International Review of Social Story (1970): "Review of 'Freedom and Necessity'", Amsterdam, no. 2, p. 303.

J.B.S. (1963): "Review of 'Essays in the Theory of Economic Growth" in Oriental Economist, Japan, abril.

J.E.H. (1934): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in Management Review, fevereiro.

Jackson, T.A. (1943): " Some Flowers for Marx's Grave: review of 'Essay on Marxian Economics'" in The Plebs, maio, pp. 52-54.

Jaffe, William (1963): "Review of 'Economic Philosophy'" in Annals of the American Academy, vol. 348, julho, pp. 164-165.

Jameson, Kenneth P. (1981): "Review of 'Aspects of Development and Underdevelopment'" in Journal of Economic Issues, vol. 15, março, pp. 264-267.

Johnson, Harry (1967): "Civic Virtue: joint review of Joan Robinson, 'Economics: an Awkward Corner' and of Graham Wootton, 'Workers, Unions and the State'" in New Statesman, 6 de janeiro.

Johr, W.A. (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Jahrbucher fur Nationalokonomie, pp. 107-111.

Journal of Economic Literature (1980): "Review of 'Aspects of Development and Underdevelopment', maio.

Kaldor, Nicholas (1934): "Mrs. Robinson's 'Economics of Imperfect Competition'" in Economica, N.S., agosto, vol. 1, pp. 335-341.

Keirstead, B.S. (1957): "Review of 'Accumulation of Capital': The Structure and Accumulation of Capital" in Canadian Journal of Economics and Political Science, vol. 23, novembro, pp. 555-559

King Mervyn (1973): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'" in The Cambridge Review, 26 de outubro, pp. 23-25.

Klappholz, Kurt (1963): "Review of 'Economic Philosophy'" in Economica, vol. 30, N.S., agosto, pp. 321-322.

Klein, Lawrence R. (1958): "Review of 'Accumulation of Capital'" in Econometrica, vol. 26, outubro, pp. 622-624.

Knight, A. (1942): "The Academicians and Marx" in Tribune, 6 de novembro.

Knox, A.D. (1953): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'" in Economica, vol. 20, N.S., maio, pp. 170-171.

Krelle, Wilhelm (1955): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'" in Jahrbucher fur die Nationalokonomie und Statistik, outubro, pp. 80-82.

L.B.B.(1938): "Labour and Private Enterprise: review of Joan Robinson, 'Introduction to the Theory of Employment'" in Ireland Today, janeiro.

Labour Research (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", março.

Lachman, L.M. (1963): "Review of 'Essays in the Theory of Economic Growth" in South African Journal of Economics, março, pp. 74-75.

Lambert, Paul (1964a): "Review of 'Economic Philosophy'" in Annales de l'Economie Collective, no. 1, Liège, pp. 157-159.

Lambert, Paul (1964b): "Review of 'Economic Philosophy'" in Annals of Public and Co-operative Economy, no. 1, Liège, pp. 71-74.

Lerner, Abba Ptachya (1936a): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in International Labour Review, outubro.

Lerner, Abba Ptachya (1957): "Review of 'Accumulation of Capital'" in The American Economic Review, vol. 47, setembro, pp. 693-699.

Leubuscher, Charlotte (s.d.): "Review of 'Essay on Marxian Economics'" in Girton Review, pp. 12-13.

Lewis, W.A. (1956): "Growth: review of 'The Accumulation of Capital'" in Manchester Guardian, 27 de julho.

Liverpool Post and Mercury (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", 7 de setembro.

Lougborough Echo (1970): "Review of 'Freedom and Necessity'", 3 de abril.

Lickin, Bill (1970a): "Review of 'Freedom and Necessity'" in Times Educational Supplement, 22 de maio.

Lundberg, Erik (1938): "Review of 'Essays in the Theory of Employment' and of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Weltwirtschaftliches Archiv, março, pp. 117-118.

M.C. (1938): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in Industry Illustrated, janeiro.

M.H.D. (1938): "Employment & Unemployment: review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in The Cambridge Review, 28 de janeiro, pp. 213-214.

Macy, Christopher (1970): "Review of 'Freedom and Necessity'" in Humanist, novembro.

Madras Mail (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", 18 de julho.

Madras Mail (1937): "The Theory of Unemployment: Review of 'Essays in the Theory of Employment'", 24 de abril.

Mager, Harold (1942): "Review of 'Essay on Marxian Economics': Marx without Incense" in The New Republic, vol. 107, 12 de outubro, pp. 473-474

Malfa, Giorgio la (1973): "A scuola dalla Robinson" in La Stampa, ano 107, no. 59, 10 de março, p. 3.

Management Library List (The) (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", março.

Manchester Guardian Commercial (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", Manchester, 26 de agosto.

Manchester Guardian Commercial (1937a): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", Manchester, 11 de junho.

Manchester Guardian Commercial (1937b): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", Manchester, 28 de dezembro.

Manchester Guardian (1956): "Correction of the review of 'Accumulation of Capital'", 31 de julho.

Marglin, Stephen A. (1973): "Review of 'Economic Heresies'" in The Economic Journal, vol. 83, junho, pp. 535-538.

Marxism Today (1967): "Joan Robinson's Essay: review of 'Essay on Marxian Economics'", abril, p. 98.

Mathur, P.N. (1980): "Review of 'Aspects of Development and Underdevelopment'" in Third World Planning Review, outono, pp. 255-257.

Meek, Ronald L. (1963): "A Clean Slate? Review of 'Essays in the Theory of Economic Growth' and 'Economic Philosophy'" in The Tribune, 17 de maio.

Meek, Ronald L. (1973): "Textbook Orthodoxy Turned Upside-Down: review of 'An Introduction to Modern Economics'" in Times Higher Education Supplement, 23 de novembro, p. 15

Mehta, Boman H. (1970): "Prophets. True & False: review of 'Freedom and Necessity'" in The Times of India, 18 de outubro.

Mickiewicz, Marian (1980): "Review of 'Aspects of Development and Underdevelopment'" in Sprawy Miedzynarodowe, no. 6, pp. 137-140.

Midlands Industry and Commerce (1973): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'", novembro.

Minsky, Hyman Philip (1961): "Review of 'Collected Economic Papers', vol. 2" in Journal of Political Economy, vol. 69, outubro, pp. 497-498.

Minzer, T.H. (1957): "Joan Robinson, entre Marx et Keynes: review of 'Accumulation of Capital'" in France-Observateur, 25 de abril, p. 6.

Money Magazine (1974): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'", janeiro.

Moszer, Max (1972): "Review of 'Economic Heresies: some old-fashioned questions in economic theory'" in Monthly Labour Review, vol. 23, março, pp. 69-70.

Natsopa Journal (1938): "Why We Work: review of 'Introduction to the Theory of Employment'", fevereiro.

Nevile, J.W. (1963): "Review of 'Essays in the Theory of Economic Growth'" in The Economic Record, vol. 39, setembro, pp. 385-386.

New Castle Journal (1937): "Theory of Employment: review of 'Introduction to the Theory of Employment'", 17 de dezembro.

New Republic (s.d.): "Review of 'Freedom and Necessity'".

New Statesman and Nation (1937): "Joint Review of Joan Robinson, 'Essays in the Theory of Employment' and of W.E. Armstrong 'Saving and Investmen'", 8 de maio.

Nichol, A.J. (1934): "Review of 'Theory of Imperfect Competition'" in Journal of Political Economy, vol. 42, 1934, novembro, pp. 257-259.

Northern Whig (The) (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in The Northern Whig, Belfast, 22 de março.

O'Brian, George (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in Studies, 4 de setembro, pp. 519-520.

Ozga, S.A. (1962): "Review of 'Exercises in Economic Analysis'" in Economica, vol. 29, New Series, agosto, pp. 301-302.

P.H.F. (1973): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'" in Journal of Commerce, novembro.

Padley, Walter (1942a): "The Academicians and Marx: review of 'Essay on Marxian Economics'" in Tribune, 30 de outubro, p. 15.

Padley, Walter (1942b): "The Academicians and Marx" in Tribune, 27 de novembro.

Pedersen, Jorgen (1964): "Review of 'Economic Philosophy'" in Nationalokonomisk Tidskrift, pp. 79-88.

Pen, Jan (1974): "Smoke of Leets. (Some Comments on the 'Collected Papers' of Joan Robinson)" in De Economist, 122(5), pp. 387-398.

Pendse, D.R. (1953): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'" in Indian Economic Journal, no. 2, vol. 1, outubro, pp. 195-198.

Penrose, Edith (1980): "Review of 'Aspects of Development and Underdevelopment'" in The Economic Journal, vol. 90, setembro, pp. 623-625.

Perlman, Selig (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in American Political Science Review, vol. 31, dezembro, pp. 1191-1192.

Pietri-Tonelli, Alfonso (1952): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'" in Rivista di Politica Economica, outubro, p. 1304.

Pigou, Arthur Cecil (1933): "A note on imperfect competition" in The Economic Journal, março, vol. 43, pp. 108-113.

Polglaze, J. (1934): "Review of 'The Economics of Imperfect Competition'" in The Economic Record, Melbourne, junho, pp. 106-107.

Polillo, Gianfranco (1971): "Libertà e Necessità: review of 'Freedom and Necessity'" in Rinascita, Roma, 25 de julho.

Progress (1937a): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", abril-junho.

Progress (1937b): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", setembro-dezembro.

Public Administration (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", outubro, pp. 475-476.

Quaderni di Scienze Soziali (1967): "Review of 'Economics: an Awkward Corner'", dezembro, pp. 410-412

Quinn, Kevin, S.I. (1961): "Joint Review of Joan Robinson, 'Exercises in Economic Analysis' and Duesenberry, James S. & Preston, Lee E. 'Cases and Problems in Economics'" in Gregorianum, vol. 2, pp. 383-385.

R.G.H. (1934): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in Journal of the Royal Statistical Society, pp. 671-674.

R.L.H. (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in The Oxford Magazine, pp. 415-416.

R.O. (1962): "Joint Review of James S. Duesenberry and Lee E. Preston 'Cases and Problems in Economics', of J.K. Eastham 'Graphical Economics' and of Joan Robinson, 'Exercises in Economic Analysis'" in Banker's Magazine, janeiro, pp. 42-43.

R.W.S. (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Journal of the Royal Statistical Society, vol. 101, parte IV, pp. 769-770.

Radford, Arthur (1934): "Review of 'The Economics of Imperfect Competition'" in Tutor's Bulletin of Adult Education, maio, pp. 18-22.

Rawski, T.G. (1975): "Review of 'Economic Management in China'" in China Quarterly, no. 64, pp. 756-758.

Revue des Sciences Economiques (1938): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", Liége, abril.

Ricci, Umberto (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in Giornali degli Economisti, 48, novembro, pp. 839-841.

Ricerche Economiche (s.d.): "Review of 'Economics: an Awkward Corner'", pp. 377-378.

Rivista di Politica Economica (s.d..): "Review of 'Economic Philosophy'", n.d., pp. 310-311.

Rivista di Politica Economica (1961): "Review of 'Exercises in Economic Analysis'", março, pp. 549-550.

Rogin, Leo (1944): "Review of 'Essay on Marxian Economics'" in The American Economic Review, vol. 34, março, pp. 124-134.

S.D.V. (1973) : "La 'crisi capitalista' per Joan Robinson" in La Stampa, ano 107, no. 59, 10 de março, p. 294.

Sapere (1967): "Review of 'Economics: an Awkward Corner'", Milão, novembro, pp. 654-655.

Schott, Kerry (1979): "Joint Review of Robert L. Heilbroner 'Beyond Boom and Crash' and of Joan Robinson, 'Collected Economic Papers', vol. 5" in New Statesman, 24 de agosto.

Schumpeter, Joseph Alois (1934): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in Journal of Political Economy, vol. 42, novembro, pp. 249-257.

Schweinitz, Karl de (1976): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'" in Journal of Economic Issues, vol. 10, março, p. 176.

Scotsman (The) (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", Edinburgh, 31 de agosto.

Scotsman (The) (1937a): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", Edinburgh, 15 de março.

Scotsman (The) (1937b): "Mr. Keynes Theory: review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in, Edinburgh, 16 de dezembro.

Scott, J.W. (1933): "Joint Review of Joan Robinson's 'Economics of Imperfect Competition' and John Henry Buchi's 'Free Money, A Way Out Of The Money Maze'" in Western Mail, 03 de agosto.

Sewell, Gordon (1970): "Review of 'Freedom and Necessity'" in Southern Evening Echo, 16 de maio.

Shackle, G.L.S. (1953): "Review of 'Collected Economic Papers', vol. 1" in Economica, vol. 20, fevereiro, pp. 73-74.

Sharpe, M.E. (1969): "Review of 'Economics: an Awkward Corner'" in Science & Society, vol. 33, inverno, pp. 99-100.

Sheffield Daily Telegraph (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", Sheffield, 20 de julho.

Sheffield Daily Telegraph (1937): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", Sheffield, 16 de dezembro.

Shove, Gerald Frank (1933b): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in The Economic Journal, vol. 43, dezembro, pp. 657-661.

Shove, Gerald Frank (1944): "Mrs. Robinson on Marxian Economics - A Review of 'Essay on Marxian Economics'" in The Economic Journal, vol. 54, abril, pp. 47-61.

Singer, H.W. (n.d.): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in The Manchester School, pp. 188-190.

Smith, Henry (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in The Economic Journal, vol. 48, março, pp. 74-76.

Smithies, Arthur (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in The Economic Record, Melbourne, dezembro, pp. 271-272.

Smithies, Arthur (1953): "Review of 'Rate of Interest and Other Essays'" in The American Economic Review, vol. 43, setembro, pp. 636-641.

Sprenkel, O.B. Van Der (1942): " Marx in Modern Dress: review of Joan Robinson, 'Essay on Marxian Economics'" in Time and Tide, 1 de agosto, pp. 622-624.

Star (The) (1933) "Economics for the Students: review of 'Economics of Imperfect Competition'", Johannesburg, 28 de agosto.

Star (The) (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", Johannesburg, 14 de setembro.

Stassart, Joseph (1964a): "Review of 'Exercises in Economic Analysis'" in Annales de l'Economie Collective, no. 1, Liège, pp. 160-161.

Stassart, Joseph (1964b): "Review of 'Exercises in Economic Analysis'" in Annals of Public and Co-operative Economy, no. 1, Liège, pp. 74-75.

Statesman (1934): "Competition versus Monopoly: review of 'The Economics of Imperfect Competition'", Calcutta, 18 de março.

Statist (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", 7 de outubro.

Statist (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", 1 de maio.

Statist (1947): "Review of 'Essay on Marxian Economics'", 9 de agosto.

Steedman, Ian (1972): "Review of 'Economic Heresies'" in The Manchester School of Economic and Social Studies, vol. 60, no. 2, junho, pp. 223-224.

Stigler, George (1963b): "Review of 'Economic Philosophy'" in Journal of Political Economy, vol. 71, abril, pp. 192-193.

Stobbe, Alfred (1964): "Review of 'Exercises in Economic Analysis'" in Allgemeine Wirtschaftslehere, pp. 47-48.

Stout, D.K. (1964): "Review of 'Economic Philosophy'" in Philosophical Quarterly, vol. 14, no. 57, outubro, pp. 376-377.

Strachey, John (1956): "Dead and Dumb Sciences: letter on Joan Robinson, 'Accumulation of Capital'" in New Statesman and Nation, 4 de agosto.

Straight, Michael (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment' - A Basis for Reform" in The New Republic, 18 de maio, pp. 53-54.

Streeten, Paul (1970): "Mother of Necessity: review of 'Freedom and Necessity'" in New Society, 30 de abril.

Sunday Times (1937a): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", Johannesburg, 28 de fevereiro.

Sunday Times (1937b): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", Johannesburg, 26 de dezembro.

Sydney Morning Herald (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", Sydney, 1 de abril.

T.F. (1947): "Review of 'Essay on Marxian Economics'" in L'Industria, no. 4.

Tarshis, Lorie (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment' and 'Essays in the Theory of Employment'" in Canadian Journal of Economics and Political Science, vol. 4, pp. 585-587.

Thompson, C.D. (1934): "Review of 'The Economics of Imperfect Competition'" in Indian Journal of Economics, outubro, pp. 235-237.

Times Literary Supplement (The) (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", 5 de outubro.

Times Literary Supplement (The) (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", 20 de março.

Times Literary Supplement (The) (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'", 12 de fevereiro.

Times Literary Supplement (The) (1942): "Review of 'Essay on Marxian Economics'", 29 de agosto.

Times Literary Supplement (The) (1952): "Mrs. Robinsons's sprightly 'Conference Sketch Book'", p. 485

Times Literary Supplement (The) (1956): "Capital Issues: review of 'Accumulation of Capital'", 05 de outubro, pp. 577-579.

Times Literary Supplement (The) (1963): "Economics and Growth: joint review of Phyllis Dean and W.A. Cole: British Economic Growth, 1688-1959' and of Joan Robinson, 'Essay in the Theory of Economic Growth'", 5 de agosto.

Times Literary Supplement (The) (1969): "What is better? Joint review of Maurice Dobb, 'Welfare Economics and the Economics of Socialism"; of S.K. Nath 'A Reappraisal of Welfare Economics' and of Joan Robinson, 'The Economics of Imperfect Competition', new edition", no. 3527, 2 de outubro.

Times Literary Supplement (The) (1970): "A Gallop Round the Globe: review of 'Freedom and Necessity'", 16 de abril.

Times Literary Supplement (The) (1971): "Getting Back to the Essentials: review of 'Economic Heresies'", 12 de novembro, p. 1417.

Times Literary Supplement (The) (1974): "An Economics for the Real World: The Cambridge School and the Attack on Neoclassicism - Review of 'An Introduction to Modern Economics' and of Joan Robinson 'Collected Economic Papers, vol. 4'", 18 de janeiro, pp. 53-54

Tobin, James (1973): "Review of 'Economic Heresies': Cambridge (UK) versus Cambridge (Mass.)" in The Public Interest, primavera, pp. 102-109.

Townroe, P.M. (1975): "Review of 'An Introduction to Modern Economics'" in Geo Abstracts, parte C, abril.

Toynbee, H.S. (1937): "The Theory of Employment: Review of 'Essays in the Theory of Employment'" in Natsopa Journal, abril.

Turvey, R. (1952): "Post Keynes: review of 'The Rate of Interest and Other Essays'" in Manchester Guardian Commercial, 18 de abril.

Tyerman, Donald (1937): "Getting and Spending: joint review of Myra Curtis and Hugh Townsend 'Modern Money' and of Joan Robinson, 'Introduction to the Theory of Employment'" in Time and Tide, 4 dezembro, pp. 1664-1666.

Urquidi, Victor L. (1964): "Review of 'Economic Philosophy'" in El Trimestre Economico, Mexico, vol. 31, no. 122, abril-junho, pp. 313-314.

Uzawa, Hirofumi (1968): "Review of 'Collected Economic Papers', vol. 3" in The American Economic Review, vol. 58, março, pp. 204-206.

V.W.B. (1934): "Review of 'The Economics of Imperfect Competition'" in Canadian Forum, maio, p. 320.

Vaizey, John (1973): "Alternate Text: review of 'An Introduction to Modern Economics'" in New Society, 25 outubro.

Vaizey, John (1980): "Review of 'Collected Economic Papers', vol. 5" in The Business Economist, primavera, pp. 63-64.

Vandoorne, Marc (1980): "Review of 'Collected Economic Papers', vol. 5" in The Economic Journal, vol. 90, dezembro, pp. 929-930.

Violi, Rosita Pampaloni (1963): "Review of 'Exercises in Economic Analysis'" in Economia Internazionale, vol. 16, no. 1, fevereiro, pp. 1-2.

W.A.B. (1967): "The Economics of the Instant: review of 'Economics: an Awkward Corner'" in Liverpool Daily Post, 17 de janeiro.

Wadsworth, John (1953): "Review of 'The Rate of Interest and Other Essays'" in Journal of the Institute of Bankers, fevereiro, p. 52.

Watson, A.G.D. (1932): "Review of 'Economics is a Serious Question'" in The Cambridge Review, vol. 54, 18 de novembro, pp. 107-108.

Watson, A.J. (1969): "Review of 'Cultural Revolution in China'" in China Quarterly, vol. 40, pp. 163-164.

Weeda, Arnout (1974): "A Light in The Economic Darkness: review of 'An Introduction to Modern Economics'" in De Groene Amsterdammer, 2 de janeiro.

Western Daily Press and Bristol Mirror (1937): "Review of 'Essays in the Theory of Employment'", Bristol, 22 março.

Western Morning News (1933): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'", Plymouth, 11 de setembro.

Whitehead, D. (1971): "Review of 'Freedom and Necessity'" in Australian Economic History Review, vol. 10, pp. 79-81.

Williams, W.K. (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'" in The Economic Record, Melbourne, junho, pp. 108-109.

Worswick, G.D.N. (1959): "Review of 'Accumulation of Capital': Mrs. Robinson on simple accumulation - a comment with algebra" in Oxford Economic Papers, vol. 11, New Series, junho, pp. 125-141.

Worswick, G.D.N. (1961): "Review of 'Exercises in Economic Analysis'" in The Economic Journal, dezembro.

Worswick, G.D.N. (1962): "Joint Review of Duesenberry and Preston, "Cases and Problems in Economics' and Joan Robinson, 'Exercises in Economic Analysis'" in The Economic Journal, vol. 72, março, pp. 172-175.

Worswick, G.D.N. (1963): "Review of 'Essay in the Theory of Economic Growth'" in The Economic Journal, vol. 73, junho, pp. 295-297.

Yntema, Theodore O. (1935): "Review of 'The Economics of Imperfect Competition'" in Weltwirtschaftliches Archiv, janeiro.

Yorkshire Post (1937): "A Critic and a Preacher: review of 'Essays in the Theory of Employment'", Leeds, 15 de fevereiro.

Zeitschrift fur Sozialforschumg (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment'".

Zeuthen, F. (s.d.): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in unidentified Scandinavian periodical, pp. 200-205.

IV.4 Textos Não Publicados

Asimakopulos, Athanasios (1986): "Kalecki and Robinson", mimeo, NK/2/160.

Cohen, Ruth (1983): "Address at the Memorial Service in King's College Chapel for Joan Robinson", 29 de outubro, mimeo, RFK..

Cuyvers, Ludo (1977): "Marxistische en neo-marxistische kenmerken en onvloeden in de groeitheorie van Joan Robinson", doctoral dissertation, Antwerp, mimeo, BL.

Dandorf, Gregory William (1987): "The Economics of Joan Robinson: a study in comparative value theory and methodology", Ph.D. Dissertation, Washington State University, mimeo, BL.

Deane, Phyllis (1983): "Joan Robinson: a memoir" mimeo, NK/3/30/174.

Harcourt, Geoffrey Colin (1985a): "On the Contributions of Joan Robinson and Piero Sraffa to Economic Theory" Paper to be presented to the Royal Economic Society, Association of University Teachers of Economics Conferece, Keble College, Oxford, 25-27 março 1985, mimeo, JVR/xv/21.19 e NK/1/49/2.

Jensen, Hans (1988): "The Indwelling of Post Keynesian Economics: Joan Robinson". Paper presented at the Fifth World Congress of Social Economics, University of York, mimeo, BL.

Halls, M. (1986): "Handlist of the Papers of Professor Joan Violet Robinson", mimeo, KC.

Kahn, Richard Ferdinand (1932): "Imperfect Competition and the Marginal Principle", mimeo, RFK/2/5 (Palestra proferida em Chicago, Toronto e Harvard, no periodo de dezembro de 1932 a fevereiro de 1933).

Kaldor, Nicholas (1984): "The Futility of General Equilibrium Theory" Memorial Lecture in Honor of Joan Robinson", proferida em 20/01/1984, Trivandrum, India. mimeo, NK/1/158

Mahloudji, Farhad (1976): "A critical examination of the economics of Joan Robinson", Ph.D. Dissertation, Duke University, mimeo, BL.

Marris, Robin L. (1995): "Yes, Mrs. Robinson! The General Theory and Imperfect Competition"- draft chapter for the Second Edition of The General Theory, draft, mimeo, ML.

Meade, James Edward (1958a): "Comments by J.E. Meade on Joan Robinson's 'Exercises in Economic Analysis", mimeo, RFK/16/3 e NK/3/30/180.

Meade, James Edward (1958b): "Supplementary Comment by J.E. Meade on Joan Robinson's 'Exercises in Economic Analysis", mimeo, RFK/16/3 e NK/3/30/180.

Meade, James Edward (1958c): "Second Supplementary Comment by J.E. Meade on Joan Robinson's 'Exercises in Economic Analysis", mimeo, NK/3/30/180.

Osiatynski, Jerzy (1986): "Kalecki and Robinson: Comments on Athanasios Asimakopulos's Paper". Apresentado na Conference on Michal Kalecki, University of Perugia, Perugia, Italy, 22-24 de abril de 1986. mimeo, NK/2/160.

Tahir, Pervez (1990): "Some Aspects of Development and Underdevelopment. Critical Perspectives on Joan Robinson", Ph.D. Thesis, Faculty of Economics and Politics, University of Cambridge, agosto, mimeo, BL.

IV.5 - Correspondência entre Terceiros (Não Publicada)

Carta de Harold MacMillan para Keynes, 16.11.1932: JVR/vii/Moggridge e JMK/CO/8/220-221

Carta de Chamberlin para Kaldor, março de 1938: NK/3/30/39
Carta de Chamberlin para Kaldor, 23.04.1938: NK/3/30/39
Carta de Kaldor para Chamberlin, 06.10.1938: NK/3/30/39
Carta de Chamberlin para Kaldor, 20.11.1942: NK/3/30/39.

Carta de Keynes para C.R. Fay, 1935: RFK/14/99
Carta de Keynes para G. Shove, 1935: RFK/14/99
Carta de C.R.Fay para Keynes, 1935: RFK/14/99

Carta de Paul Samuelson para Richard Kahn, 27.04.1961: RFK:16/4/1

V - Obras Gerais e de Referência

V.1 - Livros e Fascículos

Arestis, Philip e Chick, V. (eds.)(1992): Recent Developments in Post Keynesian Economics, Aldershot, Edward Elgar.

Arestis, Philip e Sawyer, C. Malcom (ed.s)(1991): A Biographical Dictionary of Dissentig Economists, Edward Elgar.

Asimakopulos, Athanasios (ed.)(1988a): Investment, employment and income distribution. Aspects of Political Economy Series, Boulder, Colo.: Westview Press; Cambridge: Polity Press in association with Blackwell.

Asimakopulos, Athanasios (1991): Keynes's general theory and accumulation, Cambridge, Cambridge University Press.

Bain, Joe S. (1956): Barriers to New Competition - their character and consequences in manufacturing industries, Harvard University Press, Cambridge, Mass.

Berg, Maxine (ed.)(1990): Political Economy in the Twentieth Century, New York and London, Phillip Allan.

Blaug, Mark (1985a): Great Economists Since Keynes: An Introduction to the Lives and Works of One Hundred Modern Economists, London, Harvester.

Blaug, Mark (ed.)(1985b): The history of economic thought. International Library of Critical Writings in Economics, no. 6, Aldershot, U.K. and Brookfield, Vt.: Elgar.

Breit, William e Hochman, Harrold M. (eds.)(1968): Readings in Microeconomics, New York, Holt, Rinehart & Winston Inc. 2a. edição, 1971.

Brown, M., Sato, K. e Zarembka, P. (eds.)(1976): Essays in Modern Capital Theory, Amsterdam, North-Holland.

Cairncross, Alec (1993): Austin Robinson - The Life of an Economic Adviser, London, Macmillan.

Chamberlin, Edward Hastings (1933): The Theory of Monopolistic Competition - A Re-orientation of the Theory of Value, Harvard University Press. 8a. edição, 1962.

Chamberlin, Edward Hastings (ed.)(1954): Monopoly and Competition and Their Regulation - Papers and Proceedings of a Conference held by the International Economic Association, London, Macmillan.

Chamberlin, Edward Hastings (1957a): Towards a More General Theory of Value, Oxford University Press, New York.

Cottrell, Allin F. e Lawlor, Michael S. (eds.)(1995): New Perspectives on Keynes (Annual Supplement to vol. 27 of History of Political Economy), Duke University Press, Durham and London.

Davidson, Paul (1972): Money and the Real World, London, Macmillan. 2a. ed. 1978.

Dosi, Giovanni (1984): Technical Change and Industrial Transformation: the theory and an application to the semiconductor industry, London, Macmillan.

Dow, Sheila C. (1985): Macroeconomic Thought - a methodological aproach, N. York, Basil Blackwell.

Duesenberry, J.S. (1959): Business Cycles and Economic Growth, McGraw-Hill.

Eatwell, John e Milgate, Murray (eds.)(1983): Keynes's Economics and the Theory of Value and Distribution, New York, Oxford University Press.

Eatwell, John; Milgate, Murray e Newman, Peter Kenneth (eds.)(1987): The New Palgrave - A Dictionary of Economics, vol. 4, London, Macmillan.

Eichner, Alfred Solomon (1976): The Megacorp and Oligopoly - Micro Foundations of Macro Dynamics, Cambridge, Cambridge University Press.

Eichner, Alfred Solomon (1979): A Guide to Post-Keynesian Economics, London, MacMillan.

Ellis, Howard Sylvester (ed.)(1949): A Survey of Contemporary Economics, Richard D. Irwin.

Ferguson, C.E. (1969): The Neoclassical Theory of Production and Distribution, London, Cambridge University Press.

Friedman, Milton (1935): Essays in Positive Economics, The University of Chicago Press.

Galbraith, J. Kenneth (1952): American Capitalism, The Concept of Countervailing Power, London, Hamilton.

Galbraith, J. Kenneth (1967): The New Industrial State, London, Hamilton.

Gerrard, Bill e Hillard, John (1992a): The Philosophy and Economics of J.M. Keynes, Aldershot, Edward Elgar.

Greenaway, David e Presley, John.R. (eds)(1989): Pioneers of modern economics in Britain, Vol. 2, New York: St. Martin's Press.

Groenewegen, Peter D. e Halévi, J. (eds.)(1983): Italian Economics Past and Present, Sydney, Frederick May Foundation for Italian Studies.

Hamouda, Omar F. (ed.)(1986): Controversies in Political Economy - selected essays of G.C. Harcourt, Brighton, Wheatsheaf.

Harcourt, Geoffrey Colin (ed.)(1985b): Keynes and his Contemporaries. The Sixth and centennial Keynes Seminar held at the University of Kent at Canterbury, 1983, New York, St. Martin's Press, ou London, Macmillan.

Harcourt, Geoffrey Colin (1993a): Post-Keynesian Essays in Biography: Portraits of Twentieth Century Political Economists, Basingstoke, Macmillan.

Harcourt, Geoffrey Colin (1995a): Capitalism, Socialism and Post-Keynesianism - Selected Essays of G.C. Harcourt, Cheltenham Glos., Edward Elgar.

Harrod, Roy Forbes (1936a): The Trade Cycle - an essay, Oxford, Clarendom Press.

Harrod, Roy Forbes (1948): Towards a Dynamic Economics. Some recents developments of economic theory and their apllication to policy, London, Macmillan.

Harrod, Roy Forbes (1951): The Life of John Maynard Keynes, Macmillan.

Harrod, Roy Forbes (1952a): Economic Essays, Londres, Macmillan. 2a. edição 1972.

Hicks, John Richard (1932): The Theory of Wages, London, MacMillan.

Hicks, John Richard (1939): Value and Capital - An Inquiry into Some Fundamental Principles of Economic Theory, Oxford, Oxford University Press. Edição brasileira: Valor e Capital: estudo sobre alguns princípios fundamentais da teoria econômica, tradução de Dinah de Abreu Azevedo, São Paulo, Abril Cultural, Col. "Os Economistas", 1984.

Hicks, John Richard (1950): A Contribution to the Theory of the Trade Cycle, Oxford, Clarendom Press.

Hicks, John (1982): Money, Interest and Wages - Collected Essays in Economic Theory, vol. II, Oxford, Blackwell.

Johnson, E.S. e Johnson, Harry G. (1978): The Shadow of Keynes, Oxford, Blackwell.

Kahn, Richard Ferdinand (1929/1989): The Economics of the Short Period, Fellowship Dissertation, King's College, Cambridge, 1st published 1989, London, Macmillan.

Kahn, Richard Ferdinand (1984): The Making of Keynes' General Theory, Cambridge, Cambridge University Press.

Kaldor, Nicholas (ed.)(1944): Planning for Abondance, National Peace Council, Peace Aims Pamphlets no. 21, London.

Kalecki, Michal (1939): Essays in the Theory of Economic Fluctuations, London, Allen & Unwin.

Kalecki, Michal (1943): Studies in Economic Dynamics, New York, Farrar and Rinehart, 1943, ou London, Allen & Unwin.

Kalecki, Michal (1971): Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy, 1933-1970, Cambridge, Cambridge University Press.

Kalecki, Michal (1976): Essays on Developing Economies, Sussex, Hassocks, Harvester Press, 1976. Edição brasileira: Economias em Desenvolvimento, com introdução de Joan Robinson. Tradução de Adail U. Sobral, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

Kandir, Antonio (1989): A Dinâmica da Inflação: uma análise das relações entre inflação, fragilidade financeira do setor público, expectativas e margens de lucro. São Paulo, Nobel.

Knight, Frank Hyneman (1921): Risk, Uncertainty and Profit, , University of Chicago Press, 1971. Edição brasileira: Risco, Incerteza e Lucro, tradução de Hunfredo Cantuária, revisão técnica de Aírton Ribeiro, Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1971.

Kregel, Jan Allen (1971): Rate of Profit, Distribution and Growth - Two Views, London, Macmillan.

Kregel, Jan Allen (1973): The Reconstruction of Political Economy - A Introduction to Post-Keynesian Economics, New York, Macmillan/John Willey.

Kuenne, Robert Eugene (ed.)(1967): Monopolistic Competition Theory: Studies in Impact - Essays in Honor of Edward H. Chamberlin, Wiley, New York.

Kuhn, Thomas S. (1962): The Structure of Scientific Revolution, Chicago, University of Chicago Press. Edição brasileira: A Estrutura das Revoluções Científicas, tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira; Revisóo de Alice Kyoko Miyashiro, Editora Perspectiva, São Paulo, 1978, 2a. edição.

Kuhn, W.E. (1963): The Evolution of Economic Thought, South-Western Publishing Company.

Kuhne, K. (1979): Economics and Marxism, 2 vols., London, Macmillan.

Labini, Paolo Sylos (1956): Oligopolio e Progresso Tecnico, Torino, Giulio Einaudi. Edição brasileira: Oligopólio e Progresso Técnico, tradução de Vittoria Cerbino Salles e revisão técnica de Jacob Frenkel, São Paulo, Abril Cultural, 1984, Coleção Os Economistas.

Lawson, Tony, Palma, J. Gabriel e Sender, John (eds.)(1989): Kaldor's Political Economy, Academic Press, San Diego.

Loasby, Brian J. (1989): The Mind and the Method of the Economist - A Critical Appraisal of Major Economists in the 20th Century, Edward Elgar Publishing Ltd, Aldershot.

Lutz, F.A. e Hague, D.C. (eds.)(1961): The Theory of Capital - Proceedings of International Association Conference (Corfu Conference), London, Macmillan.

Marris, Robin L. (1991): Reconstructing Keynesian Economics with Imperfect Competition, Aldershot, Elgar.

Meade, James Edward (1961): A Neo-classical Theory of Economic Growth, London, Allen and Unwin.

Miglioli, Jorge (1981): Acumulação de Capital e Demanda Efetiva, São Paulo, T.A. Queiroz.

Miglioli, Jorge (1980)(org.): Kalecki, São Paulo, Ática.

Minhas, Bagicha Singh (1963): An International Comparison of Factor Costs and Factor Use, Amsterdam, North Holland Publishing Co.

Moggridge, D.E. (1992): Maynard Keynes - An Economist's Biography, Routledge, London and New York.

Mongiovi, G. e Ruhl, C. (eds.)(1992): Macroeconomic Theory: Diversity and Convergence, Edward Elgar, Aldershot.

Parkin, M. e Nobay, A.R. (eds.)(1975): Contemporary Issues in Economics, Manchester University Press.

Penrose, Edith (1959): The Theory of the Growth of the Firm, Basil Blackwell, Oxford.

Potier, Jean-Pierre (1991): Piero Sraffa - Unorthodox Economist (1898-1983): a biographical essay, New York, Routledge, Chapman & Hall.

Rosdolsky, Roman (1977): The Making of Marx's Capital, London, Pluto Press.

Sardoni, Claudio (ed.)(1992): On Political Economists & Modern Political Economy - Selected Essays of G.C. Harcourt, Routledge, London.

Schumpeter, Joseph Alois (1939): Business Cycles - A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process, McGraw-Hill Book Company, Inc., New York and London, 1939, vol. I e vol. II.

Schumpeter, Joseph Alois (1942): Capitalism, Socialism and Democracy, London, George Allen & Unwin. Edição brasileira: Capitalismo, Socialismo e Democracia, tradução de Sergio Góes de Paula, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1984

Schumpeter, Joseph Alois (1954): History of Economic Analysis, Oxford University Press. Edição brasileira: História da Análise Econômica, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 3 volumes, 1964.

Sebastiani, Mario (ed.)(1989): Kalecki's relevance today. New York, St. Martin's Press.

Sen, Amartya K. (ed.)(1970): Growth Economics - Selected Readings, Penguin Books. 2a. edição 1971

Shackle, G.L.S. (1967): The Years of High Theory - Invention and Tradition in Economic Thought, 1926-1939, Cambridge University Press. Edição brasileira: Origens da Economia Contemporânea - Invenção e Tradição no Pensamento Econômico (1926-1939), traduzido por Carmen Célia Myiake, São Paulo, Hucitec, 1991.

Shackleton, J.R. e Locksley, Gareth (eds.)(1981): Twelve Contemporary Economists, Macmillan, Londres, 1981, 2a. edição 1983.

Sills, David (ed.)(1968): International Encyclopedia of the Social Sciences, The Macmillan Company & The Free Press.

Sills, David (ed.)(1979): International Encyclopedia of the Social Sciences, Biographical Supplement, New York, Free Press.

Spiegel, Henry W. e Samuels, Warren J. (eds.)(1984): Contemporary Economists in Perspective, Greenwich, Conn.: JAI Press Inc.

Sraffa, Piero (1960): Production of Commodities by Means of Commodities, Cambridge University Press. Edição brasileira: Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias, tradução de Elizabeth Machado de Oliveira, com introdução de Mario Luiz Possas São Paulo, Abril. Cultural, 1983.

Steindl, Joseph (1945): Small and Big Business - Economic Problems of the Size of the Firms, Oxford, Basil Blackwell, Oxford University Institute of Statistics, Monograph no. 1. Edição brasileira: Pequeno e Grande Capital - Problemas Econômicos do Tamanho das Empresas (com o Post-Scriptum de 1972), tradução de Tamás Szmrecsányi, São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 1990.

Steindl, Joseph (1952): Maturity and Stagnation in American Capitalism, Oxford, Basil Blackwell, 1954. Edição brasileira: Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano. Apresentação de Luciano Coutinho; tradução de Leda Maria Gonçalves Maia; revisão de Aloisio Teixeira, São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas, 1983.

Stigler, George J. e Boulding, K.E. (eds.)(1953): Readings in Price Theory, Londres, Allen & Unwin.

Szmrecsányi, Tamás (org.)(1978): John Maynard Keynes, São Paulo, Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais no. 6).

Targetti, Ferdinando (1992): Nicholas Kaldor: The Economics and Politics of Capitalism as a Dynamic System, Oxford, Clarendon Press.

Thirlwall, A.P. (1987): Nicholas Kaldor, New York University Press.

Vaughn, K.I. (ed.)(1993): Perspectives in the History of Economic Thought: Method, Competition, Conflict and Measurement in the Twentiteth Century, vol. X Aldershort: Elgar.

Vicarelli, Fausto (ed.)(1985): Keynes Relevance Today, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

Walsh, Vivian C. e Gram, Harvey (1980): Classical and Neoclassical Theories of General Equilibrium, New York, Oxford University Press.

Weintraub, Sidney (ed.)(1977): Modern Economic Thought, University of Pennsylvania Press.

Wilson, T. e Andrews, P.W.S. (eds.)(1951): Oxford Studies in The Price Mechanism, Oxford University Press, Londres.

Wood, Adrian (1975): A Theory of Profits, Cambridge, Cambridge University Press. Edição brasileira: Uma Teoria de Lucros,. Tradução de Maria Luisa Melaragno, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Coleção Economia, vol. 6, 1980.

V.2 - Artigos, Capítulos e Comunicações

Allen, G.C. (1951): "Monopoly and Competition in the United Kingdom" in Chamberlin (ed.)(1954): Monopoly and Competition and their regulation - Papers and Proceedings of a Conference held by the International Economic Association, pp. 88-109.

Ara, Kenjiro (1958): "Capital Theory and Economic Growth" in The Economic Journal, setembro, pp. 511-527.

Archibald, G.C. (1961): "Chamberlin versus Chicago" in The Review of Economic Studies, outubro, vol. 29, no. 1, pp. 2-28.

Archibald, G.C. (1963): "Reply to Chicago" in The Review of Economic Studies, vol. 30, pp. 68-71.

Asimakopulos, Athanasios (1963): "The Definition of Neutral Inventions" in The Economic Journal vol. 73, dezembro, pp. 675-680.

Asimakopulos, Athanasios (1976): "Post-Keynesian Growth Theory" in Weintraub (ed.)(1977): Modern Economic Thought, pp. 369-388.

Asimakopulos, Athanasios (1982): "Keynes's Theory of Effective Demand Revisited" in Australian Economic Papers, vol. 21, junho, pp. 18-36.

Asimakopulos, Athanasios (1983a): "Kalecki and Keynes on Finance, Investment and Saving" in Cambridge Journal of Economics, vol. 7, no. 3-4, setembro-dezembro, pp. 221-233.

Asimakopulos, Athanasios (1983b): "Anticipations of Keynes's General Theory?" in The Canadian Journal of Economics, vol. 16, no. 3, agosto, pp. 517-530.

Asimakopulos, Athanasios e Weldon, J.C. (1963): "The Classification of Technical Progress in Models of Economic Growth" in Economica, vol. 30, N.S., novembro, pp. 372-386.

Bain, Joe S. (1949): "A Note on Pricing in Monopoly and Oligopoly" in The American Economic Review, março.

Bartoli, Gloria e Terza, Edoardo Lecaldano Sasso la, (1985): "Microeconomic Foundations of Aggregate Behaviour of Firms in Kalecki and Some of His Followers" in Economic Notes; vol. 1, pp. 43-62.

Bianchi, Ana Maria (1996): "Comentários Criticos Sobre o Processo de Matematização da Economia", Anais do Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, Universidade Federal Fluminense, 5 a 8 de junho, vol. I, pp. 11-17.

Blaug, Mark (1963): "A Survey of the Theory of Process Innovations" in Economica, N.S., vol. 30, fevereiro, pp. 13-32.

Champernowne, David G. (1958): "Capital Accumulation and the Maintenance of Full Employment" in The Economic Journal, junho, pp. 211-244.

Champernowne, David G. (1961): "A Dynamic Growth Model Involving a Production Function" in Lutz e Hague (eds.)(1961): The Theory of Capital - Proceedings of International Association Conference (Corfu Conference).

Cohen, Ruth (1949): "New British Law on Monopoly" in American Economic Review, vol. 39, no. 2, março, pp. 485-490.

Cohen, Ruth (1953): "The Reports of the Commission on Monopolies and Restrictive Practices", in The Economic Journal, vol. 63, no. 249, março, pp. 196-209.

Cox, Jacqueline (1995): "Keynes: an Archivist's View" in Cottrell e Lawlor (eds.)(1995): New Perspectives on Keynes, pp. 163-175.

Davies, J.H. (1954-55): "The Problem of Oligopoly: a comment" in The Review of Economic Studies, vol. 22(3), no. 59, pp. 228-229.

Davies, J.H. (1955): "The Industry and the Representative Firm" in The Economic Journal, dezembro, vol. 65, pp. 710-712.

Domar, Evsey D. (1947): "Expansion and Employment" in The American Economic Review, março, vol. 37, pp. 34-55.

Dutt, Amitava (1992): "Keynes, Market Forms and Competition" in Gerrard e Hillard (1992a): The Philosophy and Economics of J.M. Keynes, pp. 129-148.

Economist (The) (1944a): "The Patents Committee", 6 de maio, pp. 619-620.

Economist (The) (1944b): "Industry and Trade: Patents Committee", 3 de junho, p. 762.

Economist (The) (1945): "War Damage to Patentees", 21 de abril, p. 520.

Economist (The) (1946): "Patent Law Reform", 20 de abril, p. 643.

Economist (The) (1947): "Leading Articles: Patent Law Reform", 04 de outubro, pp. 572-574

Economist (The) (1948): "Probe for Monopolies", 20 de março, pp. 444-445

Economist (The) (1949a): "Notes of the Week: Monopolies Commission", 15 de janeiro, p. 95.

Economist (The) (1949b): "First Monopoly Inquiries", 12 de março, p. 477

Economist (The) (1949c): "The Patents and Design Bill", 26 de março, p. 82

Economist (The) (1950a): "Business Notes: The Monopolies Commission", 18 de março, p. 609

Economist (The) (1950b): "Notes of the Week: Teeth and Monopoly", 23 de dezembro, pp. 1132-1133.

Economist (The) (1950c): "The Business World: Monopoly under Microscope", 23 de dezembro, pp.1156-1158

Economist (The)(1951a): "Monopoly in Radio?", 20 de janeiro, pp. 115-116.

Economist (The) (1951b): "Quiet Life for Monopolies", 3 de março, p. 475

Economist (The) (1951c): "False Teeth", 24 de março, p. 677

Economist (The) (1951d): "Leading Articles: The Programme", 3 de novembro, pp. 1016-1021.

Economist (The) (1951e): "Leading Articles: Mere Beginning", 10 de novembro, pp. 1085-1087.

Economist (The) (1951f): "Light on Lamps", 24 de novembro, pp. 1282-1284.

Economist (The) (1952a): "Watching for Restricitive Practices", 15 de março, p. 633

Economist (The)(1953): "Investigating the Investigators", 30 de maio, pp. 584-585

Efroymson, C.W. (1943): "A Note on Kinked Demand Curves" in The American Economic Review, março, pp. 98-109.

Eichner, Alfred Solomon e Kregel, Jan Allen (1975): "An Essay on Post-Keynesian Theory: a new paradigm in economics" in Journal of Economic Literature, dezembro, vol. 13, pp. 1293-1315.

Friedman, Milton (1963): "More on Archibald versus Chicago" in The Review of Economic Studies, vol. 30, pp. 65-67.

Galbraith, J. Kenneth (1948): "Monopoly and the Concentration of Economic Power" in Ellis (ed.)(1949): A Survey of Contemporary Economics, vol. I, pp. 99-128.

Gordon, R.A. (1948): "Short-Period Price Determination in Theory and Practice" in The American Economic Review, junho 1948, vol. 38, no. 3, pp. 265-288.

Guenault, Paul H. e Jackson, J.M. (1954): "British Monopoly Legislation in Practice" in The Canadian Journal of Economics and Political Science, vol. 20, no. 2, maio, pp. 195-206.

Hahn, Frank Horace e Matthews, Robin C.O. (1964): "The Theory of Economic Growth: A Survey" in The Economic Journal, dezembro, vol. 74, pp. 779-902.

Hall, R.J. e Hitch, C.J. (1939): "Price Theory and Business Behavior" in Oxford Economic Papers, maio, no. 2, pp. 12-46. Há tradução para o português in Literatura Econômica 8(3): 379-414, 1986, Rio de Janeiro IPEA/INPES.

Harbury, C.D. e Raskind, Leo J. (1953):"The British Approach to Monopoly Control" in Quarterly Journal of Economics, vol. 67, no. 3, agosto, pp. 380-406

Harcourt, Geoffrey Colin (1963b): "A Critique of Mr. Kaldor's Model of Income Distribution and Economic Growth" in Australian Economic Papers, vol. 2, pp. 20-36.

Harcourt, Geoffrey Colin (1984b): "Reflections on the Development of Economics as a Discipline" in History of Political Economy, inverno, pp. 489-517.

Heller, Claudia (1991a): "Diversificação Tecnológica: a tecnologia como elemento de unidade do conceito de indústria" in Revista do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul, ano VIII, no. 21, janeiro/abril, pp. 28-42.

Heller, Claudia (1991b): "Comentários Sobre o Artigo de Kaldor: 'Imperfeição de Mercado e Excesso de Capacidade' (1935)" in Textos para Discussão, Departamento de Economia, FCL/UNESP/Araraquara, no. 12, outubro.

Heller, Claudia (1991c): "Comentários Sobre a Curva de Demanda Quebrada e o Principio do Custo Total" in Textos para Discussão, Departamento de Economia, FCL/UNESP/Araraquara, no.16, novembro.

Heller, Claudia (1996): "'A Economia do Curto Prazo' de Richard Kahn e os Primórdios da Teoria do Oligopólio: uma contribuição à história do pensamento econômico contemporâneo" in Revista de Economia Política (prelo)

Howson, Susan K. (1988): "'Socialist' Monetary Policy: monetary thought in the Labour Party in the 1940s" in History of Political Economy, 20:4, pp. 543-564

Hunter, Alex (1955): "The Monopolies Commission and Economic Welfare" in The Manchester School, no. 1, janeiro, pp. 22-39.

Kahn, Richard Ferdinand (1931): "The Relation of Home Investment to Unemployment" in The Economic Journal, vol. 41, no. 162, junho, pp. 173-198.

Kahn, Richard Ferdinand (1952): "Oxford Studies in the Price Mechanism" in The Economic Journal, março, vol. 62, pp. 119-130.

Kahn, Richard Ferdinand (1959): "Exercises in the Analysis of Growth" in Oxford Economic Papers, N.S., vol. 11, junho, pp. 143-156.

Kahn, Richard Ferdinand (1985): "The Cambridge Circus (1)" in Harcourt (ed.)(1985b): Keynes and his Contemporaries, pp. 42-51.

Kennedy, Charles (1961): "Technical Progress and Investment" in The Economic Journal, junho, vol. 71, pp. 292-299.

Kennedy, Charles (1962a): "Harrod on 'Neutrality'" in The Economic Journal, março, pp. 249-250.

Kennedy, Charles (1962b): "The Character of Improvements and of Technical Progress" in The Economic Journal, dezembro, vol. 72, pp. 899-911.

Kennedy, Charles e Thirlwall, A.P. (1972): "Surveys in Applied Economics: Technical Progress" in The Economic Journal, vol. 82, março, pp. 11-72.

Kilroy, Dame Alix (1953): "The Task and Methods of the Monopolies Commission", in The Manchester School, no. 1, janeiro de 1954, pp. 37-61.

Kregel, Jan Allen (1980): "Economic Dynamics and the Theory of Steady Growth: an historical essay on Harrod's 'knife-edge'" in History of Political Economy, vol. 12, no. 1, pp. 97-123.

Kregel, Jan Allen (1983): "The Microfoundations of the 'Generalisation of The General Theory' and 'Bastard Keynesianism': Keynes's theory of employment in the long and the short period" in Cambridge Journal of Economics, vol. 7, no. 3-4, setembro-dezembro pp. 343-361.

Kregel, Jan Allen (1985): "Post-Keynesian Distribution Theory in Relation to Growth and Technical Progress" in Economie Appliquée, vol. 37, no. 2, pp. 375-388.

Labini, Paolo Sylos (1985): "Sraffa's Critique of the Marshallian Theory of Prices" in Political Economy: studies on the surplus approach, vol. 1, 1985, pp. 51-71.

Labini, Paolo Sylos (1987): "Oligopoly" in Eatwell, Milgate e Newman (eds.)(1987b): The New Palgrave - A Dictionary of Economics, pp. 701-705.

Lee, Frederic S. (1981): "The Oxford Challenge to Marshallian Supply and Demand: the history of the Oxford Economist Research Group" in Oxford Economic Papers, New Series, no. 33, pp. 339-351.

Lerner, Abba Ptachya (1936b): "Review of Mr. Keynes' 'General Theory of Employment, Interest and Money'" in International Labour Review, outubro, pp. 435-454.

Lester, Richard A. (1946): "Shortcomings of Marginal Analysis for Wage-Employment Problems" in The American Economic Review, março, vol. 36, pp. 63-82.

Lester, Richard A. (1947): "Marginalism, Minimum Wages, and Labor Markets" in The American Economic Review, março, vol. 37, pp. 135-148.

Lewis, W.A. (1951): "Recent British Experience in Nationalization" in Chamberlin (ed.)(1954): Monopoly and Competition and their regulation - Papers and Proceedings of a Conference held by the International Economic Association, pp. 245-254.

Liebhafsky, H.H. (1955): "A Curious Case of Neglect: Marshall's 'Industry and Trade'" in Canadian Journal of Economics, vol. 21, no. 3, outubro, pp. 339-353.

Loasby, Brian J. (1971): "Hypothesis and Paradigm in the Theory of the Firm" in The Economic Journal, no. 324, vol. 81, pp. 863-887.

Machlup, Fritz (1946): "Marginal Analysis and Empirical Research" in The American Economic Review, setembro, vol. 36, pp. 519-554. Há tradução para o português in Literatura Econômica 4(4): 419-448, 1982 e 4(5): 567-570, 1982, Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

Machlup, Fritz (1947): "Rejoinder to an Antimarginalist" in The American Economic Review, março, vol. 37, pp. 148-154.

Marcuzzo, Maria Cristina (1995): "Alternative Microeconomic Foundations for Macroeconomics: the controversy over the L-shaped cost curve revisited" in Review of Political Economy, vol. 7, pp. 447-465.

McNulty, Paul J. (1967): "A Note on the History of Perfect Competition", Journal of Political Economy, agosto, vol. 75, pp. 395-399.

McNulty, Paul J. (1968): "Economic Theory and the Meaning of Competition" in Quarterly Journal of Economics 82, novembro, pp. 639-656.

Meier, G.M. (1952): "Activities of the British Monopolies Commission" in American Economic Review, vol. 42, no. 4, setembro, pp. 590-594.

Modigliani, Franco (1958): "New Developments on the Oligopoly Front" in Journal of Political Economy, junho, vol. 66, pp. 215-232

Oliver Jr., Henry M. (1947): "Marginal Theory and Business Behavior" in The American Economic Review, junho, vol. 37, pp. 375-383.

Robinson, Edward Austin Gossage (1985): "The Cambridge Circus (2)" in Harcourt (ed.)(1985b): Keynes and his Contemporaries, pp. 52-57.

Robinson, Edward Austin Gossage (1994): "Richard Kahn in the 1930s" in Cambridge Journal of Economics, vol. 18, no. 1, fevereiro, pp. 7-10.

Sawyer, Malcolm (1992a): "The Relationship Between Keynes's Macroeconomic Analysis and Theories of Imperfect Competition" in Gerrard e Hillard (eds.)(1992a): The Philosophy and Economics of J.M. Keynes, pp. 107-128.

Sawyer, Malcom C. (1992b): "On the Relationship Between the Origins of Post-Keynesian Pricing Theory and Macroeconomics" in Arestis e Chick (eds.)(1992): Recent Developments in Post Keynesian Economics, pp. 64-79.

Sawyer, Malcom C. (1992c): "Prices and Pricing in the Post Keynesian and Kaleckian Traditions" in Mongiovi e Ruhl (eds.)(1992): Macroeconomic Theory: Diversity and Convergence, pp. 22-36.

Schumpeter, Joseph Alois (1949): "English Economists and the State Managed Economy" in Journal of Political Economy, vol. 57, outubro, pp. 372-376.

Shackle, G.L.S. (1951): "Twenty Years On: A Survey of the Theory of the Multiplier" in The Economic Journal, junho, pp. 241-260.

Silberston, Aubrey (1970): "Surveys of Applied Economics: price behavior of firms" in The Economic Journal, setembro, vol. 80, pp. 511-582.

Spengler, Joseph J. (1965): "Kinked Demand Curves: by whom first used?" in Southern Economic Journal, vol. 32, pp. 81-84

Stigler, George J. (1947a): "Professor Lester and the Marginalists" in The American Economic Review, março, vol. 37, pp. 154-157.

Stigler, George J. (1947b): "The Kinky Oligopoly Demand Curve and Rigid Prices" in Journal of Political Economy, outubro, vol 55, pp. 432-449.

Stigler, George J. (1957): "Perfect Competition, Historically Contemplated" in Journal of Political Economy, fevereiro, vol. 65, pp. 1-17.

Stigler, George J. (1963a): "Archibald versus Chicago" in The Review of Economic Studies, vol. 30, pp. 63-64.

Sweezy, Paul Marlor (1939): "Demand under Conditions of Oligopoly" in Journal of Political Economy, vol. 47, pp. 568-573, reproduzido in Stigler e Boulding (eds.)(1953, pp. 404-409): Readings in Price Theory; há tradução para o português in Literatura Econômica vol. 9(3): 293-298, 1987, Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

Szmrecsányi, Tamás (1984): "Keynes e a Grande Depressão" in Estudos Econômicos, vol. 14, no. 1, janeiro-abril, pp. 17-23.

V.3 - Resenhas

Newman, Peter (1986): "Review of Richard Kahn 'L'Economia del Breve Periodo'" in Contributions to Political Economy, vol. 5, pp. 113-118.

V.4 - Textos Não Publicados

Besomi, Daniele (1995): "The Making of Harrod's Dynamics", draft, mimeo, correspondência com a autora.

Heller, Claudia (1991d): "Sraffa e as Leis dos Rendimentos", Departamento de Economia, FCL/UNESP/Araraquara, mimeo, novembro.